

Nelson Russo de Moraes
Lamounier Erthal Villela
Gilson Porto Jr.
Vilso Júnior Chierenti Santi
Alceu Zoia
Fernando da Cruz Souza
(Orgs.)



ANAIS do
I CCI RedeCT

I Congresso Científico Internacional da Rede de Pesquisadores
sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais

Ano 2020



Era agosto de 1989, comemorava meus 18 anos e iniciava-me em uma trilha interdisciplinar (e posteriormente acadêmica) e de formação pessoal intensa que me levaria a imergir num mundo de desafios e de resistência de povos indígenas e de comunidades tradicionais. Como professor especialmente vinculado ao Programa de Reestruturação do Ensino na Zona Rural de São Paulo, pelo Governo do Estado, àquela época, a interação com crianças de etnias Terena e Guarani, nas aldeias que compõem a Terra Indígena Araribá, em Avaí/SP. Naquela ocasião, na prática do enriquecimento curricular, articulava diálogos de educação ambiental e acerca de alguns elementos culturais com as crianças indígenas estudantes da primeira etapa do ensino fundamental. Do enriquecimento curricular de outrora, foram observáveis os tempos da virada do século que trouxeram enormes mudanças à sociedade de modo geral e às relações entre diferentes grupamentos humanos em específico, com especial destaque para as fricções existentes entre os povos indígenas, as comunidades tradicionais e a chamada sociedade nacional. As referidas transformações ocorreram sempre como desdobramento dos interesses por capital, por terras e por outras diferentes interfaces da produção de poder que poderiam ou que podem colocar em risco ciclos econômicos e mesmo políticos que se mantêm numa certa geografia do poder.

Dr. Nelson Russo de Moraes

Criador e articulador da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais (RedeCT)



**Anais do 1º Congresso Científico Internacional da RedeCT
(Rede Internacional de Pesquisadores sobre
Povos Originários e Comunidades Tradicionais)**



SÉRIE Estudos sobre
Povos Originários e
Comunidades Tradicionais

DIRETORES DA SÉRIE:

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Prof. Dr. Renato Dias Baptista
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Profa. Dra. Angélica Góis Moraes
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

COMITÊ EDITORIAL E CIENTÍFICO:

Profa. Dra. Elvira Gomes dos Reis
Universidade de Cabo Verde — Cabo Verde

Profa. Dra. Suzana Gilioli da Costa Nunes
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Profa. Dra. Marta Pagán Martínez
Universidade de Múrcia — Espanha

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Tocantins, CESAF/Ministério Público

Prof. Dr. Lamounier Erthal Villela
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Profa. Dra. Leila Adriana Baptaglin
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

COMITÊ TÉCNICO:

Me. Anderson Rodolfo de Lima
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Me. Maria Laura Foradori
Universidade Nacional de Córdoba — Argentina

Fernando da Cruz Souza
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

**Anais do 1º Congresso Científico Internacional da RedeCT
(Rede Internacional de Pesquisadores sobre
Povos Originários e Comunidades Tradicionais)**

Organizadores

Nelson Russo de Moraes

Lamounier Erthal Villela

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior

Vilso Júnior Chierenti Santi

Alceu Zoia

Fernando da Cruz Souza



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Gisele Huguenin (UFRRJ)

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Série Estudos sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais - 7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

MORAES, Nelson Russo de *et al* (Orgs.)

Anais do 1º Congresso Científico Internacional da RedeCT (Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais) [recurso eletrônico] / Nelson Russo de Moraes *et al* (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

665 p.

ISBN - 978-65-5917-051-7

DOI - 10.22350/9786559170517

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Povos Originários. 2. Comunidades Tradicionais. 3. Cultura. 4. Políticas Públicas. 5. Desenvolvimento Sustentável.
I. Título; II. Série.

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunidade e sociedade

177

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

REITOR
Dr. Sandro Roberto Valentini

VICE-REITOR
Dr. Sérgio Roberto Nobre

Faculdade de Ciências e Engenharia – FCE
Diretor

Dr. Pedro Fernando Cataneo

Vice-Diretor
Dr. Mário Mollo Neto

Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social

Dr. Nelson Russo de Moraes – UNESP – Líder
Dra. Ana D’Arc Martins de Azevedo – UEPA e UNAMA – Vice-líder
Dr. Renato Dias Baptista – UNESP
Dra. Angélica Góis Morales – UNESP
Dr. Eduardo Festozo Vicente – UNESP
Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior – UFT
Dra. Suzana Gilioli da Costa Nunes – UFT
Dr. Fernando Barnabé Cerqueira – FAG
Dr. Alceu Zoia – UNEMAT

Equipe de Editorial Técnico – GEDGS/RedeCT

Fernando da Cruz Souza – UNESP
Me. Anderson Rodolfo de Lima – UFSCar
Me. Maria Laura Foradori – Universidad Nacional de Córdoba
Natália Lima Gasque – UNESP

Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS

(e-mail: gedgsunesp@gmail.com)

Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e

Comunidades Tradicionais – RedeCT (e-mail: redect.pesquisa@gmail.com)

Av. Domingos da Costa Lopes, 780 – CEP 17.602-496 – Jardim Itaipú – Tupã – SP

Sumário

Apresentação.....	25
A RedeCT como um espaço necessário: fruto da convergência entre uma demanda socioambiental urgente e da universidade em resistência	
Nelson Russo de Moraes	
Programação efetivamente cumprida no congresso	30
Comissão organizadora do 1º CCI da RedeCT.....	35

GT 1

Aspectos, Narrativas e Elementos Históricos dos Povos Originários e das Comunidades Tradicionais

Suzana Gilioli da Costa Nunes

Luciana Rodrigues Ferreira

Alexandre de Castro Campos

Raoni Fernandes Azerêdo

Trabalho 1	41
Verificação da relação com a natureza por parte de uma comunidade quilombola do Tocantins (301255)	
Maurício Dias Marques	
José Himi Ndambuca	
Laurenita Gualberto Pereira Alves	
Nelson Russo de Moraes	
Angélica Gois Morales	

Trabalho 2	51
Registros fotográficos: memória e identidade das comunidades de remanescentes quilombolas (299432)	
Celenita Gualberto Pereira Bernieri	
Jardilene Gualberto Pereira Fôlha	
Laurenita Gualberto Pereira de Alves	

Trabalho 3	58
Resistência Cunhambebe: da colonização ao apagamento histórico (301496)	
Camila Reis Tomaz	
Luiza Corral Martins de Oliveira Ponciano	
Trabalho 4	67
Formação cultural da Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha, Guará/TO (298055)	
Alexandre de Castro Campos	
Celenita Gualberto Pereira Bernieri	
Laurenita Gualberto Pereira Alves	
Nelson Russo de Moraes	
Trabalho 5	74
As comunidades tradicionais no relatório de avaliação de impacto ao patrimônio imaterial: diálogos entre o campo e a legislação (300130)	
Luciane Barbosa de Souza	
Maria Luiza Dias Oliveira	
Trabalho 6	78
Estudo histórico da região Feio-Aguapeí e suas etnias (304600)	
Artur Luz Tenente	
Cauan Ferrara Batista	
Lucas Satoshi Cipriano Oikawa	
Matheus Michelin Pelegrino	
Guery Tã Baute e Silva	
Trabalho 7	84
Convergências sócio-históricas entre indígenas e afrodescendentes no Estado do Espírito Santo (299418)	
Ariadne Dall'acqua Ayres	
Guilherme Lalue Ribeiro	
Rogério Frigerio Piva	
Nelson Russo de Moraes	
Trabalho 8	90
História indígena nos municípios de São Bernardo e Santa Quitéria no Estado do Maranhão (300010)	
Richardes Lima Souza	
Ana Caroline Amorim Oliveira	

Trabalho 9.....	95
------------------------	-----------

História indígena na microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense (299781)

Aleilson Sales da Silva

Ana Caroline Amorim Oliveira

GT 2

Gestão Social, Ambiental e Desenvolvimento Local

Angélica Góis Morales

Giuliana Aparecida Santini Pigatto

Ana Maria Barbosa Quiqueto

Trabalho 1	103
-------------------------	------------

A importância da tecnologia social na qualidade de vida da Comunidade Tradicional Caiçara da Praia do Sono em Paraty-RJ (298498)

Norma da Silva Rocha Maciel

Cristiane da Silva Dias

Jaqueline Costa Netto

Nelson Russo de Moraes

Trabalho 2.....	110
------------------------	------------

A Comunidade Quilombola São Roque no Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, Região Sul – Brasil (299118)

José Gustavo Santos da Silva

Gilberto Tonetto

Thaise Sutil

Nilzo Ivo Ladwig

Juliano Bitencourt Campos

Trabalho 3.....	118
------------------------	------------

A Rede Nhandereko de turismo de base comunitária: o turismo situado como uma nova economia de indígenas, caiçaras e quilombolas (299907)

Renato de Oliveira dos Santos

Teresa Cristina de Miranda Mendonça

Edilaine Albertino de Moraes

Trabalho 4.....	125
------------------------	------------

Enfrentando a não gestão costeira: o caso de São Braz, comunidade quilombola e de pesca artesanal do Recôncavo Baiano (299826)

Tayane Lopes Santos

Miguel Da Costa Accioly

Trabalho 5 132
O quilombismo como enfrentamento à colonialidade do poder: um estudo referente ao reconhecimento de uma comunidade remanescente de quilombo em Tutóia-MA (300137)
Rafael Cordeiro da Cruz

Trabalho 6 137
O lugar na RESEX de Canavieiras: o sustentável, na educação ambiental a partir de uma relação toponímica (302746)
Mariana Santana Falcão Maia
Fábio Pessoa Vieira

GT 3

Questões socioambientais e territoriais de Povos Originários e de Comunidades

Tradicionais

Vilso Júnior Chierentin Santi

Wilcer André Marcório

Fábio Brega Gamba

Trabalho 1 147
Varição na composição de captura entre Comunidades Tradicionais de Pescadores Artesanais no Rio Araguaia, Tocantins, Brasil (300964)
Carolne Ribeiro Gomes Dias
Adriano Prysthon

Trabalho 2 154
Desenvolvimento sustentável nos territórios indígenas: uma perspectiva panorâmica (299827)
Natália de Lima Gasque
Ariane Taísa de Lima
Teles Cristiano Cândido
Renato Dias Baptista
Nelson Russo de Moraes

Trabalho 3 162
Terra Indígena Vanuïre - Arco Íris - SP: conflitos pela água, pela terra e relações de trabalho (299371)
Bárbara Cardoso da Cunha

Trabalho 4 167
Fazer saber a própria terra (299143)
Leonardo Viana Braga
Hugo Prudente da Silva Pedreira
Flora Dias Cabalzar

Trabalho 5 174

Cartografia social no contexto de tragédias-crime ambientais: encontro entre saberes para a delimitação territorial em uma Aldeia Pataxó (299874)

Amanda Ribeiro Carlino

Bernardo Carrusca Camilo de Oliveira

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

Juliana de Lima Passos Rezende

Virgínia Simao Abuhid Burkhardt

Henrique Martins Cardiel

Thamires Peixoto Soares

Trabalho 6 180

Um olhar sobre a importância da gestão ambiental dos Povos Indígenas na Amazônia Legal (299112)

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior

Vinicius Benites Alves

Isaltina Santos da Costa Oliveira

Juliane Santana da Costa

Trabalho 7 187

Economias alternativas e as possibilidades de superação à minério - dependência: analisando o caso de Brumadinho (300109)

David Ferreira Duarte

Cristian Rodrigues da Costa

Tania Cristina Teixeira

Ario Maro de Andrade

Flávio Constantino Barbosa

GT 4 (sessão 1 do GT 4)

Narrativas em tecnologias, comunicação e sociedade

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior

Renato Dias Baptista

Guery Tã Baúte e Silva

Trabalho 1 201

Análise da aplicação das habilidades específicas de história do currículo paulista do ensino médio a partir da Lei 11.645/08 (299824)

Leila Adriana Baptaglin

Omar Fernando de Carvalho Júnior

Fábio Andrade Dias

Francielli Gonçalves Rodrigues

Trabalho 2	208
Da fala à internet: as práticas comunicacionais dos indígenas da Comunidade Truaru da Cabeceira em Roraima (299958)	
Ariene dos Santos Lima	
Vângela Maria Isidoro de Moraes	
Trabalho 3	215
Epistemologia Iorubá/Nagô: análises de poemas afro-brasileiros e africanos (299958)	
Camila Bastos Lopes da Silva	
Carla Regina Santos Paes	
José Guilherme de Oliveira Castro	
Trabalho 4	220
Narrativas virtuais e as sociedades indígenas da Bahia: o uso das redes sociais digitais e suas implicações na educação intercultural no contexto da pandemia do Covid-19 (299861)	
Mirela Silva Ferreira	
Trabalho 5	227
Nhandereko Guarani Mbya, Tekoa Araponga: o Ara e o Ywy, na voz do xeramõi (o modo de ser guarani Mbya na Aldeia Araponga: tempo e espaço, na voz do mestre) (300118)	
Renato de Oliveira dos Santos	
Karáí Tataendy Oka	
Samira Lima da Costa	
Emílio Nolasco de Carvalho	
Trabalho 6	234
Intercâmbio de conhecimento, sociedades tradicionais e a transferência de tecnologia: proteção jurídica e consequências sociais (301351)	
Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior	
Yuri de Almeida Guardiola	
Trabalho 7	242
Limites e particularidades da financeirização da educação brasileira (301440)	
Guery Tã Baute e Silva	
Paulo Isoldi Marcos dos Santos	
Trabalho 8	252
Narrativas científicas: Open Science no Brasil (301520)	
Francisco Gilson Rebouças Porto Junior	
Edson de Sousa Oliveira	

GT 4 (sessão 2 do GT 4)
Narrativas em tecnologias, comunicação e sociedade

Renato Dias Baptista

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior

Guery Tã Baúte e Silva

Trabalho 1	261
Narrativas e língua: alguns elementos para se pensar a comunicação (301336)	
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior	
Andréia Rocha	
Trabalho 2.....	268
Narrativas e o ideal da lusofonia (301337)	
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior	
Andréia Rocha	
Trabalho 3.....	274
Narrativas profissionais: a percepção desencaixada dos profissionais de comunicação e jornalismo sobre o mercado de trabalho tocantinense (301355)	
Francisco Gilson Rebouças Porto Junior	
José Eduardo Almeida	
Trabalho 4.....	282
Comunicação e narrativa de si: o corpo na propaganda (301543)	
Francisco Gilson Rebouças Porto Junior	
Jorge Luiz Resende Nogueira	
Trabalho 5.....	288
Jogos eletrônicos, gamificação e aprendizagem: notas iniciais para se compreender a aplicação da tecnologia (302628)	
Francisco Gilson Rebouças Porto Junior	
Fernando Turíbio de Moura	
Trabalho 6.....	296
Midiativismo na Amazônia: a rede de comunicação dedicada às causas indígenas (299621)	
Carine Felkl Prevedello	
Beatriz Joselita Oliveira Coutinho Abreu	
Camila Gouas Pires	
Letícia Gonçalves Lisboa	
Trabalho 7.....	303
Tecnologia social e indicação geográfica (301342)	
Djales Dos Santos Oliveira	
Francisco Gilson Rebouças Porto Junior	

Trabalho 8..... 309
Governança como fator crítico de sucesso para a implementação de uma indicação geográfica (301343)
Francisco Gilson Rebouças Porto Junior
Djales dos Santos Oliveira

Trabalho 9..... 316
Exploração de cadeia produtiva de caju: notas iniciais sobre o caso de Guiné-Bissau (301346)
Francisco Gilson Rebouças Porto Junior
Justino Cornélio Mendes

GT 5

Políticas Públicas e Etnodesenvolvimento

Eduardo Festozo Vicente
Diná Andrade Lima Barros
Terezinha Corrâ Lindino

Trabalho 1 325
Políticas públicas, cultura e identidade: desafios à preservação de povos e comunidades tradicionais no Brasil (299665)
Giliarde Benavinito Albuquerque C. V. R. Nascimento e Gama
Evely Bocardi de Miranda
Valéria dos Santos de Oliveira
Leila Adriana Baptaglin

Trabalho 2..... 332
(Auto) Representações e políticas públicas etno-indígenas em falas da Parlamentar Indígena Joenia Wapichana na imprensa brasileira (299839)
Bryan Chrystian da Costa Araújo
Nayla Brisoti Barbeta
Vilso Junior Santi

Trabalho 3..... 339
Revisitando a relação homem-natureza (301326)
Gisele Huguenin
Diná Andrade Lima Ramos
Rafaela Rosa Chaves Cardoso
Lucimar Ferraz de AndradeMacedo

Trabalho 4	348
Vivência extensionista na Reserva Indígena Naô Xohã após crime ambiental em Brumadinho (299561)	
Dayane Jhenifer Ribeiro Silva	
Grasiele Cristine Ferreira	
Roberta Ellen Santos Oliveira	
Samira Auxiliadora Pereira	
Carolina Costa Resende	
Trabalho 5	355
Alianças entre ensino e extensão: a experiência da formação básica indígena (299758)	
Paula de Mattos Colares	
Denize de Souza Carneiro	
Trabalho 6	362
Concepção de saúde e doença indígena Akwê-Xerente (303359)	
Silvania de Jesus Silva	
Márcia Machado	
Maria Fernanda Dantas Di Flora Gamba	
Trabalho 7	373
Colonialismo interno, saúde indígena e a Covid-19 (300127)	
Cláudia Maria Guimarães Lopes de Castro	
José Carlos Leite	
Trabalho 8	379
O desafio da pandemia de Covid 19 para as políticas públicas de saúde de povos indígenas: Brasil e Argentina (301563)	
Karoline Monteiro da Silva	
Nelson Russo de Moraes	
Trabalho 9	385
A pandemia da Covid-19 entre os Tentehar/Guajajara no Maranhão (301511)	385
Ana Caroline Amorim Oliveira	
Daisy Damasceno Araújo	

GT 6 (sessão 1 do GT6)
Etnoeducação e educação escolar diferenciada para
Povos Originários e Comunidades Tradicionais

Alceu Zoia
Luciana Rodrigues Ferreira
Ana D'arc Martins de Azevedo
Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira

- Trabalho 1 393**
Ensino de ciências: um olhar sobre o currículo em escolas ribeirinhas (300067)
Silvia Pantoja de Souza
Lucinete Gadelha da Costa
- Trabalho 2..... 400**
Relatos de experiências: práticas pedagógicas na educação infantil com participação dos anciãos no Centro de Educação Infantil Vovó Teófila, localizado na Comunidade Quilombola do Chumbo em Poconé-MT (301328)
Marileide do Carmo Amorim Arruda
Marizeth de Amorim Campos
Cira Alves Martins
Valdirene Gonçalves de Amorim Campos Pereira
- Trabalho 3..... 409**
Etnomatemática, globalização e identidade cultural local no contexto da educação quilombola (298106)
Cristiano Gomes de Oliveira
Márcio de Albuquerque Vianna
- Trabalho 4..... 416**
Texto, jogo e cena: os desafios e encruzilhadas do ensino de teatro na formação étnico-racial do/a educando/a do Quilombo Monte Recôncavo (304602)
Rubens dos Santos Celestino
- Trabalho 5 421**
Educação política em quilombo: memórias escolares de mulheres quilombolas e a modalidade de ensino EJA na Vila de Mangueiras em Salvaterra (PA) (297056)
Bruna Caroline Santos Bomfim
Ana D'Arc Martins de Azevedo
- Trabalho 6..... 428**
Diversidade cultural e seu potencial na educação escolar: saberes e fazeres dos (as) artesãos (ãs) do Quilombo da Fazenda Picinguaba, Ubatuba/SP (299963)
Edirlaine Lopes dos Reis

Trabalho 7	436
Educação escolar indígena: uma análise da política na Amazônia paraense (299940)	
Jones Nogueira Barros	
Carmen Pineda Nebot	
Marcelo Figueira Lobato	

GT 6 (sessão 2 do GT6)

Etnoeducação e educação escolar diferenciada para Povos Originários e Comunidades

Tradicionais

Alceu Zoia

Ana D'arc Martins de Azevedo

Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira

Trabalho 1	443
Diversidade cultural dos povos originários do Brasil e proposta do uso de narrativas (lendas e mitos) para o ensino interdisciplinar (293621)	443
Luciene Cristina Risso	

Trabalho 2	446
Processo de escolarização indígena MêBêngôkre-Kayapó Gorotire (299778)	
Leni Barbosa Feitosa	
Idemar Vizolli	

Trabalho 3	451
A educação intercultural e as tecnologias digitais: relato de experiência do uso das ferramentas tecnológicas para tecer diálogos virtuais com as sociedades indígenas da Bahia (301215)	
Monique Marambaia Ferreira Fonseca	
Mirela Silva Ferreira	
Felipe Oliveira Ventura	

Trabalho 4	457
Diálogos entre a educação e os saberes culturais indígenas: limites e possibilidades na formação de professores em EaD no contexto da pandemia, na Bahia (302786)	
Thelma Lima da Cunha Ramos	
Samir Perez Mortada	
Marilene da Conceição Ferreira	
Mirela Silva Ferreira	
Fátima de Araújo Góes Santiago	

Trabalho 5 464
Memória, educação indígena e resistência: relato de experiências a partir de um projeto educativo durante a Covid-19 (297966)
Samir Perez Mortada
Mirela Silva Ferreira
Thelma Lima da Cunha Ramos

Trabalho 6 470
Estudos em etnodiversidade como programa de pós-graduação: proposta em construção (302781)
Carla Giovana Souza Rocha
Gustavo Goulart Moreira Moura
Francilene de Aguiar Parente
Raquel da Silva Lopes

GT 7

Comunidades tradicionais e o pacto pelo mar

Lamounier Erthal Villela

Patrick Maurice Maury

Carlos Alberto Sarmento do Nascimento

Daniel Neto Francisco

Trabalho 1 479
Uso de recursos naturais com ênfase em gênero na região de Salinópolis - PA (299974)
Thaís Mayara da Silva Carvalho
Regina Oliveira da Silva

Trabalho 2 486
Comunidades tradicionais de pescadores artesanais de Coroa Grande e Ilha da Madeira, uma análise sócio-histórica a partir de uma perspectiva etnográfica (297087)
Carlos A. Sarmento Nascimento
Márcio Albuquerque Vianna
Lamounier Erthal Villela
Joyciene Carolina Fagundes
Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima

Trabalho 3 493
Redes entre comunidades tradicionais e instituições de extensão na Baía da Ilha Grande/RJ (298155)
Patrick Maurice Maury
Lamounier Erthal Villela
Diná Andrade Lima Ramos
Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima

Trabalho 4	501
Controle social em forma de resistência: uma caracterização das Comunidades Quilombolas do Território da Baía da Ilha Grande/RJ, Brasil (299675)	
Lucimar Ferraz de Andrade Macedo	
Daniel Neto Francisco	
Diná Andrade Lima Ramos	
Lamounier Erthal Villela	

Trabalho 5	508
Território tradicional ou zona de sacrifício: uma aproximação da Comunidade Quilombola de Santa Rita do Bracuí, na Baía da Ilha Grande (RJ) (301363)	
Daniel Neto Francisco	
Lucimar Ferraz de Andrade Macedo	
Lamounier Erthal Villela	

GT 8

Produção de conhecimento e aspectos culturais de Povos Originários e Comunidades Tradicionais

Nelson Russo de Moraes
Izabel Castanha Gil
Norma da Silva Rocha Maciel

Trabalho 1	519
Pacto pela BIG: construindo uma Agenda Territorial a partir das representações locais (303465)	
Daniel Neto Francisco	
Edmir Amanajás Celestino	
Lamounier Erthal Villela	

Trabalho 2	527
Cooperativismo, Povos de Terreiro e desenvolvimento sustentável em Sergipe (299926)	
Ilzver de Matos Oliveira	
Pedro Meneses Feitosa Neto	
Érica Maria Delfino Chagas	
Caio Gonçalves Silveira Lima	
Ellen Amanda Gama Soares	
Adriana Nascimento Seixas Bispo	

Trabalho 3	536
Comunidades Tradicionais de Terreiro entre conflitos: dos choques morais ao ideário uniético (299954)	
Evelyn Marcele Ribeiro Mota	

Trabalho 4	542
Cultura e memória identitária do Povo Krenak da Terra Indígena Vanuíre (299678)	
Nelson Russo de Moraes	
Angélica Góis Morales	
Cristiane Teixeira Bazilio Marchetti	
Valquiria Cristina Martins	
Lidiane Damaceno Cotui Afonso	

Trabalho 5	549
Puxirum no Tapajós: lutas sociais e (re)existências camponesas na Amazônia (299840)	
Francilene Sales da Conceição	
Ricardo Gilson da Costa Silva	

Trabalho 6	556
A festa 13 de Maio: ancestralidade e identidade na Comunidade Quilombola Dona Juscelina (300466)	
Izarete da Silva de Oliveira	
Elias da Silva	
Kênia Gonçalves Costa	
Luiza Helena Oliveira da Silva	

Trabalho 7	561
Eles estão entre nós, o que nos dizem? Análise da Produção Intelectual de Sujeitos de Povos e Comunidades Tradicionais (303283)	
Mônica Celeida Rabelo Nogueira	

GT 9

Agricultura local, alimentação e segurança alimentar

Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani

Andrea Rossi Scalco

Washington José de Souza

Trabalho 1	571
Povos de Terreiro, abate religioso de animais não-humanos e a efetivação dos direitos à liberdade religiosa e à Segurança Alimentar e Nutricional (299932)	
Ilzver de Matos Oliveira	
Pedro Meneses Feitosa Neto	
Laura Quiroga Oliveira	
Caio Gonçalves Silveira Lima	
Érica Maria Delfino Chagas	
Tayane Michele Santos Rocha	

Trabalho 2.....	578
Quilombos paulistas: a Política Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em sua interface com as comunidades tradicionais frente ao Projeto de Lei Estadual nº 529 de 2020 (296949)	
Silvia Cristina Vieira Gomes	
Paula Garcia Lima	
Eduardo Festozo Vicente	
Trabalho 3.....	585
A importância de alimentos tradicionais no contexto da segurança alimentar e nutricional de comunidades indígenas (301270)	
Andréa Rossi Scalco	
Nelson Russo de Moraes	
Karen Cristina de Andrade Pereira	
Trabalho 4.....	593
Interfaces entre o PNAE, capital social e o fortalecimento da agricultura familiar no Quilombo do Pacoval/Alenquer-Pará (300562)	
Edilene da Silva Souza	
Efrain da Silva Ribeiro	
Raoni Fernandes Azerêdo	
Vander Luiz Barbosa de Sousa	
Vanessa Pinto Barrozo	
Trabalho 5.....	600
Experiências extensionistas e contribuição à Segurança Alimentar da Comunidade Indígena Potiguar Mendonça do Amarelão (299741)	
Washington José de Souza	
Dinara Leslye Macedo Silva Calazans	
Nila Patrícia Freire Pequeno	
Valdi de Lima Júnior	
Sergio Marques Junior	
Trabalho 6.....	607
Reflexo da agricultura patronal nas práticas agroecológicas dentro das comunidades tradicionais (299950)	
Bruno Ricardo Carvalho Pires	
Joiceleia Juliate Fonseca	
Maria Vitória Nogueira Marvulli	
Nelson Russo de Moraes	

Trabalho 7	615
Pobreza em comunidades tradicionais: Quebradeiras de Coco Babaçu (300191)	
Fernando da Cruz Souza	
Milian Nascimento Cordeiro Martins	
Guilherme Laluze Ribeiro	
Ronaldo Cesar Goes de Lima	
Nelson Russo de Moraes	

Trabalho 8	623
Etnodesenvolvimento e bem viver: concepções e implicações para políticas públicas (299200)	
Fernando da Cruz Souza	
Ana Maria Barbosa Quiqueto	
Milena Botelho Azevedo Lena	
Vilso Junior Chierentin Santi	

GT 10

Estudos sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais

Nelson Russo de Moraes
 Ana Margarida Theodoro Caminhas
 Anderson Rodolfo de Lima

Trabalho 1	635
El caso de los pueblos originarios y la explotación de sus recursos naturales: disputas por el acceso a la información ambiental y la participación ciudadana (303155)	
Maria Eugenia Perez Cubero	

Trabalho 2	642
Características da pesca artesanal na região do Salgado Paraense (302631)	
Adna Albuquerque	
Regina Oliveira	

Trabalho 3	649
Festejos da Folia de São João Batista na Comunidade Quilombola Água Limpa Faina – GO (299274)	
Luiz dos Santos Neia	
Edevaldo Aparecido Souza	

Trabalho 4	655
Só não somos aldeados: identidade e invisibilidade entre os povos originários do Piraquê-Açu, Aracruz – ES (297936)	
Márcio Antônio Farias de Freitas	

Trabalho 5	659
Psicologia e tecnologia aplicada a sala de aula em tempos de Covid (30442)	
Andréia Ferreira Martins	

Apresentação

A RedeCT como um espaço necessário: fruto da convergência entre uma demanda socioambiental urgente e da universidade em resistência

*Nelson Russo de Moraes*¹

Era agosto de 1989, comemorava meus 18 anos e iniciava-me em uma trilha interdisciplinar (e posteriormente acadêmica) e de formação pessoal intensa que me levaria a imergir num mundo de desafios e de resistência de povos indígenas e de comunidades tradicionais. Como professor especialmente vinculado ao Programa de Reestruturação do Ensino na Zona Rural de São Paulo, pelo Governo do Estado, àquela época, a interação com crianças de etnias Terena e Guarani, nas aldeias que compõem a Terra Indígena Araribá, em Avaí/SP. Naquela ocasião, na prática do enriquecimento curricular, articulava diálogos de educação ambiental e acerca de alguns elementos culturais com as crianças indígenas estudantes da primeira etapa do ensino fundamental.

Do enriquecimento curricular de outrora, foram observáveis os tempos da virada do século que trouxeram enormes mudanças à sociedade de modo geral e às relações entre diferentes grupamentos humanos em específico, com especial destaque para as fricções existentes entre os povos indígenas, as comunidades tradicionais e a chamada sociedade nacional.

¹ Criador e articulador da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais (RedeCT). Livre-docente em Gestão e Educação Ambiental (UNESP), Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Mestre em Serviço Social (UNESP) e Bacharel em Administração (ITE/Bauru). Docente permanente do PGAD/FCE/UNESP e colaborador do PPGCOM/UFT, Líder do Grupo de Pesq. GEDGS (Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social), Criador e articulador da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais (RedeCT)

As referidas transformações ocorreram sempre como desdobramento dos interesses por capital, por terras e por outras diferentes interfaces da produção de poder que poderiam ou que podem colocar em risco ciclos econômicos e mesmo políticos que se mantêm numa certa geografia do poder.

Fato central e indiscutível é que os povos indígenas, em específico ao caso brasileiro, desde o ano de 1500 vêm sofrendo um intenso e constante processo de redução, que longe do romantismo narrado por alguns textos, foi e é cunhado por processos violentos, dentro das perspectivas cultural, estrutural e física. Não obstante, as comunidades afro-descendentes, inclusive quilombolas sofrem, há séculos, processos violentos de sociabilização ainda pautados nas concepções etnocêntricas, teoricamente vencidas pela antropologia cultural. Por fim, o cenário impressionantemente multicultural do Brasil, da América Latina e de países africanos remetem às demandas socio-antropológicas que foram (ao longo das últimas décadas) esculpindo categorias de comunidades tradicionais com forte atenção e respeito ao particularismo histórico, à cultura e à ancestralidade de cada grupamento humano.

Nesta mesma sociedade humana, que vem aspirando, neste início de século XXI, o aumento desmedido da violência e sentindo o recuo do Estado enquanto área anteriormente segura da defesa dos direitos humanos e de promoção da vida, a universidade de modo geral e a pública em específico passou a ser enfraquecida quer seja pela redução do seu financiamento, ou pela investida de setores/grupos públicos e privados interessados em seu enfraquecimento.

Contudo, o termo resistência, fortemente utilizado nas décadas de 1970 e 1980 por movimentos camponeses, estudantis e operários passa a ser também próprio às universidades que permanecem desenvolvendo estudos, pesquisas e extensão universitária em prol da verdade científica, de produção de conhecimento e da contribuição para a resolução de problemas complexos que desafiam a sociedade contemporânea.

Inquieta, interdisciplinar, crítica e contextualizadora por sua natureza, a universidade de modo geral, mas boa parte da universidade pública em específico se desacomoda e neste movimento de saída encontra e converge para com as lutas, a esperança e a resistência de povos indígenas e de comunidades tradicionais brasileiras. Ao lançar-se aos primeiros diálogos (em oficinas e trabalhos) o pequeno movimento se vê grande e alinhado, para além de centenas de pesquisadores, professores e estudantes do Brasil, a colegas do Cabo Verde, Argentina, Bolívia, Angola, Portugal, Espanha, Colômbia, Guiné Bissau e Chile.

O movimento toma corpo e em 22 de maio de 2018, o Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS (FCE/UNESP Tupã), no X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS, realizado na Universidade Federal do Cariri (Juazeiro do Norte/CE), propõe e cria a RedeCT – Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais, com o objetivo de articular e promover o diálogo (sobre experiências acadêmicas, ética em pesquisa e metodologias de trabalho) entre pesquisadores, professores e estudantes que atuam com povos originários (o caso brasileiro, os indígenas) e comunidades tradicionais (ao caso brasileiro, as comunidades quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, extrativistas, geraizeiras, quebradeiras de coco babaçu, povos de terreiro, pantaneiros e comunidades oriundas da imigração, dentre outras categorias).

No ano de 2018, com apoio da Editora da Universidade Federal de Roraima – EdUFRR, foi criada a série de livros “Estudos sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais”, hospedada no site da Editora Fi (www.editorafi.org/povos). Nesta série, foi desembarcada a **coleção “Povos Originários e Comunidades Tradicionais: Trabalhos de Pesquisa e de Extensão Universitária”**, que já contabiliza a publicação de seis volumes que trazem **70 (setenta) capítulos**, que diversos, trazem trabalhos acadêmicos de ensino, pesquisa e de extensão universitária de diversos países, com especial destaque para a experiência brasileira de convergência

entre a universidade e as demandas dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Em 2020, impulsionados pelo trágico episódio da pandemia pela Covid-19 (SarsCov-2) que obrigou uma grande parcela da academia ao exercício profissional mediado pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, em especial pela internet, foi proposto o **1º Congresso Científico Internacional da RedeCT**, totalmente *on-line*, de 24 a 27 de novembro de 2020.

O 1º CCI da RedeCT foi rapidamente acolhido pela comunidade acadêmica e científica, consolidando-se como um grande congresso científico internacional com números importantes, sendo aproximadamente 250 participantes; 85 resumos expandidos aprovados e apresentados em 12 sessões/GTs, num processo que contou com um comitê científico de 34 professores, sendo 70% de doutores e 30% de mestres; foram 8 minicursos de 4 horas cada; 3 mesas redondas (sempre às 16h) e 4 conferências (nas noites do congresso). Por fim, o congresso abriu espaço para a **2ª Reunião Geral de Pesquisadores da RedeCT**, que serviu para alinhar os planos futuros da rede, com forte valorização da sua história e dos anseios dos seus mais diversos integrantes.

O 1º CCI da RedeCT foi todo academicamente importante, contando ainda com diversos momentos brilhantes e tantos emocionantes. Ouvir e valorizar os trabalhos de tantos locais de fala, de tantas etnias de tantos saberes; possibilitar o encontro de algumas das principais referências de estudos com professores e com estudantes em início de trilha, numa fala íntima e próxima; desalojar a universidade de qualquer perspectiva etnocêntrica e fazê-la próxima, parceira, combativa e resiliente ... talvez – num olhar reverso do processo – tenham sido estes os principais objetivos alcançados pelo 1º CCI da RedeCT, realizado a partir da FCE/UNESP Tupã.

Ficaram indicativos concretos dos próximos passos a serem tomados pela RedeCT de modo geral e pela equipe diretiva em específico: **(1)** manter a transparência e a proximidade, como foi até aqui, entre a equipe diretiva/articuladora, os membros/integrantes da RedeCT e os diversos

povos/comunidades; **(2)** continuar a condução dos processos editoriais, sempre buscando sua melhoria qualitativa; **(3)** consolidar o termo de cooperação técnico-científico-acadêmico entre os pesquisadores, especialmente a partir de seus grupos de pesquisa, de modo a aumentar a legitimidade da RedeCT; **(4)** dar continuidade aos processos administrativos de cadastramento/filiação e de gestão da comunicação/articulação entre os integrantes da RedeCT; **(5)** gerar anualmente a “Carta da RedeCT”, expressando publicamente os olhares deste coletivo sobre a sociedade contemporânea e seus desafios; **(6)** trabalhar para o êxito do 2º CCI da RedeCT a ser realizado, em 2021, no Estado do Tocantins, sob responsabilidade dos colegas do Núcleo de Pesquisa OPAJE/UFT e ainda do 3º CCI da RedeCT, em 2022, que oportunamente já ficou sinalizado para acontecer no Estado do Mato Grosso, sob a responsabilidade dos colegas da Faculdade Intercultural Indígena/UNEMAT.

Por fim, ficam os méritos à Deus por sua obra e os agradecimentos aos convidados, congressistas, ministrantes de minicursos, integrantes dos grupos de trabalhos/GTs, integrantes do Comitê Científico, integrantes da Comissão Organizadora, de Comunicação e de Suporte Tecnológico e a todos que confirmam e participam da RedeCT.

Forte, especial e carinhoso abraço a cada um dos amigos!

Programação efetivamente cumprida no congresso

Dia 24/11/2020

8h – Minicurso “O impacto social do cooperativismo como gerador de renda para comunidades tradicionais”, ministrado pelo Prof. Me. Cláudio Antônio Tavares (PGAD/UNESP).

8h – Minicurso “Leitura histórico-crítica da conquista e colonização do Brasil sob a perspectiva dos povos originários e afrobrasileiros: o norte do Espírito Santo como estudo de caso”, ministrado pelo Prof. Me. Alexandre de Castro Campos (ETEC) e pelo Professor Historiador Rogério Frigério Piva (Prefeitura Municipal de Nov Venécia/ES).

14h – Reunião Geral dos Pesquisadores da RedeCT. A mesa foi composta pelo Dr. Nelson Russo de Moraes (UNESP), presidindo os trabalhos; Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior (UFT); Dr. Vilso Júnior Chierentin Santi (UFRR); Dr. Alceu Zoia (UNEMAT); Dr. Lamounier Erthal Villela (UFRRJ); Profa. Me. Jardilene Gualberto Pereira Fôlha (UFT e Prefeitura Municipal de Palmas/TO) e Prof. Me. Alexandre de Castro Campos (ETEC). A reunião teve como convidado o Dr. Fernando Guilherme Tenório (EBAPE/FGV), que proferiu palestra sobre a importância das redes acadêmicas de pesquisa.

19h – Conferência “Diálogos sobre etnodesenvolvimento e políticas públicas na América Latina”, mediada pela Dra. Angélica Góis Morales (UNESP), tendo à conferência a Profa. Me. Maria Laura Foradori (doutoranda da Universidad de Córdoba/Argentina), Dr. Luis Eduardo Acosta Muñoz (Instituto de Investigaciones Amazonicas Sinchi – Colômbia) e o Dr. Nelson Russo de Moraes (UNESP).

Dia 25/11/2020

8h – Minicurso “Saberes e Práticas da Comunidade Quilombola”, ministrado pela Profa. Me. Jardilene Gualberto Pereira Fôlha (UFT e Prefeitura Municipal de Palmas/TO), Profa. Laurenita Gualberto Pereira Alves (Governo do Estado do Tocantins e mestranda da UFT) e Profa. Celenita Gualberto Pereira Bernieri (Prefeitura Municipal de Dianópolis e mestranda da UnB);

8h – Minicurso “A questão socioambiental da Mata Atlântica e suas Comunidades Tradicionais”, ministrado pela Profa. Me. Norma da Silva Rocha Maciel (doutoranda da UFRRJ), Profa. Me. Ana Luiza de Oliveira Moura (Prefeitura Municipal de Paraty/RJ), Prof. Me. Marcondes Geraldo Coelho (doutorando da UFRRJ), Professor Émerson Luis Ramos (UFRRJ).

14h – Sessão de Apresentação do GT 1 – “Aspectos, Narrativas e Elementos Históricos dos Povos Originários e das Comunidades Tradicionais”, tendo mesa composta por: Dra. Suzana Gilioli da Costa Nunes (UFT), Dra. Lucina Rodrigues Ferreira (UNAMA), Prof. Me. Alexandre de Castro Campos (ETEC), Prof. Me. Raoni Fernandes Azerêdo (UFOPA).

14h – Sessão de Apresentação do GT 2 – “Gestão Social, Ambiental e Desenvolvimento Local”, tendo mesa composta por: Dra. Angélica Góis Morales (UNESP), Dra. Giuliana Aparecida Santini Pigatto (UNESP) e Profa. Me. Ana Maria Barbosa Quiqueto (Universidade Brasil e Prefeitura Municipal de Arco Íris/SP).

14h – Sessão de Apresentação do GT 8 – “Produção de conhecimento e aspectos culturais de Povos Originários e Comunidades Tradicionais”, tendo a mesa composta por: Dr. Nelson Russo de Moraes (UNESP), Dra. Izabel Castanha Gil (UniFAI e FaTec) e Profa. Me. Norma da Silva Rocha Maciel (doutoranda da UFRRJ).

16h – Mesa redonda “A COVID-19 e os Impactos Socioambientais na Terra Indígena de Araribá (Avaí/SP) e na Terra Indígena Vanuüre (Arco Íris/SP)”, mediada pela Professora Valquíria Cristina Martins (mestranda do PGAD/UNESP e Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuüre –

Tupã/SP), tendo a mesa composta por Dra. Niminon Suzel Pinheiro (UNIRP), Professora Lidiane Damaceno Cotuí Afonso (Diretora da Escola Indígena da Aldeia Índia Vanuíre – Arco Íris/SP), Professor David Henrique da Silva Pereira (Escola Indígena da Terra Indígena de Araribá, Avaí/SP).

18h30 – Conferência “Comunidades Tradicionais: conceitos e modos de vida”, mediada pelo Dr. Nelson Russo de Moraes (UNESP), tendo a mesa composta pelo Dr. Carlos Rodrigues Brandão (UNICAMP e Universidade Federal de Uberlândia) e Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira (UNB).

26/11/2020

8h – Minicurso “As quebraadeiras de coco babaçu: cultura, identidade e gênero no trabalho das mulheres extrativistas da Amazônia”, ministrado pela Profa. Me. Milena Botelho Azevedo Lena (UFT e Governo do Estado do Tocantins) e por Fernando da Cruz Souza (mestrando do PGAD/UNESP).

8h – Minicurso “Educação Quilombola na Amazônia Paraense: apontamentos curriculares escolares”, ministrado pela Dra. Ana D’Arc Martins de Azevedo (UEPA e UNAMA) e pela Profa. Waldirene dos Santos Castro (IFPA).

14h – Sessão de Apresentação do GT 3 – “Questões socioambientais e territoriais de Povos Originários e de Comunidades Tradicionais”, tendo a mesa composta por: Dr. Vilso Júnior Chierentin Santi; Prof. Me. Fábio Brega Gamba (UFT e Governo do Estado do Tocantins); Prof. Me. Wilcer André Marcório (IFSP).

14h – Sessão de Apresentação do GT 4 (sessão 1 do GT4) – “Narrativas em tecnologias, comunicação e sociedade”, tendo a mesa composta por: Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior (UFT), Dr. Renato Dias Baptista (UNESP), Profa. Me. Guery Tã Baúte e Silva (IFSP).

14h – Sessão de Apresentação do GT 5 – “Políticas Públicas e Etnodesenvolvimento”, tendo a mesa composta por: Dr. Eduardo Festozo Vicente

(UNESP), Dra. Diná Andrade Lima Ramos, Dra. Terezinha Corrêa Lindino (Unioeste e UNESP).

14h – Sessão de Apresentação do GT 6 (sessão 1 do GT 6) – “Etnoeducação e Educação Diferenciada para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais”, tendo a mesa composta por: Dr. Alceu Zoia (UNEMAT), Dra. Ana D’Arc Martins de Azevedo (UEPA e UNAMA), Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira (UNEMAT), Dra. Luciana Rodrigues Ferreira (UNAMA).

16h – Mesa redonda “Narrativas sobre o Continente Africano: olhando para si a partir de outro”, medida pelo Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior (UFT), tendo a mesa composta por: Dra. Elvira Gomes dos Reis (Universidade do Cabo Verde), Professor e Historiador José Miúdo Ndambuca (Professor e Deputado Federal na Angola).

19h30 – Conferência “Comunidades Tradicionais e o Pacto pelo Mar”, mediado pelo Dr. Lamounier Erthal Villela (UFRRJ), tendo a mesa composta por: Dr. Patrick Maurice Maury (PUC/BH), Prof. Me. Daniel Neto Francisco (doutorando na UFRRJ), Profa. Alexandra Vasconcelos Campos, Prof. Me. Edmir Amanajás Celestino (doutorando na UFRRJ).

27/11/2020

8h – Minicurso “Educação Escolar Indígena”, ministrado por Dr. Alceu Zoia (UNEMAT), Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira (UNEMAT), Profa. Nilce Zonizokemairô (mestranda na UNEMAT), Prof. Micael Turi Rondon (mestrando na UNEMAT).

8h – Minicurso “Sustentabilidade socioambiental no manejo dos lagos e APA Cantão, na bacia do rio Araguaia”, ministrado por: Prof. Mestre Fábio Brega Gamba (UFT e Governo do Estado do Tocantins) e pelo Prof. Me. Onivaldo da Rocha Mendes Filho (COOPTER/TO).

14h – Sessão de Apresentação do GT 4 (sessão 2 do GT4) – “Narrativas em tecnologias, comunicação e sociedade”, tendo a mesa composta

por: Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior (UFT), Dr. Renato Dias Baptista (UNESP), Profa. Me. Guery Tã Baúte e Silva (IFSP).

14h – Sessão de Apresentação do GT 6 (sessão 2 do GT 6) – “Etnoeducação e Educação Diferenciada para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais”, tendo a mesa composta por: Dr. Alceu Zoia (UNEMAT), Dra. Ana D’Arc Martins de Azevedo (UEPA e UNAMA), Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira (UNEMAT).

14h – Sessão de Apresentação do GT 7 – “Comunidades Tradicionais e o Pacto pelo Mar”, tendo a mesa composta por: Dr. Lamounier Erthal Villela, Dr. Patrick Maurice Maury (PUC/BH), Prof. Me. Daniel Neto Francisco (doutorando na UFRRJ), Prof. Me. Carlos Alberto Sarmento do Nascimento (doutorando na UFRRJ).

14h – Sessão de Apresentação do GT 9 – “Agricultura Local, Alimentação e Segurança Alimentar”, tendo mesa composta por: Dra. Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani (UNESP), Dra. Andréa Rossi Scalco (UNESP), Dra. Washington José de Souza (UFRN).

14h – Sessão de Apresentação do GT 10 – “Estudos sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais”, tendo a mesa composta por: Dr. Nelson Russo de Moraes (UNESP), Dra. Ana Margarida Theodoro Caminhos (UNESP), Prof. Me. Anderson Rodolfo de Lima (doutorando da UFSCar).

16h – Mesa redonda “Os desafios das sementes crioulas em áreas de culturas hegemônicas”, mediada pela Dra. Izabel Castanha Gil (UniFAI e FaTec), tendo a mesa composta por: Dr. Leandro Barradas Pereira (ETEC), Sr. José Luiza das Chagas (Guardião de Sementes), Padre Domingos de Jesus (Paróquia Monte Castelo/SP).

19h30 – Conferência Final “Transformaciones del movimiento indígena Mapuche en Chile: de la resistencia a la estrategia ofensiva”, tendo a mesa composta por: Dr. Renato Dias Baptista (UNESP), Dr. Carlos Del Valle (Universidad de la Frontera/Chile).

Comissão organizadora do 1º CCI da RedeCT

Coordenador Geral do 1º CCI da RedeCT

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes (FCE/UNESP/Tupã)

Equipe Diretiva do 1º CCI da RedeCT

Prof. Dr. Alceu Zoia (UNEMAT)

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior (UFT)

Prof. Dr. Lamounier Erthal Villela (UFRRJ)

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes (FCE/UNESP/Tupã)

Prof. Dr. Vilso Júnior Chierentin Santi (UFRR)

Comitê Científico do 1º CCI da RedeCT

Dr. Alceu Zoia – UNEMAT

Dra. Ana D’Arc Martins de Azevedo – UEPA e UNAMA

Dra. Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani – UNESP

Dra. Ana Margarida Theodoro Caminhas – UNESP

Dra. Andréa Rossi Scalco – UNESP

Dra. Angélica Góis Morales – UNESP

Dra. Cristiane Hengler Corrêa Bernardo – UNESP

Dra. Diná Andrade Lima Ramos – UFRRJ

Dr. Eduardo Festozo Vicente – UNESP

Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior – UFT

Dra. Giuliana Aparecida Santini Pigatto – UNESP

Dra. Izabel Castanha Gil – UniFAI e FATEC

Dr. Lamounier Erthal Villela – UFRRJ

Dra. Luciana Rodrigues Ferreira – UNAMA

Dra. Leila Adriana Baptaglin – UFRR

Dr. Nelson Russo de Moraes – UNESP

Dr. Patrick Maurice Maury – PUC/MG

Dr. Renato Dias Baptista – UNESP

Dr. Sandro Benedito Sguarezi – UNEMAT

Dra. Suzana Gilioli da Costa Nunes – UFT

Dra. Terezinha Corrêa Lindino – UNESP e UNIOESTE

Dr. Vilso Júnior Chierentin Santi – UFRR

Dra. Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira – UNEMAT

Dr. Washington José de Souza – UFRN

Me. Alexandre Castro Campos – ETEC

Me. Ana Maria Barbosa Quiqueto – Univers. Brasil e Pref. Municipal de Arco Íris/SP

Me. Anderson Rodolfo de Lima – UFSCar

Me. Carlos Alberto Sarmento do Nascimento – UFRRJ

Me. Daniel Neto Francisco – UFRRJ

Me. Fábio Brega Gamba – UFT e Governo do Estado do Tocantins

Me. Guery Tã Baúte e Silva – Instituto Federal de São Paulo

Me. Norma da Silva Rocha Maciel – UFRRJ

Me. Raoni Fernandes Azerêdo – UFOPA

Me. Wilcer André Marcório – Instituto Federal de São Paulo

Professores ministrantes/facilitadores dos minicursos do 1º CCI da RedeCT

Dr. Alceu Zoia – UNEMAT

Dra. Ana D’Arc Martins de Azevedo – UEPA e UNAMA

Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira – UNEMAT

Me. Alexandre de Castro Campos – ETEC e RedeCT

Me. Ana Luiza de Oliveira Moura – CNCTC

Me. Claudio Antônio Tavares – UNESP

Me. Fábio Brega Gamba – UFT e Governo do Estado do Tocantins

Me. Jardilene Gualberto Pereira Fôlha – Prefeitura Municipal de Palmas/TO

Me. Marcondes Geraldo Coelho Júnior – Doutorando na UFRRJ

Me. Milena Botelho Azevedo Lena – UFT

Me. Norma da Silva Rocha Maciel – Doutoranda na UFRRJ

Me. Onivaldo da Rocha Mendes Filho – SENAR/TO

Mestranda Celenita Gualberto Pereira Bernieri – Pref. Dianópolis/TO;
COEQTO e UnB

Mestrando Fernando da Cruz Souza – UNESP

Mestranda Laurenita Gualberto Pereira Alves – UFT e Governo do Estado
do Tocantins

Mestranda Nilce Zonizokemairô – UNEMAT

Mestrando Micael Turi Rondon – UNEMAT

Prof. Emerson Luís Ramos – Professor/Colaborador do Movimento Negro
Yla-Dudu

Professor e Historiador Rogério Frigério Piva – Prefeitura Mul. Nova Ve-
nécia/ES

Prof^a Waldirene dos Santos Castro – IFPA

Comissão de Comunicação, Administração e Suporte Tecnológico do Congresso

Dra. Cristiane Hengler Corrêa Bernardo – UNESP

Dra. Diná Andrade Lima Ramos – UFRRJ

Dr. Nelson Russo de Moraes (UNESP)

Me. Alexandre de Castro Campos – ETEC

Me. Anderson Rodolfo de Lima – UFSCar

Me. Ana Maria Barbosa Quiqueto – Univers. Brasil e Pref. Municipal de
Arco Íris/SP

Me. Carlos Alberto Sarmento do Nascimento – UFRRJ

Ariadne Dall’acqua Ayres – USP

Bruno Ricardo Carvalho Pires – UFT e Ministério Público do Estado do
Tocantins

Cristiane Teixeira Bazílio Marchetti – UNESP

Fernando da Cruz Souza – UNESP

Gisele Huguenin – UFRRJ (identidade visual de slides e capa do anais do congresso)

Jéssica Dayane Nunes Pessoa – UNESP

Karoline Monteiro Silva – UNESP

Teles Cristiano Cândido – UFT

Valquíria Cristina Martins – UNESP e Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre

Equipe complementar de apoio ao suporte tecnológico das diversas web-salas:

Me. Guery Tã Baúte e Silva – UNESP e IFSP

Me. Daniel Neto Francisco – UFRRJ

Me. Norma da Silva Rocha Maciel – UFRRJ

Me. Wilcer André Marcório – IFSP

Bryan Chrystian da Costa Araújo – UFRR

Fábio Andrade Dias – FACCAT

Cristiane da Silva Dias – Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz/SP

Laís de Carvalho Pechula – UNESP

Natália de Lima Gasque – UNESP

GT 1

**Aspectos, Narrativas e Elementos Históricos dos Povos
Originários e das Comunidades Tradicionais**

Suzana Gilioli da Costa Nunes

Luciana Rodrigues Ferreira

Alexandre de Castro Campos

Raoni Fernandes Azerêdo

Trabalho 1

Verificação da relação com a natureza por parte de uma comunidade quilombola do Tocantins ¹ (301255)

Mauricio Dias Marques ²

José Himi Ndambuca ³

Laurenita Gualberto Pereira Alves ⁴

Nelson Russo de Moraes ⁵

Angélica Gois Morales ⁶

O presente estudo visa verificar como a comunidade quilombola de Lajeado, município de Dianópolis, estado do Tocantins, trata a natureza, ou qual sua relação com os recursos naturais. Parte-se de uma pesquisa bibliográfica em busca de informações comprovadas sobre os aspectos históricos do processo de escravidão no Brasil, sobre a formação dos quilombos e comunidades quilombolas e sobre o processo da relação do

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento pela UNESP/ Campus Tupã – Brasil. Membro do grupo de Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental (PGEA). E-mail: mdmarques1985@gmail.com.

³ Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento pela UNESP/Campus Tupã. E-mail: himiisph@gmail.com.

⁴ Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, integrante do Grupo de Pesquisa em Democracia e Gestão Social da UNESP (GEDGS), integrante da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais – RedeCT. E-mail: laurinhagualberto25@hotmail.com.

⁵ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia. Docente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento na UNESP/Campus Tupã. Líder do Grupo de Pesquisa em Democracia e Gestão Social da UNESP (GEDGS). Pesquisador do Grupo de Pesquisa OPAJE/UFT. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental (PGEA). Representante da UNESP na Rede Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – RGS. Líder da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais – RedeCT (com sede na UNESP). E-mail: nelsonrusso@tupa.unesp.br.

⁶ Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR- Brasil). Docente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento na UNESP/ Campus Tupã – Brasil. Líder do grupo PGEA. E-mail: ag.morales@unesp.br.

indivíduo com a natureza. A seguir, realiza-se uma enquete por depoimento e experiência pessoal de membro integrante da referida comunidade.

Os diferentes grupamentos e comunidades possuem relação diferenciada com a natureza. Esse trato social/humano relativamente aos recursos naturais pode ser construído pela ancestralidade da comunidade que particularmente povoa determinada região do território. Aspectos como a sobrevivência, a relação com as divindades e a perplexidade quanto ao futuro, dentre outros, demandam ações e interações diferentes no tratamento da natureza e, assim, preservação ou degradação do meio ambiente.

A história do processo da escravidão no Brasil descreve como se formaram os quilombos e por consequência as comunidades quilombolas, como se estruturou a relação do indivíduo com a natureza ao longo do tempo e como é essa relação essencialmente na comunidade que é foco deste estudo.

As condições de escravidão aqui eram tão ruins (transporte da África para cá; trabalho de sol a sol; alimentação de péssima qualidade, habitação em locais escuros, úmidos e de pouca higiene), que a vida útil do escravo adulto não passava de 10 anos. Havia frequentes revoltas nas fazendas e grupos de escravos fugiam formando comunidades fortificadas e escondidas – os “quilombos” (BEZERRA, 2019).

Os quilombos se multiplicaram, havendo crescimento mesmo com ameaça dos que recebiam pagamento para captura-los ou destruí-los. Destaca-se o Quilombo de Palmares, com sua organização interna e capacidade de resistência a frequentes ataques, tendo como líder o grande Zumbi dos Palmares (CLÍMACO, 2014).

Conforme Silva e Bernieri (2019), a partir de 1700 foram trazidos da África negros para trabalhar nas minas de ouro em locais que atualmente pertencem aos municípios de Almas, Arraias, Dianópolis, Natividade e Paranã, Região Sudeste do Tocantins. Por volta de 1800, final do ciclo do ouro, com medo de recaptura, os escravos foram fugindo para locais de

difícil acesso, “mas com a existência de água e terras férteis propícias para a caça de animais silvestres e plantio de pequenas roças para colheita de alimentos de subsistência”, surgindo aglomerados, comunidades quilombolas (SILVA e BERNIERI, 2019, p. 19).

Os quilombolas reconstruíam no território um tipo de organização de origem africana, como verdadeira válvula de escape da violência da escravidão. Buscavam no local proteção, segurança e liberdade de acesso à terra. Contemporaneamente as comunidades quilombolas não se circunscrevem como terras de negros fugidos, mas sim como comunidades de resistência à questão de identidade e compartilhamento do território, valorizando tradições, histórias e a própria cultura. São remanescentes dos quilombos. É fundamental a vinculação das comunidades ao território, tendo a terra como instrumento de afirmação e continuidade das tradições (LIRA e RIBEIRO NETO, 2016).

Com a abolição da escravatura, os quilombolas passam a reivindicar a sua cidadania e identidade, na luta dos seus direitos e garantia do território. Só em 1988 com a inclusão do Artigo 68, no Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, ganham os direitos ao reconhecimento da propriedade das terras e oficialmente passam a serem reconhecidos pelo Estado Brasileiro. Em (2006), foram registrados 2842 territórios quilombolas no Brasil que precisam ser mapeados, porquanto não se reconhecem como quilombolas (NEIVA, et al (2008).

Para Ferreira Junior (2015), o Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003 (data do Zumbi), criou um regulamento do Artigo Constitucional sobre o direito dos quilombolas, que define o seguinte: “a *caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade*”. O Decreto 6.040/2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades e os define:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e

recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2003; BRASIL, 2007).

É certo que avanços científicos (meados do século XVIII), originam a Revolução Industrial com a tecnologia como ferramenta ideal para otimização das ações humanas e nova visão do homem sobre a natureza: um recurso natural, inesgotável que serve para o progresso industrial, sendo a ideia de uma natureza intocável considerada entrave ao desenvolvimento econômico. Segue o capitalismo, em que não é possível ter crescimento econômico sem apropriação dos recursos naturais (NAVES e BERNARDES, 2014).

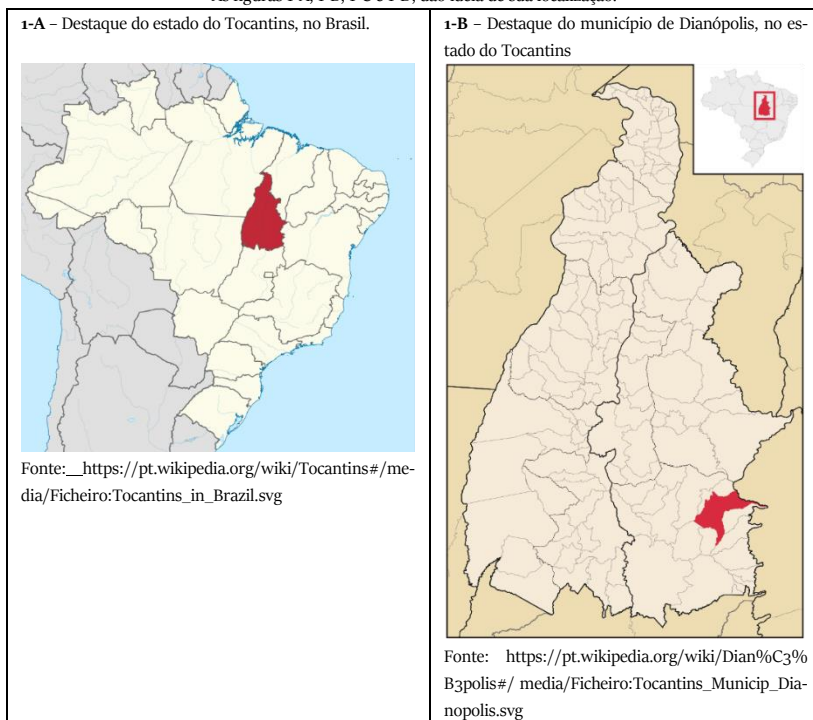
O progresso chama o domínio excessivo do homem sobre a natureza (MARIANO et al, 2011). Mas, nas últimas décadas, o surgimento e aceitação do ambientalismo coloca em cheque esse desenvolvimento da Revolução Industrial, fazendo-se crer haver um limite para a apropriação da natureza, um desafio técnico, político, civilizatório (NAVES e BERNARDES, 2014). O ecodesenvolvimento propõe a transformação racional do meio ambiente em benefício do ser humano e do próprio meio, tendo-se em conta que a visão conservacionista primitiva seja insuficiente para equilibrar os interesses e processos relativos ao meio ambiente (MARIANO, et al, 2011)

Nesse sentido, as comunidades quilombolas contribuem para a preservação do meio ambiente. Lira e Ribeiro Neto (2016), notificaram que atualmente, o estado do Tocantins possui 33 comunidades reconhecidas como remanescente de quilombos.

A Comunidade Quilombola do Lajeado está localizada na Fazenda Lajeado, zona rural no município de Dianópolis/TO, a 48 km da sede e a 327 ou 350 km de Palmas, capital do Estado. O município tem uma área de 3.217,1 km² e uma população de 19.112 habitantes, no último censo. É vizinho dos municípios de Novo Jardim e Porto Alegre do Tocantins (CIDADE BRASIL, 2019).

Sua população compõe-se de afrodescendentes do início do ciclo do ouro no norte do Estado de Goiás, por volta de 1700, que, por volta de 1800, com a crise do ouro, fugiram formando um agrupamento para sobreviver do extrativismo de animais silvestres e da agricultura de subsistência. Essa comunidade conta com uma associação de moradores constituída em 2010, e, atualmente, com 68 associados. Tem 14 famílias, com aproximadamente 88 habitantes, subsistindo da agricultura de pequenas lavouras em roças de toco, plantações nos quintais, pequenas criações de animais, aposentadorias e bolsa família (SILVA e BERNIERI, 2019; INCRA, 2016).

As figuras 1-A, 1-B, 1-C e 1-D, dão ideia de sua localização.



1-C – Localização da comunidade Lajeado, no município de Dianópolis

COMUNIDADES QUILOMBOLAS

CERTIFICADOS

- 1 - Alagoa - Bahia
- 2 - Arapuanã - PE do Norte
- 3 - Arapuanã - PE do Norte
- 4 - Arapuanã - PE do Norte
- 5 - Arapuanã - PE do Norte
- 6 - Arapuanã - PE do Norte
- 7 - Arapuanã - PE do Norte
- 8 - Arapuanã - PE do Norte
- 9 - Arapuanã - PE do Norte
- 10 - Arapuanã - PE do Norte
- 11 - Arapuanã - PE do Norte
- 12 - Arapuanã - PE do Norte

NÃO CERTIFICADOS

DOCUMENTAÇÃO

- 13 - Arapuanã - PE do Norte
- 14 - Arapuanã - PE do Norte
- 15 - Arapuanã - PE do Norte

Municípios

- 19 - Arapuanã - PE do Norte
- 20 - Arapuanã - PE do Norte

Povoados

- 21 - Arapuanã - PE do Norte
- 22 - Arapuanã - PE do Norte

Fonte:
<https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/em-busca-do-reconhecimento-1.849782>

1-D – Foto de satélite do local da comunidade Lajeado

Fonte:
https://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php?citynum=5415

Para verificar a relação da comunidade relativamente à natureza, foram propostas as seguintes questões:

- a) Como a comunidade se relaciona com a água? Como são cuidados os rios e nascentes?
- b) Como a comunidade se relaciona com a floresta? As árvores nativas são preservadas?
- c) Qual a relação da comunidade com os animais? Há caça? Como é feita?
- d) Como a comunidade trata e destina o lixo?
- e) Qual a relação da comunidade com a terra? São seguidas orientações dos ancestrais?

Foi realizado um diálogo por contato via “skype”, de um lado, em Tupã/SP, na Universidade Estadual Paulista – UNESP, presentes os dois primeiros autores deste artigo e o professor Dr. Nelson Russo de Moraes, e, de outro lado, em Dianópolis/TO, a terceira autora, participante e membro da comunidade quilombola de Lajeado. Foram obtidas as informações que se descrevem.

No território quilombola de Lajeado devem morar hoje 14 ou 15 famílias, como remanescentes dos primeiros quilombolas. Dessas famílias, as crianças são envolvidas em reuniões da comunidade, onde são passados conhecimentos e tradições.

O relacionamento da comunidade com a água implica em seu bom uso na culinária, higiene e saúde. Essa água provém de poucos poços artesianos e a maior parte do rio Manoel Alves, de fundamental importância para o território. Projeto de irrigação existente há poucos quilômetros acima, deixa a água do rio inviável para beber. O rio serve também de ligação com outra comunidade, cuja travessia é facilitada por meio de balsa. Também o rio é aproveitado para pesca, que constituía uma fonte de renda e sobrevivência, ainda que atualmente os peixes estão em extinção.

A relação da comunidade com a floresta consiste na preocupação em preservar as árvores nativas. Além desse cuidado, são realizados pequenos reflorestamentos de buriti, pequi, e outras árvores do cerrado. As moradias são construídas com madeira, que é a principal alternativa de construção, daí a preocupação com o reflorestamento. São utilizadas poucas palhas nas construções.

A relação da comunidade com os animais pode-se sentir no hábito de criações de galinhas, porcos, vacas e cavalos por parte de quase todas as famílias. Esses animais domésticos são abatidos em ocasiões especiais, como: adjuntos (comemoração após a realização de um trabalho coletivo, em mutirão), aniversários e casamentos. Os pescados são utilizados para alimentação, os cavalos como meio de transportes e os bois carreiros como auxílio no transporte de cargas. Também há caça de animais silvestres para alimentação, em que o detentor do produto da caça compartilha com outros membros da comunidade. Essa caça ocorre seguindo o calendário lunar, pois acredita-se que a fase da lua influencia no cotidiano.

O lixo da comunidade normalmente é depositado em um “barreiro” (buraco) e em seguida ateadado fogo. Uma outra maneira de tratar o lixo é cavar “barreiros” fundos, depositar o lixo e depois tapar com terra. Mas existem uns poucos moradores que deixam o lixo a céu aberto, com maior prejuízo ambiental. Considere-se, porém, o fato de que a maior parte do lixo é orgânico, já que a comunidade utiliza as fontes da natureza para sua

sobrevivência. O pouco lixo reciclável, proveniente de compras de produtos industriais na cidade, também tem o mesmo destino.

A relação da comunidade com a terra é sua essência, já que considera uma convivência recíproca, com dependência da natureza e cuidados para sua sustentabilidade. Os ancestrais passam orientações que influenciam em tudo a tradição quilombola, conhecimentos transmitidos rigorosamente de pais para filhos, com respeito à hierarquia.

Verifica-se assim, que a comunidade quilombola de Lajeado, no Tocantins, procura ter uma convivência harmônica com a natureza. Percebe-se que não há desperdício de água, pelo contrário, a água é fonte natural de vivência. A floresta natural não sofre devastação, além do que se procura plantar, ou replantar buriti e pequi, árvores nativas da região, quando eventualmente se faz uso de sua madeira na habitação. Os animais têm seu curso de vida normal, com eventual caça no momento propício, e para consumo da própria comunidade. Quanto ao lixo, crê-se que o aterramento rudimentar ou a incineração do lixo orgânico, de pequena escala, não traz malefícios ao bem-estar humano e da natureza. A comunidade vê a terra como essencial e fonte de recursos respeitosos para sua sobrevivência.

Diante disso, pode-se extrair que seguramente a tradição, os bons costumes, passados e repassados por gerações, leva a compreender o respeito dessa comunidade aos recursos naturais.

Numa análise qualitativa, ao refletir sobre os dados colhidos, percebe-se que a tradição, os bons costumes, preservados por gerações com esmero e respeito, leva essa comunidade a tratar respeitosamente a natureza, sem degradá-la ou corrompê-la.

Referências

BEZERRA, Juliana. **Escravidão no Brasil**. Disponível em < <https://www.todamateria.com.br/escravidao-no-brasil/> > Acesso em 21 out 2019.

BRASIL. **Decreto 4.887**, de 20/11/2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4887-20-novembro-2003-497664-norma-pe.html> > Acesso em 22 nov 2019

BRASIL. **Decreto 6.040**, de 07/02/2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm > Acesso em 22 nov 2019

CIDADE BRASIL. **Dianópolis - Informações sobre o município e a prefeitura**. Disponível em < <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-dianopolis.html> > Acesso em 22 nov 2019

CLÍMACO, Veríssima Dilma Nunes. **Territórios e Identidades nas Comunidades Remanescentes de Quilombos da Agrovila Peru no Município de Alcântara – MA**. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates – Lajeado, dezembro de 2014.

FERREIRA JUNIOR, Almir. Quilombolas do Vale do Gorutuba: hábitos culturais e agrícolas. **In: Terra Mundus**, 2015, vol. 2, n. 2. Disponível em < <http://dspace.uces.edu.ar:8180/xmlui/handle/123456789/3407> > Acesso em 11 nov 2019

INCRA – NOTÍCIAS. **Incra/TO conclui relatório de identificação da comunidade quilombola Lajeado**. 18/11/2016. Disponível em < <http://www.incra.gov.br/noticias/incrato-conclui-relatorio-de-identificacao-da-comunidade-quilombola-lajeado> > Acesso em 24 out 2019

LIRA, Elizeu Ribeiro; RIBEIRO NETO, Olegário B. O Território e a Identidade Quilombola: o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo – TO. **In: Revista Produção Acadêmica – núcleo de estudos urbanos regionais e agrários/ nurba** – vol. 2 n. 2 (dezembro, 2016), p. 36-56.

MARIANO, Zilda Fátima; SCOPEL, Iraci; PEIXINHO, Dimas Moraes; SOUZA, Marcos Barros. A Relação Homem - Natureza e os Discursos Ambientais. **In: Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume 22 (2011), p. 15

NAVES, João Gabriel de Paula; BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. **A formação histórica homem/natureza e sua importância no enfrentamento da questão ambiental.** Geosul, Florianópolis, v. 29, n. 57, p 7-26, jan./jun. 2014

NEIVA, Ana Claudia Gomes Rodrigues; FIORAVANTI et al. Caracterização Socioeconômico e Cultural da Comunidade Quilombola Kalunga de Cavalcante, Goias, Brasil: Dados preliminares. **In: IX Simpósio Nacional Cerrado e II Simpósio Internacional Savanas Tropicais.** 12 a 17 de outubro de 2008. ParlaMundi, Brasília, DF.

SILVA, Josivaldo Alves da; BERNIERI, Celenita Gualberto Pereira. Os reflexos da Agricultura de larga escala nas comunidades tradicionais quilombolas: um estudo de caso na Comunidade Lajeado, Município Dianópolis, Tocantins. **In: Revista Espaço Acadêmico, n. 215, abril/2019 (mensal, ano XVIII).**

Trabalho 2

Registros fotográficos: memória e identidade das comunidades de remanescentes quilombolas ¹ (299432)

Celenita Gualberto Pereira Bernieri ²

Jardilene Gualberto Pereira Fôlha ³

Laurenita Gualberto Pereira de Alves ⁴

Os registros fotográficos têm revelado várias dimensões no que tange a cultura, memória e a identidade dos povos quilombolas. A fotografia, assim como outros meios de registros, tem um papel muito importante em quaisquer ambientes de vivência. Nas fotografias é possível perceber que para além das imagens, estão também envolvidos: a cultura, valores, emoções e sentimentos daquele momento vivenciado pelo sujeito fotografado.

O difícil acesso na maioria das comunidades de remanescentes quilombolas não está apenas nas vias de locomoção, está presente também nos vieses educacionais, sociais e tecnológicos. Por mais que esses cenários vêm mudando positivamente, ainda assim são pontos que sempre devem ser fortalecidos.

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestre em Sustentabilidade e Povos Tradicionais (UNB), Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8187905E2>. Acesso ao ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6437-1538>. Contato: (063) 9 9292-2645

³ Mestre em Educação (UFT), Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4444230H6>.

Acesso ao ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7216-5232?lang=pt>. Contato: (063) 9 9255-1029

⁴ Mestranda em Educação (UFT), Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5798978593802499> Acesso ao ORCID do 4º autor: <https://orcid.org/0000-0002-6009-2416>. Contato: (063) 9 9244-7370

De acordo com Novaes (1998) a fotografia, por sua estrutura narrativa e caráter polissêmico, constitui um elemento essencial para que se possa analisar como os significados são construídos, incutidos e veiculados pelos meios sociais. Assim, é possível reconhecer e reafirmar a importância do trabalho fotográfico, seja ele profissional ou amador com o principal intuito manter de forma virtualizada a história das comunidades de remanescentes quilombolas.

Nesse sentido a pesquisa tem como objeto os registros fotográficos das comunidades de remanescentes quilombolas, explorada pelas representações imagéticas. Com objetivo de compreender como os registros fotográficos contribuem para formação e fortalecimento da memória e da identidade das comunidades de remanescentes quilombolas.

A pesquisa fundamenta-se nos estudos das áreas da Antropologia, História e Sociologia, em uma perspectiva social, cultural e identitária que compõem ou complementam o tema abordado. Nesta perspectiva, a pesquisa percorre uma abordagem qualitativa, feita em material bibliográfico e documental, perpassando a fotoetnografia.

O estudo está ancorado na metodologia fotoetnografia que surgiu da antropologia, campos que dialogam ao tratar de temas relacionados a povos tradicionais. Para Achutti (2004) a fotoetnografia é um método que representa a inversão do uso da imagem apenas como ilustração, passando ao status de linguagem em si, sem, contudo, desconsiderar o texto. O autor defende “a fotoetnografia é um método que utiliza a fotografia como narrativa imagética capaz de preservar o dado e convergir para o leitor uma informação cultural a respeito do grupo estudado” (ACHUTTI, 1997, p. 63).

As informações dos registros fotográficos foram coletadas nos acervos fotográficos de duas famílias da Comunidade de Remanescentes Quilombolas de Lajeado e outras adquiridas por meio do Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola Lajeado – RTDI (2016). As fotografias escolhidas mostram parte do cotidiano do povo quilombola o que permite captar informações sobre vivências, da cultura e identidade.

Por meio de uma abordagem descritiva, foi realizada uma análise da narrativa fotoetnográfica com objetivo de investigar os elementos presentes nos registros.

A história da fotografia surgiu durante a revolução industrial, em meio ao cenário de desenvolvimento científico, com intuito de realizar a ação de registrar e transmitir os acontecimentos em tempo real. Sendo esta uma linguagem não verbal, imprime a realidade e podendo demonstrar um ponto de vista ou vários depende de quem realiza sua leitura.

Com passar do tempo essa invenção, foi comprovado a sua importância na sociedade. Bem como possuindo várias funções, como registro histórico, expressão artística, expressão cultural e religiosa, entre outra. “O mundo tornou-se de certo modo familiar após advento da fotografia; o homem passou a ter conhecimento mais preciso e amplo de outras realidades” (KOSSOY, 2000, p 25).

Para o povo negro sempre houve dificuldade de acesso da fotografia, assim como outras coisas que são essências para viver, devido a situação marginalidade vivida ao longo de muitos anos. Quando surgiu a fotografia, esta era um aparato científico é de uso privilegiado da nobre e da burguesia e de pequenos grupos de intelectuais da época, que se dedicavam a apreenderem o ofício de fotógrafo.

Diante dessa realidade, há certa dificuldade encontrar registro fotográficos dos negros e também pelo fato de ao longo da história, os negros foram considerados uma raça inferior. Portanto não faziam parte da nobreza ou da burguesia, classes que detinham maioria dos recursos científicos e tecnológicos, inclusive máquinas fotográficas.

Na contemporaneidade o registro fotográfico se tornou uma importante fonte histórica, política, social, cultural e religiosa para os povos quilombolas, visto que retrata a história de luta dos negros e a formação das comunidades quilombolas. Deste modo, a preservação dos documentos, como as fotografias nessas comunidades, é necessária para a preservação da memória do povo negro, o que leva os indivíduos se reconhecer enquanto sujeitos participantes da história.

Por meio desses métodos é possível que se registre informações a serem passadas de geração a geração do povo das comunidades tradicionais. A possibilidade de compartilhar informações aos filhos, netos e gerações futuras, de deixar lembranças representadas em imagens para a história seguinte é o que dá teor na importância dos registros. Os registros mais antigos, fotografias de uma área habitada por um povo como os quilombolas, juntamente com outros artefatos históricos, possui uma grande relevância como registro, como a compreensão da evolução da sociedade e do local habitado.

Os registros fotográficos expostos na pesquisa mostram uma narrativa fotoetnográfica da Comunidade de Remanescentes Quilombolas Lajeado. Para Dorea (2009, p. 186) “a força da imagem não está nas suas qualidades técnicas e estéticas, apesar de também não poder ser completamente desligada destas [...] a potência da fotografia está em desestabilizar as reflexões fixas, em possibilitar novas indagações[...]”.

Dentre as fotografias da narrativa, uma retrata duas matriarcas conversando, demonstra a cultura da vizinhança presente nas comunidades quilombolas, existe um costume entre as famílias de visitarem os parentes cotidianamente para saber como estão. Atitude de relacionamento que fortalece os laços de parentesco diretos e indiretos e por relação de vizinhos que favorece as trocas sociais e que geram reciprocidade entre os membros. Nesta perspectiva, Bernieri e Fôlha (2018, p.167) ressaltam que os quilombolas “representam uma forma dinâmica da resistência, uma rede de reciprocidade entre sujeitos que lutam para manter os vínculos com seus territórios ancestrais, os saberes transmitidos pela tradição, a autonomia, a coletividade, a memória da historicidade (...)”.

Destaca ainda as características de suas vestimentas, como roupas utilizadas no dia-a-dia que remete a simplicidade da vida em comunidade e os lenços envoltos na cabeça das matriarcas dar muito sentido para a leitura da narrativa, pois remetem de maneira significativa a cultura das mulheres quilombolas. Conforme Moraes (2017) todo o conjunto de cumplidade e laços que se entrecruzam aos afazeres e costumes é cultura,

sendo formada por elementos explícitos: a linguagem, os símbolos e rituais, os objetos, os gestos, o modo de trabalhar e mesmo de descansar e elementos implícitos da cultura: as crenças, os valores, os medos, a visão de mundo, a concepção ética da vida, dentre outros.

Os registros fotográficos das casas do Quilombo Lajeado revelam características das casas dos povos tradicionais. Uma das imagens mostra uma casa construída com madeira, cipó, taboca, barro e coberta por palhas. Ancorada em uma das paredes estão duas grandes rodas de madeira que são utilizadas no carro de boi. A outra fotografia apresenta uma casa construída de adobe, madeira e coberta por telhas. Ambas com extenso quintal e presença de árvores frutíferas como antigas mangueiras e pé de coco.

As imagens do rio descrevem uma prática da vida dos quilombolas lajenses que residem à beira do rio, a comunidade relaciona intrinsecamente com elementos nativos do território, como a água. O uso coletivo das águas dos rios aprofunda a responsabilidade de todos para com a preservação dos territórios. Um dos registros fotográficos revela mulheres utilizando as águas do rio para lavar roupas e utensílios domésticos, nas comunidades quilombolas, o senso de pertencimento e uso compartilhado do território, como o rio, são marcados por códigos morais específicos.

Outra imagem também retrata o rio como um lugar de diversão, principalmente para as crianças conforme a fotografia representa uma sensação de alegria, liberdade e a espontaneidade das crianças enquanto exploram o rio. Sobre essa relação simbólica, Almeida (2008, p.07) define que o “território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural”.

Nas últimas fotografias mostra o porto, um espaço do rio que é utilizado como lugar de travessia. A balsa fotografada é um instrumento essencial para locomoção das pessoas da comunidade. Suas características demonstram ser uma construção customizada e artesanal. De acordo com o RTDI (2016, p.61) a balsa serve “para transpor o rio que ligas estas duas

comunidades quilombolas, os moradores instalaram uma pequena balsa guiada por corda e com tábuas sustentadas por tambores de lata”.

A narrativa fotoetnográfica apresentada carregada de imagens do cotidiano quilombola, revela elementos que tais sujeitos interagem, fotografias que permitem leituras que altera reflexões fixas e permite novas indagações.

A pesquisa demonstra que a fotografia é considerada uma ferramenta que legitima a preservação da memória, documentos essenciais para construção e fortalecimento da identidade individual ou coletiva e para o processo de representação dos remanescentes quilombolas.

Os resultados da pesquisa apontam que a partir da narrativa fotoetnográfica apresentada reforça a percepção de que a imagem é um instrumento potente para o registro histórico das culturas e da sociedade. Para além das qualidades técnicas e estéticas, a leitura da imagem provoca os sentidos, possibilita construção de significados, desestabiliza as reflexões fixas e permite novas reflexões.

Referências

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. Fotoetnografia: a profundidade de campo no trabalho de campo e outras questões de ordem técnica. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (Org.). **Sociologia da imagem: ensaios críticos**. João Pessoa: GREI, 2004.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Porto Alegre: Tomo Editorial Palmarinca, 1997.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Territorialidades, representações do mundo vivido e modos de significar o mundo. Uma leitura etnogeográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A., (Org.) **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/bk/pdf/serpa-9788523211899-15.pdf> >. Acesso: julho/2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Quilombola Lajeado**. 2016.

BERNIERI, C.G.; FÔLHA, J.G.P. Comunidade Quilombola de Lajeado: Construção Histórica e Saberes Ancestrais. In: MORAES, N.R. et al (Orgs.). **Povos Originários E Comunidades Tradicionais**, v. 1: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária. Porto Alegre/RS: Editora Fi; Boa Vista/RR: EdUFRR, 2018.

BONI, P. C.; MORESCHI, B. M. **Fotoetnografia: a importância da fotografia para o resgate etnográfico**. Disponível em: < www.doc.ubi.pt/03/artigo_paulo_cesar_boni.pdf> Acesso em: 01 de julho de 2020.

DOREA, Joana De Conti. **Etnografia e fotografia**: Reflexões sobre as fotografias etnográficas de Pierre Fatumbi Verger. < Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=171112>. Acesso em: 16 de junho de 2020.

KOSSOY, B.1941. **Fotografia & História**/ Boris KOSSOY, - 2 edição, Revista - São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Disponível em: <[BKossoy-2001- books.google.com](http://books.google.com)>. Acesso em: 26 de junho de 2020.

MORAES, Nelson Russo de; CAMPOS, Alexandre de Castro; MÜLLER, Neuza de Moraes; GAMBA, Fábio Brega; GAMBA, Maria Fernanda Dantas Di Flora. As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. **Revista Espacios**. Vol. 38 (Nº 12) Año 2017. Pág. 17. Disponível: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n12/a17v38n12p17.pdf>>. Acesso: 25 de junho de 2020.

Trabalho 3

Resistência Cunhambebe: da colonização ao apagamento histórico ¹ (301496)

Camila Reis Tomaz ²

Luiza Corral Martins de Oliveira Ponciano ³

O Parque de um Cunhambebe

Cunhambebe foi um ou dois? Pai e filho? Nome ou título? São questões recorrentes para a grande maioria dos pesquisadores brancos, de classe média e distantes de qualquer memória narrada, mas descritores do indígena em questão. As consequências de uma história única (ADICHIE, 2019) são sentidas até hoje pela Costa Verde, como mostra a frase adesivada no vidro do Centro de Visitantes do Parque Estadual Cunhambebe (PEC). Nela, há menção de retorno do indígena aos mapas, antes herói e hoje Parque.

A ideia de um retorno de Cunhambebe ao imaginário social é inicialmente construída a partir da ideia de que ele não está mais presente, seja em memória, traços identitários de pertencimento ao território ou em descendentes. E, por isso, é feita uma homenagem nomeando Cunhambebe a

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestranda em Ecoturismo e Conservação no Programa de Pós Graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/0784912890354451> E-mail: camilareistomaz@gmail.com

³ Docente permanente do Mestrado Profissional em Ecoturismo e Conservação (PPGEC), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/0519721250469036> E-mail: luiza.ponciano@unirio.com

segunda maior Unidade de Conservação (UC) de proteção integral do Rio de Janeiro. Com aproximadamente 39 mil hectares, o PEC ocupa 4 municípios e está localizado na Região da Costa Verde (RIO DE JANEIRO, 2008; INEA 2015).

Hoje parque, antes território tupinambá, o PEC leva imagem inspirada em ilustração de Cunhambebe feita no período colonial por um francês como logo. O Plano de Manejo do parque, principal instrumento de orientação para sua gestão, reforça a ideia de herói a partir de menções do indígena enquanto liderança contra o desmatamento e ocupação portugueses.

Enquanto unidade de proteção integral, o parque deve, segundo a Lei 9.985/2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), proteger e valorizar a cultura das comunidades tradicionais sendo assim instrumento de promoção social e econômico (SNUC, 2000). Em seu Decreto de criação e Plano de Manejo estão descritos objetivos voltados à informação, interpretação e educação ambiental (RIO DE JANEIRO, 2008; INEA 2015).

Nesse sentido, reconhecendo o resgate do que representa Cunhambebe como esforço válido e pautado na relevância desse entendimento para uma homenagem continuada e formativa, neste trabalho buscamos compreender como se aborda quem foi Cunhambebe e suas contribuições para a conservação da biodiversidade no Programa de Educação Ambiental do PEC.

O Cunhambebe de quem o descreve

Em “Os Primeiros Brasileiros”, livro que se propõe a apresentar outra história da identidade brasileira, Cunhambebe é mencionado no capítulo 1 como liderança na resistência ao primeiro momento de colonização portuguesa. (CORDEIRO, 2018). Para Cordeiro (2018), Cunhambebe “devorou” muitos lusitanos, foi “parceiro” dos franceses e teve um “Cunhambebe Júnior” (CORDEIRO, 2018, p50-51). Nesta narrativa,

Cunhambebe pai morre de peste bubônica e Cunhambebe filho durante um ataque português.

Em “O Rio Antes do Rio”, Cunhambebe ou Kunhambeba é estrategista, irônico e intolerante com os portugueses. O que mais figura nas páginas dedicadas ao indígena descreve e transcreve suas conversas com Hans Standen, pela perspectiva do alemão enquanto cativo, e sob a promessa de ser também comido pelo indígena (SILVA, 2020).

Silva (2020) apresenta um lado mediador de Cunhambebe pai na representatividade de várias aldeias da Costa Verde, e de Cunhambebe filho na tomada de decisões durante a Confederação dos Tamoios. Fala sobre alianças, acordos de trégua e outros termos similares, apresentando um Cunhambebe chefe, militarizado (SILVA, 2020).

Benedito Prezia (2017) em seu livro “História da Resistência Indígena, 500 anos de luta”, se propõe a apresentar o resultado de 12 anos de pesquisas e escrita de narrativas dos que resistiram. Apresenta as primeiras tensões entre indígenas e portugueses como resultado da forma de chegar à costa e do desmatamento das florestas costeiras. Isto porque as grandes disputas e organizações indígenas para resistir à colonização iniciam com a ocupação (e doação!) de terras pelos portugueses. Franceses ocuparam as praias e ilhas, temporariamente e sempre utilizando materiais trazidos em seus barcos ou cedidos pelos indígenas tupinambás, incluso Cunhambebe, que os recebiam na costa. Portugueses invadiam as florestas em busca de madeira e comida, o que sugere ser a forma de ocupação uma provocação inicial à resistência indígena (PREZIA, 2017; TORRES, 2000).

Prezia (2017) chama atenção para o fato de que a Confederação dos Tamoios “não foi uma aliança de várias etnias contra os portugueses, uma confederação, como aparece nos livros didáticos, mas uma Guerra dos Tamoios, contra os portugueses e seus aliados” (PREZIA, 2017, p.42). Cunhambebe é mais uma vez tratado como liderança e, desta vez, de locais inclusive distantes da Costa Verde.

Por fim, Antônio Torres (2000), em “Meu Querido Canibal”, livro inteiramente dedicado a apresentar Cunhambebe, introduz uma tradução

(SANTOS, 2007) de sua cosmovisão sobre a colonização e reconstrói uma narrativa silenciada após os mais de 1 milhão de nativos mortos a cada século de escravidão.

Única referência deste estudo que também é citada no Plano de Manejo, Torres (2000) inicia seu livro partindo do princípio que “o Novo Mundo dos brancos já tinha por dono um velho povo” (TORRES, 2000, p.12).

Cunhambebe foi herói, líder e político. Por diversas vezes buscou soluções diplomáticas, mas nunca com os portugueses. Estes foram seus maiores inimigos e por eles não nutria empatia. Os comia em rituais relacionados a vitórias importantes, exibia cabeças em estacas e realizava incursões floresta adentro a fim de não somente proteger seus territórios, mas evitar a entrada dos portugueses em territórios vizinhos. Travou alianças com etnias outras, caminhou por toda a Costa Verde mais de uma vez reunindo lideranças e deixando estratégias até seu retorno (TORRES, 2000).

Cunhambebe para o Programa de Educação Ambiental do PEC

Para Carmem Soares (2016) a temporalidade atravessa a vivência e interpretação da natureza vivida, gerando assim naturezas diversas para sujeitos históricos diversos (SOARES, 2016). Para Paulo Freire (2017), o espaço materializado é pedagógico e deve ser sempre visto e considerado por meio do reconhecimento dessa característica potencial (FREIRE, 2017).

A partir da concordância com ambos os autores supracitados, o Programa de Interpretação e Educação Ambiental, anexo ao Plano de Manejo do PEC, foi analisado quanto às possíveis menções e a forma de trabalhar a cultura outrora presente no território do parque, retomada em parte por meio da homenagem feita a Cunhambebe.

O Programa é subdividido em nove Atividades, divididas em Resultados Esperados, Metas, Indicadores, Fontes de Verificação e Resultados

Alcançados. Nenhuma das nove atividades é direcionada objetivamente ao indígena (e identidade visual do parque). Não há menção ao nome Cunhambebe ou a povos originários.

Há duas menções à educação patrimonial, o que pode levar a alguma atividade específica envolvendo o indígena (ou não, ficando à encargo da gestão compreender a memória de Cunhambebe como patrimônio imaterial). Uma atividade menciona cultura, mais especificamente enquanto concurso a ser promovido para aumentar a visitação no Centro de Visitantes, na sede localizada fora do perímetro do Parque e compartilhada com a Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba (INEA, 2015).

O resgate de Cunhambebe

O Parque faz fronteira com a Reserva Indígena do Bracuí e com duas áreas de comunidades remanescentes quilombolas distintas (INEA, 2015). Muito mais próximas que a grande maioria dos aldeamentos outrora visitados por Cunhambebe para a reunião da Confederação dos Tamoios, estão também muitas comunidades caiçaras.

Na revisão da literatura produzida após a publicação do Plano de Manejo do parque, as menções disponíveis sobre Cunhambebe seguem confusas para o embasamento de uma atividade de educação ambiental voltada à proteção da Cultura de quem dele descende e de seus *parentes* (hoje, como etnias distintas se reconhecem). Ainda assim, a ausência de qualquer atividade especificamente ligada ao indígena que dá nome ao parque no Programa ou aos Povos Originários como sujeitos históricos pode sugerir que a homenagem é apenas pontual e superficial.

Apesar do esforço de autores como Torres (2000), Prezía (2017) e Silva (2020) com suas vastas pesquisas de campo e documentais, há pouco aprofundamento da cosmovisão de Cunhambebe por sujeitos que compartilhem sua forma de significar o mundo. Torres (2000) traz um segmento do livro destinado a apresentar essa cosmovisão e o que vivenciou dela em suas pesquisas documentais e andanças pelo território ancestral nos dias

de hoje, atualmente Angra dos Reis. O que nos faz pensar sobre a necessidade de incorporarmos também produções indígenas e tradicionais nas revisões de literatura para fundamentação teórica e prática de ações formativas acerca do indígena.

A literatura disponível ainda é muito divergente entre si, se apresentando como uma lacuna para o aprofundamento da análise das visões sobre quem foi Cunhambebe. Mas para além dessas questões históricas de descrever uma pessoa, destacamos a importância de se compreender quem foi e quem ainda são os descendentes desse povo originário, que viveram neste território ou ainda vivem próximo a ele (os tupinambás do Rio de Janeiro foram dizimados como grupo presente em aldeias, mas ainda há indígenas e caiçaras que se reconhecem miscigenados a estes tupinambás) e quais são as suas visões de mundo e suas relações (ancestrais e atuais) com a Natureza deste local. Entretanto, com a rica diversidade cultural em torno do Parque e com o Plano de Manejo em vistas de atualização, o resgate do conhecimento sobre este território pode ser ampliado a partir da inclusão de outros lugares de fala (RIBEIRO, 2018), por exemplo, destacando a relevância da história oral dos povos originários, sendo uma missão a ser desenvolvida em pesquisas e ações futuras, como continuação desta análise inicial.

Outra contribuição que pensamos desenvolver é a aproximação destas questões com a Geopoética, área que analisa as diversas formas de relações sensíveis e afetivas dos seres humanos com o planeta Terra. Esta definição mais ampla está de acordo com a linha formalizada na área acadêmica por Kenneth White, fundador do Instituto Internacional de Geopoética, em 1979.

No contexto atual a Geopoética torna-se ainda mais interessante como ferramenta para estimular a conservação da Natureza, por oferecer um terreno de encontros e estímulos recíprocos entre as Geociências, Artes, Biologia, Filosofia, Física, Química e outras disciplinas diversas, desde o momento em que as pessoas que trabalham com estas áreas estejam

prontas para saírem dos seus espaços isolados e se encontrarem em ambientes novos (PONCIANO, 2018).

Pensar a nossa conexão com a Terra (e com os territórios, em uma escala menor e mais viável para a nossa percepção humana) a partir de uma relação Geopoética amplia nossas possibilidades de realmente nos aproximarmos dos lugares de um modo mais íntimo, trazendo uma “abertura” e “porosidade” que permita uma absorção quase “integral” dos múltiplos significados que o ambiente pode expressar para cada um de nós. Aqui é importante destacar que essa ideia parte de uma visão onde o ser humano, por mais que se esforce, não tem a capacidade de se desconectar da Natureza. Portanto o objetivo dos trabalhos que envolvem a Geopoética do modo aqui proposto é que as pessoas voltem a se abrir para sentir essa percepção profunda da nossa conexão com todos os elementos bióticos e abióticos da Terra, pois a conexão em si nunca deixou de existir, a gente é que parou de perceber ela, por vários motivos.

É interessante destacar também que o que estamos chamando de Geopoética é uma visão de mundo muito básica, muito natural para os povos originários do território que hoje é conhecido como Brasil e de vários outros locais do mundo (incluindo África e Austrália, por exemplo), que nos trazem formas de relações muito diferentes com a Natureza, podendo nos ensinar diversos conhecimentos ancestrais sobre essas outras visões de mundo que são puramente geopoéticos. A questão, que se repete nas lacunas que encontramos na literatura disponível sobre Cunhambebe, é que o meio acadêmico ainda utiliza e acaba por valorizar mais como referências os trabalhos publicados por europeus, como é o caso de muitas fontes históricas que falam sobre indígenas e até da definição de Geopoética apresentada aqui. Destacamos essas questões por considerar importante refletir sobre essas lacunas para vir a fundamentar uma Geopoética dos povos originários do nosso território, por exemplo, a fim de auxiliar também nas questões de Educação Ambiental nas UCs, como o Parque analisado aqui.

Cunhambebe pode (e deve) ser reconhecido como agente importante da Conservação. Para que esse reconhecimento passe a figurar nos programas de educação ambiental vinculados ao parque, primeiro é necessário compreender melhor sua participação natural nessa ação enquanto tupinambá. Em diversos relatos de escrivães europeus da época da colonização, Cunhambebe é chamado de selvagem por seus ritos canibais, como se isso o fizesse menos humano. Entretanto, esses mesmos relatos descrevem o próprio Cunhambebe explicando a Hans Staden que não se via comendo um semelhante, pois ele era um jaguar (onça) e aquele que ele estava comendo era um adversário, e foi predado. Esse e outros estigmas afastam o indígena de uma suposta humanidade, que por se alienar de suas origens, não mais se vê parente de rio, de pássaro, de flor e vários outros elementos da geodiversidade e biodiversidade que são muito mais valorizados e conservados pelos povos originários pela sua profunda afinidade com eles. Enquanto o dito selvagem Cunhambebe predava seus adversários de guerra pelo canibalismo, essa mesma pretensa humanidade superior e civilizada predava numa escala muito mais ampla a si mesma e seu entorno de diversos outros modos muito destrutivos, num grau de impacto cada vez mais elevado.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras: São Paulo, 2019. 61p.
- BRASIL. **Lei 9.985 de 2000 de 18 de Julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- CORDEIRO, Tiago. **Os primeiros brasileiros**. Abril: São Paulo – SP, 2018. 224p.
- INEA. Instituto Estadual do Ambiente. **Resolução INEA Nº 125 de 30 de Setembro DE 2015**. Aprova o Plano de Manejo do Parque Estadual Cunhambebe.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2017. 55ª Edição. 143p.

PONCIANO, L.C.M.O. **Geotales: narrando as histórias petrificadas pela terra**. Revista Sentidos da Cultura, Belém, 2018.

PREZIA, Benedito. **História da resistência indígena: 500 anos de luta**. Expressão Popular: São Paulo, 2017. 205p.

RIO DE JANEIRO, **Decreto nº 41.358 de 13 de Junho de 2008**. Cria o Parque Estadual Cunhambebe e dá outras providências.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Letramento Editora e Livraria LTDA, 2018.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Traduzido por Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007. 126p.

SILVA, Rafael Freitas da. **O Rio antes do Rio**. Relicário: Belo Horizonte, 2020. 4ª Edição. 472p.

SOARES, Carmem Lúcia. (Organizadora) **Uma educação pela natureza: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana**. Autores Associados: Campinas – SP, 2016. 279p.

TORRES, Antônio. **Meu querido canibal**. Record: Rio de Janeiro/São Paulo, 2000. 188p.

WHITE, Kenneth. **O grande campo da geopética**. [S. l.], [19-?]. Disponível em: <https://www.institut-geopoetique.org/pt/textos-fundadores/56-o-grande-campo-da-geopoetica>. Acesso em: 23 out. 2020

Trabalho 4

Formação cultural da Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha, Guaraí/TO ¹ (298055)

Alexandre de Castro Campos ²

Celenita Gualberto Pereira Bernieri ³

Laurenita Gualberto Pereira Alves ⁴

Nelson Russo de Moraes ⁵

Introdução

Perante o contexto das comunidades tradicionais em terras brasileiras, legalmente diferenciadas, os geraizeiros caracterizam-se por serem historicamente formados por grupos familiares ou afetivos que se deslocaram das regiões das serras gerais, especialmente do estado mineiro e

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

²Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP). Especialista em Agricultura Biodinâmica (UNIUBE). Graduado em Geografia (USC). Docente do Centro Paula Souza (ETEC RODRIGUES DE ABREU). Integrante do GEDGS/FCE/UNESP. alexandregeo@hotmail.com orcid.org/0000-0001-5663-8757

³Mestra em Sustentabilidade e Povos Tradicionais (UNB). Especialista em Ciências Humanas e suas Tecnologias (FACINTER). Especialista em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar (AEDUC). Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (UFT). Graduada em Pedagogia (UNITINS) e Administração Pública (UFT). Gestora Educacional - Secretária Municipal de Educação de Dianópolis. Integrante do GEDGS/UNESP. celegpb@gmail.com <https://orcid.org/0000-0001-6437-1538>

⁴Mestranda em Educação (UFT). Especialista em Gestão, Orientação e Supervisão Educacional (João Calvino). Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (UFT). Graduada em Normal Superior (Unitins) e Administração Pública (UFT). Assessora de EJA, Campo e Quilombola (SEDUC). Integrante do GEDGS/UNESP. laurinhagualberto25@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-6009-2416>

⁵Livre-docente em Gestão e Educação Ambiental (unesp). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA), Mestre em Serviço Social (UNESP). Especialista em Gestão Pública (FAG). Especialista em Gestão de Programas e Projetos Sociais (ITE). Graduado em Administração (ITE). Docente do Curso de Administração (FCE/UNESP). Docente de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP). Docente do PPGCOM/UFT nelsonrusso.unesp@gmail.com orcid.org/0000-0003-0159-9433

capixaba, formando novos agrupamentos especialmente nas áreas rurais e também nas áreas centrais do Brasil, com relevância para os estados de Goiás, Tocantins, sul do Maranhão e sudeste do Pará, que são caracterizados pela forte cultura mineira (MORAES *et al*, 2017a).

O trabalho científico traz como objetivo geral, descrever a formação da identidade cultural, a partir de um estudo da Comunidade da Matinha. Para alcançar o objetivo principal desta pesquisa, foram propostos objetivos específicos, resgatar historicamente a formação e as tradições da comunidade, bem como também descrever as relações sociais das comunidades tradicionais de geraizeiros, com destaque para a Comunidade Matinha.

Formação do povo brasileiro

O antropólogo Darcy Ribeiro, em seu livro “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, descreve com profundidade e riqueza de detalhes o processo de formação do brasileiro, sua etnia, seu jeito de ser e método de trabalho, destacando-se o sistema latifundiário, onde surgiu e cresceu o povo brasileiro com suas naturais transformações ao longo de sua colonização (RIBEIRO, 2015).

Ribeiro (2015) destaca que no momento que os portugueses aqui chegaram, encontraram os índios “tupi”, indígenas que se espalhavam por diversas regiões, inclusive ao litoral atlântico da região Amazônica e também as margens dos rios Paraguai, Guaporé e Tapajós, ressaltando que seriam os europeus colonizadores trazendo doenças em meio ao processo de disputa por suas terras, florestas e riquezas naturais, surgindo assim grandes conflitos entre os indígenas e os portugueses. O autor ainda menciona que a distância é grande quando separa e opõe os pobres dos ricos, com isso soma a discriminação que pesa sobre os negros, mulatos e índios.

Comunidades tradicionais

O Decreto 6040 de 7 de fevereiro de 2007, regulamenta a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, especificando:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, Decreto 6040, art.3, §1).

Tal Decreto Federal mencionado conduz a angularidade de que os fundamentos de uniformidade racial e étnica, constituídos pela Constituição Federal de 1988, deveriam ser mais bem especificados à realidade sócio cultural dos indivíduos dos povos e comunidades tradicionais. Outro ponto importante é a combinação do decreto de deixar evidente o debate em relação a definição de território, porém a redação não colabora:

Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem o art. 231 da Constituição e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (Brasil, 2007, Decreto 6040, art.3, §2).

Certificando-se então a definição, dos povos indígenas como povos originários e os demais (quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, caçaras, quebradeiras de coco de babaçu e geraizeiros) como comunidades tradicionais brasileiras (MORAES *et al*, 2016)

Comunidade Tradicional de geraizeiros

As comunidades geraizeiras são exclusivamente associadas à formação geológica dos gerais, região com vegetação de cerrado que engloba o

sul da Bahia e parte setentrional de Minas Gerais, onde aparecem também os planaltos, vales e escarpas. Os geraizeiros caracterizam uma tradição exclusivamente de mitos e crenças peculiares à natureza, além de terem seu próprio vocabulário e representações específicas. As comunidades geraizeiras produzem diversas e variadas culturas agrícolas, aplicando seus conhecimentos adquiridos de gerações passadas (DAYRELL, 1998).

O norte de Minas Gerais é formado pela vegetação de cerrado, caracterizando a formação dos gerais e das veredas, tendo condições essenciais para o desenvolvimento das comunidades tradicionais de geraizeiros, pois colaboram no desenvolvimento sustentável da região (OLIVEIRA, 2017).

O surgimento dessas comunidades totalmente interligadas às suas tradições, crenças, mitos além da fé religiosa, correlacionadas ao meio natural tendo uma sociabilidade única de convivência interpessoal. A exploração dos recursos naturais e do espaço físico ambiental sempre foi executada de maneira comunitária, mas eram conservados os espaços naturais mais familiares, como a moradia e seu quintal (NOGUEIRA, 2009).

Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guarái/TO)

A Comunidade de Geraizeiros da Matinha foi criada há mais de cinco décadas e se localiza a uma distância de 15 quilômetros do município de Guarái/TO, sentido sul do Estado do Pará, as margens da rodovia estadual TO 336 entre os municípios de Guarái/TO e Colméia/TO, quando cinco famílias migraram do interior de Minas Gerais para desbravar novas áreas, trazendo na bagagem toda experiência adquirida dos seus antepassados em relação a agricultura familiar e toda tradição cultural e religiosa que sustenta a comunidade manter a forte a território da Matinha é formado por vegetação de transição, tendo a predominância do cerrado e também faixas de vegetação amazônica, localizadas na bacia hidrográfica do Bananal (TOCANTINS, 1999). O clima tropical presente faz com que a temperatura média anual na comunidade varia entre 27 e 30 graus, havendo um período de chuva de outubro a maio, a vegetação campestre do

cerrado junto com as gramíneas predominam a região onde se encontra a comunidade, com abundante presença de pequi, de ingá, babaçu e de veredas de buriti (LORENZI, 1992).

Houve mudanças nas condições de vida dos geraizeiros da Matinha com a chegada das pavimentações, da energia, da construção de escola e principalmente do acesso à água potável. Com relação a religiosidade há relatos que demonstram que a fé dos geraizeiros é preservada juntamente com a música. O grupo tem um pequeno estúdio que é usado para missas e celebrações, além de festas comemorativas (MORAES *et al*, 2017b).

Hoje na comunidade da Matinha vivem aproximadamente 200 geraizeiros, totalizando pouco mais de 50 famílias, atualmente esses povos cultivam de maneira agroecológica, preservando suas tradições deixadas pelas gerações passadas. (CAMPOS, 2019).

Metodologia do estudo

Este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas desenvolvidas no Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS (Grupo de Pesquisa regular e credenciado pela UNESP/Tupã), assumindo-se como pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, sendo que a exploração bibliográfica e documental foram as técnicas centrais da coleta de informações para a resolução dos trabalhos (CONDURÚ; PEREIRA, 2010).

Resultados e discussões

Conforme Dayrell (1998), os geraizeiros configuram uma tradição exclusiva de ambientação a natureza, abordada por uma tradição particularidade de crenças e mitos, símbolos e representações, desenvolvendo na agricultura diversas espécies e variedades, utilizando suas tradições passadas de produção normalmente de maneira agroflorestal.

Desse modo, os mais diversos ambientes do cerrado brasileiro na região setentrional do estado mineiro estão inseridos em um método

produtivo, concordando, através da extração natural de diversos produtos para seu desenvolvimento social por meio de frutos, medicamentos, mel, madeira, dentre outros, que são comercializados em feiras e supermercados.

Considerações finais

Entretanto, sustentando-se as características do cerrado e dos resquí-cios que esse bioma traz às gerações e a origem ancestral nas experiências de retirada do encurralamento sofrido no norte mineiro, nota-se a formação de algumas comunidades de geraizeiros em outras regiões e estados brasileiros como na Bahia, no Tocantins e em Goiás.

Nestas comunidades tradicionais de geraizeiros, nota-se a identidade registrada pela resistência aos novos modelos econômicos capitalistas (que à sua origem eram fortemente marcados pela produção do eucalipto e a mineração), pela religiosidade que norteou seus antepassados e que orienta as famílias à relação respeitosa entre o ser humano e a natureza e também a manutenção de trabalhos de forma comunitária e de terras comunais, assim como eram as terras soltas notadas nas comunidades geraizeiras das gerais no norte mineiro.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: Acesso em 22 de agosto de 2019.

_____. **Decreto 6040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em. Acesso em 22 de agosto de 2019.

CAMPOS, A.C. **Análise dos impactos sociais da transição de modelos agrícolas em comunidades tradicionais**: estudo de caso da comunidade de geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO). Dissertação de Mestrado PGAD/FCE/UNESP/Tupã (2019), 90p. Tupã/SP: UNESP, 2019.

CONDURÚ, M.T.; PEREIRA, J.A.R. **Elaboração de trabalhos acadêmicos**: normas, critérios e procedimentos: UFPA, 2010.

DARCY, R. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

DAYRELL, C. **Geraizeiros y biodiversidad en el Norte de Minas Gerais**: la contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas. 214p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - PPGCS, Universidad Internacinal de Andalucía, Espanha, 1998.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa/SP: Plantarum, 1992.

MORAES, N.R.; CAMPOS, A.C.; MÜLLER, N.M.; GAMBA, F.B.; GAMBA, M.F.D.D.F.; BRAGA, W.R.O. O conceito de território dentro de comunidades tradicionais brasileiras. **Revista Observatório**, v. 2, p. 442, 2016.

_____; BRUMATTI, L.M.; LIMA, A.R.; CAMPOS, A.C. Análise da convergência conceitual dos termos “território” e “comunidade tradicional” no Brasil. **Revista Observatório**, vol 3, número 4, 2017. Disponível em sistemas.uft.edu.br/periódicos/index.php/observatório/article/view/366>

_____; CAMPOS, A.C.; SILVA, M.L.; SOUZA, F.C. Comunidades tradicionais: cultura e identidade. **Revista Observatório**, volume 3, número 5, ano 2017. Disponível em sistemas.uft.edu.br/periódicos/index.php/observatório/article/view/367>

NOGUEIRA, M.C.R. **Geraizeiros a dentro e a fora**: identidade e territorialidade entre geraizeiros do norte de Minas Gerais. Tese de Doutorado em Antropologia (Programa de Antropologia Social) Universidade de Brasília. 2009, 233p.

OLIVEIRA, M.D. **Autodefinição identitária e territorial entre os geraizeiros do norte de minas gerais**: o caso da comunidade sobrado. Dissertação de Mestrado (Programa de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais). UNB, 2017, 138p.

TOCANTINS. **Atlas do Estado do Tocantins**. Governo do Estado do Tocantins, 1999.

Trabalho 5

As comunidades tradicionais no relatório de avaliação de impacto ao patrimônio imaterial: diálogos entre o campo e a legislação¹ (300130)

*Luciane Barbosa de Souza*²

*Maria Luiza Dias Oliveira*³

Quando você enfraquece a terra assim, ela começa a morrer. Se a terra morrer, se nossa Terra morrer, nenhum de nós será capaz de viver, e todos nós também morreremos.

Raoni Metuktire (The Guardian, 2019⁴)

O patrimônio cultural imaterial ou intangível é constituído em Lei pela nossa Constituição Federal de 1988. O artigo nº 216 estabelece que o Estado brasileiro promoverá e protegerá as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras de arte, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Ou seja, toda criação que a humanidade nos permitiu,

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Luciane Barbosa de Souza é pedagoga e mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da UFRJ. <http://lattes.cnpq.br/2654221523193294> e-mail: llucianebarbosa@gmail.com

³ Maria Luiza Dias é cientista Social e mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF. <http://lattes.cnpq.br/6344237606048317> e-mail: dias.mluiza@gmail.com

⁴Para maiores informações, consultar: <http://raoni.com/biografia.php> Acesso em: 03/10/2020.

Ver também: “Relatório da ONU menciona violações de direitos indígenas no Mato Grosso do Sul”. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/relatorio-da-onu-menciona-violacoes-de-direitos-indigenas-no-mato-grosso-do-sul>

todos os processos culturais, todas as formas de vida, socialmente e etnicamente falando, especialmente acerca da preservação ambiental, que nos constituem enquanto seres humanos e cidadãos, e, também tudo que hoje nós construímos na humanidade, nossas marcas e tradições, tudo aquilo que queremos que as futuras gerações também vivam.

Em 2000, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pauta pelo Decreto nº 3.551/2000 de 04 de agosto, o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial. Com essa regulamentação é estabelecido o Programa Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial (PNPI) e o as metodologias para a identificação desse patrimônio cultural, consolidadas no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

Enquanto isso, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio cultural imaterial, ou intangível - “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” - na promulgação da Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, ratificada pelo Estado brasileiro em março de 2006.

Caminhando nesse sentido da preservação, temos as políticas de proteção ao meio ambiente. Instituídas em 1981, por meio da Lei Federal nº 6.938, em 31 de agosto, regulamentada em 1986 por meio da Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986, e, recepcionada na Constituição Federal de 1988 no artigo nº 225. O licenciamento ambiental, instituído por meio dos conjuntos de leis anteriormente citado, em 2015, por meio da Instrução Normativa (IN) nº 001, de 25 de março de 2015, é pautado no órgão federal de proteção do patrimônio cultural IPHAN.

Especificamente, há na IN 001/2005 a necessidade de incluir na esfera dos estudos ambientais o patrimônio cultural imaterial: “Art. 12. Instado pelo órgão ambiental competente a se manifestar sobre os estudos ambientais, o IPHAN analisará os termos e relatórios referentes aos bens

culturais tombados, valorados e registrados e ao patrimônio arqueológico”. Diante dessa exigência para a ação e definição de políticas públicas, iniciam os estudos para o Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Imaterial (RAIPI), em conjunto com os estudos para o patrimônio arqueológico, assim como os bens tombados e valorados pelo IPHAN.

A política para o licenciamento ambiental no âmbito do patrimônio cultural é recente, como podemos constatar. Porém, a recepção dos pesquisadores pelas comunidades, sobretudo, a recepção dos empreendimentos de impacto ambiental pelas comunidades é cotidiana em alguns casos, e, nesse aspecto, não faz sentido o tempo da Instrução, mas sim se a política pública é eficiente, para que de fato possa traduzir o conceito de proteção ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, permitindo a participação das comunidades no processo, de forma que possa garantir os direitos ao território, aos modos de vida e à cidadania plena dos povos e comunidades tradicionais, como prioritários.

Percebemos que há poucas pesquisas e estudos sobre o patrimônio cultural, a IN e o licenciamento ambiental, partindo de uma perspectiva que aborda o tema pela narrativa das comunidades. Por esse ângulo, pensamos em apontar para a necessidade do debate acerca do RAIPI e seus impactos às comunidades, pontuando como funciona o processo para as comunidades, a partir do ponto de partida da ação do órgão, passando pela pesquisa de campo e a ação de pesquisadores, por fim, como se dá o retorno das comunidades para o órgão.

É importante perceber que estamos falando de territórios tradicionais e da preservação ambiental e cultural no Brasil em 2020. Essa visão integrada da vida humana, não está nos gabinetes e na Lei, ela está presente na existência milenar dos povos e comunidades tradicionais aqui no planeta terra.

Como metodologia utilizaremos as bases de dados dos órgãos, principalmente o Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e combinaremos os dados coletados com informações e dados de reportagens da mídia, de grandes jornais ou comunitários. Tentando realizar um mapeamento das

ações a partir do RAIPI e seus impactos posteriores aos territórios tradicionais.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal** de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09/10/2020.

BRASIL. **DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm . Acesso em: 09/10/2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 25 DE MARÇO DE 2015**. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

Trabalho 6

Estudo histórico da região Feio-Aguapeí e suas etnias ¹ (304600)

Artur Luz Tenente ²

Cauan Ferrara Batista ³

Lucas Satoshi Cipriano Oikawa ⁴

Matheus Michelan Pelegrino ⁵

Guery Tã Baute e Silva ⁶

Contexto histórico da região de Tupã

Tupã foi fundada em 1929 por Luiz de Souza Leão, porém já havia habitantes na região há muitos anos, povos indígenas que escolheram a região para consagrar como seu território. Eles viviam bem, até chegarem os fazendeiros, como Lélío Piza (fundador da cidade de Juliânia) que foi o primeiro a construir uma fazenda pela região de Tupã, a fazenda Nova Guataporanga. Souza Leão fundou a cidade pelas oportunidades que ele teria na área, o solo era bom para plantar café, a estrada de ferro passava pela região e já havia algumas fazendas na área (PINHEIRO, 1999. A VOZ..., 2020).

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Discente, IFSP - Tupã, <http://lattes.cnpq.br/9894508079201242>, artur.tenente@aluno.ifsp.edu.br

³ Discente, IFSP - Tupã, <http://lattes.cnpq.br/8917509036181549>, cauan.ferrara@aluno.ifsp.edu.br

⁴ Discente, IFSP - Tupã, <http://lattes.cnpq.br/8887073539480367>, lucas.oikawa@aluno.ifsp.edu.br

⁵ Discente, IFSP - Tupã, <http://lattes.cnpq.br/1616635444953975>, matheus.pelegrino@aluno.ifsp.edu.br

⁶ Mestre, IFSP - Tupã, <http://lattes.cnpq.br/6526039207509707>, guerybaute13@gmail.com

Com a pesquisa de campo feita em 2019 no Solar de Souza Leão e no museu Índia Vanuíre por um dos autores da pesquisa, em uma entrevista aos funcionários sobre a história da cidade e sua origem, em conjunto com uma pesquisa de um historiador local. Sabe que o museu Índia Vanuíre, que guarda a história de Tupã e região, foi fundado em 1980, no mesmo dia da morte de Luiz de Souza Leão. O museu tem esse nome em homenagem a apaziguadora Vanuíre, mesmo Souza Leão nunca a conhecido, ela trouxe a paz após uma série de conflitos entre os homens brancos e os Kaingangs que ocorreram em 1905/1912 quando a Estrada de Ferro Noroeste chegou na região, após a pacificação a população dos Kaingangs já havia sido reduzida de 4000 para 700, pois eles os Kaingang lutavam de arcos e flechas contra os fuzis do homem branco (A VOZ..., 2020).

No início do século XX a região de Tupã passou por vários problemas semelhantes a pandemia do COVID-19, conflitos socioculturais contemporâneos, pragas e mudanças climáticas. A formação da região foi conturbada, em 1918 houve a grande geada que queimou todos os cafezais e também a nuvem de gafanhotos que destruiu campos, pastos e plantações de algodão das fazendas de algodão, entretanto o pior acontecimento da época foi a gripe espanhola ocorrida no mesmo ano, ela chegou ao Brasil pelos portos de Santos e se espalhou por várias partes do país, os Kaingangs foram muito prejudicados pois tiveram muitas perdas reduzindo sua população novamente de 700 para 173, novamente os povos indígenas sofreram pela colonização (A VOZ..., 2020).

Ninguém sabe ao certo como foi a vida da índia Vanuíre, mas o pouco que se sabe é que ela foi uma Kaingang que subia em uma árvore de 10m e cantava canções de paz, pois ela já não aguentava ver seu povo morrer naquela guerra. Depois que ela conseguiu a paz, ela foi para a SPI (Serviço de Proteção aos Índios), ela trabalhou como tradutora entre a corporação e os índios. Em homenagem a ela seu nome foi dado a um museu, uma escola e também a uma aldeia próxima a arco-íris. (MUSEU ÍNDIA VANUÍRE, 2013).

História e conflitos do aldeamento Vanuíre

A região atualmente conhecida como a bacia do rio Paraná, mais especificamente nas regiões do rio Feio-Aguapeí agrupava uma etnia indígena chamada Kaingang, esta que possui atualmente um agrupamento indígena criado em 1916 e possui 709 ha de terra. Onde no ano de sua pesquisa habitavam 203 indivíduos. No entanto, o território demarcado foi registrado apenas em 2006 (RODRIGUES; NISHIKAWA, 2007).

Esta região abrigava os Kaingang há mais de 3.000 anos, até ser ocupada no século XX, com o primeiro contato ocorrido em 1810. A região já foi chamada de “sertão desconhecido habitado por índios” O povo Kaingang resistiu à colonização, mesmo assim acabaram por diminuir seus números por conta de conflitos crescentes e por conta da gripe espanhola que chegou à região não muito depois (CURY, 2012).

Os que restaram foram, depois, colocados em uma terra muito pequena comparada ao que tinham de território, com a grande biodiversidade e cultura que ali abrigavam. Este aldeamento era gerido, na época de sua fundação, pelo SPI (Serviço de Proteção dos Índios). Foi pacificado, e depois permitiu que a etnia Kaingang fosse reconhecida como parte importante da história (CURY, 2012).

Durante a gestão da aldeia pelo SPI, também chamado de SPILT (Serviço de Proteção dos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais), foi altamente incentivada a agricultura e pecuária como forma de “civilização”, foi incentivado o uso de roupa, ferramentas modernas e construção de casas. No entanto, durante esta gestão, sempre foi colocado acima de tudo o bem-estar dos indígenas (PINHEIRO, 1999).

A agricultura no aldeamento Vanuíre era dificultada, seu solo arenoso dificulta muito a produção agrícola e necessita de muito investimento e mão de obra para manter uma agricultura de qualidade na região. Com o passar do tempo, a liberdade dos indígenas foi diminuindo na mão dos gestores, que impediam o povo de praticar a caça, pesca e a preservar seus

laços familiares. O real objetivo do SPILT se tornou em transformar os índios em trabalhadores rurais efetivos (PINHEIRO, 1999).

Assim, o aldeamento Vanuïre foi criado. Atualmente conta com várias etnias indígenas além da Kaingang, entre elas estão a etnia Terena, Krenak, Fulniô, Pankararu e Aticun. Ou seja, é uma reserva multiétnica (habitada por grupos étnicos variados) que foram delimitadas pelo processo de colonização paulista e pela posse de terras. Atualmente, estes territórios estão com vários problemas de infraestrutura, entre eles a diminuição da qualidade da água por causa da lixiviação de agrotóxicos de plantações da área (RODRIGUES; NISHIKAWA, 2007).

Problemas esses, que vieram de um grande processo histórico, o qual foi modificado pelos proprietários de fazendas que tinha a região, e é até hoje modificada pela grande quantidade de agricultura e pecuária que fica em torno da reserva. Além disso, seu solo é arenoso; como já dito antes, o qual dificulta a agricultura. Sem contar que o desmatamento nos terrenos próximos provoca erosão e assoreamento (RODRIGUES; NISHIKAWA, 2007).

Modo de pensar da civilização moderna em relação aos Kaingangs

Durante o século XIX, a forma como era visto o mundo civilizado se baseia nos problemas enfrentados entre as fronteiras da civilização urbana que avançavam para o interior paulista com a civilização indígena da região. Por conta disso, os Diretores Gerais dos Índios intermediaram em questões de políticas indigenistas e iniciativa privada das populações. Com o passar do tempo, foi conquistado também a implantação do Regimento das Missões. O segundo Diretor Geral dos Índios, José Joaquim Machado de Oliveira (1790-1867), foi, inclusive, um dos que contribuíram para a pacificação, por conta de estar na liderança em meio aos conflitos entre a frente pioneira e as comunidades indígenas refugiadas nas matas (PINHEIRO, 1992).

Os Kaingangs foram brutalmente afetados pelo processo de ocupação dos territórios, que futuramente iriam pertencer aos colonizadores, lutando para manter seus territórios. Após o ocorrido, foi delimitado um pequeno território para os indígenas, seguindo as bases de intermédio entre os indígenas e os colonizadores. Porém, o território que ficou para os índios é desproporcional com o dos colonizadores. Na região de São José do Rio Preto mesmo, por exemplo, foram construídas áreas urbanas, onde antes era o território de migrações Guarani. Na região de Marília, foi edificado construções que um dia foram das tribos Kaingang (PINHEIRO, 1992).

Os Kaingangs eram vistos pelos civilizados como “ferozes” e “imorais”, que faziam com que os índios fossem perseguidos. A guerra em si e todos os seus conflitos tiveram como desfecho somente após os acontecimentos de muitos mal entendidos e conflito de diálogos. Nota-se que este contato não era “pacífico”, o que levou a desconstrução da antiga forma de vivência entre os integrantes da tribo. E isso fez com que não fosse possível registrar suas antigas culturas e vivências. Vale destacar também que grande parte do material etnográfico existente entre os Kaingangs, foi encontrado apenas em aldeias abandonadas pela fuga da perseguição dos colonizadores. Por conta disso, atualmente os pesquisadores tentam completar, e até mesmo comparar as informações obtidas dos Kaingangs de São Paulo com as do Paraná (PINHEIRO, 1992).

Referências

- A Voz da Memória.** Paulo José de Oliveira Silva. Tupã - SP, 2020. (10 min.), color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i7yaqmXNcbI>. Acesso em: 27 out. 2020.
- CURY, Marília Xavier. Museologia, Comunicação Museológica e Narrativa Indígena: a Experiência do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuïre. **Museologia & Interdisciplinaridade.**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 49-76, jul. 2012.

MUSEU ÍNDIA VANUÍRE (Tupã - SP). Vanuíre: pesquisa sobre sua origem. 2013. Disponível em: <https://www.museuindiavanuire.org.br/vanuire-pesquisa-sobre-sua-origem/>. Acesso em: 27 out. 2020.

PINHEIRO, Niminon Suzel. **Os Nômades: Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912**. 1992. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1992.

PINHEIRO, Niminon Suzel. **Vanuíre: conquista, colonização e indigenismo: Oeste paulista, 1912-1967**. 1999. 293 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999.

RODRIGUES, Robson A.; NISHIKAWA, Dulcelaine L.. A CONDIÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL NA ÁREA INDÍGENA “ÍNDIA VANUÍRE”, MUNICÍPIO DE ARCO-ÍRIS, E AS POSSIBILIDADES DE ADEQUAÇÃO AGROECOLÓGICA E DE RECUPERAÇÃO FLORESTAL. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, Araporã, v. 3, p. 158-170, 2007.

Trabalho 7

Convergências sócio-históricas entre indígenas e afrodescendentes no Estado do Espírito Santo ¹ (299418)

Ariadne Dall'acqua Ayres ²

Guilherme Laluce Ribeiro ³

Rogério Frigerio Piva ⁴

Nelson Russo de Moraes ⁵

As tradições culturais enraizadas no povo capixaba demonstram, ainda hoje, pontos de convergência interétnica entre povos originários, consequência da influência de tradições culturais de matriz africana e ameríndia. É sabido que no Brasil pré-colonial diversos grupos indígenas já habitavam o território, na província do Espírito Santo a presença das etnias Tupiniquins, Temiminós, Puris e Botocudos eram bem estabelecidas (MOREIRA, 2002).

Não bastassem os diversos e heterogêneos traços fisionômicos presentes no povo capixaba, fruto de uma miscigenação de raças própria do Brasil, há aspectos culturais e culinários que inferem a presença ancestral de povos indígenas Tupis-Guarani e Macro-Jê e povos africanos trazidos

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestranda do PPG em Biologia Comparada (FFCLRP/USP). <http://lattes.cnpq.br/7596499662634196>. ariadne.ayres@usp.br

³ Mestrando do PPG em Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP-Tupã). <http://lattes.cnpq.br/7994127853143995>. guilherme.laluce@unesp.br

⁴ Graduado em História (UFES). <http://lattes.cnpq.br/4899498422782057>. rfrigeriopiva@gmail.com

⁵ Professor Associado Doutor (FCE/UNESP-Tupã). <http://lattes.cnpq.br/6708471420702848>. nelson-russo.unesp@gmail.com

ao Brasil para serem escravizados. Deste modo, em alguns casos as culturas se entrelaçam e denotam uma convergência cultural, como por exemplo no hábito culinário da farinha de mandioca, congo, dentre outros (MOREIRA, 2010; MOREIRA, 2017).

Uma vez em posse destes dados, o presente artigo visa compreender quais os elementos de convergência interétnica entre os povos afrodescendentes e indígenas no estado do Espírito Santo. O trabalho encontra-se calcado na tese de que a demografia capixaba passou por influências diretas de povos indígenas e africanos, sendo que as raízes culturais desses dois grupos étnicos são fundamentais para a formação social deste Estado.

Deste modo, o presente artigo se utilizará de uma revisão bibliográfica e documental para compreender estes elementos de convergência, baseando-se na literatura já existente e baseando-se em clássicos literários para a compreensão deste fenômeno sociodemográfico. Obras como “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, de Darcy Ribeiro, “Espírito Santo indígena”, de Vânia Maria Losada Moreira e “Negros do Espírito Santo”, de Cleber Maciel serão textos basilares para a construção do presente artigo, além de análise de outros documentos e textos científicos que guiarão os estudos aqui escritos.

Salienta-se que o presente trabalho terá por recorte geográfico o Estado do Espírito Santo, por ser um território em que as relações entre esses dois grupos étnicos são bem marcadas, sobretudo pelo papel dos movimentos de ocupação do país e a proximidade com as duas primeiras capitais federais. Além disso, como apresenta Guerra (2010) ao destacar que povos indígenas e afro-brasileiros guardam semelhanças dentro de sua trajetória histórica, pois “foram expulsos de suas terras, roubados em suas culturas, desvalorizados quanto as suas vozes-línguas, execrados nos seus costumes, feridos quanto as suas crenças religiosas e estigmatizados quanto as suas identidades”.

Esta mesma autora trabalha com a noção de elementos simbólicos que tem significado similar tanto para os afro-brasileiros quanto para os povos indígenas como a “terra”, as “árvores”, a “tradição oral”, a “arte”, o

“sagrado”, no que considera uma “identidade étnica Afro-indígena” (GUERRA, 2010). Desta maneira buscamos referências histórico-culturais que nos apresentem pontos de intercessão entre indígenas e afro-brasileiros na história capixaba.

No primeiro capítulo, o artigo refletirá sobre o contexto histórico no qual os povos indígenas do Espírito Santo no Brasil colonial estavam submetidos e as mudanças acarretadas quando da divisão das sesmarias e a chegada dos africanos trazidos ao país. Além disso, debruça-se sobre os aspectos territoriais dos povos indígenas e os impactos socioculturais dos processos a que foram submetidos, sobretudo perante as normativas federais.

Por meio de pesquisas históricas e documentais, é sabido que quando da chegada dos portugueses às terras brasileiras, as relações com as populações indígenas que habitavam o país foram, por um breve período, pacíficas e marcada pela curiosidade e tentativa de interação entre esses grupos. No entanto, à medida que a colonização foi se solidificando, os conflitos começaram a crescer, levando os portugueses à criação de legislações especiais, visando um maior controle desses povos pela Coroa, como a política indigenista colonial, que impôs aos indígenas o título de “vassalos” do rei, sujeitando-os à serviços para a Coroa e o pagamento de dízimos e impostos (MOREIRA, 2017).

Tratando-se especificamente dos processos de formação do Estado do Espírito Santo, a historiadora Vânia Moreira explica o papel preponderante das populações indígenas que habitavam o território, afirmando que “não se pode conhecer a história do Espírito Santo tardo-colonial e imperial sem os índios, pois eles eram parte vital e atuante na sociedade local” (2017, p. 17). Ademais, ao analisar um relato do naturalista Auguste de Saint-Hilaire, em 1818, fica explícito os constantes conflitos entre os índios Botocudos do estado e os portugueses (MOREIRA, 2017). E ainda a respeito dessas divergências a autora complementa que “a presença de uma população indígena refratária à soberania luso-brasileira foi um incômodo bastante sério para a capitania” (2017, p. 40).

No segundo capítulo, haverá exposta a influência dos povos africanos trazidos ao Brasil como escravos, sob a ótica dos negros que foram escravizados na delimitação geográfica do estado do Espírito Santo. Para tal, como método de análise bibliográfica e documental, será utilizada a reconhecida obra do professor Cleber da Silva Maciel, intitulada “Negros no Espírito Santo”, atrelada a outros documentos reconhecidos no cenário nacional, no tocante à temática do negro em relação ao estado do Espírito Santo.

De acordo com documentos históricos, a presença negra no estado do Espírito Santo já era notada por volta de 1550, a partir de escravos advindos desde Portugal. Contudo, a principal movimentação negra ocorreu após a intensificação da atividade cafeeira (século XIX), quando do avanço do cultivo do café às terras capixabas. Deste modo, cafeeiros de outras regiões do país (como do vale do Paraíba), aliados ao processo migratório pós-republicana nos permite compreender que a origem dos povos negros no estado do Espírito Santo foi em muito influenciada por este fenômeno migratório intranacional (MACIEL, 1994; AMORIN, 2017).

Entretanto, não se pode concluir que a presença negra no estado se deu exclusivamente por vias migratórias. Assim o é visto que até a proibição do tráfico negreiro (século XIX), escravos oriundos da África Centro-Ocidental foram intensamente comercializados em terras capixabas, chegando ao território por intermédio do porto do Cais de Valongo, no Rio de Janeiro. Deste modo, a quantidade de negros aumentou consideravelmente, advindos do contrabando do tráfico negreiro bem como da própria atividade migratória dos senhores do café para o estado (MACIEL, 1994; AMORIN, 2017).

Segundo Maciel (1994), negros escravos começaram a desembarcar diretamente em terras capixabas em 1561, muito embora a presença de escravos neste estado já se dava por intermédio dos fenômenos acima expostos. Tal fenômeno acaba por dificultar a identificação da origem dos povos negros; contudo, há significativa presença de Sudaneses, negros de

etnias conhecidas como Angolas (Cabindas e Benguelas) e Minas (relacionados ao castelo de Minas, fortaleza lusitana no porto de Al Juba).

Por fim, no terceiro capítulo, as convergências entre os povos originários serão demonstradas traçando um paralelo com as influências sócio-históricas de ambos os povos.

Tomando por base registros históricos que mostram em diferentes escalas a miscigenação entre indígenas e africanos no sertão de São Mateus, norte do estado, como a história de amor entre um negro escravizado que se apaixona por uma indígena e foge com ela, deixando os integrantes de sua tribo em pé de guerra no momento em que estava sendo fundado um dos principais latifúndios no extremo oeste daquele território. Infelizmente uma história trágica tendo em vista que os “fugitivos” são capturados, o negro é castigado no tronco, a índia entregue ao seu povo e o fazendeiro tem “permissão” para fundar sua fazenda “pacificamente” (MEDEIROS, 2012).

Também intrigante a referência a um grupo tribal denominado “Marvough”, Mavón ou Mawon que segundo o Inspetor do SPLTN Antônio Estigarríbia (1912) seriam “pretos” no que Mattos (2004 p. 134) citando linguista B. Rudolph diz significar “mestiço de negro e índio”, demonstrando mais uma vez que havia miscigenação entre negros e indígenas mesmo antes destes serem “pacificados”.

Tais relatos nos mostram como indígenas e afro-brasileiros iam se miscigenando e ajudando a formar o brasileiro atual. Nesse processo, por vezes pacífico ou violento foi-se gerando um povo, o povo brasileiro que traz em si elementos amalgamados e externados na cultura e na culinária de povos que apesar de terem origens bem diferentes compartilham elementos comuns.

Referências

AMORIM, S. P. **A Performance bantu do caxambu entre a ancestralidade e a contemporaneidade**. 1. ed. Vitória-ES: Editora Cousa, 2017.

- ESTIGARRÍBIA, A. M. V. Serviço de protecção aos índios e localização de trabalhadores nacionais (Conclusão). In: **O Diário**. Ano VII, Nº 298. Vitória: Oficinas d'O Diário, 1912, p. 1 e 2.
- GUERRA, D. Corpo, som e movimento: legados ancestrais na cultura afro-indígena brasileira e a implementação da lei 11.645/08. In: **Revista África e Africanidades**, ano 3, n. 9, 2010.
- MACIEL, C.S. **Negros no Espírito Santo**. Vitória: Departamento de Cultura, Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES, 1994.
- MATTOS, I. M. **Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas**. Bauru: EDUSC, 2004.
- MEDEIROS, R. **A história do colonizador do norte do Estado**. Disponível em: http://projotopipnuk.blogspot.com/2012/12/eugenio-cunha-historia-do-colonizador_1.html. Acesso em: 19 out 2020.
- MOREIRA, V. M. L. Terras Indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850. **Revista Brasileira de História**, vol. 22, nº. 43. São Paulo: 2002, pp. 153-169.
- MOREIRA, V. M. L. A guerra contra os índios botocudos e a formação de quilombos no Espírito Santo. In: **Afro-Ásia**, no. 41. Bahia: 2010, pp. 57-83.
- MOREIRA, V. M. L. **Espírito Santo Indígena: conquista, trabalho, territorialidade e auto-governo dos índios, 1798-1860**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.
- RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. -1ª ed. 1995-2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Trabalho 8

História indígena nos municípios de São Bernardo e Santa Quitéria no Estado do Maranhão ¹ (300010)

Richardes Lima Souza ²

Ana Caroline Amorim Oliveira ³

O presente trabalho teve como objetivo reconstruir a história dos povos indígenas da região do Baixo Parnaíba Maranhense, em especial, dos municípios de São Bernardo e Santa Quitéria.

A história indígena (CUNHA, 1992; MONTEIRO, 2001) é um campo de estudos recente dentro das pesquisas tanto em Antropologia quanto em História, em particular, no Brasil. Segundo Varnhagen (1978[1854]) os índios possuíam etnografia e não história. Os povos ameríndios foram compreendidos pela característica da ausência em vários âmbitos, estavam na infância da humanidade; não se utilizavam da escrita (povos ágrafos); não possuíam Estado; não possuíam religião. Inclusive na língua nativa Tupi haveria uma ausência das letras f, l, r. Desenvolveu-se, então, a

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Graduando em Ciências Humanas-Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão. De 2019-2020 bolsista PIBIC/UFMA e atualmente bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1163557890049190> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8261-7738>
Email: richardesouzalima@gmail.com

³ Professora do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia(UFMA) e Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade-PGCULT/UFMA. Coordenadora do Projeto de Pesquisa “História indígena na Microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense” financiado pela FAPEMA- Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Maranhão. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6279006668275644> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9337-6335> E-mail: ana.caroline.oliveira@gmail.com

máxima “sem fé, sem lei, sem rei”. E, diante de tantas ausências, conseqüentemente eram “povos sem história”. (CUNHA,1990).

O Baixo Parnaíba Maranhense está localizado no extremo Leste do Maranhão sendo região de convergência de biomas, especialmente o cerrado, a caatinga e a mata dos cocais. Esta região faz fronteira ao norte com o Oceano Atlântico, ao oeste com a Mesorregião Norte Maranhense, ao sul com a Mesorregião Leste Maranhense e ao leste com o estado do Piauí. (MARANHÃO, 2005).

Desde o início da colonização, a região do Baixo Parnaíba Maranhense foi palco de conflitos, entre colonizadores e indígenas. Segundo Vanise Siqueira Melo (2011) no início da colonização nessa região têm-se registro de 4 povos indígenas: os Anapurús, os Tremembés, os Araiós e os Anicuaiz. Em relação ao Baixo Parnaíba Maranhense a prática de aldeamentos foi muito utilizada (COSTA, 2017). As cidades de São Bernardo (e, conseqüentemente, de Santa Quitéria, dado que até o início do século XX ainda não havia se dado a emancipação política) se desenvolveram a partir de um aldeamento. Esse aldeamento serviu como ponto de apoio para as demais missões jesuíticas da região.

O município de São Bernardo, que é fundado em 1724, por um bandeirante, Bernardo de Carvalho Aguiar, vendo a fertilidade da terra e os bons pastos para a criação de gado, instala uma fazenda. A cidade só nasceria de fato a partir de uma pequena missão jesuítica, feita para a catequização e escravização dos indígenas do povo Anapurú.

A metodologia utilizada na presente pesquisa, teve como princípio o entendimento da investigação antropológica a partir de três passos ou etapas: a etnografia, a etnologia e a antropologia (LÉVI-STRAUSS, 1980).

Dessa forma, utilizou-se das etapas da pesquisa antropológica como explicitada por Lévi-Strauss como metodologia de pesquisa. “São, na verdade, três etapas ou três momentos de uma mesma pesquisa, e a preferência por um dos termos exprime apenas a predominância da atenção voltada para um tipo de pesquisa, que nunca pode excluir as duas outras” (LÉVI-STRAUSS, 1980, p. 356).

Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema, mapas e documentos oficiais, nos quais foi possível tomar conhecimento dos processos de colonização e expansão da lógica mercantil-capitalista.

A investigação para a realização desse trabalho durou 12 meses - de julho de 2019 até agosto de 2020 - iniciou com a revisão das pesquisas realizadas sobre o tema em caráter interdisciplinar com o objetivo de se apropriar da produção já realizada sobre a região pesquisada, reconstruir o objeto de estudo aqui delineado e dialogar com os demais pesquisadores de diversas áreas das ciências humanas, que já trabalharam com essa temática.

Outros materiais foram analisados durante a pesquisa, como mapas, documentos legais, legislações, assim como obras arquitetônicas e algumas entrevistas com interlocutores.

No primeiro semestre de 2020 estava programado a fase de campo do projeto, onde iríamos aos municípios de São Bernardo e Santa Quitéria pesquisar nos arquivos públicos, nos arquivos das igrejas, locais históricos e, aos povoados realizar conversas informais e entrevistas com interlocutores mais velhos sobre a memória dos povos indígenas daquela região. Contudo, no início de março, as atividades da Universidade Federal do Maranhão-UFMA foram paralisadas, devido à pandemia do novo coronavírus, a Covid-19.

Assim, decidimos que mudaríamos nossa estratégia de pesquisa, e passaríamos a pesquisar em sites, bibliotecas virtuais, assim como também em arquivos públicos digitalizados, como o Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, o que nos possibilitou o acesso a diversas obras digitalizadas. Através da rede social “Instagram” encontramos uma página dedicada e gerenciada pelo povo Anapuru-Muypurá, que estão em processo de visibilização étnica, em suas próprias palavras, em retomada do povo Anapuru-Muypurá. Nossa primeira conversa se deu pelo referido espaço virtual do qual começamos a trocar informações e materiais documentais.

Esse encontro com o povo Anapurú-Muypurá foi de grande importância para a presente pesquisa em virtude da possibilidade de colaboração e construção de uma pesquisa coletiva e simétrica entre o pesquisador e a comunidade. (CLIFFORD, 2002).

O processo de conquista da referida região se deu através de disputas de territórios, guerras, acordos e desacordos, missões jesuíticas e resistência dos povos indígenas presentes nesta região a exemplo dos povos, Anapuru-Muypurá, o povo Tremembé, o povo Araió e o povo Anicuz. (MELO, 2011).

O aprisionamento desses povos para serem enviados para aldeamentos religiosos tinha como objetivo a sua conversão, ou seja, seriam forçados a abandonarem sua cultura ancestral em prol da cultura do colonizador, abandonando práticas que aos olhos coloniais, não eram “civilizadas”. Os aprisionados poderiam ser enviados para as lavouras ou para lares, para servirem de escravos domésticos, ou então para a força armada, que se encarregava de fazer as guerras contra os povos indígenas.

Com a implantação de fazendas e engenhos para a instalação dos colonos invasores e a construção discursiva do Estado sobre os povos indígenas estes foram pouco-a-pouco silenciados nos documentos oficiais e na historiografia “oficial”.

Tal região, que é atualmente caracterizada como “sem povos indígenas” pela historiografia oficial, foi possível identificar diversos povos que viviam no Baixo Parnaíba Maranhense, os Anapurú, Tremembés, Araiós e Anicuz que lutaram e resistiram pelos seus territórios. Destes povos, os Anapuru-Muypúra se visibilizam novamente em seu processo de retomada para se fazerem ouvir e serem respeitados em sua indianidade. Muito ainda precisa ser compreendido sobre as histórias e trajetórias indígenas nesta região.

Referências

MELO, Vanice Siqueira. **Cruentas guerras**: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia. 2011.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

COSTA, Silva Felipe. **Matriz São Bernardo**: de capela a Santuário. Fortaleza: Imprece, 2017.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: **Coleção O Pensadores**. São Paulo: Ed. Abril, 1980.

MONTEIRO, JONH. **Tupis, Tapuias e historiadores- estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência. Departamento de Antropologia-IFCH. Universidade de Campinas-Unicamp. 2001.

Trabalho 9

História indígena na microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense ¹ (299781)

Aleilson Sales da Silva ²

Ana Caroline Amorim Oliveira ³

O objetivo geral da presente pesquisa é realizar a (re)construção da história dos povos ameríndios da microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense na interface entre a História e Antropologia, especificamente, nos municípios de Brejo e Anapurus no estado do Maranhão. A história indígena (CUNHA, 1992; MONTEIRO, 2001) é um campo de estudos recente dentro das pesquisas tanto em Antropologia quanto em História, em particular, no Brasil. Segundo Varnhagen (1978[1854]) os índios possuíam etnografia e não história. Os povos ameríndios foram compreendidos pela característica da ausência em vários âmbitos, estavam na infância da humanidade; não se utilizavam da escrita (povos ágrafos); não possuíam Estado; não possuíam religião. Inclusive na língua nativa Tupi haveria uma ausência das letras f, l, r. Desenvolveu-se, então, a máxima “sem fé, sem lei, sem rei”. E, diante de tantas ausências, conseqüentemente eram “povos sem história” (CUNHA, 1990). A partir destas premissas que a pesquisa se baseia, utilizando a etno-história da

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Graduando em Ciências Humanas/Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Bolsista PIBIC financiado pela FAPEMA- Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Maranhão. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/6352318602150606> E-mail: aleilson.ss@discente.ufma.br.

³ Professora do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia(UFMA) e Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade-PGCULT/UFMA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6279006668275644> E-mail: oliveira.ana@ufma.br.

região do baixo Paranaíba Maranhense, em especial, nos municípios de Brejo e Anapurus-MA.

A metodologia utilizada parte do entendimento que a investigação antropológica possui três passos ou etapas: a etnografia, a etnologia e a antropologia (LÉVI-STRAUSS, 2017). A etnografia é o primeiro passo que compreende a observação, a descrição e o trabalho de campo. O passo seguinte, a etnologia, possui como característica a síntese. Esta possui três direções: a geográfica com ênfase nos conhecimentos relativos aos grupos vizinhos; a histórica com ênfase a reconstituir o passado de uma ou várias populações; e, a sistemática com ênfase em um determinado tipo de técnica, costume e instituição. É, por fim, a antropologia (seja ela cultural ou social) que tem por base as conclusões da etnografia e da etnologia. Utilizando como fontes de pesquisa documentos oficiais, na forma de relatórios, leis, regulamentos; produções acadêmicas interdisciplinares sobre história antropologia e arqueologia sobre povos ameríndios da região, tais como dissertações, teses e artigos disponíveis em repositórios das Universidades federais do Amazonas, Pará e Piauí, além de mapas e livros disponíveis na BNDigital e no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa; e relatos(falas) dos moradores dos referidos municípios, discursos orais e escritos, sobre a presença ameríndia que compõem a história indígena da região. O campo empírico da pesquisa são os municípios de Brejo e Anapurus que anteriormente recebiam o nome de “Brejo dos Anapurus”.

No início da colonização de Brejo, não há registros de conflitos nos documentos oficiais. Entretanto a partir de 1709, ano no qual Brejo passa por uma expansão territorial, tem-se conflitos entre os Anapurus e os colonizadores brancos, devido principalmente a morte de Manuel dos Santos no mesmo ano. Segundo Melo (2011, pág.62.) “As guerras são, portanto, resultado da imposição territorial portuguesa sobre territórios indígenas. Entretanto, os índios também se adequavam às novas formas de organizar e controlar o território”, destacando-se as alianças que eram feitas com portugueses, franceses e holandeses, contra “bárbaros” e gentis hostis, os povos “rivais” dos índios aliados dos europeus. Desde então, expediram-

se várias ordens oficiais para que fizesse “guerra justa” aos índios Anapurus.

Após os conflitos realizou-se uma “doação” de terra aos Anapurus, “solicitou data de terras de sesmaria foi Francisco Xavier, índio Anapuru, juntamente com Ambrosio de Sousa, capitão dos caboclos” (MELLO, 2011). Terras que se estendiam da atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Sendo o marco da doação das terras a Pedra Itá que hoje se encontra ao lado da igreja, ressaltando que a mesma igreja foi construída pelos indígenas. A pergunta que ainda não conseguimos responder é se teriam sido os Anapurus aldeados que levantaram essa igreja. Provavelmente, sim.

A partir desses dados nos questionamos sobre qual povo foi aldeado na região de Brejo, já que somasse a existência de vários povos na região, que não é bem delineada territorialmente em mapas. Destaca-se que os Anapurus estavam em guerra contra os invasores, e que estes foram aldeados próximo de São Luís. É que logo voltaram a ter conflitos com os colonos, fazendo com que se retomando as “guerras justas” contra os Anapurus até o seu “desaparecimento” (nos documentos oficiais) no século XVIII conforme catalogado pelo mapa etno-histórico Curt Nimuendajú (1984). Tal “desaparecimento” do povo Anapuru dos documentos oficiais tinha como objetivo uma tentativa de silenciamento e inviabilização desse povo da história e da memória da região do Baixo Parnaíba Maranhense.

O Baixo Parnaíba Maranhense é uma região de grande extensão geográfica abrangendo áreas de brejos, lagoas, rios, riachos e igarapés, e pequenos córregos sazonais. Neste primeiro ano de pesquisa identificamos relatos documental, e posteriormente, relatos dos próprios povos que habitaram (e habitam) a região como os Anapuru, Anapuru-Mirim e Anapuru-Açu.

O atual município de Brejo (o município de Anapurus fazia parte de Brejo assim como o território que hoje compõem Santa Quitéria era dividido entre Brejo e São Bernardo), era a principal vila na região, na qual identificamos mais relatos dos povos indígenas citados acima. Os

Anapurus que viviam (e continuam a viver na atual região do baixo Parnaíba maranhense) no alto Parnaíba no estado do Piauí, são identificados na literatura com os prefixos “Mirim” e “Assú”. No Maranhão, mais especificamente no Baixo Parnaíba, os Anapuru já viviam no território de Brejo e localidades circunvizinhas desde antes a chegada dos portugueses no século XVI.

As Juntas das Missões, que segundo Mello e Silva(2009), foi a centralização das ações relacionadas aos povos indígenas em um único órgão da igreja católica, tinha entre suas atribuições determinar o uso da mão de obra de povos indígenas escravizados, organizando as “guerras justas”, “descimentos”, “aldeamentos”, e agindo como um tribunal que decidia acerca da legalidade do cativo indígena por fazendeiro e demais escravocratas. Sendo estas em sua maioria mais poderosas economicamente e politicamente que a Coroa portuguesa representado na província do Maranhão. (SOUZA E MELLO,2009).

As Juntas são de relevância para o contexto da presente pesquisa, pois tendo elas grande influência na administração local e de certo modo determinado onde ficariam as vilas, as cidades e demais ocupações portuguesas, já que em sua maioria essas ocupações nasciam de mão de obra escrava indígena, essas localidades e a mão de obra sendo coordenadas por frades. Os frades desempenharam um papel fundamental nas Juntas das Missões, ao serem os responsáveis pelos aldeamentos indígenas, e por “fiscalizar” a mão de obra indígena, os frades (jesuítas em sua maioria) da região próxima ao rio Parnaíba entraram em conflito com as elites locais, pelo controle da mão de obra escrava indígena, seja ela para uso nas plantações de açúcar, construções de igrejas e aldeamento ou nas fazendas de gado.

Sendo estas fazendas presente na região do baixo Parnaíba maranhense, com presença de frades jesuítas que as administravam podemos concluir que a região foi construída em guerra com os povos nativos.

Os municípios de Brejo e Anapurus localizados na microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense eram habitados pelo povo Anapuru, Anapuru-

Mirim, Anapuru-Assú e Arayos. A história indígena dessa região foi silenciada pelos documentos oficiais e pelo discurso oficial. Entretanto, a pesquisa nos mostrou a existência de uma grande diversidade de povos originários nesses espaços. Dentre esses povos, os Anapuru, tiveram uma importância em nossas análises em virtude dos municípios de Brejo e de Anapurús ser território desse povo. As questões que surgiram ao longo da pesquisa e que não puderam ser ainda respondidas justifica a continuidade da mesma. Concluímos, provisoriamente que, a história indígena dessa região foi silenciada pelos documentos oficiais e pelo discurso oficial. Entretanto, a pesquisa nos mostrou a existência de uma grande diversidade de povos originários nesses espaços.

Referências

- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma história indígena. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Imagens de índios do Brasil**. Revista Estudos Avançados, Estud. av. vol.4 no.10 São Paulo Sep./Dec. 1990.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: **Coleção O Pensadores**. São Paulo: Ed. Abril, 1980
- MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)**. 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2011. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.
- SOUZA E MELLO, Marcia Eliane Alves De. **Fé e império: as juntas das missões nas conquistas portuguesas**. Manaus, Editora: EDUA, 2009.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Todo mundo é índio exceto quem não é**. Povos Indígenas no Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1978[1854].

GT 2

Gestão Social, Ambiental e Desenvolvimento Local

*Angélica Góis Morales*¹

*Giuliana Aparecida Santini Pigatto*²

*Ana Maria Barbosa Quiqueto*³

¹ UNESP

² UNESP

³ Universidade Brasil e Prefeitura Municipal de Arco Íris/SP

Trabalho 1

A importância da tecnologia social na qualidade de vida da Comunidade Tradicional Caiçara da Praia do Sono em Paraty-RJ ¹ (298498)

Norma da Silva Rocha Maciel ²

Cristiane da Silva Dias ³

Jaqueline Costa Netto ⁴

Nelson Russo de Moraes ⁵

Introdução

Tecnologia social é uma ferramenta que tem em sua concepção a construção participativa e colaborativa entre comunidades, pesquisadores, instituições e outros membros da sociedade civil organizada. Da mesma maneira, tem no diálogo com a comunidade envolvida algo extremamente importante na construção e planejamento, pois é primordial atender alguns requisitos na comunidade envolvida para se definir como tecnologia social. Intenções como atender as demandas sociais vividas e identificadas pela população, apropriação e aprendizado por parte da população e de

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutoranda em Ciências Ambientais e Florestais (PPGCAF-UFRRJ).

³ Especialista em Linguística (Unesp – Assis). Bacharel em Direito (FADAP/FAP).

⁴ Bacharel em Direito (FADAP/FAP).

⁵ Livre-docente em Gestão e Educação Ambiental (UNESP). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Mestre em Serviço Social (UNESP). Bacharel em Administração (ITE). Docente de Filosofia e Sociologia na FCE/UNESP. Docente Permanente do PGAD/UNESP. Docente do PPGCOM/UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6708471420702848> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0159-9433> E-mail: nelsonrusso.unesp@gmail.com

outros atores envolvidos e produção de novos conhecimentos a partir da prática são ações que servem de referência para geração de novas experiências e estão no cerne da definição de tecnologia social (ITS, 2004).

O objetivo deste esforço teórico-interpretativo é realizar uma análise acerca da implantação dos tanques de evapotranspiração – tecnologia social introduzida para a coleta de resíduos de esgoto sanitário na comunidade por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e outras instituições universitárias – e os impactos desta tecnologia na comunidade caiçara da Praia do Sono, em Paraty, no estado do Rio de Janeiro. Para atingir tal objetivo, torna-se necessário também discutir o significado de tecnologia social e compreender os desafios da área geográfica estudada, portanto, da Praia do Sono (Paraty-RJ).

A importância das tecnologias sociais

Debater temáticas como tecnologia social tornou-se uma exigência do tempo presente, o que também se revela uma justificativa central desta investigação. Segundo Greg Newman et. a. (2012), a ciência, quando associada a tecnologias emergentes, expande as fronteiras da pesquisa ecológica e do envolvimento público, agregando questões socioculturais relacionadas às novas tecnologias e enfrentando desafios programáticos práticos. Já segundo Lorrae Van Kerkhoff (2005), a ideia de integração na pesquisa aumentou rapidamente tanto na ciência ambiental quanto na política ambiental pública desde meados da década de 1990, e incentivou relações inovadoras entre cientistas e profissionais em diversos contextos.

As tecnologias sociais contribuem para a consecução de importantes dimensões da sustentabilidade, em seus vieses econômico, social e ambiental. Como afirmam Lassance Jr. e Pedreira (2014), elas podem ser implantadas em diversas realidades, pois se adaptam a diversos ambientes e áreas de conhecimento; além disso, são tecnologias amplas e inclusivas. As comunidades tradicionais se aproximam das tecnologias sociais como formas de resistência na busca da manutenção dos seus saberes ancestrais

e do próprio modo de vida, pois, em todo processo, o diálogo, o planejamento e a construção das ideias são realizados de forma coletiva, a partir das demandas sociais apresentadas pela comunidade, capazes de gerar mudança positivas para seus habitantes. Trata-se de uma discussão complexa pelas dificuldades de equilibrar o saber tradicional e o saber academicamente instituído e, portanto, dominante.

A comunidade caiçara da Praia do Sono (Paraty-RJ)

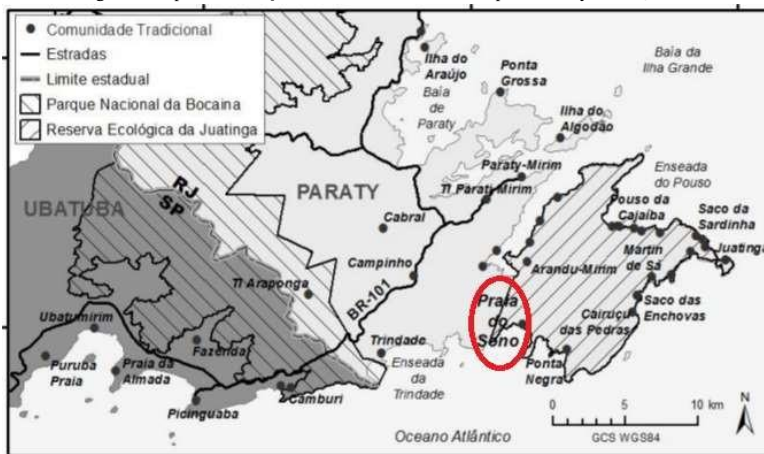
O termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani caá-içara, utilizado para denominar “as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe”. Progressivamente, o termo passou a se referir às “palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores”. Se antes se referia especialmente ao morador de Cananeia, atualmente nomeia comunidades presentes no litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (ADAMS, 2000).

Assim, a denominação de caiçaras é referente aos habitantes tradicionais do litoral das regiões Sudeste e Sul do Brasil, descendentes miscigenados de índios, brancos e negros, que vivem de forma comunal e artesanal. Atualmente, como povos que ocupam especialmente a costa brasileira, vivem especialmente da pesca, na agricultura de autoconsumo, extrativismo de produtos florestais não-madeireiros e do ecoturismo, e sua existência já é compreendida como fundamental para a própria preservação e conservação da diversidade biológica de tais espaços (DIEGUES, 1988).

Na comunidade da Praia do Sono, os registros históricos mencionam a presença indígena e portuguesa por meio de povoados resultantes de miscigenação; os próprios traços físicos dos habitantes, com características indígenas, e os seus sobrenomes de origem portuguesa, como Araújo e Conceição, parecem confirmar a origem dos povos caiçaras locais (CAMARGO, 2013). A Comunidade Caiçara da Praia do Sono está situada

no município de Paraty, com duas UCs em sobreposição: a Área de Proteção Ambiental de Cairuçu (APA Cairuçu – ICMBio), de uso sustentável, e a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ-INEA-RJ), de proteção integral. Dados do INEA (2011) revelam um total de 314 moradores e pouco mais de 200 edificações.

Figura 1: Mapa de localização da Praia do Sono, no município de Paraty, Rio de Janeiro



Fonte: INEA (Adaptado).

A instalação dos tanques de evapotranspiração na comunidade caiçara da Praia do Sono

A gestão de resíduos domésticos, tanto na comunidade caiçara da Praia do Sono como na própria sociedade moderna, é um desafio cada vez mais complexo e urgente. A sociedade atual tem avançado na compreensão da finitude das riquezas naturais – seja por que se tratam de recursos bastante valiosos numa sociedade onde a precificação é a norma, seja porque a própria vida humana depende de uma gestão qualificada da natureza-recurso. Mas esta gestão não é tão somente um processo urbano, mas também uma necessidade em comunidades tradicionais, cujo estilo de vida é menos agressivo ao meio ambiente, mas que pode ser ainda mais cuidado a partir de diálogos, por exemplo, com a universidade.

O tratamento de esgoto sanitário é um problema ainda vivido na comunidade caiçara da Praia do Sono, assim como, em muitas comunidades tradicionais. O tanque de evapotranspiração, chamado de TEVAP, é um sistema simples que consiste em uma caixa fechada que utiliza o próprio esgoto como matéria-prima para nutrição e irrigação do solo. No caso da praia do Sono, foram feitos TEVAP apenas para o esgoto da água de privada devido ao menor custo de implantação.

Figura 2: Tanque de evapotranspiração na Praia do Sono



Fonte: http://www.funasa.gov.br/documents/20182/21862/_OTSS_RJ/e021eec7-e749-4c90-8e1e-b5db54dcff92?t=1558985782143.

O modelo de saneamento ecológico foi implementado na Praia do Sono por técnicos e moradores da comunidade. Atualmente, são 11 módulos, incluindo os construídos na Associação de Moradores e na escola da comunidade⁶. Também chamados de “fossas verdes”, ao invés dos tradicionais “sumidouros” que contaminam o solo, os tanques de evapotranspiração consistem “em um sistema selado/impermeabilizado e plantado, em que ocorre a decomposição anaeróbica da matéria orgânica, a mineralização e absorção dos nutrientes e da água pelas raízes das plantas”; destarte, “os nutrientes deixarão o sistema incorporando-se à

⁶ Fonte: http://www.funasa.gov.br/home/-/asset_publisher/ihdKjCvMf50A/content/caminho-e-cuidado-com-as-aguas-faca-voce-mesmo-seu-sistema-de-saneamento-ecologico?inheritRedirect=false. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

biomassa das plantas e a água será eliminada por evapotranspiração, gerando frutos, os quais podem ser consumidos pela própria comunidade”⁷.

Considerações Finais

O cuidado com os sistemas de esgoto sanitário dos assentamentos humanos é um desafio que ultrapassa diferentes realidades: das grandes cidades às habitações rurais, dos espaços urbanizados aos lugares das comunidades tradicionais, trata-se de um problema de solução bastante complexa. Todas as agendas ambientais internacionais e promessas de construção de alternativas que vislumbrem meios sustentáveis de sobrevivência, englobam propostas de ajuste na disposição e tratamento adequado dos materiais contaminantes.

Neste sentido, a instalação de tanques de evapotranspiração na comunidade caiçara da Praia do Sono é um grande avanço no equacionamento dos problemas ambientais locais. Transformando o próprio esgoto da comunidade em riqueza capaz de nutrir o solo para plantações diversas, trata-se de um modelo simples, inteligente e de baixo-custo de resolução de um problema local. Como tecnologia social, os tanques de evapotranspiração revelam com clareza como o conhecimento é uma ferramenta fundamental de democratização e troca não-hierárquica de saberes entre universidades, instituições de pesquisas e comunidades tradicionais e, por que não, entre pesquisa científica e saberes locais.

Referências

CAMARGO, C. P. M. P. **Territorialidades caiçaras do tempo de antigamente ao tempo de hoje em dia em Paraty, RJ (Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá)**. 2013. 216 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287036>. Acesso em: 23 de agosto de 2020.

⁷ Fonte: https://www.fiotec.fiocruz.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2515:otss-inicia-saneamento-ecologico-na-praia-do-sono-paraty-rj&catid=226&Itemid=116&lang=pt. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

DIEGUES, Antônio C. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas**: o caso das comunidades caiçaras, São Paulo, NUPAUB-USP, Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 5, 1988.

ITS. Instituto de Tecnologia Social. Tecnologia Social. Disponível em <http://www.itsbrasil.org.br/cbrts/tecnologia-social>: Acesso em: 29 set. 2020.

LASSANCE, A. E. JR; PEDREIRA, J. S. **Tecnologias sociais e políticas públicas**. Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas (NP3) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2004.

NEWMAN, G., WIGGINS, A., CRALL, A., GRAHAM, E., NEWMAN, S., CROWSTON, K. **The future of citizen science**: emerging technologies and shifting paradigms. *Frontiers in Ecology and the Environment* 10(6) (2012), 298--304.

VAN KERKHOFF, L. 2005, 'Integrated research: Concepts of connection in environmental science and policy'. **Environmental Science and Policy**, vol. 8, no. 5, pp. 452-463.

Trabalho 2

A Comunidade Quilombola São Roque no Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, Região Sul – Brasil ¹ (299118)

José Gustavo Santos da Silva ²

Gilberto Tonetto ³

Thaise Sutil ⁴

Nilzo Ivo Ladwig ⁵

Juliano Bitencourt Campos ⁶

Introdução

A proposta Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul tem seu território localizado entre a divisas dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A região enquadra-se nos pré-requisitos estabelecidos pela

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Geógrafo, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5374627529648024>. E-mail: gustasantos92@gmail.com.

³ Geógrafo, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Professor do Instituto Federal de Santa Catarina campus Criciúma. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0059555420339736>. E-mail: gilberto.tonetto@ifsc.edu.br

⁴ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), vinculada ao Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial – LabPGT. Lattes: <https://orcid.org/0000-0001-5766-4260>. E-mail: thaise.sutil@gmail.com

⁵ Doutor em Engenharia Civil (UFSC, 2006). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5014321171590267>. E-mail: ladwig@unesc.net

⁶ Doutor em Quaternário, Materiais e Culturas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro, Portugal (UTAD/2015). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1475008321154560>. E-mail: jbi@unesc.net

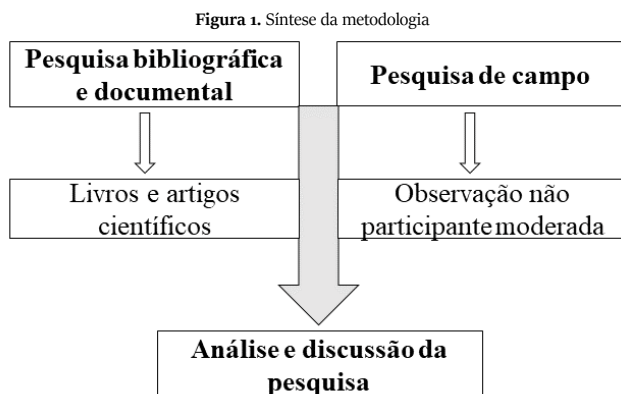
UNESCO, apresentando uma área de tamanho considerável, relevância de sítios geológicos e geomorfológicos, infraestrutura para o turismo e uma identidade cultural local (GODOY; BINOTTO; WINDER, 2010).

Para a UNESCO, os Geoparques Mundiais são estabelecidos por meio de um processo ascendente envolvendo todas as partes interessadas. Possuem papel importante no auxílio ao desenvolvimento sustentável e devem visar à proteção do patrimônio natural e cultural de seu território, aliadas ao desenvolvimento econômico sustentável das populações locais, além de estimular a criação de atividades econômicas pautadas na geoconservação (BRILHA, 2005).

A temática abordada neste trabalho procura analisar a relação de uma comunidade tradicional na composição do território de um geoparque. Nesse contexto, foi definido como objetivo analisar a função da comunidade quilombola São Roque no que tange ao geoturismo e à geoconservação no território do projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul.

Metodologia

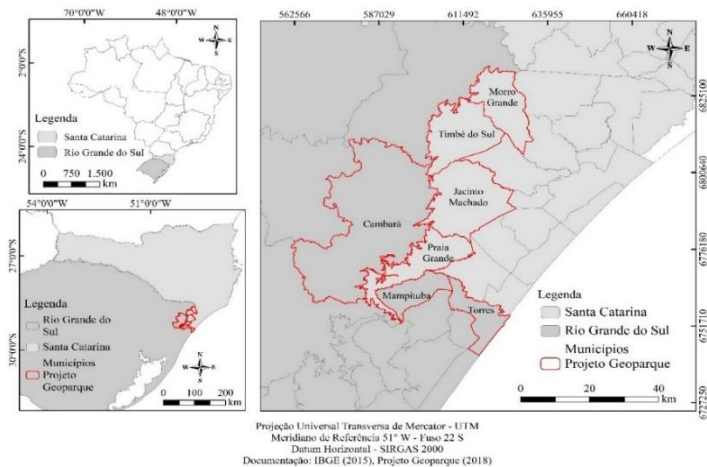
Para melhor visualização da metodologia organizou-se em forma de síntese, conforme figura 1.



Localização e caracterização do projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul

O projeto já chegou a contar com 19 municípios, mas atualmente está com 7, sendo os municípios de Cambará do Sul, Mampituba e Torres, no estado do Rio Grande do Sul, e Jacinto Machado, Morro Grande, Praia Grande e Timbé do Sul em Santa Catarina (figura 2).

Figura 2. Localização geográfica do território do Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul



Fonte: Autores (2020)

O projeto vem sendo idealizado desde o ano de 2006, tendo como objetivos a impulsão e o desenvolvimento sociocultural, econômico e ambiental da região por meio do geoturismo, geoeducação e a geoconservação (DALPIÁS; LADWIG; CAMPOS, 2019).

Na área do geoparque estão duas unidades de conservação federal: os parques nacionais Serra Geral e Aparados da Serra. Para Tomasi (2011, p. 52) “a presença desses dois parques nacionais junto aos cânions é considerado o maior trunfo da região para a candidatura a Geoparque”. Entretanto, essa questão também gera conflitos, sobretudo na Comunidade Quilombola São Roque, após os anos 1970, com a implementação dos

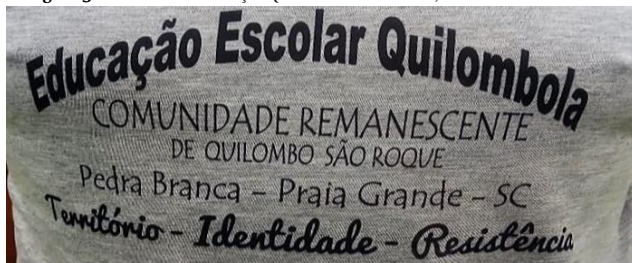
dois parques nacionais, teve sua dinâmica de vida alterada devido a sobreposição dos territórios (DIAS, 2010).

A comunidade de São Roque: território, identidade e resistência

A comunidade de São Roque formou-se a partir de 1820-1824 com pessoas escravizadas fugidas das fazendas do planalto rio-grandense, as quais ocuparam em Santa Catarina a área próxima ao que o projeto do geoparque considera de geossítio e/ou geomonumento Pedra Branca, esta foi referência de localização para os povos que ali foram viver (DIAS; MENEZES, 2013; CHRISTÓVÃO, 2017). Afirma-se que “a Comunidade Quilombola São Roque surgiu, então, a partir da dinâmica social e territorial” (FERNANDES; BRUSTOLIN; TEIXEIRA, 2005, p.132).

Reconhecida oficialmente em 2004 pela Fundação Cultural Palmares como de origem quilombola, (BARBOSA SPAOLONSE, 2013), a comunidade demonstra a luta de um povo remanescente que busca reivindicar seus direitos. Na visita de campo, visualizou-se essa luta estampado na camiseta com os dizeres: “território, identidade e resistência” (Figura 3).

Figura 3 - Camiseta de Educação Quilombola - Território, Identidade e Resistência.



Fonte: Autores (2019).

Para Souza (2000, p. 78) o território, antes de tudo, “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, dessa maneira entende-se que o espaço ocupado atualmente pela comunidade remanescente quilombola São Roque os caracteriza como parte deste território, exercendo assim territorialidade sobre este espaço geográfico.

A contribuição da comunidade São Roque para o geoturismo e geoconservação no território do geoparque

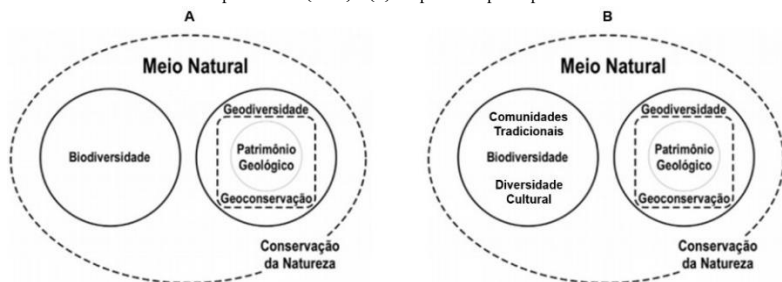
Na definição de Brilha (2005), o geoparque é capaz de ser um importante instrumento na efetivação do desenvolvimento sustentável e do geoturismo, sendo uma área que proporciona a geoconservação com o desenvolvimento econômico sustentável de seus habitantes. Além do mais, ele busca estimular o fomento de atividades econômicas fundadas na geodiversidade da região, com o engajamento das comunidades locais.

Contudo, existe uma preocupação com comunidades tradicionais, para que o Geoparque Caminhos do Caminhos dos Cânions do Sul se torne numa proposta diferenciada, como o objetivo de ir além da proteção do patrimônio geológico e da biodiversidade, trazendo benefícios às populações locais e às pessoas que visitam o lugar.

Nesse sentido, a comunidade remanescente de quilombo São Roque deve estar incluída, já que o lugar possui uma série de características marcantes e se forem valorizadas podem vir a contribuir com o geoturismo e a geoconservação. Pois, além das belezas naturais, o quilombo possui um diferencial, tendo em vista sua história material e imaterial única. Diversas pesquisas encontradas mergulharam na memória e fortalecem os laços com a história da comunidade e de seus habitantes.

Pensando na geoconservação, baseado nos trabalhos de Brilha (2005) e Pereira (2010), elaborou-se um esquema propondo incluir as comunidades tradicionais, conforme (figura 5).

Figura 5 - Esquema do escopo e do papel da geoconservação dentro da conservação da natureza, (A) proposta elaborada por Pereira (2010) e (B) Proposta adaptada pelos autores.



Fonte: Adaptado de Pereira, 2010, Org: Os autores, 2019.

Nessa perspectiva, considera-se que as comunidades locais/tradicionais têm papel importante na geoconservação, precisando estarem inseridas em qualquer plano ou esquema que vise à conservação da natureza. Deve-se não somente pensar na parte biológica, mas também na parte histórica e antropológica, as histórias orais passadas de geração em geração a mais de 150 anos de existência da comunidade, encaixam-se na questão da geoeducação, um dos pilares de desenvolvimento de um geoparque, o saber local deve ser valorizado.

Considerações finais

Considera-se que a implementação deste projeto de geoparque pode trazer avanços sociais para a comunidade, desde que o seu território seja considerado e as demandas apresentadas pelos atores que ali vivem sejam parte do processo, respeitado o território e as demandas deste povo.

Desta maneira, a efetivação do projeto do geoparque Caminhos dos Cânions do Sul deve ser pautada no respeito ao território, ao modo de vida, à cultura e às manifestações das populações locais/tradicionais. Entende-se que esta é uma forma de agregar valor ao geoturismo e à geoconservação, realçando na população o sentimento de pertencimento e identidade, e diante dessa perspectiva almejar o resultado na melhora da qualidade de vida de seus habitantes. Espera-se que este seja o caminho a se seguir na formação do geoparque Caminhos dos Cânions do Sul.

Referências

- ARRUDA, Rinaldo. Populações Tradicionais” E A Proteção Dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 5, n. 2, p.79-93, 1999.
- BARBOSA SPAOLONSE, Marcelo. Desamparados nas grotas do estado: os contratempos da sobreposição entre o território quilombola de são roque e os parques nacionais de aparados da serra e da serra geral. **Ruris - revista do centro de estudos rurais - unicamp**, v. 7. 2013
- BRILHA, José. **Patrimônio geológico e geoconservação**: a conservação da natureza na sua vertente geológica. São Paulo: Palimage editora, 2005, 190p.
- CHRISTÓVÃO, Sílvia Regina Teixeira. **Festa, música e memória na comunidade quilombola de são roque (sc) e os vetores de uma identidade étnica como demarcação de território e pertencimento**. 2017. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.
- CPRM – **SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL**. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Gestao-Territorial/Projeto-Geoparques-5416.html>. Acesso em: 04 out. 2019.
- CRISPIM, Paola Vaz Franco. **Comunidades quilombolas na região sul de Santa Catarina**: resistências e lutas. UNESCO, 2017. 45 p. Trabalho de Conclusão do Curso (História) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2017.
- DALPIÁS, Jucélia Tramontin; LADWIG, Nilzo Ivo; CAMPOS, Juliano Bitencourt. Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul: fomentando conhecimento, valorização e desenvolvimento territorial sustentável. In: LADWIG, Nilzo Ivo; CAMPOS, Juliano Bitencourt (org.). **Planejamento e gestão territorial**: o papel e os instrumentos do planejamento territorial na interface entre o urbano e o rural. Criciúma (SC): UNESCO, 2019. Cap. 8.
- DIAS, Darlan Airton; MENEZES, Carlyle Torres Bezerra de. Sobreposição entre Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas: Uma Análise Constitucionais. In: PREVE, Daniel Ribeiro; ENGELMANN FILHO, Alfredo; CAMPOS, Juliano Bitencourt (org.). **Patrimônio Cultural, Direito e Cidadania**. Erechim: Habilis, 2013. p. 185-217

FERNANDES, Ricardo Cid; BRUSTOLIN, Cíndia; TEIXEIRA, Luana. Relatório Antropológico: A comunidade São Roque. **Boletim Informativo NUER**, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 131-186, 2006.

GODOY, Michel Marques; BINOTTO, Raquel Barros; WILDNER, Wilson. **Geoparque Caminho dos Cânions do Sul (RS/SC)**: Proposta. Porto Alegre: CPRM, 2012. 36 p.

PEREIRA, Ricardo Galeno Fraga de Araújo. **Geoconservação e desenvolvimento sustentável na Chapada Diamantina (Bahia - Brasil)**. 2010. 318 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Especialidade em Geologia, Escola de Ciências, Universidade do Minho, Minho, 2010

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa;

CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia**: Conceitos e Temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116

TOMASI, Rodrigo von Mengden. **Desenvolvimento regional sustentável com base no turismo**: A proposta do Geoparque dos Canyons do Brasil. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Trabalho 3

A Rede Nhandereko de turismo de base comunitária: o turismo situado como uma nova economia de indígenas, caiçaras e quilombolas ¹ (299907)

Renato de Oliveira dos Santos ²

Teresa Cristina de Miranda Mendonça ³

Edilaine Albertino de Moraes ⁴

Introdução

O presente trabalho se insere no contexto de reflexões sobre as diversas formas de organizações econômicas de populações tradicionais, operacionalizadas para garantir a sobrevivência socioeconômica, cultural e política em diversos territórios, tendo o turismo como ferramenta para o desenvolvimento endógeno e local. No entanto, o olhar de análise é sobre um turismo, chamado de Comunitário ou de Base Comunitária - TBC no Brasil, compreendido como um movimento político e de resistência, tendo como protagonistas povos e comunidades tradicionais.

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, EICOS/UFRJ, RJ, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3192933847647903> Email: renatosantos.adm@gmail.com.

³ Doutora em Ciências Sociais. Professora Associada I do Departamento de Administração e Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, DAT/IM/UFRRJ, Nova Iguaçu, RJ, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4339255053628511> Email: tecaturismo@yahoo.com.br.

⁴ Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Professora Adjunta I do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, ICH/UFJF, MG, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5450933897214464> Email: edilaineturmoraes@hotmail.com

De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, estes se constituem de “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Na Costa Verde, região turística localizada no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, os povos e comunidades tradicionais (povos indígenas, quilombolas e caiçaras) estão inseridos, historicamente, em um contexto de conflitos socioambientais.

Dentre diversas questões, essas comunidades foram e continuam sendo influenciadas pela chegada do turismo e pela criação de Unidades de Conservação da Natureza - UC, em sua maioria de proteção integral pertencentes a diferentes esferas de administração pública. Ambos os processos de desenvolvimento do turismo e de ambientalização vêm implicando novas lógicas socioculturais. Estes grupos resistem para permanecer no território herdado, lutam contra a ação de grileiros, violentos processos de especulação imobiliária e projetos de “desenvolvimento” dos quais historicamente foram e são negligenciados.

Neste contexto, diante do processo de marginalização e de invisibilidade político-territorial, estes grupos estão organizados pelo Fórum de Comunidades Tradicionais Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP) - FCT. As articulações do FCT tiveram início em 2006, momento em que começaram a se reunir para debates e discussões a respeito dos interesses das comunidades e se estruturar como resistência social e política em favor das comunidades para a permanência no território.

Assim, o FCT, que tem como tema principal de atuação a frase: “Preservar é resistir, resistir é conservar, conservar é saber usar, saber usar é a arte das comunidades tradicionais”, se configura como um movimento social político-organizacional na luta territorial que levanta bandeiras de luta e ações que permeiam a vida local: defesa do território, cultura, saúde,

saneamento ecológico, agroecologia, educação diferenciada e turismo de base comunitária, entre outros.

Em 2008, este grupo foi contemplado com recursos do edital 001/2008 – Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de turismo de base comunitária - do Ministério do Turismo para financiamento do projeto intitulado “Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural da Região da Costa Verde”, tendo a Associação dos Moradores do Campinho – Amoc como proponente. Desta forma, como resultado de um amplo movimento de articulação e organização, inspirados pelo lema: “Sem território não existe turismo de base comunitária. Pelo protagonismo e permanência das comunidades tradicionais em seu território”, em 2015, lançaram um mapa de turismo de base comunitária do FCT durante o indicando 15 núcleos a serem visitados. Em 2018, foi construído um trabalho em rede para a organização do TBC, culminando na criação da Rede *Nhandereko* de Turismo de Base Comunitária. *Nhandereko*, na língua indígena guarani, significa: “o nosso modo de ser”.

A rede reivindica visibilidade e espaço no mapa turístico da região como forma de fortalecimento cultural e alternativa de renda. O TBC, assim, representa uma estratégia de luta política e social em defesa do local herdado. Destaca-se que parte da região, onde está localizada a Rede *Nhandereko* (Paraty e a Baía da Ilha Grande em Angra dos Reis) foi oficialmente declarada Patrimônio Mundial da Humanidade. O território foi reconhecido, em julho de 2019, pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como um patrimônio mundial misto, ou seja, tanto cultural quanto natural, expressando a riqueza da diversidade local pela cultura viva, associada ao modo de vida e as referências culturais das comunidades tradicionais.

Objetivo e Metodologia

Tendo as vozes que ecoam da Rede *Nhandereko* como foco de análise, este trabalho busca identificar os significados do turismo, localmente classificado como TBC, tanto no nível dos discursos, quanto das representações e das práticas instituídas e o seu papel dentro da dinâmica sociocultural e econômica da região da Costa Verde. A pesquisa, que se iniciou em dezembro de 2014, tem abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, mediante as técnicas de pesquisas: bibliográfica, documental, de campo, com observação e entrevistas semiestruturadas.

O Turismo situado de base comunitária

As experiências de TBC se tornaram um modelo alternativo de desenvolvimento local, baseado no protagonismo das comunidades locais, muitas delas reconhecidas como populações tradicionais, traçando novos rumos para uma economia “não violenta” (ZAOUAL, 2006). Consequentemente, as propostas de TBC são consideradas por Sampaio (2005) como a possibilidade de outra economia, a socioeconomia do turismo. Para o autor, o turismo de base comunitária seria desta forma, um divisor de águas, por repensar uma nova base de um novo tipo de desenvolvimento, que seja capaz de levar a relações produtivas inovadoras, mais solidárias, capaz de regular padrões de consumo e estilo de vida, e os impactos ambientais.

Zaoual (2006), ao pensar uma nova economia para das iniciativas locais, faz uma crítica aos modelos econômicos de relação Norte para Sul, diante dos repetidos fracassos na transferência de modelos econômicos. Zaoual (2006) acredita nas diversas formas de vida econômicas de respeito ao pluralismo, às múltiplas formas de vida econômica. Busca-se uma economia social, que é a forma organizativa que se vincula às finalidades sociais e éticas. Assim, como resultados de trabalhos de pesquisa sobre as

economias locais do turismo sob a perspectiva da teoria do sítio simbólico de pertencimento, ele apresenta o “turismo situado” (ZAOUAL, 2009).

Interpreta-se, destarte, o “turismo situado” (ZAOUAL, 2009), ou como definido por Bartholo (2009, p. 18), também classificado como “turismo situado de base comunitária”, “(...) um turismo que tem como base o sítio simbólico de pertencimento e as relações nele presentes”. Na perspectiva de Zaoual (2009, p.63), o sítio “é um patrimônio coletivo vivo que tira sua consistência do espaço vivido pelos atores”.

Desta forma revertendo às lógicas de se pensar modelos de desenvolvimento, os sítios, são origem de uma pluralidade de soluções. Na perspectiva de um “turismo situado de base comunitária”, as vivências dos roteiros da *Nhandereko*, materializam a essência da existência do Fórum. Os roteiros são permeados pela história passado-presente, tendo o turismo como um novo instrumento de transmissão e preservação da memória e como mecanismo de divulgação da história de luta. Ou seja, conforme a fala de uma liderança quilombola, “um turismo de memória que vive a realidade do lugar”.

Nos grupos indígenas guarani *mbya*, Araponga e Sapukai, o batismo do milho sagrado, o coral, o artesanato e a língua guarani são elementos que marcam a experiência. Os caiçaras da vila de Trindade, da Praia do Sono e comunidade de São Gonçalo têm a vivência marcada na prática pesqueira (o cerco de pesca, a rede, a forma de tratamento do pescado, etc.), além da gastronomia, do artesanato, da produção de cachaça e cultivo agroecológico. Os quilombos do Campinho e de Santa Rita do Bracuí apresentam como elementos fortes a gastronomia, o jongo, a capoeira, o artesanato e o cultivo agroecológico.

Todas as experiências são permeadas pelas rodas de conversas que integram memórias históricas e de lutas do passado com o presente e com o futuro e deixam de forma clara o papel do TBC, pois este deve reconhecer sua origem vinculada ao Fórum de Comunidades Tradicionais e de defesa de seus valores, ações políticas e lutas: a preservação e garantia do território, valorização dos saberes locais, agroecologia e educação diferenciada.

Considerações

Diante de um contexto de conflitos socioambientais, o surgimento da Nhandereko se dá sob um novo olhar para as possibilidades de um turismo como estratégia de resistência para as populações que ali vivem e que propõem novas formas de saber e fazer o turismo orientado pelo processo de fortalecimento do território e pela valorização do “saber fazer” das comunidades tradicionais. Destarte, entre atrativos naturais, práticas socioeconômicas e culturais, rodas de conversa, partilhas de saberes, a relação com a natureza, os roteiros têm como porta-vozes os mais velhos (os guardiões da memória), os líderes comunitários e os jovens.

Entre memórias individuais e coletivas, estas experiências se revelam como memórias compartilhadas que constroem redes de relacionamentos com novos atores sociais, os turistas. Assim, o turismo de base comunitária se traduz como um mediador fundamental nesse processo de reconstrução de vivências e experiências pretéritas, o que tende a propiciar a compreensão da realidade presente de cada território, assim como, este é capaz de reverter às lógicas de se pensar modelos de desenvolvimento por serem fontes de uma diversidade de soluções que fazem com que atores sociais sejam capazes de conduzir seu próprio destino.

O turismo de base comunitária, neste caso, também possibilita revelar um novo mapa do turismo em rede no estado do Rio de Janeiro, colocando em relevo a memória e o patrimônio que representa os indígenas, caiçaras e quilombolas da Costa Verde que busca se articular com o projeto político econômico proposto para a região.

Referências

- BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. *In*: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009 (p. 45-54).

BRASIL. 2008. **Edital de chamada pública de Projetos mTur/n. 001/2008** – seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_projetos/edital_Chamada_Publica_de_Projetos_0012008.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

COMUNICAÇÃO POPULAR FCT. **O nosso modo de ser:** saiba o que buscamos com a Rede Nhandereko. 114 Disponível em: <https://www.preservareresistir.org/single-post/2018/01/15/O-nosso-jeito-de-ser-saiba-o-que-buscamos-com-a-Rede-Nhandereko>. Acesso em: 19 out. 2020.

MENDONÇA, T.C.M.; SANTOS, R.O.; LOPES, P.C.B.; ANDRADE, S.R.; MORAES, A.P.V. Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caiçaras, quilombolas e indígenas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.2, mai/jul 2017, pp.328-356.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno Humano:** princípios para se pensar uma socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário. Santa Cruz do Sul EDUNISC, 2005.

ZAOUAL, H. **Nova Economia das iniciativas locais:** uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro. DP&A. Consulado Geral da França.COPPE/UFRJ, 2006.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais transições? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 55-75.

Trabalho 4

Enfrentando a não gestão costeira: o caso de São Braz, comunidade quilombola e de pesca artesanal do Recôncavo Baiano ¹ (299826)

Tayane Lopes Santos ²

Miguel Da Costa Accioly ³

Os usos atribuídos aos ambientes costeiros e marinhos podem acarretar em impactos negativos e conflitos, sendo importante um gerenciamento ambiental costeiro capaz de evitá-los ou mantê-los em um nível aceitável (POLETTE; ASMUS, 2015, p.512). Contudo, a cultura desenvolvimentista vem agredindo os territórios tradicionais e, em muitas situações, os detentores de poder de decisão invisibilizam as especificidades da ocupação do território pela pesca artesanal. Logo, as comunidades buscam resistir e construir estratégias para proteção de seu território e garantia de direitos (ACCIOLY et al., 2014; RIOS, 2016).

Neste cenário se encontra São Braz, uma comunidade de remanescentes de quilombo e de pesca artesanal, em processo de titulação de terra. Cujos territórios estão situados no recôncavo Baiano, nas jurisdições dos municípios de Santo Amaro/Ba e de São Francisco do Conde/Ba. Também pode ser incluído na Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual Baía de

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Graduação; Oceanógrafa Autônoma; CV: <http://lattes.cnpq.br/1191644708908817> E-mail: tayaneolopes@gmail.com

³ Doutorado; Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popular - MarSol, Universidade Federal da Bahia; CV: <http://lattes.cnpq.br/4205607277363879> E-mail: accioly@ufba.br

Todos os Santos (decreto nº 7.595 de 05 de junho de 1999), a qual efetivamente não promove qualquer gestão por não ter plano de manejo, zoneamento, nem conselho gestor. Assim, no âmbito da oceanografia socioambiental, este trabalho tem por objetivo identificar as estratégias com a qual a comunidade de São Braz enfrenta a falta de gestão costeira pública, pela perspectiva da gestão comunitária.

Para isso, esta pesquisa se fundamentou na gestão territorial de abordagem ecossistêmica (ELLSWORTH, 1995), onde se faz necessário conhecer os ecossistemas e as formas de uso. Assim sendo, foram adquiridas informações acerca desses elementos, dos conflitos e das estratégias de enfrentamento pela comunidade, por meio de: i - pesquisa participante (BORDA, 1983) entre os anos de 2017 e 2019; ii - ações promovidas pela Associação Quilombola de São Braz, entre o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e a Articulação Quilombola Subaé, e; iii - atividades de campo da disciplina ACCS BIOB63 – Mapeamento Biorregional Participativo em Comunidades Costeiras Tradicionais como Ferramenta para Educação Ambiental e Empoderamento Territorial. Além disso, também houve entrevista informal, pesquisas em artigos técnicos e consultas a noticiários eletrônicos (internet) e aos materiais de campo da disciplina ACCS BIOB63 – 2019 em São Braz.

Como resultado, tem-se que a comunidade de São Braz atualmente utiliza seu território na zona costeira de inúmeras formas, destacando-se a moradia, a pesca, a mariscagem, os movimentos culturais e a roça. Assim sendo, no modo de ocupação desta costa por este Quilombo, é possível se identificar três zonas com relação aos principais usos atuais e aos ecossistemas identificados: 1) moradia - área urbanizada utilizada principalmente para a habitação; 2) roça - área utilizada principalmente para o plantio e pasto; 3) maré - utilizada principalmente para a pesca e a mariscagem, correspondendo à área de estuários e ilhas onde a oscilação de maré alcança. Essa última zona é de uso compartilhado com outras comunidades tradicionais de pesca artesanal vizinhas.

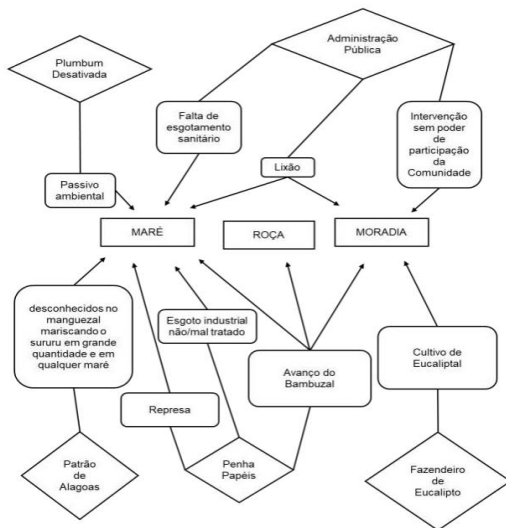
Além de São Braz e das comunidades de pesca artesanal vizinhas, faz uso direto ou indireto do território da Comunidade agentes externos como a própria administração pública, a Companhia Brasileira de Chumbo (COBRAC)/ Plumbum Mineração e Metalurgia Ltda (desativada), a Unidade de Papel Santo Amaro/Ba (Penha Papéis), um Fazendeiro de Eucalipto e um empresário explorador da pesca artesanal, o “Patrão”, de Alagoas. Estes agentes estão envolvidos em conflitos com a Comunidade relacionados à (1) poluição na zona de maré, (2) ocupações da zona de roça e de maré e (3) intervenção na zona de moradia, sem que o “poder de decisão”, acerca dessas intervenções, seja compartilhado com a Comunidade. Os usos e respectivos conflitos desses agentes nas três zonas foram esquematizados no fluxograma 01.

Dentre os usos atribuídos ao território de São Braz por esses agentes externos, os que necessitam de uma regulamentação para funcionar ora funcionam sem a devida licença ambiental, ora possuem as licenças mas não cumprem com as normas ambientais, ora aparentam fazer o mínimo requisitado pela lei mas, na prática, fica evidente não ser o suficiente para manter os serviços ecossistêmicos do ambiente. Também há as atividades que ocorrem sem que sejam disponibilizadas à Comunidade informações suficientes, tanto sobre o responsável por sua execução, quanto sobre sua própria maneira de execução.

Além disso, a administração pública estadual e municipal, quando ciente das irregularidades desses empreendimentos, se omite à medida que não vem apresentando um planejamento organizado. Nem mesmo a fiscalização, para enfrentar os conflitos e agir, como se deve esperar do poder público como agente mediador dos interesses entre diversos atores, e como regulador aplicando normas, instrumentos e fiscalizando (QUINTAS; GUALDA, 1995). Por conseguinte, sob o ponto de vista dos princípios para a gestão ambiental, abarcados pela constituição federal de 88 (art. 225) e pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (lei nº

7.661/88 e decreto nº 5.300/2004) ⁴, é possível inferir que nesse território não há uma gestão ambiental costeira pública, sendo a comunidade de São Braz junto com as comunidades de pesca vizinhas as principais afetadas por essa ausência.

Fluxograma 01: Esquemática dos agentes externos e seus usos que afetam as Zonas de Maré, Roça e Moradia.



Fonte: elaboração própria.

Notas: i- losango: agentes externos; ii- retângulo com bordas arredondadas: usos conflituosos das zonas pelos agentes externos; iii- retângulo com bordas retas: zonas afetadas.

Por esse viés, na luta pela sobrevivência, o quilombo São Braz busca a proteção do seu território tendo como linha de frente a Associação Quilombola organizada em redes com outras comunidades de pesca artesanal da região e com o apoio do Conselho Pastoral dos Pescadores e também de pesquisadores. As iniciativas têm como finalidade traçar estratégias de defesa para seu território, contra a atuação dos atores externos, por meio de reuniões, seminários, audiência pública mediada pela ouvidoria do estado da Bahia e a própria abertura do processo de titulação do território quilombola.

⁴ Os princípios para gestão ambiental abarcados por essas normas são: participação popular, educação ambiental, regulamentação, gestão integrada e transparente.

Essas estratégias são importantes pois mobilizam e dialogam com diversas formas e fontes de saberes e pressionam o poder público. Contudo as discussões para manutenção do território de São Braz e do seu bem viver estão comumente atreladas às medidas de defesa do território frente aos atores externos. Não havendo ainda discussões para proteção do território que envolva a construção de mecanismos que os possibilite serem autores do seu próprio modelo de desenvolvimento, uma vez que a administração pública se mostra ineficiente.

A falta desses mecanismos acaba também influenciando de forma negativa o próprio processo de resolução de conflitos com os atores externos, e pode fazê-los caminhar por qualquer caminho que aponte algum tipo de solução imediata, causando assim um certo “desgaste” que poderia ser amenizado. Além desses, há também os conflitos que, até o momento, não tiveram um encaminhamento de enfrentamento pela comunidade. Nesse sentido, este trabalho demonstrou que as estratégias de proteção de território poderiam ser mais eficientes se a comunidade de São Braz se organizasse no intuito de construir mecanismos que a possibilitasse ser autora do seu próprio modelo de desenvolvimento, inclusive pautando seus planos e elaborando a execução para os governos realizarem em parceria com a Comunidade.

Como alternativa a essa situação, indicou-se a elaboração de um planejamento territorial participativo construído pelos próprios comunitários, fruto de um processo de diálogo horizontal entre si e entre os conhecimentos técnico e popular. Este planejamento permitiria que os comunitários pudessem traçar estratégias de forma integrada e assim agirem diretamente para a intervenção dos conflitos que já existem, para evitar conflitos futuros e para valorizar seu modo de ocupação em seu território. A implantação dessa ferramenta também viabilizaria manter o bem viver da Comunidade e uma Zona Costeira saudável, sem a perda dos seus serviços ecossistêmicos. O presente momento é ideal para a implantação desse planejamento comunitário, uma vez que logo a titulação de

território quilombola será conquistada e será preciso reocupar terras invadidas pelo agronegócio, além de fortalecer a luta contra a poluição das águas e pela a remediação das áreas degradadas.

Referências

- ACCIOLY, M. DA C.; RÊGO, J. C. V.; MORAES, R. P. **Mapeamento Biorregional como elemento orientador para a gestão de comunidades tradicionais**. UrbBA, Cidade, Urbanismo e Urbanidade, v. 14, 2014.
- BAHIA. **Decreto nº 7.595 de 05 de junho de 1999**. Cria a Área de Proteção Ambiental - APA da Baía de Todos os Santos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/Dec7595.pdf> . Acesso em 16 de nov. 2020
- BORDA, O. F. Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: Considerações Sobre o Significado e o Papel da Ciência na Participação Popular. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. Brasiliense, São Paulo, 1983.
- BRASIL. **Decreto nº 5.300 de 7, de Dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla . Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5300.htm . Acesso em 1 de dez. 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em 19 de out. 2020.
- ELLSWORTH, J. Ecosystem Management: New Forms of Governance Serving and assisting citizen-based, sustainable ecosystem initiatives. *In*: **Ecosystem Management: Meeting the Challenges of Community Initiatives**. Ottawa, Ontario: Institute for Research on Environment and Economy, University of Ottawa, 1995.
- POLETTE, M.; ASMUS, M. L. Meio Marinho e Impactos Antrópicos. *In*: Castello, J. P. & Krug, L. C. (org). **Introdução a ciências do mar**. Editora Textos, p. 500–520, 2015.

QUINTAS, J. S.; GUALDA, M. J. **A Formação do Educador para atuar no Processo de Gestão Ambiental**. Brasília: Ibama, n. 1, 1995.

RIOS, K. A. N. **Comunidades Tradicionais Pesqueiras da Bahia : Um Histórico de Contradições e Resistência**. XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária, De 09 a 13 de novembro de 2016, Universidade Federal de Sergipe - São Cristovão, 2016.

Trabalho 5

O quilombismo como enfrentamento à colonialidade do poder: um estudo referente ao reconhecimento de uma comunidade remanescente de quilombo em Tutóia-MA¹ (300137)

Rafael Cordeiro da Cruz²

Introdução

Este trabalho é oriundo dos resultados obtidos na observação de posicionamentos políticos e ações cotidianas de homens e mulheres aquilombados de uma comunidade localizada no estado do Maranhão, que pensam a própria existência e historicamente re-existem cotidianamente com suas territorialidades à ordem hegemônica, que os coloca à margem da produção social, aqui personificada por um empreendimento de distribuição de energia elétrica e a construção de sua infraestrutura, que atravessa os territórios ditos frágeis. No imaginário da moderno-colonialidade, aqueles territórios perderam sua importância por tratarem-se de territórios improdutivos, vazios, marginalizados.

De escala global, o empreendimento atravessa o local desta e de outras comunidades que se encontram processos vagarosos e complexos de autorreferenciamento enquanto remanescentes de quilombo, tensionando ainda mais sua luta pela legitimidade da posse histórica de seus territórios.

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestre em Geografia (UFRRJ); Especialista em Histórias e Culturas Africanas e Afrobrasileiras (IFRJ). Professor de Geografia da rede básica de educação de Mangaratiba-RJ. *Link* para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3359772036694921>. *E-mail*: rgcdc@hotmail.com

Para consolidar e fortalecer o processo de dominação, diferentes esferas de poder público, empresários locais e supralocais, empresas de consultoria ambiental (inclusive a que me contratou para o trabalho) e a empresa que detém a concessão da obra articularam-se em torno do objetivo de suprimir as territorialidades destes sujeitos e sujeitas, a fim de alcançarem seus objetivos, travestidos de modernização.

Objetivos

O que propusemos aqui foi uma sistematização de práticas e epistememes inseridas num contexto de resistência de sujeitos e sujeitas aquilombados - em contextos históricos e atuais - para fomentar a ideia de um Quilombismo ligada à emancipação política, cultural e organizativa destes territórios, que vão além de fronteiras físicas e possuem caráter holístico. Assim, contribuir com estratégias teóricas, metodológicas e políticas possíveis, para tecer múltiplos posicionamentos entre as diferenças étnicas, de gênero e de classe impostas às sujeitas e sujeitos políticos e de conhecimentos, com a reificação e a subalternização de seus territórios diante da situação racial.

Especificamente, objetivamos empreender junto à comunidade observações acerca de sua organização espacial ao longo de sua própria história e destacar os elementos e práticas territoriais que mais refletem a ancestralidade africana para então, com a ajuda de um professor local, fomentar o processo de autorreferenciamento enquanto Comunidade Remanescente de Quilombo, o que poderia respaldar juridicamente sua luta pela posse e defesa de seus territórios.

Metodologia

Para tanto, foram necessárias observações ao longo do ano de 2019, entre reuniões, assembleias e rodas de conversa com lideranças e atores sociais na comunidade dos Ananás, no Estado do Maranhão. O trabalho, a

priori, consistia em realizar um diagnóstico sócio-ambiental participativo, a fim de gerar um Relatório de Implantação para um empreendimento da área de distribuição de energia intitulado LT 500Kv Bacabeira-Pecém e Instalações Associadas. Todavia, ficou nítido para nós que se tratava de um processo de espoliação de territórios historicamente ocupados e que agora serviria para consolidar, com o uso do aparato da Colonialidade - aqui expressa pela Colonialidade do Poder -, o processo de desterritorialização e racismo ambiental, operados a partir da construção da ideia de raça como uma forma de hierarquização dos territórios.

A partir daí, destacaram-se dois eventos-chave para a compreensão da comunidade dos Ananás enquanto Remanescente de Quilombo: o Culto ao Mastro e a Farinhada.

O primeiro evento tem caráter integrador e conecta todos os povoados que ocupam as margens do Rio Carrapato (20 no total), celebrando o fim da colheita e percorrendo em cortejo todos estes territórios a fim de partilhar a lenha necessária para a produção de farinha. É embalado ao som de tambores, no que mais se aproxima ao jongo praticado no sudeste, nossa referência mais imediata. Consiste no transporte - manual ou motorizado, a depender da quantidade de participantes - de um tronco de grandes proporções, que ao final é cortado e partilhado no retorno por todos os povoados, que darão início à Farinhada.

A Farinhada é um evento que integra as comunidades, mas é aberto a todos os que quiserem ajudar. Consiste na execução de todo o trabalho de preparação artesanal da farinha de mandioca, alimento mais cultivado pelos povoados da região e comercializado. Durante a Farinhada, a organização do trabalho é realizada ora obedecendo a critérios de gênero, ora geracionais, sendo bastante flexíveis. Ao final, toda a produção é coletivizada, assim como o trabalho de distribuição e venda, de acordo com as necessidades de cada núcleo familiar.

A partir destas observações, ainda com a ajuda do professor e liderança locais, realizamos conversas direcionadas a investigar a origem e os

rumos dos eventos, a fim de revalidá-los como herança ancestral quilombola. Este, segundo algumas lideranças, seria o caminho mais viável para o autorreferenciamento e início do processo de legitimação da comunidade dos Ananás enquanto remanescente de quilombo, o que viria a inspirar os povoados do entorno a organizarem o mesmo processo em seguida.

Resultados

Os caminhos e obstáculos que encontramos no decurso desta empreitada foram atravessados, sobretudo, pela questão da religiosidade, muito presente nas comunidades, doutrinadas pelo viés evangelizador. Pois, ao penetrar nesta comunidade, subtraiu sua herança religiosa de matriz africana (e indígena), levando a reboque diversas práticas territoriais à extinção - porém ressignificando outras mais arraigadas -; amenizou todo um processo de luta pelo reconhecimento da posse do território, incutindo o imaginário da propriedade individual mediante compra da terra; e abrindo caminho fértil para a submissão destes sujeitos e sujeitas diante da modernização, personificada pelo empreendimento em questão.

Referências

- ANJOS, R.S. Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil. In: Renato Emerson dos Santos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.115-136.
- CRUZ, V. de C. **Território e processos de territorialização: usos e concepções metodológicas no campo da geografia**, 2015
- ESCOBAR, A. **Desde abajo, por la izquierda, y con la Tierra: La diferencia de Abya Yala/Afro/Latino/América**. Documento conferencia CLACSO, 2015
- FANNON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2005.
- FOUCAULT, M. F86v **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.

- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. *Historia*, Rio Grande, 2 (1): 25-36, 2011.
- HOLLOWAI, J. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. Sexta edição. Viramundo, SP. 2003.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais projetos Locais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo: USP, n.1, p.56-63, dez-jan-fev/ 1996.
- NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**. 2 ed._ Brasília/ Rio de Janeiro: Fundação Palmares / OR Editor Produtor Editor, 2002.
- O'DWYER, E.C. **Terra de Quilombos**: identidade étnica e caminhos do reconhecimento. TOMO, Revista do núcleo de pós-graduação em Ciências Sociais. UFSE. NPPCS/UFS. pp. 43-58. 2007.
- PORTO-GONÇALVES, C.W. **Geo-grafias**: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad (México DF: Siglo XXI). 2001
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 201-246.
- RATTS, A. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. Instituto Kuanza; Imprensa Oficial. São Paulo, 2006.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção - 4. ed. 2. reimpr.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- ZIBECHI, R. **Descolonizar el pensamiento crítico y las rebeldías**: autonomías y emancipaciones en la era del progresismo. Bajo Tierra ediciones, México DF, 2015.

Trabalho 6

O lugar na RESEX de Canavieiras: o sustentável, na educação ambiental a partir de uma relação topofílica ¹ (302746)

Mariana Santana Falcão Maia ²

Fábio Pessoa Vieira ³

Segundo o artigo 1º da lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, a Educação Ambiental pode ser entendida como um processo educativo que busca a sensibilização e a formação crítica de um determinado grupo ou indivíduo acerca de temáticas relacionadas a questões socioambientais (BRASIL, 1999). Em comunidades tradicionais, esse processo educativo acontece de forma espontânea, sendo passado por diversas gerações. Esse processo chamamos de Saberes Populares e Tradicionais e isso acontece, principalmente, a partir do pertencimento das pessoas para com o lugar, o que as torna parte do Meio Ambiente, tornando a conservação necessária para a sustentabilidade da vida.

O sentido de lugar que trazemos na pesquisa é o lugar “como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa” (ESCOBAR, 2005). Similarmente, Relph (1979) defende o sentido de lugar como “muito mais que o sentido geográfico de localização.

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Estudante de Ciências Biológicas; UFBA; <http://lattes.cnpq.br/2444676929755372>; marifalmaia@gmail.com;

³ Doutor em Ciências do Ambiente, mestre em Educação e graduado em geografia; UFBA; <http://lattes.cnpq.br/8433209181393882>; fpvieira@ufba.br.

Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipo de experiência e envolvimento com o mundo, à necessidade de raízes e de segurança”.

Pensando nisso, o principal objetivo desse estudo é descrever o pertencimento e o envolvimento dos extrativistas com o lugar e apresentá-lo como fundante para a sustentabilidade vivida.

O *locus* empírico da pesquisa foi a Reserva Extrativista (RESEX) de Canavieiras, que fica localizada no Sul da Bahia e abrange cerca de três municípios: Belmonte, Canavieiras e Una. A RESEX possui, aproximadamente, uma área de 100.726,36 hectares, sendo predominantemente do bioma marinho costeiro (ICMBIO, 2020).

A metodologia utilizada foi qualitativa por meio da coleta de descrições das histórias da comunidade e de vida dos extrativistas. A técnica escolhida para essas descrições foi a narrativa, que possibilita maior entendimento das coisas que aconteceram, uma vez que, a história é contada a partir da memória vivida dos porta-vozes, proporcionando uma experiência mais próxima da vivida. Os porta-vozes foram os pescadores e marisqueiras da Reserva Extrativista de Canavieiras, que mantiveram suas identidades preservadas, a fim de garantir a segurança e o sigilo de cada um. Neste resumo trouxemos a fala de dois comunitários, que serão citados no decorrer do texto a partir de nomes representativos, como: Guaiamum e Robalo.

A escolha desses nomes como os representativos foi através da necessidade de trazer elementos que fazem parte da vida das pessoas daquela comunidade e de representá-los a partir do que eles simbolizam dentro da comunidade: guaiamum é uma espécie de caranguejo terrestre que tem como nome científico *Cardisoma guanhumi* Latreille, 1828. Após restrições legais de captura do Guaiamum, a comunidade se articulou para poder elaborar o plano de manejo de pesca e o Acordo de Gestão da Reserva Extrativista de Canavieiras. Sendo assim, o animal se tornou um elemento importante de luta e resistência da comunidade. O pescador que foi representado a partir desse nome também é um símbolo de luta e resistência

dentro da comunidade, é uma verdadeira referência para as gerações mais novas. O robalo é um gênero de peixes família *Centropomidae* que tem como nome científico *Centropomus spp.* Esses peixes são muito importantes para a subsistência das comunidades da Resex e também estão inclusos dentro do Acordo de Gestão da Reserva. Pensando nisso, representamos um pescador da Resex, que é muito importante na articulação das comunidades da reserva e que conhece os detalhes de toda a história de luta para a criação e manutenção da Unidade de Conservação.

Também foram realizados registros fotográficos; análises bibliográficas em livros e periódicos acerca das características e especificidades de comunidades tradicionais e do mundo moderno-colonial; leitura, releitura, transcrição e análise das narrativas dos porta-vozes. Como abordagem metodológica, utilizamos a fenomenologia, que trabalha com um conceito de descrever um fenômeno e não explicá-lo, e como aporte teórico e epistemológico, foi trabalhada a decolonialidade.

Como momento anterior a experiência vivida na comunidade, realizamos a primeira e principal etapa do estudo: a criação de afetividade. Durante esse processo de reconhecimento foi solicitado pela comunidade que apresentássemos os nossos objetivos e através disso aconteceu a releitura e reconstrução do nosso plano de trabalho, de acordo com as necessidades, sugestões e as condições da comunidade. Também foi realizada a participação na Câmara Temática de Comunicação e Educação Ambiental (CT COMEA) caracterizando, nossa pesquisa, em pesquisa-ação crítica. Segundo Engel (2000, p. 182) a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa participante engajada, que vai contra aos preceitos tradicionais de como fazer pesquisa. Já a pesquisa-ação crítica é caracterizada,

se é percebida como necessária a partir dos trabalhos iniciais do pesquisador com o grupo, decorrente de um processo que valoriza a construção cognitiva da experiência, sustentada por reflexão crítica coletiva, com vistas à emancipação dos sujeitos e das condições que o coletivo considera opressivas (FRANCO, 2005).

É muito comum ouvirmos falar sobre a sustentabilidade e como ela é importante para a conservação da natureza, porém, essa sustentabilidade é vendida como um produto do sistema moderno-colonial, para garantir aquilo que chamam de “recursos naturais”. Particularmente, não me refiro aos elementos da natureza como recursos, pois essa ideia é totalmente baseada na separação entre os humanos e os elementos não-humanos que constituem meio ambiente, tornando a natureza e seus elementos em mercadorias, que só devem ser preservados e/ou conservados se tiverem algum valor econômico para a sociedade moderno-colonial. Além disso, fica bem claro nesse modelo de sociedade, a tentativa de homogeneização de todos os modelos de vida e desenvolvimento econômico, que silencia todas as outras formas de viver, principalmente a de povos tradicionais e suas redes de saberes, e a hegemonia de alguns segmentos que, com o discurso de sustentabilidade, pretendem apenas alcançar seus próprios objetivos.

Essa região nossa aqui oferece muita segurança no ecossistema, mas do jeito que tá a ganância de dinheiro, não por nós, mas por pessoas que não tem raiz aqui no nosso território e vem de fora querer destruir o que é da gente. A gente tá tendo esse cuidado pra que não aconteça, pra gente manter o nosso território do jeito que ele tá (Guaiamum, descrição sobre conservação do manguezal, gravada no dia 12 de dezembro de 2019).

Através desse trecho do pescador, podemos perceber que a pressão em cima dos comunitários para, principalmente, a utilização do território é muito forte. A homogeneização dos modelos de vida não aconteceria diferentemente dentro da Educação Ambiental do mundo moderno-colonial. Segundo Vieira (2017) ao pensarmos na Educação Ambiental construída em torno de aspectos tecnicistas, estamos encobrendo os reais causadores da problemática ambiental, que são constituídos a partir da separação ser humano e natureza e da ideia de acumulação e de objetivação construída sobre a natureza, marginalizando a verdadeira Educação Ambiental e a interação entre os sujeitos que a constroem com o seu mundo-vivido e o seu lugar.

A grande diferença entre os modelos globalizados e os modelos tradicionais se encontra nessa ideia separação – típico da ciência da modernidade – entre a natureza e a sociedade. Segundo Descola (1996, apud ESCOBAR, 2005, p. 65) “nas sociedades que possuem uma relação mais íntima com a natureza, as plantas, os animais e as outras entidades pertencem a uma comunidade socioeconômica, submetidos as mesmas regras que os humanos”. Assim como Krenak (2019) afirma “O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas”. Também podemos citar esse sentimento de pertencimento em uma das falas do pescador da RESEX de Canavieiras, acerca da importância da preservação dos mangues,

e a gente tem esse cuidado de mata encostada no manguezal, nas costas do mangue, porque é a proteção do manguezal, porque se não tem a mata ciliar, sinceramente, a gente perde o nosso equilíbrio” (Guaiaumum, trecho da descrição sobre conservação do manguezal, gravada no dia 12 de dezembro de 2019)

O vivido pelos extrativistas, sua resistência e autonomia resultam em conhecimento (VIEIRA, 2017), no saber ambiental, que gera outras possibilidades de construção da Educação Ambiental. “O saber ambiental produz novas significações sociais, novas formas de subjetividade e posicionamentos políticos ante o mundo” (LEFF, 2009, p. 19). Essa sustentabilidade vivida se difere daquela do mundo moderno-colonial e seus discursos, pautada e construída a partir das experiências dos indivíduos e suas particularidades. Podemos dizer que é uma Educação baseada no Envolvimento Ambiental e não no Desenvolvimento Sustentável. “A paixão que nós tem pela natureza é tão grande, que eu não sei nem dizer o tamanho” (Guaiaumum, trecho da descrição sobre conservação do manguezal, gravada no dia 12 de dezembro de 2019). Esse pertencimento e amor com o lugar é baseado em experiências e relações topofílicas. De acordo com Relph (1979, p. 19) “Topofilia é um sentimento direcionado para o lar, para o que é confortável, detalhado, diverso e ambíguo sem confusão e tensão.”

O conhecimento adquirido com a experiência é passado por diversas linhagens de famílias tradicionais, como um marco, um lema de vida, que gerações mais novas dão continuidade. “*Meus pais, eles ensinavam muito isso. Não roce a área aonde que pode não ter utilidade pra você, mas sim para o ecossistema*” (Guaiaumum, trecho da descrição sobre conservação do manguezal, gravada no dia 12 de dezembro de 2019). “*Então lá tem caso que tem gente que tem a mata em pé há 300 anos, como é caso da minha família*” (Robalo, trecho da descrição sobre a história da Resex de Canavieiras, gravada no dia 09 de outubro de 2019).

O papel dessas pessoas e as relações com o lugar é muito importante para a sustentabilidade da vida de todos os elementos humanos e não humanos presente no espaço. É a partir da topofilia que a sustentabilidade vivida é construída no cotidiano das comunidades tradicionais, e são esses os exemplos de sabedoria e construção de uma Educação Ambiental baseada nas particularidades de cada forma de vida.

Referências

- LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação e Realidade**, v. 34, n. 3, p. 17-24, 2009.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação (ICMBIO). **Unidades de Conservação – Marinho**: Resex de Canavieiras. Brasília: MMA. Disponível em <<https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2287-resex-de-canavieiras>> . Acesso em 20 de julho de 2020.
- BRASIL. **Lei nº 9.795** de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Disponível em < <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>. Acesso em 21 de julho de 2020.
- ENGEL, G. I. Pesquisa-ação. **Educar em revista**, Curitiba, n. 16, p. 181-191. 2000. Editora da UFPR.

ESCOBAR, Arturo. O Lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? LANDER, Edgardo (Org.). In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Schwarcz S.A. 2019.

RELPH, Edward. As Bases Fenomenológicas da Geografia. **Geografia**. Rio Claro, v.4, n.7, p.1-25, 1979.

VIEIRA, Fábio Pessoa. **Envolvimento e Educação ambiental com as quebradeiras de coco: um caminho sustentável na reserva extrativista do Extremo Norte do Tocantins**. 199f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017.

GT 3

**Questões socioambientais e territoriais de
Povos Originários e de Comunidades Tradicionais**

*Vilso Júnior Chierentin Santi*¹

*Wilcer André Marcório*²

*Fábio Brega Gamba*³

¹ UFRR

² IFSP

³ UFT e Governo do Tocantins

Trabalho 1

Variação na composição de captura entre Comunidades Tradicionais de Pescadores Artesanais no Rio Araguaia, Tocantins, Brasil ¹ (300964)

Carolynne Ribeiro Gomes Dias ²

Adriano Prysthon ³

Introdução

O desembarque pesqueiro em comunidades continentais amazônicas é historicamente sub-registrado, isso se deve a diversos fatores desde a marginalização da atividade até questões logísticas como a existência de diversos portos para uma mesma comunidade dificultando o acesso (RUFINO, 2008) e, conseqüentemente, a uma estatística pouco representativa.

Esses fatores dificultam a obtenção de uma estatística pesqueira, mas não diminuem sua importância para a gestão e construção de políticas públicas para a atividade, uma vez que é feita majoritariamente por pescadores artesanais (IBAMA, 2007), fazendo com que a demanda por dados confiáveis e de qualidade seja não apenas uma questão econômica, mas também de manutenção social e cultural dessas comunidades.

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Graduanda em Engenharia Ambiental/UFT Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4604609889042101> E-mail: diascarolyne4@gmail.com

³ Mestre em Recursos Pesqueiros e Aquicultura, EMBRAPA, <http://lattes.cnpq.br/5104315542922667>, adriano.prysthon@embrapa.br

Tais organizações apresentam diversas semelhanças entre si, mas não são completamente uniformes, desde modos próprios de organização das campanhas de pesca até a busca de estratégias para capturar determinadas espécies-alvo, que são mais interessantes comercialmente ou simplesmente mais consumidas nas comunidades. Diante de tal realidade o presente trabalho visa descrever e apresentar as semelhanças e diferenças entre as principais espécies de peixes capturadas em comunidades tradicionais do rio Araguaia, no estado do Tocantins.

Materiais e Métodos

As informações de desembarque apresentadas aqui fazem parte do projeto “Monitoramento e Gestão Participativa da Pesca Artesanal, como Instrumento de Desenvolvimento Sustentável em Comunidades da Região Amazônica (TO/PA/RR)”, financiado pelo Fundo Amazônia/Embrapa, e vem acompanhando os desembarques da pesca artesanal na região do Bico do Papagaio (TO e PA) e Baixo Rio Branco (RR). Porém, o recorte para este estudo considerou apenas os desembarques pesqueiros de cinco colônias de pescadores no médio rio Araguaia, nos municípios: Araguacema, Araguatins, Couto Magalhães, Esperantina e Xambioá, todas no estado do Tocantins, na região do médio Araguaia. As informações de desembarques corresponderam à primeira metade da temporada de 2020, entre Março a Junho de 2020. A pesca na Bacia Tocantins-Araguaia é permitida entre março a outubro de acordo com a legislação específica (BRASIL, 2011). Vale lembrar que o projeto foi cadastrado no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado-SISGEN (Lei nº 13.123/2015), número A79139B.

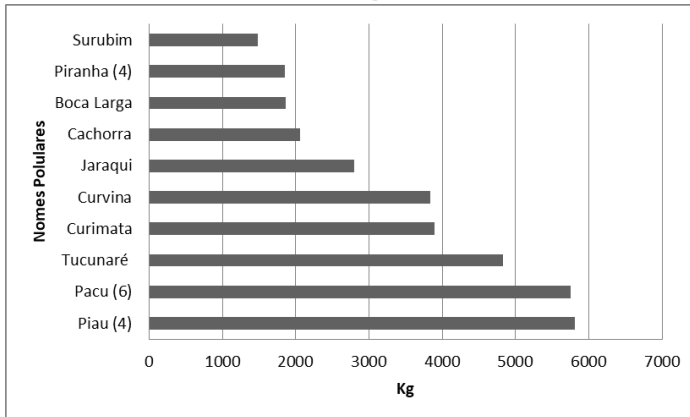
A coleta de dados foi realizada por monitores locais, capacitados pela equipe técnica, cujos desembarques foram acompanhados em suas respectivas comunidades. Os monitores foram escolhidos de forma participativa e os critérios de escolha foi baseado na boa relação destes com a comunidade pesqueira, o domínio da escrita para fazer os registros das pescarias e ser maior de idade.

Os dados foram organizados considerando apenas a variável composição de captura, e analisados em planilha eletrônica, por comunidade, considerando as dez espécies mais representativas, ou seja, as de maior produção no período estudado. As informações das espécies de peixes capturadas consideraram apenas os nomes populares citados pelos pescadores e agrupadas, caso necessário, por nomes similares.

Resultados e Discussão

Foram registrados 1.066 desembarques ao total, sendo: 244 em Araguacema, 88 em Araguatins, 276 em Couto Magalhães, 252 em Esperantina e 206 em Xambioá. As dez espécies mais capturadas considerando o agrupamento das cinco comunidades, em ordem crescente, foram: Piau *Leporinus sp.* (4 nomes populares), Pacu *Myleus sp.* (6 nomes populares), Tucunaré *Cichla sp.*, Curimata *Prochilodus nigricans*, Curvina *Plagioscion sp.*, Jaraqui *Semaprochilodus brama*, Cachorra *Hydrolycus sp.*, Boca Larga *Aganeiosus sp.*, Piranha *Serrasalmus sp.* (4 nomes populares) e Surubim *Pseudoplatystoma sp.* (Figura 1). Os pacus e pias são espécies que ocorrem em maior volume e estão presentes em todas as comunidades monitoradas. Juntas, elas foram responsáveis por aproximadamente 30% da produção total no quadrimestre. Mesmo não sendo um rio muito piscoso em termos de volume de captura, o rio Araguaia possui uma diversidade alta de espécies se comparado a outros rios amazônicos (FERREIRA et al., 2011).

Figura 1 - Produção total (kg) das dez principais espécies no período de março a junho de 2020, agrupando-se as nas comunidades tradicionais acompanhadas (números entre parênteses indicam a quantidade de nomes similares à mesma espécie)



Considerando a composição de captura por comunidade percebe-se que as dez espécies do *ranking* agrupado se alternam entre uma comunidade e outra, ou surge uma nova, indicando: (i) uma possível adaptação na dinâmica pesqueira, (ii) características geográficas (iii) preferencias comercial e de consumo de uma comunidade por um determinado recurso ou ainda (iv) o uso de uma estratégia de captura diferente entre as comunidades, mesmo sendo a rede de emalhe o principal petrecho utilizado (PRYSTHON; GENTIL, 2017). Vale destacar que pesca artesanal possui a característica marcante por ser multi-diversa com relação aos mecanismos de captura e influência da cultura (Begossi, 2010) mesmo em comunidades que estejam na mesma Bacia hidrográfica.

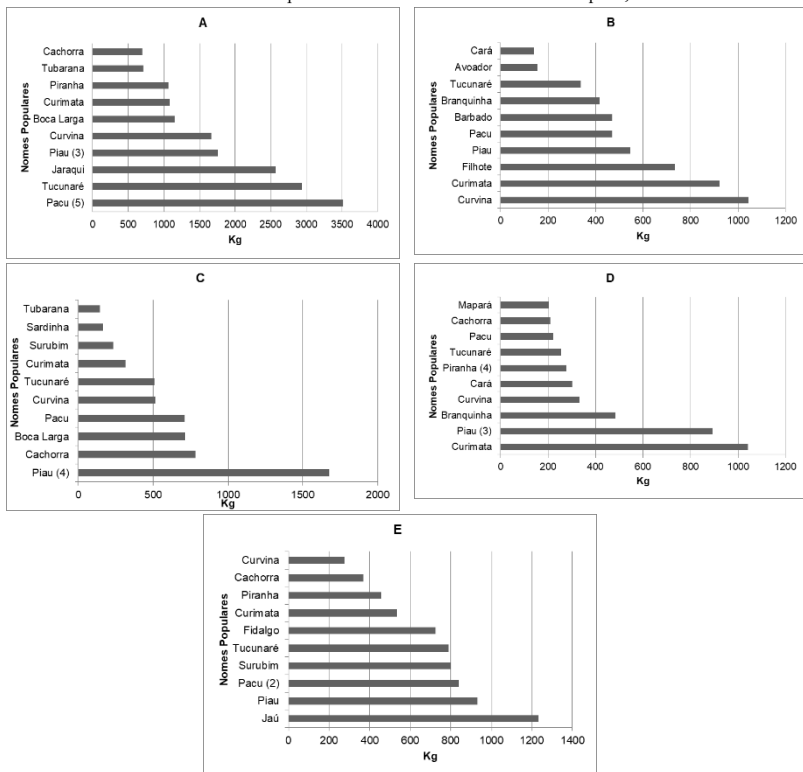
Numa análise por comunidade, Araguacema (Figura 2A) e Couto Magalhães (Figura 2C), por exemplo, temos a tubarana (*Salminus hilarii*) que apresentou grande potencial esportivo podendo isso ser um dos fatores que seja mais procurada na região uma vez que é altamente turística em determinadas épocas do ano. A pesca esportiva possui alta valorização, porém, necessita de investimentos em educação ambiental para a manutenção da integridade ecológica e das comunidades tradicionais (ANGELO; CARVALHO, 2007).

Já em Araguatins (Figura 2B) a presença de bagres como o Filhote (*Brachyplatystom filamentosum*) e Barbado (*Pimelodus pirinampu*) pode indicar uma maior presença de habitats dessas espécies. Porém a corvina e o Curimatá representaram a maior parcela das capturas. O piaú se mostrou com mais evidência em Couto Magalhães (Figura 2C), sendo a comunidade que mais capturou este recurso.

Em Esperantina (Figura 2D), o curimata e piaú foram as mais expressivas. Porém, a presença do Mapará (*Hypophthalmus spp.*) e do Cará (*Geophagus brasiliensis*), mesmo em volumes menores, representam espécies importantes por serem capturadas no rio Tocantins, pois esta comunidade está localizada nas confluências dos dois rios federais (Tocantins e Araguaia), na região conhecida como “bico do papagaio”. Por fim, o município de Xambioá, tem como espécie principal Jaú (*Zungaro zungaro*), com cerca de 1.200 kg no período, que não aparece na lista agrupada, porém indica uma particularidade desta comunidade em detrimento das outras. A presença de ambientes de pedrais favorece a ocorrência desta espécie em Xambioá, além da boa aceitação do jaú para consumo e comercialização (PEREIRA et al., 2016).

A apesar de apresentarem muitos pontos em comum na diversidade de espécies capturadas, as comunidades situadas na mesma bacia e com proximidade geográfica ainda possuem características próprias que podem vir de características do micro ambiente que estão inclusas ou de questões culturais da sociedade na qual a atividade pesqueira está inserida. Outra questão importante é que mesmo considerando que os nomes populares de peixes são parte da identidade cultural pesqueira, e deve ser devidamente preservada e respeitada, este aspecto fragiliza e dificulta a compilação de dados para a estatística pesqueira (FREIRE; PAULY, 2005), além de prejudicar uma avaliação mais precisa dos estoques, pois a estatística generaliza ao registrar apenas um nome popular (VASCONCELLOS et al, 2007).

Figura 2. Produção total (kg) das dez principais espécies no período de Março a Junho de 2020 em Araguacema (A), Araguatins (B), Couto Magalhães (C), Esperantina (D) e Xambioá (E), estado de Tocantins. (números entre parênteses indicam a quantidade de nomes similares à mesma espécie)



Conclusões

O presente trabalho permitiu observar que estudos gerais de uma determinada área podem apresentar alto nível de similaridade com a realidade das comunidades inseridas na área de estudo. Porém, tais ainda podem apresentar particularidades intrínsecas a sua organização e ambiente, reforçando assim que estudos sobre a composição de captura em comunidades tradicionais continentais são essenciais para o entendimento da dinâmica pesqueira e subsidiar metodologias de trabalho e políticas públicas mais ajustadas para a cadeia produtiva da pesca artesanal na região.

Referências

- ANGELO, P.G.; CARVALHO, A.R. Valor recreativo do rio Araguaia, região de Aruanã, estimado pelo método do custo de viagem. **Acta Biological Science**, v. 29, n. 4, p. 421-428, 2007.
- BEGOSSI, A. Small-scale fisheries in Latin America. **MAST**, v.9, n2, p. 7-31, 2010
- BRASIL. **Instrução Normativa Interministerial. Nº- 12**, de 25 de outubro de 2011. Estabelece normas gerais à pesca e no período de defeso para a bacia hidrográfica do rio Araguaia. 26 out. 2011, p 124 - 126. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2011/ini_mpa_mma_12_2011_regulamentopescanabaciahidrograficarioaraguaia.pdf. Acesso: 19 de Out. 2020
- FERREIRA, E.; ZUANON, J.; SANTOS, G.; AMADIO, S. 2011. A ictiofauna do Parque Estadual do Cantão, Estado do Tocantins, Brasil. **Biota Neotropica**, v.11, n.2 pp.277-284.
- FREIRE, K. M. F. PAULY, D. Richness of common names of Brazilian marine fishes and its effect on catch statistics. **Journal of Ethnobiology** 25(2); 279-296. 2005.
- IBAMA, 2007. Estatística da pesca 2005. Brasil. **Grandes regiões e unidades da federação**. 147 p.
- PEREIRA, Y. C. A.; ZUANAZZI, J. S. G.; LARA, J. A. F. de. Características físicas e químicas da carne de jáu (Zungaro jahu). Resumo em Anais de Congresso. In: EVENTO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA EMBRAPA PANTANAL, 4.; **SEMANA DA BIOLOGIA**, 11., 2016, Corumbá. Resumos... Corumbá: Embrapa Pantanal, 2016.
- PRYSTHON, A.S.; GENTIL, E.G.G. Caracterização participativa da frota pesqueira do Rio Araguaia - Tocantins, Brasil. **Magistra**, Cruz das Almas - BA, V. 29, N.1 p.80-90, Jan./Mar.2017.
- RUFFINO, M. L. Sistema integrado de estatística pesqueira para a Amazônia. **Pan-American Journal of Aquatic Sciences**, v. 3, n. 3, p. 193-204, 2008.
- VASCONCELLOS, M.; DIEGUES A. C.; SALES, R. R. 2007. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. Pp. 15-63. In: A. L. Costa. **Nas redes da pesca artesanal**. Brasília, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD.

Trabalho 2

Desenvolvimento sustentável nos territórios indígenas: uma perspectiva panorâmica ¹ (299827)

Natália de Lima Gasque ²

Ariane Taísa de Lima ³

Teles Cristiano Cândido ⁴

Renato Dias Baptista ⁵

Nelson Russo de Moraes ⁶

Introdução

Com a evolução do pensamento ambientalista, os últimos anos revelaram mudanças significativas no campo do Desenvolvimento Sustentável (DS). Abordagens e concepções teóricas, que vão além da esfera econômica, chegaram nas vistas de organizações mundiais e foram inseridas em agendas e programas que visam o desenvolvimento sustentável do planeta. O DS considera as esferas social e ambiental tão fundamentais

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestranda em Agronegócio e Desenvolvimento pela FCE/UNESP Tupã. E-mail: natalia.gasque@unesp.br

³ Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento pela FCE/UNESP Tupã E-mail: arianetaisalg@gmail.com

⁴ Mestrando em Comunicação e Sociedade pelo PPGCom-UFT. E-mail - teleslhp@gmail.com

⁵ Professor Doutor da FCE/UNESP, Câmpus de Tupã. Livre-Docente em Gestão de Pessoas (UNESP). E-mail: rd.baptista@unesp.br

⁶ Livre-docente em Gestão e Educação Ambiental (unesp). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA), Mestre em Serviço Social (UNESP), Especialista em Gestão Pública (FAG). Especialista em Gestão de Programas e Projetos Sociais (ITE). Graduado em Administração (ITE). Docente do Curso de Administração (FCE/UNESP). Docente de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP). Docente do PPGCOM/UFT nelsonrusso.unesp@gmail.com orcid.org/0000-0003-0159-9433

quanto à esfera econômica, de modo que o desenvolvimento possa atender as necessidades contemporâneas, sem afetar negativamente o atendimento das necessidades das gerações futuras. Com isso, compreende-se que o DS está em processo de evolução, reunindo esforços e estratégias de diversos grupos e meios - acadêmico, empresarial, político, civil, povos indígenas (PIs), comunidades tradicionais, entre outros.

No Brasil, diante dos desafios que englobam o DS, a produção de monoculturas e a conservação do meio ambiente se sobressaem, em virtude da vasta territorialidade, chamando a atenção para o pilar ambiental e para a sustentabilidade deste território. Nesse quesito, abarca-se o modo de vida dos PIs, que visivelmente contribuem para a sustentabilidade ambiental, uma vez que estabelecem uma conexão mais íntima junto ao território que habitam. O território para o indígena apresenta, além de um valor produtivo, valores social, cultural e político. Assim, o conceito de comunidade se aplica ao modo de vida e organização social dos PIs, ao lhes considerar como grupos culturalmente distintos que se organizam socialmente de forma própria, ocupando territórios, utilizando recursos primários e o cultivo da terra para a auto-existência e reprodução de sua cultura e ancestralidade.

Tendo em vista tais considerações, o estudo objetivou identificar como os territórios indígenas contribuem com o DS. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura convencional visando encontrar conceitos e reflexões acerca do desenvolvimento sustentável; povos indígenas e a importância do território para o desenvolvimento comunitário; gestão territorial e os desafios do desenvolvimento sustentável no contexto indígena.

Desenvolvimento

Uma das principais características dos PIs é sua organização social, ancestral e territorial, essencialmente comunitária. A vida em comunidade diz respeito aos relacionamentos íntimos, emotivos e tradicionais e diferem, principalmente, da vida em sociedade por não se efetivarem por meio

de contratos (CARNEIRO DA CUNHA, 2009; TÖNNIES, 1957; LIFSCHITZ, 2011).

No Brasil, o conceito de comunidades tradicionais engloba outros grupos além dos PIs, como os quilombolas; ciganos; geraizeiros; pantaneiros; ribeirinhos, entre outros (VIEIRA, 2014; NOHARA, 2016). O que difere os povos indígenas de outras comunidades tradicionais, é que os primeiros foram formados antes das cidades e se reproduzem perfeitamente sem elas, e os outros tipos de comunidades existem em função das cidades. Neste contexto, as comunidades indígenas são caracterizadas como comunidade primitiva, pois não integram outros setores da sociedade, quer vivam em estado de total isolamento, quer estejam em contato intermitente ou permanente (ALBUQUERQUE, 1999; BRANCALEONE, 2008).

Pacheco e Pacheco (2010) afirmam que a questão fundiária é uma importante ferramenta de dominação e desigualdade social e política no Brasil. A expansão de fronteiras no território nacional revela inúmeras transformações territoriais ocorridas nos últimos cinco séculos. Em suma, os processos de territorialização se formaram por meio de conflitos entre diferentes grupos. Neste contexto, destacam-se os indígenas (LITTLE, 2002).

A complexidade existente destes embates territoriais levou os indígenas a se refugiarem em locais remotos que não correspondiam à sua localização original, configurando rearranjos territoriais. Os PIs são os principais atores quanto à construção destes territórios sociais, a partir de sua intensa diversidade cultural e fundiária (ARRUDA, 1999; LITTLE, 2002; GALLOIS, 2004; ARRUDA, 2005).

Assim, igualmente à importância do território para o desenvolvimento comunitário dos povos indígenas, a sustentabilidade se torna parte do modo de vida dos indígenas – por estabelecerem uma conexão íntima com território, proveniente de fatores culturais, contribuindo, desta forma, para a preservação e redução de impactos ambientais (BRASIL, 2007).

O termo Desenvolvimento Sustentável foi mundialmente conhecido, em 1987, pelo Relatório de Brundtland e propagado pela Rio-92. Consiste no resultado da evolução do pensamento ambientalista originado em meados da década de 1960 e materializado em três correntes teóricas: Estratégias de Ecodesenvolvimento; Economia Ecológica; e Desenvolvimento Sustentado. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) instituídos na Agenda 2030, são integrados e indivisíveis, equilibram as três áreas do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS	Descrição
1	Erradicação da Pobreza
2	Fome Zero e Agricultura Sustentável
3	Saúde e Bem-Estar
4	Educação de Qualidade
5	Igualdade de Gênero
6	Água Potável e Saneamento
7	Energia Acessível e Limpa
8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura
10	Redução da Desigualdades
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis
12	Consumo e Produção Responsáveis
13	Ação Contra a Mudança Global do Clima
14	Vida na Água
15	Vida Terrestre
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes
17	Parcerias e Meios de Implementação

Fonte: adaptado, Agenda 2030 (2019).

A sustentabilidade nos territórios indígenas está implícita no artigo 231 da CF/1988. Dias, Siqueira e Silva (2017) salientam que, a partir da década de 1990, a dimensão ambiental passou a ser relevante no processo de identificação de tribos indígenas que se alinhava às demandas dos PIs, os quais enxergaram nas medidas de proteção e conservação ambiental um caminho para realizarem atividades sustentáveis numa concepção de gestão territorial. Essa estratégia dos PIs, foi uma forma de atrair recursos e parceiros em seus territórios, porém, sem deixar de dar a devida atenção a conservação territorial.

Souza e Almeida (2012) mencionam que para sua execução, a gestão territorial depende de parceiros como o Estado, iniciativa privada, Organizações do Terceiro Setor (OTS) e a intensa participação dos PIs para garantir sua continuidade no território.

A dimensão econômica apresenta papel importante na Gestão Territorial de PIs, visto que pode consolidar a autonomia e independência dos povos indígenas. O desenvolvimento implica, sobretudo, na garantia da sustentabilidade no manejo do solo. Esta dimensão, no contexto de gestão territorial, é sustentada por três pilares: 1) as atividades devem ser realizadas mediante as características naturais e culturais do território; 2) ênfase nas atividades tradicionais, mesmo que utilizando tecnologias externas; 3) e a introdução de atividades não tradicionais, desde que estas respeitem as características do ambiente. Órgãos governamentais e OTS apresentam importante participação nesse sentido, uma vez que podem oferecer suporte para aumento de produtividade, investir em formas alternativas de produção e uso de tecnologias de baixo impacto ambiental (SOUZA; ALMEIDA, 2012).

Luciano (2006) aborda destaca que a economia indígena pode ser analisada por diferentes óticas, tais como: economia tradicional, fundamentadas na troca, solidariedade e autossustentação; economia de transição, baseada em como os PIs passaram a atuar a partir do contato; e, por fim, economia segundo a lógica de mercado, a qual considera a produção indígena voltada para atender as necessidades da comunidade (interna) e do mercado (externa).

Nesse contexto, compreende-se que, ao seguir a premissa da gestão territorial, a economia de lógica de mercado é pouco considerada, visto que seu processo é fundamentado em redes de troca, não baseadas em moedas e não visando o lucro. Deste modo, a produção, comercialização e consumo seguem os princípios da economia solidária, visando os benefícios sociais e ambientais, que englobam a possibilidade de geração de trabalho, promoção de bem-estar e conservação ambiental (DIAS; SIQUEIRA; SILVA, 2017).

Apesar de suas práticas ambientais coincidirem com o que é proposto no Desenvolvimento Sustentável, neste âmbito, os indígenas enfrentam desafios voltados à invasão e exploração predatória em seus territórios, especialmente na região amazônica, local onde habitam a maioria dos povos indígenas no Brasil, gerando consequências negativas também nos âmbitos econômicos e sociais (CAVALCANTE, 2016; FUNAI, 2019).

Considerações finais

O presente resumo é parte de um artigo teórico que está em fase de conclusão e teve como objetivo identificar como os territórios contribuem para os pilares social, econômico e ambiental do DS. Observou-se que a redemocratização do Estado possibilitou uma participação mais ativa dos indígenas quanto aos seus interesses e necessidades, bem como garantiu a parceria junto ao Estado, iniciativa privada e OTS, especialmente no tocante à demarcação de terras, hoje considerado um direito originário.

Neste aspecto, considerando a dimensão social, notou-se fragilidades em comunidades indígenas, que são altamente dependentes de programas de transferência de renda e que continuamente permanecem desassistidas pelo Governo Federal, o que acarreta situações de insegurança alimentar, falta de acesso à saúde e educação e, conseqüentemente, impacta o modo de vida dos PIs e a participação política nas TIs nas agendas de políticas públicas. Essa fragilidade recai sobre a dimensão econômica que, mesmo nos moldes da economia solidária, se encontra enfraquecida, mesmo sendo extremamente necessária para garantir o autossustento e autorreprodução destes povos.

Os povos indígenas se mostram na contramão do processo de crescimento econômico que visa somente o lucro, uma vez que realizam a exploração sustentável do ambiente ecológico e buscam o bem-estar da população local, indo ao encontro com o que é proposto nos relatórios de desenvolvimento sustentável. A dimensão ambiental apresenta maior força no contexto dos PIs, uma vez que o uso de tecnologias de baixo

impacto para o manejo das atividades produtivas e de autossustento estão alinhadas à esfera ambiental do DS.

Referências

- ALBUQUERQUE, L. M. B. Comunidade e sociedade: conceito e utopia. **Raízes**, v. 18, n. 20, p. 50 - 53, 1999.
- ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**. v. 2 n. 5, p. 79-92, 1999.
- ARRUDA, R. Territórios indígenas no Brasil: aspectos jurídicos e socioculturais. In: SALOMON, M.; SILVA, J. A. F.; ROCHA, L. (Org.). **Processos de territorialização**. Entre a história e a antropologia. Goiânia: Universidade Católica de Goiânia, 2005, p. 81-104.
- AGENDA 2030. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. (PNUD). Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/>. Acesso em: 15 maio 2019.
- BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n. 1, p. 98-107, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidade Tradicionais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivel_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 04 nov. 2019.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. 1a ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- CAVALCANTE, T. L. V. “TERRA INDÍGENA”: aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. **História**, vol. 35, pp. 1-22, 2016.
- DIAS, R. dos A.; SIQUEIRA, A.; SILVA, N. L.S. A proposta de gestão territorial das terras indígenas, como meio de alcançar a sustentabilidade. **Rev. Tamoios**, v 13, n. 1, p. 24-36, 2017.

FUNAI. **Terras indígenas: o que é?** Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/demarcacao-de-terras-indigenas?start=2#>>. Acesso em 30 de nov. 2019

GALLOIS, D.T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, F.. **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

LIFSCHITZ, J. A. **Comunidades tradicionais e neocomunidade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. 160 p.

LITTLE, P.E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. 2002.

LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD em parceria com o Museu Nacional, Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento - LACED, 2006. 227 p.

NOHARA, I.P. A atuação do Estrado nas comunidades tradicionais caiçaras. In: STANICH NETO, P [Org.]. **Direito das Comunidades Tradicionais Caiçaras**. 1 ed. São Paulo: Editora Café com lei, 2016.

PACHECO, R. A. S.; PACHECO, C. R. Questão agrária e regularização fundiária: a ação do Estado e o conflito de interesses entre trabalhadores rurais sem terra e povos indígenas. **Planejamento e políticas públicas**, n. 34, pp. 259-287, 2010.

SOUZA, C.; ALMEIDA, F. **Gestão territorial em terras indígenas no Brasil**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Unesco. Coleção educação para todos, v. 39. Série vias dos saberes. n. 6. 2012.

TÖNNIES, F. **Community and Society**. Trad. Charles P. Loomis. EUA: Michigan State University Press, 1957.

VIEIRA, M. G. **Os direitos fundamentais das comunidades tradicionais: crítica ao etnocentrismo ambiental brasileiro**. Rio De Janeiro: Lumen Juris, 2014.

Trabalho 3

Terra Indígena Vanuíre – Arco Íris - SP: conflitos pela água, pela terra e relações de trabalho ¹ (299371)

Bárbara Cardoso da Cunha ²

Introdução

A Terra Indígena Vanuíre, localizada no município de Arco-Íris (oeste do estado de São Paulo), está inserida em um território historicamente marcado por intensas disputas e conflitos pela posse e uso de terra. O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre as relações de conflitos estabelecidas a partir do uso e acesso à água pelos indígenas, bem como, as relações de exploração de trabalho sofridas pelos mesmos por conta da ação do agrohídronegócio canavieiro. Trata-se de um desdobramento de uma pesquisa de mestrado em andamento, cujo objetivo é entender o uso e manejo das espécies vegetais pela etnia Kaingang, habitantes da Terra Indígena Vanuíre¹.

O oeste do estado de São Paulo, a partir da “Lei de Terras” de 1850, configurou-se como um território marcado por grandes disputas relacionadas às “grilagens” de terras constantemente praticadas nesta região

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP) – Campus de Presidente Prudente. Pesquisadora do Museu de Arqueologia Regional (MAR) e Laboratório de Arqueologia Guarani e estudos da Paisagem (LAG). Endereço para acessar CV: <http://lat-tes.cnpq.br/3203707322312328>. E-mail: barbara.cardoso.bc@eduapps.unesp.br

antes conhecida como “Grande Sertão Inabitado”. A expansão para o oeste causou o genocídio de praticamente todas as populações originárias que ali viviam. Estudos realizados sobre a questão fundiária no oeste do estado de São Paulo, como o de Feliciano (2009), apontam que existem grandes territórios ocupados por fazendas, mas que já, foram julgadas devolutas em favor do Estado. Neste contexto, foi criada, no ano de 1910 a Terra Indígena Vanuíre com o objetivo de realocar membros da etnia Kaingang (originários da própria região) e membros da etnia Krenak (vindos da região de Minas Gerais). Este modelo de aldeamento foi criado pelo antigo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e que hoje é a atual FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

O objetivo desses aldeamentos foi restringir o deslocamento e ocupação dos indígenas, destinando as terras do entorno à exploração agrícola. Em pesquisa realizada em nível de iniciação científica, intitulada “O caminho das plantas e dos saberes: mapeando paisagens e lugares na Terra Indígena Vanuíre”, financiada pela FAPESP/2018, adotamos a metodologia de cartografia social, foi possível verificar por meio desta que o atual território indígena sofreu um processo de diminuição de sua área, sendo ilegalmente ocupado por

¹Mestrado em andamento em Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, UNESP, Brasil. Título da Dissertação: Lugares dos Saberes: experiência dos Kaingang com espécies vegetais na Terra Indígena Vanuíre, Arco Íris – SP.

Proprietários de terras do seu entorno. Entretanto, esta política de realocação ignorou fatores de cunho cultural como por exemplo o histórico conflito entre as etnias Kaingang e Krenak, bem como suas diferentes práticas e modos de vida. As questões culturais não se restringem somente a práticas tradicionais, mas também em relação às questões religiosas contemporâneas, de alimentação, manejo de espécies vegetais, relação com a fauna e conflitos interétnicos. Diante deste contexto, foi necessário entre as diferentes etnias do território indígena de Vanuíre, um entendimento mútuo com relação aos conflitos internos para garantir uma sobrevivência

já fragilizada pelo sistema adotado pelo Estado em relação à população indígena. Com práticas de vida características das próprias etnias, o território indígena de Vanuíre passou a ter sua dinâmica intensamente alterada a partir da expansão do agrohídronegócio canavieiro e do monocultivo de amendoim no entorno da aldeia. Entende-se por agrohídronegócio a necessidade de dominação dos recursos hídricos (águas superficiais e subterrâneas) pela indústria do monocultivo agrícola (THOMAZ JUNIOR, 2010).

Metodologia

Para atingir os objetivos esperados e responder a problemática da pesquisa, definimos caminhos para atingir o conhecimento da realidade. Esta preocupação se cruza ora com ordens mais abstratas, ora de ordem prática. Os caminhos de construção da pesquisa partiram do levantamento bibliográfico, leituras, participação em debates populares e de eventos científicos, trabalhos de campo, entrevistas, levantamento e sistematização de dados e análise do discurso.

No primeiro momento, buscamos referências teóricas sobre o recorte espacial estudado, este trabalho de revisão bibliográfica é constante e se renova a cada instante. Nesta etapa estávamos nos propusemos a 1) entender a história dos povos indígenas no Brasil e 2) como a expansão para o oeste do Estado de São Paulo redefiniu os modos de vida dos Kaingang da região.

Como este trabalho apresentado faz parte de um recorte da pesquisa de mestrado em andamento, tratamos de considerar para este estudo os dados das pesquisas históricas como documentos oficiais, teses e dissertações sobre a região de estudo e em especial sobre a etnia Kaingang as entrevistas efetuadas em dezembro de 2019 com os Kaingang e Professores Indígenas da Escola Índia Vanuíre, localizada na Terra Indígena Vanuíre, Arco-Íris-SP.

Desenvolvimento

A ação do agrohidronegócio no oeste do estado de São Paulo impõe alterações nas dinâmicas tanto de terras indígenas quanto de assentamentos rurais pelo uso de agrotóxicos, comprometendo, por exemplo, a produção de culturas ligadas à necessidade de níveis aceitáveis de qualidade de ar e água (maracujá e bicho da seda). Assim, o constante uso de insumos agrícolas e agrotóxicos passou a alterar práticas culturais, principalmente relacionadas à pesca e ao consumo da água. Além disso o acesso à água também passou a ser motivo de disputas, uma vez que os habitantes da Terra Indígena Vanuíre ficaram impossibilitados de acessarem o antigo local onde praticavam a pesca necessária para sua existência. As práticas culturais das etnias Kaingang e Krenak também sofrem relevantes impactos por conta da necessidade de submissão dos seus membros à mão de obra contratada pelas indústrias canavieiras da região. O fato de residirem próximos às lavouras e não contarem com uma organização sindical capaz de representá-los de maneira eficaz, os tornam vulneráveis ao assédio das empresas, configurando exploração de mão de obra barata, sem a necessidade de contratação de trabalhadores migrantes vindos de outros estados, principalmente da região nordeste.

Considerações finais

A atuação de trabalhadores na indústria canavieira configura grande parte das ocorrências relacionadas à acidentes de trabalho e, principalmente, questões ligadas a problemas de saúde ocorridos em longo prazo, especialmente pela exposição aos agrotóxicos. Por meio deste trabalho, compreende-se ser de grande relevância estudos que tratem da questão indígena no oeste do estado de São Paulo, pois trata-se de uma das regiões com o maior índice de concentração fundiária e histórico de extermínio de populações indígenas de todo o estado. Espera-se assim, oferecer possibilidades de visibilização destes povos e que se possa vislumbrar políticas

públicas mais eficazes, principalmente em um momento político de completo ataque aos povos indígenas. Entende-se que a política de não demarcação de terras indígenas deve ser frontalmente combatida, assegurando direitos que foram historicamente.

Referências

- FELICIANO, C.A. **Território em Disputa: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia, São Paulo, 2009.
- THOMAZ JÚNIOR, A. **O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI**. Campo Território, V. 5, Nº 10, Uberlândia, 2010.

Trabalho 4

Fazer saber a própria terra ¹ (299143)

Leonardo Viana Braga ²

Hugo Prudente da Silva Pedreira ³

Flora Dias Cabalzar ⁴

No Brasil, a demarcação de Terras Indígenas segue sendo uma das principais lutas dos povos originários. Povos que já passaram por essa etapa buscam agora gerir e proteger suas terras para manter sua qualidade de vida. Desde 2012 a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas – PNGATI está vigente no país, com a meta de orientar o diálogo do Estado e de agentes da sociedade civil com os povos indígenas, para que seu protagonismo nessas ações seja garantido. Apresentamos como os Zo'é – povo falante de uma língua tupi-guarani que vive na Amazônia paraense – vem participando na promoção de seus direitos territoriais. No momento em que acaba de ser elaborado e publicado o Plano de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA de sua Terra Indígena, um importante instrumento de efetivação desses direitos, eles seguem participando de atividades de proteção do seu território, ao mesmo tempo em que produzem sua ocupação. Trazemos reflexões de líderes e jovens

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, referências e pelas imagens e fotos.

² Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo – USP e Assessor do Programa Zo'é do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – PZ/Iepé. E-mail: leovianabraga@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2229862231364989>.

³ Mestre em Antropologia Social pela USP e Assessor do PZ/Iepé. E-mail: prudente.hugo@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3033814781024884>

⁴ Doutora em Antropologia Social pela USP e Consultora do PZ/Iepé. E-mail: flora.cabalzar@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1252723185130581>

zo' é diretamente engajados nessas atividades, apontando para alguns modos como ressaltam a importância da sua mobilidade territorial.

Quase dez anos após sua demarcação, a TI Zo' é foi homologada em 2009. A responsabilidade da PNGATI está a cargo da Fundação Nacional do Índio – Funai, que pode recorrer à colaboração de organizações não governamentais para que a política seja executada. Entre 2016 e 2019, por meio de Acordo de Cooperação Técnica – ACT com a Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema – FPEC/Funai, o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – Iepé foi o responsável por gerir o projeto dirigido à elaboração do PGTA da TI Zo' é. Nesse momento, a atuação indigenista dedicada aos Zo' é, representada pela FPEC/Funai e pelo Iepé, orienta-se por uma “política de informação” (GALLOIS, 1992) que visa garantir àqueles uma maior autonomia em suas relações com agentes diretamente implicados nos seus modos de vida. Com isso, tem-se respeitado demandas explícitas dos Zo' é: o acesso a bens e saberes dos não indígenas, a manutenção da plenitude de sua mobilidade territorial e a proteção de seu território. Em resposta a elas, depara-se com desafios específicos que se apresentam continuamente. Um deles é a garantia do acesso, dentro da TI, aos bens e mercadorias que os Zo' é avaliam ser importantes para a sua qualidade de vida sem que isso prejudique a sua segurança alimentar e física. Entendendo que para o modo de vida zo' é a mobilidade é fundamental, devendo, portanto, ser respeitada e fomentada, outro desafio central é promover mecanismos de apoio à ocupação territorial que sejam coerentemente articulados à sua participação direta e efetiva na vigilância e proteção do território.

Os PGTA são feitos em etapas, iniciando-se por sua elaboração que, normalmente, resulta em um documento publicado no qual estão expostas as diretrizes para: a atuação do(s) povo(s) indígena(s) em relação à proteção de sua TI; suas demandas frente às instituições estatais; o estabelecimento de parcerias com não indígenas empenhados em apoiá-los diretamente; e suas exigências frente à sociedade não indígena para o pleno respeito aos seus direitos e à sua autodeterminação. Ao processo de

elaboração, segue-se o de implementação dessas ações. Durante nosso trabalho específico até a conclusão da fase de elaboração do PGTA em 2019 e início da implementação em 2020, focamos em três dos sete eixos da PNGATI, no caso: a proteção territorial e de recursos naturais; a governança e participação indígena; e a capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental. Dentre as atividades realizadas com vistas a implementar tais eixos, destacamos, para o intuito do que aqui será apresentado, expedições de monitoramento da TI, nas quais pudemos acompanhar os Zo'ê e outros agentes não indígenas. Tendo em vista esse contexto apresentamos alguns efeitos da articulação entre essas atividades em percepções e demandas dos Zo'ê a respeito de sua territorialidade e da gestão de seu território. Traremos exemplos de reflexões elaboradas por eles durante e/ou sobre essas expedições, nas quais eles destacam a importância da manutenção da plenitude de sua mobilidade territorial.

Os Zo'ê têm um estilo de organização sociopolítica compartilhado com outros povos da região (ver Rivière, 2004 [1984]; Viveiros de Castro, 1986; Gallois, 1986, 2005, 2013; Grupioni, 2005; Caixeta de Queiroz, 2013). Eles vivem em grupos regionais relativamente separados entre si. São grupos de pequena escala que respeitam etiquetas de distanciamento territorial e social entre as pessoas e diferentes famílias. Atualmente são quatro grupos regionais, subdivididos em dezessete subgrupos menores, cada um contendo de oito a quarenta pessoas distribuídas em uma até três famílias. Cada um desses subgrupos possui de duas até sete aldeias, além de alguns acampamentos de caça e/ou pesca.

A mobilidade territorial zo'ê está relacionada ao ciclo de transformação florestal conhecido como agricultura itinerante. Todas as 47 aldeias atuais têm roças de mandioca e casas permanentes, critérios chave para serem consideradas verdadeiras aldeias. As aldeias com as maiores roças ficam próximas à base da Funai. Isso decorre da relativa concentração territorial incentivada desde o convívio com missionários evangélicos no final dos anos 1980, e corroborada quando a Funai assumiu a assistência aos

Zo'é em 1991. Essa tendência vem se modificando nos últimos anos, como apresentaremos.

Os Zo'é organizam suas atividades sazonalmente, baseando-se em uma distinção marcada entre períodos chuvosos e de seca. Diversas atividades relacionadas a caça, pesca, coleta e agricultura levam os Zo'é a andar muito por seu território, com distintas motivações ao longo do ano. Eles afirmam, enfaticamente, seu interesse por manter tal mobilidade em busca de fartura alimentar, de reconhecimento de lugares históricos, e de garantia de qualidade em suas relações sociais. O imbricamento desses três fatores na territorialidade zo'é já é conhecido academicamente. Demonstrou-se como eles seguem rigorosamente os ciclos de transformação florestal, indicando a importância da extensão territorial para o exercício desse modo de rotatividade de assentamentos para evitar o desgaste de uma região. Além disso, enfatizou-se que a escolha dos lugares de abertura de novas aldeias segue memórias de ocupação dos líderes e seus grupos, que tendem a voltar a ocupar lugares historicamente conhecidos na condição de que esses já tenham terminado seu ciclo, isto é, que uma clareira já tenha de novo se tornado mata. É por isso que eles conseguem reocupar as mesmas regiões ao longo de séculos, imprimindo um tipo de territorialidade comum a diversos outros povos.

Destacamos aqui que essa mobilidade segue atualizando-se conforme a abertura de novos assentamentos por cada família e/ou grupo dentro do território tradicional, como afirmam no PGTA de sua TI: “Nossos grupos vivem em lugares separados. Apenas desejam viver em seus lugares, por isso se espalham. Desse modo, cada um tem a sua morada, espalhando mesmo. Assim vamos abrindo mais e mais aldeias, tendo aldeias novas. ‘Faz sua aldeia ali no meio, afastada’, dizemos, ‘para você ter várias moradas também’. Depois de refletir bem é que abrimos uma nova aldeia; só então sabemos onde morar. Quando a gente fica muito tempo com um pessoal de outra aldeia, a gente acaba sem saber onde mora”.

Aos aspectos estruturais da mobilidade territorial zo'é, como a dinâmica florestal e a promoção das distâncias sociais e territoriais adequadas

descritas acima, somam-se outros fatores a sustentar a abertura de novas aldeias, e a consequente ocupação e vigilância dos limites da TI. É crescente o interesse pelo aprendizado na condução de pequenas embarcações antes não utilizadas, e na comunicação cotidiana via rádio amador. Com o apoio da Funai, do Iepé e de outros parceiros, os Zo'ê têm adquirido kits de rádio alimentados por energia solar e motores de popa para suas canoas, ações que contribuem para a abertura de mais aldeias que se tornam lugares onde também colocam em prática suas diretrizes para a vigilância do território.

O interesse dos Zo'ê em balizar a mobilidade territorial com as relações com não indígenas é uma marca frequente em sua história, ao menos desde o estabelecimento de relações permanentes com a Funai. Essa articulação se manifesta em algumas falas de líderes e jovens intensamente engajados em atividades contemporâneas, tanto nos levantamentos socioambientais que subsidiaram a elaboração do PGTA, quanto na participação, em geral muito entusiasmada, nas atividades relativas ao monitoramento da TI que nos interessam aqui. Visando caracterizar a recente expansão territorial, destacamos os seguintes elementos presentes nessas falas, que podem ser sintetizados em algumas frases-chave: o modo como a territorialidade é expressa em termos de trajetórias de líderes específicos, como quando se afirma que “ali é hoje minha morada, eu não a deixei, eu não largarei a minha aldeia”; a forma assumida pelo movimento atual e crescente de abertura de novas aldeias, segundo a ocupação de lugares historicamente conhecidos, uma vez que quando se diz que “assim vamos abrindo mais e mais aldeias”, essa abertura respeita caminhos ocupados e reocupados por séculos; a importância das parcerias entre os diferentes grupos e com não indígenas para a ocupação de lugares distantes dentro do território tradicional, presente nas recomendações de como se deve “andar na mata com os não indígenas”; a maneira como a proteção dos limites se relaciona com a ocupação consistente de regiões específicas, que tem como consequência “fazer saber a própria terra”; a expansão para

lugares distantes como sendo, ao mesmo tempo, uma busca e uma produção de fartura alimentar, afirmada por uma perspectiva cosmológica como “é por causa do nosso cheiro que [as caças] se aproximam”; e o caráter sustentável dessa expansão, expresso no respeito ao movimento cíclico das transformações florestais.

As iniciativas de promoção dos direitos territoriais voltados aos Zo’ê têm sido implementada por meio de uma política de informação que pode tomar a forma de encontros, trocas de saberes e coisas. Nesse momento em que acabam de publicar o PGTA da sua TI, seguem participando de atividades de proteção ao mesmo tempo em que projetam a ocupação de seu território. Expedições de monitoramento dos limites da TI, por exemplo, imbricam-se com iniciativas de expansão territorial de determinados líderes e seus respectivos grupos de acordo com suas prerrogativas territoriais, um tipo de atuação que acontece, pelo menos, desde as atividades do GT de identificação de sua TI. Por sua vez, em algumas situações, como na resposta às invasões recentes na região sul, todos os líderes e subgrupos se engajam em conjunto ocupando um lugar distante.

O desejo dos diferentes grupos por continuarem expandindo seus territórios se dá sob critérios enunciados efusivamente pelos líderes, sempre dentro dos limites da TI e atendendo às expectativas de proteção da integridade desta. Ele segue a critérios estruturais de mobilidade territorial, por meio dos quais a possibilidade de ir e voltar para lugares distantes é, ao mesmo tempo, busca e produção de fartura. A atitude de moderação assumida nessas expedições, assim como em outros contextos cotidianos, tem consequências eficazes uma vez articulada à necessidade de prever a rotatividade dos assentamentos ocupados, sejam aldeias ou acampamentos. Ao mesmo tempo em que respeitam os ciclos de transformação florestal, abrindo novos assentamentos sem que se exceda os tempos de fertilidade de um lugar, os Zo’ê gerem as relações com as caças acostumadas à sua presença, algo que eles consideram fundamental para sua qualidade de vida. A ocupação territorial realizada pelos Zo’ê não é predatória, e é corroborada por outros tantos povos igualmente responsáveis

por manterem a floresta em pé e promoverem a diversificação agrícola e florestal. Ao “fazer saber a própria terra” estão mantendo suas práticas territoriais em plenitude, refletindo sobre elas, e sendo protagonistas das estratégias de ocupação e políticas de proteção de seu próprio território.

Trabalho 5

Cartografia social no contexto de tragédias-crime ambientais: encontro entre saberes para a delimitação territorial em uma Aldeia Pataxó¹ (299874)

*Amanda Ribeiro Carlino*²

*Bernardo Carrusca Camilo de Oliveira*³

*Armindo dos Santos de Sousa Teodósio*⁴

*Juliana de Lima Passos Rezende*⁵

*Virgínia Simão Abuhid Burkhardt*⁶

*Henrique Martins Cardiel*⁷

*Thamires Peixoto Soares*⁸

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9269896971140579> E-mail: amandarc.dsg@gmail.com

³ Graduando em Ciências Biológicas na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6034531310345523> E-mail: beco.carrusca@gmail.com

⁴ Doutor em Administração/ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2167878748442691> ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7835-5851> E-mail: armindo.teodosio@gmail.com

⁵ Mestre em Ecologia Conservação e Manejo da Vida Silvestre /Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9555177616223449> E-mail: jupassosrezende@gmail.com

⁶ Mestre em Geologia/Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2142463948054969> E-mail: vabuhid@pucminas.br

⁷ Graduando em Ciências Biológicas na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5532596590983254> E-mail: henriquecardiel@gmail.com

⁸ Graduanda em Ciências Biológicas na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8234960348801275> E-mail: thamerespxt@gmail.com

Introdução

O mapeamento participativo realizado na aldeia Pataxó HÃ - HÃ - HÃE NAÔ XOHÃ foi uma atividade desenvolvida pelo projeto de extensão “Escola Livre de Formação”, que fazia parte das iniciativas da PUC Minas no território do município de Brumadinho/MG, após o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão. O projeto possuía como um de seus objetivos a valorização do conhecimento dos povos tradicionais da região. Visando atingir esse objetivo, buscamos desenhar uma proposta de atividade junto a tribo que envolvesse o resgate dos saberes tradicionais e a construção compartilhada da nossa de territorialidade e expressão dessa realidade sócio-histórica, geográfica e cultural através de mapas.

No dia 30 de novembro de 2019, foi realizada uma visita à aldeia Pataxó, com o objetivo de desenvolver junto à comunidade uma cartografia social através do mapeamento participativo, no intuito de melhor identificar o território da aldeia sob a ótica dos indígenas. Na época da visita, a comunidade se queixava da falta de suporte da mineradora Vale após a tragédia-crime do dia 25 de janeiro de 2019. O Rio Paraopeba foi altamente contaminado pelos rejeitos da mineração, e este era a principal fonte de vida da aldeia, e sendo devastado já não mais servia como fonte de pesca, rituais, lazer e sobrevivência para essa comunidade indígena.

Os Pataxós são originários do Sul da Bahia, possuindo características nômades. Mas, em 2017 migraram para o município de São Joaquim de Bicas, em uma área de preservação ambiental às margens do Rio Paraopeba, na fronteira oficial com o município de Brumadinho. Atualmente a aldeia faz divisa com dois assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo eles o acampamento Pátria Livre e Zéquinha. A Maioria dos membros da aldeia são indígenas pertencentes a um mesmo grupo familiar, sendo que residem na comunidade, 140 pessoas e 27 famílias.

O mapeamento participativo na comunidade partiu de uma demanda dos próprios indígenas, pois estão em luta pela delimitação do seu território e para que não houvesse tentativas de ocupação deste espaço por

parte das mineradoras, fazendeiros e do próprio Estado. A presença desses povos indígenas nesse território é contestada por diferentes grupos sociais, sejam eles parte dos moradores dos dois municípios, sejam ocupantes de cargos na burocracia pública dessas duas cidades, empresários locais e, inclusive, grupos ligados aos interesses da mineração.

O Mapeamento Participativo é uma abordagem interativa, dentro do rol de estratégias metodológicas da Cartografia Social, que busca a representação do espaço, de acordo com o conhecimento das populações locais permitindo aos integrantes do processo criar seus mapas representando os elementos mais significativos para essa população. De acordo com Andrade e Carneiro (2009), esse tipo de mapeamento é um importante instrumento para a compreensão do uso do espaço pelas comunidades, que ficam encorajadas a modelar e desenhar quais detalhes devem ser incluídos, apagados ou modificados do seu território, na elaboração dos documentos cartográficos.

Segundo o *International Fund for Agricultural Development* (2009) existem alguns critérios para o reconhecimento de mapas comunitários e definição do mapeamento participativo:

Definição do mapeamento participativo pelo processo de produção: Os mapas participativos são planejados com um objetivo comum e a participação da comunidade em um processo aberto e inclusivo é uma estratégia facilitadora do processo, pois com a participação de todos os membros da comunidade de estudo o resultado final torna-se mais benéfico por representar a experiência coletiva do grupo.

Definição do mapeamento participativo pelo produto que representa a comunidade: É realizada uma seleção que mostra quais elementos serão relevantes para as necessidades e utilização da comunidade a ser representada. Os mapas devem conter os nomes, símbolos, escalas e características baseadas no conhecimento local. (2009, p. 33)

Os mapas participativos não necessariamente podem ser incorporados a sofisticados sistemas de informações geográficas. Devem ser vistos como uma ferramenta eficaz de comunicação, considerando que os mapas

regulares buscam uma conformidade e diversidade na apresentação dos conteúdos (IFAD, 2009).

No caso dos Pataxós HÃ - HÃ - HÃE NAÔ XOHÃ, a produção do mapa consistiu primeiro em um diálogo com os membros da comunidade, para que tomassem conhecimento do que estava sendo proposto. Após essa interação, compreenderam que se tratava de um mapeamento, que tinha como principal objetivo auxiliar na produção de um mapa especializado através do uso do Sistema de Informação Geográfica (SIG). No primeiro momento houve dificuldade na mobilização da comunidade indígena para participar da elaboração do mapa, pois manifestaram certa resistência, que aos poucos foi sendo quebrada à medida que eles compreenderam que aquilo era um instrumento a favor de seus interesses. Para a construção desse mapa, utilizamos vários materiais, dentre eles papel *kraft*, canetinhas, fitas adesivas, e outros. A medida com que os membros da comunidade iam representando os principais elementos da aldeia no papel, eles naturalmente se viam engajados na construção deste documento, pois ali eles estavam expressando e externando seu espaço de vivência.



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

No decorrer do processo, todas as famílias elegeram um membro para elaborar o mapeamento, que por fim, contou com a participação de todos. O procedimento foi altamente satisfatório, uma vez que, existem vários conflitos internos entre os membros da aldeia, e durante a produção do mapa foi possível identificar estes conflitos e atenuá-los através do trabalho coletivo e comunitário, que propiciou não apenas o mapa da Aldeia,

mas também o diálogo entre os pares sem que houvesse divergências entre os estes.



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

O mapeamento participativo além de fomentar a construção coletiva entre os indígenas, também auxiliou na elaboração de um mapa digital, com delimitação do território a partir de coletas dos pontos de referência que os próprios membros da comunidade orientaram, vale ressaltar que estes pontos foram coletados com GPS e em seguida transferidos para um software específico para produção do mapa.



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

A discussão dessa experiência de cartografia social, em um contexto de conflitos ambientais a partir de tragédias-crime de corporações mineadoras, se constitui em uma rica reflexão sobre os desafios, possibilidades, riscos e estratégias para a construção compartilhada de saberes, em respeito à Ecologia de Saberes e às Epistemologias do Sul, que precisam ser consideradas quando a universidade se aproxima dos povos indígenas.

Referências

ANDRADE, E. D. V.; CARNEIRO, A. F. T. **A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo**. Bol. Ciênc. Geod., sec. Artigos, Curitiba, 2009, v. 15, no 3, p.410-427, jul-set.

GOLDSTEIN, R. A; BARCELLOS. C.; MAGALHÃES, M. A. F.; GRACIE, R. V. F. **A experiência do mapeamento participativo para a construção de uma alternativa cartográfica para a EFS**. Ciência & Saúde Coletiva, 2013, n. 18, p. 45-56.

IFAD. 2009a. **Rural groups and the commercialization of smallholder farming: Targeting and development strategies (draft)**. (Issues and perspectives from a review of IOE evaluation reports and recent IFAD country strategies and project designs.) Rome: International Fund for Agricultural Development.

Trabalho 6

Um olhar sobre a importância da gestão ambiental dos Povos Indígenas na Amazônia Legal ¹ (299112)

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior ²

Vinicius Benites Alves ³

Isaltina Santos da Costa Oliveira ⁴

Julienne Santana da Costa ⁵

Introdução

Segundo a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Amazônia Legal define-se por um recorte espacial e administrativo criado pelo Governo Federal para fins de planejamento e intervenção econômica. A região possui área aproximada de 5,1 milhões de km² e corresponde aproximadamente 59,1% do território nacional. A Amazônia abrange, em sua totalidade, os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso,

Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins e, parcialmente, o Estado do Maranhão, a oeste do Meridiano 44^o (SUDAM, 2018).

Há em grande parte da região Norte do Brasil, e em quase todas as florestas tropicais do mundo, populações originárias e comunidades

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas (FACOM-UFBA). Mestre em Educação (PPGE-UnB) - email: gilsoportouft@gmail.com

³ Graduado em Ciências Biológicas - USC - email: vivalves@gmail.com

⁴ Graduada em Letras e Pedagogia - FAP e FACCAT - email: tininhacost@gmail.com

⁵ Graduada em Serviço Social - Unimar - email: julienesantanaas@gmail.com

tradicionais com conhecimentos aprofundados e modos distintos de apropriação da biodiversidade (SMITH & WISHNIE, 2000). Na Amazônia, estas populações são os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco de babaçu e outros camponeses. Muitos autores afirmam que estas populações contribuíram fortemente para a conformação atual da biodiversidade e agrobiodiversidade amazônica, manejando a paisagem por séculos, sugerindo a existência de uma complexa interação entre a diversidade cultural e biológica (POSEY, 1983; BALÉE, 2003).

Neste contexto complexo e no sentido de melhor orientar a sociedade e as comunidades indígenas sobre as relações socioambientais, foi instituído, por meio de lei específica, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), por meio do Decreto nº 7.747 em 05 de junho de 2012 e seu objetivo é de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural. sociocultural.

Para Bavaresco e Menezes (2014), desde a criação da PNGATI, esta política pública vem se tornando um instrumento eficiente e continuado no sentido de reconhecer e fortalecer essa contribuição efetiva dos povos indígenas na conservação da biodiversidade, por meio do manejo tradicional e comunitário dos recursos naturais, e, ao mesmo tempo, um instrumento que busca promover a atuação articulada e integrada das instituições governamentais e da sociedade civil, superando as ações demonstrativas, pontuais e às vezes isoladas no tocante à promoção da gestão ambiental e territorial das terras indígenas.

A PNGATI define que são ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas o etnomapeamento e o etnozoneamento. O etnomapeamento utiliza o conhecimento espacial e ambiental das populações locais, seus interesses, olhares e compreensão sobre o território,

sendo uma poderosa ferramenta para o planejamento territorial. Traduz-se na construção de um mapa com os locais relevantes, o seu uso cultural, a distribuição espacial dos recursos naturais, a identificação de impactos ambientais entre várias outras informações relevantes para o povo e, após este levantamento, é desenvolvido o trabalho de etnozoneamento que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento. O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) é um conjunto de acordos coletivos temáticos elaborados após as reflexões e discussões sobre como estes povos vivem, como querem continuar vivendo ou do que precisam para melhorar suas condições de vida.

Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo teve como foco a leitura e reflexão sobre os PGTAs dos povos Jamamadi, Yanomami e Wajãpi, dos respectivos estados Amazonas, Roraima e Amapá.

Desenvolvimento

A metodologia deste trabalho ocorreu por meio de levantamentos bibliográfico documental, buscando análise e compreensão referente à PNGATI e aos PGTAs dos povos Jamamadi, Yanomami e Wajãpi, que tiveram como parceiros as respectivas organizações indigenistas, Operação Amazônia Nativa (OPAN), Instituto Socioambiental (ISA) e o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ).

O povo Jamamadi está localizado na Terra Indígena (TI) Jarawara/Jamamadi/Kanamanti, possui uma extensão de 390.233 hectares e está situada entre os municípios de Lábrea e Tapauá, no estado do Amazonas. Dividem seu território com o povo Jarawara e são falantes da língua Jamamadi, do tronco linguístico Arawá. A população atual é de pouco mais de 380 pessoas divididos em sete aldeias. Sua terra está inserida em um mosaico de áreas protegidas, fazendo divisas a TI Hi-Merimã (isolados), TI Banawá e Reserva Extrativista Médio Purus.

Seu PGTA é bilíngue e está organizado da seguinte forma: Apresentação; Organização do povo Jamamadi; Festa da menina-moça; TI Jarawara/Jamamadi/Kanamanti; Terras indígenas e unidades de conservação; Povo Jamamadi e os vizinhos de sua terra; Atuação missionária junto aos Jamamadi; Para o Jamamadi o Plano de Gestão é; Roçado; Fari-nha; Rapé; Caça; Pesca; Copaíba; Andiroba; Castanha-do-Brasil; Coleta de Frutos; Cipó; Artesanato; Brincadeiras; Educação; Saúde; Bebida; Lixo; Vi-gilância; Constituição Federal de 1988 (artigos 231 e 232) e PNGATI - Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012.

O povo Yanomami está localizado na TI Yanomami, possui uma extensão de 9.664.975 hectares, e está situada entre os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, Alto Alegre, Mucajá, Caracará, Iracema, nos estados de Roraima e Amazonas, na fronteira do Brasil com a Venezuela. Vivem com o povo Ye'kwana e com diversos grupos ainda sem contato como: os Isolados da Serra da Estrutura, Isolados do Amajari, Isolados do Auaris/Fronteira, Isolados do Baixo Rio Cauaburis, Isolados Parawau, Isolados Surucucu/Kataroa. São falantes da língua Yanomani e contam com cerca de 26 mil pessoas, morando em mais de 330 aldeias.

Seu PGTA é bilíngue e está organizado da seguinte forma: Apresentação; A Terra Indígena Yanomami; O que é o PGTA?; Por que escrevemos esse Plano?; Como foi feito esse documento? Os sete temas: 1 - Nosso jeito de tomar decisões; 2 - Nosso jeito de proteger a terra; 3 - Nosso jeito de gerar renda e lidar com o dinheiro; 4 - Nossos conhecimentos; 5 - Nosso jeito de cuidar da floresta; 6 - Nossa saúde; 7 - Nosso jeito de educar; Glos-sário;

Protocolo de Consulta e Roteiro de Consulta.

O povo Wajãpi está localizado na TI Waiãpi, possui uma extensão de 607.000 hectares e está situada entre os municípios de Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari, no estado do Amapá e na fronteira com a Guiana Francesa. O entorno da TI é formado pelo Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável

do Rio Iratapuru, a Floresta Estadual do Amapá, a Reserva Extrativista Beija-Flor Brilho de Fogo e o Projeto de Assentamento Perimetral Norte, que fazem parte do Mosaico de Áreas Protegidas

da Amazônia Oriental. São falantes do tronco Tupi Guarani e com cerca de 1.200 pessoas distribuídos em 90 aldeias.

Seu PGTA é bilíngue está organizado da seguinte forma: Introdução; Quem somos nós; Por que fizemos esse Plano de Gestão Socioambiental; Nossos jeitos de viver: Nossos conhecimentos sobre os ambientes e os donos; Nossa mobilidade territorial; Nossos jeitos de tomar decisões; Problemas que enfrentamos e nossos acordos para resolvê-los: Como analisamos os problemas; Roças e frutíferas; Caçadas e pescarias; Materiais para fazer casas e utensílios; Lixo; Participação de todos na gestão territorial; Ocupação do entorno da Terra Indígena Wajãpi; Como queremos que os órgãos governamentais contribuam: Nas áreas de educação e saúde; Na gestão territorial e ambiental; Como vamos monitorar nosso Plano de Gestão: objetivos e indicadores e Como esse Plano foi feito.

Conclusão

Conforme abordado anteriormente, a PNGATI objetiva promover reflexões dos povos indígenas sobre como garantir os recursos naturais para a sua reprodução física e cultural, fortalecendo desta forma, seu protagonismo e um melhor diálogo com a sociedade civil. Esta política propicia por meio de estratégias participativas e integradas, uma articulação com os povos indígenas, discutindo questões relativas aos seus interesses.

Neste sentido, os PGTA abordados foram desenvolvidos, respeitando a Convenção 169 da OIT, os preceitos constitucionais da autonomia e bem-estar coletivo, empoderando, dentro dos limites da política pública, os povos indígenas em questão, partindo de princípios pautados no protagonismo, legalidade, sustentabilidade, estabelecimento de acordos e pactos.

Os instrumentos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas, considerados de caráter dinâmico e tidos como ferramenta de planejamento intercultural sobre o uso do território, são o resultado de um conjunto de experiências realizadas por diferentes atores com metodologias, tempos e abordagens diferenciadas na busca pelo diálogo sobre a gestão das terras indígenas. Os PGTAs tratados, contaram com participações dos povos indígenas e parcerias com organizações indigenistas distintas.

Ainda que haja avanços no estabelecimento de instrumentos de planejamento e na construção dos Planos de Gestão, muito há por ser feito. Os maiores desafios estão numa maior disseminação da PNGATI para outros povos indígenas além da Amazônia Legal, para os servidores e gestores públicos.

Ressaltamos que as TIs são importantes para a conservação da biodiversidade, no entanto, enfrentam diversas ameaças, como o desmatamento, queimadas, garimpo, empreendimentos, pecuária e a monocultura. Também se faz necessário o apoio de parceiros na implementação das ações apresentadas nos PGTAs, para que desta forma os povos indígenas consigam superar seus dilemas, melhorando assim, a qualidade de vida para as gerações futuras.

Referências

- BALÉE, W. **Diversidade amazônica e a escala humana do tempo**. Florianópolis: Anais do I Simpósio de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Sul, 2003.
- BAVARESCO, A; MENEZES, M. **Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas**. – Brasília/DF: GIZ/Projeto TI/Funai, 2014.
- BLASER, A; CAPORRINO, B. W; GALLOIS, D. T.; SZMRECSÁNYI, L. **Plano de Gestão Socioambiental** - Terra Indígena Wajãpi - Como estamos organizados para continuar vivendo bem na nossa terra. Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina, Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura – Awatac, Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. 2017, p. 100.

BRASIL. **Decreto n. 7.747**, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2012/Decreto/D7747.htm#art15. Acesso em: 10 out. 2020.

POSEY, D. Indigenous knowledge and development: an ideological bridge to future. Ciência e Cultura 35 (7): 977-994 1983.

SANTOS, M. L.; ALVES, V. B.; **Plano de Gestão Territorial Jamamadi**: Povo Jamamadi Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamanti. Operação Amazônia Nativa. Brasil. 2015, p. 156.

SMITH, E.A. & WISHNIE, M. Conservation and subsistence in small scale societies. Annual Review of Anthropology 29, 2000, p. 493-524.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA): 2020-2023** / Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. - 1ª ed. amp. – Belém: SUDAM, 2020.

_____. **Síntese de indicadores da Amazônia Legal**. Belém, 2018, p. 84

VIEIRA, M. A. R. M; LIMA, L. P. N. S. **Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Yanomami com Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana**. Hutukara Associação Yanomami, Instituto Socioambiental, Boa Vista/RR. p. 164.

Trabalho 7

Economias alternativas e as possibilidades de superação à minério - dependência: analisando o caso de Brumadinho ¹ (300109)

David Ferreira Duarte ²

Cristian Rodrigues da Costa ³

Tania Cristina Teixeira ⁴

Ario Maro de Andrade ⁵

Flávio Constantino Barbosa ⁶

Introdução

A produção minerária faz parte da história do Brasil desde o século XVII, se apresentando, em maior ou menor escala, em diversos locais do território brasileiro. O estado de Minas Gerais, onde se localiza o município de Brumadinho, é, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM,

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Graduando; Ciências Econômicas; PUC Minas Coração Eucarístico; davidduarte121@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/9612808661688597>

³ Graduando; Ciências Econômicas; PUC Minas Coração Eucarístico; christianforry@gmail.com

⁴ Ms (a) Ciências Políticas -DCP/UFMG; Ms(a) Economia Aplicada - Universidad de Valencia; Doutora em Economia Aplicada - Universidad de Valencia- Espanha . Professora do Departamento de Economia, Administração e Contábeis, coordenadora do projeto de extensão Projeto Educação Financeira e Geração de Trabalho e Renda, PROEX da PUC Minas- Coração Eucarístico; taniacri@hotmail.com; <http://lattes.cnpq.br/7169316869537047>

⁵ MS Economia Regional - CEDEPLAR/UFMG; Departamento de Economia e membro do NDE - Pesquisador extensionista do Projeto Educação Financeira e Geração de Trabalho e Renda, PROEX PUC Minas Coração Eucarístico; ariomaro@pucminas.br; <http://lattes.cnpq.br/7240804731215567>

⁶ ; MS em Economia Regional- CEDEPLAR/UFMG; Departamento de Economia e Coordenador de Extensão do Curso de Economia, membro do colegiado e do NDE do Departamento de Economia - PUC Minas. Flavio.constantino@hotmail.com; <http://lattes.cnpq.br/4962595296540082>

o segundo maior estado em produção mineral do Brasil, participando de 40,75% da produção total do país em 2018. A análise feita a partir de estudos usando dados secundários e revisão bibliográfica, somado ao trabalho de campo, nos indicam que a principal adversidade causada pela atividade de exploração mineral à sociedade é a minério-dependência. Esta se caracteriza como a situação na qual uma determinada economia se encontra refém, de um modelo de crescimento dos resultados do setor mineral em seu território. Essa adversidade se apresenta como empecilho para o desenvolvimento econômico sustentável do território em questão, visto que a exploração mineral, da forma que está sendo realizada até o presente momento, tem se caracterizado pela geração de problemas de grandes proporções à sociedade no que se refere ao aspecto social, político, cultural e ambiental.

Neste sentido, a presente proposta, de cunho qualitativo e quantitativo, tem como objetivo refletir sobre a minério-dependência, analisando as alternativas econômicas e o processo de empoderamento dos empreendedores e demais membros da sociedade civil na comunidade local de Brumadinho. Destaca-se, ainda, como a sociedade civil tem respondido a estes desafios apresentados e os enfrentamentos diante da pandemia da Covid 19 e a crise econômica decorrente da ruptura da barragem em Córrego do Feijão em Brumadinho, da empresa Vale, bem como as implicações que a comunidade tem enfrentado, delineando as saídas, os impactos que estão sendo gestados e se há uma proposta alternativa à dependência da *empresa mãe*, a Vale.

Metodologia

O processo metodológico se concentrou na constante revisão bibliográfica a respeito das questões destacadas durante todo o percurso do projeto; uma análise do balanço orçamentário municipal, em parceria com o Observatório Social de Brumadinho, entre os anos de 2018 e 2019; trabalho de campo que objetivava estreitar vínculos com a população,

sobretudo a população atingida pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão, captar suas demandas, anseios e percepções, através de diálogos, rodas de conversa, debates, oficinas, etc. que se deram durante todo o andamento do projeto; elaboração de projetos e ações comunitárias na zona rural do município com a participação das lideranças locais, produtores rurais, e demais grupos de interesse. Toda a estrutura metodológica foi concebida a partir da proposta de promover e propiciar novas dinâmicas econômicas e sociais no território, privilegiando a economia solidária e a economia da cultura.

Nesse sentido, a equipe tem promovido oficina e capacitação destinadas aos jovens em formato virtual em temas correlatos a educação financeira para jovens das escolas municipais e para micro e pequenos empresários da região. Nessas oficinas os beneficiários se deparam com conceitos econômicos a respeito da evolução do dinheiro no tempo, do controle das finanças, do planejamento familiar e do planejamento de carreira. Somado a isto, há a estruturação, juntamente com os parceiros, de um projeto comunitário denominado Empreposto Agroecológico e Cultural, que foi elaborado em uma matriz participante e se destina ao atendimento das demandas dos pequenos produtores rurais, artistas, artesãos e demais grupos invisibilizados da região, com a finalidade de estimular a produção e o comércio locais, a partir da venda desses produtos em um local físico, também com a presença de bens e artigos de cunho artístico, se caracterizando também pela manutenção e promoção da cultura local, como forma de resistir às mudanças e destruições impostas pela dinâmica da grande indústria minerária na localidade.

Com o mesmo intuito se apresentam as ações de divulgação de informações de forma facilitada aos micro e pequenos empresários a respeito de opções creditícias, as revisões do plano diretor em trabalho conjunto com a comunidade para proposição de novas ações, e também a capacitação da equipe para acompanhamento e fiscalização das atividades financeiras do município, principalmente no que concerne ao uso da

CFEM, bem como do assessoramento aos membros da comunidade e organizações não-governamentais em temas relacionados ao acompanhamento do plano diretor do município de Brumadinho.

Atividade minerária e a minério-dependência: dilemas e desafios em uma comunidade local

Observa-se que a atividade minerária, quando se instala em um território, interfere e muda a dinâmica social, atraindo um grande contingente de pessoas para esse território, provocando, por essa e outras questões, mudanças nas disposições urbanas locais, como por exemplo, o crescimento populacional desenfreado nas regiões e localidades limítrofes. Este crescimento implica em uma mudança da paisagem e da disposição física do referido local, vários bairros são completamente destruídos e outros criados, no intuito de alocar toda a “nova população” que chegou de maneira exógena e inesperada, o que, por sua vez, acarreta em impactos na estrutura social, política e cultural daquele território (MILANEZ, 2017). Assim, a partir do diálogo com os moradores do município, sobretudo os mais velhos, identificamos que a atividade de extrativismo mineral se instalou na região de Brumadinho nos anos 30, que até então se apresentava como essencialmente rural e sem desenvolvimento de núcleos urbanos. Com isso, toda a disposição territorial, social, cultural e econômica foi transformada: o centro urbano foi expandido, a população cresceu de maneira acentuada, os recursos naturais de ordem prática para a população foram escasseando, o trânsito de veículos (pequenos e grandes) aumentou, além de inúmeras outras transformações que vieram em consequência da instalação da atividade de extrativismo mineral naquele território, o que, por sua vez, acarretou na desconstrução da cultura e da práxis existente ali há mais de 200 anos.

BAMBIRRA (2013), ZOUR (2017), RODRIGUEZ(2017), COELHO(2018), PEREIRA (2019), GUIMARÃES (2019), PESSOA(2019), TEODOSIO (2019) analisam o processo de degradação e as consequências

da extração mineradora para as sociedades locais e os riscos que foram criados pela indústria mineradora nas regiões de Minas Gerais e no país, ressaltando as disparidades causadas nos municípios e localidades que foram degradadas tanto no que tange aos aspectos econômicos, quanto em âmbito social. São referências para efeito dos estudos realizados na região mineradora de Minas Gerais e considerados neste estudo, como referencial para a análise da situação da minério-dependência e da grave situação que as populações locais e as comunidades estão enfrentando diante do quadro agravado com as graves crises decorrentes do crime ambiental que acometeu as respectivas localidades às margens do Rio do Doce e do Rio Paraopeba. Para efeito deste estudo, focalizou-se nas localidades atingidas pelo rompimento da barragem em Brumadinho.

Averiguou-se que os resultados econômicos e a opressão praticada pelas empresas mineradoras nos locais onde quer que elas se instalem, podem levar a uma dependência estrutural dos municípios e de seus aparatos políticos, tendo como consequência direta a deterioração das diversas dimensões da vida e do exercício da cidadania. Essas mudanças são profundas e aceleradas com danos nos modos de fazer, de viver e de pensar, levando a perda de identidades tradicionais, da história e da memória local. No estado de Minas Gerais, onde se encontra o município de Brumadinho, o principal mineral explorado é o minério de ferro, commodities de alta demanda internacional. Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM, no ano de 2018 o Brasil exportou 409 milhões de toneladas em bens minerais, representando 29,9 bilhões de dólares; sendo que o minério de ferro representou 68% de toda a pauta mineral exportada. Assim, se tratando de exportação mineral, a alta volatilidade dos preços dos recursos minerais no mercado externo possui como consequência, uma situação econômica de subordinação dos municípios relativa ao aumento e/ou a diminuição dos preços dos minerais no mercado internacional, de acordo com a Contribuição Financeira por Exploração Mineral - CFEM - (principal arrecadação tributária desses municípios, incluindo

Brumadinho) incide de acordo com o Decreto nº 9.252, sobre a receita calculada (COELHO, 2018, p. 257).

Verifica-se que a mudança na arrecadação, positiva ou negativamente, passa a depender da alta ou baixa dos preços do minério de ferro no mercado internacional, além, é claro, do volume de minerais explorados, afetando toda uma população e um mercado interno nas economias minério-dependentes. Essa dependência gera insegurança e fraqueza à economia local, que depende quase que inteiramente do recurso gerado pela atividade minerária, que não estará presente no município para sempre e que, hora ou outra, tem quedas de arrecadação devido ao preço de commodities no mercado internacional. Ademais, sendo a CFEM a terceira maior arrecadação do município, passa a existir nas relações institucionais entre o poder público e a mineradora, uma relação vertical de sobreposição em que o poder público se torna refém da arrecadação tributária de uma atividade somente, sendo essa atividade, no município de Brumadinho, realizada por apenas uma empresa.

Observou-se, a partir da análise das despesas orçamentárias do município, e pelos diálogos com a população local, que essa relação tende a acarretar em um clima de cumplicidade do poder público, representado pela prefeitura, para com a mineradora, fazendo com que esse primeiro passe a seguir uma lógica de mercado em favor da empresa mineradora para que sua arrecadação não seja prejudicada. Assim, todo e qualquer malefício econômico e social que esteja alinhado à atividade minerária no município torna-se automaticamente um aspecto irrelevante aos olhos da governança pública daquele local. Há, assim, na percepção dos moradores, sobretudo na zona rural, uma espécie de apagamento naquela sociedade, mudando as dinâmicas culturais, econômicas e sociais, que agora se compreende na imposição de novas formas impostas pela atividade mineral instalada naquele território, com a concordância e suporte do poder público, que se transforma em um instrumento da atividade naquele local.

No que tange à questão ambiental, a atividade mineradora, ao mesmo tempo, pode gerar processos de desequilíbrio ambiental e degradação, tais

como: aumento da poluição atmosférica por conta dos materiais particulados, o ruído e a vibração causados pela explosão das minas, o grande fluxo de automóveis pesados, a poluição e destruição de rios, córregos, nascentes e lençóis freáticos - todo o recurso hídrico da região (MAGNO, 2015). Além disso, a atividade minerária pode contribuir com a destruição do extrato orgânico da terra tornando-a estéril para a produção agrícola. Sobre isso é válido ressaltar que esse problema tem parcela no que tange ao tema da reconstrução de áreas degradadas, que, no Brasil, há um manejo inadequado de reconstrução dessas áreas, decorrente das políticas de redução de custos operacionais e de capital fixo adotadas pelas empresas mineradoras que aqui operam, sendo essa a mesma dinâmica presente no município de Brumadinho. Constata-se que é:

...na fragilização do possível questionamento feito pelas comunidades em que encontramos uma relação entre barragens de rejeitos e minério-dependência. A instalação ou expansão das barragens de rejeitos, ou até mesmo o retorno das atividades em complexos minerários que passaram por rompimentos de barragens (Coelho, 2017), são facilitadas pela situação de dependência, pois a população local se vê novamente no dilema entre barrar o empreendimento e/ou sua expansão ou permitir a continuidade e sofrer os danos potenciais causados por barragens de rejeitos, que vão desde a alteração da dinâmica hídrica regional até o risco de rompimentos (COELHO, 2018, p. 256).

Outro fator a ser ressaltado a partir dos resultados alcançados, compilados por meio do acompanhamento e monitoramentos das ações realizadas em campo, verificou-se que as ações do governo local não têm avançado em âmbito da superação da minério-dependência. Observou-se que os recursos emergenciais sustentaram o nível de consumo e atendimento das necessidades imediatas da população atingida pela ruptura da barragem em função da injeção de recursos emergenciais tanto por parte da empresa, quanto pela destinação do governo federal em função da pandemia que assola o país e respectivos municípios. Todavia, a retomada da atividade das pequenas e médias empresas, bem como da atividade turística que é vocação local. Contudo, verifica-se que até o presente momento

não é a atividade que permite a recuperação da receita do município, na mesma proporção que a atividade minerária gerava e poderia gerar em curto e médio prazo. As possibilidades de delinear uma alternativa econômica à economia mineradora

Considerações Finais

Além de toda a contextualização e análise apresentada, observou-se que o município de Brumadinho enfrenta dois problemas de vulto: o rompimento da barragem, em janeiro de 2019 e a grave recessão e destruição das cadeias de produção que implicam em uma possível depressão econômica causada pelo crime ambiental, pela dependência estrutural e por conta da pandemia da COVID-19. Dessa forma, o presente projeto identificou em Brumadinho a necessidade de desenvolvimento de novas dinâmicas econômicas e sociais que se apresentem como solução aos problemas de ordem econômica, político/institucional, social, ambiental e cultural; que devem, assim, se pautar na economia popular solidária, economia da cultura, compartilhada, circular e no desenvolvimento local e sustentável.

Pode-se concluir que esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento e os resultados finais já assinalam que o empoderamento das comunidades locais é vital para solucionar os dilemas gerados pela minério-dependência tanto no município de Brumadinho, quanto nas localidades limítrofes que enfrentam uma crise sem precedentes.

Referências

ALMEIDA, Norma Valentina. **Economia solidária em Minas Gerais**: uma análise sobre os fatores que contribuem para sua auto sustentabilidade e capacidade de geração de renda. Belo Horizonte. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte, 2010.

AMARAL FILHO, J. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Planejamento e Políticas Públicas PPP**: IPEA, .n.23, jun. 2001.

BRITO, J.; ALBAGLI, S. Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. **Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais** (REDESIST), Rio de Janeiro, 2003.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez. 1995.

ARAÓZ, Horacio Machado. **Entre la fiebre del oro y el polvo de las voladuras**: Cuerpos y emociones en contextos de mineralización. Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad. N°11. Año 5. Abril 2013 - Julio . Argentina. pp. 21-33. 2013.

BARBOSA,R.K. **Economia, meio ambiente e sustentabilidade**: a visão da Economia Ambiental e da Economia Ecológica. Universidade Federal de Santa Catarina Curso de Graduação em Ciências Econômicas. Florianópolis, Fevereiro de 2008.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A Economia Solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1989.

CABRAL JUNIOR, M. **Mesa Redonda**: APLs de base Mineral. In: 3 CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, Brasília, 2007- IPT.

CHAVES,R.& MONZON, L. C. La economía social ante los paradigmas económicos emergentes: innovación social, economía colaborativa, economía circular, responsabilidad social empresarial, economía del bien común, empresa social y economía solidaria. **CIRIE España**. p.5-50. <https://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.93.12901>. 2018

CASTRO, L.; ALMEIDA, E. Desastres e desempenho econômico: avaliação do impacto do rompimento da barragem em Mariana. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 70, p. 406 – 429, jan/ abr., 2019.

COELHO, Tádzio P. Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero. Intratextos, Rio de Janeiro, número especial 03, 2012, pp. 128 – 146. 2012.

_____. Minério-dependência e alternativas em economias locais. **Versos - Textos para Discussão PoEMAS**, 1(3), 1-8. 2017

_____. **Minério-dependência em Brumadinho e Mariana**. fjf.br/poemas/files/2019/04/Coelho-2019-Minero-dependencia.pdf 2018

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM. 2002. **Sumário Mineral Brasileiro**. Brasília. Disponível em: . Acessado em 2008.

GUIMARÃES, Carolina. **Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação**: revisitando Itabira. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil, 26 de junho de 2017

IBRAM. **A força da mineração brasileira**. Brasília: Instituto Brasileiro de Mineração, 2012.

_____. Informações sobre a Economia Mineral do Estado de Minas Gerais. Brasília: Instituto Brasileiro de Mineração, 2014. MAY, Peter H. (Org.). **Economia Ecológica**: aplicações no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

MAGNO, L. Ordenamento territorial da mineração no Brasil e conflitos ambientais. Revista Geografias, Belo Horizonte, v. 1, n. 20, 2015. p. 84-107.

MARQUES, J. F. A teoria neoclássica e a valoração ambiental. In: **Economia do meio ambiente**: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas, SP: UNICAMP.IE, p.21-42. 1996

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília. MONTE CARDOSO, Daniel, 1987- Mineração e subdesenvolvimento : impactos da atividade mineradora nos municípios de Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas (2004 - 2015). / Daniel Monte Cardoso. – Campinas, SP : [s.n.], 2008

MILANEZ, B. Mineração, ambiente e sociedade: impactos complexos e simplificação da legislação. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA)**, v.16, p.93 – 101, 2017.

ORTIZ, R. A. (2003) Valoração Econômica Ambiental. In: Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 81-100.

PÁDUA, José Augusto. "Natureza e Projeto Nacional: As Origens da Ecologia Política no Brasil". In: José Augusto Pádua (org.). **Ecologia e Política no Brasil**, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

PEREIRA, D. et al. **Irresponsabilidades organizacionais ou ausência de governança territorial?** reflexões sobre gestão ambiental no Projeto Minas-Rio. *Ambient. soc.* vol.22 São Paulo 2019 Epub Aug 26, 2019. https://www.scielo.br/pdf/asoc/v22/pt_1809-4422-asoc-22-e02701.pdf 20/10/2020 20:40

RODRIGUES, Ana C.M. SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. Análise da eficiência socioeconômica dos municípios mineradores da região central de Minas Gerais. **XXXIII Encontro ANPAD**. São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/1976>

SANTOS, Theotônio dos.(2011) A Estrutura da Dependência. **REVISTA Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº30, p. 5-18, outubro.

SILVA, Jordana Ferreira. **Da especialização produtiva ao rompimento da barragem de Fundão: uma análise da resiliência econômica para o município de Mariana/MG**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Economia Aplicada do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2018.

SILVA, Jéssica L.J. 2020. Entre montanhas e dores: a dependência da mineração e a vivência do desastre em Mariana – MG, Brasil. **Revista Abordagens**, João Pessoa, v.2, n.1, jan./jun., 2020 Dossiê Ambiente e Sociedade. TEIXEIRA, T.C, Silveira, E. Desafios para construção de um modo de produção solidário: trabalho, renda e gestão solidária. **VIII Sitre Simpósio Internacional Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade**. CEFETMG. 2020. 20p.

TEIXEIRA, T.C. Andrade, A.M, Barbosa, F. Costa, C. Duarte. **Projeto Educação Financeira e Geração de Trabalho e Renda**, PROEX-ICEG- Departamento de Economia, Administração e Ciências Contábeis. 2019 e PROEX-2020/26753.

TEODÓSIO et al. ENTRE A TRAGÉDIA E O CRIME: narrativas sobre o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, Minas Gerais. **XXII SEMEAD Seminários em Administração**. Nov. de 2019 ISSN 2177-3866 (2019) <http://login.semead.com.br/22semead/anais/arquivos/1489.pdf>

ZHOURI, A. Mapeando desigualdades ambientais: mineração e desregulação ambiental. In: ZHOURI, A.; VALENCIO, N. (Org.). **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, p. 111- 142, 2014.

ZHOURI, Andréa, OLIVEIRA, Raquel, ZUCARELLI, Marcos e VASCONCELOS, Max. O desastre da mineração no Rio Doce, Brasil: entre a gestão da crise e a política das afetações. Artigo publicado In; Andréa Zhouri (org.) **Dossiê Mining, Violence, Resistance. Vibrant**, v. 14, n.2, agosto de 2017, sob o título The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: between policies of reparations and the politics of affectations. <http://www.vibrant.org.br/andrea-zhouri-raqueloliveira-marcos-zucarelli-maxvasconcelos-the-rio-doce-mining-disaster-in-brazil-betweenpolicies-of-reparation-andthe-politics-of-affectations/>

GT 4
(sessão 1 do GT 4)

Narrativas em tecnologias, comunicação e sociedade

*Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior*¹

*Renato Dias Baptista*²

*Guery Tã Baúte e Silva*³

¹ UFT

² UNESP

³ IFSP

Trabalho 1

Análise da aplicação das habilidades específicas de história do currículo paulista do ensino médio a partir da Lei 11.645/08 ¹ (299824)

Leila Adriana Baptaglin ²

Omar Fernando de Carvalho Júnior ³

Fábio Andrade Dias ⁴

Francielli Gonçalves Rodrigues ⁵

Introdução

As revoluções mercantil e industrial impulsionaram o movimento expansionista europeu, que proporcionou significativas mudanças nos diversos grupos étnicos que tiveram contato com a cultura europeia, configurando o que se conhece hoje como Mundo Moderno. Tais transformações, muitas vezes, ocorreram por um processo impositivo, que uniformizou o modo de vida dos povos dominados; e regularizou os aspectos socioeconômicos e culturais dos demais povos. (RIBEIRO, 1972).

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Pós - Doutora em Filosofia e Ciências Humanas - UNESR/VZ, Boa Vista/RR, <http://lattes.cnpq.br/5801207902204116>, e-mail: leila.baptaglin@ufr.br

³ Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento - UNESP/Tupã, UNESP/Tupã, <http://lattes.cnpq.br/2940854792236887>, e-mail: omarfernandojr@hotmail.com

⁴ Especialista em Gestão de Ensino - FACCAT/Tupã, Unesp/Tupã, <http://lattes.cnpq.br/2776467093680265>, e-mail: fabiodiastupa@gmail.com

⁵ Graduação em História - UNESP/Assis, UNESP/Tupã, <https://orcid.org/0000-0003-0133-5809>, e-mail: francielli-rodrigues@gmail.com

Borges (2010) ressalta que este fator influenciou consideravelmente a educação brasileira, ao constituir a matriz europeia como a principal produtora e reprodutora de conhecimento; impondo seu ponto de vista sobre os acontecimentos históricos e culturais, e, excluindo a herança cultural formada pelo processo de miscigenação das três matrizes étnicas no processo educativo. Conforme a autora, os livros didáticos apresentam uma visão eurocêntrica da História brasileira, propagando velhos estereótipos e preconceitos.

A atual legislação educacional ressalta a necessidade de alteração da abordagem dispensada a tais temáticas em sala de aula, de modo a ampliar as discussões sobre a diversidade cultural, racial, social e econômica do Brasil; repensando novas metodologias e uma proposta curricular voltada para a cidadania e respeito à dignidade humana (GEBRAN et al, 2010). Nesse sentido, a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, é considerada uma das grandes conquistas para o reconhecimento da importância da cultura afro-brasileira e indígena na formação da identidade brasileira, tornando obrigatório o ensino de tais temas em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio; ao incluir no conteúdo, diversos aspectos da história e da cultura, que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos.

A partir destas questões, buscamos neste trabalho realizar um relato sobre a percepção de quinze professores da disciplina de História do Ensino Médio, de diferentes escolas da rede estadual da Diretoria de Ensino de Tupã/SP, em relação à aplicação de habilidades específicas da disciplina, a partir da Lei 11.645/08. Para isso realizamos questionário com imagens e com a letra de uma canção correspondentes a dois momentos da história do Brasil, questionando os docentes sobre o que tais imagens representam, e como trabalhariam a canção em sala de aula.

O uso de diferentes documentos históricos para o desenvolvimento de habilidades específicas do Currículo Paulista do Ensino Médio.

Imagens e letras de músicas podem ser consideradas documentos históricos, tornando-as fontes para construção do conhecimento histórico. Essa prática foi uma perspectiva trazida pela Escola dos Annales, movimento historiográfico que surgiu na França na segunda metade do século XX.

O Currículo Paulista é uma produção colaborativa do esforço de profissionais da educação, representantes da Rede Estadual e da Rede Privada de Ensino que, atuando de modo colaborativo, associaram saberes, procedimentos, reflexões e experiências a respeito da prática docente nos diferentes componentes curriculares. Contempla as competências gerais discriminadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e as habilidades presentes essenciais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional (SÃO PAULO, 2017).

Diante disso, podemos delimitar as seguintes habilidades específicas do Currículo Paulista do Ensino Médio para serem desenvolvidas através do uso de imagem e da letra de música: Identificar em diferentes documentos históricos os principais movimentos sociais brasileiros e seu papel na transformação da realidade e identificar as formas de resistência dos africanos e afrodescendentes visando à extinção do trabalho escravo, com ênfase para os quilombos (SÃO PAULO, 2017).

Análise

Após aplicação de questionários aos professores de história da Diretoria de Ensino da Região de Tupã, em que foram apresentadas duas imagens sobre momentos específicos da história do Brasil, e a letra de uma canção, apresentamos as análises das respostas obtidas.

Imagem 1 - Revolta da Chibata

Desde o Brasil Império, os marinheiros brasileiros eram quase todos negros recrutados pela polícia e comandados por oficiais brancos. De acordo com o código disciplinar da marinha, não podiam se casar e a punição para as faltas consideradas graves eram vinte e cinco chibatadas no mínimo. Com a proclamação da república em 1989 a punição foi extinta, mas foi adotada novamente um ano depois. Diante de tamanha violência sofrida pelos marinheiros, entre 22 e 27 de novembro de 1910 ocorreu a Revolta da Chibata. (NASCIMENTO, 2016)

A rebelião teve como líder João Cândido Felisberto, apelidado pela imprensa da época de “Almirante Negro” e seu principal objetivo era protestar contra os castigos físicos que os militares de baixa patente recebiam. Com a rebelião, os marinheiros tiveram suas principais reivindicações atendidas, a punição das chibatadas foi extinta, mas uma semana depois, quase todos aqueles que dela participaram foram presos, mortos ou enviados para a Amazônia, em seringais (NASCIMENTO, 2016)

Das quinze respostas, dez delas relacionaram a imagem apresentada à Revolta da Chibata, entretanto, destes, apenas dois professores descreveram mais profundamente o que foi esse movimento. As outras respostas relacionaram a imagem à luta dos negros, mas sem especificar qual.

Imagem 2 - Luiza Mahin

Luiza Mahin, teve um papel de destaque na Revolta dos Malês, na Bahia. Normalmente se referem a ela como sendo natural da Bahia e tendo nascida livre por volta 1812, porém há indícios que apontam que era pertencente à etnia Jeje e foi transportada para o Brasil para o trabalho escravo. Luiza tornou a sua casa em quartel general das principais revoltas negras que ocorreram em Salvador, em meados do século XIX. Participou da Revolta dos Malês de forma efetiva, uma das últimas revoltas de Africanos escravizados na Bahia, em 1835. Ela conseguiu escapar da violência

desencadeada pelo Governo Provincial e foi para o Rio de Janeiro, onde há indícios que a apontam como participante de outras rebeliões negras, sendo presa e, possivelmente, deportada para a África (GELEDES, 2020a).

Na questão em que foi apresentada a figura de Luíza Mahin e perguntado aos docentes qual fato histórico estava relacionado à mesma, foi percebido que a maioria relacionou a imagem à escravidão e à resistência, sem especificar a qual personagem histórico a mesma se referia, ou ainda, relacionando a imagem com outras personagens responsáveis pela resistência do povo negro por ocasião da escravidão, principalmente com a figura de Dandara. Apenas um dos professores entrevistados respondeu que havia relação com a Revolta dos Malês, sem, entretanto, citar o nome de Luíza Mahin.

Imagem 3: Canção Mestre Sala dos Mares

A canção mestre-sala dos mares foi composta por João Bosco e Aldir Blanc, tendo sua letra censurada pelo regime militar (1964-1985) por trazer ao público a figura de João Cândido Felisberto, que liderou a Revolta da Chibata em 1910. Entre as alterações na letra da música, podemos destacar a substituição de “marinheiro” por “feiticeiro” e “navegante” no lugar de “almirante” (GELEDES, 2020).

Em 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a anistia póstuma ao marinheiro João Cândido. No dia 20 de novembro de 2008, “Dia da Consciência Negra”, com a ausência da Marinha e do Ministério da Defesa, o presidente Lula reinaugurou, no Rio de Janeiro, à beira-mar, a estátua do “Mestre Sala dos Mares”(GELEDES, 2020b).

No mesmo questionário, foi apresentada a imagem com a música “Mestre Sala dos Mares”, comparando-se sua letra original e a letra alterada, devido à censura imposta pela ditadura militar de 1964 e feita a seguinte pergunta “A letra da música "Mestre Salas dos Mares", de Aldir Blanc e João Bosco, foi censurada pelo regime militar devido a referência a um dos heróis negros da nossa história. Como você trabalharia esse tema

em sala de aula?”. Dos docentes respondentes apenas um relacionou a letra da música à Revolta da Chibata, sem, entretanto, explicitar como trabalharia o tema. Outro docente, referiu-se ao Dragão-do-mar, e a maioria não fez menção ao nome de João Cândido, herói da Revolta da Chibata.

Considerações finais

A partir das respostas apresentadas, pode-se perceber que os heróis do movimento negro de nosso país continuam sendo pouco conhecidos por boa parte dos professores. Constata-se que tais personalidades e os acontecimentos aos quais participaram, são tratados de modo genérico; relacionando-os ou à escravidão, ou a resistência à mesma, sem, entretanto, especificar quem seriam essas pessoas ou a quais movimentos de resistência estão ligados.

As imagens e a letra da música, quando devidamente historicizadas, problematizadas, desconstruídas e interpretadas enquanto documentos históricos, são fontes de construção do conhecimento para a temática da cultura afro-brasileira, obrigatória perante a Lei nº 11.645/08, servindo como materiais pedagógicos para o desenvolvimento de habilidades específicas do Currículo Paulista. Entretanto, pela falta de conhecimento por parte dos professores, referido recurso pedagógico, pode ser erroneamente utilizado, por gerar anacronismos e, até mesmo, perpetuar a narrativa de construção do conhecimento a partir de uma visão eurocêntrica, desconexa dos valores sociais e culturais que constituem a história brasileira.

Conclui-se que, apesar da existência de disposição legal que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, ainda há a necessidade de aperfeiçoamento constante do docente, por meio de uma formação continuada que desperte uma postura crítica e reflexiva hábil a reconhecer e valorizar a contribuição de grupos sociais e étnicos na construção da democracia, e na superação de desigualdades e preconceitos.

Referências

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. **A inclusão da história afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica**. Revista Mestrado em História, v. 12, n. 1, jan./jun. Vassouras: 2010, p. 71-84.

GEBRAN, Raimunda Abou; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; PONCIANO, Deize Dense. **Proposta Curricular de história: considerações acerca da história e da cultura afro-brasileira**. Educação em Revista, v. 11, n. 2, jul./dez. Marília: 2010, p. 75-94. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/2322>>. Acesso em: 14.09.2020.

GELEDES. **Luíza Mahin**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/luiza-mahin/>. Acesso em 19.10.2020^a.

_____. **Mestre sala dos mares**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ha-135-anos-nascia-o-mestre-sala-dos-mares/>. Acesso em 19.10.2020b.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. "Sou escravo de oficiais da Marinha": a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo , v. 36, n. 72, p. 151-172, ago. 2016 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882016000200151&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19.10.2020.

RIBEIRO, Darcy. **Teoria do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1972.

SÃO PAULO (Estado). **Currículo do estado de São Paulo: ciências humanas e suas tecnologias**. São Paulo: SEE, 2017.

SOUZA, G.B; LUZ, A.B. Representações e uso das imagens de mulheres negras nos livros didáticos de história: uma análise realizada na escola estadual Adolfo de Menezes-Araguaína/Tocantins. **Humanidades e Tecnologias**. v.17 n.1. 2019.

Trabalho 2

Da fala à internet: as práticas comunicacionais dos indígenas da Comunidade Truaru da Cabeceira em Roraima ¹ (299958)

Ariene dos Santos Lima ²

Vângela Maria Isidoro de Morais ³

Introdução

Este resumo versa sobre os processos de comunicação na comunidade indígena Truaru da Cabeceira, no município de Boa Vista (Roraima), a partir de uma visão que integra as práticas comunicacionais ao modo de vida e ao cotidiano étnico. A escrita expõe a vivência de uma das autoras que é indígena e moradora da referida comunidade, como forma de aproximar o campo acadêmico, por meio da elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso e os saberes tradicionais amazônicos. A comunicação é refletida desde as suas formas mais elementares como a fala, até as experiências mais recentes com a internet.

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Indígena da etnia Wapichana. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). É jornalista no Conselho Indígena de Roraima (CIR) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8179797932857912> E-mail: arienesusui@gmail.com

³ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em Ciências da comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e graduada em Comunicação Social (UFC). É professora do curso de Jornalismo e do curso de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/344575835722488>. Link Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8952-7834> E-mail: vangela.morais@ufrr.br

A escrita de si como narrativa de pertencimento coletivo

Faço parte de uma das onze etnias do estado de Roraima. O povo Makuxi é o mais numeroso e eu pertenço à segunda maior etnia, sou Wapichana. Nasci na comunidade indígena Truaru da Cabeceira, região Murupu, localizada no município de Boa Vista, capital do estado, em uma pequena casa coberta de palha. Foi naquele território que construí minha história até os 18 anos de idade. No meu registro geral em cartório me foi colocado o nome de Ariene dos Santos Lima, mas na escola da comunidade, principalmente na aula de língua materna, sempre me chamavam de “Susui”, que em Wapichana significa “Flor”.

No ano de 2015, saí da comunidade em busca de uma chance de dar continuidade aos estudos. Entrei na Universidade Federal de Roraima (UFRR) pelo Processo Seletivo Diferenciado e Específico (PSEI), uma via de acesso conquistada pela luta dos povos indígenas. A presença na universidade foi um espaço de valorização cultural e percepção crítica das distorções sociais. Tornei-me jornalista em 2019.

A escrita sobre mim evoca o sentido da minha comunidade. Localizada a 65 km de Boa Vista, Truaru da Cabeceira recebe este nome em alusão ao rio Truaru que corta parte do território. A etnia predominante na comunidade é Wapichana, do tronco linguístico Aruak. A demarcação foi realizada em formato de ilhas. O território possui uma extensão de 5.652 hectares e nesse espaço funcionam duas escolas, um posto de saúde e quatro igrejas evangélicas e uma católica.

A historicidade dos processos comunicacionais na comunidade indígena

A oralidade é o recurso primário do processo de comunicação. Segundo os mais velhos da comunidade, a fala foi a técnica que permitiu mobilizar um conjunto rico de experiências, onde não havia nenhum outro

recurso tecnológico. O diálogo sempre foi muito importante para estruturar a comunidade na esfera do vivido, do concreto.

Um outro momento do processo comunicacional nas comunidades indígenas vem com a escrita. A presença de uma educação formal, pensada em modelos e padrões exógenos à comunidade, desencadeou várias situações de violência simbólica, por meio da sonegação da cultura indígena e sua classificação como de expressão inferior a ser substituída.

O processo da formação dos professores foi uma das estratégias do movimento indígena, com intuito de formar indígenas para assumir as escolas nas comunidades. A missão Surumu, hoje denominada Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol é um importante espaço para a luta dos nossos povos indígenas em Roraima, pelo acesso à escrita como etapa comunicacional transformadora. A escrita de alguma forma foi uma estratégia para sobrevivermos na sociedade não indígena. "Antes nós lutávamos apenas como nossa força, hoje lutamos com a caneta e o papel também", destacou o professor Enilton André da Silva.

A presença da energia elétrica em 2005 trouxe aos moradores outros elementos de comunicação, como por exemplo a televisão, como signo da "comunicação de massa". A novidade marca um momento histórico e foi celebração com o apagar das lamparinas, danças e rituais. O rádio se fez mais presente, porque antes mesmo da energia elétrica, os rádios tiveram uma participação importante nesse espaço, pois funcionavam por meio de pilhas.

Os elementos convencionais de mídia de massa, como o rádio e a televisão passaram a fazer parte do cotidiano da comunidade indígena e a alterar as relações sociais do grupo. Segundo o tuxaua da comunidade, Altacir Duarte, quando ele era criança havia uma televisão no centro da comunidade, e que funcionava por meio de um motor movido à diesel. A TV ficava bem no centro do antigo malocão de reuniões. Ele relata que a noite os moradores iam para lá, todos juntos. A televisão hoje presente na maioria das casas na comunidade indígena nos leva à necessidade de refletir sobre o consumo cultural desse meio de comunicação, especialmente

pela disseminação de uma cultura ocidental e as tensões com o modo de viver dos moradores.

Ao longo desses processos da inclusão de outros veículos de comunicação na vida cotidiana da comunidade, a internet, em um período muito recente, vem ocupando seu espaço, trazendo consigo outros elementos que incluem o uso de computadores, notebook e celulares.

Cada vez mais as comunidades estão à frente dos dispositivos digitais, e esse uso em potencial é um indício da importância em se buscar conteúdos produzidos por nós e que reflitam nosso próprio interesse.

Assim é que ainda durante o curso de Jornalismo, ao me familiarizar com as tecnologias digitais, busquei uma forma de produzir uma comunicação mais vinculada às necessidades da minha comunidade e região. Foi então que criei a página no Facebook denominada “Rede Região Murupu”, com o intuito de exercer meu conhecimento e operar técnicas em prol das nossas causas. As publicações na “Rede região Murupu” ocorre em média a cada 15 dias, ou conforme recebemos as informações diretamente da comunidade. A grande dificuldade ainda é com a falta de equipamentos e a formação continuada dos comunicadores indígenas para uma melhor divulgação das atividades da região.

A rede é uma das poucas páginas no estado que foi feito por pessoas da própria comunidade e com conteúdo voltado para os mesmos. Hoje, esta iniciativa tem inspirado indígenas de outras regiões, como forma de dar visibilidade para as suas comunidades.

De modo geral, percebemos que a introdução da escola e o código da escrita, assim como a presença gradual dos veículos tradicionais de comunicação e, mais recentemente, a internet, são estágios de comunicação que se inseriram de forma brusca na comunidade Truaru da Cabeceira, não respeitando o direito de consulta prévia, livre e informada, como garante a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), exatamente pelo potencial de alteração do grupo social que representa.

Ao longo dos anos os processos comunicacionais na comunidade vêm mudando. Nas entrevistas, as lideranças ressaltaram suas formas de comunicar no passado, antes de surgir a escrita, suas lutas para a conquista dos territórios e a necessidade de ter o domínio das palavras escritas para a sobrevivência dos nossos povos. Essa etapa desencadeou novos caminhos e horizontes para as comunidades indígenas. Lèvi (1999, p. 114) destaca que a escrita abriu um novo espaço de comunicação desconhecido para as sociedades orais, dessa forma ampliando as relações entre pessoas e culturas, mesmo que muitos destes estivessem a quilômetros de distância. Essas conexões se refletem nas comunidades indígenas na atualidade.

Mas outros aspectos a considerar na implementação de diferentes formas de comunicação nas comunidades indígenas. Especialmente por meio da multimídia indígena, do potencial de apropriação dessas tecnologias e linguagens para levar a sociedade a conhecer as demandas e a situação de cada etnia. Desta forma, as comunidades começam a falar sobre si, o protagonismo aparece, tornam-se visíveis, pois durante anos a invisibilidade e a distorção da imagem indígena dominaram a comunicação local, como demonstra o estudo da jornalista Mayra Pereira (2016). O histórico marcado pela violência com os povos indígenas em Roraima e no Brasil levou nossa população a procurar meios para manter viva a cultura, tradição e costumes.

Os desafios se atualizam conjuntamente com as formas de comunicação. Esse contexto de pandemia que atravessamos acentua a gravidade de outros ataques históricos aos povos indígenas. Mas hoje podemos escrever, gravar, fotografar nossas memórias por meio dos dispositivos digitais. A internet na comunidade Truaru, que ainda é um aspecto novo, permite que a comunidade possa interagir com o mundo. AGUILAR (2018) traz essa percepção como o 'renascer étnico' no ambiente comunicacional global, como um acontecimento social, político e cultural, que possibilita o conhecimento e protagonismo dos povos indígenas frente ao crescimento das tecnologias de informação e comunicação.

A forma de comunicação pela oralidade ainda é um dos pontos fortes das comunidades indígenas, percebida por meio das assembleias, reuniões e rituais. Apesar da entrada do meio digital, a prática da fala é especialmente convergente e muito utilizada, principalmente pelas lideranças tradicionais. Destaca-se, por fim, a importância de ressignificar as formas tradicionais de comunicação, pois nelas estão guardados os segredos dos pajés, dos espíritos dos ancestrais. Ou seja, a tecnologia pode ser preenchida por esses sentidos e memórias, para que os filhos e netos conheçam os desafios e a beleza de ser indígena.

Referências

- AGUILAR, A. **O protagonismo comunicacional-informacional-digital indígena na sociedade da informação: antecedentes, experiências e desafios**. Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social “Disertaciones”, 11(2), 104-127. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/xml/5115/511555883007/index.html> Acesso em 14 abr de 2019.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MAGNABOSCO, Gislaine. **Da cultura Oral à Cibercultura: Retrospecto das tecnologias ao longo do tempo**. Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade de Guairacá, Paraná, 2009, v.02, p. 1-14.
- MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Cultrix: Record. 1969.
- MONARCHA, H, M, Alonso. **Redes sociais e sociedades indígenas: entre dígitos e jeni-papo**. 2012. 129f. Dissertação (Mestrado) - Universidade da Amazônia, Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura, Belém, 2012.
- MORAIS, Vângela M. I. **Reminiscências: Os Processos Constitutivos da Comunicação na Pesquisa com os Makuxi e suas Práticas Religiosas**. In: XVI Congresso de Ciência da Comunicação da Região Norte, 24-26, 2017. Manaus/AM: Faculdade Boas Novas, 2017.15 p.

OLIVEIRA, P, Bruno. **Mídia índios (a): Comunidades indígenas e novas tecnologias de comunicação**. 1º ed. São Paulo: Brochura, 2016. 96 p.

ONG, Walter J. **Oralidade e cultura escrita**. Campinas. Papirus, 1998.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum – comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PASSEGI, C, Maria. **Tendência de pesquisa (auto) bibliográfica**. Natal, ed. EDUFRN; São Paulo, 2008, 363 p.

PERUZZO, Cícilia. **Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania**. 3ª ed. São Paulo: Vozes, 2004. 342 p.

RESTREPO, J. Mariluz. **Comunicación para la dinámica organizacional. Colombia: Signo y Pensamiento**, 26, 1995, Bogotá (XIV) Universidad Javeriana: Facultad de Comunicación y Lenguaje, 1995, p. 91-96.

SANTOS, S, Boaventura. **Para descolonizar Occidente : más alla del pensamiento abismal** .1 ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales , 2010. 144 p.

SILVA, Midiel. **Experiência, da Comunidade Indígena Truaru com a educação escolar indígena: Escola Estadual Indígena Rosa Nascimento**. 2016. 51 f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia/ Graduação) –Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

SILVA, Mayra. **Etnojornalismo, estratégias de comunicação e o protagonismo indígena: um estudo de caso no conselho indígena de Roraima**. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2016.

Trabalho 3

Epistemologia Iorubá/Nagô: análises de poemas afro-brasileiros e africanos ¹ (299958)

Camila Bastos Lopes da Silva ²

Carla Regina Santos Paes ³

José Guilherme de Oliveira Castro ⁴

Arkhé e pensamento Ioruba/ Nagô

Na ritualística ioruba, questões como equilíbrio de forças, ambiguidade do transe e as metamorfoses de gênero são confrontadas com o pensamento cristão. A mística afro está visceralmente marcada pela temporalidade presente e pela força da corporeidade coletiva, cuja força ontológica consiste na prioridade da comunidade sobre o indivíduo. “Na Arkhé nagô, o corpo empírico torna-se possível pela corporeidade transcendental do grupo” (SODRÉ, 2017, p. 96).

Muniz Sodré (2017) no livro: *Pensar Nagô* argumenta que a Arkhé africana consiste em uma cerimônia em que, após a morte de um membro de uma comunidade, são reverenciados os ancestrais. Além disso, essa filosofia argumenta que uma parte do divino é humana e a outra pertence

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutoranda em Comunicação, Linguagens e Cultura pela UNAMA, mestre em Letras pela PUC-GO. E-mail: camilabastos_19@yahoo.com.br

³ Doutoranda em Comunicação, Linguagens e Cultura pela UNAMA, mestre na mesma instituição. E-mail: paes.c@globlo.com

⁴ Doutor em Letras pela PUC- RS. Atualmente é professor titular da UNAMA e docente permanente do Programas de Pós-graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da UNAMA. <http://lattes.cnpq.br/4564267097302078>. E-mail: jgpsico.letras@gmail.com

à ordem do suprarracional, o humano diretamente relacionado ao Eros. Dessa maneira, os “orixás nagôs são zelados como princípios cosmológicos contemplados no horizonte de restituição de uma soberania existencial [...] a continuidade de outra forma coletiva de subjetivação” (SODRÉ, 2017, p. 90). Assim, esse pensamento comunga com toda filosofia de reconstrução das formas de existência a partir do outro. Trata-se de um eterno renascimento através de um logos circular que rememora e revivencia as origens ancestrais, um tempo de pregnância ancestral, a partir de uma corporeidade coletiva que agrega também os antepassados. Nesse momento, a morte deixa de ser vazia de sentido e passa a ser ritualizada.

Nessa forma coletiva de subjetivação, metaforizada em terreiros, a memória incide sobre as formas de ser e pensar do indivíduo. Esse espaço reterritorializado torna-se solo mítico da origem, espaço ritualístico. Lugar onde corpos e territórios se aproximam. Desse modo, o terreiro é o espaço em que o inexistente se torna existente, implica em:

Um tipo novo de subjetivação, em que ocupam um primeiro plano a experiência simbólica do mundo, o primado rítmico do existir, o poder afetivo das palavras e ações, a potência de realização das coisas, as relações interpessoais concretas, a educação para a boa vida e para a boa morte, o paradigma comunitário, a alegria frente ao real e o reconhecimento do aqui e agora da existência [...] decorre daí a grande importância outorgada ao corpo, já que não se trata de uma subjetivação ancorada em estruturas lógicas de representação, mas nos posicionamentos de potência corporal inscritos num território [...] nesse território, o corpo abriga as representações do cosmo e de todos os princípios cosmológicos, portanto, as divindades (SODRÉ, 2017, p. 100- 101)

O autor argumenta também que enquanto o cristianismo levou em conta a cisão entre corpo e espírito, o pensamento ioruba valoriza a visão ancorada na potência corporal inscrita num território. Nessa visão, o corpo está vinculado ao sagrado porque apreende as raízes da existência, desse modo, a experiência sacra é mais corporal do que intelectual. O autor também argumenta que a pessoa é constituída de uma parte material e por

uma parte imaterial. As partes inseparáveis do corpo, segundo essa visão, são a cabeça (ori) e o suporte (aperê). Nesse sentido, no suporte são guardadas forças que mobilizam e asseguram a existência individual por meio do princípio cosmológico EXU “alojado no próprio corpo do indivíduo (Bara- aiê). Exu é ademais o intermediário entre os homens e os orixás” (SODRÉ, 2017, p. 117).

A seguir, a imagem de Exu é recontada a partir do poema. Nele, o caráter erótico-transgressor de Exu é reforçado e a partir do uso do prefixo (ex) cultura, há um jogo polissêmico entre as palavras “escultura” e ex(cultura)- cultura que deixou de ser contemplada” e (o) culto que ora denota que Exu era invisibilizado, ora polissemicamente demonstra a palavra culto, por meio de um jogo linguístico. A imagem de Zeus “de quatro” e de Exu eroticamente dominando, exprime, a partir da linguagem do poema, o combate à heteronormatividade, assim como exalta simbolicamente o poder fálico de Exu sobre Zeus. Reescreve-se o mito subalternizado de Exu por meio da linguagem, tendo em vista que, de acordo com Gomes (2019), uma das variadas características de Exu na cultura ioruba é sua virilidade. “Suas imagens retratam vitalidade sexual, energia libidinal, desejos ardentes, virilidade acentuada [...] é o patrono da cópula, responsável pela sexualidade” (GOMES, 2019, p. 53-55). Ele representa poder de movimento, cruzamento de fronteiras entre vida e morte. Seu falo interliga “os dois mundos na cosmologia religiosa ioruba” (PELTON, 1980, p. 145-146 apud GOMES, 2019, p. 53).

No poema a seguir, o caráter sexual avantajado de Exu demarca o chamado Exu- Legba. Conhecido como um deus de falo avantajado muito cultuado na tribo fon (Abomé). Seu caráter contraditório, talvez tenha sido responsável pela construção dúbia de sua imagem, sendo ele “intermediário entre os deuses, o comunicador e o senhor do acaso no destino das pessoas” (GOMES, 2019, p. 54), mas rebaixado ao caráter diabólico e medonho, ao contrário de Zeus, mais reconhecido na mitologia. “De quatro, Zeus figura em (ex)cultura nativa o(culto) orixá Exu vai comendo-lhe o cu”(Márcio Barbosa – CN 13, p.46)

Gomes (2019) ressalta que os santuários de Exu na África ioruba geralmente são compostos por montes fálcos de terras colocados na entradas das casas, estabelecimentos públicos e encruzilhadas. É representado por uma figura feminina e masculina ou hermafrodita, “segurando os seios nas mãos, com um pênis permanentemente ereto, compartilhando o impulso sexual insaciável que está em busca de gratificação sexual. Ele transcende as fronteiras de gênero” (PELTON, 1989, p. 120-130 apud GOMES, 2019, p. 54). Assim:

Numa canção popular iorubá descrita por Wescott (1962), o pênis de Eshu-Elegba é uma ponte que parte na travessia do rio deixando as pessoas cair. Pênis responsável pelos sonhos imorais, pelas relações adúlteras nada convencionais. Instinto sexual capaz de envolver as pessoas proporcionando-as fertilidade. Eshu-Elegba é o violador de tabus. O dissimulador de discórdias, elemento perturbador da ordem, ícone da criação. O poder de criar está Nele (PELTON, 1989, p. 120-130 apud GOMES, 2019, p. 54)

No poema da escritora afro-brasileira Marise Tietra a seguir, conseguimos observar a força da transa a partir das anáforas e das aliterações (vai- vem- entra- sai), além do uso das onomatopeias e das reticências que concedem musicalidade ao verso, construído a partir de um formato modernista. O ato de cópula e de gozo são ritmados a partir do jazz, pois, conforme afirma Muniz Sodré, a música é elemento central para a manifestação do axé, haja vista que a partir do ritmo, a vida encontra sua forma originária de libertação. Desse modo, o gozo transforma-se em potência entre corpos que na forma rítmica se interpenetram, são corpos negros que transcendem interditos ao ritmo do jazz (polissemicamente apresentado como o ruído do gozo), pois esse ritmo musical também representa um ato de resistência:

*Você entra... você sai... eu sus... eu sus... você vem... você vai... eu piro... piro...
você faz tudo você entra... você sai...eu hummm... hummpmmh você vem... você
sai... eu deixo você vem... você entra... você sai.. eu deixo você entra... você
vem... fundo fundo eu fecho você jazz. (Marise Tietra – CN 5, p.59)*

Desde o processo de escravização, conforme define Hooks, o corpo da mulher negra tem sido visto como “símbolo quintessencial de uma presença feminina natural e orgânica, mais próxima da natureza animalística e primitiva”. (HOOKS, 1982, p.468), por isso, os poemas apresentados na pesquisa são de fundamental importância porque transfiguram corpos negros que eroticamente performatizam a Arkhé Africana. São corpos que ritualmente personificam o transe místico, cujo porta-voz é Exu. Neles, a transa se imbrica ao transe, por intermédio de uma temporalidade cíclica. Assim, o corpo, metáfora da potência coletiva renasce ritmicamente, tornando-se corpo-axé, que alcança uma dimensão transcendental. Dessa forma, os poemas transfiguram as vozes ancestrais que ressoam a partir dos corpos negros e assim, subvertem os interditos impostos desde o processo de escravização do povo negro.

Referências

GOMES, Adriano Oliveira Trajano. **Narrativas sobre dinâmicas sexuais de Exu no território sagrado da umbanda nos terreiros de Viçosa** – João Pessoa, 2019.

HOOKS, Bell. **Ain't I a woman**. Black women and feminism. London: Pluto Press, 1982.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô** – Rio de Janeiro: Petrópolis, 2017.

Trabalho 4

Narrativas virtuais e as sociedades indígenas da Bahia: o uso das redes sociais digitais e suas implicações na educação intercultural no contexto da pandemia do Covid-19 ¹ (299861)

Mirela Silva Ferreira ²

Este trabalho se trata de um relato de experiência vivenciada e proporcionada pelo “Curso de Extensão EDIP/IFBA - Educação Intercultural e Sociedades Indígenas no Contexto da Pandemia do COVID-19, em EaD: construção de materiais didáticos digitais” que foi um projeto de extensão contemplado e financiado pela Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), através da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação (PRPGI) e da Pró Reitoria de Extensão (PROEX) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) que selecionou projetos com a finalidade de propor soluções para a prevenção e/ou enfrentamento da COVID-19, no âmbito do Estado da Bahia, de seus territórios de identidades e seus municípios. Iniciado no mês de Junho de 2020 e finalizado no mês de Setembro do mesmo ano, o Curso EDIP teve como objetivo principal, possibilitar a qualificação de profissionais da Educação Escolar Indígena e as Lideranças das Sociedades Indígenas do estado da Bahia, na modalidade EaD, através do uso das tecnologias educacionais

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Graduanda de Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal da Bahia - Campus Salvador, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460361920633469> e E-mail de Contato: mirelaferreira@gmail.com

e das redes sociais digitais. Também teve o intuito de, facilitar a criação de materiais didáticos digitais produzidos pelos próprios cursistas indígenas para estabelecer diálogos com a diversidade dos saberes/fazeres tradicionais considerando a crise associada à COVID-19 e reforçar a valorização da temática indígena através da educação intercultural articulada aos saberes tradicionais das sociedades indígenas da Bahia, com base na Lei nº 11.645, de 10 Março de 2008 que altera a Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, modificada pela Lei Nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Constituindo a equipe de Professores/Facilitadores do Curso de Extensão EDIP, tivemos a Coordenadora da proposta, Prof.^a Me. Thelma Ramos; Prof.^a Dr.^a de Língua Portuguesa, Fátima Santiago; o Prof. Dr. e Psicólogo Samir Mortada, e a Prof.^a Marilene Pataxó, representante da Coordenação de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Esta equipe de professores ficou responsável por realizar aulas expositivas, rodas de conversas convidando palestrantes externos ao projeto, e realizar orientações junto aos professores e lideranças indígenas para a confecção dos seus materiais didáticos digitais. E, a equipe técnica, que foi composta por três estudantes do Instituto Federal da Bahia, dos cursos de Graduação de Licenciatura em Geografia - IFBA Campus Salvador, Técnico em Eletromecânica - Campus Vitória da Conquista e do Técnico em Edificações - Campus Salvador. Esta equipe técnica ficou responsável por criar cards expositivos das web-aulas, divulgar e engajar a comunicação nas redes sociais (Facebook, Instagram e WhatsApp) do Curso EDIP, editar e postar as web-aulas gravadas no Canal do YouTube, interagir com os cursistas e público externo ao curso nas plataformas digitais, criar listas de presenças e verificar a frequência dos cursistas, realizar o levantamento dos materiais didáticos digitais entregues, acompanhar e ajudar em qualquer dificuldade apresentada pelos cursistas na interação com a plataforma do Google Salas, mediar a comunicação entre

os cursistas, não-cursistas com os palestrantes e professores, e tentar facilitar os cursistas em relação a qualquer barreira virtual tecnológica que pudesse ser superada. Também vale mencionar que as duas estudantes do IFBA - Campus Salvador, foram estudantes bolsistas oriundas dos Projetos de Educação Intercultural e Sociedades Indígenas dos Programas Universais do IFBA, onde tais projetos foram realizados entre os anos de 2018 a 2020, e tiveram como intuito, tecer diálogos diretos sobre com a temática indígena a partir da implementação da Lei 11.645/2008, envolvendo os estudantes, professores e servidores do IFBA - Campus Salvador e as sociedades indígenas do Estado da Bahia, através de rodas de conversas, seminários, feiras culturais e mostras de vídeos e fotografias.

Dividido em cinco módulos (I - Diagnóstico Social e Participativo da Educação Indígena; II - Projeto de Intervenção para Prevenção/Enfrentamento da Pandemia do COVID-19; III - Políticas Públicas de Educação Escolar Indígena; IV - Direitos Humanos e Desigualdade Social e V - Saúde e Saberes Indígenas) o Curso EDIP, atingiu a quantidade de vagas prevista de cem professores, professoras e lideranças indígenas abrangendo os Povos Tupinambá, Tuxá, Pataxó, Guarani, Kaimbé, Pipipã de Kambixuru, sendo a maioria das comunidades indígenas da Bahia, antes da data de encerramento das inscrições. E, devido a grande busca nas redes sociais (Instagram e Facebook) e a quantidade elevada de interessados nas temáticas apresentadas nos módulos do Curso EDIP, foi adotada a opção de salvar as transmissões das web-aulas (que ocorriam em formato de transmissão ao vivo, na página do Facebook do Curso EDIP) e posteriormente, compartilhar esta aula gravada em uma plataforma de compartilhamento de vídeos (YouTube) fora da plataforma do Facebook, para os não-cursistas interessados, que não tinham acesso a plataforma adotada, pudessem também ter acesso a todo conteúdo de cada módulo. O Curso EDIP também adotou diversas plataformas digitais e redes sociais para sustentar a comunicação entre os cursistas, não-cursistas, equipe técnica, palestrantes e os professores proponentes do curso. Essas plataformas digitais e redes sociais escolhidas foram selecionadas levando em consideração a opinião

dos cursistas e a facilidade de adaptação para a realidade do ensino a distância no contexto da pandemia do COVID-19, pois, muitas localidades onde os cursistas residiam durante a execução do Curso EDIP, não tinham o aporte tecnológico avançado necessário para que fossem realizadas atividades de alto demanda das tecnologias da informação e comunicação.

O Facebook (facebook.com/educacaoindigenaepandemia), foi a plataforma anfitriã que conferiu aporte tecnológico acessível para realizar as transmissões das web-aulas em formato de lives, as divulgações dos informes referentes as web-aulas seguintes, prazos de envio das atividades propostas e, a plataforma também serviu para verificar a frequência dos cursistas que estavam engajados com as publicações e as lives que ficaram armazenadas na plataforma mesmo após o encerramento das transmissões ao vivo. Já o Instagram (instagram.com/edip.ifba), que é uma rede social de compartilhamento de fotos e vídeos de propriedade do Facebook, foi uma plataforma utilizada principalmente para realizar a divulgação dos panfletos virtuais das web-aulas, informes referente aos prazos, informações sobre a equipe de professores e estudantes constituintes da proposta, material de apoio, dicas de prevenção/enfrentamento do COVID-19, boletins informativos sobre a velocidade de contaminação do vírus e os comentários (em formato de imagens) dos cursistas ao final de cada transmissão ao vivo para os palestrantes convidados, tanto no perfil do Curso EDIP, quanto no feed da Página do Facebook, graças a tecnologia integrada entre essas redes sociais que permite a publicação simultânea em ambas plataformas. Já com a criação de um Canal no YouTube para o Curso EDIP, foi possível fornecer através de uma plataforma de compartilhamento de vídeos, um espaço virtual para que as web-aulas gravadas e disponibilizadas para consulta online, fossem publicadas e difundidas para os interessados nas temáticas de cada encontro virtual que não teriam acesso a plataforma do Facebook. Já o WhatsApp, que é uma multiplataforma de mensagens instantâneas, serviu como um mecanismo de comunicação geral entre os estudantes, professores, palestrantes e cursistas inscritos interagirem, tirarem suas dúvidas, receberem avisos referentes às datas e

horários das web-aulas e também enviar as atividades propostas pelo curso, em caso de alguma dificuldade tecnológica com a plataforma designada para realizar o envio das atividades. E por fim, o Google Salas, que é uma plataforma gratuita desenvolvida pelo Google com o objetivo de facilitar a criação, difusão e avaliação de atividades, e que foi utilizada pelo Curso EDIP, com o intuito de dinamizar o processo de compartilhamento de arquivos entre os professores e cursistas, tornando este recurso virtual como uma espécie de plataforma de concentração dos materiais didáticos digitais produzidos pelos professores indígenas cursistas.

As atividades desenvolvidas ao decorrer do Curso EDIP, ocorreram a partir de Ciclos de Diálogos Interculturais, divididos em cinco módulos, com o uso da metodologia de web-aulas abordando os seguintes temas: O primeiro Módulo intitulado, *Diagnóstico Social e Participativo da Educação Indígena*, iniciado no mês de Junho de 2020, registrou a presença do Prof. Awoy Pataxó e da Prof^a. Me. Márcia Kambeba, dialogando sobre a Educação e a Literatura indígena como recursos fundamentais para criação de materiais didáticos; O segundo Módulo intitulado, *Projeto de Intervenção para prevenção/enfrentamento da Pandemia do COVID-19*, iniciado em Julho de 2020, contou com a presença da ativista da causa indígena, Aline Kayapó, Prof. Francisco Vanderlei e do Prof. Dr. Edson Kayapó, dialogando sobre o processo de criação do Projeto de Intervenção Pedagógica Indígena, a união da Educação e as Línguas Indígenas para a elaboração dos materiais didáticos e sobre a Educação e a Cultura Indígena no contexto da Pandemia do COVID-19; O terceiro Módulo intitulado, *Políticas Públicas de Educação Escolar Indígena*, iniciado no final do mês de Julho de 2020, contou com a presença do Prof. Dr. Gerser Baniwa, Prof. Dr. Jonildo Viana, Prof.^a Rosilene Tuxá, Prof. Me. José Carlos Tupinambá, Edivan Fulni-Ô e da Advogada Dr.^a Samara Pataxó, dialogando sobre as Legislações Nacionais, as Diretrizes Curriculares Educacionais, as Violações dos Direitos e sobre as Vulnerabilidades dos Povos Indígenas da Bahia; Já o quarto Módulo intitulado, *Direitos Humanos e Desigualdade*

Social, iniciado no mês de Agosto de 2020, contou com a presença do Advogado Dr. Dinaman Tuxá, Prof. Kamasary Pataxó, Prof.^a Amanayara Tupinambá, Prof.^a. Patioba Pataxó, Prof.^a. Erilsa Pataxó, Prof. Dr. Daniel Munduruku e do Aprendiz de Pajé, Ubiraci Pataxó, dialogando sobre os Direitos Humanos, Desigualdade Social, Literatura Indígena, Cura, Memória e a Ancestralidade no Contexto da Pandemia; O quinto e último Módulo intitulado, *Saúde e Saberes Indígena*, iniciado e finalizado no mês de Setembro de 2020, contou com a presença da Prof.^a. Me. Nádia Tupinambá, Prof. Cacique Ramon Tupinambá, Advogado e ativista Dr. Daniel Marques, Prof. Jerry Matalawê e da Liderança Maura Titiah, dialogando sobre os Conflitos, Processos de Criminalização de Lideranças Indígenas, Saberes Indígenas e sobre a Importância das Ervas Medicinais para a Cura Tradicional.

Ao final do Curso de Extensão EDIP, foram contabilizados cinquenta materiais didáticos digitais produzidos coletivamente pelos professores indígenas cursistas, sendo destes; vinte e nove narrativas indígenas no formato de jornais pedagógicos digitais; onze boletins informativos digitais; cinco gravações de vídeos no formato de portfólios online e cinco dicionários culturais virtuais, com o intuito de promover a prevenção/enfrentamento da Pandemia do COVID-19. Os materiais didáticos digitais foram disponibilizados na página do Facebook do Curso de Extensão EDIP e serão impressos e entregues para os professores indígenas cursistas. Além disto, também houve o aperfeiçoamento das noções tecnológicas dos cursistas, voltadas para a prática da educação a distância, utilizando as tecnologias da informação e as redes sociais como ferramentas educacionais. Este aperfeiçoamento das noções tecnológicas, ocorreu fora dos horários previstos para as web-aulas, em formato de mediações pedagógico-virtuais, feitas pela equipe de estudantes do Curso EDIP para os professores cursistas inscritos, via WhatsApp, Facebook, Instagram e Google Salas. Outro resultado notório para equipe, pôde ser observado nas redes sociais do Curso de Extensão EDIP que reunidas, alcançaram 1.300 seguidores, 665 curtidas e 15.000 visualizações nas web-aulas nos perfis do Instagram,

Facebook e YouTube, ultrapassando a expectativa cotada a partir do número de cursistas inscritos. Sendo assim, é possível notar que, mediante ao uso cada vez mais intenso das ferramentas tecnológicas e das redes sociais, a educação e o processo de ensino-aprendizagem, não podem mais ser limitados ao espaço físico de uma sala de aula, e através das redes sociais e das tecnologias da informação e comunicação, é possível realizar também o processo de ensino-aprendizagem, da difusão dos saberes e da criação de novos conhecimentos. Portanto, a conclusão deste relato, se apresenta como um convite em forma de uma “porta aberta”, para que possam nascer novos diálogos e novas formas de difusão dos saberes já existentes. Mais do que utilizar as tecnologias como ferramentas educacionais, as redes sociais digitais, se apresentam como mediadoras de um processo de longas narrativas virtuais transformadoras e que podem ser utilizadas no processo educacional como novas formas de perceber a diversidade social, especialmente em relação a diversidade dos povos indígenas.

Referências

- BARRETO, R.G. (Org.). **Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.
- CAMACHO, A. C. L. F., Joaquim, F. L., Menezes, H. F. de, & Sant’ Anna, R. M. (2020). **A tutoria na educação à distância em tempos de COVID-19: orientações relevantes**. Research, Society and Development, 9(5), e30953151. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i5.3151>
- KAYAPÓ, Edson. A Diversidade Sociocultural dos Povos Indígenas no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? IN: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). **Educação em Rede: culturas indígenas, diversidade e educação**. Rio de Janeiro: SESC- Departamento Nacional, 2019. p. 56-80.

Trabalho 5

Nhandereko Guarani Mbya, Tekoa Araponga: o Ara e o Ywy, na voz do xeramõi (o modo de ser guarani Mbya na Aldeia Araponga: tempo e espaço, na voz do mestre) ¹ (300118)

Renato de Oliveira dos Santos ²

Karái Tataendy Oka ³

Samira Lima da Costa ⁴

Emílio Nolasco de Carvalho ⁵

Introdução

Embora no Brasil sejam descritas apenas três etnias principais (Kaiowa, Mbya e Nhandeva), o povo guarani é formado pelas etnias: Mbya, Nhandewa, Kaiowa, Tupi-guarani, Paraguai-guarani e Tambeope. Todas essas etnias estão sempre em deslocamento, em caminhada: em jaguatá.

O território tradicional Guarani Mbya abrange parte da Argentina, parte do paraguai, o norte do Uruguai, os estados do sul do Brasil e o litoral

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS/UFRJ. Lattes iD <http://lattes.cnpq.br/3192933847647903>. Email: renatosantos.adm@gmail.com.

³ Augustinho da Silva - Cacique da Aldeia Guarani Mbya Araponga (Paraty - RJ). É mestre docente do Encontro de Saberes na Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁴ Doutora em Psicossociologia e professora adjunta do departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Lattes iD <http://lattes.cnpq.br/1253895144833105>. Email: biasam2000@gmail.com.

⁵ Doutor em antropologia e professor adjunto do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Lattes iD <http://lattes.cnpq.br/6243258030063617>. Email: emiliocarvalho@id.uff.br.

desde o Rio Grande do Sul até Espírito Santo. A ocupação Guarani no litoral do Rio de Janeiro faz parte dos diversos processos migratórios realizados historicamente por estas etnias entre diversas aldeias presente na região da Mata Atlântica.

O povo guarani se desloca em busca da terra sem mal (*yvy marãey*), da terra preferida (*yvy Mirim*), o paraíso, onde, para se chegar, é preciso atravessar a grande água. Antigamente, os guaranis estavam sempre caminhando guiados pelo cacique ou pajé. Os pajés se juntavam e seguiam viagem a pé, buscando pela terra sem males, visitando aldeias, parentes, se reunindo...

Hoje, apesar das dificuldades, continuam se deslocando. O caminho que se faz até a terra sem mal, é o caminho bom (*tape porã*), que é também o caminho longo. Sandra Benites - guarani *nhandewa* - ressalta que o caminhar guarani constrói, para além do território geográfico, territórios existenciais.

No caminhar em busca da “terra sem males”, da harmonia e de alcançar o *Nhanderowai*, o destino do povo Guarani, se constroem as *tekoa* (aldeias). No estado do Rio de Janeiro, se estabeleceram sete *tekoa* guarani, sendo cinco no litoral sul: *Sapukaí*, (Bracuí - Angra dos Reis), *Itaxim* (Paraty Mirim - Paraty), *Guyra’i tapu* (Araponga, Patrimônio - Paraty), *Djevy* (assentamento Nhandeva, Rio Pequeno - Paraty), *Arandu Mirim* (Mamanaguá - Paraty). Duas outras aldeias estão localizadas na faixa litorânea da região metropolitana: *Ara Hovy* (Itaipuaçu - Maricá) e *Ka’guy Ovy Porã* (na restinga São José de Imbassai - Maricá).

Das oito terras indígenas do Estado do Rio de Janeiro⁶, apenas três foram homologadas: Aldeia *Sapukai*, *Guyra’i tapu* em 1995, e *Itaxim* em 1996. As Terras Indígenas *Djevy* e *Arandu-Mirim*, situadas no município de Paraty, estão em processo de identificação, enquanto *Ara Hovy* em Maricá tem terras próprias, doadas, e *Ka’guy Ovy Porã*, também em Maricá, tem situação de posse não delimitada.

⁶ Em 2015 começa a se estabelecer uma nova aldeia em Paraty - Aldeia Iriri Kânã Pataxi Ûi Tanara - etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe, grupo originário da Bahia.

A aldeia Araponga está localizada na região turística da Costa Verde, litoral Sul do Estado do Rio de Janeiro, integrando o território declarado Patrimônio Mundial da Humanidade. O território que contempla a cidade de Paraty e a Baía da Ilha Grande em Angra dos Reis foi reconhecido, em julho de 2019, pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como um patrimônio mundial misto. Ou seja, tanto cultural quanto natural, expressando a riqueza da diversidade local pela cultura viva, associada ao modo de vida e às referências culturais dos povos indígenas e comunidades quilombolas e caiçaras presentes na região.

Segundo Mendonça *et.al* (2017), no contexto do processo histórico de ocupação da região da Costa Verde, muitos destes grupos foram ameaçados e expulsos de seus territórios e colocados à margem de diversos projetos de desenvolvimento, influenciados. Neste cenário a história, a memória e a trajetória dos referidos grupos étnico-raciais situam-se na perspectiva de esquecimentos e silenciamentos construídos a partir de uma experiência histórica, muitas vezes, de violência e opressão.

Este texto traz o resultado das conversas feitas entre os quatro autores, tanto em encontros presenciais quanto em leituras e diálogos por meios remotos – a partir da quarentena imposta pela pandemia de COVID-19, em 2020. O texto foi construído a partir da narrativa do mestre xeramói Karáí Tataendy Oka, o Cacique Augustinho, e das conversas que fizemos ao longo dos últimos dois anos com ele. As narrativas foram compostas no dia a dia, pela manhã durante o café, ao longo do dia trabalhando na construção com o barro, ou na roça, durante as refeições coletivas ao lado do fogo à lenha, ao cair da tarde no momento de entrar na *opy* [casa de reza] e rezarmos para Nhanderu, pedindo sua proteção e agradecendo pelo dia.

Espaço: territórios e deslocamentos - O Jaguatá, o tape porã

Os Guarani Mbya se relacionam de modo tradicional com as áreas onde vivem, cercados pela mata atlântica e pelo mar. Estão e são sujeitos

de um contínuo processo de reorganização social, resultado das migrações na caminhada pela terra sem mal e também pela mobilidade entre as aldeias.

Diante dos novos contextos políticos e sociais impostos pela sociedade e seus modelos de produção capitalistas, onde a subsistência está baseada na propriedade e no acúmulo de capital, os guarani, que historicamente e por questões culturais se relacionam com a terra na prática da ocupação tradicional, na intinerância e na sazonalidade, são impactados a uma nova realidade, das demarcações e cessão de área, ao uso controlado e tutelado da terra, muitas vezes em processos conflituosos, que negam os saberes ancestrais e a cosmovisão, “alterando” a característica cultural dos guaranis.

Algumas aldeias acabam não conseguindo manter as crianças e formar novos pajés. Isso ajuda a reconfigurar as caminhadas, pois alguns deslocamentos são feitos em busca de conselhos e curas em outras aldeias. Benites (2018, p.84) destaca que os guarani das gerações mais novas se esforçam para dar continuidade ao modo de ser guarani e para garantir o acesso aos elementos principais que contribuem para o fortalecimento da identidade guarani, dentro do que acreditam ser o *nhandereko ete’i* (nosso jeito de viver verdadeiro). Segundo ela, “o juruá [os não indígenas], com suas atitudes e políticas, não só tiram a terra, mas também a possibilidade da harmonia e de alcançar o *Nhanderowai*, o destino do povo Guarani.”

Sandra Benites afirma que o *corpo é um território*. Do mesmo modo, Alberto Alvares, cineasta guarani Nhandeva e professor da língua guarani, diz: *a língua é nosso território*. Assim, na sociedade guarani, de modo geral, o corpo e a língua são a base da sabedoria principal. Para a autora o corpo é a relação com o outro e é fundamental para a construção da sabedoria, onde “a construção dos corpos físicos e simbólicos se faz de acordo com as necessidades e os ambientes, sempre levando em consideração a cosmologia e os costumes guarani” (BENITES, 2018, p.5).

Tempo: o encontro entre gerações – *xeramõis*, *xejarys* e *kyringues*

Antigamente era assim, todo mundo falava com o pajé e pedia conselhos: para sair, para ir até outra aldeia, para ir procurar alguma coisa no mato, mel, pescar... Tudo era com ele. *Antigamente* é um tempo que sobrevive nas memórias, e fala das infâncias dos mais velhos. Os mais velhos – *xeramõi* e *xejary* – são aqueles que viveram muito, por andarem no *Tape Porã* – caminho bom, e seguirem o *Arandu* de *Nhanderu* – sabedoria de *Nhanderu*.

As palavras dos mais velhos ensinam sobre o que fazer e o que não fazer, aconselham sobre o modo de se relacionar com as outras pessoas, com o rio, com o céu, com as divindades, com a *opy*, com as crianças, com as próprias emoções e sentimentos. Assim, o tempo de que trata o povo guarani é o tempo geracional, o antigamente é o tempo dos avós e seus ancestrais. O tempo dos sábios é o tempo presente, marcado pela presença dos *xeramõis* e *xejarys*, e o tempo passado, marcado pelas memórias de convivência com seus próprios *xeramõis* e *xejarys*. Temporalidade, portanto, marcada pela experiência direta no encontro entre gerações, nas relações com o mundo e com a espiritualidade, inseparáveis do próprio *Nhandereko*⁷.

O tempo também está relacionado ao processo de conhecer a si mesmo e aos outros. As crianças se expressam continuamente, pelo seu próprio modo de ser. São as próprias crianças, em suas manifestações de existência, que vão delineando os caminhos que seguirão. Os nomes das crianças são dados após o início da fala. Do mesmo modo, as definições de caminhos são delineadas no próprio processo comunitário. Nas ações do cotidiano em aldeia, se delineiam as habilidades individuais e necessidades coletivas, como plantio, música, reza, artesanato, construção de casas e outras.

Na aldeia, esses tempos e essas habilidades são reconhecidas pelos *xondaros* (professores e guerreiros da aldeia), que são aqueles que vão

⁷ Modo de ser.

ajudar a criança a desenvolver naquela direção. Tem um *xondaro* que ensina a criança na *opy*, o *xondaro* que ensina a caçar, dançar, pescar, usar a natureza. Na aldeia Araponga, as crianças ficam perto do *xeramõi*, da *xejary*, aprendendo na *opy*, ajudando, trabalhando na terra, ajudando a construir casa, ajudam na cozinha, na roça, plantando, colhendo, fazendo artesanato guarani, cantando no coral. Na aldeia todos trabalham. As crianças participam de tudo, aprendem tudo: fazer as casas, fazer o roçado, preparar a terra para plantar, fazer artesanato. Todo mundo tem que ajudar, na roça, na cozinha, no artesanato.

Nhande karuju: conversas no fim da tarde

As conversas no fim da tarde, do lado de fora do *opy*, ao redor da fogueira, reúnem toda a família e os amigos, trazendo experiências do dia, planos, sonhos. As conversas, os cantos e os silêncios na aldeia sussurram segredos de um existir possível, que às vezes parece qual inaudível, mas está constantemente presente.

Em Araponga, o *xeramõi* e a *xejary* ensinam como aprenderam com seus avós. Enquanto dançam e cantam, ensinam as crianças. Das narrativas e memórias do *Xeramõi* surgiu o material que compõe o livro “Araponga: terra sem males”, de Karáí Tataendy Oka. Os registros de espacialidade e de temporalidade são marcados de acordo com o modo guarani de ver o mundo, que nos apresenta importantes referências e proposições, na análise das relações entre pessoas, com seres vivos de diferentes espécies, com a terra, com a língua e com o tempo.

No barro, no rio, na chuva, no trabalho árduo das construções e plantações, na sustentação diária das refeições e dos cuidados com as crianças, em cada passo na aldeia, em cada tempo na aldeia, *Nhanderu* está presente. A vida segue, há muito ainda a se aprender.

Referências

BENITES, Sandra. **Viver na língua Guarani** (mulher falando). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - PPGAS, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

MENDONÇA, T.C.M.; SANTOS, R.O.; LOPES, P.C.B.; ANDRADE, S.R.; MORAES, A.P.V. Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caiçaras, quilombolas e indígenas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.2, mai/jul 2017, pp.328-356.

Trabalho 6

Intercâmbio de conhecimento, sociedades tradicionais e a transferência de tecnologia: proteção jurídica e consequências sociais ¹ (301351)

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior ²

Yuri de Almeida Guardiola ³

Desde o descobrimento, o Brasil sofre a exploração econômica, ambiental e social por parte de grandes potências estrangeiras. Desde o tempo de colônia, o país é devastado para que se colham os frutos da terra, os minérios e os conhecimentos culturais, sendo exportados e explorados economicamente por outras civilizações, deixando a população brasileira em miséria e desamparo.

Como forma de proteção e defesa de nossa nação, seu conhecimento e território, o Estado Brasileiro interveio de diversas formas como a Lei 13.123/2015, a Convenção da Biodiversidade, e a Lei de Propriedade Intelectual Lei 9610/1998. Entretanto, por mais recentes que sejam tais medidas, ainda se vê uma ampla exploração irregular, e a biopirataria cada vez mais presente na Amazônia e regiões do Norte do país.

O valor econômico encontrado no conhecimento provindo da biodiversidade brasileira é gigantesco e abastece as indústrias de cosméticos e

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

³ Mestrando pelo mestrado profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: yuri.guardiola@gmail.com.

farmacêutica entre outras que têm como base dos seus produtos, o princípio ativo e elementos encontrados na natureza, e que foram a muitos anos descobertos e utilizados pelas comunidades tradicionais. Segundo pesquisas, Barata (1995) afirma que os produtos farmacêuticos movimentam US\$ 250 bilhões no mundo e os cosméticos US\$ 120 bilhões.

Conhecimento esse que provém, muitas vezes, de etnias indígenas, quilombos, e outras comunidades tradicionais, que, no entanto, acabam por não receber os respectivos benefícios gerados pela descoberta e usufruto do bem. Essa exploração dos grupos indígenas sobre plantas medicinais, segundo Shiva (2001), era antigamente feita por missionários e que atualmente foram substituídos pelas indústrias farmacêuticas.

Dessa forma, surge a necessidade de o estado tutelar a biodiversidade e os direitos relativos à propriedade intelectual de plantas e culturas indígenas e garantir a soberania nacional. Os resultados da pesquisa permitirão conhecer a realidade jurídico-social que a biopirataria gera na comunidade brasileira, oferecendo diagnóstico sobre os problemas relacionados aos direitos intelectuais, com vistas à efetiva tutela dos interesses da parcela populacional que merece ter seu direito protegido como os indígenas, quilombolas, caiçaras e outras comunidades tradicionais.

Como prévia da discussão se faz necessário entender que o termo “conhecimento tradicional” aqui utilizado faz menção ao conhecimento desenvolvido e repassado por várias gerações dentro de uma comunidade, o que caracteriza uma especificidade e um know-how sobre determinado fato ou prática.

De acordo com a WIPO (World Intellectual Property Organization) o conhecimento tradicional seria: “Conhecimento tradicional é um corpo vivo de conhecimento passado de geração para geração dentro de uma comunidade. Frequentemente forma parte da cultura popular e identidade espiritual.”⁴ (WIPO, S/A)

⁴ Traditional knowledge (TK) is a living body of knowledge passed on from generation to generation within a community. It often forms part of a people's cultural and spiritual identity.

Além disso, o conhecimento tradicional engloba outras áreas associadas como as expressões culturais tradicionais (como música, arte, designe, símbolos) e as fontes genéticas (microrganismos e variedades de plantas e animais por exemplo), incluindo também a observação sobre questões agrícolas, medicinais e comportamentais. (Mendes, Oliveira; Píneiro, 2015)

Dessa forma, compreendido o conceito de conhecimento tradicional faz-se imperiosa a sua valorização e contextualização conforme os atuais moldes sociais. Em meio a crescente utilização de recursos biodiversos e o seu potencial econômico, bem como a sua fonte limitada de distribuição, torna-se necessária a proteção e regularização da matéria, de forma a equilibrar a balança entre o consumismo exacerbado e as políticas de proteção.

Para Martins (2017) “A possibilidade de gerar lucros através do conhecimento tradicional existente, tanto em torno da fauna quanto da flora, faz com que indústrias farmacêuticas produzam cada vez mais as chamadas biopatentes, porém, grande parte delas é estruturada pelos costumes e pelas práticas dos povos tradicionais.”

Na mesma seara Costa (2017) entende que as questões individuais e plurais merecem ser respeitadas dentro de um Estado democrático. A pluralidade cultural e a diversidade de ideias e de convivências distintas geram um Estado forte e conciso, sendo pertinente ao direito garantir a liberdade em produzir conhecimento e regulamentar a utilização desse conhecimento de forma estruturada e equilibrada, respeitando as diversas culturas e mantendo o equilíbrio ecológico, garantindo a sustentabilidade.

Dessa forma, a proteção ao conhecimento tradicional é uma forma de manter o Estado democrático de Direito, garantindo a liberdade de conhecimento e expressão aos mais diversos grupos sociais, bem como, garantindo a sua parcela econômica por proveitos de terceiros. A manutenção desse Estado gera ainda o equilíbrio ecológico ligado à sustentabilidade, garantindo a correta utilização das fontes naturais, explorando a biodiversidade brasileira de forma sustentável, reafirmando a soberania nacional.

A Convenção Sobre Diversidade Biológica de 1992 vem normatizar o conceito de biopirataria, sendo este entendido como a exploração, manipulação, exportação e/ou comercialização internacional de recursos biológicos que contrariam as normas da Convenção.

Para JACINTO (2012), “[...] quando ocorre a apropriação, por pesquisadores, indústrias, laboratórios, entre outros, destes conhecimentos tradicionais de grupos que o detém como quilombolas, caiçaras, indígenas, estamos diante do que se chama biopirataria. Também foi denominado como biopirataria o registro de patentes de produtos in natura como o cupuaçu e a rapadura, amplamente divulgados pela imprensa nacional.”

A apropriação indevida do patrimônio cultural imaterial configura a usurpação de um direito da propriedade intelectual sofrido pelas comunidades tradicionais. Em relação a propriedade intelectual o que tem-se é o direito do homem pelas criações, pontua Eduardo Lycurgo (2004, p.9) “[...] por propriedade intelectual temos o direito do ser humano sobre as suas criações intelectuais, ou seja, sobre suas invenções, textos desenhos, expressão criativa, etc., ou seja, o direito do indivíduo sobre as criações do seu intelecto (obras intelectuais).”

Dessa forma, entende-se por biopirataria a prática de uso sem autorização ou sem a devida regularização de conhecimentos ou transferência de patrimônio genético da biodiversidade ambiental brasileira.

O que se observa muitas vezes é que empresas (nacionais e estrangeiras) fazem bioprospecção em regiões de biomas brasileiros, analisando os possíveis componentes e conhecimentos passíveis de patenteamento, e utilizam-no sem a devida autorização ou parcela intelectual devida.

Como exemplo de caso de biopirataria tem-se o caso dos indígenas Wapixana, onde observou-se o acontecimento quando o químico Conrad Gorinsky patenteou como descoberta e invenção própria, em três países estrangeiros, o *cunani* e o *tipir*, também chamado de Biribiri, sem, contudo, ter a autorização, o acordo ou se quer o pagamento de *Royalties* aos indígenas que de fato haviam descoberto e utilizado por anos as sementes, configurando o desrespeito à proteção da propriedade intelectual.

Diante da quantidade crescente de casos de biopirataria no Brasil como o registro de marcas como o “cupuaçu”, “açai”, “rapadura” e “escapulário”, onde isso aconteceu, o governo brasileiro tomou medidas preventivas para evitar novas patentes de produtos brasileiros, elaborando uma lista que contém um rol dos produtos a serem protegidos, lista essa elaborada pelo INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Entretanto, faz-se aqui uma crítica ao procedimento adotado, vez em que a desinformação dos grupos tradicionais gera uma grande dificuldade em se registrar os produtos e se quer de ter acesso a informação da existência dessa lista, quando ainda, resolver as questões burocráticas exigidas por esse tipo de situação.

Dessa forma, Fonseca (2003) vê alternativas mais plausíveis, ainda que também de difícil acesso imediato, como o investimento em ciência e tecnologia brasileiras com alocação proporcional de recursos por toda extensão territorial, e a negociação de um Acordo Internacional que proíba o patenteamento de substâncias cujo a origem não esteja perfeitamente identificada.

Jacinto (2012) entende também que a formação de associações e cooperativas por grupos camponeses e regionais seria uma ótima forma de preservar e retribuir a transmissão de conhecimentos e propiciar uma fonte de sustento para as famílias envolvidas.

Outras medidas, ainda que não tão eficientes quanto a prevenção, seriam os acordos jurídicos feitos entre as comunidades tradicionais e as empresas e pesquisadores, tentando garantir dessa forma, a sustentabilidade econômica da sociedade, que receberia os frutos da pesquisa realizada com suas matérias primas.

Um primeiro questionamento que se faz em relação aos acordos é se teriam os indígenas a plena legitimidade para fazer estes acordos com as empresas, e o segundo questionamento é se tais acordos seriam interessantes.

Sobre a primeira pergunta, o texto constitucional brasileiro de 1988 traz em seu artigo 232 que os índios são partes legítimas para ingressar

em juízo de defesa dos seus direitos e interesses com intervenção do ministério público. Além disso, a Procuradoria Federal tem a legitimidade para propiciar o atendimento jurídico aos indígenas do Brasil. Conforme a Convenção número 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os indígenas têm o direito de serem consultados sobre a utilização de seus conhecimentos tradicionais, além de participarem do planejamento de projetos e lucros deles resultantes. Para Jacinto:

Segundo o art. 15 da Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os direitos dos povos indígenas aos recursos naturais existentes nas suas terras, aí abrangida a utilização, administração, e conservação, deverão ser especialmente protegidos, e afirma que, na hipótese de os recursos existentes nas terras pertencerem ao Estado, os governos devem estabelecer procedimentos de consulta para determinação de eventual prejuízo aos povos interessados.

Em relação ao segundo questionamento, observa-se que os acordos econômicos têm o viés de utilizar a biodiversidade de forma sustentável, visando ao desenvolvimento econômico da região, garantindo uma fonte de renda e uma nova economia aos moradores da comunidade. Entretanto, os acordos celebrados devem ser analisados de forma protetiva, uma vez que grandes empresas e pesquisadores podem utilizar de artefatos jurídicos para tentar impor condições desfavoráveis que acabam sendo aceitas pela ingenuidade da comunidade.

Existem outras medidas promovidas pelo Estado para tutelar o conhecimento tradicional e a propriedade intelectual relacionadas à biodiversidade como a Lei Federal de número 13.123/2015 que dispõe sobre o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais e a repartição de benefícios, assim como a possível utilização do banco de dados como medida protetiva. O parágrafo primeiro do primeiro artigo da lei explicita:

§ 10 O acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado será efetuado sem prejuízo dos direitos de propriedade material ou imaterial que incidam sobre o patrimônio genético ou sobre o conhecimento tradicional associado acessado ou sobre o local de sua ocorrência.

Por sua vez, o segundo parágrafo do artigo oitavo traz a possibilidade de depósito em banco de dados:

Art. 8º Ficam protegidos por esta Lei os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético de populações indígenas, de comunidade tradicional ou de agricultor tradicional contra a utilização e exploração ilícita.

§ 1º O Estado reconhece o direito de populações indígenas, de comunidades tradicionais e de agricultores tradicionais de participar da tomada de decisões, no âmbito nacional, sobre assuntos relacionados à conservação e ao uso sustentável de seus conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético do País, nos termos desta Lei e do seu regulamento.

§ 2º O conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético de que trata esta Lei integra o patrimônio cultural brasileiro e poderá ser depositado em banco de dados, conforme dispuser o CGen ou legislação específica.

Dessa forma, é possível notar a preocupação governamental sobre a proteção da propriedade intelectual e a tentativa de prevenir possíveis casos de biopirataria que acabam por degradar o ambiente em que vivem comunidades e usurpar de seus conhecimentos tradicionais para que haja proveito econômico sem que sejam essas pessoas ressarcidas e amparadas pelo seu direito.

Referências

BARATA, L. **Contribuição efetiva ou potencial do PADCT para o aproveitamento econômico sustentável da biodiversidade**. São Paulo: Instituto de Química, UNICAMP, 1995.

FONSECA, Ozório José Menezes. **Biopirataria: um problema (quase) sem solução**. Hileia: Revista de Direito Ambiental da Amazônia, Manaus, 2003.

JACINTO, Walker Sales Silva. **Biopirataria e apropriação dos conhecimentos tradicionais: um estudo de caso dos índios Wapixana de Roraima** / Walker Sales Silva Jacinto. – Manaus, 2012.

LEITE, Eduardo Lycurgo. **Direito do Autor**. Brasília: Brasília Jurídica, 2004.

MENDES; OLIVEIRA; PINHEIRO. **Conhecimento Tradicional associado, Expressões Culturais E Recursos Genéticos: Uma Análise De Impacto Da Regulação De Direito**. Revista de Direito e Desenvolvimento, João Pessoa. 2015.

MARTINS, Lays Gomes. **O registro de patentes e conhecimento tradicional: proteção da biodiversidade?** Revista das faculdades integradas Vianna Júnior. V.8 n.2, Juíz de Fora, 2017.

COSTA, SEBASTIÃO PATRÍCIO MENDES DA. **Conhecimentos Tradicionais : Direito À Proteção E Proteção Aos Direitos**. Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do sul, Porto Alegre, 2017.

Trabalho 7

Limites e particularidades da financeirização da educação brasileira ¹ (301440)

Guery Tã Baute e Silva ²

Paulo Isoldi Marcos dos Santos ³

Introdução

Na sua essência, o regime democrático constitui-se por meio de um modelo representativo em que “[...] os representantes eleitos agem legitimamente em nome de seus eleitores, tomando decisões que impactarão a sociedade e a vida das pessoas”. Entretanto, nas democracias contemporâneas os representantes eleitos consideram-se donos de total autonomia na tomada de decisões, não se importando em ferir os anseios e interesses de seus eleitores (MORAES, 2012, p. 25).

Devido a esse contexto, a administração pública enfrenta múltiplos desafios que a obrigam a empreender esforços contínuos de adaptação a novas estruturas organizacionais de modo que elas sejam capazes de proporcionar o *Welfare State* a seus cidadãos e responder às constantes exigências da sociedade (PETERS; PIERRE, 2010).

Para um *Welfare State* efetivo é necessária a estruturação de políticas públicas que consigam atender às demandas da nação, políticas que, por

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento. IFSP. <http://lattes.cnpq.br/6526039207509707>, E-mail: guerybaute13@gmail.com.br.

³ Graduado em Direito. Sinoreg/SP. E-mail: pauloisoldi@terra.com.br.

isso, precisam ser construídas de maneira coletiva. A “política pública é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade [...] tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto da sociedade” (RODRIGUES, 2010, p. 13). Já as políticas públicas sociais são voltadas especificamente para suprir os direitos sociais dos cidadãos como moradia, alimentação, saúde e educação. Porém, essas não conseguem exercer tal função de maneira completa.

As falhas do modelo democrático atual, escancaradas como aponta Freire (2002) - na “democratização da sem-vergonhice” - fortalecem o desejo da nação de protestar por uma reformulação da gestão pública. Os cidadãos estão conscientes que os problemas sociais e ambientais são resultantes da insuficiência e/ou ausência de políticas públicas eficientes (KOCHHANN et al., 2016). O Estado torna-se cada vez mais incapaz de proporcionar o *Welfare State*, ou seja, “a mobilização em larga escala do aparelho de Estado (...) a fim de executar medidas orientadas ao bem-estar da população” (MEDEIROS, 2001, p.6).

As políticas públicas de um governo definem se seu foco é voltado ao estado de bem-estar social ou à lógica do mercado. Elas “[...] estruturam o sistema político, definem espaços e atores, e delimitam os desafios” (RODRIGUES, 2010, p. 46). Elas podem ser implementadas por meio de uma lei, uma nova rotina administrativa, uma decisão judicial, entre outros mecanismos e, teoricamente, num sistema democrático, deveriam ser elaboradas coletivamente (MEDEIROS, 2001; SECCHI, 2010).

Infelizmente, no Brasil as políticas públicas sociais, incluindo as políticas sociais de educação que surgiram na universidade na primeira metade do século XX, possuem caráter redistributivo, clientelista, tendo sido usadas, em muitas ocasiões, como mecanismo de ordem política e social (MEDEIROS, 2001; PACHECO, 2008).

Diante da efetivação democrática por conta do impasse interdisciplinar da criação de políticas públicas educacionais neoliberais no ensino superior, desdobram-se destes apontamentos o objetivo geral desse

trabalho que é: estudar a evolução das políticas públicas educacionais do ensino superior perpassando seus fatores históricos.

Metodologia

Foi utilizada a abordagem dialética histórico estrutural, visto que a constituição de políticas públicas é um fenômeno histórico. Essa perspectiva equilibra as condições objetivas e subjetivas do conflito social, de modo a considerar as alterações de maneira sistêmica (DEMO, 2012).

Para compreender a temática foi realizada uma pesquisa exploratória bibliográfica com o intuito de ampliar os conhecimentos sobre o tema estudado por meio de referências teóricas como publicações de artigos, livros, teses, entre outros. Além disso, foi efetuada pesquisa documental que investigará a legislação normativa da constituição histórica e dialética das políticas educacionais brasileiras (PEROVANO, 2016; MEDEIROS, 2013).

A pesquisa descritiva foi aplicada e buscou identificar as informações, registrar e analisar as características, os fatores ou variáveis, sistematizar os dados coletados e descrever os fenômenos relacionados às particularidades da financeirização da educação (PEROVANO, 2016; DEMO, 2012).

Resultados e discussões

No Brasil, a educação, apesar de ser reconhecida como um direito constitucional, é fortemente intersectada por opções políticas que obedecem a lógica do mercado (PACHECO, 2008). Dawbor (2016, p. 108) aponta que “O conhecimento virou capital; o chamado capital humano”, de modo que, como em outras áreas das políticas sociais, “a desigualdade histórica herdada pelo Brasil constitui um fator estrutural importante e fundamental” para manutenção da elite no poder.

A educação como necessidade universal para a classe trabalhadora passa a ocorrer quando começa a ocupar um papel relevante para os

governantes com a crise econômica de 1930, período em que para buscar a estabilidade econômica o país precisava migrar do modelo econômico agroexportador para um nacional-desenvolvimentista. Nessa nova base econômica foi necessária a formação de capital humano com conhecimentos e habilidades mínimas, diferentes dos perfis exigidos no modelo agrário (GIRON, 2008; SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011).

Almejando um ensino que auxiliasse no processo de modernização, em 1930, o presidente Getúlio Vargas criou o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (que, em 1951, dá origem ao Ministério da Educação e Cultura - MEC) cujo propósito era o de estabelecer diretrizes educativas ao campo político e econômico, tendo em vista a inexistência de um sistema nacional integrado ou uma política nacional de educação (GIRON, 2008; SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011).

O período de 1934 a 1945 foi marcado por diversas reformas educacionais; o governo buscava o estabelecimento definitivo de diretrizes básicas. Foram criadas novas faculdades, a gratuidade nos cursos superiores das instituições federais e a “federalização” das faculdades estaduais e privadas (FIGUEIREDO, 2006).

Vários projetos foram discutidos, alterados ou revogados pelos movimentos populares, pelo governo e pelos intelectuais. Mas apenas em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) entrou em vigor (BRASIL, 1961). Com o golpe militar, essa bandeira da Reforma Universitária passa a ser incorporada pelo Estado, fazendo com que a educação superior passasse por reformas baseadas em acordos MEC-Usaid (Ministério da Educação e Cultura e *United States Agency for International Development*), os quais refletem o modelo atual. A educação passa a ser caracterizada como um grande negócio; há a desresponsabilização do Estado e a destinação de verba pública para a iniciativa privada educacional (FIGUEIREDO, 2006).

Devido aos constantes cortes nas verbas as políticas neoliberais da década de 1990, as universidades públicas foram sucateadas; diminuiu a

abertura de concursos e aumentou a destinação de verbas públicas para as instituições superiores de ensino privadas. Essas políticas e LDB de 1996 seguiram as recomendações do Banco Mundial (FIGUEIREDO, 2006). Souza e Batista (2017) apontam que ocorreu uma inversão do perfil da oferta da Educação Superior brasileira. Atualmente ela é predominantemente ofertada pelo setor privado.

Contudo, vale ressaltar que estas reformas estão inseridas no contexto das reformas deste nível de ensino em âmbito global, cujo significado está mais voltado para a estabilidade e desenvolvimento do sistema econômico capitalista. Estudos apontam que também as políticas do Tratado de Bolonha de 1999 impactam em reformas da Educação Superior que vão além das fronteiras dos 45 países pertencentes à União Europeia (e mais outros 18 países não pertencentes), atingindo grande parte dos países capitalistas (SOUZA; BATISTA, 2017).

No Brasil, tais impactos se farão observar nas reformas da Educação Superior iniciadas no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e a partir de 2007), a exemplo, respectivamente, das ações denominadas “Universidade Nova” e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais que, mesmo com diferentes matizes, seguem parâmetros do Tratado de Bolonha (SOUZA; BATISTA, 2017).

A globalização econômica neoliberal produziu um deslocamento da referência central da universidade: das humanidades para as disciplinas técnicas. Se antes o conhecimento universal produzido na universidade era centrado nas humanidades, agora a economia globalizada fez prevalecer o universalismo de base técnica. As disciplinas "ricas" e que apresentam as mais altas vantagens competitivas nas disputas por financiamentos e prestígios são definidas, em grande parte, nas esferas acadêmicas de grande reconhecimento universal e vinculadas aos interesses das grandes empresas e laboratórios transnacionais e, ainda, foram legitimadas pelos atores nacionais. Nessa relação entre notáveis pesquisadores, grandes empresas e atores dos Estados se estabelecem os temas

prioritários de pesquisa e os critérios de produção e avaliação do conhecimento "útil" (SOBRINHO, 2010).

Contemporaneamente, a educação passa a ser um negócio muito lucrativo, já que as atividades econômicas se tornaram densas em conhecimento. Por isso, há atores que buscam “a democratização do conhecimento para tornar toda a sociedade mais produtiva e culturalmente mais rica”, enquanto outros vêem a restrição do acesso ao conhecimento como um fator de lucro e de reprodução das elites (DAWBOR, 2016, p.109).

A educação é um processo dinâmico que deveria levar à emancipação humana, para estudá-la é necessário trazer discussões interdisciplinares para a gestão pública educacional, uma vez que seus variados problemas complexos não cabem em um laboratório ou num único domínio de saber (POMBO, 2005; FRANCISCHETTI et al, 2014).

Tais limitações e moldes impostos ao conhecimento são resultantes do fato da estrutura da universidade ter vindo como forma de instrumentalizar e operacionalizar o projeto idealista filosófico moderno. Ou seja, ela só se tornou-se um local de produção de conhecimento em um espaço privilegiado da produção de conhecimento científico no período capitalista liberal do século XIX para gerar mão de obra qualificada para a nova organização de capital que estava surgindo (RUBIN-OLIVEIRA; FRANCO, 2015).

Visto isso, cada vez menos o governo se preocupa com os parâmetros de respeito as culturas originárias previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de buscar tratar as particularidades dos povos indígenas e comunidades tradicionais com respeito e autonomia. Expropriando os conhecimento e implondo a eles habilidades necessárias para mantê-los escravizados dentro de uma classe trabalhadora amordaçada e principalmente desinformada, cada vez mais aprofundada da caverna de platão neoliberal conservadora contemporânea.

Referências

- ARTMANN, E. O planejamento estratégico situacional no nível local: um instrumento a favor da visão multisetorial. In: _____. **Desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Oficina Social, 2000. p. 98-119. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2153.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.
- BERNARDO, C. H. C. Educação e a construção do profissional: buscando uma atuação sistêmica através da comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Intercom, 2005. Disponível em: < <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/51636590821267641755723154146526050817.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2017.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: **MEC/Secretaria de Educação Básica**, 2017.
- BRASIL. Decreto nº. 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. **Diário Oficial União**, Brasília, DF, 10 de jul. 2001. Seção 1, p. 2.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Seção 1, p. 11429.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 23, de 5 de novembro de 2002. Dispõe sobre o recredenciamento de universidades e centros universitários do sistema federal de educação superior. **Diário Oficial União**, Brasília, DF, 10 de jul. 2001. Seção 1, p. 39. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces23_02.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial União**, Brasília, DF, 09 mai. 2006. Seção 1, p. 6.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**: diretrizes para elaboração. Brasília: MEC/SESu, 2002.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DOWBOR, L. **O pão nosso de cada dia**: processos produtivos no Brasil. Imperatriz: Ética, 2016.

FIGUEIREDO FILHO, W.B.; MÜLLER, G. Planejamento estratégico segundo Matus: proposta e crítica. In.: GERARDI, L.H.O; MENDES, I.A. (Org.). **Do natural, do social e suas interações**. Rio Claro: AGETEO, 2002. p. 121-132.

FIGUEIREDO, E. S. A. Reforma do ensino superior no Brasil: um olhar a partir da história. **Revista da Universidade Federal de Goiás**, Goiás, v.7, n.5, p. 14-16, 2005. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48780/23955> >. Acesso em: 10 set. 2017.

FRANCISCETTI, I. *et al.* **Educação permanente na academia**: da teoria à prática. Curitiba: CRV, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 9. ed. São Paulo: Paz e terra S.A, 2002.

GIRON, G. R. Políticas públicas, educação e cidadania: o que isso tem a ver com cidadania? **Revista de Educação**, Campinas, v. 3, n. 24, p. 17-26, jun. 2008. Disponível em: <<https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/viewFile/109/97>>. Acesso em: 15 set. 2017.

HUERTAS, F. **O método PES**: entrevista com Matus. 4. ed. São Paulo: Fundap, 2007.

HIDA, I. **Planejamento Estratégico Situacional**. Campina Grande: ABIPTI/SEBRAE/UFPB, 1996.

KOCHHANN, S. C. *et al.* Gestão ambiental e responsabilidade social: Uma perspectiva das ações sustentáveis praticadas por uma empresa do ramo de agronegócios. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria**, v. 20, n. 1, p.50-61, jan. -abr. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/19716>>. Acesso em: 08 set. 2017.

LOURDES, R. C. R. **Educar e inovar na sustentabilidade**. Curitiba: Unindus, 2008.

MATUS, C. **Estratégias políticas**: chimpanzé, Maquiavel e Gandhi. 2. ed. São Paulo: Fundap, 2007.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MEDEIROS, M. **A trajetória do Welfare State no Brasil**: papel redistributivo das Políticas Sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Brasília: IPEA, 2001.

MIZAE, G. A. *et al.* Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional das universidades federais do Consórcio Sul-Sudeste de Minas Gerais. **Revista Administração Pública**, v. 47, n. 2, p. 1145-1164, 2013. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/12046>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MORAES, N. R. **Prestação de Contas e Transparência na Gestão Pública Municipal**. 2013. 266 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – UFBA, Faculdade de Comunicação, Bahia. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/13014/1/Nelson%20russo%20de%20moraes.pdf>>. Acesso em: 09 agos. 2017.

MORITZ, M. O. *et al.* A implantação do planejamento estratégico em organizações complexas: o caso da Universidade do Estado de Santa Catarina. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 5, n. 1, p. 228-249, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/viewFile/1983-4535-2012v5n1p228/21944>>. Acesso em: 03 set. 2017.

PACHECO, J. A. **Políticas curriculares**: referencias para análises. 2. ed. Porto Alegre: Artimed, 2008.

PEROVANO, D. G. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

PERTERS, B. G.; PIERRE, J. (Org.). **Administração pública**: coletânea. Brasília: Unesp, 2010.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 4-16, mar. 2005. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082> >. Acesso em: 26 out. 2017.

RODRIGUES, M. M. A. **Folha Explica Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 4. ed.
Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

Trabalho 8

Narrativas científicas: Open Science no Brasil ¹ (301520)

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior ²

Edson de Sousa Oliveira ³

Os sistemas de ciência públicas de vários países são baseados no princípio de abertura e o livre intercâmbio de ideias, informações e conhecimento. As novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), muito têm ajudado esse sistema de troca livre e abriram novos caminhos para colaboração e compartilhamento. O progresso da ciência, no entanto, depende de mais do que apenas tecnologias. Políticas de investigação, práticas, sistemas de apoio e valores culturais afetam a natureza das novas descobertas, a taxa em que eles são feitos, e o grau em que eles sejam acessíveis e usados. (OCDE, 2007).

O movimento da Ciência Aberta vai além do compartilhamento e acesso a publicações e dados oriundos de pesquisas com financiamento público, na medida em que promove a abertura de todo o processo científico e a translação do conhecimento, amplia os impactos sociais e econômicos da ciência, reforçando o conceito de responsabilidade social científica.

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

³ Mestre em Comunicação e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em Comunicação e Sociedade - PPGCom/UFT. E-mail: bibliodson@gmail.com

No contexto de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidos no relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2007), os dados científicos de pesquisa são registros factuais utilizados como fontes primárias para investigação científica, e que comumente aceitos na comunidade científica, se necessários para validar resultados investigativos como: “um conjunto de dados de pesquisa constitui uma representação sistemática e parcial do assunto que está sendo investigado.” (OCDE, 2007, p.13). Reside nessas afirmações que os dados de pesquisa são resultantes do processo investigativo que obedeceu aos rigores científico e metodológico requisitados pela ciência.

Nesta perspectiva de novas práticas Santos (2017, p.13) os principais benefícios de uma ciência aberta, que constituem a base de suas motivações, são: reprodutibilidade, transparência científica, velocidade de circulação da informação e reuso de dados, resultando numa ciência de maior qualidade e progressos mais rápidos. Estes aspectos podem garantir benefícios para todos os atores envolvidos na produção e comunicação da ciência, os financiadores, as instituições, os próprios pesquisadores, alunos e gestores e, algo importante ainda, podem resultar em maiores impactos da ciência na sociedade. Essa amplitude de convergência de interesses por benefícios comuns podem ser aspecto favoráveis à implantação da Ciência Aberta, que fomenta a cooperação internacional voltada ao acesso e compartilhamento de dados de pesquisas financiadas com recursos públicos.

Desse modo, segundo Albagli (2015, p.15) a ciência aberta passa a constituir um termo guarda-chuva, que inclui “acesso livre a publicações científicas, dados científicos abertos, ferramentas científicas abertas, *hardware* científico aberto, cadernos científicos abertos, *wikipesquisa*, ciência cidadã, educação aberta”. Assim, ciência aberta é um meio, em si e não um fim. Por tratar-se de um espectro mais amplo sobre comunicação científica, gerenciamento, análise, representação, curadoria, preservação de dados e colaboração entre pares (ALBAGLI, 2015).

Nesta etapa do estudo se faz necessário revisar os marcos regulatórios brasileiros referentes a essa temática e os conceitos, neste trabalho

entende-se por dados abertos, conforme Santos (2017, p. 13) “são aqueles provenientes de pesquisas científicas como os disponíveis nas bases de dados governamentais”. O fator determinante para que não haja diferença entre eles é o caráter finalístico que os liga no âmbito da ciência aberta – o reuso, que independe do objetivo para o qual foram coletados.

De acordo com Albagli (2015, p.10), a preocupação obsessiva pela propriedade intelectual, especialmente nas últimas décadas do século XX, conduziu ao “alargamento dos mecanismos de apropriação privada da produção intelectual e cultural, ampliando e aprofundando relações capitalistas de mercado para áreas que até então constituíam uma reserva social”. Deste modo, O Movimento do *Open Access* conseguiu adesão de significativa porção da comunidade científica, contudo ainda enfrenta desafios para a sua plena adoção nos âmbitos institucionais, legais e acadêmicos, visto que a cultura e a política científica de cada país podem representar um fator restritivo ou estimulador da adoção de tais ideais. Toma-se como exemplo, o lento avanço da criação do arcabouço normativo-legal brasileiro referente aos repositórios institucionais, bem como a criação de periódicos abertos e gratuitos.

Segundo Oliveira, Silva (2016, p.15), “os fatores restritivos vão para além das questões tecnológicas e técnicas, mas se dão principalmente nos âmbitos políticos, legais, econômicos e culturais”. As TICs e a *internet* criam a infraestrutura e dão sustentabilidade à disseminação da comunicação científica. Porém, as TICs não resolvem as assimetrias no acesso à informação ou dados que não forem respaldadas por políticas que prezem pelas condições e regulações relativas à manutenção do ciclo de produção e distribuição de informação e dados.

Oliveira; Silva (2016, p. 15) orientam para pressupostos de uma ciência aberta, gratuita e de livre acesso são fontes para análise na elaboração de diretrizes de políticas de informação para esta ciência, assim:

1. As políticas devem permitir a compreensão do paradigma científico vigente e de suas práticas. Pois o movimento em prol do compartilhamento dos dados

de pesquisa representa um somatório ao processo de produção e comunicação científica estabelecido.

2. As políticas ulteriores devem ser consideradas na concepção de novas políticas e no desenho de arcabouços normativos, legais e institucionais. Políticas científicas, tecnológicas e econômicas são transversais às políticas de informação. Esta última não existe desatrelada das demais.

3. Considerar também as peculiaridades das distintas áreas de conhecimento, suas prioridades e práticas investigativas.

4. Estimular a iniciativa de uso, reuso e preservação dos dados de pesquisa como empreendimento institucional e social encorajando assim a pactuação entre pesquisadores, instituições científicas, acadêmicas, governamentais e não governamentais, setor privado, bibliotecas e demais profissionais envolvidos nesse cenário.

5. Fomentar as condições materiais, humanas e legais necessárias ao compartilhamento, uso, reuso e reprodutibilidade de dados de pesquisa como estratégia para alavancar o desenvolvimento científico, tecnológico e social do país.

Estes pressupostos servem como diretrizes para nortear a reformulação ou elaboração de legislações, orçamentos, financiamento de projetos de pesquisa e reformas institucionais. Essas reformulações são influenciadas por conflitos de interesses dos atores envolvidos, bem como pela lógica do capitalismo cognitivo que representa, paradoxalmente, um impeditivo às atualizações legais e institucionais que dão suporte à ciência aberta, e por outro lado, um estimulador de práticas de compartilhamento como estratégia de barateamento e agilização da produção científica. (OLIVEIRA; SILVA, 2016)

No Brasil, a política de informação não passou de discurso governamental nem se configurou em ação efetiva e duradora, as ações governamentais no âmbito do Brasil para o setor de informação científica e tecnológica são marcadas pela descontinuidade, modismo e dispersão de ações de caráter emergencial para situações pontuais (SILVA; GARCIA, 2014). Esse setor enfrenta problemas relativos aos processos de curadoria digital, infraestrutura tecnológica e suporte legal referente às produções científicas de acesso aberto, haja vista os problemas não resolvidos por meio dos repositórios institucionais.

Enquanto no âmbito da Comunidade Europeia e nos Estados Unidos frutificam os empreendimentos que sustentam infraestruturas organicamente integradas que dão suporte aos processos de curadoria digital de dados de pesquisa, no Brasil, ainda são poucas e fragmentadas as ações, agravadas pela incompreensão de suas potencialidades e pela falta de visão de futuro (SAYÃO; SALES, 2013).

Desse modo, ainda é incipiente o interesse político em torno dos benefícios da ciência aberta e do compartilhamento de dados. Esta falta de visão política tanto dos políticos quanto pela própria comunidade científica impede ou, no mínimo, retarda o aproveitamento dos benefícios do compartilhamento de dados de pesquisa.

No contexto internacional, as agências financiadoras e instituições de pesquisa, nos últimos anos, emitiram declarações e políticas ressaltando a necessidade de arquivamento de dados provenientes de pesquisa, e algumas agências de financiamento começaram a exigir que os dados de projetos financiados por eles sejam depositados em um arquivo público (ICPSR, 2012).

Nas práticas majoritárias no âmbito internacional torna os dados de pesquisa, acessíveis e públicos, e o seu processo de gestão é uma realidade ainda em construção e desafiante, porque depende de outras variáveis referentes às práticas culturais da comunidade científica e às peculiaridades das áreas de conhecimento. Todavia existe uma compreensão por parte dos pesquisadores, das agências de fomento à pesquisa e das instituições acadêmicas acerca do valor dos dados, que estes se devidamente tratados, gerenciados e preservados, podem ser potencial fonte de recursos informacionais para a pesquisa científica e para o ensino da ciência (SAYÃO; SALES, 2013).

Referências

- ALBAGLI, Sarita. Ciência aberta em questão. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia; ABDO, Alexandre Hannud (Ed.). **Ciência aberta**, questões abertas. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015. p. 9-26.

ICPSR. Inter-University Consortium for Political and Social Research. **Guide to social science data preparation and archiving**: best practice throughout the data life cycle. 5th ed. Ann Arbor: Institute for Social Research University of Michigan, 2012. Disponível em: <<http://www.icpsr.umich.edu/files/ICPSR/access/dataprep.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

OCDE. **Comprendre l'impact social de l'éducation**. 2007.

OLIVEIRA, Adriana Carla Silva de; SILVA, Edilene Maria da. **Ciência aberta**: dimensões para um novo fazer científico. Inf. Inf., Londrina, v. 21, n. 2, p. 5 - 39, maio/ago., 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 20 fev. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2016v21n2p5>

SANTOS, Ana Cristina Gomes. Criação da Rede de Repositórios Institucionais em Acesso Aberto na Amazônia: uma experiência que se constrói colaborativamente entre as instituições de ensino e pesquisa da região. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 1044-1057, dez. 2017. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/836>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

SAYÃO, L. S. F.; SALES, L. F. Dados de pesquisa: contribuição para o estabelecimento de um modelo de curadoria digital para o país. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/14157>>. Acesso em: 21 Fev. 2018.

SILVA, Edilene Maria; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Política de Informação Científica e Tecnológica no Brasil. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, ago. 2014. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago14/Art_05.htm>. Acesso em: 8 out. 2017.

GT 4
(sessão 2 do GT 4)

Narrativas em tecnologias, comunicação e sociedade

Renato Dias Baptista
*Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior*¹
*Guery Tã Baúte e Silva*²

¹ UFT

² IFSP

Trabalho 1

Narrativas e língua: alguns elementos para se pensar a comunicação ¹ (301336)

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior²

Andréia Rocha ³

Ao considerar o universo linguístico como parte orgânica do sujeito humano, entende-se que esse organismo é vivo e, portanto, passível de sofrer alterações mediante o tempo. Dessa forma, pensar em língua requer fazer um recorte temporal, além de situá-la em outras esferas, como: região, idade do falante, profissão, classe social. Esses pontos, quando considerados, traz para o universo linguístico os estudos da sua ciência, a Linguística, especialmente, a Sociolinguística- que considera a língua dentro do âmbito social, em seu uso propriamente dito.

Em meio a esse panorama, a mídia se coloca como um instrumento que pode consolidar a pluralidade da língua ou propagar equívocos e preconceitos. Ao ter a língua como pauta, os profissionais da comunicação têm a oportunidade de esclarecer atos de fala que contrariam as prescrições da norma padrão, utilizando-se de vozes de especialistas. No entanto,

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas (FACOM-UFBA). Mestre em Educação (PPGE-UnB). Graduação em Comunicação Social/Jornalismo, Pedagogia, História e Letras e Professor do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Comunicação e Sociedade (PPGCOM-UFT). Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: gilsonportouft@gmail.com.

³ Mestranda em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Educação e Jornalismo- Temas Contemporâneos. Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Jornalismo pela Faculdade Integrada do Ceará (FIC/Estácio de Sá). E-mail: jornalistaandriarocha@gmail.com.

a narrativa das matérias que versam sobre a língua portuguesa apresenta, muitas vezes, apenas o tom descritivo e debochado do “erro” de português, sem contextualizar ou trazer desdobramentos.

Conceituar a língua não é tarefa simples, diante da sua complexidade e da interseção que o universo linguístico faz com outras áreas, como a antropologia, a sociologia, a psicologia. Portanto, a concepção de língua que o sujeito tem, assim como qual concepção ou concepções os meios de comunicação de massa têm de língua, é fundamental para iniciar qualquer análise de matérias que tratam sobre o tema na mídia.

O impacto que o tema língua proporciona à vida dos cidadãos pode não ser sentido de imediato. No entanto, com a insistência de divulgação de matérias que só tratam a língua de maneira prescritivista, pode ocorrer a legitimação de ideias equivocadas sobre a língua no meio social, considerando-a como algo que nunca se consegue ter domínio, uma vez que as regras gramaticais e dicionaristas estão sempre em alta e geram, muitas vezes, situações em que se criam preconceito e discriminação, incitando declarações de deboche, por exemplo, entre os sujeitos.

Mas, afinal, o que é a língua? De acordo com as pesquisas realizadas dentro da ciência da linguagem, a Linguística, entende-se que o universo de qualquer idioma extrapola as páginas dos compêndios gramaticais e dicionaristas. É o alcance da comunicação, da interação social, que está em primeiro lugar como o objetivo de todo e qualquer código linguístico. Porém, sobrevive a ideia equivocada que para aprender uma língua de verdade é necessário iniciar a vida escolar e, a partir de então, conhecer os melindres das prescrições da norma culta e, conseqüentemente, estar apto naquele idioma. Isso seria uma visão normativista, que segundo Bagno (2009), está ligada a uma concepção purista da língua, que é nociva ao bem comum, sendo um instrumento de autoritarismo e de exclusão, tanto no ambiente escolar, como fora dele.

Dessa forma, avaliar as manifestações linguísticas no meio social mediante apenas a correspondência válida ou não, aceita ou não, segundo as regras gramaticais, não abarca o complexo e plural universo linguístico.

Ora, antes da criação das primeiras gramáticas, o ser humano já se comunicava e produzia, inclusive, textos diversos, que cumpriam funções várias de linguagem, dentre elas, a literária, com obras como *Íliada* e *Odisseia*, de Homero.

Contudo, é possível encontrar no meio social e midiático a concepção purista da língua. Matérias que tratam unicamente do que pode ou não ser dito e escrito, de acordo com as regras gramaticais estão mais presentes na mídia do que um conteúdo mais aprofundado e pautado nas descobertas da Linguística, por exemplo. Essa postura mais purista e simplificadora acerca dos fenômenos da língua prejudica as relações sociocomunicativas, já que podem gerar preconceito e uma escala de valor atribuída aos sujeitos, tais como: *“É mais inteligente porque sabe aplicar as regras de concordância verbal”*; *“Está matando a língua portuguesa porque usou a palavra “menas”*” e assim por diante.

Bagno (2009) ressalta o quanto uma atitude purista sobre a língua acaba por propiciar uma visão preconceituosa sobre atos de fala que não estão de acordo com as regras da norma padrão:

A qualificação de *purista* é atribuída àquela pessoa que defende a “pureza” da língua contra todas as formas inovadoras, que são sempre consideradas como sinais de “decadência”, “corrupção” e “ruína”, não só da língua como também, muitas vezes, dos valores morais da sociedade. De fato, é interessante observar como, no discurso dos puristas, existe sempre uma relação estreita entre a tentativa de preservar a língua e preservar a “moral” da sociedade” (2009, p. 30)

Possível perceber o quanto a língua pode funcionar como um balizador nas relações sociais e provocar estigmas. Manter a pureza da língua é uma tentativa de manter a divisão na sociedade, equalizar os cidadãos entre aqueles que são sábios e competentes linguisticamente e aqueles que estão no rol dos fracassados e sem inteligência. Por isso, é fundamental ir além da redoma imposta pelo sistema educacional- que reforça na mente do aluno que só agora ele vai aprender, de fato, a língua portuguesa. É urgente ir além do tradicionalismo do ensino e construir autoestima no

indivíduo, a fim de tornar esse sujeito capaz de entender sua variedade linguística e, mais do que isso, entender que existem outras variedades, respeitando cada uma delas.

Essa atitude se faz necessária para que as relações sociais aconteçam de forma menos violenta, no campo linguístico, com menos preconceito e discriminação, como salienta Bagno (2009):

No Brasil, a situação linguística revela um drama parecido, embora a violência aqui seja exercida no nível do simbólico, mas nem por isso menos violenta. OS brasileiros urbanos letrados não só discriminam o modo de falar de seus compatriotas analfabetos, semianalfabetos, pobres e excluídos, como também discriminam o seu próprio modo de falar, as suas próprias variedades linguísticas. (p. 21)

Mas, o que seria, de fato, a língua? Diversas pesquisas desenvolvidas pela ciência da linguagem, em interseção com outras áreas do conhecimento, têm apontado que a definição é mais ampla. A ideia de que a língua está fora do indivíduo, sendo apenas acionada quando necessário, favorece a concepção equivocada de que a língua é uma espécie de utensílio, um objeto que se usa para estabelecer a comunicação, entender o mundo que nos cerca, e, após esse uso, ela volta para algum canto de uma prateleira, onde se organiza uma série de objetos úteis às experiências humanas. Como aponta Calvet (2002):

Uma das reservas que pode manifestar contra as definições da língua que a reduzem a um “instrumento de comunicação” é que elas podem levar a crer em uma relação neutra entre o falante e sua língua. Um instrumento é realmente um utensílio de que se lança mão quando se tem necessidade e que se dispensa em seguida. Com efeito, existe todo um conjunto de atitudes, de sentimentos dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com quem as utilizam, que torna superficial a análise como simples instrumento. (p.57)

Por conta da sua relevância para a formação do ser humano, cientistas da linguagem inserem a língua dentro de uma esfera que vai além do

normativismo gramatical. Antes de ter suas regras de funcionamento delineadas, registradas e divulgadas, por meio do que conhecemos por gramática, a língua já era e ainda é parte essencial da vida do sujeito. Como reitera Bagno (2014): “**Ser humano é ser na linguagem (...)** *A linguagem faz parte da nossa própria constituição física, fisiológica, constituição que inclui também nossa psique.*” (p.11- grifo do autor).

Já que o ser humano é um ser social por excelência, a língua/linguagem acaba por impactar diretamente as dinâmicas sociais porque é por meio dela que acontecem as internalizações, as normatizações do que está ou não dentro do indicado, do permitido socialmente. Para Bagno (2009), a língua(gem) precisa ser discutida com respeito e sem visões preconceituosas e discriminatórias. O tema merece ter o mesmo cuidado semelhante às questões de religião, orientação sexual, por exemplo, tão fundamentais quando se planeja formar uma sociedade mais harmônica.

Se queremos construir uma sociedade tolerante, que valorize a diversidade, uma sociedade em que as diferenças de sexo, cor de pele, de opção religiosa, de idade, de condições físicas, de orientação sexual não sejam usadas como fator de discriminação e perseguição, temos que exigir também que as diferenças nos comportamentos linguísticos sejam respeitadas e valorizadas. (p.28)

Além disso, a linguagem, pela sua dimensão, acaba por impactar diretamente as relações socioculturais. Ela é instrumento fundamental na questão do conhecimento humano e, por isso, quando é pauta nos veículos de comunicação, atrai o público, que se sente instigado. No entanto, é importante entender que a questão de aprender uma língua não está unicamente atrelada a internalizar as regras gramaticais e dicionaristas, postura que é comumente reforçada por matérias que tratam sobre as questões linguísticas.

Sobre isso, Antunes (2007) explicita:

Saber uma língua equivale a saber a gramática (normativa); ou, por outro lado, saber a gramática de uma língua equivale a dominar totalmente essa língua. É o que se revela, por exemplo, na fala das pessoas quando dizem que ‘alguém não sabe falar’. Na verdade, essas pessoas estão querendo dizer que alguém ‘não sabe falar de acordo com a gramática da suposta norma culta’. Para essas pessoas, língua e gramática se equivalem. Uma esgota a outra. Uma preenche inteiramente a outra. Nenhuma é mais que a outra. (p.39)

Dessa forma, é necessário que a mídia comece a lidar de maneira mais plural os usos da língua. Percebe-se, então, que os meios de comunicação acabam funcionando mais como um pronto-socorro gramatical, expondo o jogo acirrado entre o que é “certo” e “errado” na língua, apenas no que diz respeito às regras gramaticais e dicionaristas.

Portanto, a concepção de língua, quando apenas atrelada ao caráter normativo, acaba por reduzir o amplo repertório linguístico que já existe no sujeito falante desta língua, antes mesmo que ele inicie sua trajetória escolar. Essa concepção acaba também reforçando o preconceito de que pessoas que não conseguiram ter uma trajetória escolar não sabem sua língua e, mais do que isso, leva ao equívoco de achar que, pelo sujeito ter um percurso escolar mais completo, atingindo, inclusive, o nível superior, já está com a credencial de domínio da norma padrão, o que pode ser desmitificado com estudos realizados mundo afora.

Referências

ABDULA, R. A. M.; TIMBANE, A. A.; QUEBI, D. O. **As políticas linguísticas e o desenvolvimento endógeno nos PALOP**. RILP . Série 4, nº31, p.23-46, 2017

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

_____. **A norma oculta - língua & poder na sociedade brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **Língua, Linguagem e Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa.** São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Estatística da CPLP-2012 . Lisboa: INE, 2013.

PERINI, Mário. **Sofrendo a gramática.** São Paulo: Ática, 2009.

Trabalho 2

Narrativas e o ideal da lusofonia ¹ (301337)

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior ²

Andréia Rocha ³

A língua portuguesa totaliza cerca de 260 milhões de falantes em todo o mundo e é o idioma oficial de nove países, sendo eles: Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Cabo Verde, países que formam, desde 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Vale destacar também que, além desses países, o Português é falado em Macau, Goa e Malaca (Malásia).

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) está embaçada, em três grandes objetivos: a promoção e difusão da língua portuguesa, a concertação político-diplomática e a cooperação em todos os domínios. Dessa forma, desde a sua fundação, foram realizadas várias tentativas de se encontrar o caminho que mais fosse frutífero na divulgação do português, valendo como uma de suas estratégias principais, a criação de institutos da língua portuguesa em territórios não lusófonos.

Historicamente, vale também destacar que a CPLP foi vista por Portugal como um instrumento de “*reaproximação político-diplomática com*

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas (FACOM-UFBA). Mestre em Educação (PPGE-UnB). Graduado em Comunicação Social/Jornalismo, Pedagogia, História e Letras e Professor do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Comunicação e Sociedade (PPGCOM-UFT). Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: gilsonportouft@gmail.com.

³ Mestranda em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Educação e Jornalismo- Temas Contemporâneos. Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Jornalismo pela Faculdade Integrada do Ceará (FIC/Estácio de Sá). E-mail: jornalistaandriarocha@gmail.com.

o Brasil e com as ex-colônias africanas” (FARACO, p.302). No entanto, quando se analisa a realidade linguística desses países, sabe-se que apenas Portugal e Brasil têm, de fato, o português como língua majoritária. Segundo Faraco (2016), embora Portugal e Brasil sejam os países lusófonos de maior destaque no cenário mundial, ainda há um caminho longo a ser percorrido a fim de se construir entre os dois países uma relação mais estreita e conjunta quanto a políticas mais eficazes de promoção do idioma português:

O mais comum tem sido a ausência de planificação e diálogos conjuntos. No geral, predominam ainda políticas puramente nacionais, o que em última instância, redundam em dificuldades para o português ocupar uma melhor posição internacional entre as línguas mais faladas. (p. 364)

Quando analisamos o percurso histórico da CPLP, percebemos que sua criação foi uma estratégia das lideranças políticas e econômicas de Portugal e que, na década de 90, houve pouca movimentação do Brasil a favor da Comunidade. Os termos lusofonia e CPLP pouco têm ganhado visibilidade na mídia brasileira e, no cenário político, as iniciativas em busca de fortalecimento da instituição no país têm sido escassas, diferentemente do que ocorre em Portugal. Como pondera Faraco (2016):

É útil observar que o tema da CPLP (e, conseqüentemente o da *lusofonia*) não foi, efetivamente, adotado pela sociedade brasileira. Sinal claro disso é o fato de que só muito raramente ele aparece na imprensa diária do país. Bem ao contrário, portanto, do que ocorre em Portugal onde o tema está recorrentemente presente na imprensa diária (p. 304, *grifo do autor*)

A efetivação da CPLP, mediante seus mecanismos de atuação, não tem sido plena. Inclusive os países que a compõem acabaram por não se envolver muito porque o objetivo da Comunidade não é diretamente atrelado às questões econômicas, diferentemente de outras instituições como o Mercosul, que atraíram bem mais o Brasil, por exemplo. Provas desse engajamento político com o cenário sul-americano, que permanece até os dias atuais, são a decisão de tornar obrigatória a oferta do espanhol no

ensino médio (lei nº11.161/2005), além da criação, em 2010, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) no estado do Paraná.

Já sobre a efetiva participação brasileira na CPLP, ainda que o Brasil seja membro importante por sua dimensão territorial, numérica (mais de 200 milhões de falantes da língua), as relações de afetividade e de aproximação por compartilhamento da língua, e também sua projeção internacional, quando comparado com os demais membros da Comunidade, ainda há pouca atuação do Brasil na CPLP. Para Faraco (2016), a própria estruturação da Comunidade desmotiva o governo brasileiro:

Nesse quadro amplo, a CPLP raramente se apresentou como uma efetiva prioridade- o Brasil não recusa o projeto (as ditas “razões “sentimentais” sempre recorrem como pretexto); mas não se envolve nele com grande empenho, na medida em que, bem avaliadas, são poucas as vantagens estratégicas dessa organização internacional para o país. Afinal, raros são os objetivos político-diplomáticos e econômicos sociais que dependem dos fóruns multilaterais da CPLP e que não podem ser alcançados por meio das relações bilaterais ou de outras organizações internacionais. (2016, p. 307-grifo do autor)

Além disso, quando analisamos os demais países, como os países africanos (Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau), também encontramos desinteresse. Freixo (2009, p. 57) salienta que o desinteresse desses países pela CPLP tem, sobretudo, raízes econômicas:

O principal interesse dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) é o estabelecimento de parcerias internacionais que lhes permitam buscar o desenvolvimento econômico e a resolução de seus graves problemas sociais. Nesse aspecto, a participação na CPLP não apresenta nenhum atrativo especial para esses países, visto que seu principal ator- Portugal- tem uma capacidade de investimento bastante reduzida se comparada com a de outros países da União Europeia ou com os Estados Unidos, de quem os PALOP têm se aproximado em busca de parcerias estratégicas.

Outro ponto é que, mesmo sendo um órgão internacional, a CPLP não consegue galgar espaços mais significativos na mídia. Já são quase 20 anos

de existência, mas a Comunidade não consegue se firmar como fonte de informação sobre o mundo lusófono. O que acontece é que sua menção é mais comum em Portugal. Portanto, o desejo do governo português em resgatar relações com suas ex-colônias ainda caminha a passos lentos, embora a instituição tenha quase três décadas de existência. Como aponta Faraco (2009, p.308), “*não são muito alentadoras as possibilidades de a CPLP se firmar como um organismo internacional para além da retórica sentimental.*”

Dessa forma, parece-nos válido destacar que o sustentáculo da CPLP está tão somente na questão cultural, limitando, portanto, sua expansão e consolidação como órgão internacional importante, ainda que seja apenas no seu território de atuação, que são os países lusófonos. Quanto a isso, Freixo (2009, p. 68) conclui, levantando questões importantes:

São questões que versam sobre até que ponto a língua portuguesa pode funcionar como um elemento de unidade cultural entre os nove membros da CPLP e sobre a legitimidade de uma comunidade que se assenta sobre um discurso que é essencialmente português- o da lusofonia, formulado dentro de uma lógica política e ideológica específica, que tem norteado os movimentos do ator mais empenhado em sua construção.

Assim, resta-nos o questionamento: qual a importância da lusofonia para os países de língua portuguesa? Acreditar que existe uma língua portuguesa única, falada em nove países espalhados pelo mundo não condiz com as pesquisas da Linguística. Se entendermos a língua como estrutura viva e mutável, é impossível que todos os cidadãos desses países falem a mesma língua. Há diferenças geográficas, culturais, temporais e de outros tipos que impedem que exista a similaridade total entre o português brasileiro, europeu, africano e asiático.

Dessa forma a lusofonia, enquanto o conjunto de países e povos que falam a língua portuguesa, precisa também abarcar e, principalmente, respeitar as variações de língua que ainda sobrevivem dentro das fronteiras dos nove países que compõem a CPLP.

A língua portuguesa e a lusofonia são temas necessários para a formação da identidade nos países que compõem a porção de falantes de português no mundo. No entanto, é necessário refletir sobre a realidade da língua nesses países, tendo em mente que ainda sobrevivem línguas maternas que merecem respeito.

Políticas linguísticas mais eficazes e, evidentemente, políticas educacionais precisam ser inseridas de forma mais eficaz nesses países, a fim de tornar o processo de aprendizagem da língua portuguesa menos violento e mais respeitoso. É válido destacar que o cenário sociopolítico e econômico vivenciado nos países, principalmente africanos, é um dos entraves para que a propagação do português- um dos objetivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa- ocorra de maneira mais assertiva.

O ideal de lusofonia encabeçado por Portugal tem raízes históricas e culturais e vem sendo questionado por estudiosos que se dedicam às questões de língua. Muito tem se discutido sobre o tema, e as conclusões apontam para uma tentativa de neocolonização por parte de Portugal, mascarado por objetivos de união e fraternidade. Como discorre Faraco (2018):

Há, nesse discurso, uma ênfase ao papel que a língua exerce, em tese, como elemento aglutinador dos povos que a falam e daquilo que haveria de chão comum, dado pelo colonizador português, em suas respectivas culturas. Não se dá, obviamente, ênfase à língua como indicadora de uma específica ordenação do mundo social, com suas divisões, delimitações de territórios e conflitos. (p. 316)

Dessa forma, entender, primeiramente, que toda e qualquer língua não é una e se manifesta por meio de variações legítimas e eficazes no meio social se faz urgente mediante o cenário conflituoso que cerca o universo da língua portuguesa. Para tanto, trabalhar melhor a narrativa das matérias que tratam das questões de língua portuguesa, seguindo as descobertas da Linguística que apontam a multiplicidade e pluralidade, é tarefa essencial para o sentimento de pertença dos sujeitos de língua

portuguesa, ainda que vivam no Brasil, em Portugal, ou em outro país que compõe a CPLP.

E, nesse caminho tão necessário, os profissionais da mídia se constituem peça fundamental.

Referências

ABDULA, R. A. M.; TIMBANE, A. A.; QUEBI, D. O. **As políticas linguísticas e o desenvolvimento endógeno nos PALOP**. RILP . Série 4, nº31, p.23-46, 2017

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

_____. **A norma oculta - língua & poder na sociedade brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **Língua, Linguagem e Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Estatística da CPLP-2012** . Lisboa: INE, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016

_____. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

PERINI, Mário. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 2009.

Weedwood, Bárbara. **História concisa da Linguística**. São Paulo: Parábola, 2002.

Trabalho 3

Narrativas profissionais: a percepção desencaixada dos profissionais de comunicação e jornalismo sobre o mercado de trabalho tocantinense ¹ (301355)

*Francisco Gilson Rebouças Porto Junior*²

*José Eduardo Almeida*³

O desenvolvimento da formação acadêmica e profissional dos jornalistas no Estado do Tocantins no âmbito público deu-se a partir de 1996. Inicialmente, ofertado pela Universidade do Tocantins (UNITINS), instituição de ensino superior da rede estadual, e, posteriormente sob a responsabilidade da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Mesmo antes da criação do Tocantins e da Fundação Universidade do Tocantins (Unitins), outras graduações eram disponibilizadas no então norte de Goiás. Essa oferta ocorria para atender a demanda das elites e eram encontradas nos municípios de Araguaína, Gurupi e Porto Nacional (SOUZA, SILVA e LUDWI, 2018). À época, logo após a criação do Estado, havia diversas lacunas profissionais, desde a mão de obra técnica geral até profissionais com atuação específica.

Neste contexto, a Universidade do Tocantins é criada em 1990, por meio do Decreto 252. Já em outubro de 1991 ela torna-se autarquia, sendo

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

³ Jornalista. Mestrando em comunicação pelo PPGCOM-UFT. E-mail: eduardosemed@gmail.com.

que em 1996 a instituição passa a ser reconhecida como Fundação Universidade do Tocantins – Unitins (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, 2019). SOUZA, SILVA e LUDWI (2018) complementam a informação ao destacar que os primeiros Centros de Extensão/Integrados da recém-criada Unitins, com graduação em pedagogia, foram nas cidades de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis.

Posteriormente, já com a criação de Palmas, os cursos de direito, economia e comunicação foram implantados na Capital, fortalecendo este local como centro de formação acadêmico. O cenário político regional passava por modificações que se viram refletir no próprio desenho curricular dos projetos pedagógicos dos cursos universitários. Tais mudanças tiveram grandes reflexos no contexto acadêmico estadual como, por exemplo, a criação da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Em 2000 foi sancionada a Lei nº 10.032 que criava esta instituição. Anos mais tarde, o Governo Estadual e Federal assinaram um convênio com o objetivo de transferir os cursos de graduação da então Unitins para a nova instituição, entre eles o curso de Comunicação Social (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2019). As transformações pedagógicas e na profissionalização na área seguiram o ritmo político e ideológico da época e os projetos curriculares pedagógicos de curso, conseqüentemente, passaram por readequações.

Com a publicação da Resolução nº 05/2015 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe/UFT), a graduação em comunicação social com habilitação em jornalismo passasse a ser apenas bacharelado em jornalismo.

No entanto, a formação no curso não é indicativo de atuação profissional em jornalismo nem no estado do Tocantins ou em outras regiões brasileiras. Existe um conjunto de questões sobre as características propostas de formação profissional do curso de comunicação, desde a opção institucional para curso de jornalismo até as oportunidades vivenciadas pelos egressos nos espaços regional e nacional que apontam para outras

lógicas e interesses políticos, econômicos e ideológicos. Uma dessas questões passa necessariamente pela não obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, definida em 2009, fator complicador que fez com que muitos buscassem outras áreas de atuação.

A ampliação dos estudos sobre o curso de jornalismo em Palmas torna-se pertinente neste sentido. A proposta de realização de um levantamento de informações sobre os profissionais da comunicação passa pela UFT, uma das principais universidades públicas do Estado, que oferta tanto a graduação em jornalismo quanto especializações na área da comunicação. Também passa pelos profissionais no mercado tocantinense, fontes de informação para melhorar a qualidade do ensino ofertado.

Foram utilizadas como apoio as redes sociais para contactar e dialogar com os profissionais da área no Estado, com o objetivo de obter as informações que serão apresentadas no decorrer deste trabalho. Um total de 189 pessoas responderam a um questionário de 78 perguntas. Foram selecionados alguns dos resultados para uma apresentação mais objetiva das informações como renda, empregabilidade, sexo, pós-graduação, entre outras questões relevantes sob a perspectiva desta análise.

O curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo foi criado no Tocantins em plena expansão da modernização tecnológica e da globalização (mundianização) no Brasil e numa região empobrecida, que é o Tocantins. Os cursos e a universidade tinham um discurso de progresso e desenvolvimento regional. Vivia-se num espaço fantasioso, onde muitos não compreendiam ou relatavam de fato a realidade do Estado. Essa auto-definição, geralmente feita pelos próprios órgãos governamentais e mesmo não condizendo com a verdade, era muito utilizada para retratar aquele espaço. Na prática, os relatos estavam desencaixados da realidade.

Entende-se que as “instituições desencaixadas dilatam amplamente o escopo do distanciamento tempo-espaço e, para ter este efeito, dependem da coordenação através do tempo e do espaço” (GIDDENS, 1991, p. 23-24).

Importante destacar que os estudos sobre desencaixe podem ser divididos em dois tipos (GIDDENS, 1991): criação de fichas simbólicas e

estabelecimento de sistemas peritos. Neste contexto, fora da academia e em meio ao mercado de trabalho, a noção de desencaixe também se manteve. Acredita-se que, na atualidade, muitos profissionais da área no Tocantins percebem a profissão de uma forma diferente da apresentada nos dados obtidos e que serão debatidos no decorrer dessa análise (Gomide, 2007).

A partir dessa percepção compreende-se que a forma de auto-avaliação desconectada com a realidade, pode estar presente nas mais diversas áreas de atuação. No caso dos profissionais de comunicação, mais precisamente jornalistas no Tocantins, essa situação não é diferente. Importante ressaltar que a UFT, universidade pública de referência no Estado, trabalha em sua graduação na área para que os profissionais sejam inseridos no mercado de trabalho, seja em jornais, revistas, sites, emissoras de rádio e televisão, nas funções de repórter, editor, revisor, fotógrafo, assessor de imprensa e de comunicação (MELLO, 2019). Na pós-graduação, ela vem a possibilitar a complementação educacional para todos os profissionais que tiveram interesse em se especializar.

Entender – mesmo que brevemente – os significados de desencaixe é necessário para compreender melhor o contexto do discurso que envolve o desenvolvimento regional e também para estabelecer discernimento na interpretação das informações disponibilizadas nesta análise. Percebe-se que, em regra, a visão de muitos trabalhadores da área está desencaixada com a realidade. No Tocantins não é diferente.

A narrativa (*storytelling*) pode proporcionar tanto encantamento e magia distantes da realidade das problemáticas vividas, quanto negativas perante uma realidade muito mais cruel. Assume-se *storytelling* como a narração de “fatos, reais ou ficcionais, em diferentes tipos de suporte, de modo verbal ou não, a fim de emocionar e informar grandes públicos e até gerações (DOMINGOS, 2008, p. 97)”. Os objetivos quando se conta um tipo de história ou quando se cria uma narrativa são mutáveis e pragmáticos. Um deles seria o de alcançar algum tipo de poder em seu próprio meio (DOMINGOS, 2008).

Compreender esse conceito de storytelling também se faz pertinente para compreender como os profissionais criam narrativas sobre sua profissão e de como ela é no mercado de trabalho. Mesmo que essa narração não venha a condizer com o que é fato é preciso que dados ou informações apuradas sejam apresentadas para comprovar o distanciamento entre narrativa e realidade.

Outro ponto importante dar-se-á sobre a transformação dos processos formativos em Comunicação Social Jornalismo e Jornalismo. Com as mudanças tecnológicas ocorridas nos últimos anos, a profissionalização – pelo menos em tese – deveria ter acompanhando tal processo, oferecendo um curriculum formativo que viesse a tender às necessidades empregatícias na atualidade, assim como um levantamento de informações sobre as noções dos próprios profissionais sobre a realidade do mercado de trabalho.

Incluir o Processo de Bolonha na perspectiva da formação acadêmica é pertinente para a realização de um estudo que trate sobre a produção de conhecimento e sobre os padrões dos processos formativos. Mesmo com as ideias amplamente debatidas sobre a “Modernidade Líquida” (BAUMAN, 2001), é necessário compreender os avanços, dificuldades e conquistas dentro da profissionalização, principalmente sob a óptica da conjuntura global e regional.

No Brasil é perceptível a necessidade de se pesquisar indicadores de atuação profissional (graduação e pós-graduação) específica na área dos cursos de jornalismo, em especial, nas unidades federativas não pertencentes ao eixo daquelas regiões que trazem a área da comunicação sedimentada desde as últimas quatro décadas do século XX. Nesse sentido, torna-se importante investigar a partir de instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Tocantins (UFT), as situações que podem afetar nos avanços do processo de ensino/aprendizagem, na formação e especialização de profissionais preparados para um mercado de trabalho em constante mudança.

Neste contexto é extremamente relevante a realização de análises com o intuito de colaborar com estudos sobre as perspectivas e visões dos profissionais da comunicação e jornalismo no Tocantins. O Curso de Comunicação/Jornalismo foi gestado numa instituição, a Unitins, posteriormente transferido todo o corpo discente e infraestrutura para a UFT, até sedimentar-se efetivamente nesta última instituição. Mas ao longo dos anos, o jornalismo na UFT se firmou e curso semelhante em instituição de ensino superior privada em Palmas não logrou êxito e foi encerrado legalmente.

Dessa maneira, existem políticas curriculares e institucionais intencionalizadas que marcaram essa trajetória de sucessivos projetos pedagógicos que foram sendo adaptados na UFT. Para entender melhor todo o contexto é preciso verificar os projetos pedagógicos de curso e os percalços/desatinos que ocorreram ao longo do tempo, para que se possa compreender o cerne da questão profissional e os motivos da atual percepção sobre o mercado de trabalho no Tocantins.

Com o estabelecimento do curso de jornalismo na instituição, e com o reforço acadêmico de docentes qualificados, foi possível ir além. Cursos de especialização também foram ofertados, oportunizando a muitos cursos de pós-graduação – *latu e stricto sensu* – na área da comunicação. A partir desse breve entendimento sobre a formação na UFT, local onde a maioria dos entrevistados se formaram ou fizeram pós-graduação, pretende-se apresentar os dados obtidos através de um questionário, que foi aplicado. Porém, antes da apresentação torna-se pertinente esclarecer a metodologia utilizada.

A realidade dos profissionais de comunicação e jornalismo no Estado do Tocantins mantém-se melhor do que a brasileira. Os dados nacionais comparados com os obtidos por meio das entrevistas realizadas mostraram essa perspectiva. A partir dessa análise percebeu-se que a maioria das pessoas entrevistadas identificaram-se como sendo do gênero feminino, 91% disse ser formada em jornalismo ou comunicação social-jornalismo e

84,7% informaram estar em plena atividade, sendo que a maioria trabalha no serviço público.

No que diz respeito à qualificação profissional, das 98 pessoas que afirmara ter feito especialização 62 delas disseram ter feito realizado a complementação em Palmas, sendo que 43 delas ou 43,9% dos que já fizeram a pós-graduação garantiram ter se qualificado na Universidade Federal do Tocantins.

O conceito de desençaixe proposto por Giddens e utilizado neste estudo mostrou que muitos profissionais podem criar narrativas (storytelling) diferentes da realidade. Neste sentido, defende-se o levantamento de dados para que um resultado mais próximo do real seja apresentado à sociedade e esses próprios profissionais.

Por meio da análise também foi possível perceber a necessidade de se estabelecer métodos contínuos de obtenção de informações sobre a perspectiva do público estudado sobre o mercado de trabalho. Com dados relativos à necessidade de cursos, projetos pedagógicos, aperfeiçoamentos entre outros a academia poderia se preparar melhor para ofertar tanto uma graduação quanto especializações condizentes com a necessidade do mercado de trabalho regional.

Referências

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DOMINGOS, Adenil Alfeu. **Storytelling**: Fenômeno da Era da Liqueidez. *SIGNAL. Ling.*, Londrina, n. 11/1 p.93-109, jul. 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Anthony Giddens. - São Paulo: Editora UNESP, 1991.

MELO, Gabriela Pereira. **Ensino e atuação dos jornalistas na Região Norte do Brasil e de Portugal**. 2019. 129f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Comunicação e Sociedade, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

PÔRTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. **Entre Comunicação e Educação: o Processo de Bolonha e as ações formativas em cursos de Comunicação Social/Jornalismo em Portugal**. 2012. 614 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SCARDOELLI, Anderson. **Mulheres ainda são minoria no jornalismo brasileiro**. Portal Comunique-se. 8 de março de 2019. Disponível em: <<https://portal.comunique-se.com.br/mulheres-jornalistas-minoria/>>. Acesso em 05 de janeiro de 2020.

SOUZA, N. N. SILVA, M. A. LUDWIG, C. R. **Da Universidade Estadual do Tocantins - Unitins à Universidade Federal do Tocantins - UFT, Reminiscências do Campus de Arraias**. Revista Humanidades e Inovação v.5, n. 9 – 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/861>. Acesso em 18/11/2019.

Trabalho 4

Comunicação e narrativa de si: o corpo na propaganda ¹ (301543)

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior ²

Jorge Luiz Resende Nogueira ³

A palavra propaganda tem sua origem no latim “*propagare*” que inicialmente, era utilizada no meio agrícola e referia-se aos processos de reprodução das mudas das parreiras, plantas e trepadeiras. (Rossiter et al, 1991).

Da ideia inicial de espalhar uma planta, surgiu espalhar ideias ou notícias. Em 1622, o Papa Gregório XV instituiu uma comissão de cardeais com o objetivo de difundir o catolicismo nos países não católicos a “*Congregatio de Propaganda Fide*” (Congregação para Propagar a Fé). A partir de então, o termo passou a ser usado para qualquer grupo empenhado em difundir doutrinas políticas, religiosas, etc. (Costa; Patriota & Angelo, 2017).

A Reforma protestante, o aparecimento da imprensa, o surgimento das classes mercantis e comerciais, a descoberta de novos mundos e, mais tarde, a Revolução Industrial, fizeram com que a Igreja Católica perdesse seu monopólio na propagação de ideias. Outras organizações não católicas

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

³ Publicitário. Mestre em Comunicação e Sociedade pelo PPGCOM-UFT. E-mail: jorgeagecom@hotmail.com.

começaram a se utilizar da propaganda na difusão de novas ideias, princípios e doutrinas, a qual deixou de ser exclusividade dos sacerdotes e se tornou uma atividade peculiar a vários tipos de organizações econômicas, sociais e políticas. (Muniz, 2004).

Childs (1967) descreve que a propaganda passou a desempenhar importante papel na sociedade que se transformava de forma radical: “O significado histórico da propaganda é maior quando ela é executada sistemática e duradouramente por grupos amplos e bem organizados.” (Childs, 1967, pg 96). Na Inglaterra as propagandas começaram a aparecer no final do século XVII, anunciavam livros, jornais e medicamentos que eram muito requisitados no período, devido a grande incidência de doenças devastadoras no continente Europeu. No século XIX, com o aumento da economia ouve uma expansão nas propagandas, um exemplo são os Estados Unidos, onde os classificados tornaram-se bem populares preenchendo muitas páginas de jornal com pequenos anúncios de itens variados. No começo do rádio em 1920 não existiam propagandas, mas com o passar do tempo e com a sua popularização cada programa passou a ser patrocinado por um anunciante, onde era feito apenas uma menção simples no início e outra no final.

No decorrer da Primeira Guerra mundial a propaganda foi uma arma muito utilizada para persuadir a opinião pública a favor da Inglaterra, com seu ponto forte na promoção do ódio. (Dantas, 2014).

Durante a Segunda Guerra Mundial os conceitos de propaganda obtiveram grande avanço, tanto os norte americanos quanto os ingleses faziam propagandas preconceituosas, com a intenção de manipular os seus soldados contra seus inimigos. Do lado alemão as propagandas falavam sobre a superioridade racial ariana sobre os judeus. O título de ministro da propaganda é atribuído ao alemão Paul Joseph Goebbels, que criou as famosas frases “Para convencer o povo a entrar na guerra, basta fazê-lo acreditar que está sendo atacado...” e “Toda propaganda deve ser popular, adaptando seu nível ao menos inteligente dos indivíduos.” Com o

advento da era industrial, a produção em massa e a conseqüente necessidade de aumentar o consumo dos bens produzidos, a técnica publicitária foi-se aperfeiçoando, passando a ser mais persuasiva nas suas mensagens e perdendo, quase que por completo, o seu sentido unicamente informativo.

Com o desenvolvimento da imprensa, no século XVIII, os tipos de propaganda expandiram-se consideravelmente; criaram-se, já no século XIX, as primeiras agências de propaganda que se têm notícias. Porém, o crescimento da utilização da propaganda fez proliferar também a que anunciava produtos de valor questionável, necessitando, portanto, de uma busca por qualidade na propaganda (BOONE; KURTZ, 1998).

A concorrência entre as várias marcas, praticamente obrigou o aparecimento de um tipo de publicidade mais agressiva, chamada publicidade combativa, com a tentativa de impor um produto, ao invés de sugeri-lo. Isto deu origem a muitos excessos que só foram barrados com a entrada em vigor da legislação que regulou a atividade publicitária.

No século XX, a preocupação não era apenas com a seleção da mídia e com o produto em si, mas também em pesquisar mercados-alvo. Hoje, a necessidade das empresas e de todos aqueles que de alguma forma participam na elaboração de planos de marketing e propaganda é com o comportamento do consumidor (BOONE; KURTZ, 1998). Por fim, a propaganda tornou-se uma das formas de arte mais prolíferas de todos os tempos (SIMPSON; HORTON; BROWN, 1996), além de ser um dos pilares centrais do marketing e sua ferramenta mais visível e exposta ao público (D'ANGELO, 2003).

Desenvolvida para persuadir o receptor a tomar alguma atitude imediatamente ou mais adiante a propaganda pode ser também conceituada como o desenvolvimento e a execução de qualquer mensagem de lembrança, informação ou persuasão criada para um mercado ou público-alvo. (Bickart e Ruth, 2012). Segundo esses autores, ela pode ser compreendida como um processo comunicativo que não trata de obrigar alguém

a fazer algo através de coação, mas sim de induzir, sugerir, conduzir alguém a fazer ou não fazer alguma coisa, através de condutas codificadas.

Para Churchill e Peter (2000), propaganda é qualquer anúncio ou mensagem persuasiva veiculada nos meios de comunicação de massa em determinado período e espaço pagos ou doados por um indivíduo, companhia ou organização identificados.

Percebe-se, portanto e através das definições descritas, que a propaganda significa multiplicar, estender, propagar, como afirmam Rabaça e Barbosa (1987), onde a propagação parte de interesses de empresas, organizações, pessoas e até de agências governamentais com o claro intuito de informar e persuadir o público-alvo acerca de determinado produto.

Harold D. Lasswell não entende a propaganda como uma simples difusão de ideias e doutrinas, mas a sua propagação por certos métodos. Para ele, “a propaganda baseia-se nos símbolos para chegar a seu fim: a manipulação das atitudes coletivas.” Assim, o uso de representações para produzir reações coletivas pressupõe uma ação de propaganda. (PINHO, 1990, pg. 20).

Segundo Churchill e Peter (2000) há vários tipos de propaganda, sendo necessário o profissional de marketing selecionar aquela que mais convém aos objetivos de sua comunicação. Estes tipos, portanto, estão discriminados na Tabela 1:

Tabela 1 – Tipos de Propaganda

Termo	Definição
Propaganda de produto	Propaganda que se concentra em criar demanda para bens, serviços, locais, pessoas ou eventos;
Propaganda de serviço	Propaganda de produto específica para serviços;
Propaganda de marca	Propaganda de produto específica para marcas;
Propaganda institucional	Propaganda que promove o nome, a imagem, o pessoal ou a reputação de uma companhia, organização ou setor de atividade;
Propaganda pioneira ou informativa	Propaganda que tenta desenvolver demanda inicial para uma categoria de produto;
Propaganda persuasiva	Propaganda que tenta desenvolver demanda seletiva para determinadas marcas de produtos;
Propaganda comparativa	Propaganda que compara uma marca com a concorrente ou com formulações anteriores;

Propaganda de proteção	Propaganda institucional que defende determinadas posições, atividades ou causas;
Propaganda corretiva	Propaganda envolvendo uma companhia que veicula novos anúncios corrigindo uma mensagem enganosa ou incorreta anteriormente veiculada.
Propaganda de lembrança	Propaganda que tenta fazer com que os consumidores lembrem do produto, que o tenham em mente;
Propaganda subliminar	Propaganda que tenta influenciar os consumidores pela utilização de mensagens e estímulos abaixo do limiar de reconhecimento.

Fonte: Churchill e Peter (2000, p. 473).

A propaganda pode também transmitir informações a um grande número de pessoas ao mesmo tempo (CHURCHILL; PETER, 2000), e é tida como um reforçador de padrões e estipula quais papéis são adequados, melhores e naturais, tornando-se estereótipos e representação midiática, como no caso do corpo masculino, o qual pode trazer um certo “conforto social”, mas que por exclusão, caracteriza preconceituosos do que realmente constituem as masculinidades plurais. (JANUÁRIO, 2009).

Sobre esse olhar do corpo na propaganda, no sentido de tirar o foco do produto e trazer uma reflexão mais profunda de subjetividade do sujeito, na busca por sensações e gozo, Lipovetsky complementa: “Nunca tantos indivíduos manifestaram tanto gosto em serem espectadores da felicidade de seus semelhantes”. (LIPOVETSKY, 2007, p. 315). Sobretudo na atualidade, onde todas as áreas se convergem para o centro do palco, ou do consumo, numa luta frenética por *likes* e atenção.

Referências

- BICKART, Barbara A. e RUTH, Julie, Green Eco-Seals and Advertising Persuasion (1 de abril de 2012). Forthcoming, Journal of Advertising, December 2012, Boston U. School of Management Research Paper No. 2012-10, Disponível em:<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2036977>.
- BOONE, L; KURTZ, D. **Marketing contemporâneo**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
- CHILDS, H. **Relações públicas, propaganda e opinião pública**. Rio de Janeiro: FGV, 1967.
- CHURCHILL; PETER, Marketing: criando valor para os clientes. São Paulo: Saraiva, 2000.

COSTA, M; PATRIOTA, A e ANGELO, C. **Propagandas de apelo emocional e utilitário:** efeitos na atitude do consumidor na percepção do *brand equity* de um celular *Samsung*. REGE-Revista de Gestão 24 (2017) 268–280 <http://www.sciencedirect.com/science/journal/18092276>

D'ANGELO, André Cauduro. **A ética no marketing.** *Rev. adm. contemp.* [online]. 2003, vol.7, n.4, pp.55-75.

DANTAS, A, P. Uma fotografia da publicidade mossoroense: uma análise descritiva dos empresários de publicidade. Mossoró-RN, 2014.

JANUÁRIO, S. As masculinidades contemporâneas e a sua representação nos media. 2009. www.bocc.ubi.pt

LIPOVETSKY, G. **A felicidade Paradoxal. Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo.** Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

MUNIZ, Eloá. **Publicidade e propaganda origens históricas.** Disponível em: <https://www.eloamuniz.com.br/arquivos/1188171156.pdf> . Acesso em: 09 agosto. 2020.

PINHO, J.B. **Propaganda institucional:** usos e funções da propaganda em relações públicas. Summus editorial, São Paulo, 1990.

RABAÇA, C; BARBOSA, G. **Dicionário de comunicação.** Ática, São Paulo, 1987.

ROSSITER, J; PERCY, L & DONOVAN, R. A better advertising planning grid. *Journal of Advertising Research*, 31(5),11–21. 1991.

SIMPSON, M.; HORTON, S; BROWN, G. Male nudity in advertisements: A modified replication and extension of gender and product effects. **Academy of Marketing Science Journal**, v. 24, n. 3, p. 257, Summer 1996.

Trabalho 5

Jogos eletrônicos, gamificação e aprendizagem: notas iniciais para se compreender a aplicação da tecnologia ¹ (302628)

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior ²

Fernando Turíbio de Moura ³

Os jogos eletrônicos, mini games, jogos para computador (online ou não), aparelhos de videogame (o console e seus periféricos), simuladores, e até mesmo os mais antigos fliperamas, são objeto de grande deslumbramento econômico, tecnológico, social e também de grande influência na atualidade. Levando em consideração as alternativas de entretenimento disponíveis no mercado atual, os Jogos Digitais estão entre os que vêm apresentando as maiores taxas de crescimento. Só em 2018 por exemplo o faturamento no Brasil atingiu US1,5 bilhão de dólares, mantendo a posição de líder latino-americano e 13^o na classificação global (PRICEWATERHOUSECOOPERS, 2019)

Outro aspecto a ser ressaltado, é a correlação diretamente proporcional, de um lado, a evolução das tecnologias da informática, e do outro, o

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

³ Mestrando pelo mestrado profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: fernando.moura@mail.uft.edu.br.

aparecimento e a evolução dos jogos eletrônicos. Os softwares (jogos) dependem de um componente físico (hardware) para funcionar, havendo uma conexão consistente, linear e recíproca entre eles e o computador (PC). Quanto maior a sua proximidade com a realidade (sons, imagens, imersão), mais os softwares necessitam de um hardware cada vez mais potente. Essa melhoria tecnológica reflete-se na qualidade dos jogos e em seu realismo, sendo que o inverso também é verdadeiro (MENDES, 2006).

Tomando como base a pesquisa de (HUIZINGA, 2014), podemos abstrair oito características principais e comuns a todas as atividades consideradas jogos, sendo digitais ou não:

1. Participação voluntária: o jogo é uma atividade na qual todos os participantes são livres para fazer parte, ou não.
2. Distração: o jogo não é uma obrigatoriedade, portanto, não pode ser considerado uma tarefa. Dessa forma, é praticado nas horas de ócio, como distração.
3. Exterior à “realidade”: o jogo é a evasão da vida real para uma esfera paralela de tempo e espaço, não podendo ser considerado parte integrante do cotidiano.
4. Limites espaciais e temporais: como o jogo é a evasão da vida real, requer espaço e duração delimitados para a sua prática. Essas limitações são responsáveis por deslocar o participante para a realidade paralela do jogo.
5. Meta: o jogo possui objetivo definido e claro para todos os participantes.
6. Regras: para alcançar a meta, deve-se agir de acordo com as regras determinadas, com o objetivo de inserir os participantes na realidade paralela do jogo.
7. Sistema de feedback (resultados): considerando a existência de uma meta a ser atingida, conseqüentemente, haverá um resultado, representando o alcance, ou não, dessa meta. Portanto, é necessário determinar um sistema de contagem de pontos ou avaliação de feedback, a fim de definir claramente o resultado do jogo entre os participantes. Em um jogo, não existe dúvida quanto ao alcance, ou não, do objetivo final por parte dos seus jogadores.
8. Término: o jogo sempre acaba

O Brasil possui uma quantidade de *players* (jogadores) na casa dos 75 milhões (REPORT, 2018). Tal número demonstra que existe uma quantidade significativa de pessoas que consomem jogos no país, porém quando se trata da área de desenvolvimento, de acordo com o senso realizado em 2018 por SAKUDA e FORTIM (2018), foram mapeadas 375

desenvolvedoras de jogos digitais no início de 2018, um aumento expressivo de 182% em relação ao mesmo senso realizado em 2014, apesar disto é um número tímido quando se trata de criação de conteúdo para consumo. É importante também ressaltar que 26,4% destas desenvolvedoras ainda atuam na informalidade.

Outros dados de interesse, a indústria de conteúdo criativo para jogos eletrônicos se concentra principalmente na região sudeste do país, sendo que São Paulo é o centro de referência com 33% de empresas formalizadas sediadas no estado, seguido por Rio de Janeiro (9,4%) e Minas Gerais (9,1%). Ainda vale destacar o crescimento da participação dos jogos educacionais no mercado. Segundo FLEURY et al. (2014), em 2013 foram produzidos 621 jogos digitais para cenários educacionais e 509 voltados apenas para entretenimento. Contudo, esse crescimento de jogos produzidos para cenários escolares não reflete a realidade dos ambientes educacionais, pois os jogos ainda não estão presentes em sala de aula, apesar de sua interação no cotidiano.

Jogos educacionais fazem parte de uma categoria particular de jogos, desenvolvida para abordar aspectos que transcendem o entretenimento. Os *serious games* ou jogos sérios são concebidos para proporcionar o treinamento de profissionais, a tomada de decisão em situações críticas, a conscientização de crianças, jovens e adultos e a educação em temas específicos (MICHAEL e CHEN, 2005). Segundo (SUSI, JOHANNESON e BACKLUND, 2007) essa metodologia de ensino está aumentando exponencialmente. Tem como papel fundamental o foco em resolução de problemas, com importantes elementos de aprendizado ao contrário dos jogos comerciais que focam em experiências ricas e focadas na diversão.

Com todas estas vertentes, aplicabilidades e flexibilidade, os games fazem sucesso, com os mais variados públicos. Devem de fato ser estudados a fundo e pesquisados, usados não só como forma de lazer, mas também com aplicabilidade para melhorias em diversas áreas, inclusão social, auxílio na educação e não só nela, mas nas mais diversas áreas do conhecimento. Conforme (PRZYBYLSKI e WEINSTEIN, 2016) também é

necessário ter cuidado, principalmente estudando suas consequências, os jogos impactam socialmente e psicologicamente. Seus atributos também podem ser dissecados e aplicados de outras formas como veremos na seção abaixo.

Outro elemento importante é a gamificação. A gamificação é um conceito antigo, mas sua palavra foi propriamente cunhada por (PELLING, 2015). Nos últimos anos começou a ganhar destaque e atenção do público, principalmente pelo aumento das pessoas que cresceram jogando videogame e que ao longo do tempo foram incorporados ao mercado de trabalho. A gamificação é a abstração de conceitos aplicados aos jogos usados em contextos fora deles. A aplicação do *game thinking* e mecânicas dos jogos para melhorar o entendimento de temas variados. Tipicamente aplicados a processos ou aplicações de forma a motivar e influenciar pessoas à adota-los.

O conceito funciona fazendo a tecnologia mais atrativa, incitando usuários a buscarem suas desejadas soluções, mostrando um caminho de autonomia e domínio, ajudando a resolver problemas e não servindo apenas como distração, usando da predisposição humana para jogar. Esta técnica consegue influenciar pessoas a fazer tarefas ordinariamente chatas como completar questionários, fazer compras ou visitar websites de forma mais atrativa e menos chata (MARCZEWSKI, 2013). Basicamente é tornar ações e aprendizado mais atrativo por meio da adoção de mecânicas dos jogos. De modo mais simplista significa recompensar o usuário por realizar determinada ação, apesar de haver muito mais em contexto, especialmente quando considera-se a parte comportamental.

É interessante notar, no entanto, que um projeto de gamificação pode ser composto não só por elementos de design de jogos, mas também por um jogo já completo, desde que ele atenda ao objetivo que se pretende no processo de gamificação. Se o objetivo for melhorar a aprendizagem da matemática, pode-se, por exemplo, inserir os tais elementos de jogo numa aula – um processo habitual da gamificação – ou, dentro de uma dinâmica, propor a utilização de um jogo educativo de matemática já desenvolvido

anteriormente, ou seja, os *serious games* podem ser utilizados como instrumentos de um processo de gamificação. Por outro lado, não é tão simples imaginar o sentido contrário, ou seja, aplicar total ou parcialmente o processo de gamificação em um contexto de utilização de um jogo sério, afinal, estes já são “gamificados” por natureza (SANTAELLA, NESTERIUK e FABRÍCIO, 2018).

É importante também denotar a flexibilidade de aplicação da gamificação. por exemplo em (Lister et al. 2014), a gamificação foi aplicada em ferramentas voltadas para saúde como aplicativos fitness que concluiu que o uso da prática nesta área está se tornando extremamente popular, diante desta análise seu uso se torna promissor. Já em (Pedreira et al. 2015) foi feito uma revisão sistemática de literatura que mostra que o recurso é muito útil na prática de desenvolvimento de software, e em alguns poucos casos na área de gerenciamento de projetos, também com bons resultados. Ou seja, não há limitações na aplicação da metodologia, podendo ser utilizada em várias vertentes.

Dessa forma, a gamificação é um recurso com resultados promissores, dentre vastas áreas de conhecimento, ainda que, não muito explorada, sendo que os estudos aqui debatidos se propõem a atender nichos específicos, não sendo possível ainda definir uma metodologia comum a todas as situações possíveis. Ressalta-se ainda que a proposta de se usar recursos inerentes aos jogos em proposições fora de seu escopo tem um efeito motivador inerente por si só, o que beneficia sua aplicação em qualquer área do conhecimento.

Os jogos digitais, são elementos bastante disseminados no cotidiano e no imaginário das pessoas. Mesmo quando não estão sendo usufruídos, eles têm o poder de se integrar de outras formas ao nosso dia a dia, como em estampas de roupas, parâmetro para criação de filmes e peças publicitárias e até inspirar composições musicais. Permeando diversos espaços com diferentes funções, se tornaram ainda um grande aliado para o andamento de inúmeras tarefas. Com o tema Gamificação já abordado, a

diversas iniciativas que tentam incorporar a temática de jogos eletrônicos às salas de aula.

Os jogos digitais, tem o potencial de educar, conforme (GROS, 2007), os videogames não são a solução para os problemas educacionais, mas uma forma de mudança na metodologia de ensino para aprimorar os conhecimentos que as gerações futuras irão necessitar na "sociedade digital". Crianças e pessoas mais jovens são introduzidas ao mundo virtual por meio dos games, e essa interação com a tecnologia pode alterar a forma com que se produz e adquire conhecimento. Assim como os livros e filmes, os jogos eletrônicos podem ser usados de variadas formas. Não são todos os jogos que são aplicáveis ao ambiente de sala de aula, muitos deles são violentos e trazem conteúdo fora do escopo do ambiente educacional, mas um jogo que tenha desde sua concepção uma proposta educacional e inclusiva pode apresentar resultados significativos.

Jogos por si só, são motivadores e podem ser, com sucesso, empregados com este objetivo. Por outro lado, a efetividade de aprendizado envolve outros aspectos, sobre a luz das teorias pedagógicas. Segundo (DE GLORIA, BELLOTTI e BERTA, 2014) o design e uso dos "jogos sérios" (aqueles voltados para o aprendizado e não apenas para o entretenimento), são baseados principalmente nas teorias pedagógicas voltadas para o construtivismo, ou seja, centraliza na ideia que o aprendizado é construído por experiências obtidas e vivenciadas pelo próprio educando, e o conhecimento é fruto dessa sinergia.

Outra teoria que gera um impacto significativo no que tange aos jogos digitais na educação é o chamado Flow (NAKAMURA e CSIKSZENTMIHALYI, 2014). O conceito foi primeiramente empregado para medir o engajamento em um jogo educacional, conforme os artigos de CHEN e JOHNSON (2004) e HAMARI, SHERNOFF, *et al.* (2016). Tais estudos oportunizaram a agregação de várias teorias e métricas que deram origem a um modelo conciso para aplicação, chamado de GameFlow, que consiste de oito elementos básicos: concentração, desafio, habilidades,

controle, objetivos claros, feedback, imersão e iteração social. Praticamente todos os jogos atuais incluem e são pautados por estes oito componentes de Flow.

Tais pontos são de vital importância de entendimento e uso, para a concepção de um jogo lúdico, voltado para a proposta de ações educativas e transformação do espaço de aprendizado. Desta forma, não basta apenas ter o entendimento técnico de se produzir um jogo (capacidade técnica), mas também saber mesclar esta capacidade com os objetivos propostos para a finalidade demandada, desta forma transformando a concepção de um jogo "qualquer" para um jogo educacional aplicável a sala de aula. Não obstante, jogos comerciais e voltados para o mercado, sem conotação educativa, também absorvem desta fonte boa parte, quando não todos, os pontos aqui debatidos.

Referências

CHEN, M.; JOHNSON, S. Measuring flow in a computer game simulating a foreign language environment. **Unpublished article**, 2004.

DE GLORIA, A.; BELLOTTI, F.; BERTA, R. Serious Games for education and training. **International Journal of Serious Games**, v. 1, 2014.

FLEURY, A.; , D. N.; , J. H. D. O. C. **Mapeamento da Indústria Brasileira e Global de Jogos Digitais**. GEDIGames. São Paulo. 2014.

GROS, B. Digital Games in Education: The Design of Games-Based Learning Environments. **Journal of Research on Technology in Education**, v. 40, p. 23-38, 2007. ISSN ISSN: 15391523. Disponível em: <<http://search-ebSCOhost-com.ez361.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=26702142&lang=pt-br&site=ehost-live>>.

HAMARI, J. et al. Challenging games help students learn: An empirical study on engagement, flow and immersion in game-based learning. **Computers in human behavior**, v. 54, p. 170-179, 2016.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. [S.l.]: Routledge, 2014.

Lister C, West JH, Cannon B, Sax T, Brodegard D. Just a Fad? Gamification in Health and Fitness Apps. *JMIR Serious Games* 2014;2(2):e9. DOI: 10.2196/games.3413

MARCZEWSKI, A. **Gamification**: a simple introduction. [S.l.]: Andrzej Marczewski, 2013.

MENDES, C. L. **Jogos eletrônicos**: diversão, poder e subjetivação. [S.l.]: Papirus Editora, 2006.

MICHAEL, D. R.; CHEN, S. L. **Serious games**: Games that educate, train, and inform. [S.l.]: Muska & Lipman/Premier-Trade, 2005.

NAKAMURA, J.; CSIKSZENTMIHALYI, M. The concept of flow. In: _____ **Flow and the foundations of positive psychology**. [S.l.]: Springer, 2014. p. 239-263.

Pedreira, O; García, F; Brisaboa, N Mario Piattini. Gamification in software engineering – A systematic mapping. In *Information and software technology*, 2015.

PELLING, N. The (short) prehistory of “gamification”, 2015.

PRICEWATERHOUSECOOPERS, L. L. P. Perspectives from the Global Entertainment & Media Outlook 2019-2023. **Accessed online February 2020**, 2019.

PRZYBYLSKI, A. K.; WEINSTEIN, N. How we see electronic games. **PeerJ**, v. 4, p. e1931, 2016.

SAKUDA, L. O.; FORTIM, I. II censo da indústria brasileira de jogos digitais. **Ministério da cultura e Homo-Ludens: São Paulo**. Disponível em: < <https://nuvem.cultura.gov.br/index.php/s/mdxtGP2QSYO7VMz#pdfviewer/> > Acesso em, v. 14, p. 2019, 2018.

SANTAELLA, Lucia; NESTERIUK, Sergio; FAVA, Fabricio. **Gamificação em debate**. São Paulo : Blucher, 2018

SUSI, T.; JOHANNESSON, M.; BACKLUND, P. **Serious games: An overview**. Skövde. 2007.

Trabalho 6

Midiativismo na Amazônia: a rede de comunicação dedicada às causas indígenas ¹ (299621)

Carine Felkl Prevedello ²

Beatriz Joselita Oliveira Coutinho Abreu ³

Camila Gouas Pires ⁴

Letícia Gonçalves Lisboa ⁵

O isolamento e anonimato característicos da exuberância e da diversidade da floresta amazônica são também uma analogia aplicável, pelo menos até o final do século XX, à consolidação de estruturas técnicas e/ou profissionalizadas de produção de conteúdo informativo acerca dos temas que envolvem a defesa e prevenção de causas e desastres ambientais ligados à Amazônia. Tanto em termos de mídia corporativa, no sentido dos veículos de comunicação clássicos do período analógico, como jornais impressos, ou redes de radiodifusão (predominantemente comerciais, à exceção das TVs educativas e rádios universitárias) quanto em grupos

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutora em Comunicação, professora da Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ, coordenadora da pesquisa registrada pelo programa PIBIC/UFRJ. Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9032841605132565> Email: carine.prevedello@eco.ufrj.br

³ Estudante do 3º período de Jornalismo ECO/UFRJ, pesquisadora PIBIC. Email: biaatrizo7@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5477987416595395>

⁴ Estudante do 6º período de Jornalismo da ECO/UFRJ, pesquisadora PIBIC. Email: camilagouas@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5506911962795559>

⁵ Estudante do 5º período de Jornalismo ECO/UFRJ, pesquisadora PIBIC. Email: leticialig@outlook.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3736824229937386>

identificados com um padrão tecno-estético não-hegemônico (BOLAÑO, 2000), a consolidação de uma rede de canais de Comunicação dedicados a reverberar as causas de interesses e conflitos ambientais esbarra na questão da propriedade, financiamento e gestão. Castro (2012) descreve com precisão este cenário, ao tratar da constituição histórica do sistema de Comunicação na Amazônia brasileira.

Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará, Tocantins e Mato Grosso concentram algumas das mais baixas densidades demográficas do país, fator relacionado à predominância do perfil geográfico-ambiental, de vastas áreas ocupadas pela floresta e por áreas de preservação ambiental, o que incide também na ocupação urbana e no conseqüente desenvolvimento de estruturas independentes e/ou alternativas de produção e distribuição de informação. Resta ainda, junto aos oito estados citados, um território formado por municípios do estado do Maranhão, na região Nordeste, também integrante da chamada Amazônia Legal, delimitada em lei nacional para a definição de políticas públicas de desenvolvimento, totalizando uma área correspondente a 61% do território nacional (IBGE, 2020a). A região Norte é também a que concentra a população indígena brasileira, com mais de um terço dos povos indígenas habitantes desses estados, segundo o último levantamento (IBGE, 2020b).

A fase de surgimento da internet e das plataformas digitais, especialmente as Redes Sociais, como canais tecnológicos de produção e distribuição autônoma de conteúdo informativo, subvertendo a lógica da radiodifusão comercial predominante no Brasil, é um contexto ainda mais recente, que remonta às primeiras décadas do século XXI. Entretanto, foi exatamente a consolidação de canais e formatos alternativos possibilitados pelas tecnologias digitais que possibilitou o surgimento de coletivos independentes, gestados e organizados por grupos de voluntários e autônomos, alguns ligados a organizações não governamentais ou a entidades civis, interessados na produção dos mais diversos tipos de conteúdo informativo relacionado às causas de interesse da sociedade civil. Estruturas midiáticas de contra-poder (MORAES et al., 2013) fundamentais para

a construção de discursos alternativos àqueles consolidados pela pauta majoritária ligada aos grandes veículos de imprensa: “(...) o monopólio da informação que os meios de comunicação dominantes exerceram em nossas sociedades vai chegando ao fim” (RAMONET, 2013, p. 86).

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que o contexto dos conglomerados transnacionais de tráfego dos dados digitais pode trazer tensão ao debate da democratização da Comunicação, em conflitos geopolíticos e de identidade associados aos “fluxos invisíveis imateriais, que formam territórios abstratos e escapam às antigas territorialidades” (MATTELART, 2006, p.168). Uma série de composições e reivindicações que perpassa o tecido social e dialoga, no cenário digital, com o conceito de midiativismo como uma apropriação das estruturas de mídia independente para a estruturação de redes de defesa de pautas de interesse coletivo.

A democratização, o acesso e financiamento às mídias são um dos temas mais reivindicados pelas organizações civis brasileiras que entendem a comunicação não simplesmente como “ferramenta”, mas como uma das novas formas de organização social. Em uma sociedade da informação, das redes, do conhecimento, faltam políticas públicas, apoios e financiamento para as mídias livres, constituindo e consolidando uma nova ecologia midiática. Um entendimento que vem se ampliando e disseminando nas últimas décadas com a comunicação pós-mídias digitais e a entrada em cena de uma multidão de novos atores e movimentos. (BENTES, 2018, p.152)

No caso da Amazônia, destacam-se, nas duas pontas (período analógico e digital), as iniciativas da Rede Xingu Mais (2020), estruturada ainda nos anos 1990, mas consolidada com o surgimento das mídias digitais, e mais recentemente da Casa Mídia Ninja Amazônia (MÍDIA NINJA, 2020), dedicada à experimentação de linguagens digitais para a produção de conteúdo alternativo relacionado às demandas ambientais e identitárias da Amazônia. É importante, ainda, ressaltar, iniciativas como a contribuição do trabalho do fotógrafo Sebastião Salgado para a popularização da causa

indígena, especialmente dos povos isolados, a partir de uma série de expedições realizadas nos últimos dez anos (HELVÉCIA, 2020), que resultarão em uma série de publicações e exposições internacionais, a partir de 2021, intituladas “Amazônia”. As expedições e exposições de repercussão internacional de Sebastião Salgado, na sequência de trabalhos dedicados a retratar trabalhadores do garimpo e do campo em situação de vulnerabilidade, motivaram a ampliação e fortalecimento de ações de organizações da sociedade civil e da esfera governamental para a proteção dos povos da Amazônia. A organização do acervo de Salgado, que está reunido na Amazon Images, agência de propriedade do fotógrafo, é um exemplo representativo do ativismo independente pela causa indígena e da preservação ambiental, com repercussão na formação e mobilização da opinião pública internacional.

De acordo com o IBGE (2020b), são pelo menos 305 povos indígenas distribuídos no Brasil, com concentração de um terço dessa população nos estados integrantes da Amazônia Legal. As diversas e amplas causas ligadas à preservação da floresta e à manutenção da biodiversidade como ativo econômico, cultural e ambiental, são transversais às lutas para a proteção desses povos, tais como as reivindicações por demarcações de territórios, as disputas com grileiros e desmatadores, o acesso às condições mínimas de manutenção das características dos modos de vida originários com proteção à saúde e à sobrevivência. E, conforme já afirmaram, primeiramente de forma visionária McLuhan (1964), ao popularizar o conceito de “aldeia global”, e a seguir Castells (1999), com a noção de “sociedade em rede” o surgimento dos novos meios de Comunicação impõe uma adaptação progressiva e uma reorganização da humanidade, ao mesmo tempo em que as pautas que pareciam locais passam a ter um alcance cada vez mais amplo. “Elettricamente contraído, o globo já não é mais do que uma vila”, vaticina McLuhan (1964, p.19). Esse debate auxilia a compreensão do deslocamento do poder da mídia dos grandes conglomerados comerciais clássicos da imprensa no século passado, para as estruturas de mídia alternativa e contra-poder característicos das mídias digitais:

“Antes, as mídias-sol, no centro do sistema, determinavam a gravitação universal da comunicação e da informação em torno delas. Agora, mídias-poeira, espalhadas pelo conjunto do sistema, são capazes de aglutinar para construir, em certas ocasiões, superplataformas midiáticas gigantescas... A lógica do predador solitário é sucedida pela estratégia do enxame.” (RAMONET, 2012, p.27)

Apresenta-se, como hipótese para o trabalho, a perspectiva de estruturação de um conjunto representativo de organizações midiáticas, porém ainda discreto, em termos quantitativos, e também marcado pela desarticulação na capacidade de integração das pautas e da atuação na mobilização em torno dos temas de interesse primeiramente público, porque de importância coletiva e estrutural para o país, e comum ao perfil de ativismo desses grupos.

Na Amazônia, pelo simbolismo no impacto na preservação e conservação da biodiversidade do planeta, gradativamente as redes de Comunicação interplanetária, os formadores de opinião, as celebridades internacionais, voltam seus olhos para a defesa de causas que estão localizadas em terras brasileiras, mas dizem respeito ao ecossistema global. A capacidade de ampliar estas questões torna-se progressivamente estratégica e fundamental para mobilizar forças políticas e sociais capazes de incidir nos fenômenos ambientais. Trata-se, portanto, de entender a complexidade da teia de atores organizados e dedicados a defender e ampliar as causas de interesse dos povos da floresta, para potencializar o discurso das causas essenciais à preservação e prevenção de desastres naturais.

Serão, portanto, simultaneamente, possíveis de serem identificadas, inicialmente, a rede de mídia alternativa local atuando como um discurso contra-hegemônico em relação aos canais de mídia corporativa, e essencialmente pautadas por conteúdos associados à defesa dos povos indígenas. A seguir, a vinculação ou desvinculação desses coletivos com as características de rotina produtiva de núcleos produtores de informação ajudará a responder à hipótese de uma crescente diversificação das formações e organizações responsáveis pela estruturação de uma complexa, porém

desarticulada teia de Comunicação e difusão de informações envolvidas com as causas ambientais dirigidas à Amazônia. Para, finalmente, aproximar a pesquisa da hierarquização de causas urgentes e atuais para os povos indígenas, a partir dos conteúdos construídos por essas redes. Mapear esses núcleos, delinear suas formas de atuação e identificar as pautas que mobilizam, contribui para fortalecer e ampliar o discurso midiático necessário ao aprimoramento das potencialidades das tecnologias e plataformas digitais de Comunicação para a definição de atuação estratégica em defesa da preservação ambiental.

Referências

- BENTES, Ivana. Economia narrativa: do midiativismo aos influenciadores digitais. In: BRAIGHI, Antonio Augusto; LESSA, Claudio; CÂMARA, Marco Tulio (Orgs.) **Interfaces do Midiativismo** – do conceito à prática. 2018. E-book. Disponível na Internet em: [<https://interfacesdomidiativismo.wordpress.com/2017/12/07/download-do-e-book/>] p.151-169
- BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Fabio Fonseca. Sistemas de comunicação na Amazônia. In: **Revista Fronteira** – Estudos Midiáticos. V.14. n.3. Universidade do Vale do Rio dos Sinos/ São Leopoldo (RS). p.179-191. Setembro a dezembro 2012.
- HELVÉCIA, Heloísa (Ed.). Sebastião Salgado na Amazônia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Ano 96, 2017, Folha Ilustrada. Disponível na internet em: [<https://arte.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/sebastiao-salgado/suruwahas/cirurgia-de-catarata-devolve-o-mundo-a-ancias/>] Acesso em 01 junho 2020.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Amazônia Legal**. Disponível na internet em: [<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>] Acesso em 04 junho de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **O Brasil Indígena**. Disponível na internet em: [<https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/download>] Acesso em 04 junho de 2020.

MATTELART, Armand e MATTELART, Michéle. **História das teorias da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 9ª. Ed.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

MÍDIA NINJA. **Mídia Ninja lança centro online em defesa da Amazônia**. Disponível na internet em: [<https://midianinja.org/news/midia-ninja-lanca-centro-online-em-defesa-da-amazonia/>] Acesso em 28 maio 2020.

MORAES, Denis; RAMONET, Ignacio e SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder**. São Paulo: Boitempo, 2013. **Mídia, poder e contra-poder** – da concentração monopólica à democratização da Comunicação. Boitempo Editorial: São Paulo, 2013.

RAMONET, Ignacio. **A explosão do jornalismo**: das mídias de massa à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

RAMONET, Ignacio. A explosão do jornalismo na era digital. In: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (Orgs.). **Mídia, poder e contra-poder** – da concentração monopólica à democratização da Comunicação. Boitempo Editorial: São Paulo, 2013. p.73-86.

REDE XINGU MAIS. **Diversidade socioambiental no interior do Brasil**. Disponível em: [<https://www.xingumais.org.br/encontro-xingu>] Acesso em 02 junho 2020.

Trabalho 7

Tecnologia social e indicação geográfica¹ (301342)

*Djales Dos Santos Oliveira*²

*Francisco Gilson Rebouças Porto Junior*³

Alguns instrumentos voltados principalmente para a atividade empresarial, no âmbito da Propriedade Intelectual, foram regulamentados através da Lei n.º 9.279, de 14 de maio de 1996, as quais são: Patente, Desenho Industrial, Marca e Indicações Geográficas.

A Indicação Geográfica é um importante instrumento de desenvolvimento territorial, pois contribui para a organização de cadeias produtivas e para a melhoria de processos que aumentam a qualidade dos produtos. Ainda, estimula o mercado consumidor a conhecer todos os aspectos histórico-culturais que estão vinculados ao produto e ao território, além de gerar novos postos de trabalhos, aumento da renda e competitividade entre os negócios (SILVA *et al.*, 2014).

O Tocantins é o mais novo estado da federação, criado em 1988 com a promulgação da Constituição Federal. Seu desenvolvimento sempre foi pauta nas mais diversas agendas do governo estadual e, nessa perspectiva, vários esforços foram dedicados à inovação, ciência e tecnologia, a fim de

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestrando pelo mestrado profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: djales.santos@mail.uft.edu.br.

³ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

potencializar as ações de desenvolvimento diante de sua diversidade econômica, social, cultural e ambiental expressa na sua vasta extensão territorial. A Constituição Estadual também contribuiu criando fundamentos legais de incentivo ao surgimento de novos instrumentos de fomento à inovação que pudessem contribuir para alavancar o seu desenvolvimento. Em relação a IG, o estado do Tocantins possui apenas uma certificação com o produto *Capim Dourado do Jalapão*, registrado na modalidade de *indicação de procedência* no ano de 2011 (MAPA, 2020).

Neste artigo, é analisada a potencialidade do biscoito *Amor Perfeito de Natividade*, de tornar-se um ativo de propriedade intelectual, passível de registro junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), considerando como fator crítico de sucesso a necessidade de estruturar uma governança a partir do ecossistema local.

Natividade é um município brasileiro do estado do Tocantins. Localiza-se a uma latitude 11º42'35" sul e a uma longitude 47º43'24" oeste. Estando a uma altitude de 323 metros, sua população estimada é de 9.239 habitantes e possui uma área de 3210,95 km². As rodovias que dão acesso à cidade são a BR-010/TO-050 e a TO-280 (IBGE, 2019).

Esta cidade ainda preserva a arquitetura colonial, as festas religiosas tradicionais, o folclore e sua a gastronomia típica, com destaque para o biscoito Amor Perfeito, que é realizado de forma artesanal e é bastante apreciado pelos filhos da terra e pelos turistas: uma iguaria que traz o formato de coroa e guarda forte relação com as festas religiosas da cidade e seus atrativos naturais que encantam os turistas. O município de Natividade remonta às origens do Tocantins, sendo o primeiro povoamento do estado. As relações entre colonizadores, escravos, mineiros, sertanistas, missionários e criadores de gado resultaram no seu histórico reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Patrimônio Nacional. Seu casario, com cerca de 250 (duzentos e cinquenta) prédios coloniais e igrejas preservadas entre ruas estreitas e muros de pedra construídos por escravos, guardam a memória do Tocantins (MTUR, 2017).

A dinâmica de implementação de uma IG torna-se complexa face à diversidade de atores envolvidos no processo. Seja no campo de pesquisa ou com os grupos sociais locais e o Governo: todos exercem seus interesses e influência sobre este processo de certificação, sendo necessário dar devida importância a sua organização. Como apresenta Le Galès (2009, p. 245), a “governança pode ser definida como um processo de coordenação de atores, de grupos sociais e de instituições, com a finalidade de atender objetivos definidos e discutidos coletivamente”.

Neste sentido, os atores do ecossistema de inovação do Estado do Tocantins precisam estar associados ao aprendizado como um processo social e coletivo, buscando alcançar resultados através do conhecimento para alcançar o desenvolvimento. Para isso, é necessário que haja um ambiente favorável construído a partir de esforços gerados para fomentar a inovação, ciência e tecnologia, seja através da universidade, buscando ampliar a base científica como fonte geradora do conhecimento; seja através do governo, por ser o agente fomentador dessa interação, criando conexões entre a academia e as empresas, os principais propulsores do desenvolvimento econômico e social; ou seja através de convênios, parcerias e leis que contribuam para a interação entre os agentes, reduzindo a insegurança jurídica quanto a construção e a consolidação dessas parcerias.

Dentre as duas modalidades possíveis, o biscoito Amor Perfeito atende aos requisitos da Indicação de Procedência. A tabela de critérios foi gerada a partir do estudo de caso norteado pela aplicação de um diagnóstico desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), denominado: “Solução Tecnológica para Diagnóstico de Avaliação de Potencial Indicação Geográfica”, em que um conjunto de indicadores apoiam a tomada de decisão quanto ao desenvolvimento de um projeto de registro de Indicação Geográfica que são gerados a partir de uma determinada pontuação para cada resposta obtida na pesquisa.

Tabela 1 – Indicadores de potencialidade da IG do biscoito Amor Perfeito

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO OBTIDA	PONTUAÇÃO MÁXIMA	RESULTADO (%)
1.1 CRITÉRIO TENDÊNCIA INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA	10	10	100%
1.2 CRITÉRIO TENDÊNCIA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM	0	10	0%
2.1 CRITÉRIO NOTORIEDADE	8	10	80%
2.2 CRITÉRIO POTENCIAL AGREGAÇÃO DE VALOR	15	15	100%
2.3 CRITÉRIO NECESSIDADE DE PROTEÇÃO	3	5	60%
2.4 CRITÉRIO TERRITORIEDADE	15	15	100%
2.5 CRITÉRIO GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	4	10	40%
2.6 CRITÉRIO GOVERNANÇA	10	20	50%
2.7 CRITÉRIO MÉTODO DE PRODUÇÃO	28	30	93%
2.8 CRITÉRIO PESQUISA ENVOLVIDA	3	15	20%

Fonte: Elaboração própria com base no diagnóstico de Avaliação de uma Potencial IG (SEBRAE, 2013).

Quanto a análise de potencialidade, percebe-se que os indicadores apontados na Tabela 1 evidenciam fortes características em relação aos aspectos histórico-culturais e de mercado, demonstrando que existe viabilidade de reconhecimento e registro na modalidade *Indicação de Procedência*, pois o biscoito Amor Perfeito possui relação direta com o município de Natividade (TO).

Em relação a isso, cabe acrescentar que a sua notoriedade é de caráter nacional, sendo o município reconhecido amplamente pelos consumidores como fabricante do produto, evidências que foram sendo criadas ao longo do tempo através de bibliografias históricas, fotografias, recortes de jornais, sites, entrevistas concedidas a vários canais de televisão, vídeos produzidos pela BRK Ambiental, documentários produzidos pela UFT,

entre outros. Todo esse acervo é gerido pela empresa Tia Naninha, com auxílio da Associação Comunitária e Cultural de Natividade – ASSCUNA, criada em 1992 com o objetivo de colaborar com a preservação do patrimônio cultural de Natividade (TO).

O biscoito possui ainda um enorme potencial de agregação de valor, características que lhe atribuem reputação de mercado capaz de diferenciá-lo, principalmente quanto a sua receita centenária e modo de produção: uma receita simples criada há mais de 100 anos que tem como diferenciais o seu processo produtivo artesanal, seu formato de coroa moldados à mão e assado em forno de barro; além de valores culturais e históricos que enriquecem a culinária local, características que o tornaram famoso.

A necessidade de proteção do biscoito Amor Perfeito através do registro de IG, além de gerar benefícios a toda cadeia produtiva, irá impedir o uso indevido fora da região de origem, protegendo e impondo responsabilidades a possíveis infratores que se apropriarem de sua notoriedade, acrescentando produtos falsos no mercado.

O critério governança foi o ponto crítico apresentado no diagnóstico. Apesar de existir uma entidade representativa formal dos produtores do biscoito Amor Perfeito, o ponto crucial para iniciar a estruturação de um IG é a adequação de seu estatuto, o qual deve indicar a competência para o uso, gestão e guarda do nome da Indicação Geográfica; e ainda, demonstrar com clareza que a entidade é legítima na representação dos interesses dos produtores. Neste caso, faz-se necessário buscar estratégias para levar ao conhecimento dos produtores e a todo ecossistema local, o que é uma IG e quais os seus benefícios gerados através da certificação.

Referências

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16.479: Indicação Geográfica – Terminologia**. Rio de Janeiro: ABNT, 2016a.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16.536: Indicação Geográfica: Orientações para estruturação de Indicação Geográfica para produto.** Rio de Janeiro: ABNT, 2016b.

ARAÚJO, S. C. **Edital de culturas populares 2018 Ana Benedita de Cerqueira e Silva Natividade – Tocantins.** [Simone de Natividade] Natividade: ASCCUNA, 2019.

BRASIL. **Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** [Lei de Inovação]. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.973.htm
Acesso: 7 set. 2020.

BRASIL. **Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.** Brasília: Casa Civil, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc85.htm Acesso: 4 out. 2020.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The triple helix of university-industry-government relations: introduction. *Industry and Higher Education*, v. 4, n. 1, p. 197-258, 1998.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from national systems and "mode 2" to a triple helix of university-industry-government relations. *Research Policy*, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.

ETZKOWITZ, H. **Hélice Tríplice:** Universidade-Indústria-Governo: Inovação em Movimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

Trabalho 8

Governança como fator crítico de sucesso para a implementação de uma indicação geográfica ¹ (301343)

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior ²

Djales dos Santos Oliveira ³

O marco legal da inovação, a Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004, foi constituída a partir de três vertentes: a primeira a saber propõe a constituição de ambientes propícios para as parcerias estratégicas entre universidades, institutos tecnológicos e empresas; em seguida, gera estímulo para participação de institutos de ciência e Tecnologia no processo de inovação; e por fim, busca gerar estímulo para inovação nas empresas.

A Emenda Constitucional n.º 85, de 26 de fevereiro de 2015, no seu artigo 219, altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação, definindo as atribuições do Estado que “estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação” (BRASIL, 2015, n.p).

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

³ Mestrando pelo mestrado profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: djales.santos@mail.uft.edu.br.

A ideia de governança formada a partir dos atores que compõem um ecossistema de inovação pode ser entendida através da concepção da Hélice Tripla, que descreve um arranjo de criação envolvendo a interação e cooperação entre universidade, empresas e governo. Trata-se de um modelo de inovação que considera as relações recíprocas em diferentes estágios do processo de geração e disseminação do conhecimento. Cada hélice é uma esfera independente, mas trabalha em cooperação e interdependência com as demais. Cada uma assume, cada vez mais, o papel das outras: as universidades assumem postura empresarial, licenciando patentes e criando empresas de base tecnológica; enquanto firmas desenvolvem uma dimensão acadêmica, compartilhando conhecimentos entre elas e treinando seus funcionários em níveis cada vez mais elevados de qualificação (LEYDESDORFF; ETZKOWITZ, 1998).

Dallabrida (2015) faz sua contribuição ao explicitar o conceito de governança e sua relação com o desenvolvimento territorial da seguinte forma.

A governança territorial corresponde a um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais que dá prioridade a uma ótica inovadora, partilhada e colaborativa, por meio de relações horizontais. No entanto, esse processo inclui lutas de poder, discussões, negociações e, por fim, deliberações, entre agentes estatais, representantes dos setores sociais e empresariais, de centros universitários ou de investigação. Processos desta natureza fundamentam-se num papel insubstituível do Estado, numa noção qualificada de democracia, e no protagonismo da sociedade civil, objetivando harmonizar uma visão sobre o futuro e um determinado padrão de desenvolvimento territorial (DALLABRIDA, 2015, p. 325).

Nesse contexto, Rodrigues e Diniz (2009, p. 16) afirmam que o “desempenho econômico de países, regiões, estados e cidades está intimamente ligada à competitividade de suas instituições, sobretudo em sua capacidade de introduzir (e/ou emular) e beneficiar-se de inovações no tempo”. Por conseguinte, o desenvolvimento se daria na medida em que ocorre um processo de “uma mudança espontânea e descontínua nos

canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (SCHUMPETER, 1982, p. 47). Assim,

O desenvolvimento de uma região no longo prazo (e não apenas o seu crescimento econômico) depende da interação dos seguintes processos: participação relativa da região no uso dos recursos nacionais, determinada a partir dos critérios econômicos e políticos prevalecentes no processo de alocação inter-regional dos recursos; direção e magnitude que o quadro global das políticas econômicas nacionais (macroeconômicas e setoriais) tem sobre a região; capacidade de organização social e política da região, ou seja, de transformar os impulsos de crescimento em “estados” de desenvolvimento, associando aumento da autonomia de decisão da região, aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo crescimento econômico e preservação do meio ambiente (HADDAD, 2001, p. 6).

A universidade é, na sua essência, geradora de conhecimento. São inúmeros os recursos disponíveis que podem contribuir para o desenvolvimento regional como professores, laboratórios, pesquisas, artigos científicos, teses de mestrado ou doutorado etc. Toda a produção científica torna-se relevante para sociedade à medida que seus recursos são traduzidos em produtos ou serviços que gerem desenvolvimento e beneficie a sociedade e a região onde está inserida.

De acordo com Etzkowitz (2009), a interação proposta entre universidade, empresas e governo é fator crítico de sucesso para o desenvolvimento regional, pois proporciona ambiente favorável para a geração de inovações, aumento da competitividade das empresas, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), geração de empregos, melhorias salariais, entre outros benefícios. A ideia de desenvolvimento regional envolve diversos atributos que expressam valores e atitudes da população local. Dentre eles está empreendedorismo, que tende a privilegiar as micro, pequenas e médias empresas locais. Assim, segundo Dornelas “O empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados.” (DORNELAS, 2005, p.39).

Contudo, observa-se ainda a necessidade de estimular e criar condições mais favoráveis para que os pequenos negócios apresentem indicadores de desempenho vinculados à uma cultura de gestão direcionada para a inovação, contribuindo assim para o aumento da produtividade e competitividade econômica do estado e, consequentemente, do país. Nessa perspectiva, as empresas inovadoras, dada as incertezas que cercam o ambiente econômico em que estão inseridas, devem buscar estabelecer estratégias tecnológicas competitivas à luz da taxonomia proposta por Freeman (1997), por meio da análise das ameaças e oportunidades as quais estão sujeitas, bem como das suas forças e fraquezas que possibilitam responder com eficácia as demandas e exigências do mercado em que atuam (TIGRE, 2000).

Na perspectiva do Estado, dada a grande necessidade de inovação e a importância da ciência e tecnologia que a sustenta, essa defesa é sustentada pela Constituição Estadual que trouxe fundamentos legais logo na criação do Estado do Tocantins, mais especificamente nos artigos 142 a 145 em que destina um capítulo apenas para tratar da temática que envolve a Ciência e a Tecnologia, conforme se apresenta no Quadro 1.

Quadro 1 – Fundamento legal estadual

Data	Instrumento Legal	Descrição
1989	Constituição Estadual. Artigos 142 a 145 e destina capítulo para tratar da Ciência e da Tecnologia	Promoção do desenvolvimento científico, da pesquisa e da capacitação tecnológica.

Fonte: Elaboração própria.

Cronologicamente, foram criados instrumentos de fomento à inovação que alavancaram o desenvolvimento econômico e social. Nessa busca é importante o exercício da autonomia legislativa estadual na promoção do fomento à inovação, por meio de política integrada e tomada de decisão local que crie ambiência e estimule o ecossistema, podemos citar como iniciativas importantes nesse processo a criação das principais Instituições de Ensino Superior conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Instituições de Ensino Superior

Data	Instrumento Legal	Descrição
1990	Decreto n.º 252/1990 que cria a Unitins	Universidade do Tocantins inicia-se em fevereiro de 1990 por meio do Decreto 252/90. A Lei 326/91, de outubro de 1991, estruturou a Universidade do Tocantins em forma de autarquia. A Lei 872/96, de novembro de 1996, determinou o processo de extinção da autarquia e no mesmo ano, pela Lei 874/96, de novembro de 1996, foi autorizada a criação da então Fundação Universidade do Tocantins - Unitins, como uma Fundação Pública de Direito Privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado, tendo sede e foro em Palmas, capital do Estado.
2000	Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000 e publicada no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2000.	A Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi criada em 2000 e suas atividades iniciaram em 15 de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos.

Fonte: Elaboração própria.

As políticas descentralizadoras demandam uma forte atuação intervencionista do governo central, não somente em função de sua capacidade superior em financiar a infraestrutura básica de desenvolvimento local, como, também, de exercer o seu poder junto aos fortes grupos políticos locais que podem fazer valer seus poderes para uma distribuição assimétrica dos investimentos governamentais (ORTEGA, 2008 apud NETO; COSTA JÚNIOR, 2010, p. 09).

O setor produtivo também foi contemplado com instituições de referências que contribuem para o fomento, inovação e competitividade dos pequenos negócios, a exemplo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O poder público exerce papel fundamental na criação de políticas públicas para facilitar estratégias de desenvolvimento, principalmente nas questões relacionadas a inovação. Nesse sentido, deve-se focar a atenção na organização dos atores envolvidos no processo de estruturação da Indicação Geográfica de forma a criar uma rede colaborativa (Pimentel, 2013).

Após diagnosticar a potencialidade de determinado produto ou serviço para registro de IG, é importante verificar se existe Governança capaz de fazer uma gestão eficaz de todo processo. Assim, é importante analisar todos os atores do ecossistema territorial na busca de conhecimento e ações que somadas podem contribuir na perspectiva de uma atuação de

acordo com a tríplice hélice e auxiliar na estruturação da governança eficiente para conduzir um projeto de Indicação Geográfica.

Referências

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16.479: Indicação Geográfica – Terminologia**. Rio de Janeiro: ABNT, 2016a.

BRASIL. **Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. [Lei de Inovação]. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm
Acesso: 7 set. 2020.

BRASIL. **Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação**. Brasília: Casa Civil, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc85.htm Acesso: 4 out. 2020.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. 50(2º), n. 215, p. 304-328, 2015.

DORNELAS, José Carlos Assis. Transformando idéias em negócios. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 9ª reimpresão. ISBN 853521500X
ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The triple helix of university-industry-government relations: introduction. *Industry and Higher Education*, v. 4, n. 1, p. 197-258, 1998.

ETZKOWITX, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from national systems and "mode 2" to a triple helix of university-industry-government relations. *Research Policy*, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.

ETZKOWITZ, H. **Hélice Tríplice: Universidade-Indústria-Governo: Inovação em Movimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIESBRRECHT, H. O.; ABREU, J. A. A. K. P.; PINTO, E. D. **Solução Tecnológica para Diagnóstico de Avaliação de uma potencial Indicação Geográfica - Guia do Consultor**. Brasília: SEBRAE, 2013

HADDAD, P. R. Cluster e desenvolvimento regional no Brasil. **Revista Brasileira de Competitividade**. Brasília, v. 1, n. 2, ago./nov. 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: Natividade**. Área territorial oficial. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/natividade/panorama> Acesso: 1 jul. 2020.

LE GALÈS, P. Gouvernance. In: BOUSSAGUET, L. *et al.* **Dictionnaire des politiques publiques**. Paris: Sciences Po, 2009.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Mapa Interativo – Signos Distintivos Registrados e Produtos Potenciais**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://antigo.agricultura.gov.br/webmap/index.html> Acesso: 30 jun. 2020.

PIMENTEL, L. O. Os desafios dos aspectos legais na prática de estruturação das Indicações Geográficas. In: DALLABRIDA, V. R. **Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial**. São Paulo: LiberArs, 2013.

Trabalho 9

Exploração de cadeia produtiva de caju: notas iniciais sobre o caso de Guiné-Bissau ¹ (301346)

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior ²

Justino Cornélio Mendes ³

Este resumo expandido tem como a finalidade de analisar o sistema de exploração de cadeia produtiva de caju na Guiné-Bissau. Em relação a localização do País, situa-se geograficamente na costa Ocidental da África. Foi colonizado pelo Portugal, tornou-se independente em 1974. A língua portuguesa é adotada como língua oficial do País.

Sobre produção de caju, Guiné-Bissau está inserido no grupo de 10 países com maior produção de caju a nível mundial e representa grande fatia das exportações nacionais. Castanha é a parte da fruta que dá mais benefício aos camponeses. Mais de 60% da população rural vive diretamente ligado a produção de caju no País.

Maior parte dos produtores de caju apresentam dificuldade financeira, devido a baixo preço da castanha e enquanto os empresários intermediários nacionais que comercializam o produto (compram dos

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

³ Mestrando em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail:jucom2211@gmail.com.

produtores e vendem para os empresários internacionais) são os indivíduos que possuem mais lucro no processo de comercialização de castanha de caju.

Os produtores deparam com algumas dificuldades, como caso de, falta de conhecimento técnica de plantação, falta de uniformidade das frutas e falta de espaçamento entre as plantas, o que pode reduzir produção (EMBRAPA, 2010).

Em relação ao processo de exportação, no ano 2016 foi exportado cerca de 200 mil toneladas de castanha de caju, o que representa 7,3 por cento da procura mundial pelo produtivo. Comercialização de Castanha de caju contribui com grande parte do orçamento do governo, através das cobranças das taxas pelas autoridades (CARLOS, 2016).

Os empresários indianos são estrangeiros com maior taxa de compra de castanha. A nível internacional, Guiné-Bissau é o segundo país com maior quantidade de exportação de castanha com a casca, isto é, é exportada cerca de 90% (VIDAL, 2017). Isto, provoca a perda para economia nacional, devido, que o País não consegue transformar grande quantidade de castanha e a sua casca em outros produtos e, gerar renda e emprego para população antes de exportar. Nessa razão surgiu a ideia de fazer um estudo para identificar sistema e exploração de caju no País e no Brasil.

Segundo Brainer e Vidal (2018), o Brasil consegue transformar caju em vários produtos e explorar comercialmente. Isto, contribui para aumento da renda dos produtores, gerar mais emprego e crescimento da economia local. Nessa razão, foi apresentada sugestão de modelo de exploração de caju no Brasil, principalmente no Nordeste para ser aplicado na Guiné-Bissau.

Em Guiné-Bissau, por falta de investimentos no setor de exploração de caju, o país exporta quase toda a castanha de caju em bruto, já que nem 15% consegue processar (MACAUHUB, 2011). Atualmente grande parte da fruta (pedúnculo) é descartada.

Essa situação além de não aproveitar no máximo para gerar a renda e o emprego para população, não aproveita também transformar caju em

outros produtos. Como caso de exportar castanha bruto (castanha com casca) isso, influencia no preço baixo de castanha. Com isso, surgiu interesse de fazer este estudo bibliográfico sobre exploração de caju na Guiné-Bissau e no Brasil. Com intenção de sugerir alguns modelos de exploração de caju no Brasil mais adequados para Guiné-Bissau. Isto é, aumentar benefício para os produtores, gerar mais emprego, ajudando no crescimento da economia e automaticamente influenciando no desenvolvimento do país.

Plantação de caju na Guiné-Bissau

Planta caju é do origem brasileiro, mas no século XVI foi levado pelos portugueses para Guiné-Bissau, onde foi plantada em todas as Regiões. Mas teve mais resultado nas regiões litorâneas, principalmente região de Cacheu, Biombo e Oio. Atualmente no País, a maior parte de plantações e feita na época chuvosa, semear semente diretamente no solo, sempre no início da parte final das chuvas (final de agosto). Maior parte de plantação acontece de forma aleatória, isto é, as plantas próximas umas das outras, o que pode prejudicar ou seja reduzir produção (ADPP, 2018). Como é visto, quando as plantas estão próximas umas das outras os seus ramos não consegue desenvolver livremente o que pode reduzir a produção.

Desde do início de plantação de caju, nos anos 80, que ADPP Guiné-Bissau considerou crucial a valorização do setor agrícola, principalmente de caju, considerado como motor de desenvolvimento socioeconômico do país (ADPP, 2018).

Guiné-Bissau, possui clima tropical favorável à plantação de caju, por fertilidade do solo e águas em abundância, as vezes não necessita de adubos químicos para ter plantação muito elevada. Isto, incentiva no aumento da plantação.

Exploração da cadeia produtiva de caju na Guiné-Bissau

Guiné-Bissau, antes de independência exportava castanha de caju, mas foi suspensa durante o processo da luta para libertação do país, mas a exportação foi retomada no período após a independência (1974) (DRAFT, 2004).

Um dos motivos que levaram o país retomar grande processo de exportação de castanha, é devido escassez do produto no mercado internacionais, decorrente da queda repentina de produção em Moçambique, um país considerado, como um dos grandes produtores de caju (DRAFT, 2004).

Alguns dos intervenientes no processo de processamento no país, são, micro-empresas, familiares e empresas de pequeno porte, estes são aqueles com capacidade de produzir um contentor por mês. Segundo Plessamann (2012), grande parte da fruta é descartado, o que deveria ser aproveitada.

Em relação a coleta, por dia, cada pessoa consegue apanhar uma média de 25 a 40 kg de castanha de caju (DRAFT, 2004). Isto, ajuda na questão financeira da família dos produtores.

Segundo Plessamann (2012), 80% da população rural de Guiné-Bissau é dependente direta ou indiretamente de caju para o seu sustento, atualmente, o País produz aproximadamente 200 toneladas de caju por ano, em aproximadamente 400 hectares da terra.

Aproveitamento da cadeia produtiva de caju

De acordo com vários atores, planta cajueiro é nativa do Brasil. o país atualmente é considerado como um dos grandes produtores de caju a nível mundial. Mesmo com seca no nordeste, agroindústrias beneficiadoras de castanha, possuem papel interessante na geração de empregos direto e indireta. Por meio de cajucultura pode ser explorados vários produtos comercialmente, como caso de madeira através da poda, castanha, caju

(pedúnculo) que pode ser aproveitado em várias maneiras, como por exemplo de produção de sucos, cajuína, ração animal e etc. (BRAINER e VIDAL, 2018).

Em base de dados coletados durante revisão bibliográfica, foi verificado, que, o Brasil quase aproveita tudo o produto de caju. Como verificado no capítulo 3 de referência teórica. Por exemplo, amêndoa, sucos, cajuínas, outras bebidas e etc, feito com caju. Isto, é importante para o País, porque durante o processamento do produto, faz gerar mais a renda e o emprego, que influencia no melhoramento de qualidade de vida de população local.

Enquanto Guiné-Bissau, não consegue processar 15% de castanha de caju ou seja exporta mais de 80% de castanha com a casca. O pedúnculo maior parte é descartado, quer dizer aproveitamento é bem pouco. Isto, além de não contribuir muito para gerar a renda e o emprego, também não ajuda no crescimento da economia ou desenvolvimento do país.

Nessa razão, as considerações finais, é que, Guiné-Bissau através do seu governo deve aproveitar experiência do Brasil em relação ao aproveitamento de caju. Como caso de cuidar mais com plantação (realização esporádica de roçadas e poda de limpeza), implantar as fabricas suficientes para processamento de caju (mini fabricas e fabricas de médio porte), isto divide a característica da população local, de não ter a condição de implantar grandes fabricas de processamento de caju. Essas fabricas (mini e medias fabricas) para o máximo de aproveitamento de caju, por exemplo, (amêndoa da castanha de caju, sucos, cajuínas, outras bebidas e etc.), assim para regar mais a renda, emprego e melhorar qualidade de vida da população. Como é visto, 80% da população rural depende direto ou indiretamente de caju para sustentar.

Referências

ADPP. **As Plantações de caju – destaques 2018**. Guiné-Bissau. <http://www.adpp-gb.org/pt/as-plantacoes-de-caju-destaques-de-2018/>

- VIDAL, Maria de Fatima. **Cajucultura Nordestina em Declínio**. 2017. https://www.bnb.gov.br/documents/80223/2809571/22_cajucultura_12-2017_V3.pdf/cddeo738-odf4-ce6c-ed86-89c53ef7758e#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20FAO,da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20global%20do%20produto.
- CARLOS, João. **Os desafios da indústria do caju na Guiné-Bissau**. 2016. <https://www.dw.com/pt-002/os-desafios-da-ind%C3%BAstria-do-caju-na-guin%C3%A9-bissau/a-36359600>
- MACAUHUB. **Guiné-Bissau vai registrar este ano recorde na exportação de castanha de caju**. 2011. <https://macauhub.com.mo/pt/2011/08/28/portugues-guine-bissau-vai-registar-este-ano-recorde-na-exportacao-de-castanha-de-caju/>
- EMBRAPA. **Presidente da Guiné-Bissau ira conhecer pesquisa em caju**. Brasília, DF, 2010. <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18131445/presidente-da-guine-bissau-ira-conhecer-pesquisa-em-caju>
- DRAFT, O. **Caju da Guiné-Bissau** (análise da fileira). Bissau, GB, 2004. http://www.hubrrural.org/IMG/pdf/guineebissau_filiere-anacarde.pdf
- BRAINER, Maria S. DE C. P, VIDAL, Maria de F. **Cajucultura Nordestina em Recuperação**. 2018.
- PLESSMANN, Janaina. **Brasil compartilhará com a Guiné-Bissau Técnicas para processamento do caju**. Agência Brasileira de Cooperação, Brasília-DF, 2012. <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/1368>
- SERRANO, Luiz Augusto Lopes, PESSOA, Pedro Felizardo Adeoadato de Paula. **Aspectos Econômicos da cultura do cajueiro**. Brasília-DF, 2016. https://www.spo.cnptia.embrapa.br/contendo?p_p_id=conteudoportlet_WAR_sistemasdeproducao_lf6_1ga1ceportlet&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_count=1&p_r_p_-76293187_sistemaProducaoId=7705&p_r_p_-996514994_topicoId=10

GT 5

Políticas Públicas e Etnodesenvolvimento

*Eduardo Festozo Vicente*¹

*Diná Andrade Lima Barros*²

*Terezinha Corrâ Lindino*³

¹ UNESP

² UFRRJ

³ Unioeste e UNESP

Trabalho 1

Políticas públicas, cultura e identidade: desafios à preservação de povos e comunidades tradicionais no Brasil ¹ (299665)

Giliarde Benavinto Albuquerque C. V. R. Nascimento e Gama ²

Evely Bocardi de Miranda ³

Valéria dos Santos de Oliveira ⁴

Leila Adriana Baptaglin ⁵

Introdução

Os eventos atuais de ordem política, econômica, social e humanitária enfrentados a nível mundial e nacional, tem requerido aproximação e atenção da sociedade em geral às políticas públicas destinadas, especialmente, aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), histórica e preocupantemente esquecidos ou ignorados significativamente no Brasil.

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins - UFT, lattes: <http://lattes.cnpq.br/4525837393612907>, E-mail: giliardenascimento@uft.edu.br.

³ Doutoranda em Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT, Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará - UFPA, lattes: <http://lattes.cnpq.br/2565369558392798> e-mail: evely.bocardi@unemat.br

⁴Doutoranda em Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela UFPR, lattes: <http://lattes.cnpq.br/7108756348432453>. E-mail: valeria.oliveira@unemat.br.

⁵Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Professora do curso de Artes Visuais Licenciatura da Universidade Federal de Roraima - UFRR, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5801207902204116>, E-mail: leila.baptaglin@ufrr.br.

Com vistas a acompanhar a aplicação e a efetividade à manutenção de condições e atributos inafastáveis à preservação cultural e identitária destes Povos e Comunidades, que resultarão em estrutura sociocultural apta à participação efetiva naquilo que lhes toca enquanto formadores de complexa dimensão territorial, comum a todos os coparticipantes da sociedade brasileira (HALL, 1997; TÖNNIES, 1957; COSTA, 2010).

Inquieta, do ponto de vista científico, cultural e de desenvolvimento, o *status* dos PCT em solo brasileiro, ante fatores inicialmente apontados como reflexos à aplicação e efetividade de políticas públicas direcionadas a categorias sociais sob especificidade. O tema se mostra de ímpar importância à compreensão de fenômenos e manifestações multiordinárias a inferir, contributiva ou não contributivamente, na identidade das referidas categorias socioculturais. Nesse passo, tem-se como problema de pesquisa: *como as políticas públicas brasileiras trabalham o processo de preservação da cultura dos Povos e Comunidades Tradicionais?*

Dessa forma, o deslocamento dos atores de determinados territórios, marcados por suas vivências culturais, em algumas situações, os afastam de seus hábitos, costumes e tradições. As causas podem se derivar de processos discriminatórios, de preconceitos, de visões eurocêntricas ou por vezes colonizadoras, dessa forma os intimidando, os afastando, escondendo ou até mesmo *perdendo* suas culturas e tradições.

Metodologia

Ao atendimento dos elementos reitores da pesquisa científica, conhecer-se-ão, neste momento, referencial teórico, a partir de uma revisão de literatura interdisciplinar com análise documental e bibliográfica. As principais fontes documentais, ratificando, são documentos de políticas públicas, *lato sensu*, e política pública cultural, entre 2015 e 2020, voltadas a povos e comunidades tradicionais, indistintamente, no Brasil (MINAYO, 1993; GIL, 1999).

Políticas públicas: povos e comunidades tradicionais

O Brasil é destaque em razão da sua biodiversidade (fauna e flora), mas também pela diversidade do seu povo, principalmente étnico-cultural, que é caracterizado pelos PCT, com seus diversos conhecimentos, saberes, cultura, identidade, com seus modos de vida diferenciados. Entre as principais, destacamos: povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, seringueiros, entre outros. Todavia, constituem uma grande parte da população brasileira, as quais são invisíveis ao poder público e a sociedade, o que ecoa na ausência de implementação de políticas públicas.

O curso para o reconhecimento desses PCT é marcada por uma ambiguidade conceitual, que ora remete às populações étnicas, ora a categoria genérica e vaga, abrigando grupos sociais historicamente específicos e distintos entre si, cuja força e resiliência está na capacidade de generalização (BARRETTO, 2006).

No ano de 2004, entrou na pauta do governo federal, após anos de lutas dos movimentos sociais, com objetivo de implementar uma política nacional para as populações tradicionais, instituiu a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, com o escopo de definir conceitualmente as Comunidades Tradicionais, bem como identificar suas necessidade essenciais, eleger seus representantes e ainda revisar a própria comissão nacional (CALEGARE, 2010; THUM, 2017; CARVALHO e MACEDO, 2018).

Após várias oficinas, reuniões e debates regionais dos termos para implementação de políticas públicas para os PCT, no ano de 2006, a Política do Plano Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, foi instituída pelo Decreto nº. 6.040, em 07 de fevereiro de 2007, tendo como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável das populações, reconhece e garante direitos territoriais, ambientais, econômicos, sociais e culturais, bem como o respeito e valorização à diversidade socioambiental, cultural e a identidade; e traz em seu bojo a conceituação PCT.

Como se pode observar houve uma novidade quanto à autodefinição, ou seja, o direito de se reconhecer pertencente a determinado grupo social, com identidade e modos de vida e cultura próprio, portanto, reconhece-se a pluralidade étnica e cultural desses PCT.

A Política pública é um campo multidisciplinar que busca “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e quando necessário indicar mudanças no rumo dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2007). Pode-se identificar que a política pública após a formulação desdobra-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação.

Voltando olhar especial a “política pública cultural”, de efeito ratificar o enfrentamento de pauta assumido em espaço público para figurar na agenda governamental. Destarte, o engajar de políticas de espécimes variadas tem relação direta com o interesse político exercitado, a quem cumpre desenvolver instrumentos de plano prático de encontro a propósitos de existência, identidade e perenidade pungidos por grupos representativos (BOTELHO, 2007; SILVA, 2012).

É por meio da cultura que se apreende símbolos, fortalecem-se elementos e fenômenos identitários e se consolida a nacionalidade, conforme extração de dirigentes do Plano Nacional de Cultura – PN: a citar, reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira, proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial, etc (Lei n. 12.343, de 2010). De acordo com Castello (2002), as leis de materialização de símbolos culturais podem ser tidas como legítimos e importantes instrumentos de políticas públicas culturais.

A política pública cultural deve ser inclusiva e dialógica, com a valorização da diversidade e da multiplicidade em detrimento do exaltar de símbolos derivados de práticas culturais exclusivas de grupos em exercício no poder simbólico (HALL, 1997).

Análise

Compreendendo o tema de PCT, especialmente da singularidade de instrumentos ou mecanismos em espaço público aptos a envolver dialogicamente diferentes símbolos culturais e identitários, o quão fortalecedor se faz a abertura à participação de representativos grupos ético-culturais à reafirmação de traços definidores e desenhadores do território e da própria nacionalidade. Em havendo essa abertura para a expressão participativa, pode-se alcançar o sentido, para essa discussão, de preservação cultural dos PCT.

Como proposta de respostas ao problema levantado ao início dessa pesquisa, pode-se apontar algumas políticas públicas, leis, decretos, entre outros documentos que articulam e mobilizam ações no que se referem aos PCT e o processo de preservação de suas culturas. Dentre elas destaca-se: a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, foi de extrema importância para os PCT, a criação de entidades, a nível estadual, municipal, distrital e federal, de fomento à preservação especial dos PCT por meio da destinação específica de verbas dos diferentes entes. A Constituição Federal de 1988, que traz em seus artigos 215 sobre *Cultura* e 216 sobre *Patrimônio Cultural*.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais descrita no Decreto nº. 6.040/2007, descortina a importância e necessidade da questão relacionada à Cultura e Identidade, portanto dialoga, atrela-se corrobora com a questão posta. Ainda, outro relevante documento apresentado e que contribui se efetivado é o Plano Nacional de Cultura – PN, que reconhece e valoriza a diversidade cultural, étnica e regional brasileira, protege e promove o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial, entre outros (Lei n. 12.343, de 2010).

Conhece-se da dimensão crítico-reflexivo envolvendo a temática e da dificuldade em se chegar a resultados analíticos estanques ou estáveis pois, se assim o fosse, ter-se-ia o distanciamento de certos elementos informadores das políticas públicas do tipo cultural.

Como se evidenciou ao longo do debate, depende a política pública cultural do elemento continuidade histórica e do acesso ao poder simbólico para que possa desenvolver narrativas que venham a se afirmar em espaço público e influir em debates correlatos e mais amplos socialmente. Desde o Império do Brasil até a atualidade se travam discussões e ações respeitantes à legitimação da diversidade cultural, do direito de todos às práticas culturais de diferentes representatividades, à preservação e responsabilidade sociocultural e étnico-cultural, entre outros aspectos.

Considerações finais

O levantamento proposto e apresentado demonstra importantes conquistas pelos PCT, normas legais que simbolizam o reconhecimento por parte do Estado de benesses antes não respeitadas. Destarte, ainda que se mostrem como importantes ganhos os inúmeros diplomas legais em cultural, muito tem a ser conquistado, principalmente no voltado à efetividade destes instrumentos de belos textos mas de pouca constatação material.

Frente às constatações, a preservação dos PCT ainda se mostra desafiadora ao tempo presente. Nota-se ganhos importantes que hoje tornam as causas dos PCT muito mais visíveis, possibilitando a continuidade histórica de acesso ao poder simbólico que definirá, aos poucos, significados de narrativas imperantes. Com a continuidade desses ganhos, acredita-se que a preservação dos PCT pode afirmar-se por meio das políticas públicas, *lato sensu*, e maximamente por políticas públicas do tipo cultural, finalísticas de percepção no espaço político (debates) e público (representação).

Referências

BARRETTO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In C. Adams, R. Murrieta, & W. Neves (Orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade** (pp. 109–143). São Paulo: Annablume, 2006.

BOTELHO, I. Políticas culturais: discutindo pressupostos. In: Nussbaumer, G. (Org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: Edufba, 2007, p. 171-180.

BRASIL. **Lei Federal 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultural - PNC, cria o Sistema de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm>. Acesso em: 18 de out. 2020.

CALEGARE, M. G. **Contribuições da Psicologia Social ao estudo de uma comunidade ribeirinha no Alto Solimões**: redes comunitárias e identidades coletivas. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2010. doi:10.11606/T.47.2010.tde-03052010-163111

COSTA, C. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora São Paulo. Atlas, 2008.

HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&, 1997.

MINAYO, M. C. de S.. **O desafio do conhecimento**. São Paulo. Hucitec, 1993.

SILVA, R. M. D. **Políticas culturais em cidades turísticas brasileiras**: um estudo sobre as técnicas de vida contemporâneas. 2012a. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS).

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In, HOCHMAN, Gilberto (org), M. Arretche e E. Marques. **Políticas Públicas no Brasil**. 3ª Reimpressão, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

THUM, C. Povos e Comunidades Tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade, in: **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Edição especial XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, p. 162-179, junho, FURG, 2017.

TÖNNIES, F. **Comunidad y sociedad**. Buenos Aires, Argentina: Losada, 1947.

Trabalho 2

(Auto) Representações e políticas públicas etno-indígenas em falas da Parlamentar Indígena Joenia Wapichana na imprensa brasileira ¹ (299839)

Bryan Chrystian da Costa Araújo ²

Nayla Brisoti Barbeto ³

Vilso Junior Santi ⁴

Introdução

No contexto específico desta pesquisa, procuramos estudar como foram movimentadas as (auto)representações sobre políticas públicas etno-indígenas em falas da parlamentar indígena Joenia Wapichana na imprensa brasileira em 2020 – seu segundo ano de mandato. Para isso, utilizaremos como corpus de estudo matérias publicadas nos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e Folha de Boa Vista que serão submetidas ao dispositivo metodológico da Análise de Discurso (AD).

Em relação ao período de análise, selecionamos como marco temporal os meses de março a agosto de 2020, período de apresentação e aprovação da Lei 14.021/2020 que institui o Plano Emergencial para

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8850160343407430>>. E-mail: bryanccaraujo@gmail.com.

³ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0395402370251085>>. E-mail: nayla.brisoti@unesp.br.

⁴ Professor-Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4681451997803704>>. E-mail: vjrsanti@gmail.com.

Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas. A seleção deste período de análise foi feita com a intenção de discutir os movimentos de instituição de uma política pública etno-indígena no governo brasileiro pela óptica jornalística, assim como analisar as falas da principal porta-voz das comunidades indígenas na política partidária, Joenia Wapichana, na construção dessa política pública.

Para isso, empregamos metodologicamente a Análise de Discurso (AD) de Pêcheux (1988) e Souza (2014) a fim de encontrar nas falas de Joenia Wapichana as “marcas textuais” que revelam os sentidos e representações sobre políticas públicas etno-indígenas. Tais marcas textuais funcionam como pontos de entrada para nossa análise e serão estabelecidas após uma leitura flutuante na qual buscamos as características principais dos textos a serem incluídos ou excluídos de nosso corpus de investigação. Começamos esse processo a partir da leitura flutuante da superfície linguística do discurso que representa a parte visível e material dos textos analisados. Souza (2014) acentua que quanto maior a habilidade teórica do pesquisador, melhores serão as possibilidades de reconhecimento dessas marcas.

Conforme dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo 2010, Roraima é o estado com, proporcionalmente, o maior número de moradores indígenas do país, cerca de 11% de sua população é formada por povos nativos.

Roraima surpreende, também, ao ser o primeiro estado do país a eleger uma mulher indígena para ocupar o cargo de deputada federal. Eleita no pleito de 2018, Joenia Wapichana, do partido político Rede Sustentabilidade, recebeu mais de 8,4 mil votos e conquistou uma das oito vagas na Câmara dos Deputados em Brasília.

O expressivo contingente de moradores nativos no estado e o ineditismo da conquista de Joenia Wapichana demonstram a importância das questões indígenas e de seus movimentos para a região. Contudo, o grande quantitativo de residentes nativos no estado não significa maior ou melhor participação dos povos indígenas na construção de políticas públicas.

Para Das Graças Rua (1998), uma das principais características das políticas públicas, é o fato delas representarem a autoridade soberana do poder público. Ou seja, sua principal natureza, por mais óbvio que possa parecer, diz respeito ao fato de as políticas públicas serem “públicas”, não privadas e nem coletivas. Nesse sentido, a autora afirma que as políticas públicas resultam de um conjunto de ações e práticas que envolvem, essencialmente, atividade de agentes políticos. Estes com o intuito de defender seus próprios interesses.

Nos últimos anos, a participação dos povos indígenas na construção de políticas públicas frente ao Estado Nacional tem se resumido basicamente a duas frentes de luta. A primeira diz respeito a atuação das agências indigenistas nacionais e internacionais. A outra tem sido através das reivindicações e manifestações das organizações e Movimentos dos Povos Indígenas. Essa atuação, no entanto, parece padecer de problemas sérios já que as demandas recorrentes apresentadas pelas comunidades tradicionais continuam a expressar problemas não resolvidos ou mal resolvidos que voltam sempre ao debate político (ALMEIDA, 2010).

É nesse cenário que os povos indígenas passam a demandar a construção de novos espaços políticos, com principal foco na ocupação de cargos políticos partidários, como forma de assegurar a participação indígena na construção de políticas públicas. A eleição de Joenia Wapichana, primeira mulher indígena eleita deputada federal, é um exemplo do potencial, mas também da carência de representação das comunidades tradicionais por maior participação nos espaços de decisão política.

O ineditismo da eleição de Joenia Wapichana não fica somente no campo da política partidária. Ela também foi a primeira mulher indígena do país a se formar em direito, em 1997, pela Universidade Federal de Roraima. Posteriormente, ela conquistou o título inédito de mestre pela Universidade do Arizona, nos Estados Unidos. No Supremo Tribunal Federal (STF), Joenia também protagonizou um marco histórico, ao ser a primeira advogada indígena a realizar uma sustentação oral durante o

julgamento que definiu a homologação da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol em Roraima.

As conquistas de Joenia Wapichana, nesse cenário, nos fornecem pistas valiosas da importância do lugar ocupado pela indígena no país, assim como do papel representativo exercido por ela. Nesse sentido, a realização de pesquisas acadêmicas sobre a temática é mais do que essencial, é urgente.

Diante desta explanação, cabe ressaltar a necessidade da participação indígena nos cenários político e público, a fim de reivindicar os direitos fundamentais dos povos originários – como por exemplo, a garantia da autonomia e da autodeterminação que devem estar presentes na gestão de seus projetos de desenvolvimento (UNESCO, 1981). Destacamos ainda que a participação indígena na construção de políticas públicas é uma medida central para repensar, através de uma perspectiva etnodesenvolvimentista, as políticas governamentais indigenistas colocadas em prática no Brasil (STAVENHAGEN, 1985).

A discussão teórica também se apoia na conceituação de representação de Stuart Hall (1997), na qual as representações são definidas como processos de atribuição de sentido manipulados para designar os construtos culturais e sociais do cotidiano. Desse modo, Hall (1997) assenta que a representação é um processo pelo qual os membros de uma determinada sociedade utilizam a linguagem e o discurso para produzir sentido. Essa definição tem a premissa de que as coisas não possuem significados em si próprias. Em outros termos, somos nós imersos em determinadas culturas e sociedades que fazemos as coisas terem sentido.

Para pensar a (auto)representação utilizamos como aporte teórico a perspectiva dramaturgica de Goffman (1975). Para o autor, a vida social é entendida como um palco de encenações, nela os indivíduos constroem fachadas (identidades) e interpretam papéis, a fim de gerar impressões de si para um público que os assiste (plateia). Em sua obra, Goffman (1975) trabalha ainda a importância da comunicação e da informação na construção da autorrepresentação.

Conforme Goffman (1975), o objetivo de qualquer grupo é manter o cenário que sua representação constrói. Isto resulta em que se enfatize e dê visibilidade a certos aspectos e se reduza a comunicação de outros. Para o autor, um problema básico de muitas representações, seria então o da informação, já que o público-alvo das autorrepresentações não deve adquirir informações destrutivas a respeito da situação definida para ele.

Nos apropriamos ainda do conceito de (auto)representação mediada explorado por Thompson (2008) para falar sobre conquista de visibilidade midiática como uma estratégia política. Segundo o autor, a conquista da visibilidade mediada é entendida como uma estratégia, sendo utilizada não somente por governantes, mas também por grupos e movimentos sociais, que através dela, podem garantir direitos e atingir demandas. Para o autor, no novo contexto global de visibilidade mediada, as autorrepresentações na mídia funcionam como estratégia daqueles que bem sabem a importância da visibilidade como uma arma possível no enfrentamento das lutas cotidianas.

Ainda conforme Thompson (2008), a autorrepresentação mediada tem assumido cada vez mais importância ao redor do mundo chegando ao ponto de que a incapacidade em conquistar visibilidade por meio da mídia pode submeter um indivíduo ao esquecimento. Diante disso, o autor afirma (2008, p. 37) que a visibilidade mediada “[...] se tornou o fundamento pelo qual as lutas sociais e políticas são articuladas e se desenrolam”.

Isto posto, esperamos, nesta pesquisa, destacar em um primeiro momento a essencialidade de se repensar o indigenismo governamental e a participação efetiva dos povos indígenas na construção de políticas públicas que atendam suas demandas. Já em um segundo momento, pretendemos mostrar, através da análise das (auto)representações presentes nas falas da deputada federal Joenia Wapichana na imprensa brasileira, os dilemas da construção de políticas públicas voltadas aos povos indígenas no âmbito da política partidária. Por último, tencionamos

entender como a parlamentar construiu sentidos sobre políticas públicas etno-indígenas na imprensa nacional.

Os resultados preliminares da leitura flutuante, ou seja, a parte visível e material dos textos analisados, apontam para os percalços da implementação de políticas públicas etno-indígenas no Brasil. Isso fica claro, por exemplo, ao analisarmos os desafios enfrentados para a aprovação da Lei 14.021/2020 que institui o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas. Sancionada no dia 7 de julho, a lei teve 22 vetos do presidente Jair Bolsonaro, sendo essa a lei mais vetada por ele. Porém, 16 vetos foram derrubados em sessão no dia 19 de agosto. Ao abordar esses entraves, Joenia (representante parlamentar indígena e relatora do projeto emergencial de enfrentamento à Covid-19) fala sobre a superação de desafios para conseguir garantir direitos essenciais que podem salvar vidas.

Referências

- ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de. **O índio sabe, o índio faz**: os dilemas da participação indígena nas políticas públicas. In: ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de; LIMA, Antonio Carlos de Souza; MATOS, Maria Helena Ortolan; SOUSA, Cássio Noronha Inglês de (orgs.). **Povos indígenas: projetos e desenvolvimento II**. Brasília: Paralelo 15, Rio de Janeiro: Laced, 2010. Disponível em: <<http://laced4.hospedagemdesites.ws/arquivos/11-Povos-II.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020.
- DAS GRAÇAS RUA, Maria. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: DAS GRAÇAS RUA, Maria; CARVALHO, Maria Izabel Valladão de (orgs.). **O estudo da política**: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Editora Vozes: Petrópolis, 1975.
- HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.). **Representation** – Cultural representation and cultural signifying practices. Sage/ Open University: London/Thousand Oaks/ New Delhi, 1997.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2012). **Os indígenas no Censo Demográfico 2010:** primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso:** estrutura ou acontecimento. São Paulo: Pontes, 1997.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Conhecendo análise de discurso:** linguagem, sociedade, ideologia. Manaus: Valer, 2006.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 11-44, 1985. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6327/7704>>. Acesso em: 16 out. 2020.

THOMPSON, John B. **A nova visibilidade.** MATRIZES, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 15-38, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38190/40930>>. Acesso em: 15 out. 2020.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (1981). **La UNESCO y la lucha contra el etnocidio:** declaración de San José. Diciembre de 1981. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000049951_spa>. Acesso em: 14 out. 2020.

Trabalho 3

Revisitando a relação homem-natureza ¹ (301326)

Gisele Huguenin ²

Diná Andrade Lima Ramos ³

Rafaela Rosa Chaves Cardoso ⁴

Lucimar Ferraz de AndradeMacedo ⁵

Introdução

Assume-se, nesse artigo, que, se o ser humano conseguir viver uma relação harmônica com a natureza, isso pode contribuir com a sustentabilidade ambiental do planeta. Essa sustentabilidade tem haver com o fato de repensar a forma como a natureza é idealizada, e também com os valores culturais que estão vinculados a uma determinada sociedade, que geram impactos no meio ambiente (SOUZA et al., 2015).

As populações indígenas são um exemplo de sociedade que estabelece essa relação harmônica. Elas adquirem a sua subsistência através das atividades de cultivo e extrativistas, ligadas diretamente à natureza, podendo até depender exclusivamente dela, em diferentes aspectos: alimentação, vestimenta, abrigo e conforto espiritual. Neste caso, a natureza é, ao mesmo tempo, suporte à subsistência dos indígenas e base do seu sistema

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

²Graduanda de Ciências Econômicas ITR/UFRRJ. Pesquisadora do LCIDS. <http://lattes.cnpq.br/4588110739564641>

³ Doutora PPGTIA/UFRRJ, Coeranoda do LCIDS/Coord. Adjunta do Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial PEPEDT/UFRRJ.<http://lattes.cnpq.br/2973656775835876>

⁴ Mestranda do PPGDT/UFRRJ, Membro do PEPEDT/UFRRJ.<http://lattes.cnpq.br/0281526510688376>

⁵ Doutoranda PPGTIA/UFRRJ, Pesquisador do PEPEDT/UFRRJ.<http://lattes.cnpq.br/2936893561013851>

de relações sociais e de crenças. Dessa maneira, os povos indígenas possuem informações imensuráveis quanto à biodiversidade e o cuidado com a natureza.

A religiosidade dos indígenas é algo central em seu modo de vida, e reflete uma cultura passada entre gerações. Isso faz com que os valores e os laços dessas populações com a terra não se desfaça, mesmo considerando as "atualizações", a partir de convivência com não indígenas, em seu território.

A conexão Homem-Natureza não interfere somente na vida da população indígena, mas também na vida humana, através da sustentabilidade ambiental. Ou seja, é uma forma de pensar mais responsável em relação a utilização de recursos naturais, para garantir seu acesso a gerações futuras.

Na concepção mítica das sociedades primitivas e tradicionais existe uma simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico. Essa unidade é muito mais evidente nas sociedades indígenas brasileiras, por exemplo, onde o tempo para pescar, caçar e plantar é marcado por mitos ancestrais, pelo aparecimento de constelações estelares no céu, por proibições e interdições. Mas ela também aparece em culturas como a caiçara do litoral sul e ribeirinhos amazonenses, de forma menos clara talvez, mas nem por isso menos importante (DIEGUES, 2001).

Vieira, Kalhil & Ruiz (2012) observam que as comunidades indígenas, ao buscarem alternativa rentável por meio de práticas sustentáveis, como o artesanato, passam também valores às futuras gerações sobre sustentabilidade e manutenção do seu habitat. Outra forma de buscar renda, em algumas aldeias, é o turismo cultural étnico. Na análise de Chaves (2007), tal interesse reside mais na organização social, costumes, tradições e crenças, e menos no ambiente natural no qual eles habitam. Se essa sociabilidade indígena fosse compreendida como um todo pelos que buscam conhecê-la, perceberiam a sua contribuição para a preservação do meio ambiente. Carneiros (2004) evidencia que, o desenvolvimento sustentável

já é utilizado, e, difundido, a partir da própria cultura indígena. O autor também observa que a sociedade não indígena, que tanto preconiza essa forma de desenvolvimento, não se consegue sair do discurso.

Tal sabedoria, a largos passos, vem sendo repassada, ou sendo apropriadas inclusive pelo mercado, o que deve ser acompanhado de forma cuidadosa e crítica, considerando a biosegurança e a biodiversidade. É certo que a sociedade não indígena tem muito o que aprender com esse conhecimento, pois este pode vir a ser a porta de entrada para a sobrevivência das novas gerações, dado que os recursos, ou melhor, os bens comuns, são esgotáveis. Infelizmente o processo de conscientização da população tem sido abalado pelas "fake news".

Diante do exposto, o presente artigo tem por objetivo discutir a possível relação harmoniosa homem-natureza, considerando o modo de vida de povos originários e comunidades tradicionais⁶, e a abordagem da Os estudos sobre a etnoconservação, que aprofunda os conhecimentos dos povos originário e comunidades tradicionais, com o objetivo de preservar os bens comuns; de modo a possibilitar continuidade da existência humana na Terra. Para tal, é feita uma revisão bibliográfica.

Desenvolvimento

Segundo Pereira & Diegues (2010), o quadro ambiental mundial tem sido motivo de preocupação de diversos segmentos da sociedade, novas concepções vêm sendo adotadas com o intuito de alcançar uma proteção efetiva da natureza, uma delas é a etnoconservação. O fato do conceito estar densamente associado com os conhecimentos tradicionais, remete à necessidade de aprofundar-se nestes saberes, a fim de entender os subsídios desta nova abordagem para a preservação da natureza. Tal abordagem pode ser considerada como uma das soluções para, ou menos,

⁶ De acordo com o Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, Art. 3º - Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

mitigar a intensa destruição do meio ambiente, ocasionado pela sociabilidade capitalista.

Além dos povos originários, as comunidades tradicionais, que possuem costumes repassados de geração em geração, tentam dar continuidade as tradições recebidas de seus antepassados, que estão imersas à natureza. Para Certeau (2000), os saberes tradicionais são construídos e reconstruídos todos os dias, por pessoas comuns, de usos comuns e que são os construtores da história. Fica claro aqui, o papel do homem simples, como membro detentor de identidade própria mas, que deve ser respeitado pelo poder público e mercado e inseridos no contexto nacional, como guardiões e, ao mesmo tempo, produtores de conhecimentos.

Em contrapartida, não se percebe essa conexão simbiótica entre homem e natureza na sociedade inserida nas relações entre *homo economicus*. Mas ainda que não perceba ou não assuma; essa sociedade necessita da natureza. Os recursos, ou bens comuns, são esgotáveis e essenciais para a vida humana.

Com o aumento da pressão das instituições globais, com o intuito de proteger o meio ambiente; compreender e valorizar a relação homem-natureza como os povos originários e comunidades tradicionais se tornaram pilares importantíssimos. Já na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), foi destacada a necessidade da proteção das populações tradicionais e seus conhecimentos, devido a sua importância para a sustentabilidade ambiental. A Agenda 2030, por sua vez, mescla, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Os seus objetivos e metas buscam estimular ações em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta (ONU, 2015).

Os povos tradicionais sofrem cada vez mais com a disputa pelos seus territórios, onde reproduz seu modo de vida, pelo modelo de ocupação capitalista ou por ambientalistas ligados ao culto ao silvestre. A resistência à

essa pressão não recebe muito apoio sociopolítico devido à pouca valorização social da sua identidade sociocultural, ou mesmo, devido à discriminação racial. Mesmo na academia, há diferentes entendimentos sobre a presença humana em certas áreas. A atual política ambiental do governo federal indica ignorar sua importância em todos os aspectos do desenvolvimento multidimensional: econômico, social, cultural, político e ambiental.

Partindo da premissa de que o ser humano sempre vai alterar e domesticar a biosfera, alguns entendem que se faz necessário que haja uma conservação natural de, pelo menos partes do mundo, em seu estado original, sem a intervenção humana. Contudo, além dos povos originários, há comunidades tradicionais, como caiçaras, quilombolas, extrativistas etc., onde o ser humano vive conectado com a natureza, de forma harmoniosa. Se por um lado é papel do Estado definir o território através de suas respectivas autoridades, que então delimita as áreas que devem ser protegidas, e, a forma como esta proteção será feita; por outro lado, também é dever do Estado fazer valer os direitos ancestrais desses povos e comunidades.

Até 1980, o Brasil não dava muita importância às pessoas que residiam em áreas protegidas, elas eram completamente invisíveis para o Estado. Mas após conflitos, debates e resoluções, estas passaram a serem reconhecidas por seu valor conservacionista e como fator essencial para preservação da natureza. Através do decreto 6040/07 o governo brasileiro reconheceu a existência de diferentes povos e comunidades tradicionais na sociedade onde seus direitos tiveram de ser garantidos e respeitados. Paradoxalmente, o Brasil criou muitas áreas protegidas, de forma que não foi levado em conta os moradores daquelas localidades, gerando assim expulsões e conflitos sociais.

A desapropriação dos territórios tem se dado da forma mais variada possível, mas tem havido resistência dos povos locais, se organizando em sindicatos, programas de indenizações e acordos com o governo, programas de colonização, criação de reserva extrativista.

De acordo com Diegues (2004), o modelo brasileiro de áreas protegidas foi uma importação do modelo norte-americano, baseado na noção de natureza intocada, que considerava que as áreas naturais deveriam ser protegidas contra as atividades humanas, com exceção daquelas relacionadas ao turismo, medidas educativas e pesquisas científicas. O resultado foi que também no Brasil houve muitos casos de criação de áreas protegidas desconsiderando plenamente a existência de moradores, resultando em sua expulsão e em conflitos (ARRUDA, 1999).

Para que essas pessoas pudessem permanecer nessas áreas protegidas e que estas pudessem utilizar dos recursos naturais ali existentes, tornou-se necessário o reconhecimento dos grupos não étnicos, que não estivesse mais restrito aos indígenas ou quilombolas. Criou-se, então, a nomenclatura, povos tradicionais (Vide nota de rodapé 5), de forma a abranger todas essas pessoas que viviam há anos nessas áreas de proteção ambiental.

No Território Rural da Baía da Ilha Grande/RJ, instituições como o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT)⁷ formulam parcerias no sentido de apoiar as comunidades tradicionais na preservação dos recursos naturais e respeito ao seu modo de vida. As comunidades contam também com o Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) que nasceu de uma parceria entre o FCT e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O OTSS tem apoio financeiro e institucional da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

Segundo Nascimento (2019) essa mobilização foi importante no sentido de pensar as questões e dificuldades das comunidades. Puderam enxergar as ausências de políticas públicas, que afetam diretamente o cotidiano das comunidades tradicionais, devido aos impactos sociais e ambientais no território. O autor aponta como avanço, e, resultado de luta e resistência, o reconhecimento pela Unesco, em 2019, do município de Paraty/RJ e da Ilha Grande, situada em Angra dos Reis/RJ, como novos

⁷O FCT é um movimento organizado das comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras do território de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba

integrantes da lista dos locais considerados como Patrimônio (Misto) da Humanidade no Brasil. Ou seja, seu valor é tanto cultural, quanto natural, por se tratar de território que inclui reservas ambientais e comunidades tradicionais.

Conclusão

Com base nas informações acima, fica claro que há uma conexão simbiótica entre o homem e natureza, numa relação de dependência mútua. Isto se observa em comunidades que não se organizam segundo a sociabilidade puramente capitalista. Enquanto o resto da sociedade parece ainda precisar de mais conscientização.

A conservação do meio ambiente tem como base que a biosfera sempre sofrerá com a intervenção humana, e, portanto, é preciso mantê-la em seu estado original. Por outro lado, esta perspectiva implica na expulsão daqueles que tinham sua territorialidade no espaço em disputa.

A preservação do meio ambiente pelo Estado, em muitos casos, não levava em conta as populações existentes naquelas localidades, que acabavam sendo restringidas aos indígenas e quilombolas. O restante da população local ainda sofre com os processos de expulsão de suas terras, de forma velada ou violenta. Isto cria conflitos, além da formação de periferias ao entorno das áreas protegidas.

Devido às pressões internacionais, trabalhos acadêmicos nacionais e os movimentos da população local, o governo reconheceu, em 2007, a existência dos povos tradicionais que viviam em localidades protegidas e que faziam uso dos recursos naturais ali existentes para sobreviver. Porém, o uso dever se dar de forma harmoniosa, possibilitando o usufruto desses bens comuns por gerações futuras, revelando a possibilidade de uma relação simbiótica entre o homem e a natureza.

Assim, o reconhecimento dos direitos dos povos que vivem na e da terra, significa a valorização da cultura, do saber tradicional e da vida.

Dessa forma, esses povos deixaram, dada vez mais, de ser invisíveis, e passam a estar inseridos nas ações de proteção ao meio ambiente.

Referências

- ARRUDA, R. **"Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação.** Ambient. soc., Campinas, n. 5, p. 79-92, dez. 1999.
- BRASIL. Lei Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Presidência da República: Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, p. 316.
- CARNEIROS, E. B.. As nações indígenas e o desenvolvimento sustentável. **Hiléia revista eletrônica de direito ambiental da Amazônia.** Manaus, n. 4, p. 171-189, Janeiro - Junho, 2005.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano.** Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHAVES, R. P.. **O Turismo Étnico em Comunidades Indígenas no Brasil: a Reserva Pataxó da Jaqueira e o Parque Indígena do Xingu.** VII RAM - UFRGS, Brasil, Porto Alegre, 2007
- DIEGUES, A. C. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP. São Paulo, p. 1-189, Fevereiro, 2000.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 6. ed., p. 13-189, 2004.
- NASCIMENTO, V. **O Fórum de Comunidades Tradicionais e o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina.** In: GALLO, E.; NASCIMENTO, V. (org). O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados. Paraty, RJ: Fiocruz, 2019.
- ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso em: 24/10/2020, p.1-41, 2015.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade e de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Editora UFPR, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010.

SOUZA, A. H. **A relação dos indígenas com a natureza como contribuição à sustentabilidade ambiental: uma revisão da literatura**. Revista Destaques Acadêmicos, v. 7, n. 2, p. 88-94, 2015.

VIEIRA, F.C., KALHIL,J.B.; RUIZ, M.A. **Percepção ambiental: Contribuições e práticas indígenas para o ensino de ciências no baixo Rio Negro**. Revista Científica ANAP Brasil. V.5, n.5, p. 59-68, Julho, 2012.

Trabalho 4

Vivência extensionista na Reserva Indígena Naô Xohã após crime ambiental em Brumadinho ¹ (299561)

Dayane Jhenifer Ribeiro Silva ²

Grasiele Cristine Ferreira ³

Roberta Ellen Santos Oliveira ⁴

Samira Auxiliadora Pereira ⁵

Carolina Costa Resende ⁶

A Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, coordena o Projeto Ampliado PUC Minas e Brumadinho: unindo forças, que visa apoiar o município referido no enfrentamento dos inúmeros problemas sociais, econômicos e ambientais decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A, em Córrego do Feijão, ocorrido no dia 25 de janeiro de 2019. Esse acontecimento, considerado como crime ambiental, resultou em um dos maiores desastres com rejeitos de mineração no Brasil, provocando danos

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

²Graduanda do Curso de Fisioterapia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, *Campus* Betim. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0402626850021558>. E-mail: dayaneribeiros@outlook.com

³ Graduada em Fisioterapia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, *Campus* Betim. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4774860460736002>. E-mail: grasieleferreira@gmail.com

⁴ Graduanda do Curso de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, *Campus* Betim. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3358304948851690> E-mail: robertaellensoliveira@gmail.com

⁵ Mestre em Enfermagem. Professora dos Cursos de Graduação em Medicina e em Enfermagem da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, *Campus* Betim. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0815935187908990>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1036-3131>. E-mail: auxper@yahoo.com.br

⁶ Doutora em Psicologia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8264600425128345>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3054-547X>. E-mail: carolinaresende.psi@gmail.com

irreparáveis à vida humana e ao meio ambiente, visto que ao se romper, foram lançados 13 milhões de m³ de rejeitos. Dessa forma, esse fato culminou em uma enxurrada de lama, que desceu repentinamente, destruindo a comunidade do entorno e afetando drasticamente o curso do Rio Paraopeba. Foram soterrados ou diretamente atingidos vidas humanas e animais, moradias, sítios, plantações, reservas naturais e instalações da mineradora (LIMA; RODRIGUES; SANTOS, 2019). A lama de rejeitos atingiu diretamente 3.485 pessoas e inúmeras comunidades, entre elas indígenas, quilombolas, silvicultores e pescadores artesanais, que tiveram perdas culturais, simbólicas, econômicas e familiares (FREITAS *et al.*, 2019). Tal evento causou impactos na capacidade de oferta dos serviços essenciais como saúde, educação e saneamento, que conseqüentemente abalaram todo o território, podendo refletir sobre as condições de vida e de saúde da população (FREITAS *et al.*, 2019). O Projeto PUC Minas e Brumadinho: unindo forças, se dividiu em várias frentes para atuarem nas áreas afetadas, dentre as quais encontra-se a Reserva Indígena Naô Xohã, onde foram realizadas ações de fortalecimento das lideranças comunitárias e de atenção à saúde. Nesse contexto, o Projeto Integrado de Educação em Saúde iniciou suas atividades no dia 06 de setembro de 2019 em parceria com o Projeto de Intervenções Psicossociais a fim de atender às principais demandas de saúde da Reserva Indígena após o crime ambiental. A sua equipe foi composta por três alunas do curso de medicina, três alunas do curso de fisioterapia e uma aluna do curso de enfermagem, as quais atuaram sob a supervisão de uma professora dos cursos de Enfermagem e Medicina, em parceria, com uma professora do curso de Psicologia. Nesse sentido, o objetivo deste resumo é relatar as ações que foram desenvolvidas por esta equipe em conjunto com o Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe da Reserva Indígena Naô Xohã, no período de setembro a dezembro de 2019. Esse território consiste em uma área de ocupação no limite dos municípios de Brumadinho e de São Joaquim de Bicas, e o seu nome *Naô Xohã* significa na língua *patxohã* “espírito guerreiro”. Após o rompimento da barragem, a comunidade foi diretamente afetada, uma vez que

as suas atividades produtivas dependiam das matas, rios, uso do solo e do turismo. A partir da interação dialógica com as lideranças, foi possível delinear três eixos de atuação da equipe do projeto na Reserva. O primeiro se refere às ações intersetoriais para articulação e fortalecimento da rede de apoio social por meio de atividades que contaram com a participação de importantes setores para as necessidades de saúde do Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, sendo uma roda de conversa com o Ministério Público Federal (MPF) e uma reunião com a Secretária Municipal de Saúde de São Joaquim de Bicas. No encontro com o MPF foi apresentada a situação legal das ações movidas pelo mesmo, em seguida, os projetos atuantes na Tribo reafirmaram suas atividades específicas para serem desenvolvidas com a comunidade. Na reunião com a Secretária Municipal de Saúde de São Joaquim de Bicas foi apontado que o deslocamento à Aldeia e a discordância na aceitação das propostas por parte das lideranças da Tribo são os principais desafios para a efetivação das atividades de saúde. Como também, foi discorrido sobre o fluxo assistencial proposto pelo município a todos os municípios a ser discutido com as lideranças a fim de garantir que os índios entendessem como funciona o fluxo da rede para que pudessem buscar atendimento necessário no nível adequado de assistência, de acordo com suas demandas. Essas ações intersetoriais desenvolvidas foram importantes para discutir e delinear o modelo de atenção à saúde, tendo como foco, as necessidades do Povo Pataxó. Ademais, foi evidenciado a importância do diagnóstico situacional de saúde com intuito de auxiliar as lideranças na identificação das necessidades de saúde da Aldeia e no embasamento das discussões dos seus direitos junto à setores da sociedade. Desse modo, a ação priorizada pela equipe do Projeto Integrado de Educação em Saúde foi o cadastramento das famílias, a construção do diagnóstico situacional de saúde e o apoio às lideranças para participarem do credenciamento da equipe mínima de saúde proposta pelo Termo de Ajuste Preliminar (TAP). O segundo eixo consistiu no cadastramento do Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe a fim de embasar as discussões e lutas da comunidade com o MPF, Secretaria Municipal de Saúde e outros setores da sociedade. O processo de

cadastro das famílias transcorreu no período entre outubro e dezembro. Inicialmente foi realizada a construção de uma ficha de cadastramento que foi baseada e adaptada por meio do Manual de Preenchimento das Fichas de Coleta de Dados Simplificados – CDS, disponibilizada pelo Ministério da Saúde, e modelo de ficha de cadastramento utilizado pelo e-SUS e aplicado pelo Agente Comunitário de Saúde (ACS) como estratégia das Equipes de Saúde da Família (BRASIL, 2018). Somado a isso, foi realizado o mapeamento das ocas/famílias conforme o território da Reserva Indígena para iniciar as ações de cadastramento. Identificou-se 22 ocas/famílias e uma oca reservada para ser a oca/escola, onde será desenvolvida a formação educacional na cultura indígena do Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe. Foram cadastradas, também, 14 famílias que residem em municípios próximos à Aldeia, sendo 11 residentes em Belo Horizonte, duas em Ibirité e uma em Contagem. Esse cadastramento possibilitou um contato mais próximo entre a equipe do projeto e as famílias, criando espaço para a construção de vínculo, além de fornecer dados relevantes para a construção do diagnóstico situacional de saúde da Tribo. O último eixo consistiu nas atividades de educação em saúde, sendo elaboradas três oficinas educativas de acordo com as demandas da comunidade, por meio de metodologias ativas para promover a construção coletiva do conhecimento. A primeira atividade foi realizada no dia 23 de novembro de 2019, teve como tema métodos contraceptivos e contou com a participação de sete mulheres. O primeiro momento foi baseado em uma dinâmica de apresentação, na qual cada participante falou sobre a sua idade, a quantidade de filhos, se usavam algum método contraceptivo e se estava ou não grávida no momento. A segunda etapa consistiu em uma abordagem dinâmica e de fácil compreensão sobre o que são métodos contraceptivos e quais os tipos que existem, ilustrando-os por meio de imagens impressas. Por fim foi realizada uma brincadeira lúdica com o intuito de as participantes consolidarem todas as informações apresentadas. A segunda oficina cujo tema foi coleta seletiva ocorreu no dia 06 de

dezembro de 2019, e contou com a participação de sete mulheres. A primeira etapa foi baseada em uma roda de conversa sobre coleta seletiva. Nesse momento, foram elucidadas as diferenças entre resíduo sólido e rejeito, sobre os “3 R’s (reduzir, reciclar e reutilizar)”, classificação de resíduos, resíduos de serviço de saúde e sobre as vantagens da coleta seletiva. Na segunda parte foi demonstrado de forma prática como identificar no momento da separação do lixo alguns materiais que, posteriormente, poderão ser convertidos em utilidades e até mesmo decoração. Ao final, as participantes produziram um *puff* de garrafas pet e dois portas objetos com caixa de leite. Para finalizar foi feito um sorteio de objetos produzidos com material reciclado. A partir da realização dessa atividade, foi possível levar para a comunidade alternativas para o direcionamento do lixo, despertar a criatividade das participantes mostrando-as a possibilidade de reaproveitar materiais a fim de construir objetos úteis para o dia a dia e para aumentar a gama de artesanato possíveis de venda. Por fim, a terceira atividade desenvolvida ocorreu no dia 06 de dezembro de 2019, objetivou proporcionar um momento de recreação e aprendizados para as crianças da Reserva Indígena e contou com a participação de oito crianças. Essa oficina abordou o tema “Tenda da Leitura”, com base na estória “Solidariedade no mundo das letras”. A estória foi narrada utilizando como recurso o uso de imagens/fantoches. Ao fim do conto, foram entregues folhas de papel A4 e giz de cera às crianças para elas produzirem um desenho sobre o que entenderam da estória e sobre como elas imaginam que é o mundo das letras. Após a finalização dos desenhos, foi realizado um momento de recreação, onde cada criança recebeu um sopra bolhas. Logo após todos brincarem, foram entregues brinquedos para cada criança arrecadados por meio de doações. Ao final dessa atividade, foi possível observar que as crianças conseguiram compreender por meio da estória a importância da amizade, do carinho e do respeito. Nesse contexto, também foi notório o quanto elas ficaram felizes com esse momento de lazer proporcionado a elas. A vivência durante três meses na Reserva Indígena Naô Xohã ao lado


do Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe proporcionou uma interação dialógica benéfica entre índios, extensionistas e docente. Houve uma troca horizontal entre os participantes, de modo que cada parte envolvida foi transformada em diversos aspectos. Tendo em vista o momento enfrentado, esta cooperação foi fundamental para o fortalecimento da autonomia da comunidade e para a garantia de seus direitos. As ações promovidas foram direcionadas para as demandas identificadas e não foram de encontro ao sentimento de exploração que a comunidade vivenciou após o crime ambiental. A parceria proposta pela PUC Minas, na visão da população indígena promoveu a valorização de sua cultura que, por vezes, não é compreendida e é estigmatizada em nossa sociedade. A oportunidade de inserção na Reserva Indígena possibilitou o fazer e o aprender com o outro, a escuta qualificada e o olhar biopsicossocial. Foi possível conhecer e entender melhor sobre a cultura indígena, bem como a desconstrução de preceitos estabelecidos. As vivências construídas geraram transformações profissionais e pessoais, contribuindo para formação humanística tão prezada atualmente. Essa experiência propiciou o entendimento de que as necessidades de uma população são complexas e que nem sempre o saber científico é capaz de amenizá-las, sendo necessário desenvolver habilidade humanas atitudinais de empatia para acolher e cumprir o papel do cuidado.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. e-SUS Atenção Básica: **Manual do Sistema com Coleta de Dados Simplificada**: CDS – Versão 3.0 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria-Executiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/esus/Manual_CDS_3_0.pdf. Acesso em: 05 out. 2020.
- FREITAS, Carlos Machado; BARCELLOS, Christovam; ASMUS, Carmen I. R. F.; DA SILVA, Mariano A.; XAVIER, Diego R. Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. **Cad. Saúde Pública**. Rio de

Janeiro, v. 35, n. 5, e00052519, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000600502&lng=en. Acesso em: 05 out. 2020.

LIMA, Fabrício W.; RODRIGUES, Leonardo L.; SANTOS, Cinthya A.. Rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho e seus impactos socioambientais. **Revista Raízes no Direito**. Faculdade Raízes. Anápolis, v. 8, n. 1, p. 105-122, 2019. Disponível em: <http://revistas.unievangelica.com.br/index.php/raizesnodireito/article/view/3843/2675>. Acesso em: 05 out. 2020.



Trabalho 5

Alianças entre ensino e extensão: a experiência da formação básica indígena ¹ (299758)

Paula de Mattos Colares ²

Denize de Souza Carneiro ³

Este trabalho tem o objetivo de apresentar uma experiência, desenvolvida junto a estudantes indígenas na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que articula ensino e extensão. O fio condutor é um relato das práticas desenvolvidas a partir de nossa perspectiva como docentes que orientam diferentes projetos de ação/extensão, construídos por estudantes no âmbito da Formação Básica Indígena. Esses projetos estruturam uma proposta que busca: articular diferentes saberes e sujeitos de conhecimento promovendo a interlocução entre universidade e comunidades indígenas; construir uma estratégia de ensino pautada na busca pela autonomia intelectual dos estudantes indígenas; e, por último, trabalhar conteúdos de metodologia científica a partir da autoria indígena, com foco na elaboração de projetos calcados no levantamento e no diagnóstico de problemas.

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional - UFRJ. Docente na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2671545682956673>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9276-4053>. E-mail: paula.colares@ufopa.edu.br.

³ Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia. Docente na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0877607760576666>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0980-8359>. E-mail: denize.carneiro@ufopa.edu.br.

A Formação Básica Indígena

A Formação Básica Indígena⁴ (FBI) é um projeto institucional da Ufopa, em implementação desde 2017. Surge da demanda dos estudantes indígenas e de suas lideranças e tem como objetivo contribuir para minimizar os problemas enfrentados por eles na experiência universitária. Sua proposta é trabalhar a autonomia intelectual dos indígenas ingressantes pelo Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI), bem como refletir, discutir e propor estratégias de ensino-aprendizagem e de enfrentamento ao racismo/preconceito ainda presentes na sociedade brasileira, inclusive no espaço universitário.

Na proposta curricular da FBI, são previstas 11 disciplinas (ofertadas em dois semestres) e uma série de atividades complementares (contabilizando 500h de atividades de ensino e 60h mínimas de extensão), das quais participaram, nos três anos desde sua criação, 168 indígenas (96 mulheres e 72 homens), originários de mais de 30 aldeias, situadas nas regiões do Baixo Tapajós, Médio Tapajós, Alto Tapajós e Calha Norte, no oeste paraense. São membros de 14 coletivos - Arapiun, Borari, Jaraki, Kumaruara, Munduruku, Munduruku Cara Preta, Maytapu, Tupinambá, Tapuia, Tapajó, Tupaiú, Arara Vermelha, Apiaká e Wai Wai -, que integram hoje turmas de 30 cursos de graduação (regulares) da Ufopa. Esses estudantes foram os protagonistas dos projetos, cuja experiência será compartilhada a seguir.

Os projetos de “ação nas comunidades” como uma aposta metodológica e epistemológica

Parte dos objetivos da FBI, formulados na Resolução que a ampara, trata do fortalecimento de relações entre as comunidades indígenas na região e a universidade, além da necessidade de se construir

⁴ O projeto FBI foi aprovado pelo Conselho universitário em 24 de abril de 2017, por meio da Resolução nº 194.

metodologias de ensino, extensão e produção de conhecimento que colaborem para a valorização e o reconhecimento das cosmologias e dos modos de existência indígenas na universidade. Para dar conta de manejar essas questões e, ao mesmo tempo, contribuir para a autonomia dos estudantes indígenas em suas trajetórias acadêmicas, elaboramos uma proposta de ensino atravessada pela extensão, com o propósito de tornar criativa e significativa a construção de conhecimentos.

Optamos por desenvolver a disciplina de *Introdução à metodologia científica*, ofertada no primeiro semestre da FBI, tratando de questões relativas ao papel da universidade como espaço de construção de conhecimento; à natureza das ciências e à natureza dos conhecimentos tradicionais, para pensar nas suas possíveis relações. Depois desse primeiro momento, trabalhamos com a elaboração de projetos como meios de, ao mesmo tempo, produzir novos conhecimentos e permitir a aprendizagem de ferramentas para os estudantes na condução de seus estudos e de suas pesquisas acadêmicas.

Uma referência importante para nós, na concepção dos projetos, é a “pesquisa-ação”, que, segundo um de seus expoentes, Thiollent, se configura como “parte de um projeto de ação social ou da resolução de problemas coletivos” (1984, p. 84), colocando-se o desafio de “produzir novas formas de conhecimento social e novos relacionamentos entre pesquisadores e pesquisados, e novos relacionamentos de ambos com o saber” (Id., p. 103).

Os projetos são desenvolvidos em três diferentes tempos e espaços: a sala de aula, no momento de construção das propostas; as aldeias e comunidades, no intervalo entre os semestres letivos, quando os alunos implementam as ações; e a universidade de forma mais ampla, quando os projetos e a experiência que eles produziram são apresentados, ao fim do ano letivo, para a comunidade acadêmica em um evento que chamamos de “Comunicação Indígena”.

O primeiro momento, de elaboração dos projetos, começa com o levantamento e diagnóstico de problemas através de atividades coordenadas

pelas professoras, que incluem tanto a reflexão centrada nos problemas do território, quanto sua articulação e coletivização com os demais estudantes indígenas, de modo a ampliar a esfera de diálogo para a delimitação do tema, a partir de sua relevância e das possibilidades concretas de intervenção. A partir da escolha do tema, há a aproximação com fontes variadas – textos, livros, documentários, mapas, documentos, memória oral – para dar consistência e elementos à ideia formulada, que vai, assim, ganhando corpo. Estimulamos, também, nesse primeiro momento, a mediação com atores sociais das comunidades, como agentes de saúde, professores, lideranças, pajés e outros. Na escrita e reescrita dos projetos, inserimos elementos de aproximação com os textos teóricos, como interpretação e ferramentas de citação direta e indireta, além de técnicas para fichamentos, resumos e resenhas. Definindo o tema e um conjunto de fontes, discutindo as dimensões do assunto e do problema com a turma e a orientadora, os alunos passam a construir cada um dos elementos do projeto: a definição de objetivos; a construção de argumentos que embasam uma justificativa; a relação com as referências e a construção de um planejamento e de um cronograma de atividades.

O segundo momento, nas aldeias e comunidades, reflete a busca pela mobilização da comunidade e da valorização de atores sociais – conhecedores - que podem articular as ações com os estudantes a partir dos temas e das propostas construídas.

Por último, os estudantes elaboram relatórios e avaliam o desenvolvimento dos projetos, apresentando-os em um evento aberto, com ampla divulgação, para a comunidade acadêmica. Um importante elemento nesses eventos tem sido a participação de algumas lideranças e especialistas das comunidades indígenas, fazendo o caminho universidade-comunidade como um ciclo nos projetos.

Os projetos de ação nas comunidades indígenas

Orientamos, em três anos, cerca de 120 estudantes indígenas em 62 projetos que abarcam diversas temáticas, dentre as quais educação ambiental, medicina tradicional, artes tradicionais e segurança alimentar, cujas atividades também foram bastante diversificadas, como: oficinas, palestras, rodas de conversa, cine-debates e construção de hortas escolares, das quais participaram (de forma ativa) cerca de 2000 pessoas das comunidades dos acadêmicos proponentes dos projetos.

Desde 2018 (segundo ano de desenvolvimento da proposta), temos orientado, também, a elaboração de artigos compostos de relatos de experiências produzidos pelos alunos indígenas, como sistematização do que foi desenvolvido e como base para a criação de apresentações dos projetos e das ações para a comunidade acadêmica ampliada. Utilizamos esses artigos como base para refletir junto aos estudantes e seus projetos, apresentando brevemente dois deles⁵.

O primeiro é o de Levin Akay Munduruku, Reslly Puchu Martins, Sauvelina Waru de Sousa e Rosana Kabá Ribeiro, estudantes Munduruku que criaram o projeto “*Kuyjuyayã imubapukap* [‘Histórias dos nossos ancestrais’]”, cujo resultado propiciou, inclusive, a produção de um material para ser utilizado nas escolas da região do Alto Tapajós. Centrado nas histórias mitológicas dos Munduruku, o projeto, desenvolvido na aldeia Karapanatuba, teve o intuito de recolher, junto aos mais velhos, algumas dessas narrativas e estimular o contato das crianças e dos jovens com mitos que, hoje, segundo os autores, são conhecidos apenas pelos mais velhos, uma vez que os contextos de sua circulação intergeracional quase não existem mais. Assim, foram planejados (e realizados) três dias de atividades reunindo conhecedores das narrativas mitológicas com as crianças e com os jovens estudantes da escola da aldeia. No primeiro dia, os jovens foram reunidos no barracão comunitário e três idosos compartilharam

⁵ As informações sobre os projetos de ação foram retiradas dos relatórios de implementação das atividades, os quais ainda não foram publicados, a saber: AKAY, L. et al. *Kuyjuyayã imubapukap*. FBI/2019; SANTOS, R. B. S. dos. *Em busca da identidade Maytapu na festa do gambá: valorizando a cultura e a dança*. FBI/2019.

narrativas oriundas da “mitologia constituída de saberes e valores” (AKAY et al., 2019, p. 3) do povo Munduruku, que tratam “da origem da vida humana e de alguns animais (...) [e] dos costumes do povo Munduruku, como o surgimento dos clãs e seus modos de se relacionarem” (Id.). No dia seguinte, aconteceu uma “oficina de narrativas escritas, inspiradas nas histórias mitológicas repassadas no dia anterior, com o intuito de incentivar a produção textual e a criatividade dos jovens a partir da criação de contos para crianças” (Id. p.12). No último dia, em uma outra oficina, dessa vez focada nas crianças do ensino fundamental, foi proposto que elas produzissem ilustrações para as narrativas transformadas em texto.

O outro projeto ao qual fazemos aqui menção, também é voltado à valorização da memória. Rianny dos Santos, do povo Maytapu, teve como objeto de seu projeto a Festa do Gambá, evento que acontece durante os festejos de São Benedito, padroeiro da comunidade de Pinhél. Percebendo uma participação cada vez menor das gerações mais novas, tanto na dança quanto na entoada das ladainhas, hoje conhecidas apenas por duas senhoras idosas, a autora do projeto articulou as conhecedoras mais velhas, os professores da escola e as crianças, preparando, com eles, oficinas voltadas para a festa. Depois de buscar pesquisas construídas no campo da história e da antropologia sobre a festa, a aluna fez ecoar, para justificar seu projeto, as palavras de sua avó, uma das últimas duas conhecedoras das ladainhas na comunidade: “Nós não vamos virar pedra, um dia vamos morrer’, (...) preocupada que os mais jovens não continuem a tradição quando os mais velhos se forem” (SANTOS, 2019, p. 3). Essa avó e a outra senhora que se lembra das ladainhas, as duas moradoras mais velhas da comunidade, foram as figuras principais nas ações do projeto, em conjunto com os professores da escola da comunidade. O projeto foi implementado em duas etapas: uma roda de conversa, conduzida pelas senhoras, na qual “contaram como foi o primeiro contato delas com [a] ladainha e a dança do gambá, (...) [relatando] detalhadamente a vivência delas no contexto da festa de São Benedito, dando ênfase à importância de manter viva a essência do festejo” (Id.); e, depois, oficinas, tanto das ladainhas quanto da

dança do Gambá, voltadas aos mais jovens e orientadas em conjunto pelas moradoras mais velhas, pelos professores e pela autora do projeto. Essa oficina terminou com a apresentação dos jovens no festejo.

Agora terminamos por fazer o caminho de volta à universidade. No segundo semestre, depois de realizadas as ações, trabalhamos, em uma das disciplinas da FBI, a construção dos relatórios com a sistematização do que foi construído através dos projetos. Esses relatórios têm como propósito realizar um exercício textual e uma análise do que foi desenvolvido, mas também estruturar um material para ser apresentado, no fim do ano letivo, no evento Comunicação Indígena, socializando, para a comunidade acadêmica, os trabalhos realizados.

Para docentes e discentes – atores do processo de ensino-aprendizagem da FBI – o Comunicação Indígena é a culminância do trabalho de dois semestres, como também é a finalização da primeira etapa da vida acadêmica dos indígenas que ingressaram pelo PSEI/Ufopa. Com o evento, buscamos dar visibilidade às diversas experiências de amadurecimento acadêmico e de descoberta de saberes que têm emergido do diálogo e da convivência no cotidiano da universidade, proporcionados pelas etapas da elaboração e da implementação dos projetos de ação.

Referências

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, C. R. (org.). **Re-pensando a pesquisa participante**. Local: Editora Brasiliense, 1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Resolução nº 194 de 24 de abril de 2017**. Disponível em: <http://www2.ufopa.edu.br>. Acesso em: 01/08/2020.

Trabalho 6

Concepção de saúde e doença indígena Akwê-Xerente ¹ (303359)

Silvania de Jesus Silva ²

Márcia Machado ³

Maria Fernanda Dantas Di Flora Gamba ⁴

Introdução

Optou-se por publicizar os relatos, uma vez que este estudo objetivou “dar voz aos Akwê-Xerente” da Aldeia Porteira. Em ressalva, buscou-se uma reflexão sobre o processo de saúde e doença que instigaram quanto à não aceitação desse modelo de saúde imposta pela sociedade.

Nessa acepção, esse estudo justificou-se por se constituir em um dos primeiros a abordar a saúde a partir da interpretação dos próprios indígenas, o povo Akwê-Xerente, o que pode fornecer subsídios para outras pesquisas na área e colaborar com as comunidades indígenas. A ausência de investigações, publicações e desconhecimento corroboram a formulação e implementação de políticas direcionadas à saúde que não levam em consideração os aspectos étnicos culturais, consequentemente,

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Assistente Social. silvanyadj@gmail.com . <http://lattes.cnpq.br/1269157910071250>

³ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UNB). Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

⁴ Especialista em Micropolítica da Gestão e Trabalhos em Saúde (UFF). Enfermeira da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU-TO flora.mfd@gmail.com . <http://lattes.cnpq.br/0512796664161330>

as instituições, os tratamentos e atendimentos aos indígenas são ineficientes e, até mesmo, violentadores.

Com este trabalho buscou-se compreender a concepção de saúde e doença indígenas, bem como, conhecer a cultura dos povos *Akwẽ-Xerente*, para que haja um entendimento das práticas cosmológicas acerca do processo de saúde e doença. Em decorrência da existência de mais de trezentos povos indígenas no Brasil, de acordo com dados do IBGE de 2010, delimitou-se o enfoque do tema entre os *Akwẽ-Xerente*, cuja convivência cotidiana na Universidade Federal do Tocantins, no Campus de Miracema, cidade vizinha às terras tradicionalmente ocupadas pelos *Akwẽ*⁵, constitui-se em um aprendizado constante e nos sensibilizam quanto às problemáticas vivenciadas pelos povos indígenas no Brasil.

Método

Utilizou-se da metodologia de pesquisa qualitativa, a partir da articulação entre conteúdos, teorias, áreas do saber e a existência humana, em suas especificidades étnicas culturais e seus processos históricos, imersa no modo de produção capitalista. O que motivou, durante o desenvolvimento da pesquisa qualitativa, o diálogo entre as Áreas da Saúde, História e Antropologia, denominados nomes.

Ao levarmos em consideração que a cultura dos Xerente se caracteriza pela oralidade, uma vez que o processo de registro escrito da língua ainda não se findou, na realização deste estudo adotou-se a entrevista como instrumento de coleta de informações. Segundo Minayo (1994), a entrevista é uma técnica de coleta de dados que visa obter informações através da fala individual, contudo revelam sistemas de valores, representações sociais de determinados grupos, universo simbólico, regras e normas de comportamentos, dentre outros aspectos sociais e individuais.

⁵ O povo se autodenomina *Akwẽ*, que "significa gente", e foram chamados de Xerente pelos não indígenas (WÁKAINĒ, 2012, p. 83). Convencionalmente, na grafia do nome da etnia une-se as duas designações separadas por hífen. Os *Akwẽ-Xerente* pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, e, de acordo com Nolasco (2010), com os Xavantes do Mato Grosso, que se auto designam *Auwẽ*, e os Xacriabá de Minas Gerais, compõem o grupo dos povos Jê Central.

Resultados e discussões

A concepção de saúde para os indígenas é diferente dos não-indígenas, conforme explica Baniwa (2006, p.173):

O estado de saúde e doença para os povos indígenas, em seu principal aspecto, é o resultado do tipo de relação individual e coletiva que se estabelece com as demais pessoas e com a natureza. Para os povos indígenas existem duas maneiras de se contrair doença: por provocações de pessoas (feitas) e por provocações da natureza (reação).

Desse modo, para os indígenas não existe doença “natural”, “biológica” ou “hereditária” é sempre adquirida, provocada e merecida moral e espiritualmente. A partir desta aceção, o *Sekwa* (pajé)⁶, entre os Xerente, desempenha papel fundamental, pois é considerado profundo conhecedor da natureza, dos espíritos e da cura. As curas conduzidas pelo Pajé são diretamente relacionadas a cosmologia do povo *Akwẽ*-Xerente e sua relação com a natureza, o que o torna também protetor daquela que oferece os meios curativos, isto é, a natureza. Cabe indicar que os conhecimentos são repassados aos pajés de geração em geração.

Nessa perspectiva, há conflitos entre a concepção indígena de saúde-doença e o saber científico. Contudo, ao longo do tempo devido ao contato com os não-indígenas, esses saberes foram dialogando e os indígenas aprenderam a conhecer e a valorizar também a medicina não-indígena, centradas no uso de equipamentos, medicamentos, hospitais, laboratórios e outros meios tecnológicos.

Este tipo de conflito está inevitavelmente presente entre os indígenas, e precisa ser levado em consideração pelos profissionais de saúde, na medida em que podem garantir ou não a eficácia de seus diversos

⁶ Cabe informar que nos relatos coletados as referências são ao termo pajé, contudo, este é de origem tupi, e faz referência ao *Sekwa*, o líder espiritual entre o povo *Akwẽ*. É comum entre diferentes povos indígenas a adoção de termos utilizados por não-indígenas como consequência gerada pelo contato, que podem promover etnocídio ou ressignificação por parte dos indígenas seja de práticas culturais ou da língua ou, ainda, de adoção de termos impostos por não índios, tais como: pajé, oca, branco, dentre outros.

procedimentos de tratamento. Mas, sobretudo, porque crenças e valores culturais devem ser respeitados, e são tão importantes quanto às possibilidades de tratamento da medicina ocidental.

Nesse sentido, apresenta-se a interpretação dos povos indígenas acerca do processo saúde-doença, através de relatos dos *Akwẽ-Xerente*. Conforme apontam autores como Carneiro da Cunha (2012), os povos originários têm sido submetidos a processos de invisibilização, silenciamento e descaso desde o início do processo colonial. E, segundo Zeneide Rios de Jesus (2011, p. 2), “(...) estranhamento, desconhecimento, preconceitos (...) ainda são questões que norteiam as percepções acerca dos povos indígenas”.

As formas tradicionais de tratamento dos indígenas pela sociedade brasileira são guiadas por ideias equivocadas, na realidade representações negativas, que foram construídas durante a colonização e ainda permanecem fortemente arraigadas no imaginário social brasileiro, segundo Bessa Freire (2002). Entre outras ideias, as de que os povos indígenas são vítimas passivas de todo o massacre histórico tem sido repensada e criticada.

Com esta perspectiva, apresentam-se as apreensões dos indígenas sobre saúde- doença e dos atendimentos no Polo Base de Tocantínia a partir dos relatos dos Xerente, coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, conforme apontado. Para a realização das gravações partiu-se de questões focadas na saúde a fim de nortear o estudo. Nessa diretriz, as primeiras questões versaram sobre a concepção de saúde e doença para os indígenas, a medicina tradicional e sua importância no contexto atual, conforme explicitado abaixo:

“1) O que é saúde e doença para o senhor (a), ou seja, para seu povo *Akwẽ-Xerente*?”

1-Entrevistado *Sibaka* (Garça): A saúde além da boa disposição do corpo e da mente tem que ter uma vida e bons hábitos alimentares e outros benefícios que não prejudicam a saúde humana. Acredito que as doenças

são sintomas que afetam um ser vivo e acabam com a saúde se a pessoa não se cuidar⁷.

2-Entrevistado Smãkrêê (Andorinha): A saúde para a indígena Xerente significa estar bem, mentalmente e fisicamente sem complicações no corpo, e a doença para o *Akwẽ*, é se senti muito mal, sobretudo sentindo dores, ou outros. Principalmente, hoje o índice é muito grande de depressão, diabetes, câncer e outros.

3-Entrevistado Sdukrêpre (Pica-Pau): Então para o povo *Akwẽ*-Xerente quando fala em saúde, significa que é estar bem fisicamente, mentalmente e espiritualmente.

4-Entrevistado Waihrâ (Papagaio): Saúde é quando você se sente bem, emocionalmente, feliz, com a vida. “Doença é quando você se sente mal psicologicamente ou fisicamente, não se sentir bem no dia-a-dia.”.

Com a segunda questão, buscou-se apreender a interpretação Xerente a respeito do tratamento tradicional indígena e se ainda preservam práticas curativas de seus antepassados. Visto que o contato com a sociedade não indígena, nos últimos séculos, causou o etnocídio de uma série de tradições culturais ou, ao contrário, foram ressignificadas pelos próprios indígenas, essas informações são importantes para compreendermos a temática.

Por não considerar eficiente, conforme o relato, após procurar tratamento no posto de saúde da Aldeia ou no Hospital de Tocantínia e no de Miracema, as indígenas buscam o tratamento junto ao *Sekwa*, que conduzem as curas através de práticas Xamânicas que envolve o encontro com seres sobrenaturais, rituais, uso de plantas e ervas.

⁷ É importante indicar que as respostas dos indígenas ao questionário, nesse trabalho, foram fielmente transcritas com a preservação das variações da língua oral em relação à escrita.

“2) O que o senhor (a) poderia me falar sobre a medicina tradicional? Por exemplo: como são as curas e a explicação da doença?”

Sibaka: Acho que até hoje esta dando certo com raízes, mas tem outro modo de cura com todo ritual dos pajés, mas eu pessoalmente não acredito, mas respeito cada opinião.

Smãkrêrê: A medicina tradicional é primordial para a saúde indígena como para as dores de cabeça, dores musculares, diarreia, machucados e outros. Folha de goiabeira, folhas de carne para diarreia, batata de purga, casca de sucupira e outros.

Sdukrêpre: No caso da medicina tradicional indígena ainda existe algumas plantas medicinais que ajudam a combater a doença. No caso da gripe e tosse existem sim as plantas medicinais e também tem que ter remédios não indígenas para ajudar.

Waihrâ: A medicina tradicional são conhecimentos adquiridos com conhecedores a respeito da medicina, são conhecimentos passados de geração a geração, geralmente são os mais velhos que detêm esse conhecimento especialmente os pajés. Exemplo: a cura de certas doenças é realizada somente pelo pajé, por meio da espiritualidade. Outras doenças podem ser curadas por meio das ervas medicinais, animais.

Toki: Medicina tradicional, às vezes o remédio que se consome da farmácia não é suficiente para curar a doença, por isso consideramos muito importante usar a nossa medicina tradicional. Exemplo: diabéticos, tosse, etc.

Com a questão acima, o intento foi verificar se o *Sekwa* (pajé) ainda é considerado importante nos tratamentos das doenças. Nesse sentido, o indígena *Sibaka* afirmou que: “não acredita na cura por meio dos rituais dos pajés, mas as respeitam”. Assim, é importante observar que o contato com não indígenas, as imposições de religiões ocidentais, em um primeiro momento da Igreja Católica e, a partir da segunda metade do século XX, de religiões evangélicas, promoveram mudanças culturais.

Como indicado anteriormente, “os cuidados” com a saúde indígena, durante a invasão dos colonizadores, foram atribuídos aos missionários que também os “catequizavam”. E, de acordo com Nolasco (2010, p. 22), “na década de 1950 os missionários da igreja Batista trabalharam nas aldeias *Akwẽ*, além da evangelização, com ensino materno da língua e a sua fixação na escrita”.

Porém, de acordo com os relatos acima, infere-se que as religiões ocidentais não suprimiram totalmente a cosmologia e a cosmogonia Xerente, visto que há referências aos tratamentos do pajé e a espiritualidade. É importante também apontar que, conforme Raposo (2009), para os *Akwẽ* não há separação entre corpo e espírito, as dimensões física, emocional e psicológica ou “espiritual” compõem um todo que devem estar bem, assim, os males que acometem a saúde não se resumem apenas aos males físicos.

E como os *Akwẽ* não concebem o corpo desvinculado de sua “alma”, “(...) usam a mesma palavra para se referir tanto à alma quanto ao corpo de uma pessoa viva. Ambos são chamados de *dahêmba* ou *dahâimba*” (RAPOSO, 2009, p. 88). Cabe ressaltar que a crença nos fatores espirituais e no mundo sobrenatural é indissociável do universo simbólico e da vida cotidiana dos indígenas. Os mitos expressam as percepções que possuem do mundo, da natureza, da dimensão sobrenatural etc., e orientam a vida indígena promovendo o fortalecimento de suas práticas culturais e conhecimento.

Contudo, segundo Pierre Clastres (2004, p 67), “A cada etnia corresponde um conjunto particular de crenças, ritos e mitos”, do mesmo modo, cada povo possui uma concepção de saúde e doença, que difere da perspectiva da sociedade nacional. Desse modo, o tratamento da saúde indígena e as políticas públicas direcionadas aos povos indígenas, para que de fato sejam eficazes, também devem levar em consideração os contextos históricos e as tradições culturais de cada povo indígena.

Quanto a importância, para o próprio povo, dos saberes e práticas curativas *Akwẽ-Xerente*, com as respostas a terceira questão percebe-se

que ainda há a aceitação de práticas curativas e saberes tradicionais do uso de plantas, repassados de geração em geração.

“3) O senhor (a), considera importante usar a medicina Akwê-Xerente? Porque?”

Smãkrêrê: Porque a medicina Akwê-Xerente, porque é importante a presença e o conhecimento tradicional natural e não medicinais, gripes, as dores, já levaram para o postinho e hospital e já tem remédios ou plantas medicinais para isso.

Sdukrêpre: Sim, é importante usar a medicina Akwê pois os mais velhos conhecem e sabem da medicina, quais as plantas, como tem que fazer remédio, para que pode servir e para quais doenças.

Waihrâ: Sim, porque são conhecimentos que dão certo na cura de doenças, e não podemos nos esquecer desses saberes.

Toki: Com certeza porque até hoje ainda se preserva a nossa cultura. A medicina tradicional serve para as doenças simples que podem ser curadas já com a medicina tradicional, tipo tosse, gripe e diarreia”.

A referência aos remédios e tratamento tradicional, mesmo que recorram à saúde ocidental, demonstra que entre os Xerente preservam-se suas tradições e práticas culturais. O entendimento dessas questões se faz necessário para compreendermos as mudanças advindas a partir do contato com os não-indígenas no universo de relações vividas e pensadas pelos indígenas. Assim, mesmo com a adoção de práticas no tratamento da saúde ocidental, os Akwê preservam práticas tradicionais e há o reconhecimento da importância destas no que tange ao processo de cura.

Todavia, a procura pela medicina tradicional indígena demonstra o respeito e o reconhecimento pelas práticas curativas de seus antepassados. Nessa perspectiva, com a quarta questão, buscou-se apreender qual medicina os indígenas recorrem inicialmente, isto é, se existe a preferência pela medicina não indígena ou pelas práticas curativas tradicionais.

4) Quando o senhor (a) está doente, quem procura primeiro: o pajé ou a unidade de saúde?

Sibaka: Muitos ainda procuram o pajé, mas eu pessoalmente procuro a unidade de saúde porque acredito na medicina apesar de ser tão frágil a nossa medicina.

Smâkrêrê: Muitas vezes fazem remédio caseiro tradicional Xerente, pajé e se não for curado vai para o médico.

Sdukrêpre: Muitas pessoas procuram primeiro na Unidade de saúde e quando não é diagnosticada a doença, depois procura o pajé.

Waihrâ: Procuro recorrer a conhecimentos dos mais velhos, depois procuro a Unidade Básica de Saúde.

Toki: O atendimento de saúde do povo *Akwê*”.

As respostas à pergunta acima revelam que os *Akwê* não estabelecem uma hierarquia quanto a procura por tratamento ocidental ou indígena. E, embora, o contato com os não indígenas nos últimos séculos foi violentador, os Xerentes mantêm viva as tradições, crenças, respeito e valorização dos conhecimentos dos mais velhos (*wawê*). A partir do relato de *Waihrâ*, ao afirmar que a princípio recorre aos conhecimentos tradicionais do seu povo e somente depois da medicina biomédica, infere-se que a procura por tratamento ocidental se deve, entre outras razões, pelo desconhecimento de tratamento de doenças advindas dos não indígenas.

Considerações finais

O contato do indígena com os não indígenas, conforme explicitado, causou vários danos, principalmente a saúde destes povos. Desde o período colonial, os europeus com a imposição de seus costumes e cultura totalmente diferentes, causaram o etnocídio e genocídio de vários povos, inclusive com a introdução de um conjunto de doenças no mundo indígena, como a varíola, tuberculose, sarampo, até então desconhecidas pelos

povos originários. E, assim, não puderam ser tratadas pelo sistema tradicional de saúde indígena que é articulado com sua organização sociocultural.

Referências

- BANIWA, G. S. L. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- BESSA FREIRE, José Ribamar. Cinco ideias equivocadas sobre os índios. **Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano**, Manaus, n. 1, p. 17-33, set. 2000.
- CARNEIRO DA CUNHA, M (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia da Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. 1a ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Os Indígenas no Censo Demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso: 18 out. 2020.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Serviço de Proteção aos Índios (SPI)**. Disponível em: [http://pib.socioambiental.org/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-\(spi\)](http://pib.socioambiental.org/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-(spi)). Acesso em: 22 out. 2020.
- MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.
- NOLASCO, G. R. S. **Rowahtuze Sinã**: um estudo sobre a “pedagogia” Akwê e a sua relação com a escola indígena. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social e Cultural). Coimbra, Universidade de Coimbra, 2010.

RAPOSO, C. M. A. **Produzindo Diferença Gênero, Dualismo e Transformação entre os Akwẽ-Xerente**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

RIOS, Zeneide de Jesus. **Trabalho Apresentado no Simpósio Temático “Os Índios e o Atlântico”**, XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

RIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: atlas, 2007.

WÁKAINÉ, V. Direito à diferença. *In*: WEWERING, S. T. (Org.). **Povo Akwẽ- Xerente**: vida, cultura e identidade. 2 ed. Belo Horizonte: Rona, 2012. p. 82-83.

Trabalho 7

Colonialismo interno, saúde indígena e a Covid-19 ¹ (300127)

Cláudia Maria Guimarães Lopes de Castro ²

José Carlos Leite ³

Este trabalho tem o objetivo de relacionar a Colonialidade Interna, Saúde Indígena frente a COVID-19. A pandemia da Covid-19 vem causando muitas mortes entre a população brasileira. A população indígena que já se encontra em vulnerabilidade, diante das inúmeras epidemias ao longo da história do contato, nesta pandemia da COVID-19 estão correndo um alto risco, por sua vulnerabilidade orgânica, econômica e social.

A produção da invisibilidade do silenciamento vem sendo estrategicamente usada para o apagamento dos indígenas no Brasil. O antropólogo Eduardo Viveiro de Castro fala de “desexistí-los” com “x”, a radicalização do desaparecimento, coisa que o Brasil vem bem fazendo, levando a cabo o projeto do século XIX de civilizar os “índios”. Como afirma Viveiro de Castro (2017, p. 8) “desindianizando-os e tornando-os “cidadãos civilizados”, isto é, brasileiros pobres, sem terra, sem meios de subsistência próprios, forçados a vender seus braços – seus corpos – para enriquecer os pretensos novos donos da terra.

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Estudos de Cultura Contemporânea -ECCO/Universidade Federal de Mato Grosso. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9225346485988274>. E-mail: claudiapesquisadora@gmail.com

³ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação Estudos de Cultura Contemporânea -ECCO/Universidade Federal de Mato Grosso. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8162237062073092>. E-mail: jcleite343@gmail.com

Segundo González Casanova (2007), o colonialismo interno traz uma relação entre desigualdade econômica e desigualdade étnico-racial, bem como a percepção da classe dominante se identificando de tal forma que passa a se assumir como descendentes do colonizador europeu. Além disso, também identifica a divisão da linha geográfica, locais mais próximos do poder político e econômico se conectam em determinadas regiões.

Esse pensamento de González Casanova, a nosso ver se está de acordo ao que diz Mignolo (2005) ao abordar o colonialismo interno a partir da colonialidade do poder, ele identifica que “A diferença colonial transformou-se e reproduziu-se no período nacional, passando a ser chamada de ‘colonialismo interno’. O colonialismo interno é, assim, a diferença colonial exercida pelos líderes da construção nacional” (p. 43).

As tentativas de indigenização sempre ocorreram e ocorrem como estratégia de Estado. As políticas de indigenista do Estado brasileiro, a nosso ver, estão marcadas pelo colonialismo interno, ora querendo transformá-los em trabalhadores pobres, ora em cidadão de segunda categoria. Apenas no final do século XX é que se tem uma constituição, em que se declara no Art. 231⁴ os direitos dos povos indígenas no Brasil, o que diz muito a respeito do colonialismo interno. Estes direitos conquistados contidos na Constituição Federal de 1988, vem sendo ameaçados constantemente. Desta forma os indígenas em todo território nacional vem ao longo das décadas lutando através de suas organizações para assegurar os direitos conquistados, que são ameaçados por interesse do agronegócio, das mineradoras, etc., que vem se apresentando com mais força no governo atual.

COVID-19 e a Saúde Indígena

Em 23 de setembro de 1999, foi aprovada a Lei nº. 9.836 que ficou conhecida por Lei Arouca, por ser autoria do então Deputado Sergio

⁴ Art. 231 – São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (Constituição Federal Brasileira de 1988).

Arouca, um dos idealizadores do Movimento Sanitário. A referidas lei dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, vinculado ao SUS, tendo como base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). A partir de então, a Política Nacional de Atenção aos Povos Indígenas (PNASPI) começou a ser operacionalizada.

O DSEI foi idealizado como estratégia para a implantação do Subsistema de Atenção a Saúde Indígena e organizado através de 34 DSEIs que deveriam estar em articulação com o Sistema Único de Saúde – SUS para atender as especificidades interculturais, considerando o conceito da saúde e doença da população.

Existe uma vulnerabilidade histórica das populações indígenas a agentes biológicos (bactérias e vírus) importados para seus territórios desde a conquista colonial até os nossos dias, como é o caso do Sars-Cov-2 que causa a doença COVID-19. Além das violências, as epidemias também foram responsáveis pelo extermínio ou dizimação de grande parte da população ameríndia do Brasil e ainda representa uma grande ameaça.

Andrey Moreira Cardoso do Departamento de Endemias da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em entrevista a Christina Queiroz da Revista Pesquisa da Fapesp, chama atenção para a vulnerabilidade dos povos indígenas diante do Sars-Cov-2, causador da COVID-19: “Limitações na disponibilidade de territórios tradicionais para manutenção dos modos de vida indígena, de acesso a saneamento básico, bem como infecções recorrentes, desnutrição, anemia e emergência de doenças crônicas” (2020, p.2). Estes são indicadores que historicamente vem causando vulnerabilidade e colocando em risco as populações indígenas.

Viveiros de Castro (1999) no texto “Etnologia Brasileira”, traz o tema do colonialismo interno para expor como a sociedade e o Estado se relacionam com os indígenas:

Novamente, estão-se nacionalizando os índios para melhor se poder indigenizar os antropólogos nacionais e, de tabela, está-se usando o colonialismo 'interno' que oprime econômica e politicamente os índios - colonialismo exercido pela sociedade e pelo Estado brasileiros, não por uma potência metropolitana - para fundar analogicamente esse requisito pequeno-burguês contra um colonialismo 'externo' que alienaria intelectualmente os antropólogos nativos (VIVEIROS DE CASTRO, 1999, 173-174).

Viveiro de Castro chama a atenção para o processo de operacionalização do colonialismo interno em relação a sociedade brasileira, e o Estado para com os indígenas. Com a pandemia da COVID-19, ficou bem evidente o posicionamento do atual governo em relação à população indígena: foi preciso que os institutos, articulações e associações indígenas e não indígenas denunciarem o descaso do Estado, frente aos Povos Indígenas para que o Estado tomasse alguma providência para assistir os povos indígenas frente à pandemia da COVID-19.

Segundo o Instituto Sócio Ambiental (ISA) e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) “os números oficiais não refletem necessariamente a extensão da pandemia” (2020), pois chamam atenção para a falta de agregação de dados, apontam que “outro problema grave é a ausência de dados sobre indígenas que vivem fora de Terras Indígenas homologadas, o que inclui tanto cidadãos como populações que aguardam a finalização do longo processo de demarcação de suas terras” (*Idem*).

No Dossiê “Uma Visualização da Pandemia da COVID-19 entre Povos Indígenas no Brasil a Partir dos Boletins Epidemiológicos da Sesai (Período: 01.04.2020 a 29.05.2020)” Luís Roberto de Paula e Juliana Rosalen (2020) através do referido dossiê evidenciam a subnotificação e divergências dos dados oficiais e da APIB:

A subnotificação fica mais explícita ao compararmos os dados oficiais com os dados fornecidos pela APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Em 27.05.2020 a APIB apresenta que há 1.350 “contaminados com corona vírus” e 141 “indígenas falecidos” em todo o Brasil contrastando fortemente com os dados oficiais: 1005 “casos confirmados” e 44 “óbitos” (p.7).

Portanto não se tem ao certo o número de contaminados entre os povos indígenas, pois a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) tem divulgado em seus boletins Epidemiológicos dados que divergem dos dados da APIB.

A questão do Colonialismo Interno da invisibilidade se evidencia quando não se dar a devida importância para o acompanhamento do número de infectados e óbitos, também não foram tomadas as providências para resguardar os indígenas, só ocorrendo mediante denúncias da APIB e ISA, pois o acompanhamento dos dados é uma tarefa difícil diante do cenário de faltas de dados e da subnotificações referentes a saúde indígena.

O cenário referente à COVID-19 para os povos indígenas é desastroso, pois a realidade exige do Subsistema de Saúde Indígena uma incorporação dos dados de indígenas que residem nas cidades que o Subsistema não possui e do Sistema Único de Saúde (SUS). Um refinamento referente à equidade, que é ainda é um grande desafio para o SUS, evidencia o colonialismo interno existente na relação da sociedade e do Estado para os Povos Indígenas.

Referência

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 2 fev.2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ficha de Investigação e SG Suspeito de Doença pelo Coronavírus 2019 – Covid-19 (B34.2)**. Disponível em: https://datasus.saude.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Ficha-COVID-19-09_04.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

CARDOSO, Andrey Moreira, RODRIGUES, Douglas, LUCIANO, Gersem dos Santos, MENDONÇA, Sofia. Vulnerabilidade histórica. [entrevista cedida a] Christina Queiroz, **Revista Pesquisa Unifesp**, mar. 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/vulnerabilidade-historica-2/>. Acesso em: 23 jun.2020.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição) A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas *In* **Buenos Aires Lugar** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor 2007 Fecha Campus Virtual Colección Movimientos Sociales; Colonialismo; Lucha de Clases; Capitalismo; Colonialismo Interno; Socialismo; Temas Capítulo de Libro Tipo de documento <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.p.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL (ISA). **Plataforma de monitoramento da situação indígena na pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil**. Disponível em: https://covid19.socioambiental.org/?gclid=EAlaIqobChMI8K-ClqWW6gIVFle-GCh3g7wU-EAAYASAAEgKN1_D_BwE. Acesso em: 22 jun. 2020.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 33-49, 2005.

PAULA, Luís Roberto, ROSALEN, Juliana. **Uma Visualização da Pandemia da Covid-19 entre Povos Indígenas no Brasil a Partir dos Boletins Epidemiológicos da Sesai (Período: 01.04.2020 a 29.05.2020)**. Disponível em: www.aba.abant.org/files/20200601_5ed561c92875e.pdf. Acesso em: 19 out. 2020.

VIVEIROS DE CASTRO. **Os Involuntários da Pátria- elogio do subdesenvolvimento**. *In* Cadernos de Leitura, Série Intempestiva, Belo Horizonte: Edições Chão da Feira, n. 65, p. 1-9, 2017. Disponível em: https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2017/05/SI_cad65_eduardoviveiros_ok.pdf. Acesso em: 5 nov. 2017.

Trabalho 8

O desafio da pandemia de Covid 19 para as políticas públicas de saúde de povos indígenas: Brasil e Argentina ¹ (301563)

Karoline Monteiro da Silva ²

Nelson Russo de Moraes ³

Introdução e estudo teórico inicial

De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil, os primeiros casos de Coronavírus humano foram isolados pela primeira vez em 1937, mas apenas em 1965, com os avanços da microscopia, os cientistas descreveram pela primeira vez esse tipo de vírus, o qual recebeu esse nome por se parecer com uma coroa (BRASIL, 2020). Estes são vírus envelopados com um genoma de RNA de cadeia positiva e pertencentes à família *Coronaviridae* e subfamília *Coronavirinae*. Tal família de vírus já vem sendo estudada há anos em pesquisas científicas da área de saúde (JOHNS HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE, 2020).

Até o início de 2019, sabia-se que dentro da família *Coronaviridae* existem quatro gêneros – alfacoronavírus, betacoronavírus,

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

²Graduanda de Administração. Integrante do Grupo de Pesquisa GEDGS (Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social). UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" - Faculdade de Ciências e Engenharia/FCE - Campus de Tupã-SP. <http://lattes.cnpq.br/2989893244626158>. E-mail: karoline.monteiro@unesp.br.

³Nelson Russo de Moraes. Livre-docente em Gestão e Educação Ambiental (UNESP). Doutor em Comunicação (UFBA). Mestre em Serviço Social (UNESP). Bacharel em Administração (ITE). Docente do PGAD/UNESP e do PPGCOM/UFT. <http://lattes.cnpq.br/6708471420702848>. <http://orcid.org/000-0159-9433>. E-mail: nelson-russo.unesp@gmail.com

gamacoronavírus e deltacoronavírus – e havia seis espécies de Coronavírus causadores de doenças humanas – 229E, OC43, NL63 e HKU1, que causam sintomas de resfriado comum, e SARS-CoV e MERS-CoV, que são cepas de origem zoonótica associadas a doenças com síndromes respiratórias por vezes fatais (JOHNS HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE, 2020).

Em março de 2019, a Revista *Viruses* publicou um artigo sobre o Coronavírus de morcegos na China, dos pesquisadores Yi Fan, Kai Zhao, Zheng-Li Shi e Peng Zhou. Nesse artigo, Fan et al. (2019) indicavam que três espécies de Coronavírus já haviam causado milhares de mortes em 2003, 2012 e 2017, sendo que essas três espécies possuíam como características seu alto poder patogênicos para humanos ou animais e tinham como agentes originários morcegos, tendo sido duas dessas pandemias iniciadas na China. Mas, em meados de novembro de 2019, as autoridades chinesas identificaram que um “salto” (transmissão) de um vírus de animais para humanos teria iniciado uma infecção respiratória grave denominada Covid-19, causada pelo SARS-CoV-2 (Novo Coronavírus). De acordo com a investigação do governo de Wuhan, capital de Hubei (China), o início da zoonose teria acontecido num mercado de peixes e frutos do mar (BAI et al, 2020).

Os mais diversos estudos, iniciados pelos campos da educação, saúde, cultura, produção de alimentos, desenvolvimento e sustentabilidade preconizam o diálogo para a promoção humana da diversidade cultural existente no Brasil como estruturante ao êxito das políticas públicas, como destacam Lima (2019), Castro (2019), Bernieri e Fôlha (2019), alinhados aos tratados antropológicos de Ribeiro (2015), Ribeiro (1979), dentre outros. No Brasil e na América Latina, os povos originários (indígenas) e as comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos e geraizeiros, dentre outras) somam muitos milhões de pessoas sendo que destes, uma esmagadora maioria, mantém relações culturais próprias ligadas à sua ancestralidade em territórios rurais, longínquos e em condições de difícil acesso.

As políticas públicas diferenciam-se em diferentes países, sendo interessante observar e estudar, para o bem da compreensão de sua eficiência, como são estruturadas e como foram esculpidas ao longo da história. Este estudo torna-se importante, dentro do campo da sociologia da saúde, especificamente diante de situações epidêmicas e pandêmicas, como a vivida pela humanidade desde 2019, pelos impactos do Novo Coronavírus, causador de Covid-19, que impactam de modo forte populações mais vulneráveis, dentre elas povos indígenas e comunidades tradicionais.

Problema, objetivos e método

Deste modo, esta breve comunicação apresenta um texto realizado a partir dos inícios dos trabalhos de Iniciação Científica Sem Bolsa (ICSB) pela Faculdade de Ciências e Engenharias – FCE, da UNESP, tendo como título “Estudo acerca das transformações das políticas públicas de saúde para povos indígenas e comunidades tradicionais: estudo comparado entre o caso brasileiro e argentino” e como problema geral de pesquisa “Como se estruturam as políticas públicas de saúde para povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil e na Argentina?”.

O objetivo geral desta pesquisa é descrever como se estruturam e como funcionam as políticas públicas de saúde para povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil e na Argentina. Para tanto são objetivos específicos: circunscrever as definições e conceitos sobre povos indígenas (ou originários), comunidades tradicionais, políticas públicas e saúde pública; realizar estudos sobre as transformações e processos de estruturação de políticas públicas de saúde indígena (ou de povos originários) e de comunidades tradicionais no Brasil e na Argentina e apresentar como funcionam as políticas públicas de saúde para povos indígenas e para comunidades tradicionais no Brasil e na Argentina.

Para a metodologia, estão sendo realizados trabalhos de aprofundamento teórico (em bases bibliográficas e documentais) adotando-se a pesquisa do tipo exploratória e descritiva, que segundo Conduru e Pereira

(2010) são tipologias suficientes para apresentar o fenômeno e também para descrevê-lo. A abordagem é a quanti-qualitativa, pois inicia-se com a aproximação populacional numérica e estratificada do Brasil e da Argentina, evidenciando-se suas populações indígena (ou de povos originários) e de comunidades tradicionais, aportando-se posteriormente aos estudos de base qualitativa junto a documentos e bibliografias especializadas. Neste sentido, as técnicas principais são a exploração bibliográfica e a exploração documental, que segundo Conduru e Pereira (2010) são aquelas onde o pesquisador busca informações em fontes publicadas seguras (publicações científicas e documentos públicos, respectivamente). Os trabalhos serão consolidados por meio de técnica descritiva das informações coletadas para a resolução do problema e objetivos apresentados.

Discussões sobre este trabalho

A pesquisa em questão encontra-se em fase inicial, com apenas a aproximação da situação problema, que envolve o surgimento de uma doença que assumiu (e ainda assume) condições pandêmicas e sobre a estruturação dos povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil e na Argentina, recortes deste trabalho. Neste sentido, tem por base os estudos efetuados acerca das definições de povos originários (indígenas); comunidades tradicionais; políticas públicas e saúde pública; bem como, o levantamento inicial dos cenários – brasileiro e argentino – sob a perspectiva de aplicabilidade das políticas públicas de saúde.

Referências

BAI, Y.; YAO, L.; WEI, T.; TIAN, F.; JIN, D.; CHEN, L.; WANG, M. **Presumed asymptomatic carrier transmission of COVID-19** . Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jama/article-abstract/2762028>. Acesso em: 17 maio 2020.

BERNIERI, C.G.P.; FÔLHA, J.G.P. Comunidade quilombola de Lajeado (Dianópolis/TO): construção histórica e saberes ancestrais. In: MORAES, N.R.; BAPTAGLIN, L.A.;

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://www.coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 18 maio 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União. Brasília: DF, 08 fev. 2007.

CAMPOS, A.C. **Análise dos impactos sociais da transição de modelos produtivos agrícolas em comunidades tradicionais**: estudo de caso da comunidade de geraizeiros da Matinha (Guaí/TO). Dissertação de mestrado (PGAD/UNESP). Tupã/SP: UNESP, 2019. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181084>

CHAVES, T.S.S.; BELLEI, N. SARS-CoV-2, o novo Coronavírus: uma reflexão sobre a Saúde Única (One Health) e a importância da medicina de viagem na emergência de novos patógenos. **Revista de Medicina**. [S.l.], v. 99, n. 1, 2020.

CONDURU, M.T.; PEREIRA, J. A.R. **Elaboração de trabalhos acadêmicos**: normas, técnicas e procedimentos. Belém/PA: EdUFPA, 2010.

FAN, Y. et al. **Bat Coronaviruses in China**. *Viruses*, [S.l.], v. 11, n. 3, 2019.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE. **Coronavirus resource center**. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 22 out. 2020.

LIMA, A.T. **Transformações nas políticas públicas indígenas no Brasil**. (dissertação PGAD/2018). 152p. Tupã/SP, 2019.

MORALES, A.G.; MELO, V.G.N.; RODRIGUES, J.A. **Povos originários e comunidades tradicionais**: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária - vol1. p.163 a 198. Boa Vista/RR: Editora da UFRR, 2018.

MORALES, A.G.; FLORES, C.L.; FORADORI, M.L.; MARTINS, V.C. Comunidades originarias y medio ambiente en Argentina y Brasil: derechos, cosmovisiones y relatos. In: MORAES, N.R.; BAPTAGLIN, L.A.; PORTO JÚNIOR, F.G.R.; MARCÓRIO, W.A.; SOUZA, F.C.; MARCHETTI, C.T.B.; MORAES, F.G. **Povos originários e comunidades tradicionais**: trabalhos de pesquisa e de extensão - VOL3. Boa Vista/RR: Editora da UFRR; Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2019. p. 21 a 57.

QUINTELLA, C.M. et al. Vacinas para Coronavírus (COVID-19; SARSCOV-2): mapeamento preliminar de artigos, patentes, testes clínicos e mercado. **Cadernos de Prospecção**, v.13 (1). 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/cp.v13i1.35871>

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.

SARAIVA, I.Z.; OLIVEIRA, N.S.M.N.; MOREJON, C.F.M. IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE QUARENTENA DA PANDEMIA COVID-19, SARS-COV-2, SOBRE A CT&I BRASILEIRA: PROSPECTANDO CENÁRIOS PÓS-CRISE EPIDÊMICA. **CADERNOS DE PROSPECÇÃO**, v. 13, n. 2 COVID-19 2020, p. 378-396. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/cp.v13i2%20COVID-19.36066>

SILVA, S. de J.; MACHADO, M.; GAMBA, M. F. D. F. Políticas de saúde indígena, direitos sociais e violência institucional: uma perspectiva Akwẽ-Xerente. In MORAES, N.R.; BAPTAGLIN, L.A. MORALES, A. MELO, V.G.N.; RODRIGUES, J.A. **Povos originários e comunidades tradicionais**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. Disponível em: <https://www.editorafi.org/09comunidade>. Acesso em 20 out. 2020.

SOUZA, F.C.; BARROZO, P.; RUIZ, S.C.M.; MORAES, N.R. Políticas públicas: estatuto científico. In: PORTO JÚNIOR, G.; BAPTISTA, R.D.; SOUZA, F.C. **Convergências entre os campos da comunicação, democracia e gestão social**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

Trabalho 9

A pandemia da Covid-19 entre os Tentehar/Guajajara no Maranhão ¹ (301511)

Ana Caroline Amorim Oliveira ²

Daisy Damasceno Araújo ³

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a situação sanitária do povo indígena Tentehar/Guajajara, localizado no Maranhão, em virtude da pandemia da Covid-19. A pandemia do novo coronavírus teve início na China, no final do ano de 2019, e se expandiu pelo mundo no início de 2020. No Brasil e no Maranhão, os primeiros casos registrados datam do mês de março. Entre os povos indígenas no estado, o primeiro caso foi notificado pelo Departamento Sanitário Especial Indígena no Maranhão (DSEI-MA) no dia 13 de maio de 2020.

Foi também no mês de maio de 2020 que a Rede (CO)VIDA⁴ de mapeamento da Covid-19 entre povos indígenas no Maranhão iniciou o mapeamento, levantamento e análise dos dados referentes à Covid-19 entre os indígenas no estado. Tomando como base os dados gerais

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Professora do Curso de Ciências Humanas/Sociologia, Campus São Bernardo, da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Professora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade-PGCULT/UFMA. Membro da Rede (CO)Vida- Rede de Mapeamento da Pandemia da Covid-19 entre os povos indígenas no Maranhão. Link: <http://lattes.cnpq.br/6279006668275644> E-mail: oliveira.ana@gmail.com

³ Professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Campus Coelho Neto. É integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígena (NEABI) do IFMA/Campus Coelho Neto. Membro da Rede (CO)Vida - Rede de Mapeamento da Pandemia da Covid-19 entre os povos indígenas no Maranhão. Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9925770961288238> E-mail: daisy.araujo@ifma.edu.br

⁴ O projeto Rede (CO)VIDA é executado pelo Coletivo Mururu, formado por pesquisadores que atuam junto aos povos indígenas no estado do Maranhão, seja em atividades de ensino, pesquisa, extensão e ações indigenistas.

disponibilizados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que não apresentava os casos confirmados por povo, Terra Indígena (TI) e/ou aldeia, iniciamos uma busca de informações mais detalhadas que pudessem nos ajudar na qualificação dos dados. A ideia era qualificar os dados disponíveis (identificando-os por povo, TI e/ou aldeia) e visibilizá-los, contribuindo para a realização e implementação de políticas sanitárias de saúde que levassem em consideração a especificidade dos povos atingidos pela Covid-19. Cabe ressaltar que os Boletins Epidemiológicos do estado do Maranhão, divulgados pela Secretaria de Saúde do estado, não divulgam os casos da Covid-19 entre indígenas (assim como os casos entre quilombolas).

Foi seguindo este percurso que começamos a buscar os boletins epidemiológicos disponibilizados pelas Secretarias Municipais de Saúde (SEMUS) dos municípios que incidem sobre as terras indígenas no estado do Maranhão. Do total de trinta e um (31) municípios que incidem sobre as terras indígenas (TIs), acompanhamos e divulgamos os dados de onze (11) municípios que registram, em seus boletins, casos confirmados da Covid-19 entre indígenas. São eles: Amarante do Maranhão, Arame, Barra do Corda, Bom Jardim, Centro do Guilherme, Fernando Falcão, Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Maranhãozinho, Montes Altos e Sítio Novo.

Dos municípios acima relacionados, o único que traz os dados da Covid-19 entre indígenas identificando os casos por TI é o município de Amarante do Maranhão (com registro nas TIs Arariboia e Governador). Os municípios de Fernando Falcão, Jenipapo dos Vieiras, Maranhãozinho, Montes Altos e Sítio Novo trazem os dados por aldeias, o que nos permite, na maioria das vezes, identificar a TI e o povo acometido pelo novo coronavírus. Cabe ressaltar que os municípios de Grajaú e Barra do Corda também traziam os casos por aldeias, mas deixaram de apresentar os dados de forma específica por localidade (aldeia). O município de Grajaú continuou registrando os casos indígenas sob a legenda “área indígena”, enquanto que, nos últimos meses, o município de Barra do Corda deixou de identificar se existiam ou não casos indígenas da Covid-19, trazendo

apenas números de casos totais. Os outros municípios que desde o início do mapeamento trazem o registro de casos da Covid-19 entre indígenas, utilizando a estratégia de generalização dos dados são: Arame (“área indígena”), Bom Jardim (“aldeia”) e Centro do Guilherme (“indígenas”), sem especificar TI, aldeias, localidades e/ou povo contaminado.

Os dados aqui apresentados se referem ao período de maio a agosto de 2020. O projeto Rede (CO)VIDA identificou casos da Covid-19, no Maranhão, entre os povos Tentehar/Guajajara, Canela, Gavião/Pukobýê, Kaapor e Krikati, junto às SEMUS, DSEI-MA/SESAI, Comitê Estatístico do Maranhão e, principalmente, junto às lideranças indígenas no estado. Para este trabalho, em especial, trataremos da situação sanitária entre os Tentehar/Guajajara.

Neste contexto da pandemia da Covid-19, os povos indígenas, historicamente vulneráveis às epidemias trazidas pelos invasores europeus, sendo estas utilizadas como estratégia de conquista e extermínio, são novamente expostos a mais uma pandemia, a mais esse “cataclismo biológico”, como nomeou o antropólogo Henry F. Dobyns.

O povo Tentehar/Guajajara, localizado no estado do Maranhão, possui mais de 400 anos de relação com a sociedade não-indígena. Estão localizados nas terras indígenas Arariboia, Bacurizinho, Canabrava/Guajajara, Caru, Krikati, Lagoa Comprida, Morro Branco, Rio Pindaré, Rodeador e Urucu-Juruá. Os Tentehar/Guajajara já resistiram a diversas doenças que desencaderam marcos na história deste povo, como a Revolta de Alto Alegre. Esta ocorreu em decorrência de um surto de sarampo ou varíola (há divergência, entre os pesquisadores, em relação a qual virose teria acometido os Tentehar/Guajajara), levando a óbito várias crianças Tentehar/Guajajara. O evento aconteceu no aldeamento capuchinho onde existia um internato para meninos e meninas serem “catequizados e civilizados”, nos arredores da cidade de Barra do Corda - MA. (COELHO, 2002).

No último registro populacional elaborado e divulgado pela SESAI, em 2014, o número de Tentehar/Guajajara registrados foi em torno de

27.616 pessoas. Esses números tem se alterado em razão do contexto pandêmico que as comunidades indígenas estão vivenciando. No Boletim Epidemiológico Completo divulgado pela Rede (CO)VIDA em 17 de agosto de 2020, o número de óbitos entre os tentehar/guajajara era de 30 indígenas.

A partir da sistematização dos dados realizados pela Rede (CO)VIDA junto às SEMUS de municípios que incidem sobre TIs onde vivem o povo Tentehar/Guajajara (e que registram casos indígenas em seus boletins), atualizados no Boletim Epidemiológico de 17 de agosto, identificamos os seguintes números: duzentos e trinta e três (233) na TI Araribóia⁵, cento e vinte e três (123)⁶ nas TIs Bacurizinho, Morro Branco e Urucu-Juruá, quinhentos e quarenta e um (541) na TI Canabrava/Guajajara⁷, seis (06) na TI Rio Pindaré⁸ e dois (02) na TI Krikati⁹, totalizando novecentos e cinco (905) casos.

O número total de casos confirmados da Covid-19 entre os Tentehar/Guajajara difere de acordo com as fontes consultadas. Entre os números de casos da Covid-19 registrados pelas SEMUS, que apresentamos nas análises acima, e os dados disponibilizados pelo Comitê Estatístico do Maranhão, temos um descompasso de informações acerca da quantidade de casos confirmados. Destacamos que, mesmo que os dados das SEMUS tenham sido atualizados até 17 de agosto e os dados do Comitê até 03 de agosto (uma diferença de quase 15 dias), o número de casos confirmados por este último é bem maior, hum mil cento e trinta e três (1.133) casos em oito (8) TIs. Nos dados disponibilizados pelo Comitê podemos ter acesso aos dados por TI e por aldeia.

⁵ SEMUS de Amarante do Maranhão (82) e SEMUS de Arame (151), totalizando 233 casos confirmados.

⁶ Esse número total foi mapeado junto à SEMUS de Grajaú, município que incide sobre as referidas TIs apresentadas: Bacurizinho, Morro Branco e Urucu-Juruá.

⁷ Deste total de casos, 203 correspondem à SEMUS de Barra do Corda e 338 à SEMUS de Jenipapo dos Vieiras.

⁸ Cabe ressaltar que os números divulgados pela SEMUS de Bom Jardim são decrescentes. À medida que os casos confirmados são recuperados, passam a ser contabilizados de forma decrescente. O número de casos da Covid-19, entre indígenas, confirmados e divulgados nos boletins da SEMUS de Bom Jardim já alcançou oitenta (80) casos, em 21 de junho de 2020.

⁹ Os dois casos foram registrados na aldeia Recanto dos Cocais, uma comunidade onde vivem Guajararas, dentro da TI Krikati.

Esse total de casos confirmados, segundo o Comitê Estatístico, estão distribuídos da seguinte forma: dois (02) casos na TI Awá-Guajá; duzentos e quarenta e oito (248) na TI Arariboia, quinze (15) a mais quando comparados às SEMUS de Arame e Amarante do Maranhão; cento e trinta e um (131) nas TIs Bacurizinho, Morro Branco e Urucu-Juruá temos o registro de 131 casos confirmados, 21 casos a mais do que os notificados pela SEMUS de Grajaú; duzentos e trinta e dois (232) na TI Rio Pindaré; Na TI Canabrava os números de casos confirmados pela SEMUS superam os dados do Comitê. As SEMUS de Barra do Corda e Jenipapo dos Vieiras juntas somam 541 casos, ultrapassando os dados do Comitê Estatístico, que trazem um total de 498 casos confirmados. No entanto, nos dados do Comitê temos 11 novas aldeias que não aparecem nos dados das SEMUS, mesmo os dados das SEMUS sendo “mais atualizados”, em termos de datas, do que os dados do Comitê. Destacamos que nos dados do Comitê Estatístico não encontramos registros da Covid-19 na aldeia Recanto dos Cocais, que está disposta dentro da TI Krikati, na qual vivem os Tentehar/Guajajara.

Assim, a pandemia da Covid-19 atingiu, de forma considerável, o povo Tentehar/Guajajara no Maranhão. Se compararmos os dados mapeados da Covid-19 entre os Tentehar/Guajarara com os dados dos demais povos onde também identificamos o avanço da pandemia (Canela, Gavião/Pukobyê, Kaapor e Krikati), o número de casos entre os Tentehar/Guajarara é bem superior, visto que possuem a maior população indígena no estado e, também, por estarem distribuídos em 10 terras indígenas demarcadas (além de residirem em terras de outros povos). Dessa forma, exceto o município de Fernando Falcão, onde estão localizadas os territórios dos Apaniekra/Canela e os Ramkokamekra/Canela, os Tentehar/Guajajara estão localizados nos vários municípios que registram casos da Covid -19.

Os casos confirmados tem aumentado, a testagem nas terras indígenas tem sido aquém da necessidade e identificamos, junto aos próprios indígenas, problemas de diversas ordens. Não podemos deixar de apontar que o próprio povo tem traçado estratégias para conter a

pandemia em seus territórios e realizado barreiras sanitárias nas comunidades.

Referências

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. **Territórios em confronto: a dinâmica da disputa pela terra entre índios**. São Paulo: Hucitec, 2002.

Rede (CO)Vida- **Rede de Mapeamento da Pandemia da Covid-19 entre os povos indígenas no Maranhão**. Disponível em: <https://www.redecovid2020.com/>
Acesso: 24 de outubro de 2020.

Comitê Estatístico do Maranhão. 2020.

GT 6
(sessão 1 do GT6)

**Etnoeducação e educação escolar diferenciada para Povos
Originários e Comunidades Tradicionais**

Alceu Zoia ¹

Luciana Rodrigues Ferreira ²

Ana D'arc Martins de Azevedo ³

Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira ⁴

¹ UNEMAT

² UFPA e UNAMA

³ UEPA

⁴ UNEMAT

Trabalho 1

Ensino de ciências: um olhar sobre o currículo em escolas ribeirinhas ¹ (300067)

Silvia Pantoja de Souza ²

Lucinete Gadelha da Costa ³

Esta produção tem por objetivo refletir o Currículo do Ensino de Ciências em Escolas Ribeirinhas, a partir de uma leitura em processo de construção no andamento de uma pesquisa de mestrado. Buscamos entender o que vem sendo abordado no Currículo do Ensino de Ciências através de uma pesquisa de caráter bibliográfico e abordagem qualitativa por considerarmos a relação entre as categorias em estudo. Para Günther (2006) e Creswell (2014), essa abordagem tem como base teórica a construção e a atribuição social dos significados através da subjetividade e do caráter comunicativo da realidade.

Aqui trazemos o estado da arte sobre a temática que tem como lócus da pesquisa a Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências – RBPEC; trabalhamos com a Análise de Conteúdos para compreender as ideias desenvolvidas sobre o Currículo do Ensino de Ciência em realidades

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestranda no Programa em Educação em Ciências na Amazônia do Programa de Educação e Ensino de Ciências na Amazônia - Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil. <https://www.cnpq.br/7292076235878811>. Silviapantoja361@gmail.com

³ Professora da Universidade do Estado do Amazonas- UEA, vinculada ao curso de Pedagogia e Programa de Pós-graduação em Educação em Ensino de Ciências na Amazônia. lucinetegadelha@gmail.com.

ribeirinhas. Este é um processo de leitura de cunho qualitativo busca visualizar as concepções que os sujeitos expressam sobre o objeto em estudo (FRANCO, 2007). As pesquisas sobre o Ensino de Ciências vêm sendo cada vez mais ampliada no campo do Currículo, em razão disso procuramos compreender como essa construção vem ocorrendo no contexto das Escolas Ribeirinhas. O Currículo emerge como objeto de estudo no século XX em território americano a partir da Revolução Industrial com Bobbit e Taylor, devido o movimento migratório surgiu à necessidade da escolarização dos sujeitos conforme os interesses de desenvolvimento da época (SILVA 2010). O Ponto principal desta lógica concerne no fortalecimento do capitalismo para a supremacia dos grupos dominantes. Ao longo da história os significados do Currículo vêm se alterando em um processo dinâmico movido por diferentes concepções.

Para Moreira (2013 p 13) “[...] o currículo é considerado um artefato social e cultural. [...] é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual”. Sacristan (2000, 2013) diz que desde o princípio o Currículo é uma invenção que regula o conteúdo e as práticas estruturando a escolarização através das transmissões de questões determinadas, influenciando na função social da escola. Por outro lado o Currículo corresponde às questões de conhecimento, identidade (SILVA 2010 e MOREIRA 2013), e aos estudos culturais que destacam a linguagem, os significados e as subjetividades de diferentes grupos sociais (LOPES; MACEDO, 2011).

Neste contexto, nascem as teorias que expressam as visões teórico-metodológicas com diferentes concepções de Currículo. Na teoria tradicional, vemos uma lógica mecânica e conformada, onde estão postos os interesses dominantes; na teoria crítica observamos a presença de questionamentos, que buscam problematizar as estruturas das classes e os interesses de determinadas escolhas. Em um olhar pós-estrutural ocorre o avanço da perspectiva crítica com o enfoque no discurso. Os questionamentos em uma lógica de classe expandem-se em diferentes discursos e dão ênfase aos processos indenitários no contexto cultural de pequenos

grupos sociais, a preocupação é articular o conhecimento à subjetividade em uma perspectiva de construção considerando a linguagem, a raça, a orientação sexual e outras situações inerentes à identidade.

Ao pensar o Currículo nos debruçamos no contexto do Ensino de Ciências, que também sofreu a influência da Revulsão Industrial. Para ser mantida a hegemonia das grandes potências foi necessário um meio que viabilizasse as possibilidades para os problemas decorrentes dos conflitos internacionais no século XX. Segundo Menezes; Oliveira (2012 p. 6) o “desenvolvimento urbano e industrial, configurou-se a partir das necessidades práticas e políticas da classe burguesa nascente” e impulsionou a inclusão das áreas científicas no ensino, visando à formação de novos cientistas. Mais tarde foram expandidas para demais modalidades educacionais, em vista da qualificação da mão obra para o fortalecimento da economia (KONDER, 1998; KRAILCHICK, 2000).

Neste contexto, o conhecimento científico adquiriu um caráter universalista em um processo de hegemônizar-se como a única referência explicativa do real, através da ciência as crenças e os conhecimentos populares foram sendo substituídos pela objetividade (MACEDO, 2004). Assim, surgiram novas concepções que promoveram as mudanças no cotidiano e que viabilizaram as diferentes reformas no Ensino de Ciências desde o seu surgimento. Consequentemente a escola também foi regida pelos princípios da indústria para preparar os sujeitos às demandas de cada evento histórico. De outro modo, o Ensino de Ciências pode ser compreendido como uma possibilidade para a leitura da realidade, podendo corroborar com desenvolvimento do espírito científico. Para Chassot (2007; 2008), a Ciência vem precedida de incertezas e caracteriza-se como uma linguagem que favorece a leitura do mundo, podendo ser construída para explicar os fatos.

Em vista de afunilar esse contexto, nos limitamos às Escolas Ribeirinhas por estarem postas em uma realidade diferenciada pela vivência em comunidade, pela relação dos sujeitos com as águas e as florestas e pela

predominância à coletividade. Chaves, (2001) diz que os ribeirinhos referem-se à população de comunidades tradicionais da Amazônia devido as suas representações culturais em relação a lugar, ao tempo e ao meio natural, onde cultivam, plantam e extraem os produtos da natureza. A sua relação com as águas constitui um panorama de saberes específicos e isso é levado para as escolas ribeirinhas, podendo ser contextualizado, ou não, depende da concepção que conduz o ensino nestas localidades.

O segundo passo desta construção foi enveredar na Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências – RBPEC no período de 2009 a 2019. Esse periódico é promovido pela Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências – ABRAPEC e caracteriza como A2 no Qualis da CAPES, portanto, é um ambiente relevante que compõe as publicações das pesquisas nas áreas científicas em diferentes contextos, sendo que este é o critério da nossa decisão. Essa revista surgiu no III Encontro Nacional de Pesquisa em Ciências – ENPEC em 2001 com a finalidade de divulgar e socializar as investigações realizadas na Educação em Ciências. Buscamos visualizar as produções relacionadas ao Currículo do Ensino de Ciências em Escolas Ribeirinhas, para realizar uma leitura e identificar nas pesquisas, os fundamentos teóricos, os procedimentos da abordagem e os resultados evidenciados.

Nesse processo não identificamos produções relacionadas ao nosso objeto em estudo, diante dessa impossibilidade destacamos a necessidade da produção de estudos envolvendo o Currículo do Ensino de Ciências em realidades Ribeirinhas em periódicos com ênfase nas áreas científicas. O Ensino de Ciências não se limita a testagem de experimentos laboratoriais, podendo ser um percurso de possibilidades para a leitura dos fatos que permeiam as construções ribeirinhas da Amazônia. Essa lógica de pesquisa pode provocar o confronto das nossas concepções referente ao Currículo por meio da problematização das questões postas na escola, que em algumas situações são definidas como fixa e padronizada, isso é incoerente

para o contexto ribeirinho, por ser um espaço que possui perspectivas científicas através das possibilidades culturais e naturais que fazem parte da identidade de um povo.

Segundo Bruce; Costa (2019), A ciência se faz presente nas questões cotidianas, podendo ser vista como um meio de transformações quando articuladas aos conhecimentos científicos. Para tanto, o Currículo do Ensino de Ciências das Escolas Ribeirinhas precisa ser compreendido a partir das suas especificidades, de modo que favoreça a constituição de um caminho na perspectiva da Ciência para possibilitar a construção de outras produções científicas. Apesar do crescente diálogo sobre o ensino no contexto ribeirinho nos demais eventos, observamos que no período de 10 anos em um periódico de Educação em Ciências, não houve a submissão de artigos em relação ao nosso estudo em construção. Significa dizer que essa realidade configura-se como uma carência de produções nesta perspectiva, cuja importância é evidenciada pela necessidade de compreender a construção da realidade escolar nas Escolas Ribeirinhas.

Em síntese, a nossa finalidade era apresentar um panorama sobre o Currículo do Ensino de Ciências em Escolas Ribeirinhas através do estado da arte, diante da impossibilidade de socializar a leitura das categorias em estudo a partir da revista RBPEC, chamamos a atenção para a necessidade de pesquisas que possam trazer na discussão teórica as perspectivas da Ciência implícita na diversidade cultural que os sujeitos carregam consigo no processo de construção de sua realidade escolar. Esse movimento pode contribuir com a construção de conhecimentos e com a qualificação docente por meio um entendimento sobre a Ciência e o Currículo no contexto das Escolas Ribeirinhas, que possuem uma peculiaridade das comunidades tradicionais e uma relação dinâmica com as águas. Isso pode influenciar no diálogo entre o ensino e a cultura, apontando os desafios e as possibilidades em meio à diversidade de saberes dessas localidades e também pode implicar na promoção das experiências educacionais articulando, ou não, o Ensino de Ciências à singularidade ribeirinha.

Referências

- BRUCE, M. V. S. **O ensino de ciências tecendo saberes em uma comunidade ribeirinha no Amazonas**. Maria Valcirlene de Souza Bruce, Lucinete Gadelha da Costa. 1ª ed.- Curitiba: Appris 2019.
- CHASSOT, Attico. **Educação consciência**. 2ª ed. Santa Cruz do Sul: EdUNISC. 2007.
- _____. **Sete escritos sobre Educação e Ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.
- CHAVES, M. P. S. R. Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: **o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária**. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, SP. Iporá. 2001.
- CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: **escolhendo entre cinco abordagens**/ John W Creswell; tradução: Sandra Mallmann da Rosa; Revisão Técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso 2014.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise do Conteúdo**. 2ª edição, vol. 6, Brasília, 2007.
- GÜNTHER, H. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é questão?** Publicado no departamento de Psicologia: Teoria e Pesquisa Maio-Agosto Vol. 22 n. 2, 2006.
- KRASILCHIK, Myriam. **Reformas e realidade: o caso de ensino de ciências**. São Paulo em perspectiva, 2000.
- KONDER, L. **O Ensino de Ciências no Brasil: um breve resgate histórico** In: CHASSOT, A. e Oliveira, J. R. (org). **Ciência, ética e cultura na educação**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1998.
- LOPES, Alice C. MACEDO, Elizabeth. **Teorias De Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MACEDO, E. Ciência, tecnologia e desenvolvimento: **uma visão cultural do currículo de ciências**. In: LOPES, A. C. e MACEDO, E. (orgs.). **Currículo de ciências em debate**. Campinas: Papirus, 2004.

MENEZES, M. O. currículo de ciências: **uma reflexão histórica e cultural**/Micaela Oliveira de Menezes e Gardênia Valéria de Andrade Oliveira. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade” São Cristovam-CE/Brasil de 20 a 22 de setembro de 2012.

MOREIRA, A. F; SILVA, T. T. **Currículo, cultura e sociedade**/ Antônio Flávio Moreira, Tomaz Tadeu. (org.) – 12. Ed. São Paulo. 2013..

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso 2013.

SACRISTAN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre prática. Trad. Hermano F da F Rosa, 3 ed. Porto Alegre Art. Med, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documento de identidade: **uma introdução às teorias do currículo**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Trabalho 2

Relatos de experiências: práticas pedagógicas na educação infantil com participação dos anciãos no Centro de Educação Infantil Vovó Teófila, localizado na Comunidade Quilombola do Chumbo em Poconé-MT ¹ (301328)

Marileide do Carmo Amorim Arruda ²

Marizeth de Amorim Campos ³

Cira Alves Martins ⁴

Valdirene Gonçalves de Amorim Campos Pereira ⁵

Este trabalho tem objetivo de apresentar experiências de práticas pedagógicas na educação infantil com participação dos anciãos da comunidade. Essas experiências foram vivenciadas no Centro de Educação Infantil Vovó Teófila que está localizado na Comunidade Quilombola do Chumbo no município de Poconé –MT.

Para início do relato, primeiro se faz necessário trazeremos uma breve contextualização da Educação Escolar Quilombola. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica em seu Art.9º diz que a educação escolar quilombola compreende:

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestranda pelo PPGEDU /UNEMAT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9826379642828925> E-mail: Marileide_amorim@yahoo.com.br

³ Pós Graduação/FIC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1506903886872807> E-mail: mariamorim79@hotmail.com

⁴ Mestranda pelo PPGEDU /UNEMAT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4650418100046311> E-mail: cirajulio@hotmail.com

⁵ Pós Graduação/Fae. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9817175919553185> E-mail: valpequena10@hotmail.com

I - escolas quilombolas;

II - escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas.

Parágrafo Único Entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola.

A Diretriz Curricular Nacional para Educação Básica define que:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (DCEB, p.46, 2013)

A Educação escolar quilombola deve ser observada em sua singularidade e especificidade resguardada sua dimensão enquanto modalidade, o que implica em focar uma formação específica para a educação infantil quilombola, respeitando a dimensão do pertencimento, da identidade, da territorialidade e reconhecimento de sua cultura e ancestralidade.

Na Resolução CNE/CEB Nº 08 de 20 de novembro de 2012, define diretrizes curriculares para educação escolar quilombola e no seu Art.15-define: A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, na qual se privilegiam práticas de cuidar e educar, é um direito das crianças dos povos quilombolas e obrigação de oferta pelo poder público para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, que deve ser garantida e realizada mediante o respeito às formas específicas de viver a infância, a identidade étnico-racial e as vivências socioculturais.

No parágrafo 4º ressalta que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas e que ofertam a Educação Infantil devem:

I - promover a participação das famílias e dos anciãos, especialistas nos conhecimentos tradicionais de cada comunidade, em todas as fases de implantação e desenvolvimento da Educação Infantil;

II - considerar as práticas de educar e de cuidar de cada comunidade quilombola como parte fundamental da educação das crianças de acordo com seus espaços e tempos socioculturais;

III - elaborar e receber materiais didáticos específicos para a Educação Infantil, garantindo a incorporação de aspectos socioculturais considerados mais significativos para a comunidade de pertencimento da criança. (Resolução CNE/CEB nº 08/11/12)

Nas DCNEI (2013), diz que as propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem:

I-Reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;

II-Ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;

III-Flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;

IV-Valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;

V-Prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade. DCNEI (2013).

As Diretrizes nos mostram que as escolas e Instituições de Educação Infantil têm critérios a seguir na sua forma de organização e nas práticas pedagógicas, esses critérios também se estendem as unidades de educação infantil nas áreas do Campo, indígenas e quilombolas dentre outras diversidades.

É importante considerar a realidade das crianças, de cada creche ou pré-escola do nosso imenso Brasil, respeitando as suas especificidades de suas famílias e o contexto sócio cultural de que fazem parte. Portanto, é preciso que suas propostas pedagógicas venham ao encontro das necessidades e interesses das crianças que frequentam a instituição, pois o trabalho pedagógico precisa estar voltado para elas. A educação infantil deve proporcionar às criança situações significativas, experiências

pedagógicas que trabalhem a construção da identidade, da autonomia, de uma vida saudável e fortalecendo o princípio do respeito à diversidade.

A prática educativa com projetos tem muito a colaborar no processo de ensino/aprendizagem, principalmente na educação infantil, esta ferramenta pedagógica é um importantíssimo ingrediente para o amadurecimento das habilidades e potencialidades dos pequenos aprendizes, pois é durante as etapas do projeto que as crianças participarão ativamente do seu próprio conhecimento, tornando-se protagonistas das suas próprias descobertas. Neste contexto as autoras Barbosa e Horn que nos diz:

A pedagogia de projetos vê a criança como um ser capaz, competente, com um imenso potencial e desejo de crescer. Alguém que se interessa, pensa, duvida, procura soluções, tenta outra vez, quer compreender o mundo a sua volta e dele participar, alguém aberto ao novo e ao diferente. Para as crianças, a metodologia de projetos oferece o papel de protagonistas das suas aprendizagens, de aprender em sala de aula, para além dos conteúdos, os diversos procedimentos de pesquisa, organização e expressão dos conhecimentos (2008, p. 87).

Nesse sentido segundo Barbosa e Horn (2008, p. 89), “a comunidade educativa precisa tornar-se uma comunidade de aprendizagem aberta, onde os indivíduos aprendem uns com os outros e onde as investigações sobre o emergente têm nessas trocas papel fundamental”. As autoras deixam claro que a postura de se trabalhar coletivamente traz benefícios promissores para todos e que cada cidadão tem algo novo, diferente e importante para compartilhar. Portanto, faz-se necessário ressaltar que todo e qualquer projeto tem a necessidade de ser trabalhado em conjunto, onde a troca constante de pensamentos tome conta desse processo, criando caminhos, desafios e soluções.

É essencial a participação dos Anciãos da comunidade nas atividades pedagógicas, estes são verdadeiros guardiões possuidores de grandes conhecimentos. Os saberes locais, a cultura e praticas religiosas devem ser trabalhados nas escolas a partir da educação infantil para que desperte o

sentimento de valorização, respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, para que desde de pequenas comece o trabalho de pertencimento para identificação da sua identidade. Assim crescerão sabendo a história dos seus ancestrais bem como crenças e práticas culturais, com isso estaremos combatendo o racismo e à discriminação.

O Centro de Educação Infantil Vovó Teófila, em sua proposta pedagógica trás o trabalho interdisciplinar apoiados em projetos Pedagógicos, onde conta com a grande e rica parceria da comunidade escolar e os Anciãos da comunidade. Os Anciãos participam ativamente das atividades, são presença constate no CEI Vovó Teófila, as crianças e professores estão sempre visitando as residências desses anciãos para realização de aula de campo. Assim o conhecimento é compartilhado de forma divertida e alcança melhor resultado.

O contar estórias fica muito interessante com a participação do Anção Sr. Juca. Aqui Sr. Juca contando história de quando ele era menino, da obediência aos pais e conta também sobre tal Bicho Papão, o minhocão, a Porca espinho.



Imagem 1 arquivo da pesquisadora¹

As crianças ouvindo atentamente e quando o Anção termina de contar suas estórias, em seguida ele canta uma linda melodia ao som da Viola de Cocho e o Ganzá. São instrumentos indispensáveis no cantar do Siriri e Cururu.

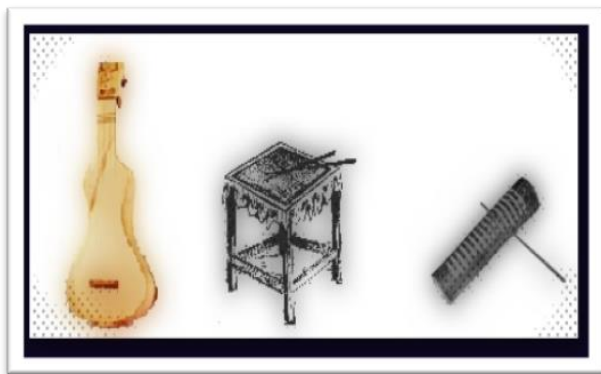


Imagem 2 arquivo do CEI Vovó Teófilo

O siriri é uma das danças mais populares do folclore mato-grossense. Praticada na cidade e na zona rural, tem presença indispensável nos festejos religiosos. É uma dança que lembra celebrações indígenas. Dançado por homens, mulheres e crianças, numa coreografia bastante variada e sem interpretação definida, acontece em qualquer espaço que seja possível dançar e rodar, nas festas de santo costuma-se dançar no terreiro.

A música é simples, falando de coisas da vida, desde o nascimento, família e a presença de amigos. Os tocadores são também os cantadores e quem dança também faz o coro. As vozes entoam alegria e descontração nas canções de festejo. Podemos dizer que é uma dança irresistível para quem vê, logo quer entrar na dança, que transmite respeito à vida e o culto à amizade. E o Sr. Juca também ensina as crianças a dançarem o Siriri para que desde pequenas possam valorizar e respeitar a nossa cultura.

Uma temática que foi muito explorado com as crianças foi sobre as plantas medicinais, no Brasil, a história da utilização de plantas medicinais no tratamento de doenças apresenta influências marcantes das culturas africana, indígena e europeia. A contribuição dos escravos africanos para a tradição do uso de plantas medicinais se deu por meio das plantas que trouxeram consigo, que eram utilizadas em rituais religiosos, e por suas propriedades farmacológicas, empiricamente descobertas.

Os professores levaram para sala de referência muitas informações sobre as plantas medicinais. Depois foram para a prática, iniciando pela aula de campo na residência do Sr. Juca, lá puderam conhecer algumas plantas medicinais, ouvir sobre suas funções e participarem do preparo de Xarope caseiro.



Foto 3 arquivo da pesquisadora



Foto 4 arquivo da pesquisadora

A imagem 3 mostra as crianças aprendendo como se faz um remédio natural contra veneno da cobra, foi utilizado a planta para-tudo e pulga de lagarto. Na imagem 4 o conhecimento é sobre vermífugo caseiro, muito bom para eliminar parasitas, produzido com sementes de abobora, erva de Santa Maria e adocicado com açúcar mascavo ou com um pedaço de rapadura. Estes conhecimentos o Sr, Juca e dona Ana anciãos da comunidade aprenderam com seus antepassados e sempre estão levando esse conhecimento para dentro da escola, trabalhando com as crianças e famílias.

De acordo com (Pasuch, 2005 p.21), escola são espaços que se relacionam com suas comunidades locais e globais, lugares de valorizações construídas historicamente pelas tantas gerações imbricadas em suas diversidades culturais.

Concluimos este relato de experiência enfatizamos que a escola para as crianças de todos os espaços tem que ser atrativa, possuir um espaço adequado, onde possam vivenciar diferentes experiências de aprendizagem. E quanto a educação escolar quilombola, é de suma importância da participação dos anciãos nas atividades pedagógicas das escolas e instituições de educação infantil, dando vez e voz aos guardiões da história e cultural local, desta forma estará promovendo a participação das famílias e de toda comunidade escolar.

Referências

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Grupo A, 2008.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Ministério de Educação**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Brasília, 2013.

PASUCH, Jaqueline. **A escola das crianças**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2005.

Projeto Político Pedagógico- Centro Municipal de Educação Infantil Vovó Teófila. Poconé-MT: 2019.

Trabalho 3

Etnomatemática, globalização e identidade cultural local no contexto da educação quilombola ¹ (298106)

Cristiano Gomes de Oliveira ²

Márcio de Albuquerque Vianna ³

Introdução

A ideia principal deste trabalho se apoia em dois pontos centrais, que estão intrinsecamente conectados. São eles: (1) a importância da valorização dos saberes populares e, com isso, há o (2) empoderamento dos sujeitos. A sala de aula é um espaço de muitas trocas de saberes, tanto os docentes quanto os estudantes levam consigo inúmeros saberes, fazeres, além de uma imensidão de emoções e sentimentos que podem influenciar diretamente no processo de ensino-aprendizado no espaço acadêmico.

Devemos considerar o quanto é necessário que o professor se aproprie do contexto no qual a unidade escolar e os alunos estão inseridos. D'Ambrosio (2005), Miranda (2000), Hall (2006), Freire (1985), (1987)

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGEduCIMAT) da UFRRJ, professor concursado da prefeitura municipal de Mangaratiba - RJ, currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2274201811970613>, email: christiano3.7@hotmail.com

³ Professor Adjunto III na área de Educação Matemática do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino (DTPE) do Instituto de Educação da UFRRJ, pesquisador associado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT), docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGEduCIMAT) da UFRRJ, currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1194444335975667>, email: albuvianna@uol.com.br

nos ajudam na reflexão dos impactos da globalização no processo de ensino-aprendizagem e na formação do cidadão, assim como das identidades culturais locais. Realizamos um debate de caráter teórico sobre a importância da valorização dos conhecimentos baseados nas experiências de vida que os estudantes levam para a sala de aula, em particular na educação quilombola.

Segundo Carvalho, Turatti e Schmitt (2002, p.3) existe uma visão ampliada dos grupos conhecidos como “remanescentes de quilombo”:

Como já foi assinalado por outros autores, os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção.

Nosso debate se articula com a nossa experiência⁴ profissional em uma escola que atende a uma comunidade de remanescentes quilombolas na Ilha da Marambaia, Mangaratiba-RJ, que no passado enfrentava uma luta pelo seu direito a titulação de terras com a Marinha do Brasil. Os conflitos foram sanados, pelo menos em âmbito jurídico, com a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta, em 2014, entre os representantes da Associação dos Remanescentes de Quilombos da Ilha da Marambaia, da Marinha, do Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) e do Ministério Público.

A comunidade de remanescentes quilombolas da Ilha da Marambaia enfrenta demandas bem específicas da sua realidade. Entende-se que a prática pedagógica deva estar associada ao contexto histórico, social e cultural vivenciado pelos moradores locais. Concomitantemente, os

⁴ O primeiro autor deste artigo atua como docente efetivo de matemática, concursado pela prefeitura de Mangaratiba-RJ.

estudantes necessitam de um preparo para a vida além das suas fronteiras territoriais, devem ser envolvidos em questões que os desenvolvam como sujeitos de forma cidadã e integral. Nesse processo educacional, os alunos são percebidos como os protagonistas. Para eles, devemos direcionar o conhecimento, ouvindo sua voz, os seus anseios, questionando-os de uma forma que os faça refletir sobre a realidade e a sociedade que os cerca, assim como o mundo fora do território em que estão inseridos. Devemos também esclarecer seus direitos e relembrar os seus deveres para que possam exercer a sua cidadania de forma plena.

Análise

Construir práticas que estimulem a autonomia de pensamento e de atitudes críticas e reflexivas dos estudantes pode se tornar uma mudança de perspectiva educacional e acaba se afastando de uma abordagem mais tradicional no ensino escolar. Nesse sentido, não devemos ignorar o que sabem nossos estudantes, nem tampouco o contexto sociocultural no qual eles estão inseridos. O contexto sociocultural é essencial durante todo o processo de ensino-aprendizagem, nesse sentido deve-se buscar alternativas que possam mediar o diálogo entre os conhecimentos que nossos alunos trazem para a escola com aqueles que iremos ensinar. Após haver o devido delineamento e planejamento desses conhecimentos a sua utilização de forma pedagógica, pode auxiliar no processo de ensino-aprendizagem da matemática no Ensino Fundamental.

Após a escolha do assunto, o passo seguinte é a sua delimitação. É necessário evitar a eleição de temas muito amplos que ou são inviáveis como objeto de pesquisa aprofundada ou conduzem a divagações, discussões intermináveis, repetições de lugares comuns ou "descobertas" já superadas (MARCONI e LAKATOS, 2003 p. 45).

Desejando entender e valorizar os saberes e fazeres do grupo dos moradores da Ilha da Marambaia, assim como o reconhecimento de sua história e cultura, buscamos, através da perspectiva Etnomatemática defendida por D'Ambrosio (2006), (2012), (2019), Sebastiani Ferreira (2007)

e da Pedagogia Libertadora de Freire (1996) práticas pedagógicas que revelem nossas preocupações em relação a uma formação cidadã e ao empoderamento dos sujeitos.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar. (FREIRE, 1996, p. 19-20)

Freire (1996), assim como o Programa Etnomatemática, compartilha do pensamento de que não devemos negligenciar as experiências trazidas pelos nossos alunos e lamenta o foco quase que exclusivamente no ensino dos conteúdos que, muitas vezes, são entendidos como transferência do saber acadêmico. É essencial que não tentemos homogeneizar a educação e que as especificidades de cada estudante seja respeitada.

O panorama da Educação Quilombola é constituído de um palco repleto de lutas e resistências. É importante refletir sobre questões relacionadas a identidade cultural local dos indivíduos, assim como das influências da pós-modernidade nesse processo de construção dessas identidades e dos seus impactos na formação dos estudantes. Hall (2006), Silva (2000) nos ajudam nessa reflexão.

A pedagogia tradicional não costuma abordar muitas questões a respeito da identidade e da diferença, assuntos esses quase intocáveis e enraizados, vistos como desperdícios de tempo e que atrapalham a continuidade da aula e da aplicação de conteúdos programáticos. Até mesmo em discursos e documentos oficiais, no sistema escolar, muitas vezes são tratados de forma tão superficial que em quase nada favorecem o debate, a reflexão e a crítica. Esses temas ficam em segundo plano, não são problematizados, não ganham atenção nos currículos escolares, acabam caindo em esquecimento e não existe uma preparação para abordá-los de forma eficiente e que favoreça uma construção política, cidadã e democrática.

Considerações finais

Entender, ouvir, ver e respeitar o que os educandos trazem para a escola é uma tarefa que pode gerar dúvidas, insegurança e, até mesmo, uma ameaça à rotina dos professores ao serem colocadas em situações imprevisíveis. Valorizar a identidade cultural local dos estudantes, favorece um maior questionamento por parte deles, os auxilia a compartilhar as suas descobertas, assim como ajuda na construção de maiores laços de afinidades e companheirismos com o professor e seus colegas de classe, possibilitando um ambiente mais acolhedor e uma aprendizagem mais significativa, na qual os estudantes poderão, de modo contínuo, conectar a sua realidade com os conteúdos acadêmicos/escolares.

Evidenciamos a necessidade ao respeito e a valorização dos saberes e das tradições de cada grupo cultural assim como a importância de se considerar a relevância das práticas e dos diferentes contextos e aspectos históricos sociais vivenciados por essas comunidades. Contribuindo para uma formação cidadã e integral dos nossos educandos, como sujeitos críticos e participativos em um sistema democrático de direito. Devemos analisar criticamente e reflexivamente os efeitos da globalização nesse processo de desgaste e apagamento das identidades culturais locais e incentivar os estudantes a se questionarem sobre o mundo que os cerca.

Referências

APPLE, Michael W. **A luta pela democracia na educação crítica**. E-curriculum, Programa de Pós Graduação em Educação e Currículo, PUC-SP, disponível em: <<http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i4p894-926>>. Acesso em 18 de janeiro de 2020.

D'AMBROSIO, Beatriz Silva e D'Ambrosio Ubiratan. **Formação de professores de matemática: professor-pesquisador**. Atos de pesquisa em educação, PPGE/ME FURB, ISSN 1809-0354 v. 1, n° 1, p. 75-85, jan./abr. 2006.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Sociedade, cultura, matemática e seu ensino**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 99-120, jan./abr. 2005 101.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **O programa etnomatemática: história, metodologia e pedagogia**. 26 de out. de 2012, disponível em: <<https://sites.google.com/site/etnomath/6>>. Acesso em 8 de dezembro de 2019.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Para uma abordagem multicultural: o Programa Etnomatemática**. Entrevista por Nuno Vieira, 14 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://professorubiratandambrosio.blogspot.com/2014/02/para-uma-abordagem-multi-cultural-o.html>>. Acesso em 8 de dezembro de 2019.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática - elo entre as tradições e a modernidade**. 6. ed. -Belo Horizonte: Autentica Editora, 2019.

SEBASTIANI FERREIRA, Eduardo. **Programa de Pesquisa Científica Etnomatemática**. Revista Brasileira de História da Matemática Especial (RBHM), especial, n° 1, (dezembro/2007), disponível em: <<http://www.rbhm.org.br/issues/RBHM%20-%20Festschrift/23%20-%20Eduardo%20Sebastiani%20-%20final.pdf>>. Acesso em 06 de fevereiro de 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira, prefácio de Jacques Chonchol 8ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985 (O Mundo, Hoje, Vol. 24)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido** - 17ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**, São Paulo: Paz e Terra, 25ª edição, 1996 (Coleção Leitura)

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro - 11ª. edição - Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KLAUSEN, Luciana dos Santos. **Aprendizagem significativa: um desafio**. Formação de professores: Contextos, sentidos e práticas. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação/SIRSSE. VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD)/Cétedra UNESCO). EDUCERE XIII Congresso Nacional de Educação.

MARCONI, Maria de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** - Editora Atlas S.A., 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOREIRA, Marco Antonio. **O que é afinal aprendizagem significativa?** Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 23 de abril de 2010. Aceito para publicação, Curriculum, La Laguna, Espanha, 2012.

NÓBREGA, Luciana de Amorim. **A Dificil vida num paraíso: Ilha da Marambaia/RJ.** ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** /Tomaz, Tadeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 73-85.

Trabalho 4

Texto, jogo e cena: os desafios e encruzilhadas do ensino de teatro na formação étnico-racial do/a educando/a do Quilombo Monte Recôncavo ¹ (304602)

Rubens dos Santos Celestino ²

O meu interesse em refletir acerca das dimensões teórica, prática e, consequentemente, política do fazer teatral aliada à formação étnico-racial do educando no contexto escolar surgiu a partir da minha inquietação em perceber a invisibilidade do protagonismo do povo negro na história oficial da cidade de São Francisco do Conde. Essa afirmação é facilmente identificada ao consultar todos os livros já publicados sobre a exploração territorial e a fundação da cidade, já que comumente a contribuição dos sujeitos subalternizados pela colonização ou colonialidade restringe-se à mão de obra escravizada e/ou às manifestações culturais.

Nesse sentido, propus com este trabalho analisar, discutir e problematizar os desafios e encruzilhadas de um percurso investigativo que visava à compreensão das contribuições do fazer artístico e estético do teatro baseado nos jogos de apropriação textual e de improvisação para a construção identitária de estudantes quilombolas da Escola Municipal

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Graduado em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, graduado em Licenciatura em Teatro pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, Mestre em Artes (PROFARTES) pela UFBA. CV: <http://lattes.cnpq.br/4769754488341370> rubensquilombola@gmail.com

Duque de Caxias (anos iniciais), localizada na comunidade tradicional Monte Recôncavo, na cidade de São Francisco do Conde, Bahia.

Ao evocar na minha problematização investigativa a palavra emblemática – encruzilhadas – espaços conhecidos como moradas de Exu, responsável pela comunicação dos seres humanos com as divindades do panteão da religião de matriz africana, refiro-me às possibilidades de encontros e desencontros, de certezas e dúvidas, de interrupções e recomeços, de acertos e erros, que podem aflorar durante o processo criativo focado na formação étnico-racial em sala de aula. Nessa perspectiva o encruzilhamento é concebido como os possíveis caminhos propositivos e potentes para o texto, para o jogo e para a cena.

Com isso, as escolhas metodológicas adotadas por mim nessa experiência empírica junto à uma turma composta de 30 educandos e educandas do 5º ano do Ensino Fundamental I, com a faixa etária entre 10 e 13 anos, tiveram que dar conta de um arcabouço epistêmico e teórico relevante que subsidiasse as ações planejadas nas aulas de teatro, tendo como mote desse encruzilhamento as obras literárias dos escritores e artistas negros Abdias do Nascimento (Olhando no Espelho), e Solano Trindade (Navio Negroiro; Velho Atabaque; Sou Negro; Quem tá gemendo?), além das narrativas da comunidade quilombola. Aqui vale destacar que as proposições realizadas nas aulas entrelaçaram dialeticamente conceitos cênicos com conceitos históricos e pedagógicos que no decorrer desse artigo serão abordados, tais como: aprendizagem significativa, encruzilhada epistemológica, jogos dramáticos e jogos teatrais, jogos de apropriação textual, saberes e fazeres tradicionais, valores civilizatórios afro-brasileiros, comunidade tradicional quilombola, educação escolar quilombola.

O desafio em desenvolver uma experiência cênica comprometida com a perspectiva da descolonialidade, epistemologia que discorrerei mais adiante, numa instituição escolar situada em uma comunidade remanescente de quilombo, exigiu-me dar um foco à história desse lugar, haja vista, que se trata de uma história que não consta nos livros oficiais como já foi dito,

mas que está registrada organicamente nas memórias vivas dessa população, a qual é preservada através de valores africanos e afro-brasileiros, como por exemplo, a tradição da sabedoria oral, em que os mais velhos ensinam os mais jovens a partir das suas vivências. E são nessas vivências de significados e significantes que os meus educandos e educandas estão inseridos.

Nesse sentido, sempre concebi a área de representação como uma encruzilhada de provocações e descobertas, um *lócus* de (des)construção em que a complexidade humana pode ser revelada. E se tratando dessa encruzilhada, não foi possível esquecer, metaforicamente, durante todo o percurso de criação a dimensão de Exu como uma força motriz de comunicação e expressão, valorizando assim, a área de representação como o cruzo potencial de expressividades.

Ao me debruçar sobre possíveis relações orgânicas entre texto de conteúdo (saberes e fazeres) identitário, jogo e representação, não exatamente nessa ordem, busquei um acervo teórico-prático que me colocasse submerso nesse universo, vislumbrando um repertório que me permitisse explorar/jogar na área de representação fragmentos de textos narrativos que falassem do negro e da negra para além da escravidão, que dialogassem com o contexto quilombola da minha prática docente, que suscitassem várias possibilidades de desconstrução, reconstrução e construção do pensamento crítico sobre o racismo e seus desdobramentos.

O processo e as montagens finais em cada ciclo da proposta pedagógica apontaram para uma metodologia de ensino de teatro que é possível ser desenvolvida em diferentes contextos, independentemente da experiência cênica que os participantes já possuam, pois nessa metodologia a participação contínua e ativa do elenco é amplamente valorizada. E nessa valorização as questões identitárias se configuram como elementos possíveis de serem problematizados e questionados criticamente, colocando-os como desafios urgentes a serem enfrentados e, quiçá, superados.

Assim, a pesquisa me revelou com mais nitidez o quanto a colonização foi cruel com os sujeitos subalternizados, o quanto aprisionou as

nossas mentalidades, pois essa crueldade e esse aprisionamento incidem, até hoje, negativamente, na construção da autoestima da população negra/preta/afro-brasileira, uma vez que durante as minhas aulas a maioria das produções teatrais dos discentes se restringiam a representação do sofrimento do negro escravizado e/ou do negro desempenhando funções consideradas socialmente inferiores, marginalizadas.

Nesse contexto coercitivo da relação opressor e oprimido, o *fake news* da democracia racial brasileira só corrobora para o fortalecimento da armadilha do discurso eurocêntrico de negação do racismo, o qual, intencionalmente, só amplia ainda mais o fosso da desigualdade e da vulnerabilidade em que a população negra é historicamente sentenciada.

E é nesse contexto que reside o desafio da instituição escolar em transgredir o racismo estrutural no qual foi moldada e se colocar na linha de frente do combate ao racismo e da promoção da equidade racial, primando por um currículo em que os educandos negros e educandas negras se vejam (espelho) devidamente representadas na construção da nação brasileira e, quiçá, do mundo, nas mais diferentes áreas do conhecimento. Assim, a prática docente assume plenamente o seu caráter ativista e antirracista em prol da reeducação das relações étnico-raciais e da reinvenção da sociedade em que vivemos.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.
- BARRETO, Cristiane. **A travessia do narrativo para o dramático no contexto educacional**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. In: Brasil. Educação anti-racista: caminhos

abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143283por.pdf>>, acesso em 20 de nov. 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

PUPO, Maria Lúcia de Souza Barros. **Palavras em jogo**: textos literários e teatro-Educação. – São Paulo, 1997. Tese de Doutorado apresentada a Escola de Comunicação e Artes da USP, 1997.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. – Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. **Superando o racismo na escola** / Kabengele Munanga, organizador. 3ª edição. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. [tradução e revisão Ingrid D. Koudela e Eduardo José de A. Amos]. 5ª edição. – São Paulo: Perspectiva, 2005.

SILVA, Daniela Barros Pontes e. **Educação na tradição oral de matriz africana**: a constituição humana pela transmissão oral de saberes tradicionais – um estudo histórico-cultural / Daniela Barros Pontes e Silva, Saulo Pequeno Nogueira Florencio, Patrícia Lima Martins Pederiva. – 1 ed. – Curitiba: Appris, 2019.

Trabalho 5

Educação política em quilombo: memórias escolares de mulheres quilombolas e a modalidade de ensino EJA na Vila de Mangueiras em Salvaterra (PA) ¹ (297056)

Bruna Caroline Santos Bomfim ²

Ana D’Arc Martins de Azevedo ³

Introdução

Este resumo expandido é fruto da pesquisa de PIBIC aprovado em uma universidade pública em Belém (PA) que investigou sobre as memórias escolares de mulheres quilombolas na EJA em Vila de Mangueiras, localizada no território quilombola, no município Salvaterra/Marajó (PA).

Compreender o que são memórias, estritamente o conceito de memória, é necessário também discutir sua importância social, no sentido que o estudo da memória passa por vários campos da Ciência, por se tratar de um conjunto de funções psíquicas, mas também são bem utilizadas para discutir memória social e histórica. Assim, a “memória como prioridade

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia. Especialista em Docência do Ensino Básico e Superior. Link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/3813374423798712>. Link do ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6116-0222> E-mail de contato: brunabomfimpe@gmail.com

³ Doutora em Educação (PUC/SP). Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará – UEPA. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura e do Mestrado Profissional em Gestão de Conhecimentos para o Desenvolvimento Socioambiental – PPGC da Universidade da Amazônia – UNAMA. Link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/0257982352792085> Link do ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4240-9579> E-mail de contato: azevedoanadarc@gmail.com

de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 2003, p. 423).

Sessão teórica

A partir da Resolução do CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, no Art.1º diz que essa resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, em que devem ser obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação (BRASIL, 2000).

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da Educação Básica, portanto possui uma identidade própria, em que se considera as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias, bem como se pauta pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

Considerando o dever compreendido para educação nas comunidades quilombolas, precisamos entender o que são considerados quilombos diante dessa resolução, com suas mais variadas definições a partir das considerações de características

Mas também a história de quilombos tem sua marca, pois criados como movimento de resistência ao sistema escravista e em busca de liberdade, os quilombos se tornaram símbolos de luta e força para o povo negro, porém construídos sob uma diversidade de culturas e sob pressão do sistema escravista, são terras onde a ancestralidade vive, onde há construção de identidades e sentimento de pertencimento e para além disso

desestabiliza a sociedade baseada na propriedade privada em que só visa explorar as terras e ocultar o povo.

Os quilombos, segundo Munanga (1995-1996) é palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo, aportuguesado: quilombo), sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra no Brasil, por isso a grande semelhança hoje é devido as características de abrigar indivíduos de diversas etnias, insatisfeitos com a sociedade opressora e que procuraram refúgio em áreas de difícil acesso. Assim, ao se desenvolverem no Brasil a esses moldes do *kilombo* africano os quilombolas no Brasil “transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência” (MUNANGA, 1995/1996, p. 63).

A Educação de Jovens e Adultos no quilombo, para além de ter responsabilidade de desenvolver práticas pedagógicas que atendam as condições de vida, de trabalho do contexto deles, tem a responsabilidade de desenvolver pedagogias que prezem pela cultura, identidade negra/quilombola, deixando de desenvolver a educação eurocêntrica, levando em consideração que a maioria das escolas tendem a perpetuar o preconceito e a discriminação racial.

Desse modo, pensar as memórias de mulheres quilombolas de contexto histórico-social presentes nas práticas educativas, ressalta a importância de desenvolver práticas educativas na EJA, em que Freire (1996, p. 30) considera o respeito aos saberes vindo com os educandos, que são construídos socialmente na prática comunitária. Também frisando a necessidade de uma educação que supere uma prática que fale exclusivamente do ensino dos conteúdos, acrítica, fruto de uma educação bancária, deve-se desenvolver práticas pedagógicas que possibilite o empoderamento de classe social.

Método

Metodologicamente a presente pesquisa de campo tem uma abordagem qualitativa do tipo Estudo de Caso levando em consideração que na pesquisa de campo os sujeitos da pesquisa estarão em seu próprio meio ambiente e “a coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem” (SEVERINO, 2007, p. 123), com isso a abordagem qualitativa vem propiciar o espaço de fala dos sujeitos, dando visibilidade ao universo “dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2012, p. 21).

As 4 mulheres quilombolas participantes, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e experiências participaram da pesquisa sobre as suas memórias histórico-culturais, cujos critérios de inclusão foram: mulheres negras entre 30 e 60 anos que estão/estiveram como alunas da EJA; participantes que sejam participativas e efetivas nas atividades da comunidade. E o instrumento utilizado na referente pesquisa foi a entrevista semiestruturada.

A análise dos dados se deu por meio do método Crítico Dialético que Triviños (1987) conceitua como a busca de experimentações lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Por um lado, o método crítico dialético, tem uma longa tradição na filosofia materialista e, por outro, que é também antiga concepção na evolução das ideias, baseia-se numa interpretação dialética do mundo. Ambas as raízes do pensar humano se unem para construir no materialismo dialético uma concepção científico da realidade enriquecida na prática social da humanidade.

Memórias escolares de mulheres quilombolas e a modalidade de ensino EJA na Vila de Mangueiras em Salvaterra (PA)

A pesquisa que norteia no contexto de memórias de mulheres quilombolas se pergunta como essas mulheres vivenciam em sua

comunidade, ou seja, qual sua relação com questões que a envolvem, considerando o exposto anteriormente:

Ah... eu não participo não, tem a associação, mas eu não vou nas reuniões (Adelina, 48 anos).

Eu não participo da associação, mas reconheço que é através dela que a gente deveria se envolver mais com as coisas da comunidade, mas está um pouco difícil (Acotirene, 33 anos)

Ah... eu vejo que está precisando de ajuda, “melhor idade”, eu participo das reuniões da associação e empenhada entre os companheiros pela participação de todos. (Zeferina, 29 anos).

Eu participava da associação e agora não participo mais, parei de ir nas reuniões. (Zacimba Gaba, 54 anos).

Nas falas das mulheres, todas citam a associação como forma de vivenciar a comunidade e se relacionar com questões que a envolvem e das 4 mulheres, apenas uma afirma participar da Associação e buscar por melhorias, mas três não participam, porém, sabem da função da associação, apenas não se identificam como parte, mas relacionado o perfil sócio histórico e anteriores perguntas a essa questão. Diante disso, se percebe que essas mulheres vivenciam e se relacionam com questões da comunidade de diferentes formas no seu cotidiano. Patai (2010), afirma que:

não há vidas sem sentido, e não há histórias de vida sem significado. Existem apenas histórias de vida com as quais não haja preocupação, e cujas revelações (incluindo aquelas de estonteante trivialidade) permanecem-nos, por essa razão, obscuras (PATAI, 2010, p. 19).

Ressaltando que as mulheres negras no contexto quilombola tiveram seus papéis definidos por relações de poder, e diante disso são mulheres que desenvolveram papéis de resistência importantes para a construção social de comunidades quilombolas, a partir de suas memórias histórico-social, produções de conhecimento, saberes e culturas para o processo de pertencimento e afirmação de identidades, mesmo diante do racismo brasileiro, da vida cotidiana como chefes de família, escolaridade insuficiente.

Considerações finais

Diante da pesquisa realizada é possível afirmar a importância de discutir a invisibilidade histórica e buscar superação dessa. Transformando uma pesquisa em denúncia, investigar de que as memórias de escolares de mulheres quilombolas na EJA, oportuniza compreender as interferências que a educação causa no protagonismo das mulheres quilombolas na comunidade, bem como defender a importância da Educação de Jovens e Adultos que hoje sofre o desmonte em massa nas comunidades remanescentes quilombolas.

Ter a oportunidade de investigar o contexto histórico social das mulheres, nos permitiu conhecer a comunidade vila de mangueiras, sua dinâmica e seu papel como comunidade remanescente quilombola em meio a tantos significados de resistência que hoje, diversas comunidades da ilha do Marajó representam, mas para além disso, também nos foi permitido conhecer e presenciar o papel da mulher quilombola nessa construção da comunidade.

Referências

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1 DE 5 DE JULHO DE 2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. 2000**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa/** Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)

LE GOFF, Jaques. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África.** *Revista USP*, nº 28: 56-63, São Paulo, dez./fev. de 1995/1996.

PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política.** São Paulo: Letra e Voz, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. – 23^o ed. rev. E atualizada – São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. – São Paulo: Atlas, 1987.

Trabalho 6

Diversidade cultural e seu potencial na educação escolar: saberes e fazeres dos (as) artesãos (ãs) do Quilombo da Fazenda Picinguaba, Ubatuba/SP ¹ (299963)

Edirlaine Lopes dos Reis ²

O Quilombo da Fazenda Picinguaba (refúgio de peixes – tupi guarani), está localizado em uma das áreas da antiga Fazenda Picinguaba. A comunidade é constituída por descendentes de escravizados dessa fazenda e por migrações de famílias remanescentes de outras comunidades quilombolas de Cunha/SP e Paraty/RJ.

A comunidade está situada no norte de Ubatuba, litoral norte do estado de São Paulo e é uma das quatro comunidades remanescentes de quilombos do município. Possui cerca de 200 moradores distribuídos em três núcleos: Sertão da Fazenda, Praia da Fazenda e Ponta Baixa.

Em 1975, o trecho entre Ubatuba e Paraty (RJ) da rodovia Rio-Santos - BR 101 - foi construído. A comunidade, até então, vivia praticamente isolada praticando a agricultura de autoconsumo e a pesca artesanal, produzindo suas casas, seus utensílios, suas ferramentas de trabalho, praticamente tudo o que era necessário era produzido na própria fazenda, comprando apenas aquilo que não conseguiam produzir.

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestranda em Educação. Universidade de São Paulo (USP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4718193867699675> E-mail: elreis@usp.br

“Tinha que comprar o sabão, o sal, o querosene. Porque naquele tempo não existia luz. Era mais o que a gente comprava...” Cirilo Braga, morador e mestre oral (OLIVEIRA, 2008, p. 29).

Esse “isolamento” possibilitou a construção de conhecimentos fundamentais para a sobrevivência, utilizando-se das matérias primas existentes na Mata Atlântica.

Para Diegues, estes grupos constituíram um modelo de cultura diferenciado, baseado na relação intensa com o território habitado, na qual a exploração equilibrada dos recursos naturais possibilitou a sobrevivência dessas populações através da observação e experimentação de um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais (ARRUDA, 1999, p. 83, apud DIEGUES, 2010, p. 4).

Em 1979, o território da comunidade é inserido nos limites territoriais do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) – Núcleo Picinguaba (NP) - Unidade de Conservação de Proteção Integral cujo objetivo básico é “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, com exceção dos casos previstos na lei” (SNUC Sistema Nacional de Unidade de Conservação Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Cap. III Art. 7º).

Com a finalidade de preservar os recursos naturais, o PESM teve um papel fundamental no controle da especulação imobiliária e a grilagem de terras, no entanto, proibiu praticamente todas as práticas de autoconsumo que antes eram comuns na comunidade: a pesca, agricultura, assim como, a extração de matérias primas para fabricação de casas e utensílios.

Com suas principais práticas de tradicionais proibidas, em um intenso processo de mudança no que diz respeito à gestão territorial, os moradores da comunidade foram buscando novas formas de sobrevivência, vezes mantendo suas expressões culturais, vezes rompendo-as ou transformando-as.

A comunidade tradicional do Quilombo da Fazenda, mesmo diante das dificuldades em manter ativas suas práticas de autoconsumo, ainda

conserva características culturais tradicionais, como a fabricação de farinha de mandioca, pequenas roças de mandioca, fabricação de artesanatos, sendo na região norte de Ubatuba, uma das comunidades rurais que mais preservam as manifestações culturais tradicionais, típicas da região.

O conceito de comunidade tradicional, utilizado nesse estudo origina-se do entendimento do decreto nº. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 que define Povos e Comunidades Tradicionais, no seu Artigo 3, como sendo:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Os inúmeros saberes voltados às técnicas de produção e ao manejo dos recursos naturais foram se desenvolvendo e transmitidos de geração em geração através da oralidade. Dessa forma os saberes relacionados a produção do artesanato tradicional, estão presentes na comunidade até os dias atuais.

Entende-se por artesanato tradicional o resultado de trabalhos manuais que utilizam matérias-primas extraídas da natureza e que envolvem inúmeros saberes ligados às técnicas de produção e manejos dos recursos naturais, que são transmitidos de geração em geração e que expressam a identidade individual e coletiva das comunidades envolvidas nesse processo. (REIS, 2016, p. 11).

Segundo Pacheco (2006), criadora da Pedagogia Griô, é preciso priorizar os princípios e práticas da tradição oral para que essa seja valorizada, possibilitando o vínculo entre seus fazedores - mestres/mestras e griôs - e o reconhecimento diante das novas gerações e sistemas formais de ensino e aprendizagem, potencializando a rede de transmissão oral dos saberes. A pedagogia Griô prioriza a vivência afetiva e cultural que facilita o diálogo entre as idades, entre a escola e a comunidade, entre grupos étnico- raciais, interagindo saberes da tradição oral e as ciências formais, fortalecendo a identidade e celebração da vida.

Existem na comunidade cerca de trinta artesãos (REIS, 2016, p. 11). Dentre eles, existem os que frequentemente se dedicam à prática da produção, seja para a venda a terceiros ou ainda para uso próprio das peças, resultando numa produção constante e significativa. Em alguns casos, membros da própria casa participam do processo de produção das peças, inclusive crianças e jovens. Existem ainda os que dominam as técnicas de produção, mas que esporadicamente produzem suas peças artesanais. E há também os que produzem artesanatos que não podem ser considerados tradicionais, por não possuírem as características próprias desse tipo de artesanato.

Os artesanatos que são produzidos no Quilombo da Fazenda foram classificados por ROSSINI (1981, p. 297) como:

Trançado utilitário, que é todo artesanato produzido para suprir as necessidades dos moradores em relação às suas práticas diárias. Ex.: peneiras, pilão, balaios, tipiti (para prensar a mandioca durante o processo de fabricação de farinha), esteiras, samburá (para pesca), vassouras, chapéus, e outros. Já o trançado utilitário decorativo exige as mesmas técnicas de produção do trançado utilitário, porém as peças têm função decorativa e geralmente tem mais utilidade fora da comunidade onde é produzida, como é o caso das luminárias, bolsas, fruteiras, tapetes, galinhas, peixes e outros. Embora as peças não sejam tradicionais a técnica de confecção o é. E o trançado recreativo são as miniaturas dos trançados utilitários e decorativos.

As matérias primas mais utilizadas são os cipós Imbé (*Philodendron imbé*) e Timupeva (*Philodendron crassinervium*), além da Taboa (*Typha domingensis pers*). Essas matérias primas são extraídas dos recursos naturais através de manejos, no qual sua sustentabilidade é comprovada pela abundância dessas espécies e pelos conhecimentos dos (as) artesãos (ãs) sobre o período adequado para corte, considerando a lua, o período reprodutivo das plantas, os revezamentos dos locais de extração, entre outros.

Os saberes e fazeres intrínsecos ao artesanato tradicional, desde o manejo florestal à finalização da peça artesanal, nos ensina valores de respeito à natureza e com o próximo, e surge como uma importante manifestação que está na contramão do desenvolvimento insustentável

proposto pelo capitalismo e pelo excesso de consumo que ele nos inclina. Constitui-se em uma importante ferramenta de identidade cultural capaz de promover a permanência territorial e participação social, além de possuir um potencial pedagógico que pode contribuir com o processo de ensino aprendizagem no contexto da educação escolar.

Ainda que algumas comunidades da região norte de Ubatuba tenham preservado uma parte significativa de suas práticas culturais tradicionais, essas mesmas práticas não estão inseridas nos Projetos Político Pedagógico (PPP) das escolas e em alguns casos são até mesmo desprezadas e desvalorizadas por elas.

“O respeito, então ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. ‘Seu’ mundo em última análise é a primeira e inevitável face do mundo mesmo.” (FREIRE, 1992).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica enfatiza que “para os estudantes quilombolas, indígenas e caiçaras deve ser garantido o direito a se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção, por meio de uma política educacional que valorize o patrimônio cultural local”. (BRASIL. Resolução CNE 08/2012).

Essa prática de invisibilizar certas formas de conhecimento, absorvida no contexto escolar, tem raiz, conforme Santos (2007), num pensamento moderno, o pensamento abissal, sistematizado por distinções visíveis e invisíveis, sendo que, as distinções invisíveis são aquelas consideradas “o outro lado da linha”, tornando-se inexistentes. No campo do conhecimento é dada a ciência moderna o direito exclusivo de distinguir universalmente o verdadeiro e o falso, sendo que, os conhecimentos populares, ou seja, os praticados por pessoas “do outro lado da linha” não possuem sua pertinência reconhecida, por estarem além do universo do verdadeiro e falso. Como contraponto, a ecologia de saberes, reconhece a existência de uma pluralidade de formas de conhecimentos, buscando a

credibilidade para os conhecimentos não científicos, sem que isso implique no não reconhecimento do conhecimento científico, implicando apenas a sua utilização contra hegemônica. A ecologia de saberes deve formular-se dando preferência as formas de conhecimento que garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, execução, controle e aproveitamento da intervenção.

Para Forquin (1993) a educação escolar faz uma seleção no interior da cultura e reelabora os conteúdos da cultura destinados a serem transmitidos as novas gerações. Com isso, ela ensina apenas uma parte extremamente restrita a tudo o que constitui a experiência coletiva, a cultura viva de uma comunidade humana. O que a escola ensina é então uma imagem idealizada da cultura que constitui o objeto de uma aprovação social.

Nos anos de 2016 e 2017 foram realizadas na E.M. Prof. Iberê Ananias Pimentel (escola que atende os(as) estudantes matriculados no Fundamental I do Quilombo da Fazenda e que localize-se na Praia da Picinguaba), vivências de transmissão de saberes ligados ao artesanato tradicional através do projeto Tecendo Saberes, apoiado pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo através do Programa de Ação Cultural. As vivências de transmissão de saberes e fazeres abordaram o aprendizado prático, no qual cada estudante produzia uma peça artesanal em tamanho menor que o comum e o levava para casa afim de se estimular o diálogo em família a respeito daquela peça. As vivências são a forma dos estudantes experimentarem, provarem os conhecimentos da produção artesanal. Mais do que obter informações a respeito desses conhecimentos, através das vivências tem se a oportunidade de sentir, de fazer acontecer, de possibilitar a apropriação a partir da experiência.

Através das vivências de transmissão de saberes no contexto escolar foi possível identificar o potencial pedagógico do artesanato tradicional. Esse potencial está relacionado ao campo afetivo, fortalecendo a identidade cultural dos educandos, sua ancestralidade, trazendo à tona um sentimento de pertencimento com sua comunidade, de valorização de sua

cultura, além da contribuição para a estruturação cognitiva a partir da elevação do sentimento de confiança e segurança em si próprio.

Foi também possível observar o aguçamento de certas habilidades promovidas pela produção artesanal: concentração, atenção, persistência, observação, autoconfiança, socialização, paciência, cooperativismo, percepção visual, determinação, raciocínio lógico, coordenação motora, entre outros.

Ao mesmo tempo, para os mestres e mestras da tradição oral é fundamental para a continuidade dos seus saberes e fazeres terem seus conhecimentos difundidos em uma instituição social, que embora precarizada, tem a sua importância reconhecida pela sociedade, especialmente no extremo norte de Ubatuba, onde praticamente inexistem outros espaços, ditos formais, de socialização de saberes.

Referências

- BRASIL. **Lei nº 9.985** de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Cap. III Art. 7º.
- BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e Comunidades Tradicionais. Artigo 3.
- BRASIL. **Resolução CNE 08/2012**. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/educacao-escolar-quilombola>. Acesso em: 29 ago. 2018.
- FORQUIN, J. Claude. **Escola e Cultura**: a sociologia do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1992.
- OLIVEIRA, T. **Tradições Culturais do Quilombo da Fazenda**: pelas vozes da comunidade, 2008, p. 29.
- PACHECO, L. **Pedagogia Griô**: A reinvenção da Roda da Vida. Grãos de Luz e Griô, Lençóis/BA, 2006.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza:** uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação, 2010, p. 4.

REIS E, ESTEVAN L. **O Artesanato Tradicional:** Tecendo Saberes, Prol Gráfica, 2016.

SANTOS, S. S. **Para além do Pensamento Abissal:** Das linhas globais a uma ecologia de saberes 2007. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF. Acesso em 10 jan.2019.

TAVARES, R. O Folclore do Litoral Norte de São Paulo, 1981.

Trabalho 7

Educação escolar indígena: uma análise da política na Amazônia paraense ¹ (299940)

Jones Nogueira Barros ²

Carmen Pineda Nebot ³

Marcelo Figueira Lobato ⁴

O desenvolvimento da educação escolar indígena no Brasil confunde-se com sua própria história. De tal modo que sua análise e compreender necessariamente precisa considerar a trajetória da historiografia do país. Inicialmente, no período imperial a lógica da educação indígena seria fazer com que o indígena pudesse através da alfabetização se intercomunicar para saber lidar com os problemas criados pela sociedade. Com o período republicano, até a constituição de 1988, o entendimento seria de integrar o indígena a sociedade nacional, de igual para igual. Em cada período histórico a educação é tratada de um jeito e realizada pelos homens que comandaram a política e a sociedade como um todo. Contudo, o que é de

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutorado em Administração. Professor do Programa de Pós-graduação em Administração - PPAD/UNAMA
<http://lattes.cnpq.br/0651589545083115>; ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7246-8938> jonesbarros1@hotmail.com

³ Licenciada em Derecho y Licenciada em Ciencia Política y de la Administración. Investigadora GEGOP.
<http://lattes.cnpq.br/0200014196446151>; ORCID <http://orcid.org/0000-0001-6101-8560>
carmenpinedanebot@hotmail.com

⁴ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Administração - PPAD/UNAMA <http://lattes.cnpq.br/8927823053026797>
marcello.lobato@hotmail.com

fato existe é uma dívida social e histórica para com este povo que sofreu e ainda hoje não tem seus direitos assegurados.

Barbosa (1984) ao revisar as perspectivas a respeito dos antecedentes históricos ressalta que até os anos 1970 do século passado, é notório de forma pragmática que a educação indígena no Brasil fora implementada como forma de socialização e catequese para que pudesse ocorrer a assimilação dos indígenas na sociedade brasileira.

O processo de socialização seria para integrar e civilizar, dentro de um estrato social, sempre com uma condição étnica inferior, a partir da cultura ocidental cristã. Para que tal processo ocorresse alguns órgãos públicos como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e posteriormente com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) objetivaram parcerias com instituições de caráter religioso, com o objetivo claro de um trabalho escolar dentro das aldeias indígenas, porém sem uma preocupação em colocar em prática um projeto de educação indígena específica a população indígena.

Silva (1981) advoga que o Estado, ao tratar da educação indígena jamais se preocupara em desenvolver uma política de educação específica para que fosse sempre voltada para a integração, deixando sempre a desejar, pela ausência de proposta e de fato de uma educação escolar indígena.

Kahn e Franchetto (1994) apontam que nos anos 1980 do século a educação indígena passará por mudanças de formas ambíguas. Para as autoras a ambiguidade se dá pela ausência de políticas que possibilitassem transformar na prática a educação indígena, porém ocorreu no Brasil uma transformação das concepções sobre questão indígena, fortalecida pelos movimentos indigenistas, organizações da sociedade civil de apoio à causa indígena e por pelas universidades que também se mobilizaram, especialmente a partir de centros e cursos de antropologia em defesa de uma política específica para a educação escolar indígena.

A contar da década de 1980 o direito à educação aos povos indígenas no Brasil foi estabelecido na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes da Educação Nacional-LDBEN), resguardando como característica uma educação específica, bilíngue,

intercultural, que atente para as peculiaridades e que possam respeitar e preservar a sua cultura e tradição.

Como órgão principal cabe ao Ministério da Educação (MEC) a competência da política educacional escolar indígena, porém os estados e municípios atuam como entes federados na sua execução.

Mas com a educação indígena, como com outras políticas públicas no Brasil, há problemas para sua implementação. No Estado do Pará as leis foram implementadas após negociação de um Termo de Ajuste de Conduta entre o Governo e o Ministério Público, mas ainda é bastante precarizada nas tribos das principais etnias, há a necessidade da criação de uma legislação estadual específica. Os povos indígenas precisam um modelo de escola indígena, uma grade curricular própria, professores bilíngues e preparados em conhecimento tradicional de os povos, para ensinar a suas crianças com respeito à cultura deles.

A educação deve possibilitar ao indígena preservar seus conhecimentos tradicionais, mas também fazer cursos que garantam as condições de conhecer as regras políticas que regem a sociedade, para que possam se posicionar e ter participação política nas discussões de seus interesses. Já que não há Plano de Educação Indígena sem a participação efetiva dos povos indígenas, a efetivação dos direitos se dá no dia a dia com luta e reivindicação.

Com o objetivo de definir os desafios e iniciar a elaboração do plano de trabalho que vai consolidar as diretrizes da educação escolar indígena no território paraense, no final de janeiro de 2020, a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) iniciou a discussão sobre a definição da Política Educacional Indígena do Estado, em cumprimento ao Decreto nº 93, de 09 de maio de 2019, que regulamenta o Conselho Estadual de Política Indigenista (Consepi/PA). Identificando três eixos fundamentais: Governança, Gestão de Pessoas e Gestão Pedagógica.

A criação do Grupo de Trabalho (GT) representa um avanço na construção de uma política indígena no Pará e a esperança de que as políticas públicas possam, enfim, ser concretizadas. As principais reivindicações das

lideranças indígenas tratam das construções e reformas de escolas nas aldeias, além da contratação de professores e técnicos e concurso público para professores indígenas. Para isso a SEDUC está fazendo um mapeamento das escolas para ver onde serão feitas as reformas necessárias e acompanhar o andamento das obras de construção de novos colégios nas aldeias. Também estuda a contratação de professores e técnicos para dar suporte a essa demanda e garantir a continuidade da educação aos povos indígenas.

O artigo tem como objetivo a análise da educação escolar indígena no Brasil. Especificamente o estudo foca na política pública de educação escolar indígena no Estado do Pará, procura-se compreender como a educação escolar indígena é implementada no Estado, a partir da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, suas diretrizes, desafios e projetos voltados ao atendimento desta população. Para tanto busca-se o exame em marcos legais que possibilitem a compreensão da relação estabelecida entre o Estado Brasileiro e parte de seu povo, na garantia de seus direitos. Tomam-se como referência nesse estudo os principais marcos legais estabelecidos desde o início do século XX. Dentre os documentos examinados no estudo estão: Decreto nº 8.072/1910, Lei nº 5.371/967; Lei 6001/1973; C F 1988; Lei 9394/1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, Resoluções que tratam da questão, dados e evidências da educação escolar indígena na Amazônia Paraense, bem como entrevista com a coordenação estadual de educação escolar indígena.

Referências

BARBOSA, Priscilla F. **Educação e política indigenista**. Em Aberto, Brasília, v.3, n.21, p.1-11, maio/jun. 1984.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

COMITÊ, D. E. E. I. (1994). **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. Cadernos de Educação Básica.

Kahn, M., & Franchetto, B. (1994). **Educação indígena no Brasil**: conquistas e desafios. Em Aberto, 14(63).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

SANTOS, S. K. **Política públicas educacionais no Brasil**: tecendo fios. Anais... UFRGS, 2011.

SILVA, Aracy Lopes da. **A questão da educação indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981. cap.: A filosofia e a pedagogia da educação indígena: um resumo dos debates.

GT 6
(sessão 2 do GT6)

**Etnoeducação e educação escolar diferenciada para Povos
Originários e Comunidades Tradicionais**

*Alceu Zoia*¹

*Ana D'arc Martins de Azevedo*²

*Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira*³

¹ UNEMAT

² UEPA

³ UNEMAT

Trabalho 1

Diversidade cultural dos povos originários do Brasil e proposta do uso de narrativas (lendas e mitos) para o ensino interdisciplinar ¹ (293621)

Luciene Cristina Risso ²

A diversidade cultural brasileira é muito rica, principalmente aquela relacionada aos povos originários somando 305 etnias e 274 línguas distribuídas em 724 terras indígenas. Isso significa que cada uma dessas etnias possui cosmovisões e tradições únicas que devem ser valorizadas no nosso país, porém, infelizmente, ainda pouco conhecidas por parte da população brasileira.

Com o objetivo de visibilizar os povos indígenas, numa vertente descolonial, esse trabalho destaca a importância do uso de narrativas sagradas (lendas e mitos), em sala de aula (ou em outros espaços), atendendo a lei nº 11.645/2008 que estabelece a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, mas que raramente é trabalhada no ensino tradicional e nos livros didáticos. Pretende-se atingir outros objetivos específicos, como conhecer esse importante patrimônio cultural imaterial brasileiro e valorização dos povos indígenas.

Essas histórias sagradas (mitos) ou narrativas sempre foram importantes para as sociedades, não somente porque ajudaram a explicar as origens do universo, do mundo e de nós, como também para “acomodar e

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Profa.Dra.UNESP, campus de Ourinhos. <https://orcid.org/0000-0001-6238-356X> Email: luciene.risso@unesp.br

tranquilizar” o ser humano diante das aflições mundanas. O mito ajudou (e ajuda) crianças, adolescentes e adultos a estar no mundo de modo mais espontâneo dando sentido na vida. Afinal, o ser humano não é apenas um ser racional, pois fantasiamos e imaginamos o mundo.

Dentre os conceitos de mito, foram elegidos autores clássicos como Mircea Eliade (1972) e o autor indígena, Daniel Munduruku que tem vários livros publicados sobre mitologias. Para este último autor, os mitos são histórias sagradas e “nos ajudam a compreender a nossa humanidade e a de outras pessoas” (MUNDURUKU, apud Cunha, 2017). Mircea Eliade (1972, p.9) também considera o mito como uma história sagrada, que sobretudo relata sobre “um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do princípio”.

A utilização dessas histórias sagradas ou narrativas, atualmente na ciência e no ensino, representam os diversos tipos de conhecimento presentes no mundo. Esses conhecimentos são muito importantes para a humanidade, enquanto patrimônio cultural imaterial, enquanto encantamento do mundo e lembremos que, desde crianças, somos incentivados a ouvir histórias, que contribuem para nossa imaginação, fantasias, emoções e afetividades. Como afirma Fontes (2013) os mitos e as lendas são singulares na construção de imaginários, pois Desde crianças essas narrativas fascinam e encantam e são transmitidas de geração em geração.

A metodologia foi baseada em revisão teórica e escolha de três narrativas indígenas para o ensino interdisciplinar em sala de aula, contadas por autores indígenas nativos representantes das culturas terenas, guarani e kaingang, presentes no estado de São Paulo.

O intuito foi proporcionar uma vivência intercultural, via difusão de conhecimentos da cultura e da história indígena, pois como afirma Gardinelli (2010, p. 153 apud Thiél, 2013, p.1176), “Toda criança/jovem goza a plenitude do direito de conhecer os contos, poemas e lendas de seu país”.

Nesta perspectiva, os estudantes podem ter um olhar diferenciado para as culturas dos povos originários. Mais do que isso, a escola, enquanto um espaço diverso, pode lutar por novos saberes emancipatórios e

reconhecimento da diversidade epistemológica revelada por outros povos, antes invisibilizados. Como diz Boaventura Santos (2019, p.19) “As epistemologias do Sul invocam necessariamente ontologias outras (revelando modos de ser diferentes, os dos povos oprimidos e silenciados, povos que têm sido radicalmente excluídos dos modos dominantes de ser e de conhecer)”.

Pensamos por fim, que várias disciplinas escolares, como a Língua Portuguesa, a História, a Geografia e a Arte podem realizar um projeto interdisciplinar, rumo à formação de um aluno intercultural e descolonializado.

Espera-se que a proposta promova a história e cultura indígena, instigando novas visões e empatia para com os povos indígenas, combatendo o racismo estrutural.

Referências

- CUNHA, C. **Escritores indígenas falam da importância da literatura nativa para a educação das crianças**. 2017. Disponível em: <<https://blog.saraiva.com.br/escritores-indigenas-falam-da-importancia-da-literatura-nativa-para-a-educacao-das-criancas/>>. Acesso em 26 Jun. 2020.
- ELIADE, M. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FONTES, V.J.O. **O potencial didático dos mitos e das lendas na educação histórica**. Porto: Faculdade de Letras, 2013.
- GIARDINELLI, M. **Voltar a Ler**: propostas para ser uma nação de leitores. Trad. Víctor Barrionuevo. São Paulo: Ed. Nacional, 2010.
- SANTOS, B. De S. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- THIÉL, J.C. A Literatura dos Povos Indígenas e a Formação do Leitor Multicultural. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1175-1189, out./dez. 2013.

Trabalho 2

Processo de escolarização indígena MêBêngôkre-Kayapó Gorotire ¹ (299778)

Leni Barbosa Feitosa ²

Idemar Vizolli ³

Este texto resulta da pesquisa que trata da educação escolar indígena com objetivo de deslindar o processo de escolarização dos MêBêngôkre Gorotire, comunidade indígena localizada no município de Cumaru do Norte, sul do estado do Pará, à luz da História Oral Temática, com 14 participantes, sendo 9 MêBêngôkre e 5 não indígenas, e análise documental constituída no âmbito municipal e estadual. A pesquisa foi realizada com respeito aos procedimentos institucionais e éticos estabelecidos para a pesquisa científica em territórios e com populações indígenas ⁴. Os MêBêngôkre, mais conhecidos como Kayapó, são indígenas falantes do tronco linguístico Macro-Jê, da família Jê. Habitam territórios ao sul do

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutoranda em Educação na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação Doutorado em Educação na Amazônia (PPGDEA) - Universidade Federal do Tocantins (UFT). Docente permanente da Secretaria Estadual de Educação do Pará e Secretaria Municipal de Redenção-PA. Link do lattes: <http://cnpq.br/0589352756684181>. Link do ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7333-5264>. E-mail de contato: lenifeitosa@uft.edu.br.

³ Doutor em Educação pela Programa de Pós Graduação em Educação-Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente permanente do programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) e Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PPGEA) - Universidade Federal do Tocantins - PPGE e PPGEA. Link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/2358634787077252>. Link do ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7341-7099>. E-mail de contato: idemar@uft.edu.br.

⁴ Parecer de mérito da consultoria *ad hoc* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) n° 01300.011629/2017-10, autorização para ingressar na terra indígena da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) n° 110/AAEP/PRE, parecer consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) n° 2.292.354 e da Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (CONEP) n° 2.451.312.

estado do Pará e ao norte do estado do Mato Grosso (LEA, 2012). Os territórios são representados por uma população de oito mil indígenas Mëbêngôkre (CENSO, 2010). A aldeia Gorotire foi constituída em 1937, quando o grupo indígena se fixou às margens do Rio Fresco, afluente do Rio Xingu, onde permanecem até hoje, possuindo uma população estimada em 980 Mëbêngôkre Gorotire, sendo considerada a maior comunidade indígena, em número de habitantes, da TI Kayapó (FUNAI, 2016). Localiza-se a 70 km do município de Cumaru do Norte-PA, e conta, atualmente com a oferta da educação infantil, ensino fundamental e médio, respectivamente, na Creche Prítikôre e Escola Municipal de Ensino Fundamental Kanhôk, ambas localizadas no território Gorotire. A educação infantil e ensino fundamental são gerenciados pela Secretaria Municipal de Educação, e o ensino médio pela Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC-PA). De acordo com as reminiscências de Kamrôre Kayapó (2017)⁵ a escolarização na aldeia Gorotire inicia em “1973” pela missão, “na sombra [...] onde é o pé de manga é lá que a gente estudava”, fala também corroborada por Mry-re Kayapó (2017)⁶ “dava aula embaixo do pé de manga”, as aulas prosseguiram somente na língua Mëbêngôkre. A missão mencionada é a Missão Cristã Evangélica do Brasil (MICEB). Em 1977, o Summer Institute of Linguistics (SIL) em parceria com Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e MICEB publicou a primeira edição experimental da Cartilha 1, 2 e 3 *Me Banhõ Pi'ôk* (Livro de Apoio Kayapó). Seis anos depois, em 1983, a FUNAI assume para si a responsabilidade da oferta da educação escolar indígena aos Mëbêngôkre Gorotire, fato que suscitou a sistematização do ensino e aprendizagem no ambiente escolar exclusivamente na língua oficial do país, o português. Nesse período também houve a participação gerencial da escola pelos Gorotire, além de madeireiros e garimpeiros que atuavam na região. Em 1986, a FUNAI sistematiza o ensino, e oferta a educação primária, 1ª a 4ª série, hoje fundamental I, 1ª ao

⁵ Entrevista cedida a LBF em 16/08/2017. Autorizado a menção do nome do participante no texto.

⁶ Entrevista cedida a LBF em 16/08/2017. Autorizado a menção do nome do participante no texto.

5ª ano. Somente em 1996, após cinco anos da transposição do gerenciamento da educação escolar indígena aos estados e municípios, a Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC-PA) põe em prática a organização das escolas em territórios indígenas da Amazônia paraense, continuando a oferta do ensino primário exclusivo na língua portuguesa (INGLEZ de SOUZA, p. 258). Em 1999, a SEDUC-PA estabeleceu convênio com a prefeitura de Cumarú do Norte-PA para operacionalizar a educação escolar indígena dos Gorotire. Também, nesse mesmo ano, a SEDUC/PA ofertou a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), 3ª e 4ª etapa, para escolarizar os Mëbêngôkre da região sul paraense no intuito de atuarem como professores das disciplinas a serem complementadas na parte diversificada do currículo escolar indígena. Frente a essa pactuação, em 2010, a gestão municipal contrata os professores Mëbêngôkre, escolarizados pela SEDUC/PA, em Belém, capital do estado, e oferta, na aldeia Gorotire, o ensino bilíngue e currículo diversificado, com a disciplina Língua Materna. Nesse andarilhar, em 2011, amplia as modalidades de ensino e oferta a EJA, 1ª a 4ª etapa, em consonância com a estrutura curricular da rede de ensino municipal. Em 2014, o ensino médio foi implementado na aldeia pela SEDUC-PA, por meio do Projeto Saberes da EJA, estruturada em duas etapas, equivalentes a 1ª e 2ª série e 3ª série do ensino médio, cada uma com duração de oito meses e sistematizada em módulos. Prosseguindo a implementação de modalidade de ensino, em 2015, foi ofertado o Ensino Fundamental II, 6º ao 9º ano. Em 2016, foram entregues aos Gorotire o livro *Mëbêngôkre Kabën mari Kadjy 'ã pi'ôk nê já* (Livro de Alfabetização na língua Mëbêngôkre), resultado do Programa de Complementação da Formação de Professores Kayapó, promovido pela Associação Floresta Protegida (AFP) Mëbêngôkre/Kayapó; ainda nesse mesmo ano, 2016, a primeira turma do Projeto Saberes da EJA da 3ª e 4ª etapa concluiu o ensino médio na aldeia. Em 2017, foram implementados a educação infantil, Creche Prítikôre, e ensino médio regular, Anexo Gorotire – vinculada a Escola Estadual de Ensino Médio João Pinto Pereira, localizada na sede do município de Cumarú do Norte -PA. Lançando um olhar aos 45 anos de

processo de escolarização vivenciados pelos Mëbêngôkre Gorotire constatamos que a escola apresenta em contextos educacionais contemporâneos, todavia com vivências que a alicerçaram por muitos anos numa perspectiva instrutiva integracionista e que a pouco tempo andarilha no vislumbre de concebê-la no âmago da autonomia e reafirmação de sua identidade, sobretudo por meio de ressignificações estabelecidas pelos próprios Gorotire. Foi possível identificar que vários agentes sociais participaram da educação escolar como Missão Cristã Evangélica do Brasil, Summer Institute of Linguistics, Fundação Nacional do Índio, garimpeiros, madeireiros, Ministério da Educação, Associação Floresta Protegida e os próprios Gorotire. Atualmente é operacionalizada técnica, administrativa e pedagogicamente pela Prefeitura de Cumaru do Norte-PA, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Estado de Educação do Pará. A oferta do ensino primário durante 24 anos (1986 a 2010), nos diz que mesmo havendo o rompimento e mudança da perspectiva educacional, instituída pela reafirmação identitária, a escola na aldeia ainda permaneceu coadunada por 22 anos (1988 a 2010) na perspectiva educacional integracionista, promovendo-lhes ensinamentos básicos *apropriadas aos índios* para a compreensão do modo de vida e progressiva integração a sociedade nacional. Neste processo escolar, percebemos que os Mëbêngôkre Gorotire foram se apropriando desse ambiente formativo, sobretudo com a sua participação nas atividades laborais na escola, professor da Língua Materna e Monitor, refletida no crescente número de estudantes, inicialmente com 30 e, no contexto educacional contemporâneo, atendendo entre 500 a 600 Mëbêngôkre. É importante mencionar que a percepção oral da escolarização na aldeia, não foi concebida à luz da plena verdade, mas como uma representação dos sujeitos sobre o processo escolar. Nessa concepção, não pretendemos esgotar este assunto uma vez que a temática abordada até agora foi pouco pesquisada no campo acadêmico, sobretudo ao considerarmos que a escolarização é um processo dinâmico e contínuo.

Referências

INGLEZ DE SOUSA, Cássio Noronha. Aprendendo a viver junto: reflexões sobre a experiência escolar Kayapó -Gorotire. In: SILVA, Lopes da Silva. FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Org.). **Antropologia, História e Educação**: a questão indígena e a escola. 2 ed. São Paulo: Global, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2010. **Censo Demográfico**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 dez. 2016.

LEA, Vanessa. **Riquezas intangíveis de pessoas partíveis**: os Mëbêngôkre (Kayapó) do Brasil Central. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2012.

Fontes Orais

KAYAPÓ, Kamrôre. **Entrevista concedida a L. B. F.** Aldeia Gorotire (PA), 16 ago. 2017.

KAYAPÓ, Mry-re. **Entrevista concedida a L. B. F.** Aldeia Gorotire (PA), 16 ago. 2017.

Trabalho 3

A educação intercultural e as tecnologias digitais: relato de experiência do uso das ferramentas tecnológicas para tecer diálogos virtuais com as sociedades indígenas da Bahia ¹ (301215)

Monique Marambaia Ferreira Fonseca ²

Mirela Silva Ferreira ³

Felipe Oliveira Ventura ⁴

Este trabalho científico relata a experiência da equipe técnica no desenvolvimento das ações metodológicas do Curso de Extensão EDIP - Educação Intercultural e Sociedades Indígenas no Contexto da Pandemia do COVID-19, em EaD: construção de materiais didáticos digitais, que buscou fortalecer as ações extensionistas do Instituto Federal da Bahia, Campus Salvador, com a contribuição na dimensão pedagógica para o enfrentamento dos desafios contemporâneos das Sociedades Indígenas do estado da Bahia, por meio da formulação de materiais didáticos digitais, na perspectiva da educação intercultural para estabelecer diálogos com a diversidade dos saberes tradicionais considerando a crise associada à

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Discente de Educação Técnica em Edificações de Nível Médio na forma Integrada do Instituto Federal da Bahia - IFBA Campus Salvador; Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0375035268272389> e o E-mail: nickfonseca63@gmail.com

³ Graduanda de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal da Bahia - IFBA Campus Salvador; Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460361920633469> e o E-mail: mirelaferreira@gmail.com

⁴ Discente de Educação Técnica em Eletromecânica de Nível Subsequente do Instituto Federal da Bahia - IFBA Campus Vitória da Conquista; Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5357762632026840> e o E-mail: felipeventura19@hotmail.com

COVID-19. Desta forma, para que ocorresse a efetivação desta qualificação e da formação profissional foi constituída uma equipe técnica de estudantes do IFBA e uma equipe multidisciplinar de educadores das áreas de Letras, Pedagogia, Psicologia e uma representante da Coordenação de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação da Bahia. As atividades foram desenvolvidas a partir de Ciclos de Diálogos Interculturais, divididos em cinco módulos (I - Diagnóstico Social e Participativo da Educação Indígena; II - Projeto de Intervenção para Prevenção/Enfrentamento da Pandemia do COVID-19; III - Políticas Públicas de Educação Escolar Indígena; IV - Direitos Humanos e Desigualdade Social e V - Saúde e Saberes Indígenas) iniciadas no mês de Junho de 2020 até Setembro de 2020, com cem professores, professoras e lideranças indígenas abrangendo os Povos Tupinambá, Tuxá, Pataxó, Guarani, Kaimbé, Pipipã de Kambixuru. Essas web-aulas do Curso de Extensão EDIP foram realizadas no formato de transmissão ao vivo, por intermédio da ferramenta tecnológica do StreamYard, para a página do curso no Facebook (Educação Intercultural e Sociedades Indígenas, 2020). E durante estes cinco módulos, ocorreram 16 transmissões ao vivo, que aconteciam às quartas-feiras a partir das 16hrs, dialogando sobre diversas temáticas, como por exemplo, Direitos Humanos, Desigualdade Social, Literatura Indígena, Cura, Memória e a Ancestralidade no Contexto da Pandemia do COVID-19, com convidados que atuam na causa indígena e/ou lideranças notórias no estado do Bahia como por exemplo, Prof^a. Mestre Márcia Kambeba, Prof. Francisco Vanderlei, Prof. Dr. Edson Kayapó, Prof^a. Me. Nádia Tupinambá, Prof. Cacique Ramon Tupinambá, Prof. Dr. Daniel Munduruku, o Aprendiz de Pajé Ubi-raci Pataxó e a Liderança Maura Titiah. Cerca de 12.089 pessoas visualizaram às 16 web-aulas e 34.679 pessoas foram alcançadas, conforme dados extraídos da página no Facebook e ilustrados na tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Temas das Web-aulas, nome dos palestrantes, números de visualizações e o número de pessoas alcançadas.

Temas das Web-aulas	Palestrantes	Número de visualizações	Número de pessoas alcançadas
1. Conhecimentos indígenas e a pandemia	Prof. Taquari Pataxó	112	160
2. Educação e literatura como recurso didático	Prof. Me. Marcia Kambeba	457	873
3. Diagnóstico cultural da educação indígena no enfrentamento da pandemia	Prof. Awoy Pataxó	274	367
4. Projeto de Intervenção Pedagógica para o enfrentamento da pandemia	Ativista indígena e Wayraista Aline Lopes Kayapó	1.200	3.418
5. Educação e a língua indígena na elaboração de material didático	Prof. Dr. Francisco Vanderlei	455	804
6. Educação e Cultura Indígena no Contexto da Pandemia	Prof. Dr. Edson Kayapó	2.800	9.115
7. Políticas Públicas da Educação Escolar Indígena e a Pandemia	Prof. Dr. Gersem Baniwa e Prof. Dr. Jonildo Viana	756	2.447
8. As Legislações e as Diretrizes Curriculares Educacionais Indígenas	Profa. Rosilene Tuxá e Prof. Me. José Carlos Tupinambá. Participação musical: Edivan Fulni-Ô	683	2025
9. Violação de Direitos e Vulnerabilidades dos Povos Indígenas no Contexto da Pandemia do COVID-19	Dra. Samara Pataxó. Participação musical: Amanayara Tupinambá	386	700
10. Re (existências) indígenas em tempos de desigualdade social e falta de direitos humanos - Parcerias solidarias Experiências Pedagógicas das Escolas Indígenas na Pandemia	Profa. Amanayara Tupinambá, Profa. Amanay Tupinambá, Profa. Moema Tupinambá, Profa. Inaia Tupinambá, Profa.	532	1.456
	Poranga Tupinambá, Profa. Cintia Tupinambá, Prof. Maicon R. dos Santos e Profa. Tayra Jurum Tuxá		
11. Direitos Humanos e Desigualdade Social	Dr. Dinaman Tuxá, Kamasary Pataxó. Participação artística: Tohô Pataxó	1.000	2.884
12. Memória e Ancestralidade no Contexto da Pandemia	Profa. Erlisa Pataxó e Profa. Patioba Pataxó	406	737
13. Literatura indígena e Ancestralidade e Autonomia da Cura	Prof. Dr. Daniel Munduruku e o Aprendiz de Pagé Ubraci Pataxo	1.600	5.639
14. Saúde e Saberes Indígenas	Profa. Me. Nádia Tupinambá e o Prof. Cacique Ramon Tupinambá	355	1.154
15. Conflitos e criminalização de Líderes Indígenas em tempo de Pandemia	Prof. Jerry Matalawê, Profa. Cacica Kátia Tupinambá e Dr. Daniel Marques.	658	1.372
16. Saberes Indígenas e as Ervas Medicinais	Liderança indígena Maura Titiah	415	1.528

Fonte: Educação Intercultural e Sociedades Indígenas (Facebook).

Para a transmissão das web-aulas, utilizamos a plataforma StreamYard devido sua praticidade tecnológica e por ser um software livre de custos. Momentos antes do início das web-aula, era enviado para os palestrantes um link que permitia entrar na plataforma anfitriã adotada, para que todos os professores proponentes e palestrantes convidados pudessem dialogar através de uma videoconferência que seria transmitida para a plataforma do Facebook. Os palestrantes e a equipe de coordenação do curso, se organizavam para definir a ordem de apresentação, orientar as falas e então começar a transmissão. Destaca-se então, que as tecnologias digitais

estão sendo utilizadas cada vez mais, em espaços de ensino-aprendizagem além dos considerados formais e presenciais, embora não tenham sido criadas especificamente para serem aplicadas na educação.

Portanto a o acesso da internet, associada a utilização de outras tecnologias, foi essencial no desenvolvimento do Curso de Extensão EDIP, com enfoque na educação Intercultural e nas sociedades Indígenas do estado da Bahia no contexto do EaD, viabilizando a construção de novas propostas educacionais nesse período da pandemia do COVID-19, tanto na comunicação \divulgação como também na prática das atividades remotas. No caso da comunicação e divulgação, foram utilizadas pela equipe técnica, aplicativos para construção personalizada de panfletos virtuais para o Curso EDIP, sendo este panfleto, uma imagem constituída com as informações de data, horário, palestrantes, temas e outras informações referentes as web-aulas, do cronograma planejado, das campanhas solidárias, buscando a melhoria das famílias indígenas em maior vulnerabilidade social, e demais alterações ou comunicados relevantes aos participantes. Por conta do seu formato simples de imagem com os dados importantes e endereço de acesso, os panfletos virtuais foram extremamente importantes, principalmente por facilitar a divulgação no compartilhamento prático dos encontros virtuais sobre as temáticas Indígenas no contexto da pandemia e da Educação Intercultural realizados nas web-aulas, com a união e colaboração de lideranças indígenas. Conforme o desenvolvimento desses panfletos virtuais, a equipe técnica buscou elaborar diferentes modelos de organização das informações, tentando construí-los de forma cada vez mais objetiva, compreensível e interessante para os cursistas e público externo, pela interação nas redes sociais. Observando a dificuldade de vários participantes no acesso à internet estável, os panfletos virtuais foram compartilhados nas diferentes redes sociais (Facebook, Instagram, Youtube, Google Salas e WhatsApp) criadas para o curso, buscando informar aos cursistas, por diferentes canais, o andamento das atividades e os encontros virtuais transmitidos ao vivo, além da

possibilidade de alcançar mais pessoas interessadas nas discussões. Portanto com o uso de diversas plataformas de redes sociais digitais, o Curso de Extensão EDIP permitiu que os cursistas e os não-cursistas interessados na temática, interagirem uns com os outros, para criar, editar e compartilhar novas formas de conteúdo textual ou audiovisual, e para categorizar e recomendar formas já existentes de conteúdo.

A maior vantagem da adoção de múltiplas redes sociais na educação é facilitar uma melhor comunicação. Por exemplo, um cursista pode se conectar outro cursista, palestrante, professor e/ou equipe técnica a qualquer momento via Facebook, Instagram, YouTube e/ou WhatsApp. Eles também podem usar essas plataformas por meio de seu celular, tablet ou computador/notebook, e podem trocar perguntas, fazer chamadas telefônicas ou vídeo chamadas com outros cursistas ou até mesmo, com a equipe do Curso EDIP. Se por acaso, algum estudante apresentou dificuldades na hora de realizar suas atividades, por exemplo, ele tinha a opção de se comunicar com seus colegas, equipe técnica ou professores via Facebook, Instagram, WhatsApp e/ou Google Salas. E reconhecendo a realidade específica dos professores e lideranças indígenas cursistas e o período de maior vulnerabilidade, acentuado pela crise da atual pandemia do COVID-19. Foi necessária a reflexão do uso das tecnologias com flexibilidade e cuidado para a condição do ensino e aprendizagem, respeitando as condições possíveis para as práticas pedagógicas e a melhor interação, a partir desta experiência foi possível reconhecer e vivenciar as possibilidades de diálogos interculturais para a melhoria da educação na construção de novas práticas no contexto da formação de professores Indígenas e na educação escolar indígena, viabilizado pelas tecnologias.

Referências

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E SOCIEDADES INDÍGENAS. Salvador, 05 junho 2020.

Disponível em: www.facebook.com/educacaoindigenaepandemia

LEVY, S. **Os heróis da revolução: como Steve Jobs, Steve Wozniak, Bill Gates, Mark Zuckerberg e outros mudaram para sempre nossas vidas.** Tradução Maria Cristina Sant'Anna, São Paulo: Évora, 2012.

PRETTO, Nelson De Luca. **A Ciência nos livros didáticos.** Salvador: Edufba, 1985.

Trabalho 4

Diálogos entre a educação e os saberes culturais indígenas: limites e possibilidades na formação de professores em EaD no contexto da pandemia, na Bahia¹ (302786)

*Thelma Lima da Cunha Ramos*²

*Samir Perez Mortada*³

*Marilene da Conceição Ferreira*⁴

*Mirela Silva Ferreira*⁵

*Fátima de Araújo Góes Santiago*⁶

Introdução

Historicamente na América Latina o debate da diversidade cultural tem sido marcado pelo tratamento da diferença a partir do preconceito, da discriminação e da negação do outro, sendo representado por relações de

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestre em Educação e Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas/UFAM. Professora/Pesquisadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Salvador. <http://lattes.cnpq.br/692614389589490>. Email: tlcramos.ifba@gmail.com

³ Doutor em Psicologia Social

⁴ Licenciada no Curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena/Universidade do Estado da Bahia. Professora da Coordenação Escolar Indígena da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. <http://lattes.cnpq.br/9788295235287171>. Email: jokanamari@gmail.com

⁵ Graduada de Licenciatura em Geografia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Salvador. <http://lattes.cnpq.br/8460361920633469> Email: mirelaferreira@gmail.com

⁶ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia/UFBA. Professora/Pesquisadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Salvador. <http://lattes.cnpq.br/2497157523226045> Email: fagsantiago012@gmail.com

inferioridade e injustiças sociais das minorias étnicas estando em sua maioria na condição de oprimidos e marginalizados socialmente. Neste sentido, é preciso discutir sobre a importância das diferenças e semelhanças para o reconhecimento do direito à diferença na luta contra a desigualdade social, em meio à crise mundial que ameaça a sobrevivência e a saúde física e mental dos Povos Indígenas e de toda a humanidade. Nesse processo de desigualdades sociais decorrente da crise da pandemia do COVID-19, o grande desafio tem sido a mudança de uma educação “que desenvolva no nosso estudante o gosto pela pesquisa, da constatação, da revisão dos ‘achados’ -- o que implicaria o desenvolvimento da consciência transitivo-crítica” (FREIRE 2011, p. 125). Essa perspectiva de educação freireana é importante para fundamentar a prática pedagógica no percurso da formação de professores indígenas provenientes de realidades diversificadas com experiências de relações de submissão e subalternização em que as práticas desumanizadoras naturalizam as diferenças culturais no contexto social e político. Neste sentido, tendo em vista o diálogo entre diferentes grupos sociais e culturais indígenas é fundamental considerar “a democratização do acesso à Internet como peça-chave para que a população possa ter a possibilidade de organizar-se de modo horizontal” (PRETTO; PINTO 2006, p. 20). A partir desta perspectiva, analisamos neste estudo alguns aspectos da educação popular no pensamento freireano como fundamento para a construção do diálogo entre a prática educativa e os saberes culturais indígenas contextualizados na história, tradição e cultura de cada Povo Indígena. Assim, no intuito de desmistificar a imagem do indígena vivendo somente no passado através dos materiais didáticos veiculados nas salas de aula das escolas brasileiras, buscamos apresentar os resultados dos diálogos nos círculos culturais de debates realizados no curso de extensão “Educação Intercultural e as Sociedades Indígenas no Contexto da Pandemia do Covid-19: construção de materiais didáticos digitais”, financiado pelo Ifba/Salvador-BA. Desta forma, esta proposta teve como objetivo, possibilitar a relação entre a educação e as sociedades indígenas visando a construção de materiais

didáticos digitais para a prevenção/enfrentamento da COVID-19, com estudantes do Instituto Federal da Bahia e comunidades indígenas em situação de vulnerabilidade no Estado da Bahia. E no processo educacional as ações pedagógicas diferenciadas deste curso de extensão foram fundamentais para possibilitar a qualificação do profissional de educação escolar indígena na modalidade EAD, através da mediação de recursos didáticos com uso das tecnologias educacionais e compartilhados em diferentes redes sociais. Segundo Pretto e Pinto (2006) “as tecnologias, a relação homem-máquina também impregnadas de dimensões políticas e sociais, fazem com que o elemento característico mais importante do momento contemporâneo seja a sua não completude” (p.07). Desta forma, o projeto busca diminuir os impactos desta pandemia nas comunidades indígenas envolvidas, assim como evitar o genocídio desses povos, reconhecer os seus direitos sociais promulgados na Constituição de 1988 por meio da educação intercultural e diferenciada contribuindo com a visibilidade do bem viver e a melhoria da saúde indígena articulada a tradição e sabedoria dos anciões respeitando a diversidade pluriétnica e pluriépistêmica das sociedades indígenas local e regional.

Metodologia

A metodologia foi desenvolvida através de Círculos Culturais de Diálogos (FREIRE, 2002), em EAD tendo como público alvo 100 professores indígenas cursistas, além da produção de materiais didáticos digitais construídos coletivamente no contexto das suas comunidades indígenas. O percurso metodológico foi desenvolvido com o uso das tecnologias para as webs aulas a partir de Junho de 2020 até Setembro de 2020, abrangendo diferentes etnias das comunidades indígenas em vulnerabilidade social em sua maioria do estado da Bahia. Foram utilizadas múltiplas plataformas digitais para a comunicação entre os cursistas, palestrantes, os docentes e discentes da equipe do projeto. As plataformas usadas foram o Facebook

com a criação de uma página (@educacaoindigenaepandemia) para transmissão e interação nas web-aulas e divulgação, foi criada uma sala virtual no Google Classroom para a distribuição das atividades e envio dos materiais didáticos digitais produzidos com o protagonismo dos cursistas professores indígenas), Canal do Youtube para compartilhamento das web-aulas gravadas e salvas para consulta posterior, o Instagram onde foram divulgadas as web aulas e informes e o WhatsApp com a criação do grupo com os cursistas o que permitiu a comunicação efetiva entre todos os participantes. As atividades da formação continuada dos professores indígenas, teve como princípio o caráter da Lei 11.645/2008 que trata do ensino da história e cultura indígena na escola e a Lei 9394/96. Para isso, foi realizado o diagnóstico participativo por intermédio de técnicas e ferramentas digitais para construir o diálogo entre os extensionistas do IFBA/SSA e os Povos Indígenas do Estado da Bahia no contexto da Pandemia do COVID-19. Baseado nesse diagnóstico foram realizados cinco Círculos Culturais de Diálogos na perspectiva do diálogo (FREIRE, 2002) com diversos temas relacionados às vivências e adversidades das comunidades indígenas. Os materiais didáticos digitais elaborados pelos cursistas foram: 11 Diagnóstico Social Participativos; 09 Jornais Escolares, 05 Portfólios Digitais e 04 Dicionários Temáticos. Todos foram relacionados as histórias e culturas de cada Povo Indígenas representado no curso, assim como relacionados as suas experiências no contexto da Pandemia.

Resultados e discussão

No processo educacional da formação continuada específica de professores indígenas é desafiador desempenhar uma educação que busque o diálogo entre os saberes escolares e os saberes indígenas com a finalidade de subsidiar a construção coletiva de materiais didáticos digitais. Isso, direciona para uma estratégia de ressignificação do modelo tradicional de educação impulsionando outros modos de educação e atuação do professor/a em sala de aula para uma perspectiva de formação da consciência

crítica e transformadora da realidade em que vive (FREIRE, 2011). Assim, a proposta pedagógica foi fundamentada na metodologia do diálogo em sala de aula para viabilizar uma formação do profissional da educação a partir dos anseios e necessidades do novo contexto histórico em que vivem as comunidades indígenas envolvidas. Diante dos vários desafios enfrentados nas lutas dos professores indígenas para desenvolver o seu trabalho pedagógico no contexto do isolamento social da pandemia, buscamos o reconhecimento e a valorização da história e cultura indígena conforme as diretrizes legais da Constituição Federal de 1988, das legislações 11.645/2008 e a LDB 9394/96. Inicialmente, a fim de contextualizar os aspectos socioculturais dos professores cursistas foi necessário o diagnóstico social participativo do contexto social, político, econômico e cultural das comunidades em que os professores se encontravam, para a realização do material didático digital a partir do reconhecimento de suas condições reais de vida no momento histórico da pandemia. Esse percurso possibilitou a materialização dos dispositivos legais da Resolução n. 05 de 22 de junho de 2012, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena em relação aos princípios da educação dos Povos Indígenas trata da “recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências” (BRASIL 2012, p. 06). Desta forma a elaboração dos materiais didáticos digitais foi de acordo com o contexto sociocultural de cada povo, além de valorizar os princípios da diferença, especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade, conforme preconizada nas legislações, assim como teve como prioridade o protagonismo dos professores indígenas cursistas em articulação com os estudantes e suas comunidades. Foram usadas as tecnologias digitais que oportunizaram maior aproximação e diálogo com os saberes indígenas dos professores cursistas de diversas etnias, sendo a maioria do estado da Bahia e a minoria de São Paulo. A dinâmica da formação continuada foi durante 04 meses, sendo as atividades organizadas por meio das plataformas: Stremyard com transmissão ao vivo para o Facebook. As temáticas abordadas foram mapeadas a partir da relação

dialógica e participativa com a assessoria pedagógica da Secretaria de Educação da Bahia, assim como em diálogo com as necessidades e expectativas dos cursistas em seus contextos culturais. E foram organizadas em Círculos de Diálogos Culturais a partir de cinco módulos em torno do eixo temático “Prevenção/enfrentamento da Pandemia do COVID-19” relacionado a: I - Diagnóstico Social e Participativo da Educação Indígena; II - Projeto de Intervenção para prevenção/enfrentamento da Pandemia do COVID-19; III - Políticas Públicas de Educação Escolar Indígena; IV - Direitos Humanos e Desigualdade Social e V - Saúde e Saberes Indígenas. Nesse processo da formação foi evidenciado a interação com os saberes culturais e tradicionais das comunidades indígenas participantes possibilitando a consolidação do processo de ensino e aprendizagem da educação escolar indígena, em articulação com uma educação que possibilita a tomada de conscientização crítica do sujeito em integração com sua realidade diante dos problemas enfrentados coletivamente (FREIRE, 2011).

Conclusão

Assim, as atividades ocorreram a partir dos Círculos Culturais de diálogos entre a educação e os saberes culturais indígenas em respeito aos preceitos da educação diferenciada e específica de cada Povo Indígena representado por seus professores indígenas cursistas, a fim de suprir as dificuldades existentes no processo de ensino e aprendizagem nas escolas das comunidades indígenas em situação de vulnerabilidade no contexto da pandemia, na região da Bahia. No processo educativo as ações pedagógicas foram baseadas na educação freireana a partir de uma formação humanizada com visão crítica e democrática na construção dos materiais didáticos digitais relacionados às condições de vida de suas comunidades no contexto da pandemia. A formação foi organizada com o uso de plataformas digitais para facilitar o processo desse curso de extensão, e considerando as dificuldades de acesso à internet e equipamentos tecnológicos, foram

desenvolvidas atividades coletivas, visando a inclusão de todos/as participantes. Assim, como reflete Freire “a educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem” (2011, p. 127). Dessa forma, as ações foram desenvolvidas ao longo dessa jornada em busca de possibilitar o fortalecimento da identidade indígena, de suas lutas e resistências por uma educação que valorize sua cultura, sua tradição e seus saberes culturais específicos.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Resolução Nº 5, de 22 de junho de 2012. Brasília, 2012.

CANDAU, Vera Maria. **Diferenças Culturais e Educação**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 14.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARQUES, E. P. S.; TROQUEZ, M. C. C. (Org.) **Educação das Relações Étnico-Raciais**. Curitiba: Appri, 2018

PRETTO, Nelson; PINTO, Cláudio da Costa. Tecnologias e Novas Educações. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11 n. 31 jan./abr. 2006. p. 19-29.

Trabalho 5

Memória, educação indígena e resistência: relato de experiências a partir de um projeto educativo durante a Covid-19 ¹ (297966)

Samir Perez Mortada ²

Mirela Silva Ferreira ³

Thelma Lima da Cunha Ramos ⁴

Este relato de experiência parte de projeto de extensão destinado à produção de material didático para educação indígena, realizado na modalidade EAD, durante o isolamento social (COVID-19). Os cursistas, professores indígenas da Educação Básica, foram autores dos materiais: jornais, vídeos, apresentações, perfazendo uma riqueza de experiências que muitos ensinaram sobre suas culturas. A partir destas produções, pretende-se destacar a força da memória social nas sociedades indígenas e em seus processos educativos. Este trabalho comunica-se com as contribuições de Benjamin sobre memória e narrativa (1994/1936); e com a psicologia social (BOSI, 1994; 2003). Destaca a importância dessa perspectiva sobre o tempo e a memória, tanto para as comunidades tradicionais como para todos nós.

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da BAHIA (IFBA). Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social. E-mail: spmortada@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9808722694863002>.

³ Discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Licencianda em Geografia. E-mail: mirelaferreira@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460361920633469>.

⁴ Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da BAHIA (IFBA). Licenciada em Letras, mestra e doutora em educação. E-mail: tlramos.ifba@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6926143895894901>.

A importância da memória social é há tempos reconhecida nas ciências humanas. Em *Psicologia Social*, merece destaque Bosi (1994; 2003). Seguindo Bergson (1939/2006), a autora afirma que percepção e lembrança são dois atos indissociáveis. Pela memória, o passado não só vem à tona como também ressignifica o tempo atual. A partir de Halbwachs (1968/2006; 1925), por outro lado, Ecléa enfatiza a relação entre memória e contexto social.

Segundo Benjamin (1994/1936), a narrativa é ancorada em uma experiência coletiva. O narrador é um artesão, trabalha as lembranças e as transmite para um ouvinte interessado. Entre ouvinte e narrador é necessário reconhecimento, comunidade.

Benjamin também destaca o caráter revolucionário da narrativa, na medida em que ela tem o potencial de romper com a história oficial, evidenciar lacunas, revelar promessas não realizadas, que estavam no horizonte dos oprimidos (1994/1936; 1994/1940).

As comunidades indígenas têm sido secularmente atacadas. O apagamento da memória fez parte deste etnocídio. Não raro, os indígenas tiveram que negar suas origens para não morrerem (GOMES, 2012). Mas eles nunca deixaram de lutar contra essa barbárie: lutam pela preservação de seus hábitos, sua religião, suas formas de vida e compreensão do mundo. Nas árvores, nas montanhas, nos recursos minerais vistos por nós como commodities, enxergam vida, o tempo, parentes, a si mesmos. (KRENAK, 2019)

Hoje, a luta pela preservação da memória indígena e de suas tradições está no cotidiano das nações, expressa e inexoravelmente ligada às coisas, aos hábitos, às suas tradições. Reconhecem, consoantes a Bosi e Benjamin, o passado com o um campo de lutas. A narrativa dos povos tradicionais se insurge, e se insurgiu neste projeto.

Este trabalho teve como base projeto de extensão cujo objetivo central foi a produção de materiais indígenas para educação intercultural (EDIP, 2020). Deu-se durante o período de pandemia (junho a outubro de

2020), no formato EAD. Foi conduzido por equipe de docentes e estagiários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Contou também com a intensa colaboração de docentes e intelectuais indígenas. Seu foco foram professores indígenas atuantes na educação básica e no Estado da Bahia.

Foi utilizada a plataforma *Google Classroom* para acompanhamento dos discentes. Foram realizadas *lives* semanais com a participação de convidados, que abordaram diferentes temas: educação indígena, saúde, direitos indígenas, território, arte, entre outros. Os eventos foram acompanhados pelo Facebook.

Como tarefa, cabia aos participantes a produção de materiais didáticos para posterior utilização em sala de aula. Houve produção de jornais, pequenos vídeos, entrevistas, depoimentos e apresentações. Para esta comunicação, foram selecionados alguns trechos dessas produções, que denotam a presença do trabalho de memória e das narrativas como elemento central dessas culturas, de suas resistências e de seus processos educativos.

Embora não se trate aqui de uma pesquisa, foi empegada para seleção do material técnica de análise de conteúdo, e pesquisa em meio digital (BARDIM, 2009; FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2012). Os trechos que remetiam diretamente à relação ao passado e à memória foram selecionados e destacados, sempre com o cuidado de não romper ou distorcê-los ao separá-los de seus contextos (BOSI, 2003).

Foram diversas as referências à memória durante o projeto. Neste breve resumo, foram selecionadas apenas duas expressões, recortadas e editadas, que são representativas do conteúdo e da riqueza do material.

Começemos com uma jovem poetiza Tuxá:

Desterro

O sistema tentou apagar da história a trajetória de meu povocursou.

Sem pedir licença, veio com uma tal de usina que embaixo d'água nossa terra deixou.

Tudo que o índio preserva é a terra e meu povo foi arrancado de lá.

*Debaixo d'água, afundaram-se sonhos.
Hoje não se vê ilha da viúva.
Hoje não se ver velha Rodelas.
Sem chão, o índio Tuxá veio a ficar.
Na história fica a memória do desterro que nesses versos escrevo.
Muitas lutas travamos, sofremos a violência desse enredo.
Mas seguimos resistindo: Houve conquistas e muito ainda a se conquistar!*
Itayná Ranny Tuxá, 2020 (EDIP, 2020)

A arte produzida vem integrada ao cotidiano, às práticas sociais e à política. Nesse caso, é nítida a memória enquanto resistência. Segue contribuição de brilhante intelectual indígena, em uma das *lives*. Nos ensina Daniel Mundurucu (2020):

*O tempo indígena é circular, não é linear. É o tempo da natureza. Temos apenas passado e presente. O tempo da memória e o tempo do agora. Precisamos ir ao passado para dar sentido ao nosso existir agora. Esse é o movimento circular indígena.
O velho educa as crianças, estabelecer o equilíbrio, a circularidade em relação ao tempo.
Os ritos são fundamentais, marcam o tempo, conectam passado e presente.*

O trecho de Krenak nos parece sucinto e suficiente para o relato que aqui se propõe, para ilustrar o que aprendemos nesse breve projeto extensionista com nossos companheiros, professores cursistas. As produções resultantes deste projeto nos ensinaram de maneira contundente uma outra relação com o tempo e a temporalidade.

A centralidade do trabalho da memória e de seus poderes de resistência é evidente nas sociedades indígenas, em maior ou menor grau. Essas comunidades sabem o valor do tempo, e sua relação com o espaço e a cultura. Compreendem de longa data o poder da memória, em especial aquela que está nas pessoas. Secularmente oprimidas, sabem bem o sentido temporal do termo genocídio: uma morte que precisa atingir a gênese, a origem, para definitivamente aniquilar seu alvo.

Para além da importância disso para os povos tradicionais, para sua educação e própria existência, a relação com o tempo que aprendemos

aqui sugere a nós fissuras, outras possibilidades, necessárias para um projeto nacional e que suponha um giro decolonial (2008). Ou seja, uma mudança radical de perspectivas, de estruturas, e que impreterivelmente deve supor, na expressão de Benjamin, escovar a história a contrapelo.

O Brasil precisa se reconciliar com seu passado. Reconhecer erros, barbáries... Reconhecer a violência, mas identificar o que é nossa identidade. Reverter a negação que está na narrativa da história única. Redimensionar a história, reconhecer a parcela de indígena e de africano em cada um de nós. Isso deve ser parte integrante de um projeto educativo, para além das comunidades indígenas.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BENJAMIN, Walter. **O narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. V. I. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 [1936]. p. 197-221.

BENJAMIN, W. I Sobre o conceito da história. In: **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. V. I. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 [1940]. p. -222-234.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 3ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1939].

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

EDIP – **Educação Intercultural e Sociedades Indígenas**. Salvador: IFBA, 2020. Produções disponíveis em: <https://www.facebook.com/educacaoindigenaepandemia> . Acesso em: 08/10/2020.

FRAGOSO, S; RECUERO, R; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

GOMES, M. P. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Contexto, 2012.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris, Presses Universitaires de France, 1925.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006/1968.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNDURUKU, D. **Literatura, ancestralidade e autonomia da cura**. Live realizada em 26/08/2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/educacaoindigenaepandemia>. Acesso em: 08/10/2020.

TORRES, N. M. **La descolonización y el giro des-colonial**. *Tabula Rasa*. Bogotá, Colombia, No.9: 61-72, julio-diciembre. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a05.pdf> . Acesso em: 08/10/2020.

Trabalho 6

Estudos em etnodiversidade como programa de pós-graduação: proposta em construção ¹ (302781)

Carla Giovana Souza Rocha ²

Gustavo Goulart Moreira Moura ³

Francilene de Aguiar Parente ⁴

Raquel da Silva Lopes ⁵

Contextualização

A proposta do Programa de Pós-graduação Estudos em Etnodiversidade (PPGETNO) parte do amadurecimento do corpo docente da Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira, cujas experiências contam muito com as aprendizagens de educação diferenciada construídas cooperativamente ao longo de quase duas décadas com camponeses, extrativistas e povos indígenas, tanto na educação básica, quanto na educação superior, na tentativa de enfrentar um dos maiores desafios

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutorado; docente da UFPA/Campus de Altamira/Faculdade de Etnodiversidade; <http://lattes.cnpq.br/6995325935325969>; email: crocha@ufpa.br.

³ Doutorado; docente da UFPA/Campus de Altamira/Faculdade de Etnodiversidade e do Programa de Pós-graduação em Agricultras Amazônica/INEAF/UFPA; <http://lattes.cnpq.br/4226146956798142>; e-mail: gugoreira@alumni.usp.br

⁴ Doutorado; docente da Universidade Federal do Pará (UFPA)/Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC/Campus Universitário de Cametá/UFPA) e da Faculdade de Etnodiversidade/Campus Universitário de Altamira; <http://lattes.cnpq/9404017739145648>. e-mail: faparente@gmail.com

⁵ Doutorado; docente da UFPA/Campus de Altamira/Faculdade de Etnodiversidade; <http://lattes.cnpq.br/8883608553718284>; e-mail: raquelkaramazovi@me.com

apontados pelos movimentos sociais, qual seja a profunda desigualdade de acesso à educação escolar por parte desses contingentes, situação que demonstra e agrava as assimetrias regionais tecidas ao longo de processos históricos de desenvolvimento econômico e social desiguais. Esse trabalho objetiva apresentar a proposta do Programa de Pós-graduação em Estudos em Etnodiversidade, o contexto e as concepções que a sustentam.

A envergadura do desafio educacional na região, aliada à significativa experiência que vem sendo acumulada, impulsionou a UFPA e uma rede de parceiros a propor ações para ampliar as oportunidades de acesso à educação, fundamentalmente, por meio da criação de curso para formar educadores identificados com as raízes e o cotidiano do campo e da floresta, a partir de processos educativos contextualizados, com qualidade social e sintonizados socio culturalmente com a realidade local e a diversidade da região.

Nesse sentido, gostaríamos de apontar duas atuações significativas, e que por vezes se complementam, realizadas no território do Xingu e Transamazônica: a atuação na educação básica e no ensino superior. Desde o final dos anos 90 a início de 2000, a Universidade tem efetivado a demanda social por educação, não somente com o intuito de aprender a ler e a escrever, voltada para a formação cidadã e que refletisse a vida e os interesses das populações no campo, mas também de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*. Destacamos as experiências de formação do PRONERA, e mais recentemente, a Formação de Professores Extrativistas da Terra do Meio/PA (2016-2019), que visou a formação de professores para as escolas das unidades de conservação/Unidades de Conservação (UCs) desse território e teve como público preferencial extrativistas residentes. Paralelamente, a Universidade também estava sendo provocada pelos movimentos étnicos e sociais para, de fato, fazer a inclusão no ensino superior, tendo em vista que a política de seleção

universal não possibilitava o acesso a uma infinidade de povos e comunidades tradicionais enquanto coletivos de direito⁶.

A partir de 2009, a UFPA cria as políticas de ação afirmativa para povos e comunidades tradicionais para a graduação, com a reserva de cotas para indígenas e o curso de Etnodesenvolvimento, efetivados a partir de 2010, e a cota para quilombolas em 2012. Em 2012, em atendimento ao edital de chamada pública da SESU/SETEC/SECADI, para seleção de projetos de instituições públicas de ensino superior no âmbito do PROCAMPO, o Campus de Altamira apresenta a proposta de criação da Licenciatura em Educação do Campo, iniciativa destinada a formação de professores para as séries finais do ensino fundamental e ensino médio, atendendo às especificidades de diferentes contextos socioculturais do território, abrangendo turmas em nove municípios. Os primeiros resultados desta experiência já se fazem notar pela atuação dos mais de cem egressos formados a partir de 2018.

Essas experiências educacionais congregam uma multiplicidade de profissionais/parceiros, que se reconhecem pelo trabalho com povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, especialmente a inclusão pelo ensino, que, na perspectiva desses profissionais, também envolve a pesquisa e a extensão, pois a escolarização desses sujeitos impacta diretamente no seu coletivo de pertencimento, seus modos de vida e perspectiva de futuro.

A constituição e a manutenção das parcerias, institucionais ou não, sempre foi a base da política de atendimento específico e diferenciado, por sermos em número pequeno, mas essencialmente por termos visões de mundo semelhantes e agregarmos nas ações feitas em grupo, como com os professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA), Projeto Novas Cartografias Social da Amazônia (PNCSA), Programa de Pós-

⁶ Anterior às políticas de ações afirmativas, a UFPA ofertou o curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, de 1997 a 2000, que tinha o objetivo de formação de professores e de agentes de desenvolvimento para atuar junto à agricultura familiar, inovando a partir dos estágios de vivências junto às famílias camponesas, a abordagem sistêmica como metodologia de diagnóstico e a pesquisa-desenvolvimento como ferramenta de ação.

Graduação Meio Ambiente e Sociedade (PPGMADE), a cooperação internacional com o El Colégio de Michoacán do México, no tripé que sustenta a política formativa na UFPA: ensino, pesquisa e extensão.

A somatória de todas as parcerias e sujeitos em ação com os povos e comunidades tradicionais permitiu a constituição de saberes e competências de docentes e pesquisadores com vistas à tentativa de responder a mais uma demanda: a criação de um programa de pós-graduação voltado à reflexão e formação de sujeitos que tem por objetivo problematizar as culturas, territorialidades, conhecimentos e saberes socioambientais, em busca de um mundo de respeito à diversidade e seus modos de vida, que garanta direitos e a efetivação das leis de enfrentamento às desigualdades socioculturais, e tenha por fim assegurar a continuidade formativa na região do Xingu/Transamazônica.

O Programa de Pós-Graduação em Estudos em Etnodiversidade

A proposta do PPGETNO (UFPA, 2020) reflete de forma muito clara o desejo amadurecido desse grupo de professores pesquisadores implicados com a temática da diversidade, de ampliar as oportunidades de formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* para o público que atua nos territórios das populações mencionadas e aprofundar estudos sobre as experiências amazônicas fazendo críticas pertinentes aos paradigmas hegemônicos de produção de conhecimentos e buscando mudanças nas condições de sociabilidade no universo acadêmico por meio da formação intercientífica e interdisciplinar em nível de mestrado de intelectuais cosmopolitas.

O processo de formação intercientífica dos intelectuais cosmopolitas, sob a ótica da etnodiversidade, se dará pela ampliação das suas experiências de produção de espaços epistêmicos amazônicos a partir de cinco dimensões ou campos sociais: da *sociobiodiversidade*, concebida a partir dos modos de produção de socioambientes amazônicos levando-se em

consideração a produção de variedades biológicas, decorrentes do engajamento de determinados grupos sociais com o mundo; do *desenvolvimento*, ao tratar-se de diálogos entre diferentes modos de produção com diferentes escalas e atores; do *reconhecimento*, refletindo a partir de vivências ligadas a diálogos entre sistemas de classificação social que embasam tanto discriminação positiva, sob a forma de direitos coletivos e cidadania, quanto negativa, sob a forma de racismo, sexismo, xenofobia, feminicídio, homofobia, etc.; da *comunicação*, ao tratar do diálogo entre diferentes sistemas de comunicação possibilitando a compreensão ou ampliação de sistemas subalternos de comunicação e/ou a apropriação de meios e tecnologias de comunicação modernos como formas de re-existência aos sistemas hegemônicos; da *educação diferenciada*, voltada para as especificidades e diversidade, e que a educação responda às necessidades e anseios dos povos e comunidades tradicionais, reforçando suas identidades, assim como, contribuindo para construção coletiva de processos de re-existência social protagonizados por essas populações.

Por meio da ampliação destas experiências em etnodiversidade, espera-se que os intelectuais cosmopolitas: a) estejam plenamente capazes de atuar em uma zona de contato intercultural junto a povos indígenas, quilombolas, camponeses e toda a diversidade de comunidades tradicionais, mobilizando mundos ao produzir um diálogo intercientífico e interdisciplinar, dentro do marco dos direitos humanos e da natureza; b) expandam o domínio das experiências etnodiversas, se enraízem fortemente nos espaços epistêmicos que representam e desenvolvam uma compreensão crítica e profunda das relações de poder entre os modos de conhecer na cena de uma zona de contato intercultural.

Estas experiências fornecerão as bases epistemológicas a partir do qual se vai operar o diálogo interdisciplinar. Portanto, no curso de mestrado ora apresentado coexistirão dois movimentos interculturais que serão empreendidos para estabelecer conhecimentos pluriversitários, ao encontro do que recomenda Santos e Almeida Filho (2005). Um deles está ligado a pluralidade epistemológica interna (ou diferentes perspectivas)

das ciências ocidentais e propõe estabelecer diálogos campos do conhecimento científico transpondo as barreiras disciplinares e, ao fazê-los, necessariamente estabelece práticas interparadigmáticas. O outro, está ligado a pluralidade epistemológica externa da ciência e requer a construção do diálogo entre diferentes modos de conhecer ou, como preferimos enunciar, diálogo intercientífico. Ambos os movimentos interculturais reconhecem, portanto, pluralidades epistemológicas e apontam para a construção de práticas interepistemológicas.

Inúmeros trabalhos de pesquisa têm demonstrado que diferentes sistemas de conhecimentos concorrem pela possibilidade de se legitimar enquanto um quadro de referências na produção de diferentes espaços epistêmicos (PARENTE, 2016). Isto é, diferentes grupos sociais produzem, com assimetrias de poder, diferentes concepções, informações, verdades e interpretações a respeito de determinados objetos em um espaço de produção de conhecimentos (MOURA, 2017). Cada um destes espaços epistêmicos, ou de produção de conhecimentos, são modalidades de produção de territórios que expressam um pluriverso de configurações socioculturais denotando também, além das externas, rupturas internas em cada um deles, a exemplo da pluralidade interna das ciências.

Assim, maneiras diferentes de conceber o mundo, a vida, o trabalho, a terra, as relações econômicas, a própria ciência, entre outros temas, encontra-se em uma zona de contato pelo lugar de referência na nomeação ou definição de certos objetos e de ordenamento ou produção do “real”. Entre esses diferentes modos de conhecer estão os chamados conhecimentos tradicionais e, em diálogo com estes, os chamados conhecimentos científicos. Os discentes do curso serão desafiados a colocarem em contato esses diferentes modos de conhecer, e estabelecerem um diálogo intercientífico.

A partir dessa concepção epistêmica, o percurso formativo do curso imbricará os denominados territórios de conhecimentos, colocando-os em diálogo nos tempos universidade (módulo das disciplinas e outras atividades curriculares) e território comunidade (vivências nas localidades de

pertença, nas instituições ou entidades envolvidas no projeto de pesquisa do discente). O programa contemplará duas linhas de pesquisas (linha 1- Territórios, etnossaberes e educação diferenciada; Linha 2- Ciências, etno-desenvolvimento e socioambientalismo); sendo ofertadas cinco disciplinas obrigatórias, duas disciplinas optativas caracterizadas como interlinhas, ligadas ao campo da comunicação e diálogo intercultural, além de seis disciplinas optativas dedicadas aos aspectos teórico-metodológicos de cada linha. Os aspectos curriculares e pedagógicos do curso têm assumido o desafio de apresentar um currículo que possibilite contemplar os aprendizados das experiências emergidas do diálogo entre os pesquisadores, com as comunidades e demais atores envolvidos, e as demandas construídas a partir desse processo, constituindo espaços de autoavaliação do programa e de construção da interdisciplinaridade.

Referências

MOURA, Gustavo G.M. **Guerra nos mares do sul**: o papel da oceanografia na destruição de territórios tradicionais de pesca. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2017.

PARENTE, Francilene de Aguiar. 2016. **“Eles são indígenas e nós também”**: pertencas e identidades étnicas entre Xypaia e Kuruaya em Altamira/Pará. 2016. 281 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI**: Para uma Universidade Nova. São Paulo: Cortez, 2005.

UFPA. **Proposta de curso novo de pós-graduação *stricto sensu*- Programa de Pós-graduação em Estudos em Etnodiversidade**. Altamira: Campus de Altamira. 2020.

GT 7

Comunidades tradicionais e o pacto pelo mar

*Lamounier Erthal Villela*¹

*Patrick Maurice Maury*²

*Carlos Alberto Sarmento do Nascimento*³

*Daniel Neto Francisco*⁴

¹ UFRRJ

² PUC-MG

³ UFRRJ

⁴ UFRRJ

Trabalho 1

Uso de recursos naturais com ênfase em gênero na região de Salinópolis – PA ¹ (299974)

*Thaís Mayara da Silva Carvalho*²

*Regina Oliveira da Silva*³

Reservas Extrativistas Marinhas são unidades de conservação de uso sustentável com objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, e trazer melhorias de vida às populações tradicionais que as habitam (MMA, 2020). Populações tradicionais que habitam ecossistemas marinhos utilizam recursos de ambientes como rios, mar e manguezais. Ferreira (2014) destaca que compreender a cultura dessas populações e seus etnoconhecimentos contribui para a conservação.

O conhecimento tradicional tem importância para a manutenção das culturas, saberes e tradições sobre o uso de recursos naturais e as mulheres têm papel na manutenção das tradições. Os conhecimentos partilhados pelas mulheres colaboram para a educação de preservação do conhecimento local, além da conservação dos recursos naturais desenvolvendo uma educação que busca a sustentabilidade. Essa educação possibilita um viés crítico e inovador para transformações sociais (DO ROSÁRIO, 2010).

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas; Bolsista Pibic- Museu Paraense Emílio Goeldi. <http://lattes.cnpq.br/9998063382834648>. E-mail: thaissmcv@gmail.com

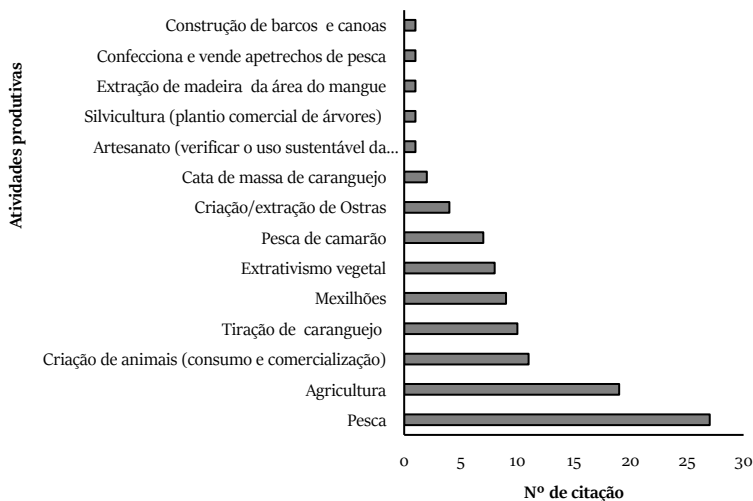
³ Dra. em Desenvolvimento Sustentável; Pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi <http://lattes.cnpq.br/9980901112720599>. E-mail: oliveira@museu-goeldi.br

A região do Salgado Paraense é ocupada por populações tradicionais que mantêm atividades de extrativismo e utilização dos recursos nos ecossistemas marinhos, e nos manguezais. Nessa região as mulheres desempenham atividades extrativistas para sua manutenção e da família, atuando na pesca, na coleta de mariscos, e processando crustáceos para comercialização. A divisão social e sexual do trabalho ainda é presente nessas regiões, por exemplo, ao homem cabe a ir ao mangue, coletar o caranguejo e seus primeiros tratamentos, já a mulher, é responsável pelo beneficiamento da carne e seu preparo para a venda (HIRATA; KERGOAT, 2007). O estudo buscou caracterizar e analisar o uso de recursos naturais por populações tradicionais do Salgado Paraense com foco em gênero.

Este estudo foi realizado no município de Salinópolis localizado na costa paraense (latitude de 00°36'49 sul e longitude 47°21'22 oeste). A estimativa da população em 2018 foi de 40.424 habitantes distribuídos em uma área de 237.050km² (IBGE, 2019). Por se tratar de um município costeiro as atividades econômicas estão concentradas na pesca, no extrativismo de crustáceos e no turismo. A pesquisa foi de cunho qualitativo e trabalhou-se com levantamentos bibliográficos e análise de dados secundários com posse dos documentos de pesquisa de campo realizada pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Os dados analisados são correspondentes às atividades de uso de recursos diferenciados por gênero e obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas na ocasião da elaboração de estudos para a criação da reserva extrativista neste município. Os dados foram tabulados e analisados por meio da estatística descritiva. A análise das informações correspondentes ao uso dos recursos naturais (citação de listagem livre) foi por meio do programa AnthropicFreelists versão Windows.

Em Salinópolis foram visitadas 16 comunidades e 27 pessoas foram entrevistadas sendo 21 homens e 6 mulheres no ano de 2018. As atividades produtivas citadas pelos entrevistados estão ligadas ao extrativismo de recursos naturais como a pesca, a agricultura e a extração de mexilhões (*Mytella*) (Figura 1).

Figura 1: Atividades produtivas citadas nas 16 comunidades visitadas em Salinópolis - PA



A atividade pesqueira ainda é uma das mais marcantes na dinâmica de produção do salgado paraense, mesmo não sendo a única atividade desenvolvida por essas famílias (MARINHO, 2017). Almeida (2012) e Gomes (2013) estudando comunidades localizadas no município de Bragança, no Salgado Paraense descrevem as atividades produtivas semelhantes às citadas pelos entrevistados nas comunidades em Salinópolis.

A trajetória de vida de uma mulher é marcada por padrões impostos socialmente e tais fatores promovem historicamente, muitas vezes, a inexistência e invisibilidade das mulheres em atividades produtivas (CORRALO; GIRELLI, 2015). Os papéis de gênero estão presentes também nas comunidades tradicionais com a designação das tarefas exercidas por homens, mulheres e crianças em relação ao uso dos recursos naturais (OLIVEIRA; ANDERSON, 1999). A divisão social e sexual do trabalho é modulada histórica e socialmente designando ao homem a apropriação de funções voltadas à esfera produtiva e com maior valor social, enquanto as mulheres estão relacionadas à esfera reprodutiva; e aos princípios da separação - demonstra que há trabalhos de homens e mulheres) e

hierárquico - um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Esse padrão parece ocorrer na região, uma vez que atividades produtivas intituladas exclusivamente como femininas se enquadram no princípio da separação. Quando as mulheres estão trabalhando em seu ambiente domiciliar em atividades produtivas como a cata da massa do caranguejo e a criação de animais (Quadro 1).

O princípio hierárquico está expresso na atividade de comercialização do siri (*Callinectes sp*). Esse crustáceo tem baixo valor comercial na região e sua coleta é considerada como uma atividade feminina, de fácil realização. As coletas ocorrem duas vezes por semana, durante a baixa da maré, nas áreas mais altas (croas) que se formam. As marisqueiras (como se denominam na região) relatam que aprenderam o ofício sozinhas ou com os parentes como tias e mães. Afirmaram que é um complemento para "as despesas da casa".

Quadro 1: Divisão sexual do trabalho nas 16 comunidades visitadas em Salinópolis - PA.

Atividade produtiva	Homens	Mulheres	Ambos
Agricultura			X
Cata de massa do caranguejo		X	
Confeccionam e vendem apetrechos de pesca	X		
Constroem barcos ou canoas	X		
Criação de animais		X	
Curralistas	X		
Extração de mexilhões	X		
Extração/criação de ostra			X
Extratativismo vegetal	X		
Pesca	X		
Pesca de camarão			X
Tiração de caranguejo			X

Fonte: dados de campo MPEG.

De acordo com Almeida (2012), as mulheres assumem uma sobrecarga de funções sem o reconhecimento social de sua importância no processo de produção, demonstrando a invisibilidade do seu trabalho. Dessa forma, muitas vezes o trabalho feminino é “gratuito” no sentido de

que elas trabalham na elaboração, confecção e manutenção dos equipamentos, porém, não recebem o conhecimento social necessário pois as atividades exercidas por elas apresentam menor valor comercial, menor monetarização e menor valorização, enquanto trabalho (VIEIRA et al. 2013).

Os conhecimentos acerca do uso dos recursos naturais nessas comunidades são passados para os mais novos desde a infância pela oralidade e com a prática da observação do dia a dia (DIEGUES; ARRUDA 2000). Na análise da listagem livre para os conhecimentos relacionados à flora, a maior frequência de espécies citadas é oriunda do ecossistema de manguezal. As principais espécies citadas pelas mulheres foram “muruci” (*Byrsonima* sp.) e “mangueiro” (*Rhizophora* sp.), já pelos homens “mangueiro” (*Rhizophora* sp) e a “siriúba” (*Avivena* sp.). As mulheres citaram também espécies frutíferas demonstrando conhecimento de mais de um ambiente (manguezal e terra firme) e cuidado com a segurança alimentar e saúde ao citarem espécies medicinais como o barbatimão (*Stryphnodendron* sp) (tabela 1).

Tabela 1- Cinco espécies vegetais mais citadas pelas mulheres e homens entrevistados nas 16 comunidades em Salinópolis - PA

SALINÓPOLIS			
MULHERES		HOMENS	
ESPÉCIME	FREQUÊNCIA (%)	ESPÉCIME	FREQUÊNCIA (%)
Muruci	66,7	Mangueiro	55
Mangueiro	50	Siriúba	50
Siriúba	50	Coqueiro	45
Bacuri	50	Jarana	40
Barbatimão	50	Bacurizeiro	40

Obs: Resultado obtido no programa AnthropacFreelists.

De acordo com Glaser e Oliveira (2005) as comunidades do Salgado Paraense que usam recursos do ecossistema manguezal desenvolvem sua reprodução social (economia, cultura e divisão de trabalho) ligada intimamente à fauna e flora desse ecossistema. As análises os resultados nos

permitted to conclude that the activities exercised by women are related to traditional knowledge and to the domestic and neighborhood of the house as the gardens, the mangrove and beaches. The citations of fruit-bearing and medicinal species characterize also the domesticity of the work of these women.

The use of natural resources of the region studied stands out for the productive activities carried out by its residents, such as fishing, agriculture and collection of mollusks and crustaceans. Women have an essential role in the construction of traditional knowledge because they spend most of their time with the younger ones and with this interaction the non-formal education enters into practice. When questioned about the flora, their answers give importance to the species and medicinal plants. The social division of labor, marked by local gender, with activities exclusively feminine and directly linked to the home environment, accentuates domesticity. For men, activities are extrahome and generate more income, therefore, as more social value, as is the case of fishing.

Referências

- ALMEIDA, M. C. E. de. **O lugar da mulher na apropriação e uso dos recursos naturais e nas atividades produtivas em Caratateua**, Bragança, Pará, Brasil. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental). Universidade Federal do Pará, Bragança, 2012.
- CORRALO, G. da S.; GIRELLI, C. S. A hermenêutica diatópica como forma de diálogo entre nações multiculturais na aplicação dos direitos femininos na pós modernidade. **Revista Justiça do Direito**. Passo Fundo, v. 29, n.3 p. 372-388, set./dez. 2015.
- DIEGUES A.C.E ARRUDA R. S. V. **Os saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP: MMA, 2000.
- DO ROSÁRIO, J. J. CULTURA, EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: **Práticas de vida da mulher trabalhadora da maré**; Espaço Livre, Vol. 5, N. ° 10, jul. /dez. 2010.

FERREIRA, S. D. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. Publicado na revista online CAMPO-TERRITÓRIO: **Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, p. 111-135, 2014.

GLASER, M.; OLIVEIRA, R. S. Direitos e deveres no co-manejo costeiro do Brasil. In: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. (Org.). **Gente, ambiente e pesquisa: Manejo transdisciplinar no manguezal**. Bragança: MADAM/ UFPA/NUMA. p. 351-268. 2005

GOMES, M. L. **Treme: gênero e trabalho em uma comunidade extrativista da região costeiro-estuarina do Pará**. 2013. Dissertação (Mestrado em Biologia ambiental) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2013.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Tradução de Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/salinopolis/panorama>. Acesso em 10 out. 2020

MARINHO, R. S. Pequenas cidades do nordeste do Pará: maritimidades da Amazônia. 2017.

MMA – **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao>. Acesso em 09jul. 2020

OLIVEIRA, R.; ANDERSON, S. E. **Gênero, Conservação e Participação Comunitária: O Caso do Parque Nacional do Jaú**. Série Estudos de Caso, MERGE: Gênero, Participação Comunitária e Manejo dos Recursos Naturais. n° 2, p. 16, 1999. Universidade da Florida.

VIEIRA, N; SIQUEIRA, D.; EVER, M.; GOMES, M. Divisão Sexual do Trabalho e Relações de Gênero em Contexto Estuarino-Costeiro Amazônico Amazôn., **Rev. Antropol.** (Online) 5 (3) especial: 806-835, 2013. Acesso em: 13 out. 2020.

Trabalho 2

Comunidades tradicionais de pescadores artesanais de Coroa Grande e Ilha da Madeira, uma análise sócio-histórica a partir de uma perspectiva etnográfica ¹ (297087)

*Carlos A. Sarmento Nascimento*²

*Márcio Albuquerque Vianna*³

*Lamounier Erthal Villela*⁴

*Joyciene Carolina Fagundes*⁵

*Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima*⁶

Este resumo tem como finalidade apresentar a partir de um panorama etnográfico (ANGROSINO, 2009), algumas das peculiaridades que

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutorando na área de políticas públicas comparadas – PPGCTIA/UFRRJ, Mestre em Desenvolvimento territorial e políticas públicas – PPGDT/UFRRJ, Pesquisador e extensionista do Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial – PEPEDT/UFRRJ, e-mail: casn.sarmento@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5555668864270412> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8893-2010>

³ Professor Adjunto II da UFRRJ e doutor na área de Políticas Públicas Comparadas pelo PPGCTIA/UFRRJ, Pesquisador e extensionista do Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial PEPEDT/UFRRJ, e-mail: albuvianna@uol.com.br, lattes: <http://lattes.cnpq.br/1194444335975667>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6751-7926>

⁴ Professor-doutor do PPGCTIA/PPGDT/UFRRJ e Coordenador do Programa de Educação Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento territorial PEPEDT/UFRRJ, UFRRJ, e-mail: lamounier.erthal@gmail.com, Orcid: <http://orcid.org/000-0002-8506-4454>

⁵ Graduanda em história pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, pesquisadora e bolsista do Programa de Extensão e Tutoria – PET História/UFRRJ, email: joyciencarolina@gmail.com, lattes: <http://lattes.cnpq.br/2412283042084466>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9999-5551>

⁶ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, pesquisador do Programa de Ensino, pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial PEPEDT/UFRRJ, E-mail: nicholasmendes84@gmail.com, lattes: <http://lattes.cnpq.br/5816453668898133>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4677-7312>

ajudam a compor as comunidades de pescadores artesanais das localidades de Coroa Grande e Ilha da Madeira, localizados no Território Identitário de Itaguaí - TIdI⁷, coletivos situados entre a Baía de Sepetiba e as Serras do Matoso e do Piloto – Rio de Janeiro – BRASIL. Estas comunidades têm suas práticas relacionadas diretamente às “relações de parentesco e compadrio e são baseadas em relações de trocas e solidariedade entre famílias, grupos locais e comunidades” (MPMG, 2012, p. 13 e 14), prestações que atuam em consonância com instâncias valorizadoras de aspectos ímpares ao local, como: etnia, gênero, religiosidade, idade, ancestralidade, orientação sexual, atividades laborais, entre outros. Em constante dinâmica de transformação, tendo o direito expresso por meio do exercício de sua cidadania e promoção da valorização destas comunidades.

Especificamente as comunidades tradicionais de pescadores artesanais têm suas diretrizes definidas a partir da lei nacional nº 11.959 de 20 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, que determina em seu art. 1º a importância do desenvolvimento de uma pesca sustentável que forneça alimentação, emprego, renda e lazer de forma harmoniosa, onde se busque a preservação e conservação do meio ambiente e conservação da biodiversidade local, ecossistemas aquáticos, desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma análise documental, bibliográfica e de observação participante (MINAYO, 2010), entre os anos de 2015 a 2020, *in loco* nas localidades descritas na introdução, referenciados a partir dos conceitos da etnografia (CANANÉA, 2013), compreendida enquanto “arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções e suas crenças”

⁷ O Território Identitário de Itaguaí é o somatório de sete subterritórios rurais, quem engloba em suas dimensões quase que a totalidade do município de Itaguaí, sudoeste do município de Seropédica, estreita faixa a noroeste do município de Pirai e um pequeno trecho a leste do município de Mangaratiba. Municípios integrantes do Colegiado territorial da Baía da Ilha Grande – Rio de Janeiro – Brasil.

(ANGROSINO, 2009, p. 30). Logo, este resumo busca apresentar a realidade do outro de forma a procurar compreender como a “cultura popular deve ser pensada como cultura, como conhecimento acumulado, sistematizado, interpretativo e explicativo e não como cultura barbarizada” (MARTINS, 1989, p.111), e que por consequência constroem suas territorialidades e promovem a sobrevivência de suas historicidades de maneira endógena.

Nas áreas costeiras de Coroa Grande, se localizam as comunidades de pescadores artesanais, bem como a Associação Livre de Maricultores de Coroa Grande – AMACOR (aproximadamente 480 membros associados) e a Associação de Maricultores da Costa Verde – AMCOVERI (aproximadamente 38 membros associados)⁸. Estes atores desenvolvem suas atividades de pesca ao longo de toda a Baía de Sepetiba próximo às ilhas de Jaguanum, Guaíba, Ilha dos Martins, áreas no entorno do Porto de Itaguaí, costa de Muriqui e restinga da Marambaia.⁹ Enquanto as atividades de maricultura atuam prioritariamente na ponta dos Bois, Ilha dos Martins e ilha das Ostras, devido aos costões de pedra o que facilita a aproximações das embarcações. (INEA, 2011). Os pescadores artesanais locais apresentam, como principais meios de venda e distribuição, o comércio direto para o consumidor (principalmente nos píeres de Coroa Grande e Vila Geny), para restaurantes, peixarias, feiras da região e atravessadores. Atuando comumente nas atividades pesqueiras de terça a sexta, enquanto os fins de semana são divididos com atividades diversas relativas ao turismo (quando ocorre demanda¹⁰), guardando as segundas para o descanso. (ECOLOGY, 2008).

Localizada na região ao norte da Baía de Sepetiba, conhecida comumente como Ilha da Madeira, é, segundo a lei municipal de Itaguaí, nº

⁸ Em ambas as associações constam em seus quadros profissionais tanto pescadores artesanais como maricultores, visto que o mesmo profissional por muitas vezes exerce as duas funções.

⁹ Muriqui e restinga da Marambaia são localidades pertencentes ao município de Mangaratiba - RJ

¹⁰ Atividades locais relativas ao turismo como: Garçons, entregadores de bebidas, barqueiros particulares, cozinheiros, comerciantes, etc.

3.204 de 23 de dezembro de 2013, a junção espacial dos bairros de Brisamar e Ilha da Madeira (homônimo). Atualmente, a Ilha da Madeira observa a expansão no interior de seu espaço territorial, um complexo de megapreendimentos do segmento portuário, estabelecidos a partir do plano diretor de Itaguaí (2008) e pelo mapa de zoneamento municipal (2016), deliberando toda extensão noroeste-leste-sudeste-sul como Zona Industrial Portuária – ZIP, margeando a Baía de Sepetiba em sua costa sul, enquanto as extensões norte-noroeste, bem como a sul-sudoeste¹¹ são instituídas como Zona de Proteção de Áreas Verdes – ZPAV.

A formação da Ilha da Madeira, enquanto localidade de pesca artesanal, tem suas origens na relação, por muitas vezes, violenta, entre os indígenas que habitavam a região, (reais proprietários da terra) e a de família de José Pereira, que segundo determinação da coroa portuguesa era (á época) o arrendatário das terras, recebendo inclusive denominação (Ilha da Madeira), em homenagem ao local (de Portugal), de origem da família que detinha a posse do terreno. (ITAGUAÍ, 2010). Atualmente a Ilha da Madeira conta com aproximadamente 3.000 mil moradores, habitando 700 imóveis (INEA, 2011), sendo aproximadamente 900 desse total, pessoas que vivem direta ou indiretamente da atividade pesqueira (NASCIMENTO, ALMEIDA, CABRAL, 2015), que vêm disputando de forma desigual à utilização do espaço, com o complexo do Porto de Itaguaí, que engloba além do próprio Porto de Itaguaí outras empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, Porto Sudeste S/A, Estaleiros PROSUB – Marinha do Brasil, Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas – UFEM da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A, etc, gerando uma série de impactos socioambientais significativos ao local, além de uma alteração irreversível dos aspectos geobiosfísicos da paisagem e um processo de genetrificação da comunidade originária local.

Neste território, consta Associação de pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira – APLIM, que conta em seus quadros com mais de 270

¹¹ Sendo este terreno onde localiza-se parte da área destinada a zona portuária de Itaguaí.

membros, e também a Associação de pescadores artesanais da Ilha da Madeira – APAIM, que tem em seus quadros aproximadamente 100 membros, sendo esta última de participação exclusiva para pescadores artesanais. Com relação as atividades laborais desempenhadas pelas comunidades pesqueiras da Ilha da Madeira, elas apresentam características similares, com o exercício do trabalho da pesca durante a semana (terça á sexta), principalmente no período noturno (madrugada) e vespertino, enquanto os fins de semana são dedicados à atividade de transporte marítimo de turistas para ilhas da Baía de Sepetiba e entorno (Principalmente entre os meses de dezembro á março) (INEA, 2011).

As localidades pesqueiras de Coroa Grande e Ilha da Madeira sofrem comumente com as pressões externas, mercadológicas e econômicas que assolam toda a região, logo, o que diferencia ambas é somente a localização geográfica desses empreendimentos (que se estabelecem inseridos dentro da região da Ilha da Madeira), entretanto os impactos socioambientais são sentidos em toda a Baía de Sepetiba e inclusive em mar aberto. É perceptível o abandono por parte da instância e órgãos públicos da região que em muitos dos casos, atuam de maneira conivente com o grande capital que assola a região, onde cotidianamente as comunidades locais padecem de uma série de pressões psicológicas, bem como violências físicas e emocionais contra os pescadores artesanais locais, ampliado por uma ausência do estado, considerado pela população como o grande vilão, resultado do desamparo social e a não eficiência na fiscalização e punição de crimes ambientais realizados por estes megaempreendimentos, ações nocivas concretizadas, segundo os moradores locais, pela própria Marinha do Brasil.

Apesar das adversidades e pressões mercadológicas (LISBOA, 2009) que o território sofre, nota-se uma articulação entre os moradores, principalmente na comunidade de Ilha da Madeira, que se mantem ativos em instancias de gestão e controle social de forma a questionar os impactos causados pelos megaempreendimentos e pela passividade/consentimento

do estado. Tendo como fim a busca de uma representatividade legal e consequentemente uma proposta de reterritorialização dialógica (NASCIMENTO, IKEDA, MELO; 2020), de espaços em processo de desterritorialização, gentrificação, e degradação ambiental.

Compreende-se que a utilização conjunta das instâncias de gestão e controle social, possa (quicá) a médio/longo prazo se estabelecer enquanto pratica efetiva capaz de criar alternativas factíveis com a finalidade de promover a permanência destas comunidades tradicionais em seus locais de origem, de maneira que se possa dar prosseguimento a transmissão de suas tradicionalidade socioculturais e econômicas para gerações futuras.

Referências

- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre / RS: Editora Artmed, 2009.
- CANANÉA, F. A. **Sentidos de leitura**: sociedade e educação. João Pessoa/PR, Imprell, 2013, p. 57-68.
- ECOLOGY BRASIL. **Estudo de Impacto ambiental do Porto Sudeste** – LLX. Rio de Janeiro / RJ, eology and environment do Brasil (ref. 2331-00-EIA-RL), 2008.
- INTÍTULO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da ampliação do Porto Sudeste para movimentação de granéis sólidos para 100 mtpa**. (ref. 0129921), 2011.
- ITAGUAÍ. Secretaria municipal de educação e cultura. **Coletâneas de nossas memórias** - Itaguaí, a cidade do porto. Itaguaí / RJ, 1º edição. 2010.
- LISBOA, Marijane. **Ética e cidadania planetária na era tecnológica**: O caso da proibição da Basílica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1ª Ed. 2009.
- MARTINS, José. **Dilemas das Classes subalternas na idade da razão**. In: Caminhada no chão da noite. HUCITEC, São Paulo / SP, 1989.

MINAYO, M. C. S. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.).

Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MPMG. **Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) - Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Belo Horizonte / MG, 2012.

NASCIMENTO, C.A.S; ALMEIDA, D. M; CABRAL, L. **Ilha da Madeira - Itaguaí (RJ-Brasil), Um arquipélago em disputa:** os megaempreendimentos, Atores Locais e o APL pesqueiro da região. In: XV Encuentro de geógrafos da América Latina, Havana - Cuba, 2015.

NASCIMENTO, Carlos A. Sarmento; IKEDA Jr, Riyuzo Ikeda; MELO, **Reterritorialização Dialógica,** Um caminho. Editora Appris. 2020

Trabalho 3

Redes entre comunidades tradicionais e instituições de extensão na Baía da Ilha Grande/RJ ¹ (298155)

Patrick Maurice Maury ²

Lamounier Erthal Villela ³

Diná Andrade Lima Ramos ⁴

Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima ⁵

Introdução

Desde o início da colonização, as relações entre saberes tradicionais e hegemônicos têm estruturado o campo de poder, ainda que a Constituição Brasileira de 1988 tenha ampliado os mecanismos de participação social que instituíram novos mecanismos de coleta de saberes e sua difusão. Assim, novas disciplinas universitárias, como a Gestão Social, passaram a incorporar o pensamento de populações originárias. O objetivo deste capítulo é analisar como as redes entre comunidades tradicionais e instituições de extensão na Baía da Ilha Grande/RJ estão contribuindo para a emergência de padrões de organização, com potencial de ampliação do protagonismo social. Mais especificamente, propõe-se a discussão do caráter minoritário das comunidades tradicionais e o desafio colocado pela

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Pós-doutorando PPGTIA/UFRRJ, <http://lattes.cnpq.br/9864566437453305>. patrick.maury@uol.com.br

³ Professor do ICISA/PPGTIA/PPGDT/UFRRJ. <http://lattes.cnpq.br/0265624345647321>. lamounier.erthal@gmail.com

⁴ Professora do DECEX/ITR/UFRRJ. <http://lattes.cnpq.br/2973656775835876>. dinalimaramos@hotmail.com

⁵ Graduando /UFRRJ. <http://lattes.cnpq.br/5816453668898133>. nicholasmendes84@gmail.com

“desproporção das forças entre os atores envolvidos no conflito é descomunal”, como descrito num relato de extensão universitária em território de mineração: “Violências de Mercado e de Estado” (DIAS; OLIVEIRA, 2018, p. 227). Supõe-se, no artigo, que ainda permanece uma percepção dominante e generalizada da “fragilidade” das populações tradicionais, enquanto cresce a apropriação de suas formas de organização social, valores culturais e conhecimentos.

Desde o conflito entre o Marquês de Pombal e os jesuítas, se observa como o campo do poder se organiza e reorganiza para extrair riquezas de um território, enquanto permanece a expansão do modelo colonial ou colonialidade⁶ (QUIJANO, 2002). Outras duas rupturas simbólicas aconteceram: a abertura dos portos às “nações amigas”, em 1808 em agradecimento à Inglaterra, que tornou possível a fuga da corte para o Brasil. Passou então a vingar uma nova forma de colonialidade: o colonizador colonizado pela nação amiga (SANTOS, 2003). A segunda, no pós segunda guerra mundial quando, os EEUU assumindo a posição hegemônica no lugar da Inglaterra, surgiram no Brasil, com apoio da Fundação Rockefeller, a Extensão Rural (1949) e, duas décadas depois (1972), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A diversificação da extensão começou a ocorrer a partir de outros marcos de políticas nacionais⁷. Além dessas políticas, outros mecanismos estruturam os territórios a partir de três institutos fundiários diferentes: Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Organizações Quilombolas, vinculados a diferentes ministérios brasileiros, respectivamente: Meio Ambiente, Justiça e Cultura.

A população da BIG é de aproximadamente 530.000 pessoas, com um IDH médio de 0,713. O Território BIG abriga sete Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs), totalizando 500 unidades familiares; a

⁶ O autor peruano, Aníbal Quijano, nascido e criado nas lutas camponesas, promoveu essa expressão para designar a negação do outro, que constitui a base da relação social entre colonizador e colonizado.

⁷ **Constituição Nacional** de 1988, que criou o **Sistema Único de Saúde - SUS**; a Lei nº 9433/1997, que instituiu a **Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH**; a **Política Nacional de Assistência Social- PNAS** (BRASIL/MDS, 2005); e a Lei nº 11.326/2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**.

população indígena, cerca de 600 integrantes, majoritariamente de origem Guarani; as comunidades caiçaras surgiram da mescla de populações indígenas, negras e portuguesas que formam três comunidades principais. Esses povos tiveram seus territórios intensamente explorados pela especulação imobiliária desde a década de 1950, quando as primeiras estradas foram abertas na região.

A rede de relações entre comunidades tradicionais e instituições de extensão na Baía da Ilha Grande/RJ se organiza, principalmente, a partir das políticas de saúde, com apoio da FIOCRUZ; de gestão de recursos hídricos, com atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs Guandu e BIG); da política agrária, a partir do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PEPEDT/UFRRJ); e de um movimento social organizado nacionalmente: o Movimento dos Sem Terra (MST).

Metodologia

Após imersão no campo de pesquisa e com o uso do método quali-quantitativo, auxiliado pelo aplicativo Mactor (Godet e Durance 2011), faz-se uma análise relacional, a partir de Pierre Bourdieu (2002), da Gestão Social, de Cançado, Pereira e Tenório (2013) e, da Prospectiva estratégica territorial, de Godet e Durance (2011), baseada nas propriedades da multiplicação matricial booleana (Boole [1854], 2009).

Análise

A “modernidade”, que caracteriza a continuidade da vinculação do Brasil aos modelos e interesses exógenos (colonialidade), resulta, atualmente, no litoral Sul do Estado do Rio de Janeiro, onde está incluída a BIG, na construção de um modelo de desenvolvimento territorial, assentado num vasto sistema de portos, áreas retroportuárias, ferrovias e megaempreendimentos. Neste contexto, as relações entre as instituições de

extensão podem ser sistematizadas como um processo matricial (Figura 1).

Figura 1: Matriz de atuação de Instituições de Extensão em Comunidades tradicionais

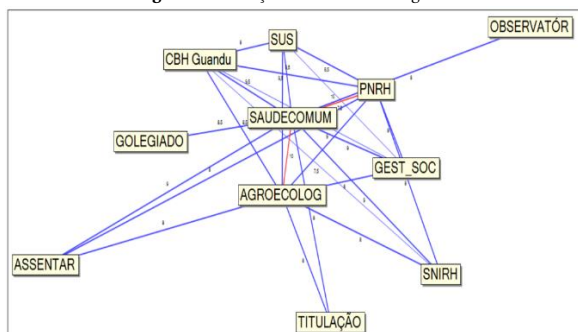
Campos/Agentes	FIOCRUZ	CBH	UFRRJ	MST
Organização política	SUS	PNRH	Agroecologia	Titulação
DTS-Desenvolvimento Territorial Sustentável	Saúde Comum (SaudeComum)	CBH	PEPEDT	Assentamento
DCT-Desenvolvimento Científico Tecnológico	Observatório (Observatór)	SNIRH	Gestão Social (Gest_Soc)	Escola MST
Cidadania Deliberativa	Fórum	X	Colegiado	Coletivo

Fonte: elaborado pelos autores.

A figura 2 apresenta as dinâmicas de rede e de relações entre variáveis, e resulta da soma das influências dos agentes. Nesta figura observa-se que a maior capacidade de articulação é a variável Saúde Comunitária (SAUDECOMUM).

Entre as instâncias de participação social institucional - Observatório, Colegiado, Coletivos e CBH -, o último aparece com maior capacidade de articulação, provavelmente por ter caráter deliberativo e normativo. Comparando as referências das entidades de extensão, a UFRRJ possui a maior capacidade de articulação em decorrência de suas especializações em Agroecologia e Gestão Social, com forte aplicabilidade no território analisado.

Figura 2: Formação de rede entre os agentes

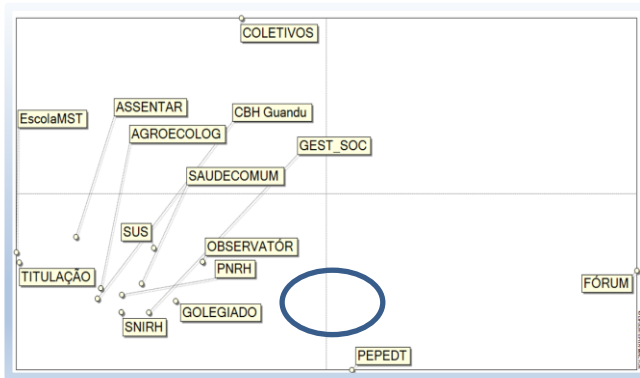


Fonte: os autores, utilizando o aplicativo Mactor.

Em seguida vem o CBH, que disponibiliza, a partir do SNIRH (Sistema Nacional de Recursos Hídricos), uma detalhada base de dados cartográficos sobre a integralidade do território. O MST, por sua vez, aparece como organização muito autônoma com o *habitus* COLETIVOS e articulada com as outras organizações de extensão do território, em particular por meio da política pública de titulação e, principalmente, de assentamentos, variável ASSENTAR.

A Figura 3 mostra⁸ o grau de proximidade entre as quatro instituições. Observa-se a convergência das instituições em relações às variáveis e permite indicar o escopo de interesses comuns (destacados pelo círculo na figura) e, portanto, probabilidades de cooperação. Nela, é possível identificar uma pauta de coordenação e cooperação das quatro instituições que abrangem duas variáveis de governança política: Gestão de Recursos Hídricos e Agroecologia; duas variáveis de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS): Saúde Comunitária e CBH; duas variáveis de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DCT): Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH-Hidroweb) e Gestão Social; e um mecanismo de Cidadania deliberativa: o Colegiado BIG. O MST, que não tem nenhuma das suas variáveis no foco inicial, tende a ter participação fundamental por ser referência nacional na política de Agroecologia, inclusive nos mecanismos de cadastramento dos produtores para apoio ao beneficiamento em agroindústrias familiares e à comercialização.

⁸ Para evitar erros de interpretação, importa sinalizar que as posições que precisam ser levadas em conta são dos pontos, não dos nomes das variáveis. Por exemplo, o ponto da EscolaMST está junto de TITULAÇÃO e próximo de ASSENTAR.

Figura 3: Convergência de interesse para estabelecer uma pauta comum

Fonte: os autores, utilizando o aplicativo Mactor.

Resultados

É possível, utilizando apenas as abordagens demográfica e ambiental, vislumbrar perspectivas que coloquem em questão o preconceito de fragilidade das populações tradicionais. Primeiramente, terras indígenas e comunidades quilombolas são áreas de memória não apenas para centenas de famílias que ali vivem, mas para dezenas de milhares de descendentes e mestiços de populações originárias, escravizadas, de origem africana, além de brancos pobres que constituem a maioria das populações rurais e urbanas no Brasil, como mostram os censos demográficos do IBGE.

A recuperação das áreas degradadas e a conservação das margens dos mananciais hídricos são atividades que correspondem melhor às características da agricultura familiar e que ainda representam mais de 80% das unidades produtivas rurais. Esses dados correspondem às variáveis-chave da visão de futuro do Colegiado BIG que apontam para a influência crescente e autônoma da convergência de pautas das organizações sociais e ambientalistas na dinâmica territorial.

Diversos mecanismos já constituem referências consolidadas da perspectiva de convergência das questões sociais e ambientais suscetíveis de sustentar um amplo pacto social a partir das perspectivas e ontologias

das Comunidades Tradicionais, entre estas: a a base de dados sobre recursos hídricos - SNIRH-Hidroweb, o Cadastro Ambiental Rural – CAR (Lei nº 12.651/2012), o Programa Produtor de Água, da ANA, envolvendo Pagamentos por Serviços Ambientais, os Indicadores de Sustentabilidade Agroambiental - ISA. (FERREIRA *et al.*, 2012) e, o modelo de observatório, adotado para pesquisa da Fiocruz e que envolve populações tradicionais situadas, em parte, no Território BIG (Gallo e Nascimento, 2019).

Estes mecanismos encontram fundamentação nas Ciências Sociais, principalmente na Antropologia onde são descritos e analisados processos como a Dádiva (MAUSS, [1925], 2008) referência científica para a economia solidária e o pensamento aborígine australiano Glowczewski (2015), análogo aos modelos de inteligência artificial (Tetracubo), acessado com naturalidade pelas populações tradicionais brasileiras, indígenas e quilombolas. Dessa maneira, fica esboçada a perspectiva da emergência de um novo padrão de economia, que agregue a gestão social, em elaboração em novos campos acadêmicos. Nesse processo, é restabelecida a continuidade entre conhecimento universitário e saberes tradicionais.

Referências

- BOURDIEU, P. **Campo de Poder, campo intelectual**: itinerário de um conceito. Buenos Aires: Editorial Montessor, 2002.
- CANÇADO, A.; PEREIRA, J.; TENÓRIO, F. **Gestão Social, epistemologia de um paradigma**. Curitiba, PR: CRV, 2013.
- DIAS, A.; OLIVEIRA, L. **Violências de Mercado e de Estado, no contexto do Empreendimento Minerário Minas-Rio, Conceição do Mato Dentro – MG 2015 a 2017**. Belo Horizonte, MG: Scienza, 2018.
- FERREIRA, J. M. L. *et al.* Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 21, n. 271, p. 12-25, nov./dez. 2012.

GALLO, E.; NASCIMENTO, V. (Orgs.). **O Território Pulsa**. Territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados. Paraty, RJ: Fiocruz, 2019.

GLOWCZWESKI, B. **Devires Totêmicos, cosmopolítica do sonho**. Tradução: Jamille Pinheiro e Abraão de Oliveira Santos. São Paulo, SP: n-1 edições, 2015.

GODET, M.; DURANCE, P. **A Prospectiva Estratégica**. Para as Empresas e os Territórios. Brasília, DF: Dunod-Unesco, 2011.

MAURY, P.; RAMOS, D.; VILLELA L.; MACEDO, L. **Gestão social por colegiado e Extensão universitária: Imaginar futuros para o território da Baía da Ilha Grande (RJ)**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 9., 2020, Maceió, AL. **Anais** [...]. Maceió, AL: ENAPEGS, 2020.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva**. Coimbra, PT: Edições 70, [1925], 2008.

QUIJANO, A. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. **Novos Rumos**, ano 17, n. 37, p. 4-28, 2002. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NORo237/NORo237_02.PDFAcesso em: 25/08/2020.

SANTOS, B. de S. Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e interidentidade. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 66, p. 23-52, jul. 2003. Disponível em <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/100/20080627-entre-prospero-e-caliban.pdf>Acesso em: 25/08/2020.

Trabalho 4

Controle social em forma de resistência: uma caracterização das Comunidades Quilombolas do Território da Baía da Ilha Grande/RJ, Brasil ¹ (299675)

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo ²

Daniel Neto Francisco ³

Diná Andrade Lima Ramos ⁴

Lamounier Erthal Villela ⁵

Introdução

O presente artigo visa caracterizar as vias institucionais, promovidas pelas comunidades tradicionais, no âmbito do Território da Baía da Ilha

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

²Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pesquisadora do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT/UFRRJ). Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular (CASTE), BR-465, Km 7 - UFRRJ, Seropédica - RJ, Brasil.Email: lluferraz@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2936893561013851>

³Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pesquisador do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT/UFRRJ). Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular (CASTE), BR-465, Km 7 - UFRRJ, Seropédica - RJ, Brasil.Email: dnetofrancisco@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8201364422268688>

⁴Economista, Professora permanente do DCEEEx/ITR/UFRRJ, Doutora em Políticas Públicas para o meio rural, Mestre em Demografia, Pesquisadora do PEPDT e Coordenadora do LCIDS//UFRRJ,e-mail:dinalimaramos@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2973656775835876>.

⁵Professor do PPGCTIA/PPGDT/UFRRJ e Coordenador do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial PEPEDT/UFRRJ, Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ, Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular (CASTE), BR-465, Km 7 - UFRRJ, Seropédica, RJ - CEP: 23897-000,e-mail: lamounier.ertal@gmail.com. Currículo Lattes:<http://lattes.cnpq.br/0265624345647321>

Grande (BIG), tendo como recorte analítico o Quilombo da Marambaia (Mangaratiba-RJ). Mais especificamente, a análise parte tem como fundamento a aplicação das práticas de gestão e controle social, sendo os princípios da cidadania deliberativa: bem comum, inclusão, autonomia, diferenciação cultural, heterogeneidade e estratégia diferenciada.

O Quilombo da Marambaia está situado na Restinga da Marambaia, que é uma área compreendida nos municípios fluminenses: Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba. Apesar do seu caráter de território tradicional, a restinga é ocupada, desde o início do século XX, pelas forças armadas do Brasil. A localidade é utilizada como área de treinamento e exercícios militares, o que promove uma série de limitações e conflitos quanto ao uso da terra e a realização da pesca pela comunidade quilombola.

Gestão social e diversidade cultural

Os conceitos de **gestão social** tem como base a “tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último” (CANÇADO, TENÓRIO e PEREIRA, 2011). Já o **controle social** é entendido enquanto “ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade, por meio de entidades judicialmente organizadas ou não [...] à disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo” (SIRAQUE, 2009). Apesar de serem termos distintos, gestão e controle social se complementam enquanto análise, à medida que ambos os termos têm enquanto perspectiva o bem comum, a participação coletiva e a transformação social, através de uma prática dialética.

Segundo Tenório (2008), os critérios de bem comum, inclusão e autonomia, são complementares, à medida que proporcionam legitimidade e orientam a construção participativa dos atores locais e as devidas relações com as decisões políticas locais a medida em que o **bem comum** acaba

criando análises entre os objetivos alcançados e aprovação dos resultados pela sociedade, enquanto a **inclusão** proporciona teoricamente a abertura dos espaços de decisão públicas e privadas a partir de uma valorização cidadã e a **autonomia** propõe origem as proposições do coletivo, proporcionando em sua instância máxima a vontade e interesse dos atores locais envolvidos.

No entanto, alguns critérios apontados por Perico (2009) são igualmente importantes para análise de territórios. **A diversidade cultural** envolve a complexidade que compõe o espaço. Por isso, constitui-se numa dimensão que prepondera na determinação do tipo de desenvolvimento de cada território. A cultura, além de determinar em grande proporção os processos de desenvolvimento, determina os mecanismos da organização social, os incentivos para inserção política, as motivações e as possíveis explicações para que as condições subjetivas do desenvolvimento se convertam em fundamentos de determinada estratégia política.

A dimensão cultural, segundo Perico (2009) aponta que o território, por ser uma construção histórica que incorpora as dimensões ambiental, econômica, social, institucional e política, expressa identidade e caráter; abrangendo valores, significados, visões compartilhadas, códigos, ícones, tradições e o folclore local. O autor reconhece que as estruturas econômicas, as redes sociais e as instituições, delineiam ou descrevem com maior nitidez o caráter do território. As concepções homogeneizantes dificultam o desenvolvimento dos territórios. Desta forma Perico (2009) aponta que a falta de reconhecimento da cultura e da diferenciação é um desafio que precisa estar posto na implementação das políticas públicas. Assim, nas diversas estratégias de política pública, identificam-se diferenças em relação aos objetos e beneficiários que se refletem nos mecanismos de execução. A constatação da **heterogeneidade** baseia-se na ideia de que os diferentes atores dispõem de condições objetivas que os distinguem.

Como contraponto, Perico (2009) sinaliza que a heterogeneidade e a diversidade não podem ser trabalhadas a partir de **estratégias diferenciadas** focalizadas de visão restrita. Sugere-se a necessidade de dar passos

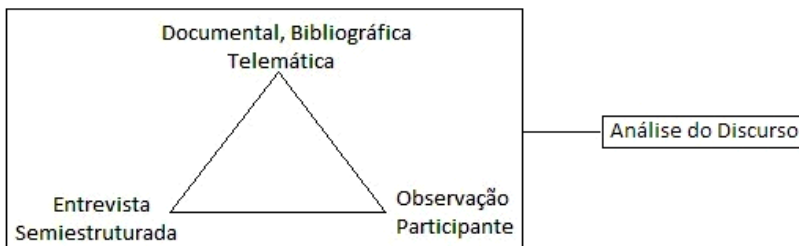
definitivos na construção de processos autônomos, onde os graus de liberdade para a integração e o diálogo entre a cultura e a política sejam amplos, abertos, realistas e propositivos.

Metodologia

O estudo apresenta uma abordagem qualitativa que para (FLICK, 2009), a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais, devido à pluralidade das esferas da vida e a dissolução de “velhas” desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida. Essa nova pluralidade exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões. Utilizando como alicerce análises históricas tendo como coleta de dados a pesquisa bibliográfica, documental, telemática e pesquisa de campo (GIL, 2002).

Para tal será utilizado um processo de análise e triangulação de métodos de pesquisa, onde ocorre a “*combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista*” (MINAYO, 2010); com intuito de desenvolver uma valorização do “*contexto, da história, das relações, das representações [...], visão de vários informantes e o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho de investigação*” (IBID, 2010).

Imagem 01. Método de Triangulação de Pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Minayo, 2010.

Na pesquisa de campo junto à comunidade do Quilombo da Marambaia, foram realizadas cinco (05) entrevistas semiestruturadas, com

representantes da comunidade, esta comunidade foi utilizado como recorte, devido ser a única com assento no Colegiado BIG.

As entrevistas foram estruturadas com base nas seguintes perguntas; 01) Você pertence a algum Quilombo? Qual? Fala um pouco sobre sua experiência; 02) Você desenvolve alguma atividade dentro do Quilombo? 03) Existe alguma organização social participativa dentro do Quilombo que você pertence?; Se sim, fale um pouco como é essa dinâmica de atividades.; 05) Existem representantes do Quilombo que participam de algum conselho/organização externo(a)? Você sabe que conselho/organização são essas? Se sim explique; 06) Você poderia citar alguns exemplos de traços artísticos e/ou culturais do Quilombo que você participa? (Exemplo: Danças, Comidas, Língua, festividades, entre outros).

Para a análise dos dados coletados em campo, buscou-se a sistematização das falas dos agentes locais de acordo com a metodologia da análise do conteúdo na perspectiva de Bardin (1977), foram estruturadas seis (06) categorias de análise. Sendo três (03) categorias estabelecidas a partir dos critérios da cidadania deliberativa de Tenório (2008): bem comum, inclusão e autonomia. E outras três (03) categorias estabelecidas com base nas referências analíticas apresentadas por Perico (2009): diferenciação cultural, heterogeneidade-diferenciação, e, por fim, a estratégia diferenciada à autonomia além de uma análise sobre possíveis instâncias de gestão e controle social existentes no quilombo da Marambaia (Mangaratiba - RJ).

Resultados e discussões

Foi observado que um dos fatores que atualmente tem colaborado para a não permanência das comunidades tradicionais é o deslocamento marginal em seus próprios territórios. No que se refere ao surgimento indevido de polos turísticos, incluso a construção de condomínios de luxo, hotéis e pousadas, onde famílias são expulsas ou cooptadas para trabalhar nestes empreendimentos, com salários baixos, afastando-se assim de seus costumes e origens.

Os quilombolas da Marambaia originalmente vivem da agricultura, da pesca, artesanatos e ainda mantém suas manifestações culturais. Porém, enfrentam sérias dificuldades para produzir e comercializar seus produtos. Ora por falta de matéria prima, ora por falta de políticas públicas e sociais, que vise a valorização dos produtos e escoamento dos mesmos, no mercado interno dos municípios vizinhos.

Observa-se assim, a necessidade de políticas públicas efetivas na instância territorial, voltadas para a comunidade, e que implemente formas de permanência do tecido social local e a execução de suas práticas. Entre elas, a pesca, que é muito cerceada pela definição hierarquizada do planejamento das áreas onde os nativos podem pescar. Além disso, há outros desafios enfrentados por essas comunidades em suas múltiplas dimensões: econômica, social, cultural, política e ambiental. Isto porque os atores públicos locais, principalmente das instituições ligadas ao legislativo e executivo, não estabelecem ações e políticas voltadas para as demandas e conflitos locais.

Referências

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 1977.

BONNAL, P e MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da Agricultura Familiar no Brasil. In: **Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, I**, 2007. Florianópolis. NMD/UGSC, 2007

BRASIL, Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Povos e Comunidades Tradicionais. **Texto de 01 de setembro de 2006, consolidado com as contribuições apresentadas pelos membros da comissão para a 2ª Reunião Ordinária da CNPCT de 30, 31 de agosto e 01 de setembro de 2006** – Brasília. 2006.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA/SDT). **Diagnóstico Territorial da Baía da Ilha Grande – RJ**. Rio de Janeiro: MDA/SDT, 2011.

COMUNIDADE QUILOMBOLA DA ILHA DA MARAMBAIA. Instituto Nacional e Colonização E Reforma Agrária - INCRA. Disponível em <http://www.incra.gov.br/noticias/comunidade-quilombola-da-ilha-de-marambaia-tem-suas-terras-tituladas>: acesso em 24/08/2017.

CANÇADO, A.C; TENÓRIO F.G; PEREIRA J.R. **Gestão social**: Reflexões teóricas e conceituais. Cadernos EBAPE, Rio de Janeiro. v.9, n.3, p. 681-703, 2011

CERTEAU, M. 2000. **A invenção do cotidiano** - artes de fazer. Petrópolis: Vozes.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**; tradução Joice Elias Costa. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. 8. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. **Censo demográfico 2010 – resultados do universo**. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

LISBOA, Marijane. **Ética e cidadania planetária na era tecnológica**: O caso da proibição da Basiléia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1ª Ed. 2009.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. No. IICA E50-1015. 2009.

SIRAQUE, Vanderlei. Controle Social da função administração de Estado; possibilidades e limites na constituição de 1988. Editora Saraiva, 2 Ed. São Paulo. 2009.

TENÓRIO, F. G. **Gestão social e gestão estratégica**: experiência em desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

Trabalho 5

Território tradicional ou zona de sacrifício: uma aproximação da Comunidade Quilombola de Santa Rita do Bracuí, na Baía da Ilha Grande (RJ) ¹ (301363)

Daniel Neto Francisco ²

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo ³

Lamounier Erthal Villela ⁴

Introdução

O presente artigo busca promover uma análise do Quilombo de Santa Rita do Bracuí, situado no município de Angra dos Reis (RJ). Para isto, serão apresentados os Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG) e do Quilombo de Santa Rita do Bracuí, também denominado como: Quilombo do Bracuí. Além da análise sobre os riscos e conflitos promovidos pelo

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pesquisador do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT/UFRRJ). Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular (CASTE), BR-465, Km 7 - UFRRJ, Seropédica - RJ, Brasil. Email: dnetofrancisco@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8201364422268688>

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pesquisadora do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT/UFRRJ). Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular (CASTE), BR-465, Km 7 - UFRRJ, Seropédica - RJ, Brasil. Email: lluferraz@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2936893561013851>

⁴ Professor do PPGCTIA/PPGDT/UFRRJ e Coordenador do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial PEPEDT/UFRRJ, Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ, Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular (CASTE), BR-465, Km 7 - UFRRJ, Seropédica, RJ - CEP: 23897-000, e-mail: lamounier.ertal@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0265624345647321>

crescimento populacional na região e a implementação de megaempreendimentos em seu entorno. A análise dos dados coletados em campo foi realizada com base na categorização dos conteúdos das entrevistas (BARDIN, 1977). Devido ao contexto da Pandemia do COVID-19 as entrevistas foram realizadas *online*, promovidas por meio de videochamadas.

O Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG) é definido pelo recorte de 06 (seis) municípios fluminenses: Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty, Rio Claro e Seropédica. Que totalizam uma população estimada em 525.278 mil habitantes (IBGE, 2020).

O Quilombo de Santa Rita do Bracuí está situado a cerca de 30 km do centro da cidade de Angra dos Reis. E fica na região entre a área urbana do bairro do Bracuí, e o território indígena dos Guarani do Bracuí. A comunidade é margeada pelo rio homônimo (Rio Bracuí), que vem do estado de São Paulo; e está bem próxima da Rodovia Rio-Santos.

Imagem 01. Localização do Quilombo do Bracuí:



Fonte: GoogleMaps (2020), adaptado pelos autores.

O município de Angra dos Reis, onde está situado o Quilombo de Santa Rita do Bracuí foi afetado historicamente por diferentes megaempreendimentos e impactos socioambientais fixados em seu território. A Usina Nuclear de Angra I (1972-1980), instalada no Período Militar; e, a construção da Rodovia Rio-Santos (BR-101), são exemplos (RIBEIRO, 2017).

Faz-se necessário apontar um pouco do histórico de configuração social do território, que envolve sucessivos processos de redefinição territorial; se estabelecendo, como aponta Ribeiro (2017), como um território em disputa. E, extrapolar essa definição analítica para o âmbito dos demais municípios da BIG. Principalmente as zonas costeiras dos municípios de Itaguaí, Mangaratiba e Paraty, que apesar de suas distinções passam por fortes pressões de grandes projetos de investimento. Além do município de Seropédica que sofre forte influência dos processos engendrados pelo inchaço habitacional e a falta de um planejamento urbano no âmbito da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Territórios, megaempreendimentos e conflitos territoriais

Os processos de transformação do território angrense são retratados de forma bem detalhada sob os olhares de Ribeiro (2007) e Ribeiro (2017). Não obstante, torna-se importante caracterizar a dimensão do planejamento urbano/territorial orientada pela lógica de mercantilização dos espaços, e, que incitou a “concorrência dos lugares”, sobre a édige de atração de investimentos externos a qualquer preço (VAINER, 2012). Tais processos redefiniram territórios tradicionalmente ocupados por comunidades tradicionais em áreas de conflito, com a inserção de fluxos: empresariais espoliadores, grandes empreendimentos que não dialogam com o território, e, fluxos turísticos e de especulação sem regulação estatal.

No caso da Baía da Ilha Grande, Ribeiro (2007) analisa como a inserção local como área de sacrifício para investimentos, promoveu um processo de promoção de conflitos:

A rodovia corta toda a zona costeira da Baía da Ilha Grande e modificou a forma de apropriação das áreas litorâneas entregando à indústria do turismo. Apropriação que ocorreu em menor medida, também com a instalação da indústria do petróleo e nuclear, que ocuparam áreas anteriormente utilizadas pelas populações locais (RIBEIRO, 2007, p. 46).

Como elucida Fernandes (2016), a Rio-Santos promoveu o acesso a regiões ainda remotas do território, e, promovendo maior conexão entre pequenos balneários locais e suas comunidades com fluxos externos e a promoção do turismo. A partir deste processo muitas comunidades tradicionais caiçaras, e de pescadores artesanais passam a conviver com a expansão do turismo nas praias locais, com o crescimento das cidades. Fenômeno que Ribeiro (2017) classifica como uma: transmutação da costa litorânea em mercadoria (RIBEIRO, 2017).

Lisbôa (2019) aponta que com o estabelecimento dos complexos turísticos (condomínios, hotéis, pousadas, casas de veraneio, entre outros) se intensificam conflitos “(...) *pelo uso das águas, tanto em relação à quantidade como pela qualidade da água pra consumo e outros usos*” (LISBÔA, 2019, p. 29). Outra dimensão que com o crescimento populacional desordenado, amplia o déficit hídrico nas bacias locais.

O recorte territorial é uma definição conceitual relevante para compreender como as dimensões e fenômenos externos a alguma localidade podem impactar nesta, uma vez que as dinâmicas sociais, econômicas, ambientais e políticas não necessariamente são restritas à limites administrativos. Logo, deve-se situar o território como uma abordagem contra-hegemonica, que desmistifica as relações prontas e causuísticas da construção do espaço como um elemento dado em sí. O território é composto: “*por meio das relações e redes efetivadas todos os dias pelos sujeitos em cada relação espaço-tempo, das apropriações, distintas produções, enfim, das práticas cotidianas*” (SAQUET, 2017, p. 20).

A concepção dos territórios não escapa dos processos vivenciados pelos diferentes mosaicos de: áreas de proteção ambiental, áreas demarcadas, e territórios tradicionais não são sistemas encastelados. Ao

contrário, por uma reflexão sistêmica da própria dimensão territorial, percebe-se a constante integração de fluxos internos e fluxos externos. Que materializam ações e impactos no âmbito local; e, ao mesmo tempo, podem sofrer influências destes.

Os megaempreendimentos podem ser citados como um exemplo prático destas relações que ultrapassam os limites administrativos ou de demarcações de terras. Vainer (2012) conceitua os megaempreendimentos como aqueles que apresentam um tamanho relevante, ou, até mesmo, um outro indicador de grande porte de intervenção sobre o território.

Metodologia

O estudo possui uma abordagem qualitativa, com base nas percepções da comunidade quilombola sobre os conflitos e ameaças ao território. Flick (2009), a pesquisa qualitativa frisa as dimensões das relações de poder estabelecidas, e não busca uma resposta única.

Foram realizadas pesquisas: documental junto à documentos e relatórios que movimentos sociais e a comunidade enviou ao Ministério Público Federal (MPF). Para questionar a implementação do projeto da hidrelétrica no Rio Bracuí. Já a pesquisa de cunho bibliográfico buscou elucidar as discussões teóricas em torno dos conceitos de territórios e megaempreendimentos. Na terceira parte da pesquisa (de campo), foram realizadas duas ações: 1) participação na reunião *online* de mobilização junto à movimentos locais contra a construção da hidrelétrica; 2) entrevistas com agentes da comunidade. Ações executadas durante o período de distanciamento social, devido a Pandemia do COVID-19, sendo promovida por instrumentos digitais. Assim, foram realizadas duas entrevistas, por meio de videochamadas, pelo aplicativo *whatsapp*. Escolhido por ser de fácil acesso à comunidade e de fácil utilização.

Resultados e discussões

Em 2005, ano em que foi realizada a pesquisa social para titulação do quilombo do Bracuí, a localidade possuía cerca de 125 famílias. Atualmente, a comunidade possui cerca de 160 famílias, de acordo com uma representante local. Este aumento se dá pelo crescimento da comunidade quilombola, e, do bairro de origem do quilombo, também denominado Bracuí. Que fica as margens da Rodovia Rio-Santos. Como aponta uma entrevistada: “(...) pra nós todo o Bracuí é quilombo (...). Em todo o Bracuí tem família, então quando a gente faz alguma contagem assim, a gente contabiliza todos”. (ENTREVISTADA 01).

Quanto ao projeto da hidrelétrica, denota-se a relevância que a esfera ambiental possui para a comunidade: “o impacto ambiental no Rio, e em toda a nossa vida aqui (...). A natureza vai sofrer denovo (...)” (ENTREVISTADA 01). Em outra fala, aponta-se que: “com certeza o impacto ambiental é o que mais preocupa (...)” (ENTREVISTADA 02). Mas a dimensão ambiental percebida é bem ampla, sendo mencionadas diversas questões como: a redução do fluxo e da fauna do rio, os impactos aos animais da região e das pessoas que vivem perto ali.

As entrevistas apontam um panorama de ameaças a partir da construção da hidrelétrica, que fica na área reivindicada para a titulação das terras do quilombo. Logo, indica-se que a construção do megaempreendimento tende a promover um novo vetor de construção civil e invasões nesta área reivindicada pela comunidade; além da possível descaracterização do território. Entre outras ameaças são percebidas: as pressões imobiliárias e turismo desordenado.

Importante desmistificar a noção errônea de situar os territórios como “ilhas” que não sofrem diversas consequências pela falta de um arcabouço de políticas territoriais que reflitam sobre a promoção dos espaços tradicionais. No caso do Quilombo do Bracuí, o Rio Bracuí é um destes vetores que traz em seu curso uma série de dimensões referentes: ao crescimento urbano em suas margens a jusante, problemas de saneamento

básico e de drenagem. Assim como a exploração do turismo exploratório, que não dialoga e promove canais de sustentabilidade com as comunidades tradicionais em seu entorno. A cachoeira do Bracuí é um ponto que teve mais procura nos últimos anos; mas, em contrapartida, faltam políticas que sensibilizem a população sobre a importância de preservar o rio e seus afluentes.

O quilombo do Bracuí expressa uma rede de atores e movimentos sociais que vem se organizando em torno do processo de resistência contra o projeto da barragem. Rede que permite refletir sobre as oportunidades futuras de articulação e promoção do território tradicional, como: o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis/Paraty/Ubatuba; o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (OTSS-FIOCRUZ); a Universidade Federal Fluminense (UFF-Angra), o Colegiado Territorial Rural da BIG e a Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ)⁵. Mas, é necessária uma promoção do território como dimensão protetiva e não como zona de sacrifício por megaempreendimentos. Por isso, faz-se necessária uma pactuação dos agentes da Baía da Ilha Grande em prol de uma agenda pelos povos tradicionais e seus territórios.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.

FERNANDES, C. L. G. **Megaempreendimentos, Urbanização e Saneamento Básico: um estudo sobre Mangaratiba/RJ**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - PPGDT/UFRRJ. Seropédica, 2016.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**; tradução Joice Elias Costa. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

⁵ É uma ONG da cidade de Angra dos Reis, que surge na década de 1970 e possui relevância na construção de pautas pelo meio ambiente e a preservação dos sistemas ecológicos e as unidades marinhas na Baía da Ilha Grande.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acessado em: 10 de jun. 2020.

LISBÔA, V. S. **Gestão de recursos hídricos: Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande e os conflitos pelo uso da água em Angra dos Reis-RJ**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (PROF-AGUA/UERJ). Rio de Janeiro, 2019.

RIBEIRO, I. C. **Contradições entre o público, o privado e o comum: lutas pelo direito à praia contra processos de privatização em Angra dos Reis/RJ**. Dissertação de Mestrado – UFF. Niterói, 2017.

RIBEIRO, J. R. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Democracia: SAPE, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis**. Dissertação de Mestrado – UFF. Niterói, 2007.

SAQUET, M. A. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

VAINER, C.; OLIVEIRA, F.; LIMA JÚNIOR, P. de N. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos. In: OLIVEIRA, F. (Org.). [et. al.]. **Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

GT 8

**Produção de conhecimento e aspectos culturais de Povos
Originários e Comunidades Tradicionais**

*Nelson Russo de Moraes*¹

*Izabel Castanha Gil*²

*Norma da Silva Rocha Maciel*³

¹ UNESP

² UniFAI e FATEC

³ UFRRJ

Trabalho 1

Pacto pela BIG: construindo uma Agenda Territorial a partir das representações locais ¹ (303465)

Daniel Neto Francisco ²
Edmir Amanajás Celestino ³
Lamounier Erthal Villela ⁴

Introdução

O presente trabalho busca analisar, de forma preliminar, a construção do denominado “Pacto pela BIG”, que está sendo desenvolvido no Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG). Tal iniciativa tem origem a partir da mobilização para a construção de um manifesto coletivo, pela agenda de políticas de desenvolvimento sustentável em municípios costeiros, no âmbito da “Década dos Oceanos”, no estado do Rio de Janeiro. Esta primeira iniciativa foi intitulada como: “Pacto pelo Mar”. Para isto

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pesquisador do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDI/UFRRJ). Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular (CASTE), BR-465, Km 7 - UFRRJ, Seropédica - RJ, Brasil. Email: dnetofrancisco@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8201364422268688>

³ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA), Pesquisador no GEPTIGAM e GECODAM (UFPA), Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Instituto da Pesca do Rio de Janeiro (FIPERJ), Instituição: FIPERJ, Praça Fonseca Ramos, s/n - Centro, Niterói - RJ - CEP: 24030-020, e-mail: ed_amanajas@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4464143479978424>

⁴ Professor do PPGCTIA/PPGDT/UFRRJ e Coordenador do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial PEPEDI/UFRRJ, Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ, Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular (CASTE), BR-465, Km 7 - UFRRJ, Seropédica, RJ - CEP: 23897-000, e-mail: lamounier.ertal@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0265624345647321>

escolheu-se a pesquisa participativa e o método etnográfico como ferramentas para o acompanhamento e sistematização de informações, geradas a partir da interação entre atores sociais e agentes institucionais em reuniões virtuais desde agosto de 2020, numa abordagem de redes dentro do campo da gestão social.

O “Pacto pela BIG” surge da construção coletiva intitulada “Pacto pelo Mar”, que mobilizou diversos segmentos da sociedade civil, movimentos socioambientais, organizações e associações de pescadores, institutos de pesquisa e universidades do estado do Rio de Janeiro.

A proposta inicial do Pacto pelo Mar era promover um manifesto coletivo de representações sociais, pela promoção de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável nos municípios costeiros no Rio de Janeiro. No entanto, a coalizão formada por esta rede de atores trouxe uma ampliação desta agenda, tendo em vista o passivo de conflitos socioambientais não mitigados pela gestão pública e a necessidade de ações de controle social para garantia do bem comum.

Neste contexto o Pacto pela Big se caracteriza como uma ação inter-redes, que reúne os participantes do Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural da Baía da Ilha Grande (Colegiado BIG), que também abrange municípios não costeiros. Partindo das premissas do Pacto pelo Mar, o Pacto pela BIG estabelece uma lente regional sobre as demandas da sociedade civil pelo fortalecimento e controle social sobre as políticas públicas a nível regional.

Desta forma, busca-se analisar o processo e as dimensões sócio organizacionais e políticas presentes nas etapas de construção coletiva do Pacto pela BIG, sob a ótica da teoria crítica no campo da gestão social e analítica da teoria de redes.

O Território Rural da Baía da Ilha Grande

O Território Rural da Baía da Ilha Grande (Território BIG) é composto por seis municípios: Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty,

Seropédica e Rio Claro. E seu processo de organização institucional passa pela construção das políticas territoriais implementadas pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (RAMOS, 2019). Juntos, os seis municípios totalizam uma população estimada em 525.278 mil habitantes (IBGE, 2020).

O Território BIG abrange três municípios da mesorregião fluminense da Costa Verde: Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. Sendo estes dois últimos, declarados como Patrimônio Mundial da Humanidade (sítio misto) em 2019. Além de dois municípios pertencentes à Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Seropédica e Itaguaí. E, Rio Claro, situado na Região Sul-Fluminense. A tabela a seguir apresenta o panorama da população do território:

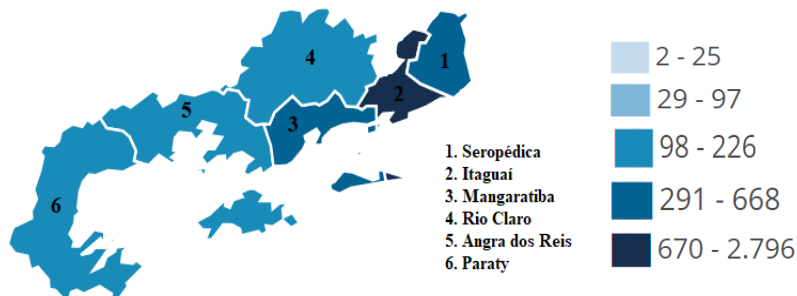
Tabela 01. População da BIG e Densidade Demográfica:

Municípios	População Estimada (2019)	População Censo (2010)	População Urbana (2010)	População Rural (2010)	Densidade Demográfica (2010) ⁵
Angra dos Reis	203.785	169.511	163.290	6.221	205,45
Itaguaí	133.019	109.091	104.209	4.882	395,45
Mangaratiba	44.468	36.456	32.120	4.336	102,29
Paraty	43.165	37.533	27.689	9.844	40,57
Rio Claro	18.529	17.425	13.769	3.656	20,81
Seropédica	82.312	78.186	64.285	13.901	275,53

Fonte: IBGE Cidades (2020).

O Censo-2010 apontava uma população rural estimada em: 42.840 mil habitantes. A BIG apresenta um cenário de diversidade demográfica, com 6 (seis) aldeamentos indígenas, registrados na Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Além de 7 (sete) comunidades quilombolas de diferentes origens. O que aponta o nível de diversidade cultural, histórica e socioproductiva do tecido local. Algumas destas comunidades, como o Quilombo da Marambaia, possuem fortes conexões com o mar e atividades pesqueiras. Já o Quilombo do Bracuí possui raízes históricas ligadas as atividades de produção rural. A imagem abaixo apresenta os municípios da BIG a partir de suas lavouras permanentes por área colhida.

⁵ Habitantes por km² (Conforme Pesquisa Censitária de 2010).

Figura 1. Território da BIG x Lavoura Permanente por Área Colhida (em hectares):

Fonte: Elaborado a partir de IBGE (2019).

O município de Itaguaí se destaca com uma área de lavoura permanente colhida de 1.271 hectares. Itaguaí é contabilizado como o quinto maior município em área de lavoura permanente no estado do Rio de Janeiro, sendo Porciúncula o município com maior área de lavoura permanente por área colhida, contando com 2.796 hectares.

Metodologia

Este trabalho se utiliza da observação participante, a partir do processo de inclusão dos autores como membros representantes do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT/UFRRJ) e do Colegiado BIG. Assim, aponta-se que o “Pacto pela BIG” deriva das discussões em reuniões virtuais do “Pacto pelo Mar”, e se configura em duas reuniões virtuais do Colegiado BIG, com o apoio do PEPDT, através dos “Bate-papos com o Colegiado” realizados semanalmente e transmitidas nas redes sociais do Colegiado BIG, promovendo a discussão dos participantes sobre o tema. A partir da sistematização do conteúdo discutido nestes fóruns virtuais, deu-se início à uma etnografia do discurso (MAGALHÃES *et. al.*, 2017), pautada no diálogo dos atores. Assim, busca-se elucidar, sinteticamente, os passos até então percorridos para a construção do “Pacto pela BIG”.

Territórios, redes e dimensões multifuncionais:

Como destaca Demo (1982), a pesquisa participante busca promover uma postura dialética, que compreende os fenômenos sociais a partir das relações de poder, dos conflitos e as dimensões intrínsecas ao processo de construção coletiva de agentes sociais distintos, como na proposta de pacificação territorial, sendo multidimensional o conceito de território adotado nesta pesquisa. Saquet (2010) caracteriza a multidimensionalidade a partir de “domínios” na realidade social: informacionais, espaciais, econômicos, técnico-produtivos, entre outros, também comportando possibilidades de um desenvolvimento pela via endógena, tanto pelo capital social constituído no espaço em questão, quanto pela especificidade geográfica que cada território possui.

O conceito de redes surge na teoria organizacional ao buscar-se respostas alternativas aos modelos verticais, questionando-se a eficácia de suas estruturas burocráticas, ao verificar a eficiência que modelos horizontais apresentam ao ampliar as interações de atores num enfoque interno para um contexto externo, onde se configuram relações com outras organizações (POWELL, 1987). A teoria de redes figura como análise complexa das interações entre os atores a partir de uma troca tangível (bem, material) ou intangível (ideia, valor) entre eles (FERREIRA e FILHO, 2010) e se mostra como uma abordagem capaz lançar novas visões sobre a tessitura das relações sociais, permitindo investigar “novas instituições, procedimentos e conceitos capazes de coletar e reagrupar o social” (BRAGA, SUAREZ, 2018).

Perico (2009), ressalta a dimensão política das relações para conceituar o que é o território. Assim sendo: “*este é referido, reconhecido e identificado – enquanto unidade da gestão política que o distingue e o atribui existência, de certa forma institucionalizada*” (PERICO, 2009, p. 10). Esta “forma institucionalizada”, não necessariamente se reflete em um município, estado ou província, podendo: “*constituir-se num espaço descontínuo*” (PERICO, 2009, p. 10).

Por isto, Saquet (2010) concede um olhar, dimensionando os aspectos políticos, sociais e simbólico-culturais dos territórios. Outra dimensão inerente ao conceito de território é a dimensão das relações de poder (RAFFESTIN, 1993). Para Raffestin (1993): “*O poder está presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas (...)*” (RAFFESTIN, 1993, p. 33). O poder é efetivado no cotidiano, baseado nas ações de controle e dominação; e pode ser exercido sobre a sociedade e sobre “as coisas” (espaço físico, recursos naturais, etc.).

Não obstante, as relações sociais e institucionais estabelecidas na esfera territorial podem ser um importante conjunto analítico que traça o panorama de determinada localidade: suas redes de poder; os laços, os arranjos institucionais, as ações colegiadas e os processos de pactuação territorial. Segundo Pires, et. al. (2017), os pactos sócio-territoriais são parte dos instrumentos de governança territorial. Logo, se configuram como elementos políticos que derivam dos acordos e concertações produzidos pela ação dos agentes em dado um arranjo local.

Resultados e discussões

A partir da análise do discurso dos atores sociais no decorrer das reuniões virtuais desde junho no Pacto pelo Mar e agosto no Pacto pela BIG, foi possível evidenciar na raiz dos conflitos um vazio de políticas públicas efetivas para a gestão costeira e a agenda da sustentabilidade. Assim como, o direcionamento das políticas de estatais aos interesses de mercado do grande capital e atração de megaempreendimentos, em detrimento da garantia do bem-estar de agentes locais.

Os “Bate-papos com o Colegiado BIG” foram espaços de construção das pautas coletivas do território a partir de posicionamentos dos agentes locais, evidenciando uma agenda de conflitos territoriais e problemas que abrangem todo o coletivo, como questões de saneamento e água.

O Pacto pela BIG ganha forma e pauta na segunda reunião virtual do Colegiado BIG. A reunião aglutinou cerca de 42 agentes locais, na construção coletiva dos próximos passos da pactuação, entre eles a construção de

uma oficina para a materialização de uma carta de metas e objetivos territoriais em prol dos temas latentes.

O Pacto pela BIG ganha expressão por abordar a dimensão territorial evidenciando uma participação mais expressiva de agricultores familiares, indígenas e caiçaras entre os segmentos sociais que assinam o pactuação. E, também, o diálogo junto aos Comitês de Bacia Hidrográfica, principalmente o da Baía da Ilha Grande. Outra dimensão apontada é a construção da rede sobre a dimensão de um modelo de inter-redes, uma vez que o Pacto pela BIG se apresenta como rede de interlocução de atores regionais no contexto macro de construção coletiva do Pacto pelo Mar.

Referências

- BRAGA, C., SUAREZ, M. **Teoria Ator-Rede**: novas perspectivas e contribuições para os estudos de consumo. Cad. EBAPE.BR, v. 16, nº 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2018.
- CALLON, M. *The sociology of an actor-network: the case of the electric vehicle*. In: CALLON, M.; RIP, A.; LAW, J. (Eds.). Mapping the dynamics of science and technology: Sociology of Science in the Real World. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1986. p. 19-34.
- DEMO, P. **Pesquisa participante**: mito e realidade. INEP/UNB, Brasília. 1982.
- FERREIRA, T., FILHO, V. A. V. **Teoria de rede**: uma abordagem social. Revista Conteúdo. Capivari, v.1, n.3, jan./jul. 2010.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acessado em: 24 de out. 2020.
- MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Ed. da UnB, 2017. 259p.
- PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil**. IICA, 2009.
- PIRES, E. L. S.; FUINI, L. L.; FIGUEIREDO FILHO, W. B.; MENDES, E. L. **A governança territorial revisitada**: dispositivos institucionais, noções intermediárias e níveis de regulação. *GEOgraphia*, v. 19, n. 41, 2017. p. 24-38

POWELL, W. W. **Hybrid organizational arrangements**. California management review. California, Vol. XXX, N°. 1, p.67-87, fall 1987

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, D. A. L. **O Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baía da Ilha Grande, RJ: Gestão, Controle Social e Espaço de Articulação e Negociação entre Atores**. (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária - PPGCTIA) UFRRJ, Seropédica. 2019.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Trabalho 2

Cooperativismo, Povos de Terreiro e desenvolvimento sustentável em Sergipe ¹ (299926)

Ilzver de Matos Oliveira ²

Pedro Meneses Feitosa Neto ³

Érica Maria Delfino Chagas ⁴

Caio Gonçalves Silveira Lima ⁵

Ellen Amanda Gama Soares ⁶

Adriana Nascimento Seixas Bispo ⁷

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutor em Direito (PUC-Rio). Pós-doutor pelo PPGD/UFBA com bolsa CAPES/FAPITEC e pelo PPGA/UFF com bolsa PDJ/CNPq. Professor do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Tiradentes. Mestre em Direito (UFBA) com estágio Sanduíche no Centro de Estudos Sociais (CES/Universidade de Coimbra). Líder e pesquisador do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos - UNIT/CNPq; Diretor de Direitos Humanos da Prefeitura de Aracaju, Sergipe; E-mail: ilzver.matos@souunit.com.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4770751511233073> ORCID: orcid.org/0000-0002-3710-7237

³ Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes - PPGD/UNIT com bolsa Prosup/Capes. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos - CNPq/PPGD/UNIT. E-mail: pedro.gepm@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7137246666834791> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4316-3208>

⁴ Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes - PPGD/UNIT com bolsa Prosup/Capes. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos - CNPq/PPGD/UNIT. E-mail: ericamdel-fino@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7114449553122578>

⁵ Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes - PPGD/UNIT com bolsa Prosup/Capes. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos - CNPq/PPGD/UNIT. E-mail: cedro-caio@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2449088357014894>

⁶ Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes - PPGD/UNIT e-mail: ellena-manda.adv@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8474717734557768>

⁷ Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes - PPGD/UNIT e-mail: seixasdv@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5919149958457215>

Objetivos

Essa pesquisa, norteada no conceito de etnodesenvolvimento, parte da seguinte questão: Quais ações de inclusão produtiva e econômica são e podem ser realizadas por Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro, enquanto estratégias de desenvolvimento social autônomo, a partir do patrimônio histórico-cultural existente nessas populações no Estado de Sergipe? Objetiva-se de forma geral estudar as experiências e as potencialidades dos povos de terreiro para desenvolverem cooperativismo etnodesenvolvimentista em Sergipe.

Aparato teórico

Destacando a relevância das práticas históricas especificamente em comunidades indígenas, Guillermo Batalla (1995) fornece um dos conceitos de etnodesenvolvimento mais amplamente utilizados nos estudos sobre o tema, que é o de exercício da capacidade social de um povo “para construir su futuro, aprovechando para ello las enseñanzas de su experiencia histórica y los recursos reales y potenciales de su cultura, de acuerdo com un proyecto que se defina según sus próprios valores y aspiraciones” (p.467).

Outro precursor no tema, Rodolfo Stavenhagen (1985) aborda-o criticamente em contraposição aos conceitos de etnocídio e etnocracia.

Para Stavenhagen (1985) as teorias tradicionais do desenvolvimento falharam, sobretudo as teorias da dependência, e por isso o terceiro mundo passou a buscar estratégias alternativas de desenvolvimento a partir do envolvimento de alguns governos, movimentos sociais, planejadores e pesquisadores. Para ele essas estratégias possuem algumas características básicas: 1) são voltadas para atender inicialmente a necessidades básicas da população, mais do que o crescimento econômico por si mesmo; 2) o desenvolvimento alternativo tem uma visão endógena, ou seja, voltada para dentro, e não uma visão voltada para exportação ou importação;

3) busca aproveitar as tradições culturais existentes; 4) protege o meio ambiente; 5) baseia-se nos recursos locais, sejam naturais, técnicos ou humanos – auto-sustentação; e 6) pretende ser mais participante em todos os níveis do processo de desenvolvimento.

A questão étnica para Stavenhagen (1985) é a maior questão social do mundo contemporâneo. Considerando que apesar de não parecer um tema novo, que inclusive fez emergir duas guerras mundiais e tantos outros conflitos locais e regionais, o autor destaca que, com exceção dos estudos das relações raciais estadunidenses e do Reino Unido e da antropologia cultural, a teoria econômica, social e política, e em especial a teoria do desenvolvimento “praticamente ignorou a questão étnica e ainda não foi capaz de integrá-la coerentemente em seus quadros analíticos.” (p.24). Na sua obra o autor, então, apresenta alguns exemplos do que aponta.

Assim, como afirma o autor, é impossível negar que nos últimos anos a etnicidade, como um tema complexo e muitas vezes explosivo, emergiu como uma força mobilizadora em todo o mundo, relacionando-se com questões cruciais da guerra e da paz, da harmonia social e da luta civil, da estabilidade política e do conflito, dos direitos humanos. (STAVENHAGEN, 1985. p.37). Por isso, essa pesquisa objetiva se debruçar sobre essas relações entre etnicidade e desenvolvimento, com foco nos povos tradicionais de matriz africana, para compreender esse cenário e contribuir para a reflexão sobre ele.

Metodologia da pesquisa

Será utilizada a abordagem sistêmica, apropriada para estudos que visam a analisar a dinâmica da cadeia produtiva de um produto, além de identificar os pontos de estrangulamento que possam influenciar seu funcionamento (FIGUEIREDO JÚNIOR, 2006, p.25, apud CUSTÓDIO, 2005). Com isso, pretende-se analisar os macrosseguimentos das cadeias e suas interrelações.

Esta será uma pesquisa qualitativa, diante da profundidade e subjetividades envolvidas na investigação, além do que esse tipo de abordagem enfatiza processos e significados não rigorosamente examinados ou medidos em termos de quantidade, soma, intensidade ou frequência (NEVES, 1996).

Assim, a investigação poderá fornecer, com detalhes, as principais fortalezas e debilidades que envolvem as organizações formadoras dos diferentes macroseguimentos das cadeias produtivas etnodesenvolvimentistas protagonizadas por povos de terreiro na Grande Aracaju e no Vale do Cotinguiba.

Para melhor compreensão dos resultados serão empregadas análises tabulares, descritivas e ilustrações gráficas de informações sobre o estudo.

Além das informações sobre as cadeias produtivas etnodesenvolvimentistas dos povos de terreiro, faz-se necessário conhecer melhor os empreendedores e a suas comunidades tradicionais de terreiro, para que a política pública também atenda às suas necessidades. Com este estudo, ao se caracterizar o perfil socioeconômico dos empreendedores de povos de terreiro da Grande Aracaju e do Vale do Cotinguiba, espera-se contribuir para a correta estruturação de políticas públicas que envolvam esse tipo de profissional e os recursos que captam.

Para obtenção das informações serão realizadas entrevistas, constituídas por questões fechadas (com alternativas) e abertas (MINAYO, 2004) com a finalidade de possibilitar análises quantitativas (questões fechadas) e também de permitir ao entrevistado discorrer sobre o tema proposto, sem condições prefixadas pelo pesquisador (questões abertas), sendo que o questionário será baseado em trabalhos anteriores com empreendedores de terreiro porventura existentes em Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e Maranhão. Serão abordadas questões relacionadas a aspectos socioeconômicos do empreendedor, à atividade econômica e ao gerenciamento do recurso, tais como: condições de habitação e transporte, idade e envolvimento familiar na atividade econômica, experiência na

área, local de origem, escolaridade, renda familiar e profissão paralela, entre outras.

Conclusões

Os resultados iniciais apontam que um grupo recente de normas de tendência pós-colonial estabelece garantias para povos e comunidades tradicionais, tais como o Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Estatuto da Igualdade Racial.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) foi instituída, em 2007, por meio do Decreto n.º 6.040. A Política é uma ação do Governo Federal que busca promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. As ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais ocorrem de forma intersetorial e integrada. Desta forma, compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, coordenar a implementação desta Política. A comissão é composta por quinze representantes de órgãos e entidades da administração pública federal e quinze representantes de organizações não-governamentais e é presidida pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Dentre os membros da sociedade civil da CNPCT estão representantes dos povos faxinalenses, povos de cultura cigana, povos indígenas, quilombolas, catadoras de mangaba, quebradeiras de coco-de-babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retireiros do araguaia e comunidades de fundo de pasto. O Ministério do Desenvolvimento Social

e Combate à Fome (MDS) desenvolve pesquisa voltada para o reconhecimento e valorização das comunidades tradicionais de terreiro no Brasil. São parceiros nesse projeto a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Associação Filmes de Quintal. O objetivo da realização desse inventário é o mapeamento e o levantamento de informações socioeconômicas, com foco em questões de segurança alimentar dessas comunidades. (IPEA, 2012).

O Estatuto da Igualdade Racial foi sancionado em 20 de julho de 2010, na forma da Lei n.º 12.288, para entrar em vigor 90 dias depois de sua publicação. Marcado por dez anos de tramitação no Congresso Nacional, a norma ingressa no mundo jurídico bastante diferente da proposta original. (IPEA, 2012).

Experiências se destacam, como a Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU - criada no ano 2000 sob os objetivos de dar visibilidade à história, resgatar as tradições, promover e incentivar ações culturais e de luta por direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais Afrodescendentes, atualmente, está composta por mais de 3.800 Povos de Terreiro de diversas etnias e 48 Comunidades Quilombolas do Estado da Bahia, além de Comunidades Extrativistas e de Pescadores Artesanais, Grupos Culturais de Capoeira Angola e Sambas de Roda, presentes em 17 Estados do Brasil, organizados em Coordenações da seguinte forma: Região Nordeste: Bahia, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Maranhão, Piauí; Região Norte: Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia; Região Centro Oeste: Brasília – DF, Goiás; Região Sudeste: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo; Região Sul: Rio Grande do Sul. (ACBANTU, 2018).

Estrutura da em Diretoria, Conselho Fiscal e Departamentos específicos que tratam de temas como Patrimônio Imaterial, Mulheres, Agricultura Familiar, Capoeira, Congada, Quilombo, Pesquisa, Africanos Bantu, Juventude, Meio Ambiente, Saúde, Idoso, Etnodesenvolvimento, Crianças e Educação Popular, Samba de Roda, Comunicação, Segurança

Alimentar e Nutricional, Teatro e Dança e Pescadores Artesanais, a Associação tem mobilizado Povos de Terreiro no Brasil e levado demandas às diversas esferas do governo e da sociedade, num movimento histórico que visa mostrar a importância e o significado da Ancestralidade, Cultura, Filosofia, Ciência negras e a sua vivência com a Natureza e o Respeito à Diversidade. (ACBANTU, 2018).

Suas principais atividades envolvem a distribuição de alimentos, produção coletiva de alimentos agroecológicos, participação da Missão Brasil – África e Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, a Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu.

É assim que ações de inclusão produtiva e econômica são realizadas com Povos e Comunidades Tradicionais Indígenas, de Terreiros, Ciganos, Quilombolas, Extrativistas, Pescadores Artesanais, Marisqueiras e Comunidades Negras Rurais, envolvendo os agricultores familiares, artesãos, artistas e culinaristas no sentido de construir uma estratégia desenvolvimento social a partir do patrimônio cultural existente.

Outro destaque é o Portal Ypadê, uma iniciativa da Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, composta por membros da sociedade civil (representantes de povos e comunidades tradicionais) e governo, que tem como objetivos: Apresentar os povos e comunidades tradicionais do Brasil; Ser suporte para a identificação, cadastro e divulgação de informações sobre as organizações que lutam pelos direitos desses povos e comunidades; Dar transparência aos trabalhos realizados pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPTC), instância de participação social que acompanha a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Presidencial no 6.040/2007); e Ser um espaço de articulação e de diálogo entre os povos e comunidades tradicionais e outros segmentos da sociedade, como o Poder Público. A palavra Ypadê tem sua origem no contexto das religiões de matriz africana e tem o significado de encontro,

reunião, fazer um trabalho em conjunto, mutirão, pessoas reunidas para celebrar, trabalhar, decidir. (YPADÊ, 2018).

No Maranhão, com o objetivo de promover saúde apoiando a cultura dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, o Governo do Estado, por meio das Secretarias de Igualdade Racial e da Saúde realiza o Projeto Minha Folha, Minha Cura, que está inserido no bojo de ações do Plano de desenvolvimento sustentável para povos e comunidades de matriz africana e busca aproveitar os conhecimentos sobre a medicina tradicional e uso de plantas medicinais e rituais pelas famílias em suas comunidades tradicionais e visa a criação de um processo produtivo com base no cultivo e beneficiamento de plantas utilizadas tradicionalmente por comunidades de matriz africana no Maranhão.

No Estado do Rio de Janeiro, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) selecionaram 24 empreendimentos para participar da Feira dos Povos e da Biodiversidade do Brasil durante as Olimpíadas Rio 2016. O objetivo foi promover o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais e divulgar os produtos da sociobiodiversidade brasileira aos visitantes dos espaços Casa Brasil, no Píer Mauá, e do Jardim Botânico, durante os jogos olímpicos, realizados na cidade do Rio de Janeiro.

Mas, há outras experiências que necessitam ser identificadas e estudadas para reconhecimento das suas potencialidades e possibilidades futuras, sob essas é que o projeto seguirá se debruçando.

Referências

Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu, **ACBANTU** - <http://www.acbantu.org.br/produtos-feiras/>

BATALLA, Guillermo Bonfil. **El Etnodesarrollo**: sus premisas jurídicas, políticas, y de organización. In: BONFIL, Guilherme. OBRAS escogidas de Guillermo Bonfil. Mexico: Obra Publicada, 1995. Tomo 2. p. 467.

FIGUEIREDO JÚNIOR, Carlos Alberto. **A cadeia produtiva do camarão cultivado no Estado do Ceará – uma análise crítica**. Dissertação de Mestrado. Mestrado Acadêmico em Economia Rural. Universidade Federal do Ceará. Orientação: Ahmad Saeed Khan. Fortaleza: UFC, 2006, 104 p.

GERHARDT, Tatiana Engel; RAMOS, Ieda Cristina Alves; RIQUINHO, Deise Lisboa; MARANHÃO. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca (Sagrira). **Plano de Desenvolvimento da Carcinicultura do Maranhão**. São Luís: Segrira, 2014, 144p.

MINAYO, M.C.S. 2004 **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec. 269p.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Etnodesenvolvimento**: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Tradução Lais Motjrao Revisão Alcida Rita Ramos. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro, n. 84, p. 11-44, 1985.

YPADÊ. **Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT** Disponível em: <<http://portalypade.mma.gov.br/>> Acesso em: 20 mai. 2018.

Trabalho 3

Comunidades Tradicionais de Terreiro entre conflitos: dos choques morais ao ideário uniético ¹ (299954)

Evelyn Marcelle Ribeiro Mota ²

Introdução

Partindo da necessidade de tratar a escravidão como conceito e não como simples fato histórico para elucidar o contexto social atual por meio de outras perspectivas, provemos do pressuposto que os conflitos são demandas contemporâneas que possuem lugar na esfera social, posicionamentos e escolhas filosóficas, éticas, morais e políticas. Neste sentido, as Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro) têm sofridos ataques contra sua liturgia e suas práticas, a partir dessa discussão e tendo em vista o momento atual do acirramento de disputas políticas, principalmente no campo do direito, assim como a abertura do campo para manifestações de ódio, busco elucidar os conflitos gerados entre as Religiões de Presenças Africanas e o Movimento de Direito e Proteção Animal (MDPA) em Aracaju/SE. O discurso analisado está enquadrado na noção de ecogovernabilidade, o controle sobre o ‘meio ambiente’, conduzido pelo ideal de um Estado *uniético* distancia as decisões e práticas das comunidades tradicionais de sua relação com o meio no qual vivem e sobrevivem. Tendo o enfoque no candomblé, religião mais atacada quando

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Graduanda em Ciências Sociais; Universidade Federal de Sergipe (UFS). <http://lattes.cnpq.br/3208779957618866>. E-mail: evelyn.marcele@gmail.com

se trata do assunto, procuro demonstrar a importância dos processos de sacralização animal para a manutenção das práticas dos povos de terreiro e para a perpetuação da religião, no intuito de apresentar como tem desenvolvido uma determinada parcela daquilo que chamamos de conflitos socioambientais, derivados de diferentes estruturas, pensamento, *ethos* e relações com o ‘meio ambiente’ e os extra-humanos.

Este resumo faz parte da pesquisa etnográfica da minha monografia, a temática de pesquisa chegou até mim durante a realização do plano de trabalho de um projeto de iniciação científica (PIBIC) no qual acompanhei uma ONG de proteção animal em Aracaju-SE. Durante a pesquisa pode-se perceber que a prática que foi discutida recentemente no STF apesar de ser tratada como uma prática religiosa é uma prática de uma comunidade tradicional. A pesquisa possui enfoque sobre as motivações e movimentos que levam aos conflitos socioambientais que envolvem as Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro). Como objetivo investigar acerca do avanço do MDPA na cidade de Aracaju e os conflitos gerados relativamente ao embate entre a liberdade dos povos e comunidades tradicionais de terreiro e a aplicação da lei de maus tratos aos animais, além dos choques entre as diferentes cosmologias.

No intuito de apresentar como tem desenvolvido uma determinada parcela daquilo que chamamos de conflitos socioambientais - derivados de diferentes estruturas, pensamento, *ethos* e relações com o ‘meio ambiente’, os não-humanos ou extra-humanos, a fauna e a flora - ressaltamos que o embate vai além da liberdade religiosa ou de crença pois as Religiões de Presenças Africanas³ fazem parte do aparato simbólico, cotidiano e cultural das CTTro.

³ “[...] na forma de mencionar a diversidade religiosa foco dessa reflexão, não só por considerar inadequada a utilização de outros termos, como “religiões afro-brasileiras”, “religiões negras”, religiões afro”, e nesse caso específico “religiões de matriz africana”, mas por entender ser necessário pensar sobre elas a partir de um termo que possa explicar e traduzi-las em suas diferenças e não descambar para a perspectiva meramente ideológica, levando em conta uma discussão antropológica sobre o tema, uma discussão que verse sobre quem são os sujeitos envolvidos, bem como a problematização dos campos e dos discursos militante, acadêmico e do próprio Estado.” (COSTA, 2013, p. 10)

Metodologia

A metodologia adotada para elaboração deste trabalho foi uma combinação de revisão bibliográfica, através de análises de livros, dissertações e artigos sobre a história das religiões de presenças africanas e das Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro), da questão legal dos direitos dos animais, da história do movimento de direito e proteção animal, do acompanhamento via redes sociais virtuais, da realização de entrevistas e do trabalho de campo em eventos acadêmicos, eventos de entretenimento e campanhas de adoção.

Assim, com base nas observações desses autores e de muitos outros antropólogos que sempre refletiram sobre seu trabalho de campo, é possível postular, de uma maneira sintética, que a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (MAGNANI, 2009, p. 135).

O pesquisar neste caso trabalha no seio da absorção, e não apenas coleta de informações, que após a elaboração do próprio pesquisador (com base em sua teoria, experiência e objetivos) tornam-se dados. Aquilo que chamamos de *insight*, uma forma de aproximação própria da abordagem etnográfica que produz um conhecimento diferente do obtido por intermédio da aplicação de outros métodos, posso dizer que foi o que me ocorreu na tarde de 08 de agosto de 2018 e me trouxe até aqui. Trata-se de um empreendimento que supõe um determinado tipo de investimento, um trabalho paciente e contínuo ao cabo do qual e em algum momento, como mostrou Lévi-Strauss e citou Magnani (Ibidem), os fragmentos se ordenam, perfazendo um significado até mesmo inesperado .

Utilizei também da pesquisa documental, consistente na análise de diplomas normativos, projetos de leis e notícias sobre o direito de liberdade de crença, direito dos animais e o Processo que está na competência da 18ª Vara Cível de Aracaju, teve como requerente o Ministério Público do Estado de Sergipe através da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Étnico-Racial - COPIER, instaurou Procedimento tombado sob N° 11.18.01.0066, por meio da Portaria 141/2018, com o escopo de apurar possível violação à liberdade religiosa que diz respeito à liturgia de culto religioso de matriz africana requerido ao Município de Aracaju.

Resultados e discussão

No decorrer da pesquisa foi feito um levantamento do que chamamos de MDPA, no Brasil e em Aracaju, que possui dentre seus componentes: instituições (OAB, Universidades e o Poder Público), ONGs, ativistas, médicos veterinários, advogados e professores. Todos fazem parte da defesa do movimento animalista e apoiam-se no direito como instrumento punitivo, normativo e de poder.

Por outro lado, os conflitos gerados pelo avanço e defesa do movimento além de irem contra a liberdade religiosa e de crença, num sentido preconceituoso para com as Religiões de Presenças Africanas, não levam em consideração que as CTTro são muito mais que os aspectos religiosos que a envolvem, garantida pela Convenção 169 da OIT a categoria de Comunidade Tradicional ainda é pouco difundida entre os adeptos o que dificulta o reconhecimento e a luta identitária destas.

Retiramos desta pesquisa que o dilema de forças morais trabalha com categorias e ponderação de direitos, por um lado o meio ambiente natural e por outro, o meio ambiente cultural, enquanto busca-se a equivalência entre os meios, as éticas e as cosmovisões no sentido teórico e horizontal há questões ainda não aprofundadas entre tais conflitos. Neste sentido os discursos são escolhas de narrativas políticas, não há uma completa desinformação sobre o assunto, há escolhas e posicionamentos, que tira

proveito da miscelânea religiosa e do desconhecimento geral da liturgia das CTTro. O próprio ministério da cultura caracteriza o abate religioso como abate humanitário, diferentemente do abate comercial, no qual bois são abatidos na paulada e demoram horas para serem abatidos, e ainda assim julga-se as comunidades tradicionais de terreiro, em que há sacerdotes submetidos a procedimentos litúrgicos no qual adquirem o conhecimento para realizar o abate. O “mito do progresso” em diversos âmbitos marcam a tentativas de apaziguamento dos conflitos e de uma modernização conservadora, apostam na ideia de modernização dos cultos, sofisticam os argumentos (antiquada, datada e que não acompanha o pensamento moderno) para apoiar o racismo religioso e o episteminício, na escolha por um discurso de evolução “o mundo está se tornando vegano por isso devem avançar e mudar suas práticas”.

Conclusões ou considerações finais

Não obstante, tais ações respaldam em conflitos que necessitam de acordos, neste sentido é recorrente o questionamento acerca do estatuto teórico do conceito de ‘conflitos ambientais’ ou ainda, de conflitos ‘socio-ambientais’, nos estudos ainda incipientes acerca deste cenário há um emaranhado de atores sociais, questões e discursos a serem elucidados. Mas o que buscamos trazer para a discussão é como tais conflitos esbarram nas práticas das CTTro, subjugando sua cultura, impondo restrições, proibições, podendo implicar até em sua extinção, mais que entender o equilíbrio entre os *meios ambientes*, é necessário compreender ‘para que’ ou ‘quem’ eles servem, seja em nome do desenvolvimento econômico (o caso de barragens, hidro e termelétricas) seja no caso da evolução sócio-cultural (como a tentativa da condenação da sacralização animal), os povos e comunidades tradicionais devem ser respeitados, resgatados e reconhecidos, antes de mais nada.

Referências

CONVENÇÃO nº. 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT.

Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011, v. 1. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>. Acesso em 17 de janeiro de 2019.

COSTA, Martha Sales. **Religiões de Presenças Africanas no Brasil**: diversidade, processos identitários e políticas públicas. GT 09 RELIGIOSIDADES AFRICANAS NA DIÁSPORA: IDENTIDADE E RESISTÊNCIA. XVII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina: Pluralismo e interculturalidade, fluxos e itinerários religiosos. 2013. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/oB3NQ5TcgwWgCSnoxYUIZUzBDdms/view>>. Acesso em : 01 dez. 2019.

MAGNANI, **José Guilherme Cantor**. Etnografia Como Prática E Experiência. Nº 32. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, 2009.

Trabalho 4

Cultura e memória identitária do Povo Krenak da Terra Indígena Vanuïre¹ (299678)

*Nelson Russo de Moraes*²

*Angélica Góis Morales*³

*Cristiane Teixeira Bazilio Marchetti*⁴

*Valquiria Cristina Martins*⁵

*Lidiane Damaceno Cotui Afonso*⁶

Introdução

O presente artigo busca delinear a preservação da cultura e memória identitária do grupo étnico Krenak da Terra Indígena Vanuïre, provocando maior compreensão sobre valorização de suas raízes culturais, da sua identidade e pertencimento territorial para a preservação de sua memória.

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Livre-docente em Gestão e Educação Ambiental UNESP. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Mestre em Serviço Social (UNESP). Especialista em Gestão Pública (FAG). Especialista em Gestão de Programas e Projetos Sociais (ITE). Graduado em Administração (ITE). Docente do Curso de Administração (FCE/UNESP). Docente de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP). Docente do PPGCOM/UFT nelsonrusso.unesp@gmail.com orcid.org/0000-0003-0159-9433

³ Livre-docente em Gestão e Educação Ambiental (UNESP). Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Educação Ambiental pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Graduada/Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Docente do Curso de Administração (FCE/UNESP). Docente de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP). Líder do PGEA (Grupo de Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental). E-mail: ag.morales@unesp.br <http://lattes.cnpq.br/6150713282196250> <http://orcid.org/0000-0003-0756-2148>

⁴ Graduada em Pedagogia. Mestranda do PGAD/UNESP. E-mail: cristiane.bazilio@unesp.br

⁵ Graduada em Pedagogia. Mestranda do PGAD/UNESP. E-mail: valcrismar@gmail.com

⁶ E-mail: lidianedmacenokrenak@gmail.com

Para tanto, será apresentada a importância do patrimônio cultural para a preservação da memória identitária, buscando compreender a importância do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre para a contribuição da valorização histórica cultural da região e do Museu Indígena Akãm Orãm Krenak enquanto museu social e difusor da cultura deste grupo étnico na Terra Indígena Vanuíre. A metodologia adotada para o desenvolvimento deste artigo se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica, utilizando base de dados eletrônicos, sites institucionais e redes sociais de instituições museológicas.

Sabe-se que a cultura, seja ela científica ou não, está relacionada ao meio histórico e cultural na qual ela é construída. Pensando nessa vertente e levando em consideração a cultura dos povos indígenas, o presente artigo buscou compreender como vem acontecendo à preservação da cultura e memória identitária do grupo étnico Krenak da Terra Indígena Vanuíre, com foco na compreensão acerca da valorização das raízes culturais de um povo, da sua identidade e do pertencimento para a preservação de sua memória.

Buscando fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural, o referido trabalho, contribui com uma pequena parcela em relação ao décimo primeiro (11º) objetivo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2019), na qual aborda a questão das Cidades e Comunidades Sustentáveis, enquadrando no item 11.4 que estabelece fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural do mundo.

Desataca-se então, a importância da compreensão das comunidades indígenas como protagonistas para a preservação de sua memória cultural, por meio do fortalecimento e da difusão da comunidade local por meio dos museus indígenas.

O objetivo geral é compreender a preservação da cultura e memória identitária do grupo étnico Krenak na Terra Indígena Vanuíre. Importante que o objetivo geral se sustenta sobre os seguintes específicos:

- a) Descrever os pontos articulados a memória indígena Krenak na Terra Indígena Vanuíre;
- b) Discorrer sobre a importância do patrimônio cultural para a preservação da memória indígena;
- c) Apresentar os museus indígenas como um lugar de cultura e memória identitária.

Metodologia

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste artigo se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica, na qual foram utilizados os seguintes recursos: - bases de dados eletrônicas como SciELO, Scopus; pesquisa documental em sites de instituições relacionadas a questão indígena, como o Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em especial, o site do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, referente ao uso de conteúdo cultural patrimonial imaterial para a preservação da cultura e memória indígena local; e - redes sociais como Facebook do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre.

A importância do patrimônio cultural para preservação da memória indígena

O patrimônio cultural brasileiro é rico e diversificado, e deve ser pensado de maneira interdisciplinar, além disso, alguns bens culturais já protegidos por lei de acordo com Campos, Preve e Souza (2015), deveriam ter seus processos patrimoniais reavaliados, mesmo que para serem complementados e atualizados sob novos paradigmas técnicos e científicos, sendo que, até os bens ditos materiais possuem uma dinâmica e não permanecem intactos como comumente costuma-se pensar.

Uma vez que se entende o patrimônio cultural “como locus privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (ROCHA, 2012, p. 1), então compreendem que as noções de patrimônio cultural estão vinculadas às lembranças e memórias, que são fundamentais no que

diz respeito a ações patrimonialistas, já que os bens culturais são preservados em função da relação que mantêm com as identidades culturais, como abordado por Pelegrini (2006).

O resgate da memória é envolvido por sentimento que estimula e alimenta a necessidade do ser humano saber sobre si, sobre seu passado, sobre seu presente, sobre suas conquistas, sendo então a memória um combustível da história que segundo Le Goff (2013).

O patrimônio imaterial faz recordar o passado tornando-se um testemunho, portanto, a função de (re)memorar acontecimentos mais importantes traz a relação do conceito de memória social, que nada mais é do que o conjunto de símbolos representados por um grupo que decide preservar como patrimônio coletivo.

Esse vínculo que se torna afetivo, possibilita que essa comunidade passe a se enxergar como sujeitos da história, que possuem assim direitos como, também deveres para com a sua localidade como destaca Rocha (2012), e que reflete sobre a memória de acordo com Pollak (1992), no sentido não só do que ocorreu no passado, mas no tempo presente e em seus conflitos.

Museus Indígenas como lugar de cultura e memória identitária

As raízes culturais brasileiras são notadamente múltiplas, e apesar disso, ainda pouco se conhece sobre os chamados povos originários ou indígenas. Os museus indígenas exprimem formas e linguagens próprias para conceber suas apropriações e guardar suas memórias como Velthen (2012) descreve que:

(...) os povos indígenas assimilaram e incorporaram discursos e instituições, entre os quais os museus, que, até então, faziam sentido apenas para os modernos ocidentais. Nesse horizonte, observa-se que diferentes povos indígenas (...) estão motivados a criar seus próprios museus e espaços culturais (VELTHEN, 2012, p. 62).

A criação de museus e o desenvolvimento de processos museológicos “são protagonizados por movimentos e coletividades indígenas atualmente se destaca no cenário nacional e internacional” (GOMES, 2012, p. 02). E a partir do momento em que povos indígenas efetuam suas ações museológicas, atribuindo-as sentidos próprios, Gomes (2012) destaca que o discurso colonialista dos museus tradicionais cede espaço para uma representação sobre si, uma construção em primeira pessoa do plural, dos povos indígenas e sobre eles próprios.

Neste contexto, no interior do estado de São Paulo no Município de Arco-Íris encontra-se o Museu Indígena Akãm Orãm Krenak que tem como significado (O novo Olhar Krenak) liderado por indígenas em busca a partir de sua protagonização, a construção e preservação da memória cultural local, que pode ser classificada como seletiva, pois pode sofrer algumas alterações que ocorrem como consequência do momento em que ela está sendo articulada, ou seja, em que a memória é construída (Pollak, 1992).

Atualmente, os Museus vêm sendo entendido pelos estudiosos como um lugar, de relação espacial entre o ser humano, o tempo e a memória, relação está a que denominada por Scheiner (2012) como musealidade. Esta musealidade é um valor atribuído, a partir da percepção dos diferentes grupos humanos sobre a relação que estabelecem com o ambiente, o tempo e sua memória, em sintonia com os sistemas de pensamento e os valores de suas próprias culturas (SCHEINER, 2012). Compreende-se então, que a percepção de musealidade poderá se modificar, de acordo com os sistemas de pensamento das diferentes sociedades em seu processo evolutivo.

A preservação da memória cultural do povo indígena Krenak da Terra Indígena Vanuíre.

O Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre (MHPIV) é uma instituição da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São

Paulo. Teve sua fundação em 20 de setembro de 1966 sendo declarado como entidade de utilidade pública por meio de lei municipal nº 1638, sancionada em 11 de junho de 1970, pela Prefeitura Municipal de Tupã (MHPIV,2019). Sendo administrado pela Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari, (ACAM Portinari) que tem como missão:

Valorizar, articular e difundir o patrimônio etnográfico indígena e histórico local e regional por meio de programas de salvaguarda, comunicação e pesquisa voltados para diferentes segmentos da sociedade, tendo em vista a discussão e reflexão crítica acerca dos valores humanos e da cidadania (MHPIV, 2019, p.01).

Sendo o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre (MHPIV) um espaço de fortalecimento para a preservação da memória cultural dos povos indígenas, este apresenta em seu acervo digital, conteúdo dos povos indígenas da Terra Indígena Vanuíre, explorando as técnicas museográficas dentre esse novo contexto, enfatizando a devida importância para a preservação da memória identitária indígena da região dentre eles o grupo Krenak.

Considerações finais

O presente artigo buscou apresentar a valorização e o fortalecimento da imagem dos museus brasileiros e museus indígenas e a sua importância na construção da preservação da cultura e memória identitária do povo indígena Krenak da Terra Indígena Vanuíre.

Para tanto, a partir de um breve panorama sobre a importância do patrimônio cultural para preservação da memória indígena, apresenta-se o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre como mediador e colaborador para a preservação e difusão da cultura identitária indígena local, tendo um papel fundamental para a colaboração do fomento e a preservação da memória indígena Krenak.

Compreende-se, ainda que o Museu Akãm Orãm Krenak ocupa um lugar de destaque importantíssimo para solidificação da identidade cultural local para esse grupo étnico, pois ele apresenta fontes históricas que

devem ser exploradas por meio de sua potencialidade discursiva de criar narrativas históricas, oportunizando os indígenas Krenak a contarem sua própria história sem precisarem de intermediários.

Referências

- CAMPOS, J. B.; PREVE, D. R. I.; SOUZA, F. **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**. um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: MULTIDEIA. 2015. *E-BOOK*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/texto_especializado.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.
- GOMES, A. O. **Por uma antropologia dos museus indígenas**: práticas de colecionamento, categorias nativas e regimes de memória. Disponível em: [http://www.2grba.abant.org.br/resources/anais/1/1402880959_ARQUIVO_Textocompleto-Porumaantropologiadomuseusindigenas\(GT62\).pdf](http://www.2grba.abant.org.br/resources/anais/1/1402880959_ARQUIVO_Textocompleto-Porumaantropologiadomuseusindigenas(GT62).pdf). Acesso em: 10 nov. 2019.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990. *E-book*. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 18 maio 2019.
- IPHAN. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial: Linhas de ação**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/857/>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- ROCHA, T. S. F. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio**: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. Disponível em: https://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340766055_ARQUIVO_Artigo-Anpuh.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.
- SCHEINER, T. C. Rethinking the Total Museum: from concept to practice. **Ciências Humanas**. v. 7, n. 1, jan.-abr. 2012. Belém: MCTI/MPEG, 2012, p. 15-30.
- VELTHEN, L. H. V.. O objeto etnográfico é irredutível? Pistas sobre novos sentidos e análises. **Ciências Humanas**. v.7, n.1, jan.-abr.2012. Belém: MCTI/MPEG, 2012, p. 51-66.

Trabalho 5

Puxirum no Tapajós: lutas sociais e (re)existências camponesas na Amazônia ¹ (299840)

Francilene Sales da Conceição ²

Ricardo Gilson da Costa Silva ³

Introdução

A natureza possui diferentes usos para as populações que vivem e experienciam o espaço amazônico, e nos territórios torna-se possível a reprodução social dos povos e comunidades tradicionais, na medida em que também se torna referência de luta e resistência às forças hegemônicas do capital global. A região de Belterra, localizada no oeste do Pará, às margens do rio Tapajós, é recheada de práticas comuns e coletivas (trabalho, mutirão e ação comunitária) denominadas de Puxirum da Bela Terra. São múltiplas territorialidades convivendo com a natureza e o território, composto por povos indígenas, comunidades tradicionais e uma diversidade camponesa, denominado de *campesinato-agroextrativista*.

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Licenciada em Geografia (UFPA), Mestra em Geografia (PPGG/UNIR), Doutoranda em Geografia (PPGG/UNIR), Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/UNIR) e Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq). E-mail: lenesalessao@hotmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3401-326X>

³ Professor do Departamento de Geografia (DGEO), Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) e Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e Posdoctorado em Ciencias Humanas y Sociales pela Universidad de Buenos Aires (UBA). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/CNPq). E-mail: rgilson@unir.br ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3348-9629>

Essa tipologia de campesinato é definida como classe social e modo de vida, pois, possui suas coexistências de vida e de trabalho nas *Terras-Águas-Florestas*, seja na “beira do rio” Tapajós ou na “beira da estrada” Cuiabá-Santarém (BR-163), resultando em um mosaico territorial de tamanha complexidade e práticas espaciais singulares. Nesse sentido, este trabalho objetiva analisar as formas de lutas sociais e (re)existências territoriais para recriação social do *campesinato-agroextrativista* frente ao avanço do agronegócio nas Terras, Águas (rio) e Florestas das comunidades camponesas do município de Belterra, região do rio Tapajós. As dinâmicas agrária e territorial em Belterra, está marcada por lutas sociais e (re)existências territoriais do *campesinato-agroextrativista* frente ao avanço do agronegócio sojeiro, processo esse que busca, abertura da região aos mercados globais.

Área da pesquisa e procedimentos metodológicos

O recorte espacial é o município de Belterra, pertencente à microrregião de Santarém e mesorregião do Baixo Amazonas, oeste do estado do Pará. O acesso ao município ocorre pela malha rodoviária, rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) e por via fluvial, rio Tapajós. O período analisado para esse estudo corresponde ao ano de 2015 a 2019.

Como procedimentos metodológicos foram realizadas a revisão bibliográfica inerente aos estudos do campesinato e estudos regionais da Amazônia, trabalho de campo, com diálogos intersubjetivos, entrevistas e observação direta da paisagem. Foram realizadas visitas *in loco*, por meio da técnica da observação direta na área pesquisada, com registros de imagens, anotações no caderno de campo e produção cartográfica.

Referencial teórico conceitual

Compreende-se o campesinato como classe social e modo de vida, que assume importância econômica e social, sobretudo, referente à produção de alimentos, geração de trabalho, organização social e defesa de

um campo com natureza e humanidade (MARTINS, 1990; OLIVEIRA, 2001; MARQUES, 2008; SHANIN, 2008). Trata-se de uma classe social em permanente luta e resistência em função dos processos de desigualdade e exclusão social, ora produzido pelo Estado, ora pelo capital, que na atualidade assume com o agronegócio as ações mais diretas de expropriação e desterritorialização do campesinato brasileiro.

Classe social e modo de vida, portanto, expressam um conteúdo central para a compreensão do processo histórico e das relações sociais que configuram o espaço agrário. O campesinato se torna classe social na medida em que espacializa as lutas sociais contra as forças hegemônicas do capital, com vista a garantir e fortalecer sua permanência e recriação social na terra e no território. Configura-se como um modo de vida, pois suas práticas socioculturais, econômicas, políticas encerram na dimensão familiar, autônoma, simbólica e coletiva a condição histórica de diferenciação social (MOURA, 1988).

O trabalho exercido na terra é familiar (pai, mãe, filhos e/ou outros parentes), cuja relação socioterritorial é coletiva, uma estratégia de ser, resistir, existir e produzir nas unidades organizativas camponesas. A terra camponesa possui uma dimensão de morada [*(re)existências e enraizamento de vidas*] e exercício do trabalho familiar [*subsistência/renda para a (re)existências de vidas*]. Além da plural territorialidade camponesa, há nesses territórios o cultivo, a plantação, a colheita, o extrativismo, ou seja, a produção autônoma que abastece com alimentos saudáveis e diversificados os mercados locais e regionais.

No processo histórico, o capital desenvolve formas articuladas de subjugação camponesa, tanto na produção agrícola (circulação da mercadoria) quanto na propriedade familiar (expropriação). Essas contradições combinam estrutura fundiária altamente concentrada com processos crescentes de grilagem de terras públicas e desterritorialização camponesa, revelando-se como lógica contraditória que avança sobre os territórios do campesinato, dos povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia (COSTA SILVA; LIMA; CONCEIÇÃO, 2018).

As estratégias de recriação camponesa requerem a permanência do campesinato fazendo uso da terra/território que lhes é de direito. O significado material e imaterial da terra/território para o campesinato é “terra de trabalho e de habitação” e não “terra de negócio e especulação” (MARTINS, 1990; CONCEIÇÃO, 2017). A terra é condição de subsistência/sustento/renda familiar, pois é nela onde se exerce o trabalho e o *locus* de recriação da vida camponesa.

Resultados e discussão

A territorialização da agricultura capitalista globalizada tem impactado na vida comunitária e no trabalho do campesinato, especificamente na Amazônia paraense, região em que o Puxirum do Tapajós apresenta elevada expressividade e representatividade territorial. O puxirum – uma terminologia de origem indígena muito falada pelos povos e comunidades amazônicas – significa uma prática social e territorial correspondente a uma ação ou iniciativa comum de um grupo social específico com propósitos a fortalecer os laços coletivos. É um trabalho comunitário, de mutirão, solidário, cooperativo e associativo, desenvolvido nas comunidades, o qual fortalece suas territorialidades. Está associado ao trabalho de uma coletividade, onde um grupo se reúne e desenvolve a agricultura (roça), o extrativismo comunitário (animal e vegetal) e as atividades festivas, manifestações culturais e religiosas.

Os tipos de campesinatos amazônicos e as práticas de puxirum estão cristalizados nas Terras, nas Águas (rios) nas Florestas, ou seja, na natureza e nos territórios. A região do rio Tapajós, no município de Belterra, oeste do Pará, permite-nos pensar um novo tipo de campesinato, o *campesinato-agroextrativista*. Compreende-se que as formas de usos da terra/floresta/território e suas práticas agrícolas e agroflorestais cartografam materialmente e simbolicamente as territorialidades do *campesinato-agroextrativista* e as ações de puxirum manifestadas no espaço tapajônico belterrense.

Ao tentar compreender o mundo agrário do oeste paraense, sobretudo no município de Belterra, deve-se reconhecer os múltiplos modos de vidas que experienciam o espaço amazônico. A expansão do capital no espaço agrário/aquático/florestal sobre as territorialidades camponesas e povos amazônicos tem promovido drásticas metamorfoses socioespaciais, uma vez que esse projeto territorial do capital, materializado no agronegócio latifundiário, produz impactos ambientais e exclusão social das comunidades rurais, o que afeta as práticas coletivas de ajuda mútua (*puxirum*) e de afirmação de territorialidades.

Nesse sentido, Belterra do Tapajós possui territórios em disputas, seja na “beira do rio” ou na “beira da estrada”, *locus* estes onde houve a formação socioespacial de um *campesinato-agroextrativista* que luta, resiste e persiste para que essa classe social exista, solidificando seus *puxiruns*. A formação sócio-espacial de Belterra expressam suas territorialidades nas Terras-Águas-Florestas como símbolo de luta, resistência, sobrevivência e reprodução social. A ação do capital internacional, com apoio do Estado, no passado e no presente histórico, ao explorar a natureza com significados mercantis, resultou em formas de expropriações, desterritorializações e conflitos sociais.

A paisagem cênica da região do Tapajós é composta por processos dialéticos, desvelando-se em formas marginais, subalternas, criminosas e violentas que avançam, não apenas sobre territórios das populações locais que praticam o *Puxirum* tapajônico, mas em vastas áreas propícias à expansão agrícola, ignorando a legislação ambiental e o ordenamento do território. Esse mosaico conflituoso abrange territórios tradicionais que vão do *puxirum* da “beira do rio” ao *puxirum* da “beira da estrada”. Contudo, a (ir)racionalidade capitalista e a lógica impositiva do agronegócio se manifestam como um projeto de desterritorialização do *campesinato-agroextrativista*, que no plano concreto eleva as pressões nas áreas protegidas, como a Área de Proteção Ambiental (APA) na “beira do rio” Tapajós, e a Floresta Nacional do Tapajós (FLONA) na “beira do rio” Tapajós e na “beira da estrada” BR-163 (Cuiabá-Santarém).

Essas contradições se manifestarem ainda nos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, PAE Aramanaí e PAE Pindobal na “beira do rio” Tapajós. Outros dois Projetos de Assentamento Coletivo (PAC), denominado de “Gleba da Bota”, PAC Bela Terra 1 e PAC Bela Terra 2, na “beira da estrada” BR-163, estão marcados por inúmeras irregularidades, ilegalidades e conflitos fundiários. Uma das estratégias de resistência do *campesinato-agroextrativista* é se manter na terra/território como forma de enfrentamento a um projeto hegemônico que é anti-território de vida, de trabalho e de comunidade, além de campanhas de mobilização pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra (STTRB) para garantir fortalecimento das formas de (re)existências na terra (CONCEIÇÃO, 2017).

Considerações finais

A diversidade sociocultural na Amazônia, somada ao universo natural, comporta modos de vidas que conectam povos e comunidades tradicionais, natureza e território. O *campesinato-extrativista* presente na região do rio Tapajós exemplifica esse processo, em que formas coletivas de trabalho e de ajuda comunitária, a exemplo do puxirum, convergem à proteção da natureza e do território.

O deslocamento do capital global assentado no agronegócio tem produzido uma série de ações anti-natureza e anti-território dos povos e comunidades tradicionais, sobretudo quando suas ações se direcionam à expansão de monoculturas e infraestrutura logística, o que, em geral, têm atingido os territórios do *campesinato-agroextrativista*, como se verifica no município de Belterra. Nesses conflitos, as estratégias campesinas de lutas e re-existências indicam tanto a defesa da natureza e do território, como a questão indissociável do modo de vida das comunidades tradicionais, quanto a renovação de práticas coletivas que ajudam a fortalecer os laços simbólicos e políticos dessas comunidades, a exemplo do puxirum.

Referências

- COSTA SILVA, R. G.; LIMA, L. A. P.; CONCEIÇÃO, F. S. (Orgs). **Amazônia: dinâmicas agrárias e territoriais contemporâneas**. Editora Pedro & João, São Carlos, 2018. 337p. Link: <http://www.gtga.unir.br/pagina/exibir/9501>
- CONCEIÇÃO, F.S.A. **Territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro: lutas e (re)existências dos camponeses/camponesas das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra/Pará**. 2017. 225f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, 2017.
- CONCEIÇÃO, F. S. da; RIBEIRO, A. F. A.; COSTA SILVA, R. G. da. (Des)encontros entre a estrada e o rio: o caso da Gleba da Bota no oeste da Amazônia paraense. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, ano 30, n. 1, p. 6-25, jan./jun. 2019. Link: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/7518/pdf>
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. A longa marcha do camponato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo: 15 (43), 2001, p. 185-206.
- MARQUES, Marta I. M. Agricultura e camponato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (orgs.) **Camponato e territórios em disputa**. 1.^a edição, São Paulo: Expressão Popular, São Paulo, 2008. p.49-78.
- MARTINS, José de S. [1981]. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MOURA, Margarida M. **Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988a.
- SHANIN, Teodor. Lições camponesas. Trad. MARQUES, Marta I. M.; WELCH, Clifford A. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Camponato e territórios em disputa**. 1.^a edição, São Paulo: Expressão Popular, São Paulo, 2008.

Trabalho 6

A festa 13 de Maio: ancestralidade e identidade na Comunidade Quilombola Dona Juscelina ¹ (300466)

Izarete da Silva de Oliveira ²

Elias da Silva ³

Kênia Gonçalves Costa ⁴

Luiza Helena Oliveira da Silva ⁵

Desenvolvimento textual

O presente texto traz uma reflexão sobre o principal rito existente na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO (mapa 01, p.02): a Festa do Treze de Maio, ressignificada pelos quilombolas da comunidade como a festa da abolição. Esta manifestação cultural é organizada em três momentos distintos durante o dia em que é

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

²Mestrado em Cultura e Territórios (UFT). Docente da Rede Básica de Ensino (SEDUC-TO). Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6131121087164445>. Link do ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9878-1188> E-mail de contato: profizareteoliveira2016@gmail.com.br.

³ Doutorado em Geografia (USP). Docente permanente do PPGCULT / UFT. Link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/1144427559245612>. Link do ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4931-6746>. E-mail de contato: esilvageo@uft.edu.br.

⁴ Doutorado em Geografia (UFG). Docente permanente do PPGCULT / UFT. Link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/3395795403404222>. Link do ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9962-562X>. E-mail de contato: keniacosta@mail.uft.edu.br.

⁵ Doutorado em Letras (UFF). Docente permanente do PPGL e PPGCULT / UFT. Link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/5064863441344644>. Link do ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8834-569X>. E-mail de contato: luiza.to@mail.edu.br.

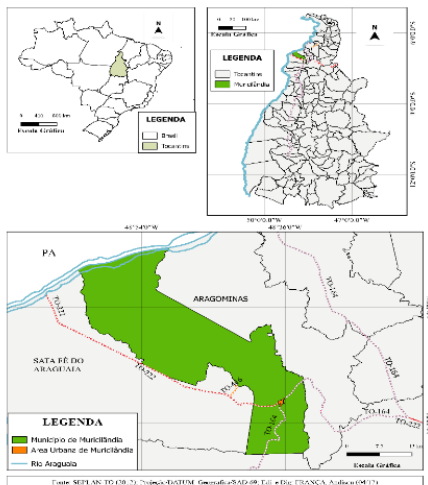
comemorada a abolição da escravatura: a “alvorada”, que ocorre na madrugada; a preparação do espaço; e o ápice desta festa, que é o Teatro da Abolição a céu aberto em frente à casa da matriarca Dona Juscelina.

A comunidade quilombola Dona Juscelina é uma das onze comunidades localizadas na região norte do Brasil e do Tocantins (mapa 01), em Muricilândia-TO no portal da Amazônia Legal. É uma comunidade quilombola que está na zona urbana com modos de vida rural. Esta recebeu este nome em homenagem à matriarca Dona Juscelina, neta de cativa, devota de Padre Cícero, romeira, benzedeira, parteira, quebradeira de coco, lavradora e griôt - o maior expoente de ancestralidade no norte do Tocantins.

O título de autodefinição foi entregue à comunidade em 2010, com 236 famílias associadas e que se autorreconheciam como remanescentes de quilombolas, contudo ainda não foi efetivado o direito à terra. Segundo a premissa do artigo 68 da Constituição Federal, *“aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”* (BRASIL, 1988, p. 78). O artigo regulamenta os procedimentos para identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos.

Assim, o entendimento de quilombo é como assevera Alex Ratts (2006), *“a terra é o meu quilombo, o meu espaço é o meu quilombo. Onde eu estou, eu estou, quando estou eu sou”*- Beatriz Nascimento (RATTS. 2006.p.59). Deste modo, nesta comunidade quilombola, é realizada a Festa Treze de Maio, o principal rito de manifestação de ancestralidade e identidade de remanescente quilombola, sendo também um instrumento de luta pelo direito ao território ancestral.

MAPA 01: Localização da Comunidade Quilombola Dona Juscelina-Muricilândia (TO)



Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Dados organizados pela autora)

Esta festa foi repassada para a matriarca Dona Juscelina ainda muito jovem por um dos seus ancestrais, um tio denominado Claro Preto do Saco, originário do Estado do Maranhão. Este é o maior legado mantido pela matriarca e é vivido pelos quilombolas, principalmente pela juventude, por meio dos ensinamentos dos grãos.

Ao fazer uma reflexão sobre a organização desta festa no decorrer do dia, é evidente a divisão em três momentos fundamentais: o cortejo da alvorada (a anunciação de cada estação); a organização do espaço (em frente à casa da matriarca); e a apresentação do teatro da abolição (onde ocorre a encenação do ato da assinatura da Lei Áurea pela princesa Izabel). A festa se encerra com o cortejo através das principais ruas da cidade com entoação de cânticos comemorando a abolição e com chamamento para as lutas do povo quilombola. Tais observações foram feitas na festa no ano de 2017.

Durante todo o dia os quilombolas que irão participar das comemorações se preparam. Pintam o corpo com uma mistura feita de carvão amassado com óleo de cozinha, usada principalmente por quilombolas crianças e jovens, num momento imbuído de significados para a comunidade

onde pulsa a ancestralidade. Esta simbologia traduz a grandeza das manifestações da cultura, sendo, portanto, uma referência por si só.

Da Matta (1987, p.6), o antropólogo, explica que alguns aspectos banais da vida social transformados em símbolos retratam uma dada realidade sociocultural. Essa concepção nos faz entender que os ritos e rituais representam uma ligação do passado com o presente, sendo formas culturais e suas manifestações mediadas pela língua e pelos símbolos.

Segalen (2002, p. 31) diz sobre os ritos e rituais, definindo-os como: *[...] o rito é caracterizado por uma configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de linguagem e comportamentos específicos e por signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns do grupo.* Assim, não é apenas uma apresentação teatral, pois, esta é clivada de elementos e símbolos e evoca a própria cultura e as crenças de todos que são envolvidos como um todo, amalgamando a identidade quilombola.

Desta maneira, todos que estavam presentes na festa da abolição estavam em conjunção com o evento e foram marcados pela atmosfera da preparação para a performance do teatro da abolição, e, ao fazê-lo, tiveram *“[...] diferentes posições passionais, saindo de estados de tensão e disforia para estados de relaxamento e euforia ou vice-versa [...]”* (BARROS, 1994, p.47). Neste caso, considera-se o entusiasmo como elemento fundador que intensifica a conjunção entre os actantes no espaço onde ocorre a festa da abolição, levando-os a esta maior expressão do ser quilombola deste quilombo!

Referências

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1994.
- DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRASIL. MEC, Ministério da Educação e Cultura. **Salto para o Futuro: Educação Quilombola** – Boletim 10, 2007, p.10.

BRASIL. **Decreto Nº 4.887**, de 20 de Novembro de 2003. *Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm Acesso em: outubro de 2017.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial (SP) e Instituto Kuanza, 2006.

Trabalho 7

Eles estão entre nós, o que nos dizem? Análise da Produção Intelectual de Sujeitos de Povos e Comunidades Tradicionais ¹ (303283)

Mônica Celeida Rabelo Nogueira ²

O que se pode esperar quando sujeitos provenientes de contextos comunitários chamados tradicionais - indígenas, quilombolas e camponeses, dentre outros -, que historicamente foram tomados como “objeto” de interesse das ciências, se fazem presentes na universidade e interpelam a ciência a partir de seus próprios sistemas de conhecimento? A partir da experiência do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), na Universidade de Brasília, esta comunicação analisa a produção intelectual de sujeitos de povos e comunidades tradicionais (PCTs) formados pelo programa, atenta às suas especificidades, bem como a aspectos epistemológicos relativos à diversidade dos modos de conhecimento e desafios à interculturalidade. O programa é apresentado brevemente e, em seguida, são destacados dois aspectos que se apresentam de forma articulada e recorrente em dissertações defendidas por PCTs: a enunciação de vozes coletivas e a geração de conhecimento a partir da experiência³.

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutora em Antropologia Social, Coordenadora do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4541-7008>. E-mail: celeida@unb.br.

³ Dissertações defendidas no MESPT estão disponíveis em: <http://www.mespt.unb.br/index.php/acervo>.

O MESPT é uma iniciativa pioneira, em nível de pós-graduação, para a formação de profissionais indígenas, quilombolas, sujeitos oriundos de outros contextos comunitários abarcados pela categoria Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil - além de profissionais, sem origem comunitária, que atuam junto a PCTs, em posições institucionais diversas (órgãos do poder executivo e judiciário, organizações da sociedade civil e movimentos sociais). O MESPT visa à formação de profissionais para o desenvolvimento de pesquisas e intervenções sociais em prol do exercício de direitos, do fortalecimento de processos autogestionários da vida, do território e do meio ambiente, da valorização da sociobiodiversidade e salvaguarda do patrimônio cultural (material e imaterial) de PCTs. Três são os eixos do MESPT: no plano teórico, a sustentabilidade no território, em sentido amplo - e, portanto, não restrita à dimensão ambiental -; no plano metodológico, a interdisciplinaridade; e, em plano transversal, o diálogo de saberes.

Criado em 2010, o MESPT tem respondido a uma demanda nacional, acolhendo estudantes e problemáticas de todas as regiões do país (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul). Até o momento, foram titulados 88 mestres, de março de 2011 a outubro de 2020. As dissertações e demais produtos gerados a partir dos processos de investigação/intervenção social realizados por esses egressos indicam forte incidência social, além de inovações teórico-metodológicas. Os egressos têm seguido trajetórias diversas, havendo aqueles que ingressaram em cursos de doutorado, os que seguiram em seu exercício profissional ou se reposicionaram institucionalmente, mas em todos os casos esses sujeitos têm buscado repercutir a formação recebida e/ou aplicar os conhecimentos produzidos em seus contextos de atuação profissional - sejam esses o de associações comunitárias, organizações de assessoria, movimentos sociais ou órgãos de governo.

Destaca-se como uma característica comum de parte das dissertações defendidas no programa, a chave autobiográfica. Esses estudos partem da experiência do sujeito. Pode-se reconhecer nisso um traço hermenêutico,

em um duplo movimento de vigilância e honestidade intelectuais – de ter presente para si quem se é, no contexto de estudo, e dar a saber a quem lê sobre esse lugar de fala, para que se possa compreender as escolhas teóricas e metodológicas, as análises propostas. Mas uma outra face da questão é que essas narrativas em chave autobiográfica afirmam vozes coletivas. Esses intelectuais se apropriam da própria biografia para afirmar o seu pertencimento a um segmento específico da sociedade. Ou seja, eles falam sobre e a partir da diferença, para realizar uma política de identidade. Afir-mam, portanto, um lugar específico de enunciação e do próprio labor intelectual, em razão de um compromisso político com seu grupo de ori-gem e vinculação.

Meu compromisso é o de ser um interlocutor da minha comunidade, junto à sociedade não indígena e, por isso, seguir estudando foi sempre uma meta importante para mim. O meu objetivo era conquistar o nível superior, porque via nisso uma oportunidade de contribuir com a minha comunidade. (Peruare, 2012: 21).

A assunção de um lugar de fala inscrito no pertencimento étnico / comunitário se converte então em ação política. Michel Foucault (2011) já havia chamado a atenção para a *função autor*, para revelar como a autoria guarda em si um modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade. E naturalmente essas nar-rativas são críticas sobre as relações desses povos e comunidades tradicionais e o conjunto da sociedade brasileira. Por isso, muitas partem da demonstração da violência da colonização e posicionam os PCTs em zonas de permanente fricção interétnica.

Observa-se então um esforço de reinterpretação da história, visibili-zando a violência da experiência colonial, mas também um esforço de reapropriação dos marcadores da diferença cultural. Vale lembrar que não se trata de um colonialismo superado, no passado, mas de suas atualiza-ções, do racismo e das presentes disputas territoriais que incidem sobre os territórios tradicionais. Nesse sentido, essas narrativas se instauram como

exercícios de (re)leitura, (re)escritura e (re)existência crítica (Porto-Gonçalves, 2006) dos PCTs.

Esses autores se apresentam como sujeitos históricos, porque herdam de sua coletividade uma posição social estigmatizada, mas atuam em um espaço de intersecção entre suas comunidades de base e a sociedade dominante. Desse lugar, podem exercitar a crítica às relações sociais profundamente assimétricas e coloniais que persistem no Brasil.

A chave autobiográfica nessas dissertações também informa sobre uma orientação político-pedagógica do MESPT, que é a valorização da experiência. Afinal, esses são sujeitos impregnados pela vivência coletiva, são sujeitos implicados no contexto estudado, que podem tomar a própria experiência e a de suas comunidades como fonte de conhecimento. O ambiente acadêmico comumente privilegia o conceito em desfavor da experiência, obedecendo ao paradigma cartesiano que se funda na cisão consciência – mundo, dando prerrogativas à dimensão cognitiva e à sua capacidade de abstração para a apreensão ou produção de realidade: penso, logo existo. Mesmo nas Ciências Sociais e Humanas, o cânone é objetivar a subjetividade, por meio do distanciamento e, quando não, da objetificação de pessoas e situações. O MESPT assume uma rota distinta ao reconhecer a experiência como *locus* de conhecimento.

Essas experiências são incorporadas ou gravadas no corpo, como disposições, em estreita vinculação com a vivência no território. Dito de outro modo, são aprendidas por meio do que é vivido no corpo e no território, ou no corpo-território (Corrêa Xakriabá, 2018), estabelecendo disposições auditivas, táteis, olfativas, entre outras.

Penso que a intelectualidade indígena não está apenas na elaboração do pensamento que acontece na cabeça. Está na elaboração do conhecimento produzido a partir das mãos, das práticas e de todo corpo. E todo corpo é território e está em movimento, desde o passado até o futuro. É aí que a intelectualidade indígena acontece. (Corrêa Xakriabá, 2018: 170).

A experiência encarnada gera, portanto, habilidades perceptivas particulares incluindo a dimensão perceptiva do sonho, tão importante para

grande parte das sociedades ameríndias e demais PCTs. Afinal, para que o sonho se constitua como dimensão perceptiva é exigido um aprendizado do corpo e da mente.

Segundo os anciões Manxineru, na cultura do povo Manxineru, além da utilização do kamalampi (cipó), da Kanatshiro, da Kahiwa, da Ksopa e os animais mensageiros para fazer a conexão com o universo, com o espírito da floresta e da natureza, em geral, existe a técnica do sonhador de compreender os universos e o espírito da floresta, através do sonho e dos mensageiros animais. Assim ele entende o perfil de uma pessoa comparando-a com o animal com o qual ele sonhou, ou seja o sinal das mensagens dos animais. Cada animal tem o seu comportamento próprio diferente de outros, assim como os humanos. Isso funciona até o tempo presente para o povo Manxineru. (Manchineri, 2017: 29).

O neurocientista brasileiro Sidarta Ribeiro (2019) tem informado sobre os prejuízos que a desqualificação dessa dimensão perceptiva, em sociedades urbano-industriais, tem causado à humanidade. Por que não experimentar os efeitos, portanto, desse pensamento sobre o nosso? Afinal, o diálogo de saberes refere-se também a diversas formas de saber - e não apenas a sistemas/regimes de conhecimento. Noutras palavras, é colocar em diálogo - e, em alguma medida, revalorizar - saberes práticos, sensíveis, saber viver, saber fazer, ao lado de saberes lógico-verbais preponderantes (quando não supervalorizados, no ambiente acadêmico). Nesse sentido, o diálogo de saberes nos coloca em contato com outros aspectos filosóficos sobre as relações interpessoais, interespecies, da nossa relação com a Terra implicados na produção de conhecimento e pode contribuir, portanto, para uma necessária mudança de paradigma no meio acadêmico.

Não podemos negar que um dos aspectos determinantes da crise socioambiental e civilizacional que vivenciamos no presente tem a ver com o caráter hegemônico da ciência e da tecnologia sobre outros regimes de conhecimento. Por isso, parece ser conveniente, se não necessário, habilitar sujeitos PCTs para o diálogo ou a interpelação da sociedade dominante. Trata-se de formar, no mínimo, agentes de diálogo e quiçá

uma nova intelectualidade (indígena, quilombola ou outra) para realizar a crítica social do modelo de desenvolvimento que parece nos arrastar para o colapso, além da formulação de novos cenários de futuro e alternativas teórico-práticas para os problemas contemporâneos.

Com essa perspectiva, além da pesquisa colaborativa, o MESPT aposta na abertura da universidade para sujeitos originários de comunidades, em um espaço considerado por excelência o espaço da produção de conhecimento, para que formados como pesquisadores, estejam habilitados a fazerem os trânsitos entre diferentes sistemas de conhecimento e, a partir deles, as seleções e combinações que entenderem prudentes e convenientes. Há algo de potencialmente revolucionário no alçamento desses sujeitos a esse espaço - desde que isso se faça sem a sua total submissão às formas de pensar e fazer da Academia, mas com abertura para experimentações.

Referências

- CORRÊA XAKRIABÁ, Célia Nunes. **O barro, o jenipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá**: reativação da memória por uma educação territorializada. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2018.
- FOUCAULT, M. O que é um autor? In: S. QUEIRÓS, **O que é um autor? de Michel Foucault**: duas traduções para o português. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2011, p. 51-82.
- MANCHINERI, Lucas Artur Brasil. **Milho, massa, koshma e caiçuma**: um percurso etnográfico no desenvolvimento sustentável dos Manxineru: do passado ao presente. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2017.
- PERUARE, Vitor Aurape. **Yakuigady**: cultura e sustentabilidade nas máscaras rituais do povo Kurâ-Bakairi. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2012.
- PORTO-GONÇALVES, C.W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: A.E. CECEÑA (coord.), **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires, CLACSO, 2006, p. 151-198.

RIBEIRO, Sidarda. **O oráculo da noite**: a história e a ciência do sonho. Companhia das Letras, 2019.

GT 9

Agricultura local, alimentação e segurança alimentar

Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani ¹

Andrea Rossi Scalco ²

Washington José de Souza ³

¹ UNESP

² UNESP

³ UFRN

Trabalho 1

Povos de Terreiro, abate religioso de animais não-humanos e a efetivação dos direitos à liberdade religiosa e à Segurança Alimentar e Nutricional ¹ (299932)

Ilzver de Matos Oliveira ²

Pedro Meneses Feitosa Neto ³

Laura Quiroga Oliveira ⁴

Caio Gonçalves Silveira Lima ⁵

Érica Maria Delfino Chagas ⁶

Tayane Michele Santos Rocha ⁷

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Pós-doutor (PPGD/UFBA). Doutor em Direito (PUC-Rio). Mestre em Direito (UFBA). Professor do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Tiradentes (PPGD/UNIT), Editor-executivo da Revista Interfaces Científicas - Direito. Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos. Presidente da Comissão da Verdade Sobre a Escravidão Negra da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Sergipe (OAB/SE). E-mail: ilzver.matos@souunit.com.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4770751511233073> ORCID: orcid.org/0000-0002-3710-7237

³ Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes – PPGD/UNIT com bolsa Prosup/Capes. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos – CNPq/PPGD/UNIT. E-mail: pedro.gepm@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7137246666834791> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4316-3208>

⁴ Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos – CNPq/PPGD/UNIT. E-mail: lauraoliveira.elia@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3350835190584428>

⁵ Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes – PPGD/UNIT com bolsa Prosup/Capes. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos – CNPq/PPGD/UNIT. E-mail: cedrocaio@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2449088357014894>

⁶ Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes – PPGD/UNIT com bolsa Prosup/Capes. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos – CNPq/PPGD/UNIT. E-mail: ericamdelfino@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7114449553122578>

⁷ Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes – PPGD/UNIT com bolsa Prosup/Capes. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos – CNPq/PPGD/UNIT. E-mail: tayanemichele@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1160652726440912>

Introdução

Na esteira da decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário n.º 494601, aborda-se, nesse trabalho, o abate religioso de animais não-humanos nas expressões religiosas dos povos e comunidades tradicionais de terreiro, trazendo uma análise da relação do direito de liberdade religiosa com a garantia ao direito à alimentação.

O direito à alimentação adequada é intrínseco a todos os seres humanos e garantido no texto constitucional. A garantia abarca o acesso continuado, constante e irrestrito, de forma direta ou por intermédio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes.

Contudo os direitos à alimentação e à segurança alimentar e nutricional – SAN – assim como outros direitos, não fazem parte da realidade de muitas pessoas que se localizam em regiões ou áreas periféricas e carentes de investimentos estatais estruturantes.

Também, é nessas áreas onde geralmente os terreiros se estabelecem, já que o processo histórico de perseguição e estigmatização dessas comunidades tradicionais, refletiu na sua marginalização espacial-geográfica e no seu deslocamento para as regiões periféricas das cidades. De modo que a invisibilização e os preconceitos sofridos por esses grupos acarretaram prejuízo no exercício de diversos direitos à população periférica brasileira, dentre eles, o de gozarem de uma alimentação adequada.

Assim, discute-se aqui que, para além da função religiosa, os povos e comunidades de terreiro, têm importância crucial – dentre tantas outras, tais como a proteção ao meio ambiente e a preservação do patrimônio histórico e cultural afro-brasileiro – na garantia do direito à alimentação dos integrantes da comunidade de terreiro e da população que vive nos arredores dele, explicitando-se, por fim, a conexão estreita da liberdade de culto e crença com o abate religioso de animais não-humanos nessas comunidades e, com o papel delas na garantia do direito à segurança alimentar e nutricional.

Desenvolvimento

Inicialmente, os resultados do levantamento suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2013, realizado em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome divulgado pelo IBGE (2014), nos quais se observa que dos 97.894 homens que participaram da pesquisa, 25.275 encontram-se em situação de insegurança alimentar - IA - e, de 103.573 mulheres que participaram, 26.777 se encontram nessa situação de violação de direitos, ou seja, aproximadamente 25% dos entrevistados encontram-se em situação de insegurança alimentar.

Além disso, nota-se que dos 93.202 entrevistados brancos, apenas 15.992 encontram-se em insegurança alimentar, enquanto entre 106.624 pretos e pardos entrevistados, esse número é de 35.603. Portanto, foram registradas maiores prevalências de IA em domicílios de pessoas negras do que em domicílios de pessoas brancas. (IBGE, 2014).

Segundo o Ministério de Direitos Humanos (2018, p. 152) os povos de terreiro, majoritariamente negros, levam consigo as marcas indelévels da escravidão negra nas Américas, além de serem vítimas do racismo estruturante da sociedade brasileira e do histórico de abandono estatal. Isso resultou, como uma herança, nas condições de vida precárias, exclusão social e discriminação que ainda são presentes na vida do negro no Brasil. (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 152).

Além disso, a partir dos dados do Censo de 2010, pode-se concluir que o perfil das pessoas que vivem sob extrema pobreza coincide com o perfil socioeconômico da maioria das sacerdotisas de comunidades tradicionais de terreiro: mulheres negras com baixa escolaridade e renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos. (SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO; SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2011, p. 158).

Foram realizadas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional - CNSAN, mas, no que diz respeito aos povos de terreiro, os

temas relacionados ao direito humano à alimentação adequada e à segurança alimentar só tiveram papéis centrais nos debates a partir da IV CNSAN, que foi precedida pelo “I Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra e dos Povos e Comunidades Tradicionais” (Guarapari – ES, 4 a 6 de setembro de 2011) e pelo o “I Encontro Nacional de SAN no Contexto da Política de Desenvolvimento Urbano” (Brasília – DF, 10 a 12 de agosto de 2011). A junção das conclusões dos dois eventos consubstanciou o documento base para apresentação na IV CNSAN. (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 28-29).

O Decreto n.º 7.272/2010, de regulamentação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, também estabeleceu os critérios para elaboração dos Planos Nacionais de SAN (PLANSANs) pautando a realização de monitoramento das políticas de SAN e tratando sobre os meios de gestão. O I PLANSAN (2012-2015) utilizou-se dos programas “Agricultura Familiar” e “Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial” para tratar sobre a segurança alimentar e nutricional. (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 30-33).

Assim, vê-se como é estreita a relação entre insegurança alimentar, raça e povos tradicionais de terreiro, pois, além das pesquisas que apontam, em números, essa conexão, a legislação e as políticas públicas sobre o tema passaram a considerar a importância de ampliar a consideração sobre os impactos dessa situação de violação de direitos humanos nas populações negras e aos povos de terreiro, pois, evidenciou-se sua maior vulnerabilidade nessa temática.

As comunidades e povos de terreiro, situadas majoritariamente em locais marcados pela escassez, possuem papel fundamental no combate à fome nessas áreas, pois, além de a comida estar sempre presente nas suas cerimônias, é parte do cotidiano dos povos de terreiro a sua distribuição à comunidade externa. Os povos e comunidades de terreiro, portanto, são espaços para a prática litúrgica das suas diversas expressões religiosas, da solidariedade e do acolhimento. (TORRES e outros, 2011, p. 122).

Nesse contexto, a liturgia religiosa e solidária que é o ato de utilizar o animal não-humano na tradição dos povos de terreiro, concretiza-se mediante tratamento especial ao animal e somente após constatação de que ele está saudável, sem maus tratos nem doenças. Assim, para os povos de terreiro, enquanto o animal viver, ele deve ser bem cuidado, pois, para eles, é sagrado. (TADVALD, 2007, p. 132). Além disso, se o animal - através de ações específicas - demonstrar que não está disposto a ser sacrificado para participar do processo de alimentação, ele não poderá ser imolado, sob pena de que, se assim não for, sejam gerados infortúnios para a comunidade. É por isso que devem ser bem tratados e alimentados, festejados com danças, cânticos e acalmados com folhas tranquilizantes, para, no momento do abate, o ato ser o mais rápido e indolor possível. (NASCIMENTO, 2015, p. 68).

O animal será transformado em alimento, simbolizando uma dinâmica de solidariedade, ao passo que todos os envolvidos na liturgia podem usufruir da refeição. O consumo do alimento oferecido configura uma forma de comunhão com os deuses, pois “na visão de diversos adeptos, este ato permite que se espalhe o axé (uma espécie de energia, que pode ser traduzida em termos maussonianos de mana) para muitos lugares e entre várias pessoas.” (TADVALD, 2007, p. 130).

Foi, então, em 28 de março de 2019, que a corte superior brasileira finalizou o julgamento do Recurso Extraordinário e o decisório foi no sentido de que a adição ao código de proteção animal do Rio Grande do Sul era constitucional, assim como o abate religioso de animais não-humanos em liturgias de expressões religiosas de povos tradicionais de terreiro. (BRASIL, 2019).

Conclusão

Essa decisão foi celebrada pelos povos de terreiro e pelo movimento negro em todo o país, pois a decisão vem atrelada à discussão sobre o racismo religioso e, o não provimento do Recurso, significou um novo olhar

institucional, ou seja, demonstrou um avanço jurídico no entendimento sobre a relação entre povos de terreiro, abate religioso de animais não-humanos em suas liturgias, liberdade religiosa e o direito à segurança alimentar e nutricional.

Dessa maneira, como o abate de animais não-humanos integra a liturgia de variadas expressões religiosas de povos e comunidades tradicionais de terreiro, ela também é abarcada pelo chamado direito à liberdade religiosa, propriamente no que diz respeito à liberdade de culto, com a garantia da proteção à sua liturgia, ou seja, liberdade de praticar todos os ritos próprios dessas religiões.

Conclui-se, assim, a partir do que foi discutido, que nos povos e comunidades tradicionais de terreiro, o direito à alimentação adequada se interliga com a liberdade religiosa devido à indispensabilidade do abate religioso de animais não-humanos, que, além de cumprir um papel litúrgico sagrado, histórico e ancestral, é imprescindível no enfrentamento à fome nestas comunidades.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** / Marcos Antônio Oliveira Fernandes Organização. 23.ed. São Paulo: Rideel, 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 494.601 - RS. Recorrente: Ministério Público do Estado do Rio Grande Do Sul. Recorridos: Governador do Estado Do Rio Grande do Sul; Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande Do Sul. Relator: Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello. Brasília, 28 de março de 2019. **Acompanhamento processual**. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2419108>. Acesso em: 30. Jul. 2019.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios – Segurança Alimentar, 2013**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>. Acesso em: 2. ago. 2019.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de terreiro: Segurança Alimentar, nutricional e Inclusão produtiva** / elaboração de Taís Diniz Garone- Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 242 p. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/seppir/comunidades-tradicionais-de-matriz-africana-e-povos-de-terreiro-seguranca-alimentar-nutricional-e-inclusao-productiva>. Acesso em: 30. Jul. 2019.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Alimentação socializante: Notas acerca da experiência do pensamento tradicional africano. **Revista Dasquestões**, n.2, fev/maio 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320930892_Alimentacao_Socializante_Notas_acerc_a_da_experiencia_de_pensamento_tradicional_africano. Acesso em: 2. ago. 2019.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO; SECRETARIA

NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros – Síntese de Resultados. In: ARANTES, Luana Lazzeri; RODRIGUES, Monica (orgs.). **Alimento: Direito Sa- grado**. Pesquisa socioeconômica e cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros. Brasília: MDS, p. 37-62, 2011. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/294.pdf>. Acesso em: 2. ago. 2019.

TADVALD, Marcelo. **Direito litúrgico, direito legal: a polêmica em torno do sacrifício ritual de animais nas religiões afro-gaúchas**. In: Revista Caminhos, Goiana, v. 5, n. 1, p. 129- 147, jan./jun. 2007. Disponível em: seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/443. Acesso em 2. Ago. 2019.

TORRES, Junia; CYRENO, Lara; VILARINO, Marcelo; BARROS, Rafael. Construindo uma pesquisa compartilhada: notas sobre a proposta metodológica. In: ARANTES, Luana Lazzeri

Trabalho 2

Quilombos paulistas: a Política Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em sua interface com as comunidades tradicionais frente ao Projeto de Lei Estadual nº 529 de 2020 ¹ (296949)

Silvia Cristina Vieira Gomes ²

Paula Garcia Lima ³

Eduardo Festozo Vicente ⁴

Introdução

A Política Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil encontra-se parametrizada em especial pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), executada com base no Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) e possui em seu quadro de público alvo prioritário as comunidades quilombolas (VIEIRA et al., 2020; VIEIRA, 2016).

Em território paulista, com a publicação do PL 529 em 13 de agosto de 2020, as comunidades tradicionais tendem a amargar uma penalização

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestra e Doutorando do Programa de Pós Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – UNESP FCE Tupã SP. orcid.org/0000-0003-2413-556X. E-mail: silvia.cv.gomes@unesp.br

³ Mestra e Doutorando do Programa de Pós Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – UNESP FCE Tupã SP. orcid.org/0000-0001-9770-4976. E-mail: paulatulipa@hotmail.com

⁴ Professor Assistente Doutor junto à Faculdade de Ciências e Engenharia – FCE/UNESP Tupã SP. orcid.org/0000-0002-9154-3574. E-mail: eduardo.vicente@unesp.br

no atendimento da ATER, devido às novas condições estruturais, com proposta de extinção da base oficial deste tipo de atendimento, desmonte da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) e Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) (SP, 2020).

As comunidades remanescentes de quilombos possuem uma tradição de cultivo agrícola enraizada em sua própria história. Neste sentido, o apoio da ATER favorece um modelo de produção contemporâneo, sem perder os parâmetros sustentáveis do cultivo do passado, como orientação integralizada na PNATER. Esta, por sua vez, possui como base elementar o cultivo agroecológico e fomento da qualidade de vida dos atendidos, os quais são descritos na Legislação Federal em Brasil (2004) e confirmado por Caporal e Costabeber, (2004); Vieira (2016); Gomes et al. (2020), com respaldo de Olinger (2020). Todos os documentos refletem uma consonância e respeito aos parâmetros culturais e o modo de vida sustentável das comunidades tradicionais.

Desta forma, a ATER tende a possibilitar a essas comunidades tornarem-se mais produtivas, tanto para o abastecimento local quanto para comercialização do excedente. Portanto, a Política Pública de ATER é um direito fundamental, garantido por meio do arcabouço legal, destinada para um público alvo específico e prioritário, onde se encontram inseridas as comunidades remanescentes de quilombos no Brasil (VIEIRA, 2016; BRASIL, 2004; 2005; 2010). Tal política é essencial para a manutenção destas comunidades tradicionais, atualmente, encontra-se ameaçada por meio do PL 529/2020.

Posto isto, este estudo tem como objetivo geral buscar como as comunidades tradicionais remanescentes de quilombos localizadas no estado de São Paulo podem ser diretamente prejudicados com o PL 529 de 2020. Especificamente, busca-se:

- a) Mensurar os quilombos do Estado de São Paulo que serão prejudicados com o PL nº 529 de 2020;
- b) Pontuar os benefícios da Política Pública de ATER para povos quilombolas.

A base metodológica adotada nesta pesquisa, de caráter científico, está ancorada em Gerhardt e Silveira (2009) e resume-se a uma revisão bibliográfica de característica descritiva e exploratória.

Resultados e discussões

Por meio da Constituição Brasileira de 1988, ocorreu o reconhecimento ao direito da titulação das comunidades quilombolas: “Não obstante, empreenderam-se discussões sobre quem são e como podem ser entendidos e identificados os ‘remanescentes de quilombos’, questionando-se a definição do conceito no artigo constitucional” (CARRIL, 2017, p. 541). Assim, foi por meio do Decreto nº. 4.887/2003 que possibilitou “regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos” (BRASIL, 2003, p.1).

Nota-se um *gap* informacional sobre o número exato de quilombolas no Brasil. Para mitigar esta lacuna, a métrica oficial passará a ser validada por meio do Censo de 2020. Anteriormente, nas outras edições censitárias, as comunidades quilombolas do Brasil não integravam a base de dados do Censo Demográfico, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sobre a temática, a Fundação Cultural Palmares (sd, p. 1) relata que “os resultados sobre povos e comunidades tradicionais deverão ser disponibilizados em 2022”.

Mesmo na ausência de dados oficiais do IBGE, o Estado de São Paulo mensurou 36 comunidades remanescentes de quilombo. Neste contexto, seis destas foram tituladas em terras públicas estaduais, somando um número superior a 1,4 mil famílias que vivem nestas comunidades, que permeiam 14 municípios paulistas, descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Comunidades remanescentes de quilombo no Estado de São Paulo.

Nº	Comunidade	Município	Famílias	Área (ha)	Reconhecido
1	Ivapotunduva	Eldorado	98	2.754,36	1998
2	Maria Rosa	Iporanga	25	3.375,66	1998
3	Pedro Cubas	Eldorado	40	3.806,23	1998
4	Pilões	Iporanga	63	6.222,30	1998
5	São Pedro	Eldorado/Iporanga	39	4.688,26	1998
6	Cafundó	Salto de Pirapora	24	209,64	1999
7	Caçandoca	Ubatuba	50	890,00	2000
8	Jaó	Itapeva	53	165,77	2000
9	André Lopes	Eldorado	76	3.200,16	2001
10	Nhanguara	Eldorado/Iporanga	91	8.100,98	2001
11	Sapatu	Eldorado	82	3.711,62	2001
12	Galvão	Eldorado/Iporanga	34	2.234,34	2001
13	Mandira	Cananéia	16	2.054,65	2002
14	Praia Grande	Iporanga	34	1.584,83	2002
15	Porto Velho	Iporanga	19	941	2003
16	Pedro Cubas de Cima	Eldorado	22	6.875,22	2003
17	Capivari	Capivari	17	6,93	2004
18	Brotas	Itatiba	32	12,48	2004
19	Cangume	Itaóca	37	724,6	2004
20	Camburi	Ubatuba	39	972,36	2005
21	Morro Seco	Iguape	47	164,69	2006
22	Poça	Eldorado/Jacupiranga	41	1.126,14	2008
23	Ribeirão Grande/Terra Seca	Barra do Turvo	77	3.471,04	2008
24	Cedro	Barra do Turvo	23	1.066,11	2009
25	Reginaldo	Barra do Turvo	94	1.279,68	2009
26	Pedra Preta/Paraíso	Barra do Turvo	80	3.280,26	2009
27	Sertão de Itamambuca	Ubatuba	31	509,94	2010
28	Peropava	Registro	25	395,98	2011
29	Bombas	Iporanga	16	2.512,73	2014
30	30. Aldeia	Iguape	17	7.350,63	2014
31	Abobral Margem Esquerda	Eldorado	38	3.459,23	2014
32	Engenho	Eldorado	15	534,11	2014
33	Ex Colonia Velha	Cananéia	10	2.399,02	2015
34	Biguazinho	Miracatu	9	792,47	2018
35	Piririca	Iporanga	14	1.081,50	2018
36	Ostra	Eldorado	17	238,63	2018

Fonte: São Paulo, (sd) com dados da Fundação ITESP

Embora a ATER pública paulista tenha sua coordenação central na governança da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, é por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), antiga Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI),

que ocorre a predominância dos atendimentos de assistência técnica rural pública gratuita. Para as comunidades remanescentes de quilombos em terras paulistas apresentadas no Quadro 1, a ATER é realizada de maneira customizada por meio da Fundação Itesp que possui em seu rol de atribuições:

Promover a capacitação dos beneficiários quilombolas, complementada com políticas públicas de desenvolvimento em atividades agrícolas, manejo florestal, produção artesanal, comercialização, infraestrutura, com ações nas searas da saúde, educação, gestão social, meio ambiente, turismo, com incentivo a autonomia de acordo com o “*modus vivendi*”, em respeito às suas tradições (SÃO PAULO, sd).

Além dos benefícios específicos da ATER, o ITESP também possui atribuições tipificadas para outros interesses dos povos quilombolas como reconhecimento oficial destas comunidades e a regularização de suas áreas (SÃO PAULO, sd). Estes trabalhos, de maneira geral, potencializam o resgate cultural e o sentimento de pertencimento, os quais tendem a fomentar o etnodesenvolvimento.

Síntese conclusiva

Caso realmente seja implementado o PL nº 529 de 2020, haverá a obliteração da Fundação ITESP, fazendo com que as comunidades remanescentes de quilombo sejam eminentemente prejudicadas. A mensuração governamental contabilizou 1.445 famílias que vivem nestas comunidades, perfazendo uma área total de 79.794,53 ha, localizadas em 14 municípios paulistas. Estas, por sua vez, serão duramente penalizadas, não somente no viés da ATER, mas também em outros benefícios complementares que possuem estreito vínculo com a assistência e apresentam-se diretamente ligados à promoção do etnodesenvolvimento. Na busca de mitigar efeitos danosos, a sociedade e as comunidades organizam-se em defesa do direito à Política Pública. Até o momento, não se encontrou nenhum fato que legitime o PL nº 529/2020, seja na perspectiva das comunidades

tradicionais quanto aos demais beneficiários da Política Pública de ATER paulista.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em out 2020.

BRASIL. **PNATER** - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Versão final. Brasília: MDA, maio de 2004.

BRASIL. **PRONATER**. Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural 2005. Disponível em www.faser.org.br/anexos/Pronater.doc. Acesso em out 2020.

BRASIL. **Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em out 2020.

CARRIL, L. F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**. v. 22, n. 69, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n69/1413-2478-rbedu-22-69-0539.pdf>. Acesso em out 2020.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília, MDA/SAF, 2004.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **IBGE vai incluir informações quilombola no censo de 2020**. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/?p=55555>. Acesso em out 2020.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 2, 2009.

OLINGER, G. **Aspectos Históricos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina. Florianópolis**: Epagri, 2020.

SÃO PAULO. Estado de São Paulo. ITESP. **Comunidades remanescentes de quilombos**. Sem data. Disponível em: http://201.55.33.20/?page_id=3483. Acesso em out. 2020.

SÃO PAULO. (SP). Estado de São Paulo. **Projeto de Lei 529 de 13 de agosto de 2020.**

Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000332222>. Acesso em set. 2020.

VIEIRA, S. C. **O papel do extensionista no fluxo de informações entre pesquisadores do agronegócio e produtores rurais.** Dissertação de mestrado. PGAD. UNESP –

FCE. Tupã. 2016. Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/143426/vieira_sc_me_tupa.pdf sequence=4&isAllowed=y. Acesso em set. 2020.

VIEIRA, S. C.; BERNARDO, C. H.; LOURENZANI, A. E. B. S.; SATOLO, E. G.. La historia de la extensión agrícola en Brasil: de la reproducción a la reflexión. **Historia Actual Online**, v. 52, p. 45-56, 2020. Disponível em <https://historia-actual.org/Publicaciones/index.php/hao/article/view/1868>. Acesso em out. 2020.

Trabalho 3

A importância de alimentos tradicionais no contexto da segurança alimentar e nutricional de comunidades indígenas ¹ (301270)

Andréa Rossi Scalco ²

Nelson Russo de Moraes ³

Karen Cristina de Andrade Pereira ⁴

Introdução

Conforme as diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, todos os indivíduos têm o direito a uma alimentação não apenas como requisito único de sua sobrevivência, mas também a uma alimentação nutritiva e adequada de maneira que promova e assegure sua saúde e seu bem-estar (BRASIL, 2010). Neste sentido, pautado na agenda de desenvolvimento sustentável, a Organização das Nações Unidas (ONU) estipulou que diversos países implementem os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) até o ano de 2030. Dentre os 17 objetivos, têm-se o objetivo número dois que estabelece “acabar com a fome, alcançar a

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Profa. Dra. em Engenharia de Produção, Faculdade de Ciência e Engenharia, Unesp/Tupã, <http://lattes.cnpq.br/8342732369701029>, andrea.scalco@unesp.br.

³ Prof. Dr. em Comunicação e Cultura Contemporânea, Faculdade de Ciência e Engenharia, Unesp/Tupã, <http://lattes.cnpq.br/6708471420702848>, nelson.russo@unesp.br.

⁴ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento, Bolsista Capes (Programa de Demanda Social), Faculdade de Ciência e Engenharia, Unesp/Tupã, <http://lattes.cnpq.br/5724320478417147>, karen.andrade@unesp.br.

segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.” (ONU BR, 2017, p.1).

No entanto, de acordo com o documento temático apresentado pelas Nações Unidas no Brasil no ano de 2017 sobre os ODS, em relação às ações de combate a fome o Brasil teve grandes avanços, todavia, povos tradicionais como os indígenas, quilombolas e ribeirinhos enfrentam ainda grandes desafios, sendo necessárias ações efetivas para que essas populações também tenham a garantia de uma alimentação nutritiva adequada e de forma suficiente (ONU BR, 2017).

Dentre os povos tradicionais, destacam-se os povos indígenas que segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (2014) são grupos que se consideram diferentes em relação a outros segmentos da sociedade e que estão determinados a preservar e a transmitir para gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, tendo em vista sua existência contínua como povos, consoante com seus padrões culturais, instituições sociais e sistema jurídico.

No Brasil segundo o Instituto Socioambiental (2020), há cerca de 724 terras indígenas em diferentes fases do procedimento demarcatório e distribuídas por todos os estados do Brasil, além de 262 etnias e 154 línguas e dialetos. Desse modo, ao se realizar pesquisas com povos indígenas, é essencial considerar as grandes diferenças socioculturais como formas de subsistência, organização social, sistemas políticos próprios, línguas, cosmologia e alimentos tradicionais (SALGADO, 2007; BRASIL, 2009). Diante disso, o objetivo do presente estudo é verificar a importância de alimentos tradicionais no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional de comunidades indígenas.

Metodologia

Em concordância com o objetivo do presente estudo, de verificar a importância de alimentos tradicionais no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional de comunidades indígenas, realizou-se uma pesquisa

exploratória em que a análise dos resultados se deu por meio de uma abordagem qualitativa, e o procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa bibliográfica.

A primeira etapa da pesquisa foi um levantamento preliminar sobre o tema em questão. Após essa etapa foi realizada uma pesquisa no Portal Periódicos Capes e também na base de dados SciELO. No presente trabalho foram incluídos artigos científicos, livros e também documentos temáticos elaborados por organismos nacional e internacional sobre o tema.

Para a seleção dos artigos e livros foi efetuado uma leitura prévia do título e resumo, com o objetivo de verificar a relação dos artigos ou livros com o tema, para assim em seguida serem lidos por completo. Após essa etapa, efetuou-se a análise dos resultados e em seguida foram organizados em textos.

Resultados e discussões

Comunidades indígenas e alimentos tradicionais

Ao falar da alimentação indígena é de suma importância evitar generalizações devido à grande diversidade sociocultural dessa população. No Brasil, os povos indígenas habitam diversos ecossistemas e também apresentam grande heterogeneidade cultural e étnica, além disso, vivem em diferentes contextos socioeconômicos e fundiários (disponibilidade de terras). Desta forma, diante de tal diversidade é difícil realizar uma definição única sobre a alimentação indígena, pois cada população possui uma trajetória histórica (LUCIANO, 2006; LEITE, 2007).

A obtenção de alimentos por parte dos indígenas, inicialmente, antes do contato com não-índios foi realizada por diversas maneiras, por exemplo, por meio da caça, pesca, coleta, agricultura, dentre outras atividades. É importante ressaltar que cada grupo indígena tem sua particularidade, sendo assim, alguns não praticavam a coleta, como também não praticavam a pesca, caça ou agricultura (GARNELO, 2012).

Tal situação se aplica também em relação aos alimentos tradicionais consumidos pelos indígenas. Conforme Leite (2007) salienta, no senso comum se considera a existência da designação “comida de índio”, no entanto, pela diversidade de grupos indígenas cada um possui como base de sua alimentação um determinado alimento. Destaca-se que os alimentos tradicionais são aqueles alimentos em que os povos indígenas têm acesso localmente, isto é, sem ter que comprá-los, e também que atendam questões do conhecimento tradicional e do ambiente natural em que estão inseridos (SALGADO, 2007; KUHNLEIN; ERASMUS; SPIGELSKI, 2009).

Todavia, vale citar alguns alimentos que são a base alimentar de diversos grupos indígenas, dentre eles a mandioca (e seus derivados, como, farinha e biju), diferentes tipos de milho, batata-doce, peixes assados, abóbora e outros tipos de alimentos tradicionais. Estes alimentos possuem significados importantes para os povos indígenas, como pontua Leite (2007). Além disso, Leite (2007) descreve que as práticas alimentares indígenas seguem alguns princípios, como, ideias e razões. Dessa maneira, é um equívoco achar que os indígenas dispõem de ideias pouco aperfeiçoadas sobre a alimentação, principalmente no que se refere nas relações que diz respeito ao que irão comer e a sua saúde.

Os povos indígenas respeitam princípios de sua cultura na forma em que buscam, escolhem, preparam e consomem o que eles designam como alimento. Já a qualidade do alimento pode estar ligada a questões como preferências culturais que são passadas e fixadas ao longo de gerações (LEITE, 2007; SALGADO, 2007). Tal fato pode ser corroborado de acordo com Weitzman (2013) que apresenta a ligação entre práticas alimentares e concepções sagradas dos povos indígenas de Minas Gerais, por exemplo, o povo Pataxó que consideravam que a comida do mar estava sempre ligada aos mitos de origem deste grupo étnico.

No entanto, os povos indígenas passam por grandes transformações em suas práticas alimentares, ocasionado pelo contato com não-índios, mas também por fatores como a marginalização, pobreza extrema, violações de seus direitos em relação a sua cultura e seu território (ONU, 2009).

Santos e Coimbra Júnior (2003) evidencia que as práticas de subsistência dos povos indígenas vêm sofrendo transformações ao longo dos anos, devido principalmente pela instalação de novos regimes econômicos e da diminuição de seus territórios, o que ocasionou a carência alimentar de muitos indígenas. Estes fatores são uma ameaça a Segurança Alimentar e Nutricional desses povos.

Segurança Alimentar e Nutricional de comunidades indígenas

É destacado no decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o direito à Segurança Alimentar e Nutricional dessa população, que diz respeito ao direito do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade de modo que respeitem a diversidade cultural e que tenham como base práticas promotoras da saúde.

Contudo, no Brasil existem muitas alertas sobre a saúde e a Segurança Alimentar e Nutricional de povos indígenas, devido ao surgimento de diversas doenças associadas ao sobrepeso e obesidade em adolescentes e adultos, como a hipertensão e diabetes (GARNELO; WELCH, 2009). Tal problema está associado a novas práticas alimentares dessa população, que se alimentavam principalmente de alimentos provenientes de colheita simples, caça de animais e captura de peixes e passaram a acessar e a consumir produtos processados e ultraprocessados com alto teor de sódio e açúcar (SALGADO, 2007; SOUZA; VILLAR, 2018).

Um importante estudo denominado Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas revelou um panorama do estado nutricional dessa população. O estudo realizado no ano de 2008 e 2009 com o objetivo de caracterizar o estado nutricional de mulheres e crianças menores de cinco anos demonstrou que 51,2% das crianças apresentavam quadro de anemia, já em contrapartida o inquérito revelou que 46% das mulheres apresentou quadro de sobrepeso ou obesidade (BRASIL, 2009; COIMBRA JÚNIOR, 2014).

No entanto, ao se discutir sobre a Segurança Alimentar e Nutricional de povos indígenas é de suma importância considerar a relação direta dos alimentos com a sua cultura, assim também como o território que ocupam. Além do mais, as velhas gerações tendem a utilizar os alimentos como maneira de preservar a memória de sua cultura (WEITZMAN, 2013; BRITO, 2019).

Considerações finais

De acordo com o objetivo do trabalho, verificou-se que os alimentos tradicionais que os indígenas consomem possui uma grande relação e importância para a sua cultura e tradição. Diante disso, ao se pensar no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional dessa população é essencial considerar a garantia do acesso a alimentos de qualidade e quantidade suficiente, mas de modo que questões relacionadas ao valor simbólico de cada alimento para os indígenas seja pensado. Além disso, os alimentos tradicionais assumem um papel importante no resgate e preservação da cultura e tradição para as futuras gerações, mas que podem ser perdidas ao longo do tempo.

Portanto, ao realizar ações no sentido de promover a Segurança Alimentar e Nutricional dos povos indígenas, deverá ser levado em consideração o contexto histórico e as práticas alimentares de cada população, sem realizar generalizações, pois o Brasil possui grande diversidade de grupos étnicos indígenas.

Referências

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União (DOU)**: Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

– SISAN. **Diário Oficial da União (DOU)**: Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Inquérito nacional de saúde e nutrição dos povos indígenas**: relatório final: análise dos dados. n.7. Rio de Janeiro: n.7, 2009. 495 p.

BRITO, A. M. Segurança Alimentar e Nutricional e Comunidades Indígenas: Comida e Território. In: ENANPUR, 18., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: ENANPUR, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2TilDO7>. Acesso em: 22 out. 2020.

COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. Saúde e povos indígenas no Brasil: reflexões a partir do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n.4, p. 855-859, 2014.

GARNELO, L. (org.). **Saúde Indígena**: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, 2012. 280 p.

GARNELO, L.; WELCH, J. R. Transição alimentar e diversidade cultural: desafios à política de saúde indígena no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 1872-1873, 2009.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Terras Indígenas no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/>. Acesso em: 19 out. 2020.

KUHNLEIN, H. V.; ERASMUS, B.; SPIGELSKI, D. **Indigenous Peoples**. Rome: FAO, 2009. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i0370e/i0370e00.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

LEITE, M. S. Sociodiversidade, alimentação e nutrição indígena. In: BARROS, D. C.; SILVA, D. O.; GUGELMIN, S. A. **Vigilância Alimentar e Nutricional para a Saúde Indígena**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. cap.3, parte 7, p. 181-210.

LUCIANO, G. S. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

SALGADO, C. A. B. Segurança alimentar e nutricional em terras indígenas. **Estudos e Pesquisas FUNAI**, Brasília, v.4, n.1, p.131-186, 2007.

SANTOS, R. V.; COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. Cenários e tendências da saúde e da epidemiologia dos povos indígenas no Brasil. In: COIMBRA JÚNIOR, C. E. A.; SANTOS, R. V.; ESCOBAR, A. L. (orgs.). **Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. cap. 13, p. 13-47.

SOUZA, V. M. G. S.; VILLAR, B. S. Hábitos alimentares e produtos ultraprocessados na alimentação escolar: um estudo de caso da Terra Indígena Piaçaguera, São Paulo, Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v. 25, p. 23-30, 2018.

ONU BR - NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **17 objetivos para transformar nosso mundo**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 20 out. 2020.

ONU - UNITED NATIONS. **State of the World's Indigenous Peoples**. New York: United Nations. 2009. 238 p. Disponível em: https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/SOWIP/en/SOWIP_web.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

ONU - UNITED NATIONS. **Implementing the UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples**. Rome: United Nations. 2014. 75 p. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/publications/2015/09/implementing-the-un-declaration-on-the-rights-of-indigenous-peoples-handbook-for-parliamentarians/>. Acesso em: 20 out. 2020.

WEITZMAN, R. As práticas alimentares “tradicionais” no contexto dos povos indígenas de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 140-159, 2013.

Trabalho 4

Interfaces entre o PNAE, capital social e o fortalecimento da agricultura familiar no Quilombo do Pacoval/Alenquer-Pará ¹ (300562)

Edilene da Silva Souza ²

Efrain da Silva Ribeiro ³

Raoni Fernandes Azerêdo ⁴

Vander Luiz Barbosa de Sousa ⁵

Vanessa Pinto Barrozo ⁶

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), surgiu na década de 1950 com intuito de oferecer alimentação adequada aos estudantes da rede básica de ensino. Este programa é coordenado nacionalmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que repassa recursos financeiros aos Estados e municípios para aquisição de alimentos

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Bacharelada em Administração na Universidade Federal do oeste do Pará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6573589345793806>. E-mail: edilenedasilva22@gmail.com.

³ Bacharelado em Administração na Universidade Federal do oeste do Pará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4886224898133569>. E-mail: efrainribeiro26@gmail.com.

⁴ Professor na Universidade Federal do oeste do Pará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8662991448109311>. E-mail: raoniazeredo@gmail.com.

⁵ Bacharelado em Administração na Universidade Federal do oeste do Pará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6305392709532093>. E-mail: wander1234luiz@gmail.com.

⁶ Bacharelada em Administração na Universidade Federal do oeste do Pará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6555163759908892>. E-mail: vanessabarrozo21@gmail.com.

destinados para a alimentação escolar. No que se refere a sustentabilidade e inserção da agricultura familiar, é interessante ressaltar que, além da descentralização, um dos maiores avanços do programa ocorre por meio da Lei Federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009, que estabelece em seu artigo 14, que ao menos 30% dos recursos repassados aos Estados e Municípios para o PNAE devem ser direcionados para a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas (BRASIL, 2009).

Uma das maiores responsabilidades do PNAE é garantir alimentação escolar saudável e de qualidade para os alunos da educação básica pública, respeitando costumes e hábitos alimentares de cada região e a garantia de direitos e diretrizes que priorizem a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, valorizando alimentos regionais na elaboração dos cardápios, considerando a identidade cultural e levando a cabo o uso sustentável dos biomas.

O objetivo do artigo é analisar a implementação do PNAE nas escolas do quilombo Pacoval localizado no município de Alenquer/Pá, elucidando os desafios e potencialidades do programa, e suas interfaces com o fortalecimento da agricultura familiar e do capital social. Importante salientar que os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com funcionárias/merendeiras das escolas, agricultores familiares, gestores da associação do Pacoval, Departamento de Alimentação Escolar (DAE) de Alenquer e da Associação dos Produtores Rurais, Extrativistas e Pescadores Artesanais do Município de Alenquer (ASPROEXPRA). A partir da operacionalização do PNAE no quilombo, as escolas municipais Martinho Nunes e Comunitária Pacoval passaram a vivenciar mudanças positivas na alimentação escolar. Porém, o recente acesso ao PNAE traz consigo diversos desafios a serem enfrentados, levando os agricultores familiares, gestores, universidades públicas, sindicatos entidades sociais, a formarem um arranjo interorganizacional, fazendo valer o que prescreve a legislação.

A segurança alimentar e nutricional na comunidade do pacoval

Pacoval é uma comunidade negra rural remanescente de mocambos localizada à margem direita do rio Curuá no município de Alenquer-Pará, localizada na Mesorregião do Baixo Amazonas Paraense. A comunidade é constituída por aproximadamente 420 famílias que vivem numa área de 7.472,8790 (sete mil, quatrocentos e setenta e dois hectares, oitenta e sete ares e noventa centiares), outorgada em 20/11/1996, com título de reconhecimento de domínio dado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo. Sua economia baseia-se em práticas que perduram entre gerações, usando a mão de obra familiar e caracterizando-se por fortes vínculos com o meio ambiente que dominam. Essa forma de subsistência, comercialização e reprodução da vida está intimamente relacionada com a agricultura e o extrativismo, sendo comum a produção de farinha de mandioca, banana e a coleta de sementes como castanha e cumaru.

A título de ilustração, o avanço de grandes projetos de madeira, impactou diretamente o território quilombola do Pacoval. No curto prazo, a empresa conseguiu se estabelecer com a autorização, de modo a promover empregos imediatos para os moradores. Em médio prazo, as atividades desenvolvidas pela madeira, acarretaram inúmeros problemas, ambientais, sociais e culturais. A extração da madeira desencadeou o desmatamento de áreas significativas para a sobrevivência da população, visto que comprometeu a retirada de produtos base de sua alimentação. Se antes os comunitários conseguiam realizar a coleta de sementes e a caça em abundância em qualquer área da floresta, atualmente não contam com variedades/quantidades de espécies de vegetais e animais, tendo que se deslocar mata adentro para encontrá-los. Ademais, a poluição e o aumento no fluxo de bebida alcoólica tiveram forte influência na saúde da população.

A escassez dos alimentos típicos da região desencadeou um aumento e dependências do comércio externo à comunidade, e consequentemente no consumo dos produtos industrializados (calabresa, peixe enlatado, carnes enlatadas, dentre outro) que passaram a fazer parte da dieta dos moradores de Pacoval. É importante ressaltar que o uso desses produtos, principalmente os enlatados são extremamente nocivos à saúde e podem ocasionar mudanças nos hábitos culturais.

A alimentação escolar no quilombo do pacoval

A alimentação escolar quilombola foi menosprezada ao longo dos anos pelos governos, por um lado por não compreenderem a importância da alimentação saudável nutricional para os alunos de escolas públicas e por outro pelo despreparo e ineficiente ação política (CARDOZO, 2017). O cardápio recomendado pela prefeitura nem sempre era seguido pelas merendeiras, visto que, a quantidade dos produtos distribuídos não era suficiente para suprir o mês todo e havia atraso na entrega de alguns essenciais como o cheiro verde e frutas, além de na maioria das vezes chegarem estragados por conta do curso percorrido. É relevante considerar as condições de armazenamento dos alimentos nas escolas rurais. Em muitas não há freezers e geladeiras que possam conservar alimentos frescos adequadamente.

Além disso, foi observado que até o ano de 2018 mesmo com a existência da Lei Federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009, a maioria dos alimentos consumidos pelas crianças eram provenientes de enlatados e fórmulas prontas, sendo produtos que sofreram inúmeras transformações químicas em seu processamento e possuem poucos nutrientes. Deixando de seguir o que é estabelecido na legislação: hábitos alimentares, costumes alimentares locais, sustentabilidade, diversificação agrícola, sazonalidade e às características culturais das comunidades quilombolas.

Interorganização, capital social e desenvolvimento territorial: a execução do pnae no pacoval

Simão *et al* (2017, p. 289), define o capital social como “a capacidade de engajamento para trabalhos coletivos, o grau das redes sociais e o grau da participação comunitária e política da população local”. Nessa pesquisa, observa-se o capital social através das relações de confiança entre UFOPA-IECOSAM, STTR/ALQ, DAE, escolas e principalmente entre os grupos de agricultores familiares, numa estratégia interorganizacional. A interorganização é uma forma também de fortalecer o capital social entre organizações e contribui para o desenvolvimento territorial. Segundo Fisher (2004, p. 16) “são estruturas hibridizadas e, como tal, definidas pelo entrelaçamento (processo) ou tecido (resultado) que se processa quando as organizações trabalham em conjunto, dinamizando territórios”.

Diante disso, a partir do trabalho conjunto entre o grupo do Quilombo do Pacoval e demais atores envolvidos: Incubadora de Economia Solidária da Amazônia (IECOSAM) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alenquer (STTR/ALQ), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA), ACONQUIPAL, e outros grupos de agricultores familiares de assentamentos de reforma agrária (PAE Curumu, PDS Paraíso), foi orquestrada a inclusão de agricultores familiares na chamada pública 2019 do PNAE. Foram incluídos no cardápio do PNAE 2019 os produtos regionais tais como: banana prata ou branca, banana verde grande para mingau, batata doce, cheiro verde, colorau, couve, farinha de mandioca, farinha de tapioca, jerimum, macaxeira, ovos, pimenta de cheiro, pimentão e tangerina

A realidade dos agricultores antes do programa era de instabilidade na comercialização, pois em sua maioria era através de atravessadores que compravam seus produtos a preços extremamente inferiores aos de mercado. Os agricultores encontraram dificuldades burocráticas na inserção do programa (acesso a DAP, compreender os procedimentos da chamada

pública, etc.) como limites técnicos na emissão de notas fiscais e ainda são receosos quanto a Prefeitura Municipal de Alenquer, já que existem atrasos no pagamento das notas fiscais, devido à falta de estrutura e organização na execução do programa.

Considerações finais

O presente estudo evidenciou o desconhecimento dos gestores na operacionalização do programa, e uma completa falta de assistência técnica e ausência de treinamentos sobre gestão e execução para os agricultores familiares quilombolas. No entanto, a mobilização dos agricultores e da aglutinação com outras organizações, numa estratégia interorganizacional na interlocução com os gestores responsáveis, demonstraram um capital social mobilizado e operante. Concluímos que a implementação do programa no quilombo Pacoval contribui para a melhoria da qualidade de vida dos alunos e dos agricultores. A inclusão de um maior número de agricultores quilombolas na chamada pública do PNAE implica diretamente em melhorias para a comunidade, posto que, pode contribuir não só para a alimentação escolar, mais também para a economia local através de geração de renda e valorização dos produtos.

Referências

- ARAÚJO, S. **Tradição e Cultura: Cozinha quilombola do Paraná**. Curitiba: SEED, 2008. 191p.
- BARBOSA, M.J. **Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas** -Pará, Belém, 2012.
- BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de

agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2009.

CARDOZO, ÁGATA LIZ MAZINE. **A alimentação escolar quilombola na comunidade negra rural de colônia do Paiol no município de Bias Fortes - MG**, entraves e perspectivas. *In*: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt17_1506911830_arquivo_artigosinga2017.pdf. Acesso em 20 de junho de 2020.

Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 042, de 14 de dezembro de 2006**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>. Acesso em 25 mar 2012

IMAZON, **Calha Norte Sustentável**: situação atual e perspectivas, 2013

SIMÃO, Gustavo Leonardo et al. Políticas Públicas de desenvolvimento local e adensamento de capital social: análise do Programa de aquisição de alimentos (PAA) em quatro municípios de Minas Gerais. *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v. 10, número 2, p. 288-306, ABR. - JUN. 2017.

Trabalho 5

Experiências extensionistas e contribuição à Segurança Alimentar da Comunidade Indígena Potiguara Mendonça do Amarelão¹ (299741)

*Washington José de Souza*²

*Dinara Leslye Macedo Silva Calazans*³

*Nila Patrícia Freire Pequeno*⁴

*Valdi de Lima Júnior*⁵

*Sergio Marques Junior*⁶

Este texto objetiva descrever prática extensionista multidisciplinar de fomento à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), integrada à investigação científica, tomando como base aplicações de dispositivos teórico-metodológicos de gestão social ancorados em pesquisa-ação. É derivado de

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Doutor em Educação (UFC), Docente permanente do PPGA/UFRN. <http://lattes.cnpq.br/2387611219688981>
ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6295-2806>. E-mail: wsufrn@gmail.com

³ Doutora em Administração (UFRN). Docente permanente do PPGP/UFRN. <http://lattes.cnpq.br/5716461725901505>
ORCID <https://orcid.org/0000-0003-4884-8599>. E-mail: dinaraleslye@yahoo.com.br

⁴ Doutora em Saúde Coletiva (UFRN). Docente efetivo do DNUF/UFRN. <http://lattes.cnpq.br/7716981037879544>
ORCID <https://orcid.org/0000-0003-1279-2554> E-mail: nilapfp@hotmail.com

⁵ Doutor em Zootecnia (UFPB). Professor associado do curso de Zootecnia (EAJ/UFRN). E-mail: valdi.lima.jr@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/1848264490717773> ORCID <https://orcid.org/0000-0002-6488-6141>

⁶ Doutor em Agronomia (UNESP). Docente permanente do PPGTUR/UFRN. <http://lattes.cnpq.br/3095760811566254>
ORCID <https://orcid.org/0000-0002-6008-8038>. E-mail: sergio@ct.ufrn.br

um conjunto de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão implementadas por uma equipe acadêmica de uma Instituição de Ensino superior (IES) do Nordeste brasileiro, na Comunidade Indígena Potiguara Mendonça do Amarelão (João Câmara/RN) a partir de projetos aprovados na própria instituição em complementação ao Projeto SISAN-Universidades.

O SISAN-Universidades possibilitou, como pesquisa-ação, que as equipes de docentes e discentes de cada instituição produzissem diversos trabalhos técnicos e científicos, o que, além de contribuir para o cumprimento do objetivo de prestação de assessoria técnica direta e a divulgação do projeto, no Rio Grande do Norte, responderam a demanda específica de SAN em comunidades indígenas que vinha sendo pautada no Conselho Estadual de Segurança Alimentar (CONSEA/RN) e provocou a UFRN com o propósito de mapear indicadores nas comunidades indígenas do estado para retroalimentar políticas públicas e iniciativas de segurança alimentar e nutricional para o segmento.

A segurança alimentar e nutricional ganha destaque na maioria dos países e direciona o monitoramento por parte de organismos internacionais (FAO, IFAD, UNICEF, 2019) diante das constantes ameaças derivadas de mudanças climáticas, conflitos territoriais, pandemias de obesidade, desnutrição (SWINBURN et al., 2019). Mais recentemente, de pandemias por doenças infectocontagiosas, a exemplo da COVID-19 (FAO, 2020), que ameaçam a segurança alimentar de grande parte da população mundial (PEQUENO 2020). Diante de várias transformações da sociedade relacionadas ao aumento da população mundial, à evolução da tecnologia e ao surgimento de uma economia interconectada e globalizada, a insegurança alimentar tornou-se desafio a ser enfrentado, o que consta na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

Conflitos e instabilidades avançaram estimulando deslocamentos da população no mundo. Mudanças climáticas, por sua vez, afetam a produtividade agrícola, a produção de alimentos e o uso dos recursos naturais. Esses fenômenos têm ocasionado impactos nos sistemas agroalimentares

e a declínio no número de agricultores rurais. Pequeno (2020) alerta que tais transformações e ameaças levaram a grandes mudanças na maneira como os alimentos são produzidos, distribuídos e consumidos em todo o mundo fazendo emergir um novo cenário de insegurança alimentar e novos desafios de nutrição e saúde (FAO, IFAD, UNICEF, 2019). Os povos e comunidades tradicionais ilustram os segmentos populações vulneráveis à ação dos condicionantes acima expostos, de natureza excludente e com elevados riscos não apenas à segurança alimentar, mas à vida. Tal reconhecimento assenta-se em particularidades do modo de vida e reprodução social, cultural e alimentar, com forte apego ao ambiente natural e legados transmitidos ao longo de várias gerações.

A experiência aqui narrada integra esse cenário, para tratar, pois, de ações da Universidade junto ao segmento de povos e comunidades tradicionais. Este texto traz um recorte da experiência da UFRN na pesquisa e na extensão junto aos povos e comunidades indígenas potiguares. Para tanto, após esta introdução, seguem notas acerca do duplo caráter da gestão social – como teoria e procedimento metodológico – componente referencial da equipe na pesquisa-ação que desenvolve de modo qualificado na Comunidade Indígena Potiguara do Amarelão (João Câmara/RN).

Dados de elevado grau de insegurança alimentar da comunidade indígena de Sagi-Trabanda (CALAZANS et al, 2017) estimularam a equipe de pesquisadores e extensionistas da UFRN a averiguar situações em outras comunidades indígenas do estado. O esforço, então, está sendo direcionado para o cruzamento de características socioeconômicas locais com indicadores gerais de saúde e de acesso, produção e consumo de alimento. Recursos teórico-metodológicos de gestão social mostram-se úteis a atividades acadêmicas aliadas à pesquisa pura junto ao segmento dos povos e comunidades tradicionais. Práticas de ensino, extensão e pesquisa, referenciadas na gestão social e a multidisciplinaridade que lhe é própria, caminham para ações de valorização das condições de vida no contexto comunitário, ao que geram possibilidades de respostas a demandas socioambientais e culturais ao tempo que fomentam formação cidadã no

atendimento a populações em situação de vulnerabilidade (CALAZANS et al., 2019).

Neste sentido, a pesquisa-ação foi desenvolvida em torno das ações de segurança alimentar e nutricional coerente com interesses de preservação e/ou recuperação de sistemas locais de produção e consumo de alimentos, como esforço de viabilizar economicamente processos de produção de alimentos (viés instrumental) atendendo a critérios de trabalho coletivo e solidário e de respeito ao ambiente natural com produção de alimentos sadios (viés substantivo). Algumas ações podem ser destacadas, como gestão da produção e acesso a mercados para comercialização da produção, implantação dos quintais produtivos e diagnóstico da situação de (in) segurança alimentar.

Os produtos oriundos da comunidade são consumidos dentro da própria comunidade ou por clientes que os adquirem na feira do município (João Câmara), exploram a referência de “castanheiros” introduzindo a castanha de caju como ingrediente sob uma identidade de marca própria, sendo os principais bolos, doces e a castanha torrada, em um trabalho que envolve toda a família, mas é mais proeminente no trabalho associativo das mulheres, destacando-se a cozinha comunitária. A equipe da universidade busca incentivar o potencial de produção inexplorado pela via de acesso a novos mercados, capacitando e dialogando com as indígenas, possibilidades de comercialização como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), inclusive para focar o abastecimento da escola indígena da própria comunidade imprimindo noções culturais ao alimento fornecido. Nesse ponto, incentiva-se a produção de produtos artesanais com atenção especial na comercialização local, de modo a contribuir tanto para a segurança alimentar e nutricional das famílias quanto para preservar valores e símbolos culturais.

As mulheres também protagonizam a criação de pequenos animais, com destaque para criação de galinhas e produção de ovos. A equipe busca apoiar essa criação junto ao cultivo de hortaliças, tanto para o consumo

das famílias quanto como possibilidade de comercialização do excedente, conduzindo discussões, capacitações e demonstrações práticas de manejo junto às famílias para implantação dos quintais produtivos.

O debate em torno de pautas específicas para povos e comunidades tradicionais, no âmbito das políticas públicas, mostra-se imprescindível a partir dos dados preliminares coletados pela equipe da UFRN na Comunidade Indígena Potiguara Mendonça do Amarelão. Assim, o diagnóstico da situação de (in) segurança alimentar dos indígenas é um dado primordial, ao que a equipe avança na pesquisa de forma integrada com as ações extensionistas. É oportuno dizer que essa forma de abordagem se concatena com as diretrizes da ética em pesquisa, estabelecendo uma relação de confiança recíproca necessária entre pesquisador e comunidade.

A equipe avança na produção do diagnóstico, utilizando a versão adaptada denominada de Escala Brasileira de Medida Domiciliar de [IN] Segurança Alimentar Indígena (EBIA-I) a partir dos estudos de Segall-Corrêa (2016) e Segall-Corrêa et al (2018), com apoio do aplicativo *Epicollect-5*, plataforma de coleta de dados móvel, gratuita, que permite alimentação *off-line*. Esse recurso tem-se mostrado extremamente útil considerando que, no Amarelão, sinal de telefonia móvel e internet são irregulares e, em algumas áreas, inexistentes, além de auxiliar na sistematização para análise dos dados. Os dados preliminares alcançaram 26 domicílios indígenas de um total programado de 64 famílias, identificou 100% de insegurança alimentar, com 88,5% classificados nas formas moderada (57,5%) e grave (30,8%), evidenciando o comprometimento da qualidade da dieta, com restrições quantitativas e qualitativas de alimentos dentro das famílias.

A pesquisa-ação aqui sintetizada, embora em curso, já produziu resultados importantes que indicam a utilidade da gestão social como componente referencial e procedimento metodológico para abordagem qualificada de atividades junto a comunidades indígenas. Entre os resultados práticos merecem destaque o diálogo na capacitação dos agricultores familiares indígenas quanto ao aprimoramento da adubação orgânica e criação de aves, a padronização de produtos pela cozinha comunitária e

desenvolvimento de rotulagem com vista à adequação para comercialização e o encaminhamento político no que se refere à escassez e à qualidade da água na localidade. Neste último, a equipe da UFRN detectou contaminação e pautou a necessidade de novos investimentos pela Prefeitura Municipal com vistas a sanar esse problema no fornecimento de água na comunidade. Estão em andamento estudos para perfuração de novos poços de água o que, em breve, permitirá à equipe progredir em atividades extensionistas de produção de alimentos, segurança alimentar e nutricional e geração de renda pela via da agropecuária.

Dados parciais da pesquisa na comunidade revela situação grave de insegurança alimentar que necessita de ação imediata do poder público para mitigar efeitos adversos que se agravam em decorrência da pandemia da Covid-19 neste início de 2020. Nesse sentido, a ação da equipe também foi dificultada, pela descontinuidade dos trabalhos em virtude da paralisação das atividades acadêmicas presenciais na Universidade devido ao risco da doença. Como fator positivo, é oportuno destacar o interesse da comunidade pelo trabalho de assessoria da UFRN e, assim, são dignos de nota a receptividade aos conteúdos, o relacionamento dos indígenas com docentes e discentes e o interesse pelo debate coletivo de problemas comunitários e pela decisão colegiada.

A continuidade do trabalho de pesquisa inclui, por sua vez, a avaliação antropométrica da população indígena do Amarelão e das demais comunidades indígenas do Rio Grande do Norte, como forma de subsidiar as próprias comunidades com informações úteis à ampliação do debate coletivo em torno de vulnerabilidades locais e gerais de condições de vida dos povos indígenas, notadamente pela via da produção e consumo de alimentos. Pretende-se, assim, retroalimentar políticas públicas e debates em torno de direitos dos povos e comunidades tradicionais (PCT) no Rio Grande do Norte e no Brasil.

Referências

- CALAZANS, Dinara L. M.; PEQUENO, Nila P. F.; CÂMARA, Jean P.T.; SILVA, Amanda P. G.; LYRA, Clélia de O. POVOS INDÍGENAS E DIREITOS SOCIAIS: Análise do Direito Humano à Alimentação Adequada dos índios potiguaras de Sagi-Trabanda no Rio Grande do Norte. **INTERFACE - Natal/RN**, v.14, n 1, jan/jun, 2017.
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World** 2019. Rome: [s.n.], 2019. Recuperado de: www.fao.org/publications.
- ONU. Organização das Nações Unidas. Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development. [S.l: s.n.], 2015.
- PEQUENO, Nila Patrícia Freire. Qualidade de vida e segurança alimentar em adultos e idosos: estudo BRAZUCA Natal. 2020. **Tese**. (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de pós-graduação em Saúde Coletiva, Natal, 2020.
- SEGALL-CORRÊA, A.M. Direito humano à alimentação e nutrição adequadas e ao território de povo Guarani Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul. 2016. Recuperado de <http://www.wncapetown2016.com/wp-content/uploads/2016/10/Valente-Franceschini.pdf>.
- SEGALL-CORRÊA, A.M., MARÍN-LEON, L., DO AMARAL AZEVEDO, M.M. *et al*. The Brazilian food security scale for indigenous Guarani households: Development and validation. *Food Sec.* 10, 1547-1559 (2018). Recuperado de: <https://doi.org/10.1007/s12571-018-0847-7>.
- SWINBURN, B. *et al*. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. *The Lancet*, v. 393, n. 10173, p. 791-846, 2019. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736>.

Trabalho 6

Reflexo da agricultura patronal nas práticas agroecológicas dentro das comunidades tradicionais ¹ (299950)

Bruno Ricardo Carvalho Pires ²

Joicleia Juliate Fonseca ³

Maria Vitória Nogueira Marvulli ⁴

Nelson Russo de Moraes ⁵

Introdução

Entende-se que exista uma imensa ameaça à cultura das comunidades tradicionais, principalmente quanto às suas práticas agroecológicas que contemporaneamente sofrem constantes incidências pelo processo de desenvolvimento econômico brasileiro, sendo encabeçada pela agricultura

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Assistente social, Esp. em Gestão de Projeto Sociais e Captação de Recursos, Esp. em Doc. do Ens. Superior. Mes-trando do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Sociedade - PPGCOM/UFT. Universidade Federal de Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4486436260171343> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8445-7179> E-mail: brunorradar@hotmail.com

³ Aluna especial do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento - PGAD/UNESP. Graduada em Agronomia. Centro Universitário Católica do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8932758223589739> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0368-5095> E-mail: joicleia.cecilia@gmail.com

⁴ Aluna especial do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento - PGAD/UNESP. Graduada em Tecnologia em Agronegócio - FATEC Ourinhos. Faculdade de Ciências e Engenharia / UNESP - Câmpus de Tupã Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2009837030137100> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8653-2574> E-mail: vinoguei-ramarvulli@gmail.com

⁵ Doutor em Comunicação e Sociedade (UFBA). Livre-docente em Gestão e Educação Ambiental (UNESP). Mestre em Serviço Social (UNESP). Docente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento - PGAD/UNESP. Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade - PPGCOM/UFT. Faculdade de Ciências e Engenharia / UNESP - Câmpus de Tupã. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/67084714207028480RCID>: <https://orcid.org/0000-0003-0159-9433>. E-mail: nelsonrusso.unesp@gmail.com

patronal. Este contexto evidencia a importância de se estudar as formas com que a agricultura patronal interfere nas comunidades. Neste sentido, o meio acadêmico tem a responsabilidade de atuar cientificamente no sentido de desvendar este campo conflituoso da sociedade. O presente trabalho traz uma revisão bibliográfica dos temas e principais autores que abordam as incidências impelidas pela agricultura patronal às práticas agroecológicas dentro das comunidades tradicionais.

O tipo de pesquisa empregado para a construção deste trabalho faz uso da abordagem qualitativa descritiva, em vista da objetividade do trabalho, que se busca “descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade”, como explanado por Gerhardt e Silveira (2019, p. 35). Para esta investigação descritiva, seguiu-se a técnica de exploração bibliográfica, onde os textos se baseiam em livros e publicações de artigos, revistas, periódicos, livros, anais de congressos, fichas técnicas de órgãos nacionais e demais publicações cuja procedência do endereço eletrônico seja reconhecida pela academia científica.

Fundamentos e discussões

Conceitos e diretrizes teóricas sobre as comunidades tradicionais brasileiras

A significância do termo “comunidade” tenciona a permear de maneira analítica a conceituação crítica de comunidade tradicional, com aderência que permita a completude de entendimento sobre o assunto, haja vista ser um campo heterogêneo prioritariamente pela ótica da diversidade étnica brasileira. Mas para tanto é importante calhar a essa discussão, as questões sócio históricas convergidas principalmente aos processos migratórios no Brasil que dentre outros foram condicionantes para a ocupação interiorana e de formação de novos povoamentos, os quais estão relacionados à relevante e protagonista existência das comunidades tradicionais (NASCIMENTO, 2004).

Pela realidade brasileira em que há um expressivo número de comunidades tradicionais, no ano de 2007 foi instituído a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais pelo Decreto Federal Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 regulamentando e respaldando o reconhecimento legal dessas comunidades.

Classicamente esse aparato legal preliminarmente conceitua comunidade tradicional como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, sendo que dentre outras coisas ocupam e usam territórios e recursos naturais, o que obviamente impõem baixo impacto antrópico aos sistemas bióticos (BRASIL, Decreto 6040, art.3,1).

Paralelo a essa breve contextualização, destaca-se o entendimento de Bracaleone (2008) ao revisitar as abordagens sobre comunidade e sociedade de Ferdinand Tönnies que alicerçado pelas teorias dos pensadores de grande estatura teórica como Karl Marx e Thomas Hobbes, experimentou a forte incidência crítica transversal aos marcos conceituais que tratam dos níveis mais elementares das relações sociais, adentrado posteriormente às macro-estruturas. Assim sendo, Bracaleone (2008) identifica que a Teoria de Comunidade e Sociedade, coaduna a essa os conceitos sobre as vontades naturais e vontades arbitrárias, afirmando que a organização em comunidade se imbuí de afetividade enquanto o organismo sociedade se baseia pela artificialidade e formalidade das relações sociais. Bracaleone (2008, p. 99) comenta que “por relações comunitárias (*gemeinschaft*) Tönnies entendia toda vida social de conjunto, íntima, interior e exclusiva. As relações societárias (*gesellschaft*), ao contrário, se constituiriam justamente como a sociabilidade do domínio público, do mundo exterior.” Por esse viés transparece que na contemporaneidade a primeira está marginalizada a segunda, em outras palavras a comunidade está à órbita da sociedade (BRANCALEONE, 2008).

Mas ainda é pertinente destacar a definição de comunidade tradicional com a essencialidade ligada ao solo, permeando dialogicamente pelas abordagens sobre território, mesclada a consciência de pertencerem

a determinado grupo e ao lugar formatando a cultura e a identidade desses povos (PEREIRA; DIEGUES, 2010).

As convergências entre a agricultura sustentável e a cultura tradicional

Do final do Sec. XX aos dias de hoje intensificam-se várias discussões científicas ambientalistas voltadas ao desenvolvimento de práticas alternativas de manejo agrícola para o aprimoramento da agricultura sustentável e/ou familiar (SOUTO; *et al*, 2011). Os estudos de Souto (2011) listam algumas práticas agroecológicas em duas categorias centrais, sendo essas: a conservação dos recursos naturais e o controle de pragas. Ainda diante das argumentações de Souto (2011), é relevante ressaltar que culturalmente as comunidades tradicionais tem suas características em que para seu fortalecimento e sustentação, adotam maneiras próprias de organizações e trabalho para a subsistência. Dentre essas, pode-se destacar os mecanismos de produção de alimentos que com práticas agroecológicas, respeitam o meio ambiente, são justas do ponto de vista social e conseguem ser economicamente viáveis.

Embasados no pilar da sustentabilidade, Padovan e Campolin (2011) descrevem que as práticas agroecológicas abarcam fatores para além de uma receita pronta, considerando o funcionamento natural do território, mas que deve almejar uma consciência de produção agropecuária “limpa” tendo como referência a própria natureza. Alguns princípios contribuem para o entendimento prático da agroecologia desempenhada por comunidades tradicionais, como: reativação da vida do solo, planejamento de uso das áreas da propriedade, diversificação (recuperação e melhoria da biodiversidade). Silva e Bernieri (2019, p. 20) analisam o termo agroecologia como uma nova forma de pensar a produção agrícola, pela perspectiva da preservação dos recursos naturais em todas as etapas do processo. Ainda com base na fala dos autores, entende-se que as comunidades tradicionais possuem essencialmente um modo e jeito de

viver rural, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente em que estão inseridas, naturalmente respeitando os princípios da sustentabilidade.

As transformações da cultura tradicional posta pela agricultura patronal

A agroecologia é uma prática que ocorre naturalmente dentro das comunidades tradicionais, isto pois, esses povos valorizam seus costumes e tradições e possuem vínculo afetivo e emocional com o território onde vivem, conservando seus recursos naturais como forma de respeito ao meio ambiente, cultura e legado para as próximas gerações. No decorrer da história desses povos, verificou-se uma mudança gradativa nos modos de produção dentro de seus territórios, que partem de um modelo de produção agrícola de subsistência para uma produção agrícola em larga escala, pressionados comercialmente pela agricultura patronal brasileira.

O termo agricultura patronal, conforme descrito por Olalde (2010, p. 148, apud SILVA, 2012, p. 28), foi abordado pela primeira vez pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que descreveram o termo como um modo de produção caracterizado pela “completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada e ênfase na especialização”. Fundamentado nessa compreensão, distingue-se a agricultura patronal das atividades agroecológicas, pela prática agropecuária que visa a produtividade e produção massiva, associada aos expansivos sistemas de monocultura, bem como, a venda da força de trabalho pelo trabalhador assalariado.

Buscando se encaixar a lógica produtivista e capitalista, o pequeno agricultor tradicional migra para esse modelo de produção em busca de uma nova fonte de renda, trocando a agricultura de subsistência pela impressão de desenvolvimento socioeconômico ilusionado pela agricultura patronal, sendo que, uma das principais queixas desses agricultores está

no esgotamento cada vez maior dos recursos naturais dos seus territórios. O resgate e aprimoramento de técnicas sustentáveis no campo, auxiliado por políticas públicas capazes de estimular e consolidar a agricultura sustentável através da assistência técnica, contribuem para evitar a evasão desses produtores e consequente perda gradativa da sua identidade étnica, costumes e tradições, conforme explanado por Silva e Bernieri (2019).

Vieira (2014, apud MORAES, 2017, p. 20) constata ao realizar aproximação e ao estabelecer relações entre interesses e grupos tão distintos (comunidades tradicionais, ambientalistas, produtores rurais e mesmo por parte da comunidade científica) a solar situação onde povos e comunidades são obrigados a recuarem em seus espaços e em suas tradições extrativistas e de subsistência, alterando profundamente a essência das relações entre o homem e a natureza o que certamente incide sobre a mudanças no processos para o trabalho na terra.

Considerações finais

Este trabalho propôs-se a trazer luz para a problemática da incidência da agricultura patronal sobre as comunidades tradicionais, costumeiramente fundamentadas em princípios agroecológicos que visam a valorização dos seus territórios e cultura, mas que têm sido persuadidas a modificar esses sistemas para se encaixar aos padrões de comercialização da produção agropecuária brasileira voltada a uma produção massiva. A revisão bibliográfica objetivou abordar resumidamente o respectivo assunto a partir da compreensão dos seguintes termos: comunidades tradicionais, agroecologia e agricultura patronal.

Referências

BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais/UFC**. Vol. 39, n. 2, 2008. Disponível em < <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/511/494>>. Acesso em 17/10/2020.

BRANDÃO, C.R. A comunidade tradicional. In: UDRY, C.; EIDT, J.S. **Conhecimento tradicional: conceitos e marco legal**. Brasília/DF: Embrapa, 2015, p. 20 a 101.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, 07 de fevereiro de 2007. Institui Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, de 13 de junho. 2006. Seção 1, p. 793-799.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. **UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cur-sopgdr/downloadsSerie/derado05.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020.

MORAES, N.R.; CAMPOS, A.C.; MÜLLER, N.M.; GAMBA, F.B; GAMBA, M.F.D.D.F. As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. **Revista Espacios**. Vol. 38, nº 12, 2017, p. 17. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n12/17381217.html>>. Acesso em: 17 out. 2020.

MORAES, N. R.; CAMPOS, A. C; SILVA, M. L; SOUZA, F. C. **Comunidades tradicionais: cultura e identidade**. Revista Observatório. Vol. 3, nº 5, 2017, p. 501-522. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3667/11287>>. Acesso em: 18 out. 2020.

NASCIMENTO, J.B. **Conhecendo o Tocantins: história e geografia**. Palmas: Tocantins, 2004.

PADOVAN, M. P.; CAMPOLIN, A. I. Caminhos para mudanças de processos e práticas rumo à agroecologia. Dourados, MS: **Embrapa Agropecuária Oeste**, 2011. 51 p. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/916837/1/LIVROAGROECOLOGIA.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação**. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16054>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SILVA, H. R. A. B. **Repercussões sócio-espaciais na zona da mata pernambucana: a transição da agricultura patronal para a agricultura familiar no assentamento Ilhetas**. 2012. 164 fl. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2012. Disponível em:

<<https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/10777/1/disseta%20em%20pdf.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2020.

SILVA, J. A.; BERNIERI, C. G. P. Os reflexos da Agricultura de larga escala nas comunidades tradicionais quilombolas: um estudo de caso na Comunidade Lajeado, Município Dianópolis, Tocantins. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 215, 2019.

Trabalho 7

Pobreza em comunidades tradicionais: Quebradeiras de Coco Babaçu ¹ (300191)

Fernando da Cruz Souza ²

Milian Nascimento Cordeiro Martins ³

Guilherme Laluce Ribeiro ⁴

Ronaldo Cesar Goes de Lima ⁵

Nelson Russo de Moraes ⁶

As Comunidades Tradicionais (CT) compõem parte do quadro heterogêneo de pobres rurais no Brasil. Dados do Cadastro Único (CADÚnico), para o mês de junho de 2015, mostram que aproximadamente 80% das 1.962.135 famílias então autoidentificadas como pertencentes à categoria de comunidades tradicionais se encontravam em situação de domicílio rural, ou seja, 1.569.708 famílias (LÍCIO; DIREITO, 2017). No segmento tradicional, há os extrativistas, dentre os quais foram identificadas 50.000

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP). <http://lattes.cnpq.br/1620787503202142>. <https://orcid.org/0000-0002-7346-4776>. fernando.cruz@unesp.br.

³ Mestranda em Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP). <http://lattes.cnpq.br/4347437169846990>. <https://orcid.org/0000-0002-5971-7570>. milian.martins@unesp.br.

⁴ Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP). <http://lattes.cnpq.br/7994127853143995>. <https://orcid.org/0000-0003-3569-3364>. guilherme.laluce@unesp.br.

⁵ Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP). <http://lattes.cnpq.br/2863521295175624>. <https://orcid.org/0000-0002-1381-0489>. ronaldo.goes@unesp.br.

⁶ Doutor em Comunicação (UFBA). Professor Associado da FCE/UNESP e dos programas de pós-graduação PGAD/UNESP e PPGCOM/UFT. <http://lattes.cnpq.br/6708471420702848>. <https://orcid.org/0000-0003-0159-9433>. nelson.russo@unesp.br.

famílias no CADÚnico em abril de 2020. Entre essas famílias 2.583 estão em situação de pobreza e 40.839 estão em situação de extrema pobreza (BRASIL, 2020a, 2020b). Um dos componentes desse grande número de famílias extrativistas são as Quebradeiras de Coco Babaçu, que ocupam a região dos babaçuais nos estados do Maranhão (MA), principalmente, Tocantins (TO), Piauí (PI) e Pará (PA).

Este povo tradicional é formado por mais de 300.000 mulheres, muitas com descendência indígena, as quais mantêm a forma de trabalho tradicional no extrativismo do coco babaçu, na agricultura de subsistência e no artesanato. O trabalho extrativo é realizado de forma cooperativa pelas mulheres entre os meses de setembro e fevereiro, período de safra do babaçu, e permite que tenham algum tipo de renda mais segura, e não apenas conjuntural como são os casos do trabalho temporário, doméstico e artesanal. No entanto, este modo de vida se vê constantemente ameaçado por diversos fatores, como as tentativas dos fazendeiros de impedir que as mulheres explorem os babaçuais, a expansão do agronegócio na região, a dificuldade de comercialização dos produtos do babaçu e a dificuldade de acesso à terra e aos babaçuais (SHIRAIISHI, 2015; SCHWARTZ, 2017; MESQUITA, 2018).

A situação das CT de Quebradeiras de Coco Babaçu evidencia que a pobreza monetária dessa população pode estar relacionada com a manifestação de outras privações, como as restrições aos direitos de acesso e uso dos recursos naturais para consumo, comercialização e alívio da pobreza (PORRO; FIGUEIREDO, 2013).

Diante disso, apresenta-se o seguinte questionamento: *Quais as dimensões de pobreza vivenciadas pelas Comunidades Tradicionais agroextrativistas de Quebradeiras de Coco Babaçu na região dos babaçuais do Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará?* A partir deste questionamento, esta pesquisa estabeleceu como objetivo *explorar as dimensões de pobreza nas comunidades tradicionais agroextrativistas de quebradeiras de coco babaçu na região dos babaçuais do Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará?* A fim

atingir o objetivo proposto, elencaram-se os seguintes objetivos específicos: 1. Conceituar os termos pobreza e comunidades tradicionais; 2. Evidenciar as dimensões de pobreza sofridas pelas comunidades estudadas; e 3. Relacionar alternativas de mitigação da pobreza experimentadas pelas comunidades estudadas.

Com o objetivo de responder aos objetivos de pesquisa, foi realizada uma revisão de literatura (RL) com caráter exploratório e abordagem qualitativa, visando entender as dimensões de pobreza nas comunidades tradicionais agroextrativistas de Quebradeiras de Coco Babaçu na região dos babaçuais do Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará.

Quanto ao primeiro objetivo específico, a pobreza monetária compreende tanto as privações como as políticas públicas para seu alívio como unidimensionais, isto é, tem-se a renda ou consumo tanto como problema quanto como solução. Todavia, Codes (2008, p. 24) questiona este posicionamento e evidencia que a natureza da pobreza é multidimensional, ou seja, a “pobreza é percebida como um conjunto de problemas mais abrangentes, constituintes de um emaranhado de fatores que se retroalimentam e que, ao entrarem em sinergia, dificultam a superação de situações de pobreza”.

Ainda no primeiro objetivo específico, a discussão sobre comunidade/sociedade é fortemente balizada pelos aportes teóricos realizados por Ferdinand Tönnies. Valendo-se das interações humanas, o autor estabelece que as vontades, se de ordem natural ou arbitrária, são definidoras da configuração da relação comunitária e da relação societária, respectivamente. Tönnies considera os seres humanos animais gregários, os quais, quando privilegiam as vontades naturais - que, por sua vez, são orientadas por instintos de autopreservação, nutrição e reprodução - estabelecem relações comunitárias, as quais não são pautadas por propósitos exteriores. A predominância deste tipo de vontade cuja sociabilidade apresenta características de intimidade, interioridade e exclusividade, além de envolver afeto, amor e devoção se traduzem em manifestações de caráter comunitário (BRANCALEONE, 2008).

Já em referência ao objetivo específico dois, a literatura indica que a prática do extrativismo de babaçu, bem como a quebra do coco são realizadas por mulheres. A lógica dentro desse sistema produtivo é a de exploração comum dos babaçuais, de modo que “aquela que chega primeiro, usa primeiro”, isto é, fazem a recolha dos frutos que caíram sozinhos das palmeiras e não reclamam espaços individuais de exploração para si (PORRO; FIGUEIREDO, 2013; ALMEIDA, 2007; VEIGA et al., 2009; PORRO, 2002).

A atividade extrativista abarca desde a coleta e quebra do coco de babaçu até a venda das amêndoas. Com a queima da casca é produzido carvão, com a extração do mesocarpo, faz-se farinha, base para medicamentos caseiros, mingau e bolos e, com as amêndoas, produz-se óleo de babaçu, o qual é destinado à produção industrial de cosméticos, produtos de limpeza e, em menor escala, para o refinamento, visando a obtenção de óleo de cozinha e margarinas. Usam-se a palha e os talos da palmeira, na construção e cobertura de casas, e na culinária, com a produção de azeite e leite como temperos de comida. Os restos da palmeira são utilizados como adubo. Além disso, há usos pouco explorados do babaçu, como para a produção de biodiesel e para a prestação de serviços de sequestro de carbono (FIGUEIREDO, 2005, SHIRAIISHI, 2015).

Apesar dos vários produtos e subprodutos disponíveis no mercado a partir da produção e mão-de-obra das quebradeiras, há alguns obstáculos em relação aos produtos substitutos no mercado, como os óleos extraídos do dendê, oriundos da Malásia, os quais impõem concorrência ao óleo de babaçu, o que traz como consequência a queda dos preços obtidos pelas agroextrativistas. Juntamente com a concorrência, outras barreiras dificultam a reprodução do modo de vida destas comunidades, como o avanço da pecuária industrial, das áreas de pastagens, de grandes plantações privadas de dendê e de soja, contribuindo para a devastação das florestas de babaçu, o que, por sua vez, ameaça a existência social, econômica e ambiental do extrativismo (FIGUEIREDO, 2005).

É importante que se tenha conta que o avanço do agronegócio aprofunda situações de pobreza quando torna inviáveis os modos de vida das quebradeiras de babaçu. Isto fica evidente nas percepções e memórias dessas mulheres quando falam sobre a deterioração de sua capacidade de reprodução social, econômica e ambiental, momentos identificados com as diversas violências sofridas por elas na busca da manutenção de sua cultura e sustento. Chamam de “coco preso” a situação em que têm furtada sua possibilidade de explorar os babaçuais.

Na luta contra as privações elencadas pelo direito a terra e ao babaçu, as mulheres passaram a ser organizar em movimentos sociais, como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), organização que assumiu especificamente a identidade deste grupo. O MIQCB busca a educação e conscientização das trabalhadoras rurais, discutindo seus valores, histórico, direitos à dignidade, acesso a terras e serviços públicos como educação, saúde, renda e moradia. Buscam, ainda, a resolução de conflitos ligados ao gênero, à garantia de proteção aos conhecimentos culturais e ao meio ambiente e articulam a interação dos grupos de quebradeiras com a sociedade nacional e internacional, gerando pressão no âmbito local e global a respeito das pautas que defendem (ANDRADE, 2005, TAVARES, 2008; COHEN, 1985).

O movimento gerou mudanças em condutas de lideranças, além de permitir que as quebradeiras tivessem voz e expusessem suas demandas frente ao Estado, o qual, por ocasião da implementação de políticas de âmbito nacional no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), passou a incluir essa CT de maneira específica em políticas diversas políticas.

No entanto, ainda há falta de medidas que induzam a relação social de autonomia e impulsionem a comercialização do babaçu sem vínculo de dependência de proprietários e atravessadores. Essas são barreiras que levam a falta de liberdade das quebradeiras de coco, uma vez que essas mulheres são consideradas protetoras do ambiente e áreas de palmeiras de babaçu. A pauta é necessária, especialmente frente aos impactos ambientais como o desmatamento na Amazônia legal. Nesse sentido, o

incentivo às comunidades quebradeiras de babaçu em comercializar seus produtos (amêndoas) é de extrema emergência, não só pelos desmatamentos que estão ocorrendo aos babaçuais, mas também pela injustiça econômica e social vivida por esta CT (ALMEIDA, SHIRAISHI, MESQUITA, 2001; MIQCB/DFID, 2001).

Referências

- ALMEIDA, A. W. B. **Terras Tradicionalmente ocupadas**: terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e fundos de pasto. v. 2. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, PPGSCA UFAM/Fundação Ford, 2007.
- ALMEIDA, A. W. B.; SHIRAISHI NETO, J; MESQUITA, B. A. Economia do babaçu: Levantamento preliminar de dados. In: **Economia do babaçu**: levantamento preliminar de dados. 2001.
- ANDRADE, M. P. Mutirões, empates e greves: Divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. **Lusotopie**, v. 12, n. 1-2, p. 175-189, 2005.
- BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n. 2, p. 98-104, 2008.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Vis Data 3 beta. **Famílias Extrativistas em situação de pobreza inscritas no Cadastro Único**. 2020a. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Vis Data 3 beta. **Famílias Extrativistas em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único**. 2020b. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- CODES, A. L. M. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza**: em direção a uma visão complexa. Texto para discussão nº 1332. Brasília: IPEA, 2008.
- COHEN, J. L. Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. **Social Research**, v. 52, n. 4, p. 663-716. 1985.

FIGUEIREDO, L. D. **Do espaço doméstico ao espaço público: lutas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão.** 2005. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

LÍCIO, E. C.; DIREITO, D. C. A experiência brasileira de cadastramento diferenciado de grupos populacionais tradicionais e específicos. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**, v. 15, n. 2, jul./dez. 2017.

MESQUITA, B. A. As mulheres agroextrativistas do Babaçu: a pobreza a serviço da preservação do meio ambiente. **Revista de Políticas Públicas**, v. 12, n. 1, p. 53-61, 2018.

MIQCB-Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu; Department for International development-DFID. **Alternativas econômicas sustentáveis para a erradicação da pobreza na região do babaçu.** São Luís, jan. 2001.

PORRO, N. M. **Rupture and resistance: gender relations and life trajectories in the babaçu palm forests of Brazil.** 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Department of Anthropology, University of Florida, Gainesville, 2002.

PORRO, R.; FIGUEIREDO, L. D. Meios de vida, estratégias econômicas e dependência de recursos naturais em comunidades nas áreas de ocorrência de babaçuais. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2, 2013, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2013.

SCHWARTZ, R. M. P. B. Quebradeiras de Coco de Babaçu: Cultura Tradicional e a Preservação do Meio Ambiente. **Emblemas**, v. 14, n. 1, 2017.

SHIRAIISHI, J. **Acesso à terra, território e recursos naturais: a luta das quebradeiras de coco babaçu.** [s.l.]: ActionAid, 2015. Disponível em: http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1493418575quebradeiras_actionaid_port_rev1.pdf. Acesso em: 19 jun. 2020.

TAVARES, J. C. **Universalidade e singularidades do espaço transitório: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem-terra/MST no Maranhão (1990-2000).** Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

VEIGA, I.; PORRO, N. M.; MOTA, D.; FIGUEIREDO, L. D. Povos e Comunidades Tradicionais Demarcando Territórios na Amazônia: uma análise crítica do caso das Quebradeiras de Coco Babaçu. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 33, 2009, Caxambu-MG. **Anais [...]**. Caxambu, 2009.

Trabalho 8

Etnodesenvolvimento e bem viver: concepções e implicações para políticas públicas¹ (299200)

Fernando da Cruz Souza²

Ana Maria Barbosa Quiqueto³

Milena Botelho Azevedo Lena⁴

Vilso Junior Chierentin Santi⁵

O encontro dos limites da natureza pelo projeto de desenvolvimento capitalista tem tornado cada vez mais evidente a necessidade de se refletir sobre modelos de desenvolvimento alternativos amparados na justiça socioambiental. Diante disso, este trabalho se debruça sobre alternativas de desenvolvimento étnico-sensíveis, com o objetivo de *discutir as diferenças entre as concepções de etnodesenvolvimento e bem viver indígena em sua interface com as políticas públicas.*

Para alcançar este objetivo, foi realizada uma revisão de literatura convencional com foco sobre os seguintes objetivos específicos: 1) Estabelecer a relação entre desenvolvimento e políticas públicas; 2) Conceituar o

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento (Unesp). <http://lattes.cnpq.br/1620787503202142>. fernando.cruz@unesp.br.

³ Mestra em Educação (Unoeste). Assistente Social na Prefeitura Municipal de Arco-Íris-SP e docente da graduação e pós-graduação da Faculdade de Tupã (ESEFAP). <http://lattes.cnpq.br/1950187892176976>. a.quiqueto@unesp.br.

⁴ Mestra em Comunicação e Sociedade (UFT). Assessora de comunicação na Secretaria de Comunicação do estado do Tocantins. <http://lattes.cnpq.br/7848292566163973>. milazev@gmail.com.

⁵ Doutor em Comunicação Social (PUCRS). Professor-Pesquisador Adjunto no Curso de Comunicação Social-Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, ambos da UFRR. <http://lattes.cnpq.br/4681451997803704>. vjrsanti@gmail.com.

etnodesenvolvimento e o bem viver indígena; e 3) Identificar as implicações do etnodesenvolvimento e do bem viver nas políticas públicas. Os resultados preliminares relacionados a tais objetivos são apresentados a seguir.

No que tange ao primeiro objetivo, Heidemann (2014, p. 29) afirma que “[...] o desenvolvimento de uma sociedade, em nosso tempo, resulta de decisões formuladas e implementadas por governos de estados (em suas instâncias nacionais, subnacionais e supranacionais), em conjunto com as demais forças da sociedade [...]”. No entanto, o próprio autor deriva de tal definição algumas perguntas essenciais: “[...] Desenvolve-se o que, para quem, com que benefício e a que custo? Que dimensões do ser humano são atendidas ou satisfeitas por um processo de desenvolvimento?” (HEIDEMANN, 2014, p. 30).

Entre as concepções modernas de desenvolvimento que superam a correspondência entre esse e o progresso ou crescimento econômico puro e simples, está a teoria de desenvolvimento como liberdade, na qual se fazem presente atributos de justiça socioambientais. Nesta concepção, Sen (2010, p. 16-17) evidencia que para acontecer o desenvolvimento, é necessária a remoção das principais fontes de privação da liberdade, a saber, “[...] pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”, as quais representam a subtração substantiva de liberdades como a de saciar a fome, estar adequadamente nutrido, ter acesso a medicamentos, vestimentas e moradia adequados, à saneamento básico, etc.. Ainda, tais privações poderiam representar a falta de assistência social e serviços públicos, tais como programas epidemiológicos, de assistência médica, de educação, de instituições de manutenção da paz e ordem e, até mesmo, a supressão de liberdades políticas e civis por regimes autoritários (SEN, 2010).

Tal concepção de desenvolvimento contempla íntima relação com a política pública, cuja definição funcional, promovida por Howlett; Ramesh e Perl (2013), é concebida como um processo em que atores, com suas

respectivas restrições, tentam compatibilizar objetivos e meios políticos a fim de resolver problemas de forma aplicada. Este processo, como um recurso de análise, tem sido comum e didaticamente organizado em ciclos ou processos de gestão e é apresentado na Figura 1, a qual sumariza partes relevantes do sistema complexo em que estão inseridas as decisões e ações da política pública.

Figura 1 - Principais estágios do fluxo de políticas públicas



Fonte: Ripley (1995).

Nos processos da política pública, o problema, definido como a diferença entre uma situação atual (*status quo*) e a situação ideal possível,

ocupa espaço importante de análise, pois se uma política pública tem como objetivo resolver um problema público, determinadas percepções do problema ensejam determinadas formulações de soluções (SECCHI, 2016). Nesse sentido, são apresentados a seguir tanto os enquadramentos de problemas como as indicações de soluções referentes aos modelos alternativos de desenvolvimento de base étnica (objetivos 2 e 3).

Com respeito ao etnodesenvolvimento, Verdum (2002) afirma que o conceito surgiu como uma alternativa crítica ao desenvolvimentismo etnocida cujo entendimento sobre os povos indígenas e tradicionais era de que obstaculizavam o progresso. Para Batalla (1982, p. 133), considerado por Verdum (2002) um precursor da vertente do etnodesenvolvimento, este é “[...] o exercício da capacidade social de um povo para construir seu futuro, aproveitando para isso os ensinamentos de sua experiência histórica e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com um projeto que se define segundo seus próprios valores e aspirações”.

Stavenhagen (2013, p. 85) complementa Batalla dizendo que: “O etnodesenvolvimento indígena latino-americano significa a completa reversão das políticas públicas indigenistas [...] Um novo movimento social indígena militante surgiu e demanda reafirmação de seus valores culturais e a reavaliação dos indígenas na estrutura social”. Verdum (2002) sublinha que, com a Constituição Federal de 1988, são reconhecidos os direitos à organização e representação indígena, tornando possível que passem a defender e reivindicar direitos referentes a territórios, saúde, educação, e à manifestação.

Em termos práticos, para Azanha (2002), o etnodesenvolvimento estaria condicionado à resolução preliminar das questões de segurança territorial; fruição exclusiva de recursos naturais nele presentes; dos recursos financeiros, formas e tempo necessários para gerá-los a fim de adquirir produtos manufaturados; assim como a escala requerida para tais produtos e o comando sobre os canais tradicionais de distribuição e circulação dos recursos. Em outras palavras, o autor ressalta que os indígenas precisariam de recursos financeiros para adquirir produtos e serviços sob

o monopólio de não-indígenas para implantar seus projetos de etnodesenvolvimento. Então, segundo a “[...] vocação histórica e cultural específica da sociedade indígena e do controle interno do tempo para a produção para o mercado [...]” esses poderiam estabelecer os limites para sua produção, alterando, assim, também suas necessidades externas (AZANHA, 2002, p. 35).

Nesse cenário, o papel do Estado seria o de não mais tutelar o indígena, mas amparar o etnodesenvolvimento num sistema globalizado, balizado pela história, valores, interesses e objetivos endógenos, os quais imprimiriam a marca política, econômica e simbólica indígena em meio ao auxílio de atores diversos, como entidades indígenas, agências bilaterais, organizações do terceiro setor, agências governamentais indigenistas e ambientalistas (VERDUM, 2002).

Diferentemente do etnodesenvolvimento, surgidas no início do século XXI, na realidade latino-americana, as expressões *kichwa Sumak Kawsay* e *aymara Suma Qamaña* podem ser traduzidas como bem viver e viver bem, respectivamente, e se relacionam a um estilo de vida de complementaridade entre os povos, as forças da natureza e o sobrenatural. Trata-se de propostas indianistas que se manifestaram em oposição ao colonialismo e ao neoliberalismo, em meio a crises econômicas, sociais e políticas, durante os processos constituintes do Equador e da Bolívia, propostas as quais espalharam-se pela América Latina e pela Europa posteriormente, criando diferentes vertentes do bem viver, tais como, a socialista-estatista, a ecologista/pós-desenvolvimentista e a indigenista/“pachamamista” (TORRES-SOLIS; RAMÍREZ-VALVERDE, 2019).

A base de informação para o bem viver socialista/estatista, segundo Gallegos (2010), fundamenta-se não somente no ter, mas no ser, estar, fazer e sentir, isto é, no viver a plenitude ou bem viver. Nesse sentido, o bem viver ou o viver bem se referem “[...] à satisfação de necessidades, à consecução de uma qualidade de vida e morte dignas, ao amar e ser amado e ao florescimento saudável de todos, em paz e harmonia com a natureza,

para a prolongação das culturas humanas e da biodiversidade” (GALLEGOS, 2010, p. 61).

Gallegos (2010) aponta, ainda, que o alcance de tais patamares de satisfação supõem a existência de tempo livre para que se busque a contemplação e a emancipação, de modo que, para o desenvolvimento dos indivíduos e coletivos, outros requisitos devem ser atendidos, tais como, liberdades, oportunidades, capacidades e potencialidades reais, os quais são exercidos sem dominação sobre o outro, o que possibilitaria a construção do reconhecimento mútuo, a autorrealização e a realização de um porvir social compartilhado.

Já a vertente ecologista/pós-desenvolvimentista enfoca o bem viver na perspectiva da Mãe Terra, alternativamente ao modelo extrativista e capitalista. Isso significa a resistência por parte dos indígenas e camponeses ao avanço da degradação e contaminação do solo e da água, a luta contra a entrada de transgênicos em seus territórios e cultivos, contra privatização da água e, por outro lado, a busca de se ter o suficiente para comer não por meio de supermercados, mas pela presença de condições de produção do que desejam, ou seja, ter o comando sobre territórios (não apenas terra), água, sementes, estradas, organização política própria, educação e sistema de saúde próprios; em outras palavras, condições de vida globais e diversas as quais se confundem entre direitos da Mãe Terra e o dos povos para que construam o bem viver (MOLINA; PATY; LOPEZ, 2012).

Na concepção indigenista/“pachamamista”, Hidalgo-Capitán; Arias e Ávila (2014) indicam algumas dimensões para a realização do *Sumak Kawsay*, como: 1) a existência de um território tal qual um cosmo vital com três esferas, a roça, a floresta e a água, as quais se relacionam com elementos materiais e simbólicos; 2) o entendimento de que os elementos imprescindíveis para o bem viver serão obtidos juntamente a natureza mediante o desenvolvimento de qualidades (força, equilíbrio, sabedoria, compreensão, visão, perseverança e compaixão), em processo de aprendizagem comunitária; 3) a presença de uma dimensão ética em que estão

inclusos diversos valores de harmonia doméstica; 4) a busca da harmonia em todos os lugares para haver harmonia na comunidade, o que requer solidariedade, manifesta em respeito e valorização de anciãos e viúvas e no compartilhamento e reciprocidade entre os membros da comunidade.

Conclusões preliminares da pesquisa assinalam que, na convergência entre o etnodesenvolvimento e as políticas públicas, mantem-se uma base de operacionalismo, traduzida na imposição de uma ideia de desenvolvimento para suprir necessidades, a qual transforma a diversidade cultural não em uma alteridade, mas num critério de eficácia. Também, está presente neste modelo o economicismo, aparente na coisificação da vida social em aparato econômico apriorístico e transcendente. Além disso, esta alternativa de desenvolvimento carrega um componente institucionalista quando reproduz a participação – compreendida em termos de eficiência (melhores resultados) e empoderamento (poder ou capacidade de um indivíduo ou comunidade obter melhores condições de vida) – como um mecanismo de seleção de certas lideranças capazes de comunicar interesses da modalidade de desenvolvimento vigente como interesses do grupo social representado (AYALA; FEHLAUER, 2005).

Quanto ao bem viver, os desafios apresentados são: 1) Evitar sua captação pelo desenvolvimento hegemônico, uma vez que este paradigma não tem como substrato a tradição ocidental cristã, transcendental, e não parte de perspectivas antropocêntricas ou racional-científicas, tendo, por isso, instrumentos para decolonizar o conhecimento; 2) Conceber alternativas de desenvolvimento viáveis em horizontes temporais longos, sem permitir a repetição do ocorrido com o desenvolvimento sustentável, cujas bases filosóficas de solução dos problemas são as mesmas que as causadoras desses (GUEVARA-ARISTIZÁBAL; ESCHENHAGEN, 2017).

Referências

AYALA, C.; FEHLAUER, T. Considerações críticas sobre o conceito etnodesenvolvimento: para pensar a condescendência na relação intercultural. *Tellus*, n. 5, v. 8/9, p. 37-51, abr./out. 2005.

BATALLA, G. B. El etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización. *In*: ARAVENA, F. R. **América Latina**: etnodesarrollo y etnocidio. San José, Costa Rica: Ediciones Flacso, 1982.

GALLEGOS, R. R. Socialismo del sumak kawsay o biosocialismo republicano. *In*: SECRETARÍA NACIONAL DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO-SENPLADES. **Los nuevos retos de América Latina**: Socialismo y sumak kawsay. Quito: SENPLADES, 2010.

GUEVARA-ARISTIZÁBAL, J. F.; ESCHENHAGEN, M. L. Pensar em tempos de crise: ¿como dialogar com la vida? *Nómadas*, n. 46, v. 1, p. 237-250, ene./dic. 2017.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho de progresso às políticas de desenvolvimento. *In*: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Organizadores). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; ARIAS, A.; ÁVILA, J. El pensamiento indigenista ecuatoriano sobre el *Sumak Kawsay*. *In*: HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; GARCÍA, A. G.; GUAZHA, N. D (Editores). **Sumak Kawsay Yuyay**. Antología del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak Kawsay. Huelva-España: Proyecto de Cooperación Interuniversitaria para el Fortalecimiento institucional de la Universidad de Cuenca en materia de movilidad humana y buen vivir (FIUCUHU), 2014.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Políticas pública**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MOLINA, M. C.; PATY, M. R.; LÓPEZ, E. La construcción del Suma Qamaña. **América Latina en movimiento**, ano XXXVI, II época, p. 18-21, oct. 2012.

RIPLEY, R. B. Stages of the policy Process. *In*: MCCOOL, D. C. **Public policy theories, models and concepts**: an anthology. Prentice Hall, 1995.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STAVENHAGEN, R. Ethnodevelopment: a neglected dimension in development thinking (1986). *In*: STAVENHAGEN, R. **Pioneer on Indigenous Rights**. Mexico, DF: Springer, 2013.

TORRES-SOLIS, M.; RAMÍREZ-VALVERDE, B. Buen vivir y vivir bien: alternativas al desarrollo en Latinoamérica. **Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos**, n. 69, p. 71-97, jul./dic. 2019.

VERDUM, R. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas. a contribuição do subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). *In*: LIMA, A. C. S.; BARROSO-HOFFMANN, M. **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

GT 10

**Estudos sobre Povos Originários e
Comunidades Tradicionais**

*Nelson Russo de Moraes*¹

*Ana Margarida Theodoro Caminhas*²

*Anderson Rodolfo de Lima*³

¹ UNESP

² UNESP

³ UFSCar

Trabalho 1

El caso de los pueblos originarios y la explotación de sus recursos naturales: disputas por el acceso a la información ambiental y la participación ciudadana ¹ (303155)

Maria Eugenia Perez Cubero

La cuestión de la tierra ha sido tradicionalmente la principal demanda de los pueblos indígenas latinoamericanos. Se intentaba proteger las tierras de la voracidad de los compradores o de invasores; pero en la actualidad la temática se complejiza y se introducen dos dimensiones, la territorial y la ambiental. Ambas se entrecruzan frente a la problemática de la expansión acelerada de empresas extractivas que en gran medida y la mayor parte de las veces se encuentran en territorios de pueblos originarios (Bengoa, 2007).

Uno de los asuntos más complejos es la propiedad comunitaria de los recursos naturales. Así lo ha señalado la OIT en uno de sus informes: “Junto con la invasión de las tierras ancestrales, una de las agresiones mayores que enfrentan los pueblos indígenas es el despojo de sus recursos naturales, que han sido y siguen siendo objeto de la codicia de poderosos intereses económicos, lo que se encuentra en el origen de episodios sangrientos y dolorosos. En muchos casos el hábitat de numerosas comunidades ha sufrido daños irreparables y las empresas de exploración y explotación de dichos recursos han sido responsables de la destrucción

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

del modo de vida, cuando no del etnocidio de sus integrantes. En particular han sido las comunidades selváticas las que más han sufrido esta agresión, pero no son las únicas. En tiempos más recientes, gracias a la movilización de los propios indígenas, a la conciencia que se está adquiriendo por la necesidad de preservar el entorno ecológico, y al poder de los medios de comunicación, este despojo ya ha dejado de ser cubierto por el manto del silencio, y se asiste a una saludable reacción” (Bengoa, 2007).

La Reforma Constitucional Argentina de 1994 introdujo en el Art. 75 inc. 17 las garantías fundamentales de los Pueblos Indígenas (y de las comunidades que los conforman) de la Argentina. Se los denomina derechos originarios, de las comunidades, "tribus", "etnias", "naciones" o "pueblos indígenas", cuyas características aun cuando de incidencia colectiva, presenta matices diferenciales, o responden a un peldaño superior. La CN en su art. 75, inc. 17 —aprobado por unanimidad en la Convención Constituyente y sin discusión en el recinto— reconoce como atribución del Congreso de la nación garantizar el respeto a la identidad y el reconocimiento de la preexistencia étnica y cultural de los pueblos indígenas argentinos. La misma disposición, en el inc. 19, estableció la facultad de dictar leyes que “protejan la identidad y pluralidad cultural, la libre creación y circulación de las obras de autor, el patrimonio artístico y los espacios culturales y audiovisuales”. Ambos incisos son portadores de un plexo de derechos especiales que pretende reparar cada una de las necesidades históricas insatisfechas tanto de los pueblos indígenas como de las comunidades locales. Esta visión constitucional sobre el componente indígena completa la noción de “Estado ecológico de derecho” en su versión latinoamericana. Ello se vincula a que ninguna cultura indígena se considera dueña de la naturaleza, y su traducción es la no percepción de ella como mera mercancía, sino que la conciben como parte integrante de su vida pasada, presente y futura a la que le deben respeto.

De lo dicho puede colegirse que la preexistencia indígena, en el sentido de reconocer su anterioridad a la formación de la categoría jurídico-política de Estado-nación argentino, es una preferencia ecológica explícita

tanto para el presente como para el futuro de la sociedad nacional. Implica reconocer a la sociedad argentina como multiétnica y pluricultural, política, territorio y medio ambiente teniendo en cuenta no solo el aporte cultural y artístico español e inmigratorio, sino el que el poder constituyente reconoció y, por ende, no se puede desconocer la preexistencia de los pueblos indígenas, dando lugar a una alquimia que entrelaza conocimientos, técnicas, saberes, creencias y mitologías del pasado en el presente. Señala Rossatti (1994) que la Reforma de la Constitución 1994, incorpora el criterio interpretación participativa (no forzada ni coaccionada) de los indígenas a la vida nacional dentro de un marco de respecto de sus identidades étnicas y culturales, cuya preexistencia al Estado Nacional se admite explícitamente constituyendo el fundamente socio-histórico-político del reconocimiento de ciertos derechos que de otro modo, podrían considerarse como privilegios con relación al resto de la población nacional.

Asimismo, mediante el inc. 22 del art. en cuestión, la Constitución Nacional estipuló que los tratados tienen jerarquía superior a las leyes. Es decir, que aquellos instrumentos internacionales de derechos humanos y ambiente que están incorporados en la enumeración del primer párrafo del inciso tienen jerarquía constitucional; ello adquiere gran trascendencia porque consolida el sistema dualista y, por ende, la influencia de las convenciones internacionales en materia de patrimonio cultural. Algunos de los tratados que se pueden mencionar son: "Convención Internacional sobre la eliminación de todas las formas de discriminación racial" de 1967, aprobada por ley 17722/68, basada en motivos étnicos; el art. 27 del "Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos" de 1966, a su vez ley 23313/86, referidos a las minorías étnicas, religiosas o lingüísticas; y la "Convención de los Derechos del Niño" de 1989, aprobada en Argentina por ley 23849/90, Art. 30, en los que se incluye minorías étnicas, religiosas o lingüísticas o personas de origen "indígena".

No obstante, un avance significativo en la temática indígena se produce a través de la labor de la OIT (Organización Internacional del

Trabajo), primero mediante el Convenio N° 107 del año 1957 sobre "Poblaciones Indígenas y Tribales" (Ley 14.932/59), y finalmente, con el Convenio de OIT N° 169/89 sobre Pueblos Indígenas y Tribales en Países Independientes (Convenio OIT 169) aprobado por Ley 24071/92. El Convenio OIT 169 al utilizar la noción de pueblos indígenas prevé los derechos a la participación (art. 2.1) a no contrariar los deseos expresados libremente por los pueblos interesados (art. 4.2) a consultarlos "cada vez que se prevén medidas legislativas o administrativas susceptibles de afectarlos directamente" (art. 6.1.a). La gestión referida a sus recursos naturales, a tenor del art. 15.1 del Convenio OIT 169, debe entenderse como aquellos "existentes en sus tierras". A la par, el Convenio OIT 169, art. 15.1, establece que "los derechos de los pueblos interesados a los recursos naturales existentes en sus tierras deberán protegerse especialmente", y que "estos derechos comprenden el derecho a participar en la utilización, administración y conservación de dichos recursos"; el art. 15.2, dispone: "En caso de que pertenezcan al Estado la propiedad de los minerales o recursos del subsuelo (...); los gobiernos deberán establecer o mantener procedimientos con miras a consultar a los pueblos interesados, a fin de determinar si los intereses de esos pueblos serían perjudicados, y en qué medida, antes de emprender o autorizar cualquier programa de prospección o explotación. Los pueblos interesados deberán participar siempre que sea posible en los beneficios que reporten esas actividades, y percibir una indemnización equitativa de cualquier daño que puedan sufrir (...)".

De la lectura de partes pertinentes del Convenio 169 de la OIT puede extraerse la idea del derecho a la consulta previa de los pueblos originarios como un derecho fundamental, y ya hay casos en los que la Corte Constitucional de Colombia, en el año 2008, declaró por unanimidad inconstitucional una ley (Ley General Forestal) porque violaba el derecho de las comunidades indígenas y afrocolombianas a la consulta previa (Sentencia C-030. 2008. Corte Constitucional de Colombia).

El derecho a la consulta previa es uno de los instrumentos a través de los cuales se materializa la democracia participativa. Es la herramienta

jurídica que garantiza las voces de las minorías culturales sean efectivamente oídas por el Estado. Grupos que han sido históricamente discriminados y que son vulnerables desde el punto de vista socio-económico (Bonilla, 2010).

Este derecho sirve para equilibrar la diferencia que existe entre las minorías por un lado y el poder del Estado y las mayorías culturales por el otro. Exige que el Estado consulte a los pueblos ante cualquier medida legislativa que los afecte directamente, así como cualquier proyecto destinado a explotar los recursos naturales que se encuentren en sus territorios.

Hay que mencionar el Código Civil y Comercial de la Nación que en el Art. 18 del Título Preliminar introduce la temática de los Derechos de las comunidades indígenas, en cuanto establece que "las comunidades indígenas con personería jurídica reconocida tienen derecho a la posesión y propiedad comunitaria de sus tierras según se establece en el Libro V, de este Código. También tienen derecho a participar en la gestión referida a sus recursos naturales como derechos de incidencia colectiva".

Con respecto a la propiedad comunitaria como institución jurídica, debemos reconocer que el nuevo CCyC viene a reparar una gran omisión histórica con nuestros pueblos originarios y una deuda hacia el reconocimiento de su cosmovisión y su sistema jurídico. Así, en el Art. 18 dentro del Título "Derecho y bienes", establece una categoría especial dado que no la ubica en el Libro sobre derechos reales. Es así como, en total consonancia con la Constitución Nacional, reconoce los derechos de las comunidades indígenas colocándolas en tanto comunidad y colectivo social como sujeto titular de derechos. Las comunidades indígenas reconocidas tienen derecho a la posesión y propiedad comunitaria de las tierras que tradicionalmente ocupan y de aquellas otras aptas y suficientes para el desarrollo humano según lo establezca la ley, de conformidad con lo dispuesto por el Art. 75 Inciso 17 de la Constitución Nacional". Este precepto recepta dos derechos en forma expresa: el derecho de las comunidades

indígenas a la posesión y propiedad comunitaria de sus tierras y el derecho de participar en la gestión de los recursos (Devia, 2015).

Esta disposición normativa debe a su vez ser analizada a la luz de la pauta interpretativa del Art. 1 del Código donde expresa que “los usos, prácticas y costumbres son vinculantes cuando las leyes o los interesados se refieren a ellos o en situaciones no regladas legalmente, siempre que no sean contrarios a derecho”, reconociendo como fuente jurídica el derecho consuetudinario de los usos y las costumbres. Si bien debemos señalar que el proyecto del CCyC avanzaba en una regulación explícita y expresa sobre la propiedad comunitaria considerándola en la enumeración de los derechos reales, cuyo objeto eran los inmuebles rurales, desconociendo las nociones de tierra o territorios como propias de las comunidades, y avanzando luego en una descripción detallada de su contenido, elementos, caracteres, prohibiciones y limitaciones. Es de destacar que muchos juristas salieron a manifestar la inconveniencia de la regulación de la propiedad comunitaria en el CCyC, ya que si bien las comunidades originarias son consideradas sujetos de derecho, no debían regularse dentro de los institutos del derecho privado, sino que su regulación debe provenir desde las instituciones propias del derecho público por las características que tiene.

Como último antecedente debemos señalar el Acuerdo de Escazú sobre el acceso a la información, la participación pública y el acceso a la justicia en asuntos ambientales en América Latina y el Caribe, suscripto en San José de Costa Rica el 4 de marzo de 2018, ratificado por Argentina mediante Ley N° 27.566/2020. A veintiséis años de la Cumbre de Río 1992 donde se reconocen los derechos de acceso en el Principio 10, se conviene en Marzo de 2018 en Escazú el primer Acuerdo regional para la protección de los derechos de acceso en asuntos ambientales en los países de América Latina y el Caribe. Se trata del primer instrumento regional de naturaleza jurídica vinculante de democracia participativa en materia ambiental, que consolida los tres pilares que constituyen la tríada de derechos de acceso en los países de América Latina y el Caribe (información, participación y justicia). Consiste en el establecimiento de patrones, pautas y estándares

mínimos que sirven para robustecer los marcos regulatorios ambientales en materia de derechos de acceso de los países de la región como un desafío para afrontar y adaptarse al cambio climático; o bien en aquellos casos donde la legislación está consolidada, facilitar los procesos de implementación para que todas las personas puedan ejercer efectivamente sus derechos. Se consolida como el primer documento internacional que hace mención expresa y explícita a la protección de defensores ambientales como una medida concreta frente a los conflictos socio-ambientales que caracterizan la región.

Referências

BENGOA, JOSÉ (2007) **La emergencia indígena en América Latina, Chile**: Fondo de Cultura Económica.

ROSSATI, HORACIO D. (1994) "**Status constitucional de los pueblos indígenas argentinos**", en: La Reforma de la Constitución explicada por miembros de la Comisión Redactora, Santa Fe: Rubinzal Culzoni.

BONILLA MALDONADO, DANIEL (2010) **Justicia Colectiva, medio ambiente y democracia participativa**, Bogotá, Universidad de los Andes,; Ediciones Uniandes.

DEVIA, L. (Dir.) (2015) **Avances del Nuevo Código Civil y Comercial de la Nación en los aspectos ambientales**. Buenos Aires: El dial.com

Trabalho 2

Características da pesca artesanal na região do Salgado Paraense ¹ (302631)

Adna Albuquerque ²

Regina Oliveira ³

A pesca artesanal é uma importante atividade econômica e de subsistência para as populações tradicionais da região amazônica (DAADDY et al, 2016). No estuário amazônico esta pesca caracteriza-se pela influência da sazonalidade do ciclo das chuvas, tendo como alvo espécies de origem marinha durante a estação seca e algumas espécies da bacia amazônica na época das cheias (BARTHEM & FABRÉ, 2004).

No litoral paraense, a pesca artesanal possui grande importância econômica e cultural para a população que dela vive. A pesca é uma das atividades mais tradicionais e garante renda e subsistência para uma boa parte da população, além de render importantes divisas para o país (ISAAC, 2006). Este estudo teve como objetivo descrever a pesca artesanal nos municípios de São João de Pirabas, Salinópolis, Primavera, Boa Vista do Quatipuru e Marapanim na região Nordeste do estado do Pará.

A pesquisa foi realizada no período de 2011 a 2018, durante os estudos para criação e ampliação de Reservas Extrativistas Marinhas da região do

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestre em Zoologia, Pesquisadora independente, <http://lattes.cnpq.br/6030158199921187>, E-mail: adnaalbuquerque@gmail.com

³ Dra. em Desenvolvimento Sustentável; pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi, <http://lattes.cnpq.br/9980901112720599>. E-mail: oliveira@museu-goeldi.br

Salgado Paraense, especificamente nos municípios de Marapanim, São João de Pirabas, Primavera, Salinópolis, e Boa Vista do Quatipurú. De cunho qualitativo e com uso de entrevistas semiestruturadas e observação participante, a pesquisa foi realizada junto a pescadores destes municípios.

A tradição da pesca artesanal na região do Salgado Paraense além de ser fonte de subsistência, permite que muitas famílias retirem dela seus sustentos. É classificada como pesca artesanal de pequena escala, sendo o mesmo apetrecho utilizado tanto para a pesca de subsistência quanto para a pesca comercial (BARTHEM & FABRÉ, 2004).

Os pescadores afirmaram que aprendem pescar "bem cedo" com parentes ou vizinhos. Pescam de forma individual ou em dupla e a principal embarcação utilizada é a canoa. A variação no uso de apetrechos está relacionada com o tipo de ambiente explorado e seus grupos de espécies-alvo. As pescarias caracterizam-se por explorar um grande número de espécies, empregando diferentes tamanhos de canoas e variados métodos de pesca. Os entrevistados citaram três artes de pesca principais. A rede de espera é o método mais utilizado seguida do espinhel e o curral.

Na última década, as principais espécies de valor comercial vêm apresentando forte redução em sua abundância, os estoques pesqueiros estão sendo explorados de forma predatória (CAD et al, 2017). Segundo relatos dos pescadores, o descarte de indivíduos juvenis cujo tamanho não tem interesse comercial para a pesca industrial e outras pescarias comerciais predatórias são alguns dos motivos da diminuição dos estoques pesqueiros na região. A pesca de arrasto ou "volante" que é a pescaria predatória mais utilizada na região.

Segundo Martins e Gazella, 2015, o cenário atual é de mudanças climáticas, sobrepesca, esgotamento generalizado dos recursos pesqueiros marinhos associados ao aumento exponencial da demanda pelo consumo de peixes e derivados, levando ao declínio de espaços aquáticos e prejudicando a reprodução natural dos peixes. Este cenário se expressa nas falas:

“Só a pesca não dá mais, tenho que completar aqui e acolá. Quem tem barco pequeno não vai pra fora, no verão tem muito vento lá fora, só pesco dentro do rio e o rio tá ficando raso”.

José Gomes Cardoso (Comunidade Campo do Sal- Pirabas)

“Este horror de rede espanta o peixe, é uma questão de sobrevivência pra nós pescadores pobres”. *Maria José (Comunidade de Santo Antônio de Urindeua-Salinópolis)*

Mesmo com o peixe estando cada vez mais escasso na região, há aqueles que insistem na pesca e mesmo com a dificuldade afirmam "que não sabem fazer outra coisa da vida", e que "nasceram para viver da pesca". Para estes pescadores a pesca artesanal possui papel importante em suas vidas, vai além de uma necessidade econômica e financeira, se configura como uma prática cultural passada de pai para filho.

Em consequência da diminuição do pescado, a extração do caranguejo (*Ucides Cordatus*) tem assumido um papel importante para a subsistência da população. Este produto em alguns municípios é tido como principal. Os pescadores afirmaram que extraem o caranguejo do mangue, para a venda e principalmente para a venda da "massa"(carne) do caranguejo que alcança melhores preços. Os mariscos, recurso pesqueiro, também obtiveram crescimento na importância como fonte de renda e alimentação com a queda da produtividade do peixe. Contudo, o peixe ainda é o recurso mais importante nas comunidades. Por meio do seu saber tradicional, o pescador explora grande número de espécies utilizando diversos apetrechos de pesca.

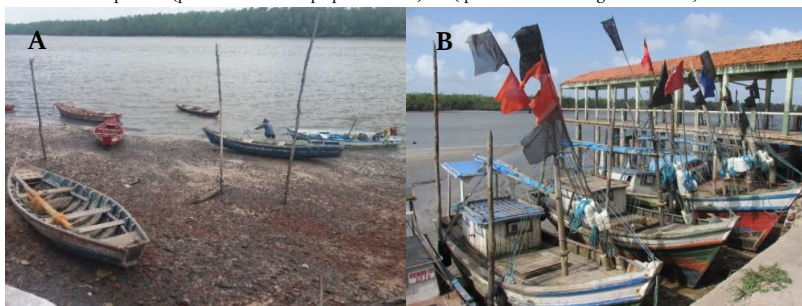
A pesca é praticada normalmente por homens, mas, algumas mulheres pescam para garantir a segurança alimentar da família e/ou acompanhar o marido. As mulheres também são coletoras de mariscos ampliando as possibilidades de uso dos recursos naturais.

Os pontos de pesca (localmente denominados de pesqueiros) se localizam próximo à costa e os pescadores se deslocam até eles utilizando embarcações motorizadas ou utilizam embarcações a vela ou remo. A duração das viagens e a distância da costa até os pesqueiros dependem do

tamanho da embarcação, da quantidade de gelo levada e das facilidades para as comercializações existentes nos locais de desembarque.

A frota de barcos pesqueiros é composta na sua maioria por barcos de pequeno porte, de madeira com capacidade de carga variando entre 300 kg a duas toneladas, com comprimento médio de cinco a oito metros. A maior parte das embarcações é do tipo canoa motorizada. As canoas são utilizadas principalmente nos rios. Nos portos das sedes municipais encontram-se barcos de pesca (conhecidos pelos pescadores como “barcos grandes”) que são utilizados em alto mar. Estes barcos possuem maior capacidade de carga podendo chegar a 12 toneladas (Figura 1 A e B).

Figura 1. Embarcações utilizadas na pesca artesanal dos municípios de São João de Pirabas e Boa Vista de Quatipuru. A (pesca artesanal de pequena escala) e B (pesca artesanal de grande escala)



Fonte: As autoras.

As artes de pesca mais citadas, foram: malhadeiras, espinhel, curral, munzuá, caniço, rabicha e rabadelão, tarrafa, linha e anzol, flecha, e visga (Figura 2). As malhadeiras são utilizadas nas pescarias denominadas rede de espera ou apoiada, rede de arrasto, tapagem de igarapé, pescaria de batção e pescaria de redinha vai e volta.

As pescarias de redes de espera ou rede apoiada são utilizadas para captura de variada espécies de peixes. A pescaria de rede serreira tem como espécie alvo principalmente o serra (*Scomberomorus brasiliensis*) além de outras espécies como a corvina (*Micropogonias furnieri*), cações, uritinga (*Sciades proops*) e pescada – amarela (*Cynoscion acoupa*).

As redes gozeiras e caiqueiras têm este nome devido suas espécies alvo serem principalmente a pescada-gó (*Macrodon ancylodon*) e a pratinheira ou sajuba (*Mugil sp*) respectivamente. Esta pescaria também é utilizada para a pescaria do camarão-branco (*Litopenaeus Schmitti*). As panagens (linhas de confecção) destas redes são adquiridas prontas, e são utilizadas de forma ativa como arrasto, mas podem ser utilizadas como rede de espera na forma de rede apoitada ou apoitamento. Têm em média 300 m de comprimento e 1,5 a 2 m de altura. Na pesca artesanal as malhas mais utilizadas são de 30 a 40 mm para gozeira e 25 mm para caiqueira.

Figura 2. Algumas das artes de pesca utilizadas nas pescarias artesanais da região do Salgado Paraense.



Fonte: As Autoras

Na prática do manejo da pesca, alguns pescadores relataram que diminuam a captura de determinadas espécies de peixes "no período em que as fêmeas estão ovadas", como por exemplo, a sajuba (*Mugil sp*), opacatum (*Batrachoides surinamensis*), a uricica (*Cathorops spixii*), a tainha (*Mugil spp*), o bagre (*Arius couma*) e o peixe-pedra (*Genyatremus luteus*), que no mês de maio "entram nos poços dos rios" (local mais profunda do rio) da região para desovar.

O processo de comercialização, na pesca artesanal, envolve uma complexa rede de agentes e relações econômicas. Em geral a comercialização pode ser realizada na própria comunidade com venda para os moradores

e para alguns marreteiros que levam o peixe para ser vendido nos municípios, nas sedes dos municípios ou em estradas e outras comunidades. Alguns pescadores possuem autonomia para transportar seu produto e comercializar nas sedes dos municípios.

Os barcos de pesca que desembarcam pescado no porto dos municípios vendem sua produção para agentes intermediários, são compradores que vêm de Belém, Capanema, Maranhão e Ceará. A estrutura de remuneração impostas pelos agentes intermediários aos pescadores artesanais, por vezes gera conflitos. Alguns pescadores possuem compradores fixos (patrões) que ditam o preço da produção em função do mercado e do adiamento referente as despesas para a atividade. Em geral os aguardam com caminhões para transportar o pescado.

O estado do Pará destaca-se no cenário pesqueiro do Brasil, sendo um dos primeiros em volumes capturados. No entanto, os pescadores necessitam da atuação do poder público na promoção de ações socioambientais para a manutenção da atividade e preservação dos recursos pesqueiros, geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida da população que depende da pesca. A criação e ampliação de áreas protegidas no Salgado Paraense, foi uma demanda de proteção territorial das comunidades locais que veio a contribuir com a manutenção dos estoques pesqueiros na região. A manutenção de tais recursos é de suma importância para a sobrevivência das populações tradicionais que dependem direta e indiretamente da atividade da pesca artesanal e coleta dos recursos pesqueiros do Salgado Paraense.

Referências

BARTHEM, Ronaldo Borges; FABRÉ, Nidia Noemi. Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**, v. 1, p. 17-62, 2004.

DAADDY, Márcia Dayane Vilhena et al. Apaiari fishing, *Astronotus ocellatus* (Agassiz, 1831), and socioeconomic profile of artisanal fishermen in a region of the Brazilian Amazon.

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 11, n. 2, p. 363-378, 2016.

CAD, Sandra Viana et al. A produção pesqueira e o esforço da pesca no município de Manaus (Amazonas-Brasil): análise e proposta de melhorias para viabilizar a industrialização. 2017.

MARTINS, Andreza; DIAS, Leila Christina; CAZELLA, Ademir Antonio. Entre peixes e humanos: o conflito pesca e conservação ambiental no litoral sul do Brasil. **Geosul**, v. 30, n. 60, p. 7-48, 2015.

ISAAC-NAHUM, Victoria Judith. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 3, p. 33-36, 2006.

Trabalho 3

Festejos da Folia de São João Batista na Comunidade Quilombola Água Limpa Faina – GO ¹ (299274)

Luiz dos Santos Neia ²

Edevaldo Aparecido Souza ³

Introdução

No Brasil existem diversos povos e comunidades tradicionais, este grande número ocorre em função da miscigenação e do vasto território que atribui identidade a cada povo. Nas palavras de Little (2002, p. 2), “a imensa diversidade sociocultural do Brasil é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária”. Estes povos se organizam de formas distintas, ocupam e usam territórios e bens naturais para manter sua cultura, no que diz respeito à organização social, à religião, à economia e à ancestralidade, entre outros.

A Constituição Federal de 1988, expressa que “Povos e Comunidades Tradicionais são grupos que possuem culturas diferentes da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal”. (BRASIL, 1988).

A Comunidade Quilombola Água Limpa se encontra situada no meio rural, no sudeste do município de Faina-GO, próximo ao limite com o município de Goiás-GO, nas margens da GO 164. Faina dista de 210 km da

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Mestrando do PPGGEO/UEG. E-mail: luizlaile@yahoo.com.br

³ Professor Titular na UEG. Docente do PPGGEO/UEG. E-mail: edieueg@gmail.com

capital Goiânia, na Mesorregião do Noroeste Goiano e na Microrregião do Rio Vermelho.

Os festejos da folia de São João Batista estão presentes na Comunidade Água Limpa por mais de cem anos, considerada a segunda folia mais antiga do Estado de Goiás. Os giros são realizados de três a quatro dias em Goiás e o restante na Comunidade, e simbolizam a peregrinação do apóstolo João Batista batizando as pessoas.

Desde 1990 intensificou-se a migração de famílias desta Comunidade para Goiás, possibilitando que, a partir de 2007, a folia de São João Batista inicie a saída e o giro na cidade, nas casas de ex-moradores da Comunidade Quilombola.

Metodologia

A pesquisa é qualitativa de caráter exploratório, uma vez que o principal objetivo foi proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo, nesse caso, a própria Comunidade Quilombola.

Quanto aos procedimentos utilizados para a coleta de dados, foram realizados estudos de campo, visita aos moradores e participação no giro e almoço na Folia de São João Batista, entrevista aberta com os moradores e foliões buscando captar informações para interpretar as relações que as folias desenvolvem na Comunidade Quilombola.

Resultados e discussões

Na Comunidade Água Limpa a manutenção e realização das Falias de São João Batista ao longo de décadas foi de fundamental importância para que se tenham mantidos grande parte da cultura e tradição quilombola na comunidade. A identidade entre os povos e Comunidades Quilombolas se estabelece pela junção, haja vista que os processos indenítários de uma comunidade são múltiplos e fragmentados com características locais. Hall (2011, p. 108) expõe que “as identidades são sujeitas a uma historicização

radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação”.

A folia de São João Batista exemplifica os costumes e a manutenção das tradições presentes na Comunidade Água Limpa, sempre passadas de geração para geração. Esse repasse do saber “[...] aproxima as comunidades indígenas, quilombolas, e as ainda existentes (e cada vez mais raras) comunidades regionais tradicionais camponesas semi-isoladas, é o fato de que entre elas o tempo ainda é mais ‘comida’ do que ‘dinheiro’”. (BRANDÃO, 2009, p. 43).

As folias são expressões culturais do catolicismo, isto é extremamente importante para fortalecer os laços e as identidades dos moradores e ex-moradores da Comunidade, como afirma Featherstone (1997, p. 153) “uma cultura local pode ter um conjunto comum de relacionamentos de trabalho e parentesco que reforça a cultura cotidiana, prática, sedimentada em conhecimentos e crenças que não são questionados”.

Os festejos da folia de São João Batista acontecem todos os anos, do dia dezessete ao dia vinte e quatro de junho, data em que se comemora o dia de São João Batista, de acordo com a fé católica. Durante os dias de giro a folia circula por dois espaços distintos, tem a saída em Goiás e prosseguem os rituais por ou três ou quatro dias nas casas de ex-moradores da Comunidade Quilombola e se desloca para a Comunidade para completar os giros e fazer a entrega da bandeira. A folia de São João Batista, ao contrário de outras folias, gira durante o dia e possui almoço e pouso em moradores distintos. Para Dalmir Francisco (2000, p. 123-24) “a identidade é o conhecido ou o determinado, ou seja, um jogo que leva os homens e mulheres a existirem no sentido de ser o mesmo consigo mesmo uma relação unitária pela linguagem”.

A fotografia 1 retrata um dos almoços da folia, em 2019, em uma residência da Comunidade. Por volta das 12 horas os foliões chegaram ao local onde será o almoço, foram recepcionados pelos moradores que receberam a bandeira e adentraram a casa com ela, enquanto os foliões cantaram.

Figura 1- Os moradores recebendo a bandeira



Fonte: NEIA, Luiz dos Santos, (2019).

Conforme o ritual, após a chegada, o embaixador e o encarregado da folia reúnem os foliões para cantarem para os moradores. Em seguida os donos da casa se organizam para servir o almoço, não antes fazerem uma oração e, de forma hierárquica, todos se servem. O primeiro a se servir é o embaixador, seguido depois dos encarregados, os foliões, e por fim, os convidados (Fotografia 2). O almoço, por sinal muito apetitoso, (arroz branco, feijão de caldo, salada, carne de porco e frango caipira) segue um cardápio típico camponês, com muita fartura.

Após o almoço os foliões e todos ali presentes se organizam novamente em volta da mesa para cantar “agradecendo a mesa”, em seguida os foliões convidam todos para o altar na sala da casa para rezar o Terço em louvor a São João Batista. Momento inusitado muito bonito, pois geralmente os terços são rezados apenas por mulheres e o de almoço de Folia de São João Batista é rezado por homens, os foliões.

Figura 2 - Almoço da Folia de São João Batista



Fonte: NEIA, Luiz dos Santos, (2019).

Ao término do terço os foliões e todos presentes descansam e se descontraem contando causos e esperando o momento de se deslocarem para o pouso. Quando a tardezinha chega, o embaixador e o encarregado reúnem os foliões para cantarem novamente em despedida do almoço e saída para o pouso em outra residência, que serão repetidos os mesmos ritos do almoço.

Considerações finais

As Comunidades Quilombolas no Brasil, ao longo de séculos foram se formando com extrema invisibilidade social. Sempre lutaram para garantir seus direitos junto ao Estado e pela sobrevivência da identidade. Com relação à Comunidade Quilombola Água Limpa, percebe-se que existe uma identidade quilombola com diversos costumes e tradições preservadas.

A folia em louvor a São João Batista possui um papel importante para a integração das famílias e a manutenção dos costumes entre os quilombolas. Ela é capaz de manter coesa uma comunidade que, mesmo fragmentada geograficamente, a maior parte hoje vive no espaço urbano de Goiás, nos dias da folia todos se envolvem e retornam para a comunidade com o objetivo de participar das rezas e dos festejos.

Os fortes traços do campesinato presentes na comunidade Quilombola Água Limpa revelam a estreita relação dos quilombolas com o campo e as manifestações religiosas que existem há varias gerações. A fé cristã e a religiosidade estão sempre presentes nas falas dos quilombolas que sempre rezam um terço em casa no dia de cada santo e ajudam a organizar com o oferecimento dos pousos e outras necessidades, todos os anos, na folia de São João Batista.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho de saber:** cultura camponesa e escola rural. São Paulo: FDT, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988.

FEATHERSTONE, Mike. **O Desmanche da Cultura:** Globalização, Pós-modernismo e Identidade. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 1997.

FRANCISCO, Dalmir. **Comunidade, Identidade Cultural e Racismo.** In: FONSECA, Maria Nazareth (Org.). Brasil Afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 117-152.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2011.

LITTLE, Paul Elliot. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série antropologia**, Brasília, n. 322, p. 251-290, 2002.

Trabalho 4

Só não somos aldeados: identidade e invisibilidade entre os povos originários do Piraquê-Açu, Aracruz – ES ¹ (297936)

Márcio Antônio Farias de Freitas ²

A história dos coletivos humanos que vivem às margens do rio Piraquê-açu, no município de Aracruz, Espírito Santo, pode ser contada a partir do encontro entre duas ontologias divergentes, a dos habitantes originários e a dos colonizadores. Esse processo iniciou-se no século XVI, com a chegada dos portugueses numa região habitada por Tupiniquim, Tamoio e Goytacaz, sendo que depois chegaram ainda os Temiminó, Botocudo, Puri, Maxakali e os Guarani.

Iniciava-se assim o projeto político colonial português de aldeamentos organizado pelos jesuítas, modelo que irá permanecer, com algumas variações estratégicas, até meados do século XVIII. Visavam à conversão forçada dessas populações e à ocupação de seus territórios, implicando no cerceamento à liberdade dos índios em suas manifestações culturais, a repressão aos seus ritos e tradições, além de impor limites ao acesso às terras que tradicionalmente ocupavam antes da chegada dos portugueses. No entanto, mesmo que esses territórios indígenas sejam, desde o período colonial, alvo da cobiça e disputa de poder, são também palco de diversas estratégias de resistência, tais como guerras, alianças, fugas, há gerações resistindo tanto à imposição colonial quanto à do

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, referências e inclusive pelas imagens e fotos.

² CRIA/FCSH-UNL. E-mail: m.ffreitas@hotmail.com

grande capital, uma vez que esses atores nunca foram passivos diante dessas lógicas externas.

Com o fim dos aldeamentos, a ação dos posseiros e a chegada do neoextrativismo, os índios, ao longo dos séculos XIX até o século XX, vão perdendo seu território e seu reconhecimento oficial como indígenas pelo Estado, cuja política indigenista, construindo um discurso sobre a invisibilidade desses povos, tratou-os como não índios, caboclos, integrados e civilizados, logo, sem uma necessidade especial de acesso ao território.

Nessa primeira metade do século XX os Tupiniquim habitavam as áreas menos povoadas do território indígena, demarcado pela Coroa em 1760, onde as matas e florestas permitiam-lhes viver da pesca, da caça, da coleta de frutos e da agricultura de excedentes, e distribuía-se em 38 aldeias, muitas delas extintas. No entanto, no contexto de um projeto desenvolvimentista adotado pelo estado do Espírito Santo com a chegada da COFAVI na década de 40, a implantação da monocultura do eucalipto em 1967 pela Aracruz Florestal S/A, a partir da doação do governo estadual de dez mil hectares anteriormente explorados pela COFAVI, e posterior extensão de seus domínios, incorporando de forma ilícita áreas indígenas, consolidando a grande propriedade e a monocultura do eucalipto, significaram de imediato a desestruturação territorial e étnica dos Tupiniquim, restando apenas as aldeias Caieiras Velha, Comboios e Pau Brasil, todavia, marcaram o início de um processo de organização, luta e conquista de seus direitos que prosseguiu por 40 anos, já que a existência dos Tupiniquim perante o Estado, via FUNAI, só se deu pela luta territorial que se travou a partir da implantação da Aracruz Celulose S/A, hoje Suzano S/A. Logo, essa luta pelo seu reconhecimento étnico e por seu território constitui uma resistência frente à lógica capitalista desenvolvimentista implantada em Aracruz.

Hoje as populações indígenas de Aracruz reconhecidas pela FUNAI estão organizadas em três Terras Indígenas. A Terra Indígena Tupiniquim possui uma área aproximada de 14.282 hectares, localizada entre a rodovia

ES-257 e o rio Piraquê-açu, e conta com uma população de aproximadamente 3.200 pessoas, distribuída em nove aldeias (Caieiras Velha, Irajá, Boa Esperança, Três Palmeiras, Amarelos, Areal, Olho d'Água, Nova Esperança e Pau Brasil), que com exceção das aldeias Boa Esperança, Três Palmeiras, Olho d'Água e Nova Esperança, formadas por índios Guarani Mbyá, as outras aldeias são compostas por índios Tupiniquim. Ela foi homologada em 2010 e unificou as Terras Indígenas Caieiras Velha e Pau Brasil. A TI Caieiras Velha II, contígua à TI Tupiniquim e próxima à foz do rio Piraquê-açu, tem área de 57 ha e população de 18 pessoas, em sua única aldeia (Piraquê-açu), composta por índios Guarani Mbyá. E a população indígena localizada às margens do rio Piraquê-açu, composta pelas aldeias Piraquê-açu, Boa Esperança, Três Palmeiras, Caieiras Velha, Irajá é de cerca de 2.340 habitantes. Além dessas, no litoral do município encontra-se a Terra Indígena Comboios, situada entre os rios Comboio e o mar, com uma área de aproximadamente 3.800 hectares. Formada por índios Tupiniquim e com uma população de 706 pessoas, é distribuída em duas aldeias, Comboios e Córrego d'Ouro.

E como se não bastassem os impactos causados pela monocultura do eucalipto, os coletivos do entorno do Piraquê-açu foram impactados pelo crime-desastre da Samarco Mineração S/A em Mariana - MG, quando sua lama chegou ao rio Piraquê-açu em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, afetando seu modo de vida, seu cotidiano, sua renda, trazendo angústia, insegurança e indignação. A lama da Samarco matou 19 pessoas e 14 toneladas de peixes e outros animais, e, depois de percorrer mais de 650 km pelo rio Doce - cerca de 880 km desde Bento Rodrigues, passando por 35 municípios de Minas Gerais e 5 municípios do Espírito Santo, alcançou no dia 21 de novembro o oceano Atlântico através de sua foz em Regência, no Espírito Santo, espalhando-se pelo litoral capixaba, contaminando com metais pesados o Atlântico, rios e diversos coletivos, atingindo, o rio Piraquê-açu, há cerca de 60 km ao sul da foz do rio Doce, impactado desde a década de 60 pela monocultura do eucalipto da Suzano S/A.

A partir daí os povos indígenas reivindicaram e negociaram separadamente com a Samarco Mineração S/A e Vale S/A, conquistando acordos diferenciados, uma vez que não houve uma política para tratar os valores de uma forma equânime, com todos recebendo os mesmos valores. Dessa forma, desde o primeiro semestre de 2016, todas as famílias das Terras Indígenas Tupiniquim, Caieiras Velha II e de Comboios recebem o Auxílio Emergencial através da Fundação Renova.

No entanto, vários outros coletivos do entorno do Piraquê-açu ainda não estão recebendo esse auxílio, demonstrando que os diferentes coletivos do entorno do Piraquê-açu possuem relações distintas com o Estado, pois, embora todos sejam considerados tradicionais a partir da mudança de categoria da unidade de conservação localizada no entorno do rio Piraquê-açu, a Reserva do Desenvolvimento Sustentável Municipal Piraquê-açu e Piraquê-mirim, nem todos conseguiram alcançar seus direitos enquanto tal, já os coletivos indígenas sim, em virtude de serem reconhecidos como povos indígenas pela FUNAI. Temos aqui um cenário com tramas que possuem similaridades, mas que se desenvolveram de formas distintas. Embora estejam separados entre si apenas pelas margens do rio Piraquê-açu, ao compararmos um desses coletivos com os coletivos indígenas vislumbramos tanto a invisibilidade do primeiro quanto a visibilidade dos indígenas.

Nesse cenário, onde o neoextrativismo avança sua perspectiva predatória sobre ecossistemas fundamentais aos povos indígenas e ribeirinhos que vivem no entorno dos rios Piraquê-açu, pretendo apresentar algumas reflexões de minha tese de doutorado em Antropologia, onde busquei entender como os impactos causados pela monocultura do eucalipto e pela contaminação do rio pela “lama da Samarco” afetam a (re)produção material e simbólica de um coletivo humano imprensado entre essas lógicas, e, muito embora se reconheça como indígena, ainda não possui esse reconhecimento pelo Estado, ficando privado da cidadania, à margem de seus direitos.

Trabalho 5

Psicologia e tecnologia aplicada a sala de aula em tempos de Covid ¹ (30442)

Andréia Ferreira Martins ²

Introdução

Quanto às representações sem manipulações, tais como a explicação do movimento dos rios, das nuvens, da flutuação dos barcos etc., conseguimos constatar que as ligações causais desse tipo eram decalcadas na atividade própria: os movimentos físicos dão testemunho de finalidade, de uma força ativa interna – assim, o rio “toma impulso” para passar sobre as pedras, as nuvens fazem o vento que, por sua vez, as impele etc. (PIAGET, 1927).

O ano letivo iniciou e após os primeiros processos de avaliação fomos acometidos pela pandemia do Covid 19. Diante da situação as primeiras atitudes foram cancelar as aulas presenciais dos alunos. Um misto de ansiedade, medo, angústia e até pavor parecia junto a sentimentos de inconstância, incapacidade e desconforto. Um momento impar.

A primeira ideia foi educação online mantendo os conteúdos e aulas planejadas. Um arsenal de coisas para aprender, aplicativos de video conferencias, programas inovadores de aula, lives, e uma realidade a internet não é acessível a todos. E nem todos quer acessar. O que fazer?

¹ Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores são plenamente responsáveis por seus textos, inclusive pelas imagens e fotos.

² Graduada em psicologia, Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS, da UNESP/Tupã. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4547983384891249> Email: psicologa.andreiamartins@gmail.com celular: 18 996030895

O município aderiu a atividades disponibilizadas mensalmente. Democratizando a condição de acesso a todos. Psicóloga e professora de 27 anos de exercício na condição de promover qualidade de ensino mas também saúde emocional das crianças e dos responsáveis. O ensino remoto priorizou a fase do desenvolvimento infantil. Já que na alfabetização há um processo além de atividades e conteúdos possíveis em 4º e 5º anos.

Considerando os estágios de desenvolvimento das crianças nossos teóricos Vigotsky, Piaget, Wallon apontam de como crianças na faixa etária do primeiro ano tem sua cognição relacionada com o desenvolvimento social. Como afirma Vygotsky em seu socioconstrutivismo: "o comportamento do homem é formado por peculiaridades e condições biológicas e sociais do seu crescimento" (2001, p.63). Piaget declara em seus estudos que a relação social nesta idade é importante para o desenvolvimento cognitivo. Wallon fala do personalismo da criança até seis anos, onde o vínculo com a família favorece a autonomia, em uma inserção social que se dá através da imitação. Winnicott também em seus estudos enfatiza como o ambiente e papel da família influencia na integridade e continuidade do ser criança sendo construído. E se Foucault vivesse esta pandemia provável que diria: está vendo o modelo penitenciário que estamos educando e querendo construir autonomia?

O planejamento de atividades baseou se na condição de estabelecer equilíbrio da rotina, socialização, relacionamento familiar. Desenvolvendo habilidades da nossa BNCC e ao mesmo tempo cuidando da saúde emocional das crianças e família.

Objetivo

Treinar coordenação motora; treinar grafia e nome das letras e numerais, desenvolver relação contida e cotidiana; incentivo a leitura; promover habilidades de: contar, adicionar, subtrair, raciocínio lógico matemático, de sequência, de medida de tempo; promover convivência e fortalecimento de vínculo; Ativar produção de hormônios

neurotransmissores de ocitocina, dopamina, serotonina e endorfina; apoiar os responsáveis online por whatsapp e página do facebook, conquistar através das Tecnologias digitais de informação e comunicação o nosso espaço de aprendizagem

Metodologia

As atividades xerocadas se limitaram a exercícios de coordenação e de treino de grafia. Algumas revisões de atividades já realizadas em sala de aula. E estes eram para garantir a rotina da criança com horários e responsabilidades sempre acompanhadas da fala e da escrita de como a rotina de horários é indispensável para saúde neurológica da criança e também dos responsáveis podendo afetar sono, humor e emocional.

As demais atividades foram realizadas através da tecnologia: coisas desconhecidas como ZOOM, Meet, inserir pessoas e retirar o fundo de um vídeo, por outro fundo, animação de vídeo aulas. Histórias contadas pelo Whatsaap e pelo Facebook, plataformas e aplicativos de estudo, nossa! Uma imensidão de coisas que aprendemos e espero continuar agora inserida nas aulas presenciais. Músicas e dança para desenvolvimento motor e memória, brincar de faz de conta, jogos de tabuleiro, atividades lúdicas, jogos de regras, tanto para desenvolvimento social tanto para estimular através dele a cognição e as habilidades para o conteúdo de alfabetização. Foram diversos: resta um, cubo mágico, e outros, possíveis de ver na página: <https://www.facebook.com/MinhaEscolaMagica>... E a cada mês prêmios e mimos para quem tivesse mais participação ou envolvimento nos meios tecnológicos quase um curso de bloguerinha para conseguir mais seguidores alunos.

Segundo Fernández (2001), no lado do objeto de conhecimento ocorre a significação simbólica que depende dos fatores emocionais. Todo sujeito tem a sua modalidade de aprendizagem e os seus meios de construir o próprio conhecimento, e isto depende de cada um para construir o seu saber.

Com estas atividades foi possível perceber, nos pais, as particularidades e individualidades diferentes diante da nova situação de ensino. E para as crianças a ludicidade ajudava desenvolver habilidades sem causar os “conflitos” e angústias da aprendizagem e da nova realidade de isolamento instalada.

Também com o whatsapp apoiando as mães e responsáveis que por vezes foram acalmados quanto a ansiedade de fazer as crianças juntar as letras e aprender a ler; de não ter ninguém para fazer atividade com os filhos e outras dúvidas frequentes. A página foi para eliminar o efeito de celular travando dos pais com vídeos e outros. E também uma forma de assim conseguirem ter contato com outras experiências e atividades, afinal "na web tudo está no mesmo plano. Como dizia um consultor americano dirigente da IBM, na Web uma criança se encontra em pé de igualdade com uma multinacional" (LÉVY, 2001, p.140). O whatsapp também foi usado para criar concursos, votações, e mandar fotos para fazer um elo entre as atividades escolares o momento que vivemos e a realidade de casa. Os concursos e prêmios aumentaram a porcentagem de responsáveis e pais participantes.

Criar condições de fazer problemas matemáticos com as fotos das coleções deles enviadas, ou mandar vídeos de coisas que começam com o som C na minha casa e pedir para procurarem coisas que comecem com o som do M. Ver álbuns em casa, jogar com os pais, vídeos para o Agita SP de brincadeiras. Tudo foi pensando em criar condições de produção de hormônios neurotransmissores indispensáveis e com produção reduzida no organismo por causa da rotina alterada, falta de convivência e troca de experiência social, e de instabilidades emocionais e diversas outras causadas pelos protocolos e mudanças sociais por causa da pandemia.

Discussão

Foi importante lives e cursos da UNDIME onde fortificavam o pensamento de que as atividades não deveriam ser uma continuidade como se

fossem as aulas presenciais. Ignorar a necessidade de focar na saúde física e emocional foi prioridade levando em conta inicialmente os teóricos tão valorizados na educação. Por exemplo, Vygotsky:

Ao tratar das funções psicológicas superiores no desenvolvimento da criança, Vygotsky as classifica em dois momentos: Primeiro no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro entre pessoas (Inter psicológica), e, depois, no interior da criança (intra psicológica). Isso se aplica igualmente para atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos. Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos. (Vygotsky. 1998, p.75)

A educação é a base, mas nas condições vivenciadas a ciência me deu a condição de escolher uma psicologia aplicada à saúde. Em anos superiores escolhas teriam sido mais conteudistas. E considerando as resoluções políticas educacionais também acredito que foi uma boa escolha. Para Pain (1985), o processo de aprendizagem se inscreve na dinâmica da transmissão da cultura, que constitui a definição mais ampla da palavra educação.

Conclusão

A alfabetização pode esperar um ano. Habilidades requeridas na BNCC foram trabalhadas. E o mais importante sem que a fase de desenvolvimento fosse afetada, ou conhecimento cognitivo traumatizado por conflitos. E promovendo fortalecimento de vínculo das famílias. E o mais inusitado: docentes, discentes e familiares envolvido entre si e com as tecnologias que já evidenciadas na BNCC como obrigatoriedade de uma normalidade que há tempos bate a porta da educação, mas evitávamos ouvir.

A tecnologia no meio educacional evidenciou algumas questões que serão ainda carregadas pós Covid: que precisamos aprender mais sobre tecnologia e usar mais porque não é o futuro é o presente. E acreditem ficou claro que: alunos sabem mais que os professores e usam mais as TDIC (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação) na rotina do

dia; Que a desigualdade social ainda é gigantesca e assombra; Que precisamos sim começar a compreender e realizar o ensino integral da BNCC e procurar reciclar e estudar sobre avaliação clara que somos fracos sobre o conhecimento tecnológico e mais ainda em como usar as metodologias para desenvolver as Competências do Século XXI.

E a parte é boa que podemos sempre nos renovar e aprender cada vez mais. A tecnologia está aí e obrigatoriamente deve ser usada como metodologia de ensino.

Quando resolvi ser professora não foi o conteúdo que planejei nas teorias de metodologia que me conquistaram. Foi um dia de estágio no CEFAM (Centro de Formação e Aperfeiçoamento do magistério), uma criança descobriu a diferença de retângulo e quadrado em uma caixa de pasta de dente e desenhos na lousa. Presenciei o momento exato de sua assimilação, como sei disso? Em seus olhos brilhavam um Universo a ser explorado. O Universo que depois li e reli em tantas leituras, como de Rubem Alves falando do ensinar “aprender a aprender”. O Universo agora também é a web e ignorar isso na educação. Impossível!

Referências

- BNCC, **Base Nacional Curricular Comum Curricular**, 2019. Ministério da Educação- Brasil
- FERNANDES, A. **Os Idiomas do Aprendente**. São Paulo: Artmed, 2001.
- LÉVY, P. **O que é virtual**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- PAIN, S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1985.
- PIAGET, J. **A psicologia**. 2. Ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1973
- PIAGET, Jean. **A psicologia da inteligência / Jean Piaget**; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

POZO, J. I.; MORTIMER, E.F. **Aprendizes e mestres**: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

VIGOTSKY, L. S.; COLE, M. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. VIGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org